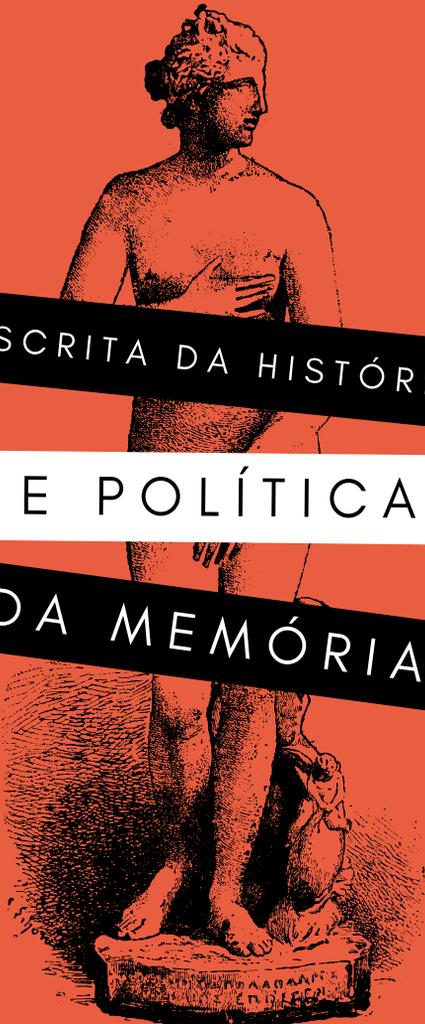


VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

ANAIS ELETRÔNICOS
VOLUME 3

Organizadoras

Ana Sara Cortez Irffi
Meize Regina de Lucas Lucena
Gilberto Gilvan Souza Oliveira



ESCRITA DA HISTÓRIA
E POLÍTICAS
DA MEMÓRIA

Editora

**SER
TÃO
CULT**
10 anos

ORGANIZADORES

Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi

Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui Mestrado e Doutorado em História Social pela UFC. É bolsista do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional. Coordenadora do Programa de Pós-graduação da UFC. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Sociedade de Estudos do Brasil Oitocentista. Desde julho de 2018 é pesquisadora vinculada ao INCT-PROPRIETAS. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: mundos do trabalho, mundo rural, escravidão, história do Brasil, pesquisa, história e teoria.

Meize Regina de Lucas Lucena

Tem graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (1993), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996), doutorado-sanduíche em Cinema - Université Paris III (2004), e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Possui pós-doutorado em História pela Universidade de Brasília (2013), pela Universidade de Groningen - Holanda (2013-2014) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História e Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: cinema, linguagem, representação, escrita. Na última década tem desenvolvido estudos em torno da censura cinematográfica no Brasil durante a ditadura. É líder do grupo de pesquisa cadastrado no CNPq “História e narrativa”.

Gilberto Gilvan Souza Oliveira

É doutor em História pela Universidade Federal do Ceará. Atua como professor na educação básica e no ensino superior. Enquanto pesquisador, dedica-se às áreas da História do Livro, da Edição e das práticas de leitura.

Organizadoras

Ana Sara Cortez Irffi
Meize Regina de Lucas Lucena
Gilberto Gilvan Souza Oliveira

ANAIS ELETRÔNICOS
VII Seminário Internacional
História e Historiografia
escrita da história e políticas da memória

VOLUME 3

Sobral-CE

2024

Editora

SER
TÃO
CULT
10 anos



Editora
**SER
TÃO:
CULT**
10 anos

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138

Renato Parente - Sobral - CE

(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222

contato@editorasertaocult.com.br

sertaocult@gmail.com

www.editorasertaocult.com.br

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Revisão e normatização

Sob responsabilidade dos autores

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

S471 Seminário Internacional: História e Historiografia escrita da história e políticas da memória.
(7.:2024: Sobral, Ceará).

História e Historiografia escrita da história e políticas da memória: anais do VII Seminário
Internacional: História e Historiografia escrita da história e políticas da memória.
[recurso eletrônico]. / Organizadores, Ana Sara Cortez Irfri, Meize Regina de Lucas
Lucena, Gilberto Gilvan Souza Oliveira. —Dados eletrônicos. — Sobral CE: Sertão
Cult, 2024.

[572] p.
v.III

ISBN: 978-65-5421-176-5 - papel

ISBN: 978-65-5421-177-2 - E-book

Doi: 10.35260/54211772-2024

1. História. 2. Historiografia escrita. 3. Políticas da memória. I. Irfri, Ana Sara Cortez. II. Lucena, Meize Regina de Lucas. III. Oliveira, Gilberto Gilvan Souza. IV. Título.

CDD 900

Reitor da Universidade Federal do Ceará

Custódio Almeida

Vice-Reitora da Universidade Federal do Ceará

Diana Azevedo

Chefe do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará

Mário Martins Viana Júnior

Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em História

Ana Sara Cortez Irffi – UFC

George Felix Cabral de Souza - UFPE

Uiran Gebara da Silva - UFPE

Francisco Gleison da Costa Monteiro - UFPI

Fabiula Servilha de Souza - UFRN

Fábio Baqueiro Figueiredo – UFBA

Edvaldo Correa Sotana – UFMT

Francivaldo Alves Nunes - UFPA

Keith Vália de Oliveira Barbosa – UFAM

Marcos Vinicius de Freitas Reis – UNIFAP

Comissão Científica

Ana Sara Cortez Irffi – Universidade Federal do Ceará

George Felix Cabral de Souza - Universidade Federal de Pernambuco

Uiran Gebara da Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Francisco Gleison da Costa Monteiro - Universidade Federal do Piauí

Fabiula Servilha de Souza - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Fábio Baqueiro Figueiredo - Universidade Federal da Bahia

Edvaldo Correa Sotana - Universidade Federal do Mato Grosso

Francivaldo Alves Nunes - Universidade Federal do Pará

Keith Vália de Oliveira Barbosa - Universidade Federal do Amazonas

Marcos Vinicius de Freitas Reis - Universidade Federal do Amapá

Kênia Sousa Rios - Universidade Federal do Ceará

Ian Merkel – Universidade de Groningen

Comissão Organizadora

Ana Carla Sabino Fernandes - Universidade Federal do Ceará

Ana Rita Fonteles Duarte - Universidade Federal do Ceará

Ana Sara Cortez Irffi - Universidade Federal do Ceará

Antônio Gilberto Ramos Nogueira - Universidade Federal do Ceará

Antônio Luiz Macedo – Universidade Federal do Ceará

Cláudia Freitas de Oliveira - Universidade Federal do Ceará

Kleiton de Sousa Moraes - Universidade Federal do Ceará

Kênia Sousa Rios - Universidade Federal do Ceará

Comissão Espaço da Graduação

Ana Suelle de Oliveira Gomes – Mestrado PPGH UFC

Francisca Eudésia Nobre Bezerra – Doutorado PPGH-UFC

Norma Sueli Semião Freitas - Doutorado PPGH UFC

Sumário

Apresentação	11
O ensino de história e as vivências de um povo	13
<i>Adriana Santos de Oliveira</i>	
Uma “overdose de Einstein”: (ab)usos de imagens e passados em Sobral (1999-2023)	23
<i>Thiago Braga Teles da Rocha</i>	
Ginásios Estaduais Vocacionais (GVs) de São Paulo (1961-1969): como a “escola do futuro” se transformou em nada mais do que uma “escola de esquerda”	35
<i>Caio Rodrigo Carvalho Lima</i>	
Ginásios Estaduais Vocacionais (GVs) de São Paulo (1961-1969): como a “escola do futuro” se transformou em nada mais do que uma “escola de esquerda”	49
<i>Caio Rodrigo Carvalho Lima</i>	
Diante da <i>História</i>: entre a <i>vidência</i> e a <i>evidência</i>, a representação imagética da origem da historiografia oficial da cidade de Sobral-CE	63
<i>Francisco Dênis Melo-UVA</i>	
Sérgio Sant'anna e a “Geração 64”: narrativa e cotidiano	77
<i>Francisco Abysson Silva Pinheiro</i>	
Contribuições da relação história e literatura no romance <i>Eu, Tituba, Bruxa negra de Salem</i> de Maryse Condé	87
<i>Michele Borges Greco</i>	
Compondo memórias, gestando identidades: narrativas do cangaço em <i>Limoeiro do Norte</i> (1977-2017)	99
<i>Benedito Renan Bezerra de Brito*</i>	

Através das cartas, um descortinar de disputas: conflitos em torno da criação de organizações feministas no Ceará durante a década de 1930.....115
Larissa Almeida Custódio da Silva

As mobilizações da linguagem televisiva na Eleição Presidencial de 1989126
Lucas Cavalcante Estevão

Através do espelho: narrativa e temporalidade em “A Construção da Ordem. Teatro de Sombras”140
Vânia do Carmo Rocha

Cemitério de Sant’Anna do Pirai e a laicização na Província Fluminense, a partir dos anos 1870 a 1890154
Ana Paula da Silva Rocha

Os sentidos da História da Amazônia na escrita e ensino: uma análise dos cursos de formação docente no Brasil (2002-2019).....167
Taissa Cordeiro Bichara
Ítalo Luis Souza de Souza

Mangá, testemunho e didática da história: diálogos acerca do ensino de história sobre a Segunda Guerra Mundial177
Dionson Ferreira Canova Júnior

“Heróis da fé”: a trajetória inicial de um best seller pentecostal (1944-1953)191
Francisco Alexandre Gomes

Mulheres na literatura: a virada do século XX.....209
Tainah Freitas Rosa

Olegária - Vita brevis, ars longa: resgate histórico de uma abolicionista (1859 - 1898).....219
Adriana Santana

Expulsões e violências: uma análise do refúgio a partir dos ucranianos deslocados no Pós Segunda Guerra Mundial.....246
Henrique Schlumberger Vitichmichen

Táticas e estratégias de universalização do espaço e identidade religiosa no Brasil: O conflito entre Igreja Católica e Testemunhas de Jeová (1922 - 1937).....262

Osorio Vieira Borges Junior

Quando todos os bichos sabem da concha: a repartição de obras públicas da Província de Pernambuco e as eleições gerais de 1844 no Recife ...280

Bruno Adriano Barros Alves

A ficção do testemunho no Diário de Anne Frank: A ficcionalidade como elemento constitutivo para narrar o passado traumático.....290

*Ytalo dos Santos Lima**

Exército Zapatista de Libertação Nacional – O Caminhar de uma Memória Viva: uma Perspectiva sobre a História do México Tecida através de seus Documentos e Comunicados de 1994 a 2001306

Vinicius Fávero

Entrelaçando ficção e história por meio da narrativa de Ungulani Ba Ka Khosa (Moçambique)319

Daniela de Campos

Noel Guarany e sua música missioneira: a busca pela integração latino-americana em tempos de repressão (1960-1980).....330

Lucas do Nascimento Rodrigues

Entre a literatura e a história: a prática e a narrativa de historiadores e memorialistas.....347

João Henrique Lúcio de Souza

A formação do pensamento histórico: avaliação e aprendizagem significativa por meio da produção de HQ361

Carla Patrícia Monteiro Gross

Ana Carla Fernandes Sabino

Experiência de construção de uma pesquisa do tempo presente: a trajetória do filme *Marighella*.....373

Ygor Pires Monteiro

“Adeus à História”: Joel Rufino dos Santos e uma escrita democrática da história do Brasil (1979-1985).....387

*Felipe Ricardo Vieira Lopes**

A ditadura civil-militar diante do “perigo comunista chinês”: o caso da perseguição aos membros e o fim precoce da “Associação Cultural Brasil-China” de Paulista, PE.....397
*Anna Maria Litwak Neves**

Operários do Banabuiú: a construção e os construtores do açude Arrojado Lisboa (1952-1966)410
Sebastião Rubens da Silva Sousa

História, Memória, Música e Invenções: um estudo a partir da cinebiografia Elvis (2022), de Baz Luhrmann421
Emília Saraiva Nery

Repressão militar e concentração fundiária: reflexões a partir do contexto brasileiro.....430
Alexandre de Freitas Carpenedo

Saúde mental e ensino de história: o protagonismo estudantil na EEFM Prof^a Diva Cabral443
Nilo Públio Rodrigues Neto
Dra. Cláudia Freitas de Oliveira

Diálogos possíveis entre E. P. Thompson e William Blake456
Raul Victor Vieira Ávila de Agrela

Joaquim da Cunha Freire, o Barão de Ibiapaba: relações entre biografia e contexto histórico469
*Alisson Freitas da Silva**

Entre canoas e caixões: Remar para enterrar no antigo Cemitério da Lagoa de Barra Velha484
Angelita Borba de Souza

Aspectos da Saúde Mental em Fortaleza: Memórias do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS IV.....496
Cláudia Freitas de Oliveira

Sobre os significados da doença e os sentidos atribuídos à hanseníase.....507
*Luiza Porto de Faria**

Os tipos da “grande necrópole”: cientificismo e tipificação nas fotografias de retirantes da seca no Ceará (1877-1879)517
Jeferson de Castro Silva

1958: a seca multidisciplinar530
José Tanísio Vieira Bezerra

**A influência dos trabalhadores rurais na formação do Partido dos
Trabalhadores (PT) em Sergipe.....543**
Ronaldo de Jesus Nunes

**História, narrativa e “*campo artístico*”: a escrita de Airton Maranhão
sobre a cidade de Russas.....557**
Ruan Carlos Mendes

Apresentação

A realização do Seminário Internacional História e Historiografia se constituiu num importante eixo de consolidação e ampliação de uma rede de investigação e produção do conhecimento histórico compreendendo as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O caráter itinerante possibilita a divulgação e promove a elevação da qualidade da produção científica, eliminando as barreiras da área da história no processo de internacionalização do conhecimento.

Ao suscitar o debate acadêmico no campo historiográfico potencializado pelos diálogos e o estabelecimento de balanços sobre as novas abordagens e tendências da investigação dos historiadores, o Seminário contribuiu para a renovação da historiografia das regiões compreendidas ao mesmo tempo em que incentiva a consolidação de grupos de pesquisas institucionais e a participação dos professores da educação básica.

O Seminário Internacional de História e Historiografia visa assegurar, em base ampliada, a continuidade de um evento que tem agregado docentes, pesquisadores e estudantes de pós-graduação em torno dos desafios contemporâneos da investigação histórica.

A tomada de consciência da relação do historiador com a multiplicidade das dimensões temporais vem conduzindo ao entendimento segundo o qual, longe de qualquer pretensa natureza mimética do real, o discurso apoiado no trabalho de interpelação das fontes e elaboração escrita requer a problematização contínua de seus próprios procedimentos, escolhas e filiações.

Assim, ganha pertinência o exame crítico dos modos pelos quais, ao longo do tempo, a história se tornou um campo de conhecimento, com normas, rigores e interdições específicas. Amplia-se, portanto, o interesse em abordar a memória disciplinar como objeto de estudo, recusando sua cristalização canônica. Indagar e reconstruir as condições que, num dado presente, favoreceram a emergência de certas narrativas sobre o passado, em sintonia com

as projeções de futuro, é uma forma de sublinhar a historicidade constitutiva do saber histórico.

Afora a atualidade desse debate, que encoraja a percepção acadêmica das interfaces entre história e historiografia, o evento em apreço está inserido num conjunto de ações dedicadas à consolidação dos cursos de Pós-Graduação envolvidos. Ao incentivar o diálogo entre pesquisadores de História e áreas afins, o seminário tornará mais efetiva a troca de experiências e a explicitação de inquietações, desafios, metodologias e conceitos que têm delineado o horizonte dos trabalhos em andamento. Será, ainda, ocasião oportuna para ampliar os vínculos de cooperação científica e cultural com instituições com que o Programa de História deseja possuir acordo.

O ensino de história e as vivências de um povo

Adriana Santos de Oliveira¹

Quando se fala sobre povos indígenas, seus modos de vida, suas culturas, entende-se que há uma variedade de vivências, saberes, cores, formas e sonorizações específicas e únicas de cada povo. Esse entendimento, porém, não foi sempre o mesmo. A ideia de que os povos indígenas eram homogêneos perdurou por muito tempo, mesmo havendo registros e relatos da existência de várias línguas, religiosidades e organizações sociais. Atualmente, apesar da consonância de que existem diversas culturas, com características amplamente diferenciadas, essa ideia da homogeneidade ainda é perpetrada no imaginário de parte da sociedade. Inclusive, entre alguns povos indígenas, durante muito tempo, foram perceptíveis as influências desse pensamento. Assim, mesmo com a constante luta dos diferentes povos originários para a preservação e reconhecimento das suas culturas, a compreensão de que os indígenas tinham características fenotípicas e culturais idênticas penetrou e se propagou também dentro de muitas comunidades tradicionais, principalmente, as urbanas. Essas comunidades, além, de terem se aproximado, mais amplamente, dos colonizadores, adquirindo muitos dos seus hábitos, acabaram se afastando das matas, locais que guardam muitos dos elementos culturais indígenas. Contudo, apesar da relação de imposição entre os europeus e os indígenas ter desenhado uma cultura tropical europeia, com aparente domínio do colonizador, sabe-se que, no encontro entre culturas, mesmo em confrontos, todos são impactados com as influências dessa aproximação. Ou seja, a “nova civilização europeia” que se formava na colônia portuguesa, mesmo buscando um afastamento das culturas indígenas e negras, surgiu com novas tonalidades, demonstrando que os saberes desses povos são raízes fortes da cultura brasileira.

Apesar disso, essa ideia de uma “cultura sem manchas” foi perseguida durante muito tempo, não apenas pela parcela da população que se considerava “branca, descende direta de europeu”, que almejava uma cultura sem influências nativas. Mesmo, em relação aos povos indígenas, essa busca por uma

1 Doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará. Professora efetiva da educação básica na rede de ensino do município de Maracanaú-CE.

cultura limpa, sem contatos, também foi difundida, o que levou à exclusão do grupo de povos ancestrais, tradicionais e nativos, as nações urbanas. Muitas dessas comunidades se colocaram na obrigação de incluírem suas crenças em lembranças de tempos remotos e quase inexistentes, associando esses conhecimentos a imaginários quase sem importância para a formação de uma sociedade evoluída e civilizada. Inseridas nas definições de cultura popular, que por muito tempo, também, não recebeu devida importância, sendo vista muitas vezes de forma minimalista, as culturas nativas foram colocadas em segundo plano na realidade de seus próprios povos. Se contrapondo aos conhecimentos científicos, as vivências dos povos tradicionais urbanos foram se tornando, cada vez mais, distantes de sua realidade. Por muito tempo, negaram suas culturas e suas histórias, entendendo que essa negação era sinônimo de civilização e de evolução social. Enquanto isso, os povos que vivem nas matas, distantes das cidades, foram influenciados a viverem no afastamento com a desculpa de uma preservação cultural, o que também influenciou na construção de uma imagem engessada e preconceituosa de que os povos indígenas que não viviam no esquecimento de tempos remotos, não eram “indígenas de verdade”.

Muitas nações foram obrigadas a aprender que se distanciar das culturas nativas era uma demonstração de inteligência e maturidade social. A sistematização dessa demonstração foi amplamente difundida em vários setores da sociedade. Nesse caso, a educação teve um papel preponderante. Inicialmente, os museus desempenharam a função essencial de demonstrar o tipo de sociedade a qual o indígena precisava se adequar. Uma sociedade espelhada no modo de vida do colonizador. Apesar da importância dessas instituições para o desenvolvimento desse ideal de sociedade, a escola seria o melhor local para a propagação da imagem de um indígena congelado no tempo, anterior ao seu próprio “processo de civilização”. Principalmente, durante o século XX, quando a escola foi se tornando cada vez mais presente na vida das populações brasileiras, algumas imagens foram se solidificando no imaginário dos estudantes. Essa relação tão intrínseca entre museus, ideologias da elite colonizadora e as escolas não se deu por acaso, pelo contrário, foi um projeto organizado e direcionado, sobretudo durante os séculos de colonização, quando a educação tinha a função de espelhar a metrópole na colônia. Mesmo já no século XIX, com o aumento das lutas pelas liberdades e preservações das

culturas indígenas e quilombolas, o projeto de nação europeizada foi imposto à população e aceito pela maioria das pessoas. Aliás, mais do que imposto e aceito, a população brasileira deveria buscar meios de se adequar ao modelo de civilização europeu. De acordo com Myriam S. Santos:

[...] no século dezenove os brasileiros não são considerados como capazes de herdar os valores da tradição europeia. Nos relatos dos primeiros conquistadores e viajantes europeus, a América era associada à sua natureza e aos índios, que eram descritos ou de forma romântica e idílica, como sendo o bom selvagem, o homem de natureza pura, ou como sendo criaturas inferiores, meio caminho entre os homens e animais. Em ambos os casos, ou seja, como seres da mesma raça portadores de valores primitivos ou como seres de raças distintas, os indígenas não eram reconhecidos como seres humanos produtores de uma cultura merecedora de ser conhecida em profundidade, e eram objetos de catequização ou destruição pelos europeus (Todorov, 1990 *apud* Santos, 2022, p. 280).

Esse pensamento, que inicialmente orientou a elite que se formava no Brasil a viver nos moldes “civilizados”, teve nos museus seu principal local de propagação. Esses locais, no entanto, estavam restritos a uma pequena parte da população. Mesmo assim, também, essa pequena parcela de pessoas, ainda era vista como indigna da civilização europeia (Santos, 2022, p. 283-284). Desse modo, para que o Brasil pudesse usufruir dos “costumes clássicos”, seria necessário o aprimoramento desses costumes, pela elite, e a expansão deles para uma maior parcela da população. Os museus fizeram seu papel naquele momento, mas eram ainda lugares elitizados e pouco conhecidos pela grande massa populacional. Essa, inclusive, durante o século XIX e boa parte do XX, composta, em sua maioria, por analfabetos, ex-escravizados e indígenas aculturados, totalmente dispersos de suas culturas. A vista disso, provavelmente, não seria tão difícil disseminar a forma de pensamento europeizado. Para isso, foi importante que esse pensamento chegasse aos bancos escolares. Assim, à medida que essa população, menos abastada e com pouco conhecimento de si

e de sua condição, chegava nas escolas, ia recebendo as orientações necessárias para a formação de uma sociedade civilizada. Na escola se fortaleceria a ideia do negro sempre escravizado, inferiorizado, praticante de crenças demoníacas. Ao mesmo tempo se desenharia uma “boa” imagem do indígena. Uma imagem imóvel, congelada, sem expressão. Assim, tudo que se precisava para estigmatizar os descendentes de escravizados, para dominar uma população analfabeta e para retirar a vida dos indígenas era colocar toda essa massa no livro didático.

O livro didático ajudou a propagar a imagem de um indígena literário, paralisado no tempo e no espaço, ou sem tempo e sem espaço. Essa imagem engessada foi fortalecida nos livros e nas datas comemorativas realizadas nas escolas. Imagens para colorir, fantasias para vestir, construindo um imaginário difícil de se destruir. Com tanto afincado na produção de uma imagem, há de se entender a dificuldade que os discursos contrários a ela tiveram. A escola conseguiu transformar o indígena em uma imagem literária, distante da realidade. A imagem de um ser que deixou de existir, ou que existiu somente em tempos tão remotos que parecia mais um ser mitológico que uma pessoa real. É importante destacar, contudo, que a escola, não foi e não é exclusivamente local de disseminação e aceitação total de um discurso dominador. É preciso entender a escola como uma célula social, um organismo vivo que potencializa as questões sociais, principalmente, quando, mesmo aos poucos, outras classes sociais começam a chegar a graus de escolaridade maiores. Desse modo, apesar de ter sido regida pela legislação colonizadora, a escola também travou grandes batalhas na busca por uma sociedade mais igualitária, se aproximando dos debates promovidos por movimentos sociais e culturais que cresciam cada vez mais em todo o país, principalmente, pelos idos da segunda metade do século XX.

Nesse período, os discursos dos movimentos étnico-raciais se uniram com vários outros que exigiam representatividade política para todos, mais liberdades, fossem elas políticas, de expressão, culturais, religiosas, sexuais, entre outras várias. Todos esses movimentos compuseram o contexto em que foi escrita a nova Constituição do Brasil de 1988, a “Constituição Cidadã”. De lá pra cá, muitos progressos em torno da representatividade dos povos nativos ocorreram e uma vasta legislação educacional nesse intuito foi criada. Apesar disso, é recorrente encontrar nos livros didáticos imagens não tão diferencia-

das do passado. Por mais que, no caso dos livros de história, os autores sejam historiadores e tentem trazer uma discussão em suas produções, ainda é difícil se desvencilhar de determinadas imagens. Não que seja uma questão perdoável ou aceitável o fato de os livros didáticos ainda apresentarem esse modelo estático e, por vezes, ultrapassado. Contudo isso nos leva a reparar tanto o processo de confecção e escolha dos livros didáticos, quanto a formação continuada dos professores e a própria formação acadêmica dos historiadores, já que, por muito tempo, o ensino de história não foi visto como parte importante do conhecimento histórico, podendo ter acarretado em uma pouca importância da análise dos livros didáticos de história nos cursos acadêmicos. Diante disso, quando se observa as imagens que muitos livros didáticos ainda apresentam sobre os povos indígenas, se vê, por vezes, um personagem estático, sem muitas mudanças nas suas culturas desde a chegada dos europeus. No entanto, é necessário salientar que não se busca aqui demonstrar que os povos indígenas deixaram de ser totalmente aquelas pessoas de tempos pré-colombianos. Se trata de compreender que as culturas estão em constante movimento e que, na atualidade, além dos povos que vivem de modo semelhante a seus antepassados, há diversos outros que vivem de forma diferente, que há povos indígenas com grandes misturas raciais e que não se encaixam no fenótipo do indígena pré-colombiano.

Para muitos povos tradicionais, ainda é difícil se perceber tanto no livro didático, quanto nas próprias aulas. Mesmo após as legislações educacionais do início dos anos 2000, não seria de forma rápida e efetiva que esses povos teriam representatividade através do ensino. Novamente, é necessário pontuar que não se espera um livro didático com um capítulo destinado para cada povo, cada nação. Essa não é a função do livro didático. Ele precisa trazer elementos para os debates, pontuar questões para serem desenvolvidas pelos professores e estudantes. A questão aqui tratada é a importância de se compreender que existem vários povos, com várias formas de vida e que não há problema esses povos interagirem entre si e, possivelmente, compartilhar símbolos. Também, não se tece neste trabalho, uma crítica à preservação das tradições de cada povo. Há de se entender, contudo, que inclusive elas são passíveis de intervenções ou até criações. Ou seja, muitas vezes, aquisições atuais são mais representativas de um povo, que atividades milenares que se repetem, por vezes, de forma maquinal, sem serem compreendidas. Desse

modo, uma tradição não é apenas repassada entre as gerações. Ela deve ser sentida e compreendida.

Assim, independente das leis que foram criadas no sentido da defesa da representatividade dos povos tradicionais a partir do ensino, é necessário a compreensão e a aceitação da existência de vários tipos de povos, com modos de vida diferenciados. Há, no entanto, ainda certa rejeição pelos povos indígenas e quilombolas urbanos. Esses povos, muitas vezes sofrem preconceitos por não atenderem àquela regra que, por vezes teima em ser usada, de que os povos indígenas verdadeiros são aqueles que não usam roupas e que vivem nas matas, se alimentando da caça e da pesca. Na realidade, o indígena pode ser os dois. O fato de um existir, não exclui a existência do outro. Essa comparação entre os modos de vida de cada povo, na tentativa de se descobrir quem é mais indígena ou menos indígena também é uma forma de excluir ambas as formas de vida. Desse modo, é necessário que a legislação seja analisada à luz da existência desses vários povos, observando suas características e especificidades. A lei faz uma leitura abrangente sobre os povos tradicionais, mas a escola, os professores, os estudantes, a comunidade escolar, estes, devem fazer a lei acontecer. Uma lei só existe, na prática, a partir dos sujeitos que a aplicam. Os usos de uma legislação podem ser mais abrangentes que seus artigos e parágrafos.

No caso das legislações educacionais, sua aplicabilidade está diretamente ligada à comunidade escolar. Isso não significa que as leis não são recebidas e cumpridas, significa que algumas leis podem ser consideradas melindrosas. É o caso das leis voltadas para as questões étnico-raciais. Essas leis, por várias vezes, podem ter sofrido reveses das mais variadas formas. Quando as leis colocam a obrigatoriedade do ensino das culturas indígenas e negras, isso abarca a religiosidade desses povos. Ao entrar nessa seara, as dificuldades da aplicabilidade das leis começam a aparecer. Nem todos os professores ou escolas, ou mesmo estudantes e suas famílias aceitam atividades pedagógicas voltadas para a temática da religiosidade, ainda afirmando que essas crenças estão ligadas a “coisas do demônio”. Não apenas as questões religiosas são vistas de forma sinuosa, questões com territorialidade, direitos políticos, leis de cotas, ou seja, quase tudo que envolve os direitos de negros e indígenas enfrenta certa dificuldade de ser colocado em sala de aula. Assim, as leis vão tentando

sobreviver a tantas adversidades. Contudo, como já se sabe, leis não são seres vivos. Elas necessitam dos sujeitos para serem aplicadas. Daí a importância dos movimentos étnico-raciais e da entrada de pessoas negras e indígenas nas escolas, como professores ou gestores, nas secretarias de educação, nas universidades e em vários outros lugares.

As leis são necessárias e importantes, mas as pessoas que lutam por elas e que lutam para que elas sejam aplicadas são essenciais. A legislação para a obrigatoriedade do ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas atende às necessidades legais, mas a efetivação desta está nas mãos das pessoas. Não é um trabalho simples, contudo, pois, como já foi colocado, muitos povos indígenas e quilombolas carregam as marcas da negação. Como povos que tiveram suas histórias negadas lutam por seus direitos? Quanto a isso, não é possível esperar que outros façam isso. A lei vale para todos! Todos devem colocá-la em prática. De acordo com a lei:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (NR)

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(Brasil, 2008).

A lei modificou currículos, incentivou debates, ampliou os estudos sobre os temas, influenciou a produção de livros, porém, ainda há muitos reveses em sua aplicabilidade e compreensão. Apesar disso, é importante destacar que, após a criação das leis houve um salto na educação, não apenas dos debates de propostas pedagógicas, mas também de lutas por representatividade, participação, reconhecimento e garantia de direitos. Assim, novamente, pontuamos a relação entre todo esse arcabouço legal e o cotidiano de comunidades nativas em suas vivências locais, na perspectiva de que elas possam avaliar em que sentido essas leis poderão auxiliar em suas necessidades práticas. É necessário atentar para as questões culturais e sociais dos povos, e como tudo isso se insere na discussão de o que se é tratado nas aulas de história. As vivências dos povos originários não devem necessariamente estar dentro dos livros didáticos, suas crenças não precisam ser explanadas a fundo por todos os estudantes e professores. Os estudantes não precisam estudar todas as religiosidades dos povos tradicionais. Porém, todos precisam compreender que existem indígenas e quilombolas urbanos e rurais. E que eles não precisam ter rostos idênticos. Não precisam compartilhar das mesmas crenças. Não precisam de vestimentas iguais. Só precisam ser reconhecidos como pessoas, seres de direitos e deveres. As vivências desses povos importam para eles, não precisam de patentes de outros. Esses povos precisam ter seus espaços respeitados e reconhecidos. Precisam ter seus direitos garantidos.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. Violar memórias e gestar a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “parto difícil”. **CLIO: Revista do Curso de Mestrado em História – Série Arqueológica (UFPE)**, v. 1, n. 15, p. 39-53, 1994.

BARCA, Isabel. Educação Histórica: uma nova área de investigação. **Revista da Faculdade de Letras – História**, Porto, III série, v. 2, p. 13-21, 2001.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 9ed. São Paulo: Contexto, 2004.

CAMPOS, Eduardo. **Pacatuba: breve memória**. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1999/1999-PacatubaBreveHistoria.pdf>.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015.

GERMINARI, Geyso D; BARBOSA, Marcos Roberto. A cognição histórica situada: expectativas curriculares e metodologias de ensino. **Antíteses**, v. 5, n. 10, p. 741-760, jul./dez. 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História. USP – São Paulo, v. 10, dez, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>.

PARKES, Robert J; DONELLY, Debra. Concepções em mudança do pensamento histórico no ensino da história: um estudo de caso australiano. **Tempo e Argumento**, v. 6, n. 11, 2014.

PIAGET, J. e INHELDER, B. **Da Lógica da Criança a Lógica do Adolescente**. São Paulo: Pioneira, 1976.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília: Planalto do Governo.

SANTOS, M. S. Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Sociedade e Estado**, v. 15, n. 02, p. 271-302, 2022.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tania Maria Figueiredo Braga. Perspectivas da Didática na Educação Histórica. *In*: **29a. Reunião anual da ANPED, 2006, Caxambu-MG**. Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos. Rio de Janeiro: ANPED, 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tania Maria Figueiredo Braga. Professores e produção do currículo: uma experiência na disciplina de História. **Currículo sem Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 160-170, Jan./Jun. 2007.

SZYMANSKI, M. L. S. **Falta do desejo de aprender**: causas e consequências. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

Sites visitados:

<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/pitaguary/925>

<http://www.maracanau.ce.gov.br/historia-de-maracanau/>

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/a-area-de-ciencias-humanas>

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_215_.asp

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_231_.asp

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

Uma “overdose de Einstein”: (ab)usos de imagens e passados em Sobral (1999-2023)

Thiago Braga Teles da Rocha¹

Um *flâneur* emerge despretensiosamente pela margem esquerda do Rio Acaraú, em Sobral, caminhando entre uma ponte, Othon de Alencar, e outra, José Euclides Ferreira Gomes, que ligam o Centro Histórico, tombado pelo IPHAN desde 1999, aos bairros periféricos Dom Expedito, Grande Sinhá Saboia e Parque Santo Antônio. Em sua caminhada, o transeunte pode observar, à sua direita, a composição de diferentes temporalidades da cidade, que vão uma a uma somando imagens como um palimpsesto que propõem camadas de signos e sentidos prontos a serem escavados.

Após passar por uma “areninha”, por quadras poliesportivas descobertas, por um relógio solar, vê-se construções que se contrapõe às casas humildes que ainda convivem (ou sobrevivem?) com a urbanização realizada em fins do segundo mandato de Cid Ferreira Gomes como prefeito municipal, em 2004, ao passo que alguns metros à frente se destacam os restaurantes que hoje dão um ar de burlesco à cidade. As torres das Igrejas também estão ali, múltiplas se vistas com maior distância, imponentes quando encaradas de perto, pois a Igreja de Nossa Senhora das Dores e a Catedral de Nossa Senhora da Conceição do Acaraú estão a poucos metros de si e das águas do Acaraú.

Todos os signos ali se espalham, articulando fragmentos de tempos distintos em uma visibilidade que quer ser vista como moderna e tradicional, ajudando a contar um pouco da história de Sobral. Todavia, uma das inscrições acaba por gerar uma relação de dupla alteridade, com o tempo e com o espaço, quando vista na metafórica caminhada. Uma estátua. Um ser inanimado e congelado que aspiram ser perene na efemeridade do tempo. Uma representação de Albert Einstein (1879-1955), físico teórico alemão que se radicou nos Estados Unidos após a chegada dos nazistas ao poder em seu país natal, compõe parte da paisagem de Sobral, ironicamente com o olhar fitado para o patamar da Igreja de Nossa Senhora das Dores e de costas para o Rio Acaraú.

1 Professor da Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC/CE e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

Figura 1 - Estátua de Einstein edificada em Sobral, de autoria de Murilo Sá Toledo, inaugurada no primeiro mandato de Ivo Ferreira Gomes como prefeito de Sobral, em 2019



Fonte: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/05/29/eclipse-observado-no-ceara-ha-100-anos-comprovou-teoria-de-einstein-e-revolucionou-a-ciencia.ghtml>.

Acesso em: 20 mar. 2024.

O *flaunêr* poderia se perguntar sobre o que explica, historicamente, a imagem de um personagem que nunca chegou a tocar os pés no Ceará ter uma estátua compondo o cenário institucionalizado da cidade, sendo homenageado e tendo sua representação transformada, então, numa espécie de monumento? Continuando sua caminhada, iria até o fim da “Beira-Rio”, em direção ao Terminal Rodoviário de Sobral, onde em uma rua perpendicular, já no centro comercial, aguardaria um ônibus para poder se deslocar à outras partes mais distantes da cidade. Para sua surpresa, o veículo, ao contrário do transporte de Atenas certa vez citado por Michel de Certeau, traz uma outra forma de metáfora em seu dorso: representações imagéticas de dois homens com marcantes bigodes, a partir de fotografias bastante famosas, o cantor sobralense Antônio Carlos Belchior (1946-2017) e, novamente, Albert Einstein. Seria Einstein “sobralizado?”, pergunta-se o viajante.

Há um texto de Michel de Certeau que discute *O Imaginário da Cidade* (2010). Nele, por meio de seu caminhar, constrói-se a ideia de uma *overdose de imagens* (p. 41). É esta cifra que quero usar como chave de minha problemática, em diálogo com a ideia de *abrir as imagens*, como propõe Didi-Huberman (2013, p. 185). Ora, se “vemos o passado” por meio de diferentes linguagens, como sugere Manoel Luiz Salgado Guimarães (2007), esta overdose do famoso físico teórico nos faz pensar, que imagens do passado são eclipsa-

das pelo uso da figura de Albert Einstein? Que mitos e comemorações (Cattroga, 2005) os gestores públicos desejam fundar e exercitar? A historiografia produzida ao longo do século XX alterna entre esquecer e valorizar o eclipse, nunca atribuindo ao físico um papel de protagonista na história de Sobral.

1999: A luz faz a curva entre Einstein e Sobral

Em 29 de maio de 1919, três comissões científicas estavam em Sobral a fim de observar um eclipse total do Sol, ocorrido no começo daquela manhã. As comissões brasileira e estadunidense tinham interesses diversos, ao passo que a inglesa, composta por dois pesquisadores, ocupou-se em fotografar o fenômeno a fim de verificar a Teoria da Relatividade proposta por Albert Einstein em 1905 e ampliada em 1915. Este acontecimento foi por muito tempo esquecido na historiografia local (Rocha, 2024), ocorrendo o que Ricoeur (2007) chama de memória manipulada, ampliando e ressignificando o fato nos últimos 25 anos, com forte presença de uma cultura imagética e material que busca “sobralizar” Einstein, especialmente durante as gestões do grupo político Ferreira Gomes.

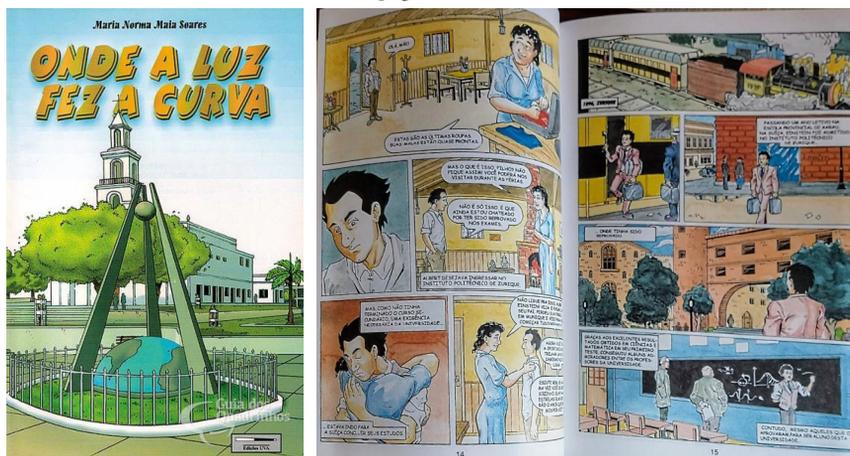
Em 1999, oitenta anos após o evento, ocorria o terceiro ano do primeiro mandato de Cid Ferreira Gomes como prefeito de Sobral. A cidade vivenciava um momento de grandes transformações urbanísticas e infraestruturais, obedecendo a um projeto político que serviu como modelo para consolidar a presença de Cid e seu grupo político, como também como exemplo e propaganda para campanhas em nível estadual nos anos seguintes. Era a “Sobral no rumo certo”, como ditava o *slogan* daquele mandato.

A efeméride de oitenta anos da ocorrência do Eclipse Total do Sol, que possibilitou a comprovação da Teoria da Relatividade por comissões compostas por pessoas que não eram de Sobral, passou a ser tratada como um fato ser comemorado e exercitado, tendo como principais marcos a inauguração do Museu do Eclipse, em frente à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, onde a comissão composta por cientistas do Observatório Nacional, liderados por Thomas Morize, mas que não estavam preocupados com a comprovação da teoria proposta por Einstein. Esta foi fotografada em outra espacialidade, no que antes era o hipódromo da cidade. O museu passou a ser um marco da

gestão de Cid em Sobral, ocupando papel de destaque na composição das obras públicas realizadas pelo jovem prefeito.

Todavia, uma publicação que gostaria de destacar, a revista em quadrinhos *Onde a luz fez a curva*, roteirizada por Norma Soares, que tinha como enfoque central ser um material a ser distribuído para as crianças da cidade, compôs uma narrativa que rememorava e institucionalizava o eclipse. O problema é que pouco a cidade aparece na narrativa, preocupando-se em narrar a vida de Albert Einstein como foco central. Considero essa biografia em história e quadrinhos como o ponto fundacional de uma memória que agregou pessoalmente a cifra do cientista alemão ao da cidade. Ao abrirmos suas imagens, como sugere Didi-Huberman, também abrimos portais de tempo para a compreensão das estratégias discursivas dos que produziram esta forma de cultura escrita e imagética para a cidade.

Figura 2 - Capa da primeira edição de *Onde a luz fez a curva*, e trecho da obra, nas páginas 14 e 15

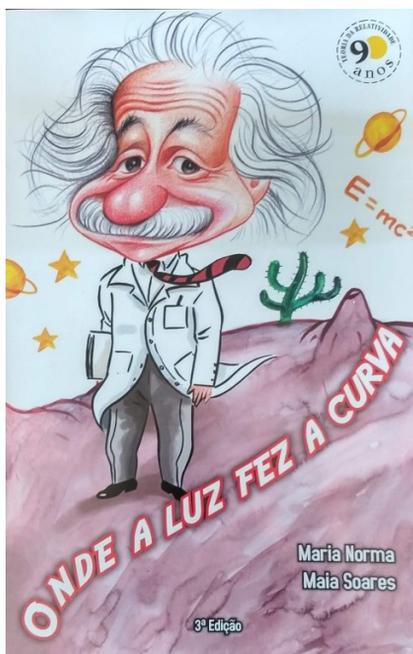


Fonte: Arquivo Pessoal.

A capa da primeira edição da obra opta por dar ênfase a bricolagem entre a Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio e o segundo monumento em referência ao Eclipse de 1919, que hoje fica posicionado acima do Museu do Eclipse. Destaca-se que a cidade só é protagonista em poucas páginas da obra, tendo como telos fundamental a narrativa da vida de Albert Einstein. Um Einstein que anda de bicicleta, que mostra sua relação com estudos enquanto jovem, sua vida pessoal, criando um personagem carismático, que explica sua teoria

mais conhecida, com pequenos *links* com Sobral, tendo como principal narrador um outro personagem, de nome Sobralito, que era apresentado como um senhor que viu o eclipse quando criança e sabia tudo sobre a vida do cientista alemão...

Figura 3 - Capa da terceira edição de *Onde a luz fez a curva*, publicado em 2005



Fonte: Arquivo Pessoal.

Há uma mudança de direcionamento poucos anos depois, quando em 2005 outra efeméride é comemorada, a de noventa anos da publicação da primeira parte da Teoria da Relatividade por Albert Einstein. Em vez da Igreja do Patrocínio, o signo protagonista é uma representação em forma de cartum do físico teórico alemão, em um cenário marcadamente identificado como o do estereótipo ligado ao imaginário de sertão, com terra seca, e pouca vegetação representada por um cacto ao fundo, somado à signos astronômicos, como estrelas e planetas, além da famosa fórmula que sintetiza a teoria: $E = mc^2$. Em vez de uma edição para circular em Sobral, esta seria para circular em eventos acadêmicos comemorativos em Fortaleza, mantendo a narrativa anterior, mas deixando de saída claro quem era o protagonista da obra: Einstein e não Sobral.

Concomitante a estas produções em forma de revista, uma obra audiovisual também teve destaque. Um curta-metragem de animação, com o mesmo título, *Onde a luz fez a curva*, também roteirizado por Norma Soares, mudava a estratégia narrativa, colocando em perspectiva a vinda das expedições à Sobral e o processo de observação. Em treze minutos de vídeo, narrados em terceira pessoa e com poucas inserções de diálogos, todo o processo de vinda das expedições para Sobral via Porto de Camocim, os contatos com os moradores da cidade e a observação e repercussão da observação do eclipse tornam-se protagonistas, ao passo que Albert Einstein aparece apenas ao final, em uma palestra, com uma fala que parece tentar conectar o Brasil à sua grande teoria.

Figura 4 - Representação de Einstein falando a jornalistas no Rio de Janeiro e de um jornalista questionando a importância do Brasil para o evento, em 1925



Fonte: SOARES, Maria Norma Maia. *Onde a luz fez a curva*. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA; Fortaleza: Núcleo de Cinema e Animação do Ceará – NACE/UFC. Reprodução. Frames 11' 09" e 11' 19".

Einstein aparece ainda em obras acadêmicas, especialmente com destaque para títulos organizados por Ronaldo Mourão. Aqui a imagem que se constrói é a discursiva, tecendo um intelectual que atrai, como um eixo gravitacional, as atenções do mundo para Sobral. Nesta primeira fase, entre os fins dos anos 1990 e o começo dos anos 2000, o discurso de progresso que é formulado pelas gestões Cid Ferreira Gomes (1997-2005), especialmente com o *slogan* do primeiro mandato, “Sobral no rumo certo”, é composto por uma associação a um dos cientistas mais famosos do mundo, construindo cifras que, postas juntas, fazem ressoar uma sensação de sucesso e modernidade ao gestor municipal.

2013: “O peso da luz: Einstein no Ceará”: uma ficção em imagens

Dez anos depois, já na administração de Clodoveu Arruda Neto, o Veveu Arruda (2011-17), novo entusiasmo em associar as figuras do eclipse, e mais detidamente de Einstein, é percebido. Um novo equipamento público é inaugurado: um planetário, em comemoração à efeméride de 96 anos de comprovação da Teoria da Relatividade, em 2015, também compondo a praça onde fica localizada a Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio.

Figura 5 - Praça de Nossa Senhora do Patrocínio, com o templo católico ao fundo, tendo o Planetário ao seu lado direito e o Museu do Eclipse à sua frente

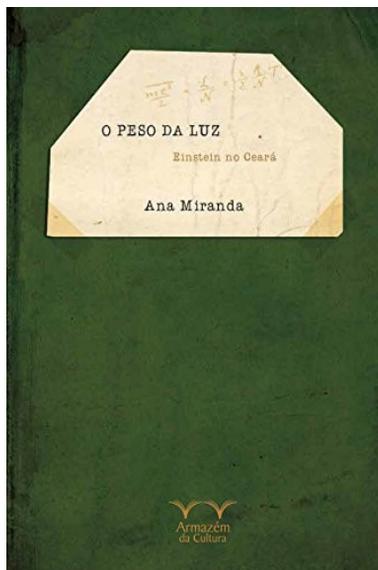


Disponível em: <https://visitesobral.com.br/wp-content/uploads/2021/03/sobral-igreja-planetario-museu-eclipse.jpg>. Acesso em: 22 mar. 2024.

Além do bem material, a composição discursiva também se mostra efetiva. Em uma estratégia similar às empreendidas anos antes, onde ficção e narrativa histórica se misturavam para a composição de um imaginário sobre o passado, a literata cearense Ana Miranda, famosa por escrever diversas biografias ficcionais de personagens históricos, acabou por realizar uma espécie de biografia do eclipse de 1919 em Sobral, a fim de apresentar os personagens que estavam em Sobral a fim de explorar o evento, tendo como mote a narrativa de um personagem ficcional. Einstein é um fantasma na obra. Está no Ceará, ou em Sobral, por ser um ser onnipresente, mas que não se materializa em

carne e osso nas linhas do romance. Aqui a imagem concebida é a literária, que novamente agrega a do internacionalmente conhecido físico alemão à do Ceará e, especialmente, Sobral.

Figura 6 - Capa de *O peso da luz*



Disponível em: <https://armazemdacultura.com.br/products/o-peso-da-luz>.
Acesso em: 19 mar. 2024.

O texto tem como tópicos a vida de um personagem ficcional, um paraibano de Cajazeiras, Roselano Rolim, baseado no avô da autora, que se relaciona com os cientistas que vieram para as expedições, bem como com os personagens que habitavam a cidade. É uma Sobral envolta num discurso de progresso. Einstein, e a famosa fórmula da Teoria da Relatividade, aparecem apenas na capa e no título da obra, não habitando efetivamente o texto.

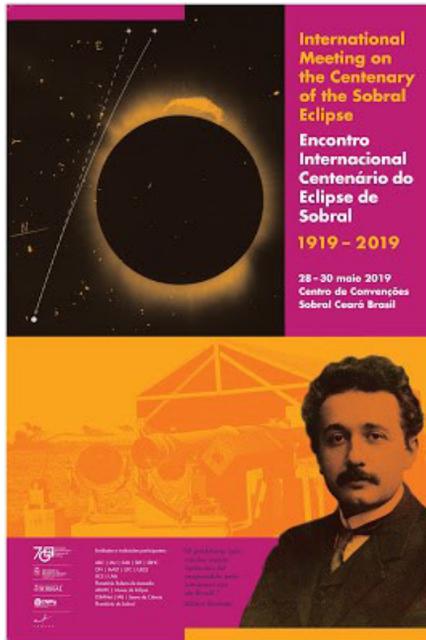
2019: O centenário do eclipse a ressignificação da imagem de Einstein

Em 2019, no terceiro ano de administração municipal de Ivo Ferreira Gomes, no afã de comemorações do centenário da efeméride, tanto a estátua de Einstein, instalada na Margem Esquerda da Beira Rio do Acaraú, como a divulgação da imagem nos ônibus da cidade passa a compor uma forma de

sobralizar Einstein, tornando-o tão presente como o seu agora conterrâneo Belchior na cidade.

Em maio daquele ano, foi organizado um evento dito acadêmico pela administração municipal, o “Encontro Internacional Centenário do Eclipse de Sobral”, que buscava novamente associar a imagem de Albert Einstein e Sobral. O folder de divulgação, como não poderia deixar de ser, mantinha o personagem onisciente como sendo fundamental para respaldar o evento científica e o acontecimento do passado.

Figura 7 - Folder “Encontro Internacional Centenário do Eclipse de Sobral”



Fonte: <http://www.sobral.ce.gov.br/informes/principais/abertas-inscricoes-para-o-encontro-internacionalcentenario-do-eclipse-de-sobral>. Acesso em: 20 mar. 2024.

O evento ganhou tons mais políticos que acadêmicos, com a presença de diferentes políticos com e sem mandatos, e com a quase ausência de historiadores debatendo a relação do evento para com a história da cidade. Ciro Gomes, irmão de Ivo Gomes e então sem mandato, e o então ministro da Ciência e Tecnologia Marcos Pontes, compuseram o palanque do evento, que mais uma vez serviu como propaganda da cidade, em vez de um ponto efetivo de discussão científica.

Em fins de 2019 passou a circular na cidade a Linha do Transporte Urbano de Sobral, TRANSOL. Micro-ônibus e, posteriormente, ônibus de 40 lugares, passaram a circular na cidade, com administração da Secretaria do Trânsito e Transportes de Sobral. As primeiras unidades passaram a rodar caracterizados com desenhos de Albert Einstein e de Antônio Carlos Belchior, como sendo os símbolos de Sobral, sendo os novos signs agregados à “sobralidade”.

Figura 8 - TranSol, com as imagens de Einstein e Belchior



Disponível em: <https://sobral.ce.gov.br/informes/principais/cidade-universitaria-nova-linha-de-transporte-urbano-contempla-todos-os-polos-universitarios-do-municipio>. Acesso em: 19 mar. 2024.

Passadas as comemorações do centenário do eclipse, as menções a Einstein pareciam ficar restritas aos signs já estabelecidos pela cidade. Em 2023, após anos sem a realização de uma micareta na cidade por conta da Pandemia da Covid-19, ocorreu em novembro o CarnaSobral, com atrações nacionais como Bell Marques, Cláudia Leite e Ivete Sangalo. O evento contava com apoio da Prefeitura Municipal de Sobral e, mais uma vez, recorreu a imagem de Einstein em sua propaganda, mas agora resignificando-a, não mais agregando-a à cidade em um signo científico, mas dando à imagem uma conotação carnavalesca, com uma caracterização da famosa fotografia do físico mostrando a língua, com a introdução de cores vibrantes e um par de óculos escuro de armação verde e lentes em formato de coração. Com o slogan de *Let's Folia*, em 2023 o processo de sobralização de Einstein parece ter chegado

ao ápice, transformando-o em um símbolo que transborda a utilização inicial da imagem e ressignificando o signo como parte da indumentária da cidade.

Figura 9 - Cartaz de propaganda do CarnaSobral



Disponível em: <https://partiucafeval.com/carnasobral-2023/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

Agora como sobralense, a imagem de Einstein passa a compor as cifras da cidade, dando sentido, ao ressoar, com noções como modernidade, progresso e, até mesmo, folia e diversão. Se Einstein não veio a Sobral em vida, pouco importa. Sua overdose de imagens agora torna-o o mais sobralense dos cientistas, mesmo que se ofusque os próprios agentes de saber nascidos ou com trajetórias de vida efetivamente ligadas à cidade.

Considerações (não) Finais

Neste pequeno texto, tentei dar vazão à algumas inquietações postas por quem vivencia a história do tempo presente da cidade que habita. Em Sobral, ao menos desde os fins dos anos 1990, há uma tentativa de bricolagem a figura de Albert Einstein com a da cidade, mesmo o famoso cientista nunca tendo vindo ao Ceará, ou sequer ter citado o nome da urbe em quaisquer dos seus escritos. Esta tentativa é justificada pelo poder público devido a comprovação da Teoria da Relatividade, proposta por Einstein, publicada em 1905 e ampliada em 1915, e comprovada por uma expedição inglesa que veio a Sobral em 1919 observar e fotografar o eclipse total do Sol de 29 de maio daquele ano. Revista em quadrinhos, curta-metragem e obra literária foram

lançadas nesta perspectiva, tornando Einstein presente, de alguma forma, em Sobral. Mas é nos últimos anos que os (ab)usos do passado ficaram mais evidentes. Einstein virou estátua, logo do transporte público e, por fim, garoto propaganda do “CarnaSobral”, micareta da cidade patrocinada pelo poder municipal. Sua imagem hoje é uma cifra de Sobral, sobralizando o cientista enquanto exporta a cidade, num duplo-movimento, como os que o TranSol realiza continuamente rompendo as ruas da cidade...

Referências

CERTEAU, Michel de. O imaginário da cidade. *In*: CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobrázky. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante da imagem**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Edições 34, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 11–30, 2007. DOI: 10.1590/S0101-47142007000200002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5463>. Acesso em: 21 mar. 2024.

MIRANDA, Ana. **O peso da luz**: Einstein no Ceará. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [*et al.*]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Thiago Braga Teles da. **A fabricação de passados por padres em Sobral (1922-1991)**. Teresina: Editora Cancioneiro, 2024.

SOARES, Maria Norma Maia. **Onde a luz fez a curva**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1999.

SOARES, Maria Norma Maia. **Onde a luz fez a curva**. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA; Fortaleza: Núcleo de Cinema e Animação do Ceará – NACE/UFC, 1999

Ginásios Estaduais Vocacionais (GVs) de São Paulo (1961-1969): como a “escola do futuro” se transformou em nada mais do que uma “escola de esquerda”

Caio Rodrigo Carvalho Lima¹

Introdução

Com este texto, tenho quatro objetivos que se entrelaçam. Em primeiro lugar, objetivo apresentar, brevemente, um histórico da experiência dos Ginásios Estaduais Vocacionais de São Paulo², os quais existiram entre 1962 e 1969. Em segundo lugar, indico como os GVs foram retratados pela historiografia que trata do tema. Em terceiro lugar, indico também as singularidades de textos considerados clássicos para a historiografia sobre ensino de história, focando, principalmente, no espaço relegado (ou não) por suas autoras à experiência dos GVs. Em quarto lugar, encerrando o texto, reflito sobre aproximações entre a maneira com que os GVs foram vistos pela historiografia (tanto a específica quanto a geral sobre o ensino de história) e a forma com que essas escolas foram descritas pelos agentes do Estado Militar³, responsáveis por sua extinção.

Como parte de minha pesquisa de doutorado em andamento, portanto, este texto se configura como um exercício de reflexão acerca de algo que considero ser valioso para se pensar acerca da importância dos GVs tanto no passado quanto no presente. Isto é, como (e por quê?) essas escolas, consideradas

-
- 1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN), licenciado, bacharel e mestre em história financiado, atualmente, pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
 - 2 Com fins de objetividade textual, a partir de agora, referir-me-ei a essas escolas pela sigla GVs.
 - 3 A definição de Estado Militar foi retirada do trabalho de José Willington Germano (2010), para quem este é a “[...] expressão de uma fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que ocorre sob a égide dos monopólios e que expressa, sobretudo, os interesses dos conglomerados internacionais, de grandes grupos econômicos nacionais e das empresas estatais, formando um bloco cuja direção é recrutada nas Forças Armadas e que conta com o decidido apoio dos setores tecnocráticos” (Germano, 2010, p. 21).

em seu tempo como a “escola do futuro”, transformaram-se em nada além de uma “escola de esquerda”.

Retirei o termo escola do futuro da matéria escrita por José Hamilton Ribeiro em 1967 para a revista “Realidade”, cujo título é bastante elucidativo: “Já existe a escola de amanhã” (Ribeiro, 1967) e na qual, dentre outros temas, Ribeiro descreveu como ocorriam diversas atividades naquelas escolas, justificando, no processo, por que elas deveriam ser consideradas a “escola de amanhã”. Por outro lado, o entendimento de os GVs terem se transformado em nada mais do que uma escola de esquerda advém do Inquérito Policial-Militar (IPM) instaurado pelo Ministério do Exército e assinado pelo Coronel Alzir Benjamin Chaloub datado de 2 de julho de 1971 (Brasil, 1971). Neste, em contraste expressivo com o texto escrito por Ribeiro, os GVs foram considerados falsos e, a pedagogia aplicada nessas escolas, comunista e esquerdizante.

Sendo assim, o que aconteceu entre nos anos de 1967 e 1971 para os GVs terem sofrido tamanha alteração em seu significado para o Estado brasileiro? Certamente, o texto de Ribeiro não possui o mesmo peso institucional que o IPM. Porém, tantas outras matérias publicadas ao longo da década de 1960, além das perspectivas de futuro expressas pela historiografia para os GVs, atestam que a transformação pela qual passaram essas escolas ocorreu, também, a nível de entendimento por parte do Estado brasileiro. Mais do que isso, conforme se observa na historiografia que analisarei a seguir, a possibilidade de lembrar os GVs sofreu com a ação do Estado Militar, de modo que muito da maneira com que essas escolas são lembradas, pelo menos, desde o fim dos anos de 1970, decorre da narrativa imposta pelos militares.

Um breve histórico

Oficialmente, os GVs foram criados pela Lei nº 6.052 de 3 de fevereiro de 1961, depois regulamentada pelo Decreto nº 38.643 de 27 de julho do mesmo ano (São Paulo, 1961a; 1961b), parte do conjunto de determinações legais que configurou a Lei de Reforma do Ensino Industrial. No artigo 21 da referida Lei, eles foram descritos como cursos vocacionais com 2 ou 4 anos de duração correspondentes ao 1º ciclo do, então, grau médio (o que

hoje seria equivalente ao Ensino Fundamental II). Dentre seus objetivos, no mesmo artigo lê-se o seguinte: “[...] proporcionar cultura geral, explorar as aptidões dos educandos e desenvolver suas capacidades, dando-lhes iniciação técnica e orientando-os em face das oportunidades de trabalho e para estudos posteriores” (São Paulo, 1961a, p. 1).

Conforme se observa, os GVs surgiram voltados para a formação para o trabalho, algo típico do ensino vocacional existente na época. Diferentemente dos cursos ginasiais comuns, essas escolas deveriam formar as e os adolescentes para a descoberta de suas aptidões laborais de tal maneira que, ao final do curso, estes pudessem (se quisessem) inserir-se no mercado de trabalho, desafiando, de certa forma, a demanda para os cursos colegiais (equivalentes ao Ensino Médio contemporâneo) e, mais importante, para as universidades. Notar isso é importante, pois os GVs foram recebidos à época com grandes expectativas quanto a esses objetivos. No entanto, na prática, embora suas equipes tenham preparado as e os estudantes para se inserirem no mercado de trabalho, elas assim o fizeram de uma maneira bastante única (o que, mais tarde, seria visto pelos militares como prova das atividades subversivas que justificaram sua destruição).

Ademais, no texto do Decreto, em seu artigo 302, estabeleceu-se a subordinação dos GVs ao Serviço do Ensino Vocacional (SEV), órgão ligado à Secretaria da Educação, mas autônomo. Para a coordenação do SEV foi encaminhada a professora Maria Nilde Mascellani, educadora vinculada à Secretaria desde a década anterior e cuja participação na classe experimental de Socorro, no interior de São Paulo, a qual ocorreu no Instituto “Narciso Pieroni”, chamou a atenção do secretário da pasta à época, Luciano Vasconcellos de Carvalho⁴.

A atuação desses dois agentes foi fundamental para a inserção dos GVs na Lei de Reforma do Ensino Industrial, e Mascellani, especialmente, tornou-se

4 As classes experimentais foram parte de um conjunto de ações dos agentes da educação dos anos de 1950 voltadas para a renovação do ensino com forte inspiração nas *classes nouvelles* francesas. Segundo Maria Nilde Mascellani (2010), no entanto, elas se limitaram à renovação metodológica, não havendo nelas a preocupação com a renovação educacional do ponto de vista filosófico. Isso ocorreu, de certa forma, na classe experimental de Socorro, da qual Mascellani foi coordenadora pedagógica. Quando da visita de Luciano de Carvalho ao Instituto “Narciso Pieroni”, escreveu a educadora, este se perguntou por que tal experiência deveria se limitar àquela cidade, iniciando, assim, os trabalhos que levaram à inserção dos GVs e do SEV na Lei de Reforma do Ensino Industrial.

protagonista na luta pela expansão dos GVs e pela melhoria do ensino secundário ao longo da década de 1960. Reforçar estes dois aspectos, a autonomia do SEV e o protagonismo de Mascellani, é relevante, pois, novamente, eles serviriam de justificativa para os militares classificarem os GVs, o SEV, a própria Mascellani e diversos funcionários daquelas escolas como subversivos, assim tornando justa a invasão que ocorreria em todas as unidades dos GVs no dia 12 de dezembro de 1969 e a posterior instauração do IPM.

Uma vez estabelecida a base legal, os trabalhos para a abertura dos GVs se iniciaram já em 1961. A expectativa quanto à renovação proporcionada por essas escolas foi tamanha que se esperava o início das atividades já naquele ano, em março, quando se começava o período letivo. O ensino ginasial, visto como “[...] um crime contra os interesses da nacionalidade [...]” (Urgência [...], 1961, n.p.), encontraria nos GVs a resolução de seus problemas posto que qualificariam as e os adolescentes para o trabalho o mais rápido possível tendo em vista o aumento vertiginoso da demanda advindo da rápida industrialização pela qual passava centros urbanos como São Paulo.

Independentemente disso, as atividades dessas escolas se iniciaram no ano seguinte, 1962, com a abertura das três primeiras unidades: uma na capital paulista, o Ginásio Vocacional “Oswaldo Aranha”; uma em Americana, “João XXIII”, e outra em Batatais, “Cândido Portinari”. Para o ano seguinte, previa-se a instalação de mais cinco unidades (Encerram-se [...], 1961), porém, apenas mais duas foram abertas, a de Barretos, “Embaixador Macedo Soares”, e a de Rio Claro, “Chanceler Raul Fernandes” (Chiozzini, 2003; 2010; Mascellani, 1988; 2010; Neves, 2010; Tamberlini, 1998).

Entre 1962 e 1967, os GVs aprimoraram as técnicas pedagógicas e formaram suas primeiras turmas dos cursos ginais, além de o SEV promover cursos de formação voltados tanto para as e os docentes que ingressariam nos GVs quanto para docentes da rede estadual de ensino, divulgando a pedagogia que lhe era específica e estimulando a renovação do ensino secundário. Entre 1967 e 1968, as equipes deram passos mais ambiciosos com a instauração dos projetos que levariam à abertura de mais três modalidades de curso e de mais uma unidade, dessa vez, em São Caetano do Sul.

Quanto às novas modalidades, estas foram: os cursos complementares, voltados para a população de baixa renda que vivia nas comunidades nas

quais havia GVs; os cursos noturnos, para trabalhadoras e trabalhadores dessas mesmas regiões e, por fim, o 2º ciclo do ensino de grau médio, também chamado à época de colegial. Este, porém, funcionou somente na unidade de São Paulo, a qual deixou de se chamar “Ginásio” Vocacional para se chamar “Colégio” Vocacional. Os cursos noturnos, por sua vez, funcionaram na capital, em Americana, em Rio Claro e em Barretos (Mascellani, 1988; 2010).

Conforme se observa, os GVs cresciam e o SEV ampliava sua zona de influência de tal modo que a matéria escrita por Ribeiro em 1967 foi publicada no ano em que as primeiras turmas das unidades abertas em 1963 se formavam, bem como no que se deram os passos decisivos para sua expansão. A preocupação com a formação para o trabalho está presente tanto nesse texto quanto na historiografia que versa sobre os GVs, e não é por acaso. Especificamente quanto ao curso colegial, Tamberlini (1998, p. 84) notou que se exigia da e do estudante experiência de trabalho “[...] como reforço para um ensino voltado tanto para estudos posteriores, como para realização profissional”, devendo isso implicar a “[...] relação entre este trabalho e o conteúdo encontrado no estudo”.

Ou seja, à medida que se expandiam, as equipes dos GVs galgavam um espaço cada vez mais significativo no debate acerca da formação para o trabalho, mas não qualquer formação e muito menos qualquer trabalho. Elas assim o fizeram promovendo uma maneira específica de enxergar o “Homem” (grafado propositalmente com h maiúsculo) e, mais propriamente, o “Homem brasileiro”. Dessa forma, ao sujeito formado pelos GVs era dada, constantemente, a chance e eram dados os meios para a autodescoberta e o encontro consigo mesmo num mundo no qual o trabalho não deveria servir para somente para garantir os meios de sobrevivência, e sim para a autorrealização.

Todo esse desenvolvimento foi interrompido no dia 12 de dezembro de 1969, quando

As escolas e a sede do Serviço de Ensino Vocacional foram invadidas por agentes da Polícia Federal e por militares de Campinas. Em todas as unidades foram detidos todos os professores, funcionários, alunos e qualquer pessoa que se encontrasse no recinto, durante oito horas.

Todos os setores foram vasculhados e os agentes policiais retiraram livros das bibliotecas, textos de estudo, relatórios e amplo material. Vários funcionários do setor pedagógico, sobretudo os vinculados à assessoria da Coordenadora deposta, foram submetidos a interrogatório (Tamberlini, 1998, p. 141).

Os GVs na historiografia (sobre os GVs)

Desde que foram destruídos, até o tempo presente, diversas pesquisas já foram realizadas sobre os GVs. Não é meu objetivo, neste texto, tratar de todas elas e, por isso, selecionei quatro que julgo ser as mais emblemáticas para a minha finalidade. De um lado, temos as pesquisas de Daniel Chiozzini (2003; 2010) e a de Ângela Tamberlini (1998), sendo, respectivamente, os trabalhos de mestrado e doutorado daquele, e a dissertação de mestrado desta. Do outro lado, temos os trabalhos de doutoramento de Joana Neves (2010) e Maria Nilde Mascellani (2010).

A distinção dessas pesquisas em dois espectros deve-se ao fato de Chiozzini e Tamberlini encaixarem-se como pesquisadores que não tiveram ligação direta com os GVs, ao passo que Neves foi professora de Estudos Sociais na unidade de Barretos e Mascellani, como se sabe, foi a coordenadora do SEV durante quase todo o período de existência desse órgão. “Quase” todo o período porque, em julho de 1969, ela foi afastada do cargo, sendo essa, inclusive, a data que Mascellani reconhece como sendo a de fim da experiência (Mascellani, 1988; 2010).

Em que pesem as qualidades dos trabalhos de Chiozzini e Tamberlini, suas pesquisas caem no que considero ser um erro comum das pesquisas sobre os GVs: buscar, a todo custo, encontrar falhas na experiência a fim de explicar por que essas escolas foram extintas. Neves e Mascellani, por seus turnos, devido à intimidade com que participaram da experiência, em seus trabalhos, traçam muito mais um histórico das práticas daquelas equipes do que necessariamente analisam e levantam questões sobre o porquê de os militares terem se empenhado tanto em destruí-la. Em resumo, os trabalhos delas se aproximam mais de um esforço memorialístico do que de uma pesquisa cien-

tífica, à medida que os textos de Chiozzini e Tamberlini, talvez por demasiado interesse em “criticar” os GVs, terminam caindo em armadilhas do discurso criado pelos próprios militares.

Uma das críticas, portanto, de Chiozzini e Tamberlini aos GVs recai sobre o aspecto redentor da educação que aquelas equipes quiseram dar à formação praticada. Trata-se, nesses autores, de uma suposta intenção de transpassar os muros da escola e, dessa forma, transformar a educação oferecida em algo que está muito além daquilo que a formação escolar, em tese, poderia oferecer. Nenhum dos dois, no entanto, empenha-se em definir o que seria a tal educação redentora, o que deixa suas críticas infundadas e me faz crer elas terem partido muito mais do interesse em, puramente, criticar, do que em algo que tivesse fundamento na experiência mesmo dos agentes do passado.

Ademais, Chiozzini, ao analisar uma palestra ministrada por Mascellani no segundo semestre de 1968, atribuiu à fala dela um “[...] tom coercitivo [...]”, como se a educadora quisesse centralizar as decisões sobre o sistema de ensino em si mesma, relegando às equipes docentes e às demais equipes apenas sua execução (Chiozzini, 2010, p. 159). Naquele ano, é verdade, os GVs passaram por mudanças significativas, pelas quais também passava toda a sociedade brasileira com o recrudescimento crescente da ditadura militar. Embora também não seja meu objetivo aqui tratar dos pormenores sobre a filosofia que embasou a prática dos GVs, é notório o quanto esta se baseava em uma noção de “Homem” e de mundo na qual somente a ação de sujeitos localizados historicamente poderia promover a mudança em direção a uma vida melhor e menos desigual.

Logo, a tomada de posição de Mascellani naquele ano a favor do redirecionamento das práticas nos GVs diz muito mais respeito, a meu ver, à necessidade de readequar aquilo que era praticado àquilo que era previsto como objetivo desde o início do funcionamento daquelas escolas, isto é, a transformação social, do que a um ato de coerção. Entretanto, ao afirmar isso, Chiozzini utilizou dos mesmos qualificantes utilizados pelos militares para caracterizar a figura de Maria Nilde Mascellani: em poucas palavras, como a mulher autoritária, ditadora, que mantinha todo o poder em suas mãos e não aceitava desavenças (Brasil, 1971).

Como se isso não fosse problemático o suficiente, Chiozzini (2010) argumentou, ainda, que o esforço posterior de Maria Nilde Mascellani pela construção de uma memória sobre os GVs foi fruto do ressentimento. Supostamente, Mascellani intencionou criar uma memória sobre essas escolas e suas práticas porque estava ressentida quanto ao modo com que elas foram extintas. Para o autor, as mudanças aplicadas aos GVs em 1968, amplamente discutidas por Mascellani com as equipes que neles trabalhavam, não passaram de uma “[...] sobreposição das diferenças e resistências [...]”, de modo a “[...] silenciar as outras perspectivas educacionais ali presentes” (Chiozzini, 2010, p. 166). Ele assim o afirmou, no entanto, sem explicitar que outras perspectivas educacionais eram essas e sem, muito menos, diferenciar aquilo proposto por Mascellani daquilo que estava em jogo no agitado ano de 1968.

Disso, a impressão que fica não é outra, senão aquela fabricada pelos militares, à qual me referi há pouco (e que, ainda hoje, facilmente é atribuída a mulheres em cargos de comando). Em poucas palavras, os trabalhos de Chiozzini e de Tamberlini, na ânsia de encontrar elementos que justifiquem uma crítica válida aos GVs e ao SEV, bem como à figura de Mascellani, caem nas armadilhas do discurso elaboradas pelos agentes de um Estado autoritário responsáveis por encerrar abruptamente uma experiência de ensino inovadora.

Os GVs na historiografia (do ensino de história)

Talvez a dedicação de Maria Nilde Mascellani para elaborar uma memória oficial sobre os GVs e suas práticas se justifique quando percebemos que, na historiografia do ensino de história, essa experiência de ensino mal é lembrada (e, quando o é, é-lo de maneira tão breve e pontual que mais serve para manter o apagamento e o silenciamento criados pelos militares do que para, de fato, lembrá-la). Neste texto, analiso os trabalhos de três autoras consideradas clássicas para tal historiografia: Circe Bittencourt (2008), Maria Auxiliadora Schmidt (2012) e Thais Nívea Fonseca (2004).

Antes de analisá-los propriamente, é necessário fazer uma ressalva sobre como entendo, aqui, o problema dos marcos estabelecidos para a história do ensino de história. Itamar Freitas e Margarida Oliveira (2022) apontaram o quanto a cronologia criada pela historiografia da qual fazem parte essas três

autoras é deficitária, posto que, em primeiro lugar, ela foi escrita por pesquisadoras que escreveram após os anos de 1980 e, por isso, em segundo lugar, assim o foi sob a marca da luta contra os entulhos deixados pelos militares para o ensino de história.

Freitas e Oliveira dividiram, então, a cronologia criada por autoras como as citadas anteriormente da seguinte forma:

1. Durante o século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi responsável por instituir o “[...] Ensino de História tradicional” (Freitas; Oliveira, 2022, p. 12). Freitas e Oliveira, no entanto, destacaram que o texto de Manoel Salgado Guimarães, utilizado para autorizar tal afirmação, “[...] não abona essa tese” (Freitas; Oliveira, 2022, p. 12);

2. Da Primeira República à década de 1930, “[...] mantém-se esse Ensino de História ‘tradicional’ e homogêneo, marcado pelas orientações do Colégio Pedro II, que[,] por sua vez, estaria orientado pelo IHGB, já que seus professores eram membros do grêmio” (Freitas; Oliveira, 2022, p. 12);

3. De 1930 a 1960,

embora haja referências às reformas Francisco Campos, Gustavo Capanema e aos movimentos pela democratização da escola ao modo de Anísio Teixeira, não há conexão entre esses fenômenos [e] o Ensino de História, ou seja, [...] a história do Ensino de História não é [afetada] pelos problemas mais relevantes discutidos pelos historiadores da educação escolar (Freitas; Oliveira, 2022, p. 12).

4. Década de 1960: “[...] caracterizada por movimentos e ativismo que parecem não incidir sobre o Ensino de História. Embora o esvaziamento do Ensino de História [...] seja mencionado, não fica explícito o significado desse ‘retrocesso’” (Freitas; Oliveira, 2022, p. 12);

5. Anos de 1980: “[...] o início de tudo que é novo em termos de Ensino de História” (Freitas; Oliveira, 2022, p. 13)

Ou seja, a história elaborada por historiadoras como Bittencourt, Schmidt e Fonseca serve para um fim pré-estabelecido: afirmar que tudo aquilo que

há de bom e de novo sobre ensino de história foi elaborado após os anos de 1980. Embora os esforços dessas autoras sejam válidos no que diz respeito à luta contra a ditadura militar e, de fato, a maneira com que esses agentes impuseram, por exemplo, a disciplina de Estudos Sociais tenha afetado negativamente o ensino de história, simplesmente não possui fundamento concluir, por isso, o que elas concluem.

Para dar apenas um exemplo de como os Estudos Sociais eram trabalhos nos GVs, nessas escolas essa área de estudo era a responsável por definir o *core curriculum*, que era como a questão central, o problema principal, o qual deveria ser atravessado por todas as demais disciplinas e solucionado ao longo do ano, juntamente aos alunos (Neves, 2010; Mascellani, 2010). Além disso, na referida matéria escrita por Ribeiro (1967), há o exemplo de como ocorria a primeira aula de Estudos Sociais logo no primeiro ano do ciclo ginásial. Nela, as e os estudantes eram apresentados ao Diário Oficial e levados a investigar quando havia sido aprovada a criação dos GVs. Dessa forma, eram direcionados a enxergar o Diário como fonte e a questioná-lo de acordo com seus interesses, quer dizer, conhecer a história das escolas nas quais estudavam e partir daí para o conhecimento de temas mais complexos. Era o que se chamava, nos GVs, de ensino por círculos concêntricos, ir do mais simples e próximo para o mais complexo e distante:

[...] no ginásio de Americana, cidade fundada por americanos, os alunos da primeira série podem começar o ano estudando a Guerra de Secessão dos Estados Unidos. Enquanto isso, no ginásio de Batatais, os mesmos alunos de primeira série estão iniciando as atividades em volta de um quadro de Portinari: o pintor nasceu na região (Brodósqui) e deixou muitas obras espalhadas pela cidade. Já em Barretos tudo pode ter seu começo numa fazenda, à beira de um curral de zebus (Ribeiro, 1967, p. 99).

Mas não é assim que os GVs são lembrados por aquelas autoras. Bitencourt mencionou essas escolas rapidamente, associando-as à prática dos Estudos Sociais, porém, privando-se de oferecer-lhe qualquer profundidade e rapidamente redirecionamento a atenção da leitora e do leitor para a reforma

imposta pelos militares em 1971 (responsável por prescrever Estudos Sociais, indiscriminadamente, para todas as escolas do país):

Os Estudos Sociais foram adotados em algumas escolas, denominadas “experimentais” ou “vocacionais”, no decorrer dos anos de 60, e, depois da reforma educacional na fase da ditadura militar, pela Lei 5.692 de agosto de 1971, a área foi introduzida em todo o sistema de ensino – o qual então passou a se chamar de primeiro grau –, estendendo-se para as demais séries do antigo ginásio (Bittencourt, 2008, p. 73).

Schmidt, por sua vez, também menciona brevemente os GVs e na mesma perspectiva de Bittencourt, associando-o à prática dos Estudos Sociais, de origem estadunidense, nos quais: “o princípio da criança como centro do ensino era nitidamente expresso [...], mas os conteúdos da História eram diluídos em relação a outros conteúdos disciplinares” (Schmidt, 2012, p. 84). Tão rapidamente quanto a historiadora paulista, contudo, a paranaense seguiu sua argumentação vinculando a disciplina à reforma imposta pelos militares e a tudo o que, então, passou a existir de ruim para o ensino de história.

Fonseca é a única das três autoras lidas para a feitura deste texto que sequer mencionou os GVs em sua história do ensino de história. Mesmo assim, ela não deixa de repetir a cronologia com a qual concordam as historiadoras anteriormente citadas. A intenção de Fonseca era associar os anos de 1980 e, mais ainda, os de 1990, à “novidade” inserida no ensino de história, qual seja, a inserção da nova historiografia francesa aos currículos e aos programas oficiais.

Logo, se, por um lado, a historiografia que trata dos GVs em grande medida repete os lugares-comuns criados pelos militares, por outro, a historiografia que trata da história do ensino de história é teleológica, não cabendo, na história narrada, os GVs e os Estudos Sociais como eram praticados naquelas escolas. De um lado e do outro, essas escolas continuam sendo relegadas ao esquecimento e, quando muito, a uma lembrança saudosa, como se elas se tratassem somente de uma experiência inovadora de ensino a qual, infelizmente, foi perdida.

Conclusões

Walter Benjamin escreveu, em 1940, em uma de suas teses sobre história, que o “[...] dom de atíçar no passado aquelas centelhas de esperança [...]” é característico da historiadora e do historiador “[...] atravessado por esta certeza: nem os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (Benjamin, 2020, p. 28). Quase cem anos depois, a memória dos GVs continua sendo derrotada por aqueles que venceram a desigual disputa dos anos de 1960, os militares; e assim continua porque nós, historiadoras e historiadores, os responsáveis por atíçar as tais centelhas de esperança no passado, continuamos repetindo o discurso fabricado pelos agentes de um Estado autoritário que desejaram, em seu tempo, ver a escola do futuro se transformar em nada mais do que uma escola de esquerda.

No ano em que escrevo este texto, o golpe que iniciou os mais de vinte anos de autoritarismo no Brasil comemora sessenta anos. Mais de meio século depois de vitoriosos, aparentemente, os militares continuam vencendo, posto que as e os profissionais da história continuam repetindo os elementos do discurso que qualificaram os GVs, o SEV e, principalmente, Maria Nilde Mascellani como esquerdistas, comunistas e promotores de uma pedagogia falsa.

Até quando?

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério do Exército. **Relatório de Inquérito Policial Militar**. Brasília, DF: Ministério do Exército, 1971.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. **Os ginásios vocacionais: a (des)construção de uma experiência educacional transformadora (1961-1969)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. **História e memória da inovação educacional no Brasil: o caso dos Ginásios Vocacionais (1961-1969)**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ENCERRAM-SE amanhã as inscrições para Ginásio Vocacional. **Correio Paulistano**, São Paulo, v. 108, n. 32.426, 10 de dezembro de 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_11&Pesq=%22Gin%20a1sios%20Vocacionais%22&pagfis=9603. Acesso em: 31 dez. 2023.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. História do ensino de história: memória e possibilidades de construção de um domínio. *In*: FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Orgs.). **PROFHISTÓRIA: o dito e o feito**. Ananindeua: Cabana, p. 8-21, 2022.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

MASCELLANI, Maria Nilde. O Sistema Público de Ensino no Ensino Vocacional de São Paulo. **Revista Idéias**, São Paulo, n. 1, p. 84-95, 1988.

MASCELLANI, Maria Nilde. **Uma pedagogia para o trabalhador: o ensino vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados**. São Paulo: IIEP, 2010.

NEVES, Joana. **O Ensino Público Vocacional em São Paulo: renovação educacional como desafio político (1961-1970)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, José Hamilton. Já existe a escola de amanhã. **Realidade**, São Paulo, ano 1, n. 11, p. 98-106, fev. 1967. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213659&pesq=%22gin%20a1sios%20vocacionais%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=1536>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SÃO PAULO. Secretaria de Educação. **Lei nº 6.052 de 3/2/1961**. São Paulo, SP: SEDUC, 1961a.

SÃO PAULO. Secretaria de Educação. **Decreto nº 38.643 de 27 de junho de 1961**. São Paulo: SEDUC, 1961b.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 73-91, maio/ago. 2012.

TAMBERLINI, Angela Rabello Maciel de Barros. **Os Ginásios Vocacionais:** a dimensão política de um projeto pedagógico transformador. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

URGÊNCIA para os Ginásios Vocacionais. **Correio Paulistano**, São Paulo, ano 107, n. 32132, 24 de dezembro de 1960. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_11&pesq=%22gin%C3%A1sios%20vocacionais%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=5257. Acesso em: 22 jan. 2024.

Ginásios Estaduais Vocacionais (GVs) de São Paulo (1961-1969): como a “escola do futuro” se transformou em nada mais do que uma “escola de esquerda”

Caio Rodrigo Carvalho Lima¹

Introdução

Com este texto, tenho quatro objetivos que se entrelaçam. Em primeiro lugar, objetivo apresentar, brevemente, um histórico da experiência dos Ginásios Estaduais Vocacionais de São Paulo², os quais existiram entre 1962 e 1969. Em segundo lugar, indico como os GVs foram retratados pela historiografia que trata do tema. Em terceiro lugar, indico também as singularidades de textos considerados clássicos para a historiografia sobre ensino de história, focando, principalmente, no espaço relegado (ou não) por suas autoras à experiência dos GVs. Em quarto lugar, encerrando o texto, reflito sobre aproximações entre a maneira com que os GVs foram vistos pela historiografia (tanto a específica quanto a geral sobre o ensino de história) e a forma com que essas escolas foram descritas pelos agentes do Estado Militar³, responsáveis por sua extinção.

Como parte de minha pesquisa de doutorado em andamento, portanto, este texto se configura como um exercício de reflexão acerca de algo que considero ser valioso para se pensar acerca da importância dos GVs tanto no passado quanto no presente. Isto é, como (e por quê?) essas escolas, consideradas

-
- 1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN), licenciado, bacharel e mestre em história financiado, atualmente, pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
 - 2 Com fins de objetividade textual, a partir de agora, referir-me-ei a essas escolas pela sigla GVs.
 - 3 A definição de Estado Militar foi retirada do trabalho de José Willington Germano (2010), para quem este é a “[...] expressão de uma fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que ocorre sob a égide dos monopólios e que expressa, sobretudo, os interesses dos conglomerados internacionais, de grandes grupos econômicos nacionais e das empresas estatais, formando um bloco cuja direção é recrutada nas Forças Armadas e que conta com o decidido apoio dos setores tecnocráticos” (Germano, 2010, p. 21).

em seu tempo como a “escola do futuro”, transformaram-se em nada além de uma “escola de esquerda”.

Retirei o termo escola do futuro da matéria escrita por José Hamilton Ribeiro em 1967 para a revista “Realidade”, cujo título é bastante elucidativo: “Já existe a escola de amanhã” (Ribeiro, 1967) e na qual, dentre outros temas, Ribeiro descreveu como ocorriam diversas atividades naquelas escolas, justificando, no processo, por que elas deveriam ser consideradas a “escola de amanhã”. Por outro lado, o entendimento de os GVs terem se transformado em nada mais do que uma escola de esquerda advém do Inquérito Policial-Militar (IPM) instaurado pelo Ministério do Exército e assinado pelo Coronel Alzir Benjamin Chaloub datado de 2 de julho de 1971 (Brasil, 1971). Neste, em contraste expressivo com o texto escrito por Ribeiro, os GVs foram considerados falsos e, a pedagogia aplicada nessas escolas, comunista e esquerdizante.

Sendo assim, o que aconteceu entre nos anos de 1967 e 1971 para os GVs terem sofrido tamanha alteração em seu significado para o Estado brasileiro? Certamente, o texto de Ribeiro não possui o mesmo peso institucional que o IPM. Porém, tantas outras matérias publicadas ao longo da década de 1960, além das perspectivas de futuro expressas pela historiografia para os GVs, atestam que a transformação pela qual passaram essas escolas ocorreu, também, a nível de entendimento por parte do Estado brasileiro. Mais do que isso, conforme se observa na historiografia que analisarei a seguir, a possibilidade de lembrar os GVs sofreu com a ação do Estado Militar, de modo que muito da maneira com que essas escolas são lembradas, pelo menos, desde o fim dos anos de 1970, decorre da narrativa imposta pelos militares.

Um breve histórico

Oficialmente, os GVs foram criados pela Lei nº 6.052 de 3 de fevereiro de 1961, depois regulamentada pelo Decreto nº 38.643 de 27 de julho do mesmo ano (São Paulo, 1961a; 1961b), parte do conjunto de determinações legais que configurou a Lei de Reforma do Ensino Industrial. No artigo 21 da referida Lei, eles foram descritos como cursos vocacionais com 2 ou 4 anos de duração correspondentes ao 1º ciclo do, então, grau médio (o que

hoje seria equivalente ao Ensino Fundamental II). Dentre seus objetivos, no mesmo artigo lê-se o seguinte: “[...] proporcionar cultura geral, explorar as aptidões dos educandos e desenvolver suas capacidades, dando-lhes iniciação técnica e orientando-os em face das oportunidades de trabalho e para estudos posteriores” (São Paulo, 1961a, p. 1).

Conforme se observa, os GVs surgiram voltados para a formação para o trabalho, algo típico do ensino vocacional existente na época. Diferentemente dos cursos ginasiais comuns, essas escolas deveriam formar as e os adolescentes para a descoberta de suas aptidões laborais de tal maneira que, ao final do curso, estes pudessem (se quisessem) inserir-se no mercado de trabalho, desafiando, de certa forma, a demanda para os cursos colegiais (equivalentes ao Ensino Médio contemporâneo) e, mais importante, para as universidades. Notar isso é importante, pois os GVs foram recebidos à época com grandes expectativas quanto a esses objetivos. No entanto, na prática, embora suas equipes tenham preparado as e os estudantes para se inserirem no mercado de trabalho, elas assim o fizeram de uma maneira bastante única (o que, mais tarde, seria visto pelos militares como prova das atividades subversivas que justificaram sua destruição).

Ademais, no texto do Decreto, em seu artigo 302, estabeleceu-se a subordinação dos GVs ao Serviço do Ensino Vocacional (SEV), órgão ligado à Secretaria da Educação, mas autônomo. Para a coordenação do SEV foi encaminhada a professora Maria Nilde Mascellani, educadora vinculada à Secretaria desde a década anterior e cuja participação na classe experimental de Socorro, no interior de São Paulo, a qual ocorreu no Instituto “Narciso Pieroni”, chamou a atenção do secretário da pasta à época, Luciano Vasconcellos de Carvalho⁴.

A atuação desses dois agentes foi fundamental para a inserção dos GVs na Lei de Reforma do Ensino Industrial, e Mascellani, especialmente, tornou-se

4 As classes experimentais foram parte de um conjunto de ações dos agentes da educação dos anos de 1950 voltadas para a renovação do ensino com forte inspiração nas *classes nouvelles* francesas. Segundo Maria Nilde Mascellani (2010), no entanto, elas se limitaram à renovação metodológica, não havendo nelas a preocupação com a renovação educacional do ponto de vista filosófico. Isso ocorreu, de certa forma, na classe experimental de Socorro, da qual Mascellani foi coordenadora pedagógica. Quando da visita de Luciano de Carvalho ao Instituto “Narciso Pieroni”, escreveu a educadora, este se perguntou por que tal experiência deveria se limitar àquela cidade, iniciando, assim, os trabalhos que levaram à inserção dos GVs e do SEV na Lei de Reforma do Ensino Industrial.

protagonista na luta pela expansão dos GVs e pela melhoria do ensino secundário ao longo da década de 1960. Reforçar estes dois aspectos, a autonomia do SEV e o protagonismo de Mascellani, é relevante, pois, novamente, eles serviriam de justificativa para os militares classificarem os GVs, o SEV, a própria Mascellani e diversos funcionários daquelas escolas como subversivos, assim tornando justa a invasão que ocorreria em todas as unidades dos GVs no dia 12 de dezembro de 1969 e a posterior instauração do IPM.

Uma vez estabelecida a base legal, os trabalhos para a abertura dos GVs se iniciaram já em 1961. A expectativa quanto à renovação proporcionada por essas escolas foi tamanha que se esperava o início das atividades já naquele ano, em março, quando se começava o período letivo. O ensino ginasial, visto como “[...] um crime contra os interesses da nacionalidade [...]” (Urgência [...], 1961, n.p.), encontraria nos GVs a resolução de seus problemas posto que qualificariam as e os adolescentes para o trabalho o mais rápido possível tendo em vista o aumento vertiginoso da demanda advindo da rápida industrialização pela qual passava centros urbanos como São Paulo.

Independentemente disso, as atividades dessas escolas se iniciaram no ano seguinte, 1962, com a abertura das três primeiras unidades: uma na capital paulista, o Ginásio Vocacional “Oswaldo Aranha”; uma em Americana, “João XXIII”, e outra em Batatais, “Cândido Portinari”. Para o ano seguinte, previa-se a instalação de mais cinco unidades (Encerram-se [...], 1961), porém, apenas mais duas foram abertas, a de Barretos, “Embaixador Macedo Soares”, e a de Rio Claro, “Chanceler Raul Fernandes” (Chiozzini, 2003; 2010; Mascellani, 1988; 2010; Neves, 2010; Tamberlini, 1998).

Entre 1962 e 1967, os GVs aprimoraram as técnicas pedagógicas e formaram suas primeiras turmas dos cursos ginais, além de o SEV promover cursos de formação voltados tanto para as e os docentes que ingressariam nos GVs quanto para docentes da rede estadual de ensino, divulgando a pedagogia que lhe era específica e estimulando a renovação do ensino secundário. Entre 1967 e 1968, as equipes deram passos mais ambiciosos com a instauração dos projetos que levariam à abertura de mais três modalidades de curso e de mais uma unidade, dessa vez, em São Caetano do Sul.

Quanto às novas modalidades, estas foram: os cursos complementares, voltados para a população de baixa renda que vivia nas comunidades nas

quais havia GVs; os cursos noturnos, para trabalhadoras e trabalhadores dessas mesmas regiões e, por fim, o 2º ciclo do ensino de grau médio, também chamado à época de colegial. Este, porém, funcionou somente na unidade de São Paulo, a qual deixou de se chamar “Ginásio” Vocacional para se chamar “Colégio” Vocacional. Os cursos noturnos, por sua vez, funcionaram na capital, em Americana, em Rio Claro e em Barretos (Mascellani, 1988; 2010).

Conforme se observa, os GVs cresciam e o SEV ampliava sua zona de influência de tal modo que a matéria escrita por Ribeiro em 1967 foi publicada no ano em que as primeiras turmas das unidades abertas em 1963 se formavam, bem como no que se deram os passos decisivos para sua expansão. A preocupação com a formação para o trabalho está presente tanto nesse texto quanto na historiografia que versa sobre os GVs, e não é por acaso. Especificamente quanto ao curso colegial, Tamberlini (1998, p. 84) notou que se exigia da e do estudante experiência de trabalho “[...] como reforço para um ensino voltado tanto para estudos posteriores, como para realização profissional”, devendo isso implicar a “[...] relação entre este trabalho e o conteúdo encontrado no estudo”.

Ou seja, à medida que se expandiam, as equipes dos GVs galgavam um espaço cada vez mais significativo no debate acerca da formação para o trabalho, mas não qualquer formação e muito menos qualquer trabalho. Elas assim o fizeram promovendo uma maneira específica de enxergar o “Homem” (grafado propositalmente com h maiúsculo) e, mais propriamente, o “Homem brasileiro”. Dessa forma, ao sujeito formado pelos GVs era dada, constantemente, a chance e eram dados os meios para a autodescoberta e o encontro consigo mesmo num mundo no qual o trabalho não deveria servir para somente para garantir os meios de sobrevivência, e sim para a autorrealização.

Todo esse desenvolvimento foi interrompido no dia 12 de dezembro de 1969, quando

As escolas e a sede do Serviço de Ensino Vocacional foram invadidas por agentes da Polícia Federal e por militares de Campinas. Em todas as unidades foram detidos todos os professores, funcionários, alunos e qualquer pessoa que se encontrasse no recinto, durante oito horas.

Todos os setores foram vasculhados e os agentes policiais retiraram livros das bibliotecas, textos de estudo, relatórios e amplo material. Vários funcionários do setor pedagógico, sobretudo os vinculados à assessoria da Coordenadora deposta, foram submetidos a interrogatório (Tamberlini, 1998, p. 141).

Os GVs na historiografia (sobre os GVs)

Desde que foram destruídos, até o tempo presente, diversas pesquisas já foram realizadas sobre os GVs. Não é meu objetivo, neste texto, tratar de todas elas e, por isso, selecionei quatro que julgo ser as mais emblemáticas para a minha finalidade. De um lado, temos as pesquisas de Daniel Chiozzini (2003; 2010) e a de Ângela Tamberlini (1998), sendo, respectivamente, os trabalhos de mestrado e doutorado daquele, e a dissertação de mestrado desta. Do outro lado, temos os trabalhos de doutoramento de Joana Neves (2010) e Maria Nilde Mascellani (2010).

A distinção dessas pesquisas em dois espectros deve-se ao fato de Chiozzini e Tamberlini encaixarem-se como pesquisadores que não tiveram ligação direta com os GVs, ao passo que Neves foi professora de Estudos Sociais na unidade de Barretos e Mascellani, como se sabe, foi a coordenadora do SEV durante quase todo o período de existência desse órgão. “Quase” todo o período porque, em julho de 1969, ela foi afastada do cargo, sendo essa, inclusive, a data que Mascellani reconhece como sendo a de fim da experiência (Mascellani, 1988; 2010).

Em que pesem as qualidades dos trabalhos de Chiozzini e Tamberlini, suas pesquisas caem no que considero ser um erro comum das pesquisas sobre os GVs: buscar, a todo custo, encontrar falhas na experiência a fim de explicar por que essas escolas foram extintas. Neves e Mascellani, por seus turnos, devido à intimidade com que participaram da experiência, em seus trabalhos, traçam muito mais um histórico das práticas daquelas equipes do que necessariamente analisam e levantam questões sobre o porquê de os militares terem se empenhado tanto em destruí-la. Em resumo, os trabalhos delas se aproximam mais de um esforço memorialístico do que de uma pesquisa cien-

tífica, à medida que os textos de Chiozzini e Tamberlini, talvez por demasiado interesse em “criticar” os GVs, terminam caindo em armadilhas do discurso criado pelos próprios militares.

Uma das críticas, portanto, de Chiozzini e Tamberlini aos GVs recai sobre o aspecto redentor da educação que aquelas equipes quiseram dar à formação praticada. Trata-se, nesses autores, de uma suposta intenção de transpassar os muros da escola e, dessa forma, transformar a educação oferecida em algo que está muito além daquilo que a formação escolar, em tese, poderia oferecer. Nenhum dos dois, no entanto, empenha-se em definir o que seria a tal educação redentora, o que deixa suas críticas infundadas e me faz crer elas terem partido muito mais do interesse em, puramente, criticar, do que em algo que tivesse fundamento na experiência mesmo dos agentes do passado.

Ademais, Chiozzini, ao analisar uma palestra ministrada por Mascellani no segundo semestre de 1968, atribuiu à fala dela um “[...] tom coercitivo [...]”, como se a educadora quisesse centralizar as decisões sobre o sistema de ensino em si mesma, relegando às equipes docentes e às demais equipes apenas sua execução (Chiozzini, 2010, p. 159). Naquele ano, é verdade, os GVs passaram por mudanças significativas, pelas quais também passava toda a sociedade brasileira com o recrudescimento crescente da ditadura militar. Embora também não seja meu objetivo aqui tratar dos pormenores sobre a filosofia que embasou a prática dos GVs, é notório o quanto esta se baseava em uma noção de “Homem” e de mundo na qual somente a ação de sujeitos localizados historicamente poderia promover a mudança em direção a uma vida melhor e menos desigual.

Logo, a tomada de posição de Mascellani naquele ano a favor do redirecionamento das práticas nos GVs diz muito mais respeito, a meu ver, à necessidade de readequar aquilo que era praticado àquilo que era previsto como objetivo desde o início do funcionamento daquelas escolas, isto é, a transformação social, do que a um ato de coerção. Entretanto, ao afirmar isso, Chiozzini utilizou dos mesmos qualificantes utilizados pelos militares para caracterizar a figura de Maria Nilde Mascellani: em poucas palavras, como a mulher autoritária, ditadora, que mantinha todo o poder em suas mãos e não aceitava desavenças (Brasil, 1971).

Como se isso não fosse problemático o suficiente, Chiozzini (2010) argumentou, ainda, que o esforço posterior de Maria Nilde Mascellani pela construção de uma memória sobre os GVs foi fruto do ressentimento. Supostamente, Mascellani intencionou criar uma memória sobre essas escolas e suas práticas porque estava ressentida quanto ao modo com que elas foram extintas. Para o autor, as mudanças aplicadas aos GVs em 1968, amplamente discutidas por Mascellani com as equipes que neles trabalhavam, não passaram de uma “[...] sobreposição das diferenças e resistências [...]”, de modo a “[...] silenciar as outras perspectivas educacionais ali presentes” (Chiozzini, 2010, p. 166). Ele assim o afirmou, no entanto, sem explicitar que outras perspectivas educacionais eram essas e sem, muito menos, diferenciar aquilo proposto por Mascellani daquilo que estava em jogo no agitado ano de 1968.

Disso, a impressão que fica não é outra, senão aquela fabricada pelos militares, à qual me referi há pouco (e que, ainda hoje, facilmente é atribuída a mulheres em cargos de comando). Em poucas palavras, os trabalhos de Chiozzini e de Tamberlini, na ânsia de encontrar elementos que justifiquem uma crítica válida aos GVs e ao SEV, bem como à figura de Mascellani, caem nas armadilhas do discurso elaboradas pelos agentes de um Estado autoritário responsáveis por encerrar abruptamente uma experiência de ensino inovadora.

Os GVs na historiografia (do ensino de história)

Talvez a dedicação de Maria Nilde Mascellani para elaborar uma memória oficial sobre os GVs e suas práticas se justifique quando percebemos que, na historiografia do ensino de história, essa experiência de ensino mal é lembrada (e, quando o é, é-lo de maneira tão breve e pontual que mais serve para manter o apagamento e o silenciamento criados pelos militares do que para, de fato, lembrá-la). Neste texto, analiso os trabalhos de três autoras consideradas clássicas para tal historiografia: Circe Bittencourt (2008), Maria Auxiliadora Schmidt (2012) e Thais Nívea Fonseca (2004).

Antes de analisá-los propriamente, é necessário fazer uma ressalva sobre como entendo, aqui, o problema dos marcos estabelecidos para a história do ensino de história. Itamar Freitas e Margarida Oliveira (2022) apontaram o quanto a cronologia criada pela historiografia da qual fazem parte essas três

autoras é deficitária, posto que, em primeiro lugar, ela foi escrita por pesquisadoras que escreveram após os anos de 1980 e, por isso, em segundo lugar, assim o foi sob a marca da luta contra os entulhos deixados pelos militares para o ensino de história.

Freitas e Oliveira dividiram, então, a cronologia criada por autoras como as citadas anteriormente da seguinte forma:

1. Durante o século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi responsável por instituir o “[...] Ensino de História tradicional” (Freitas; Oliveira, 2022, p. 12). Freitas e Oliveira, no entanto, destacaram que o texto de Manoel Salgado Guimarães, utilizado para autorizar tal afirmação, “[...] não abona essa tese” (Freitas; Oliveira, 2022, p. 12);

2. Da Primeira República à década de 1930, “[...] mantém-se esse Ensino de História ‘tradicional’ e homogêneo, marcado pelas orientações do Colégio Pedro II, que[,] por sua vez, estaria orientado pelo IHGB, já que seus professores eram membros do grêmio” (Freitas; Oliveira, 2022, p. 12);

3. De 1930 a 1960,

embora haja referências às reformas Francisco Campos, Gustavo Capanema e aos movimentos pela democratização da escola ao modo de Anísio Teixeira, não há conexão entre esses fenômenos [e] o Ensino de História, ou seja, [...] a história do Ensino de História não é [afetada] pelos problemas mais relevantes discutidos pelos historiadores da educação escolar (Freitas; Oliveira, 2022, p. 12).

4. Década de 1960: “[...] caracterizada por movimentos e ativismo que parecem não incidir sobre o Ensino de História. Embora o esvaziamento do Ensino de História [...] seja mencionado, não fica explícito o significado desse ‘retrocesso’” (Freitas; Oliveira, 2022, p. 12);

5. Anos de 1980: “[...] o início de tudo que é novo em termos de Ensino de História” (Freitas; Oliveira, 2022, p. 13)

Ou seja, a história elaborada por historiadoras como Bittencourt, Schmidt e Fonseca serve para um fim pré-estabelecido: afirmar que tudo aquilo que

há de bom e de novo sobre ensino de história foi elaborado após os anos de 1980. Embora os esforços dessas autoras sejam válidos no que diz respeito à luta contra a ditadura militar e, de fato, a maneira com que esses agentes impuseram, por exemplo, a disciplina de Estudos Sociais tenha afetado negativamente o ensino de história, simplesmente não possui fundamento concluir, por isso, o que elas concluem.

Para dar apenas um exemplo de como os Estudos Sociais eram trabalhos nos GVs, nessas escolas essa área de estudo era a responsável por definir o *core curriculum*, que era como a questão central, o problema principal, o qual deveria ser atravessado por todas as demais disciplinas e solucionado ao longo do ano, juntamente aos alunos (Neves, 2010; Mascellani, 2010). Além disso, na referida matéria escrita por Ribeiro (1967), há o exemplo de como ocorria a primeira aula de Estudos Sociais logo no primeiro ano do ciclo ginásial. Nela, as e os estudantes eram apresentados ao Diário Oficial e levados a investigar quando havia sido aprovada a criação dos GVs. Dessa forma, eram direcionados a enxergar o Diário como fonte e a questioná-lo de acordo com seus interesses, quer dizer, conhecer a história das escolas nas quais estudavam e partir daí para o conhecimento de temas mais complexos. Era o que se chamava, nos GVs, de ensino por círculos concêntricos, ir do mais simples e próximo para o mais complexo e distante:

[...] no ginásio de Americana, cidade fundada por americanos, os alunos da primeira série podem começar o ano estudando a Guerra de Secessão dos Estados Unidos. Enquanto isso, no ginásio de Batatais, os mesmos alunos de primeira série estão iniciando as atividades em volta de um quadro de Portinari: o pintor nasceu na região (Brodósqui) e deixou muitas obras espalhadas pela cidade. Já em Barretos tudo pode ter seu começo numa fazenda, à beira de um curral de zebus (Ribeiro, 1967, p. 99).

Mas não é assim que os GVs são lembrados por aquelas autoras. Bitencourt mencionou essas escolas rapidamente, associando-as à prática dos Estudos Sociais, porém, privando-se de oferecer-lhe qualquer profundidade e rapidamente redirecionamento a atenção da leitora e do leitor para a reforma

imposta pelos militares em 1971 (responsável por prescrever Estudos Sociais, indiscriminadamente, para todas as escolas do país):

Os Estudos Sociais foram adotados em algumas escolas, denominadas “experimentais” ou “vocacionais”, no decorrer dos anos de 60, e, depois da reforma educacional na fase da ditadura militar, pela Lei 5.692 de agosto de 1971, a área foi introduzida em todo o sistema de ensino – o qual então passou a se chamar de primeiro grau –, estendendo-se para as demais séries do antigo ginásio (Bittencourt, 2008, p. 73).

Schmidt, por sua vez, também menciona brevemente os GVs e na mesma perspectiva de Bittencourt, associando-o à prática dos Estudos Sociais, de origem estadunidense, nos quais: “o princípio da criança como centro do ensino era nitidamente expresso [...], mas os conteúdos da História eram diluídos em relação a outros conteúdos disciplinares” (Schmidt, 2012, p. 84). Tão rapidamente quanto a historiadora paulista, contudo, a paranaense seguiu sua argumentação vinculando a disciplina à reforma imposta pelos militares e a tudo o que, então, passou a existir de ruim para o ensino de história.

Fonseca é a única das três autoras lidas para a feitura deste texto que sequer mencionou os GVs em sua história do ensino de história. Mesmo assim, ela não deixa de repetir a cronologia com a qual concordam as historiadoras anteriormente citadas. A intenção de Fonseca era associar os anos de 1980 e, mais ainda, os de 1990, à “novidade” inserida no ensino de história, qual seja, a inserção da nova historiografia francesa aos currículos e aos programas oficiais.

Logo, se, por um lado, a historiografia que trata dos GVs em grande medida repete os lugares-comuns criados pelos militares, por outro, a historiografia que trata da história do ensino de história é teleológica, não cabendo, na história narrada, os GVs e os Estudos Sociais como eram praticados naquelas escolas. De um lado e do outro, essas escolas continuam sendo relegadas ao esquecimento e, quando muito, a uma lembrança saudosa, como se elas se tratassem somente de uma experiência inovadora de ensino a qual, infelizmente, foi perdida.

Conclusões

Walter Benjamin escreveu, em 1940, em uma de suas teses sobre história, que o “[...] dom de atíçar no passado aquelas centelhas de esperança [...]” é característico da historiadora e do historiador “[...] atravessado por esta certeza: nem os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (Benjamin, 2020, p. 28). Quase cem anos depois, a memória dos GVs continua sendo derrotada por aqueles que venceram a desigual disputa dos anos de 1960, os militares; e assim continua porque nós, historiadoras e historiadores, os responsáveis por atíçar as tais centelhas de esperança no passado, continuamos repetindo o discurso fabricado pelos agentes de um Estado autoritário que desejaram, em seu tempo, ver a escola do futuro se transformar em nada mais do que uma escola de esquerda.

No ano em que escrevo este texto, o golpe que iniciou os mais de vinte anos de autoritarismo no Brasil comemora sessenta anos. Mais de meio século depois de vitoriosos, aparentemente, os militares continuam vencendo, posto que as e os profissionais da história continuam repetindo os elementos do discurso que qualificaram os GVs, o SEV e, principalmente, Maria Nilde Massellani como esquerdistas, comunistas e promotores de uma pedagogia falsa.

Até quando?

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério do Exército. **Relatório de Inquérito Policial Militar**. Brasília, DF: Ministério do Exército, 1971.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. **Os ginásios vocacionais: a (des)construção de uma experiência educacional transformadora (1961-1969)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. **História e memória da inovação educacional no Brasil: o caso dos Ginásios Vocacionais (1961-1969)**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ENCERRAM-SE amanhã as inscrições para Ginásio Vocacional. **Correio Paulistano**, São Paulo, v. 108, n. 32.426, 10 de dezembro de 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_11&Pesq=%22Gin%20Vocacionais%22&pagfis=9603. Acesso em: 31 dez. 2023.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. História do ensino de história: memória e possibilidades de construção de um domínio. *In*: FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Orgs.). **PROFHISTÓRIA: o dito e o feito**. Ananindeua: Cabana, p. 8-21, 2022.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

MASCELLANI, Maria Nilde. O Sistema Público de Ensino no Ensino Vocacional de São Paulo. **Revista Idéias**, São Paulo, n. 1, p. 84-95, 1988.

MASCELLANI, Maria Nilde. **Uma pedagogia para o trabalhador: o ensino vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados**. São Paulo: IIEP, 2010.

NEVES, Joana. **O Ensino Público Vocacional em São Paulo: renovação educacional como desafio político (1961-1970)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, José Hamilton. Já existe a escola de amanhã. **Realidade**, São Paulo, ano 1, n. 11, p. 98-106, fev. 1967. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213659&pesq=%22gin%20Vocacionais%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=1536>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SÃO PAULO. Secretaria de Educação. **Lei nº 6.052 de 3/2/1961**. São Paulo, SP: SEDUC, 1961a.

SÃO PAULO. Secretaria de Educação. **Decreto nº 38.643 de 27 de junho de 1961**. São Paulo: SEDUC, 1961b.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 73-91, maio/ago. 2012.

TAMBERLINI, Angela Rabello Maciel de Barros. **Os Ginásios Vocacionais:** a dimensão política de um projeto pedagógico transformador. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

URGÊNCIA para os Ginásios Vocacionais. **Correio Paulistano**, São Paulo, ano 107, n. 32132, 24 de dezembro de 1960. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_11&pesq=%22gin%C3%A1sios%20vocacionais%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=5257. Acesso em: 22 jan. 2024.

Diante da *História*: entre a *vidência* e a *evidência*, a representação imagética da origem da historiografia oficial da cidade de Sobral-CE

Francisco Dênis Melo-UVA¹

Resumo

A historiografia da cidade de Sobral tem o seu *mito de origem*, o seu discurso fundador constituído a princípio na seara da Igreja Católica, e que aponta para a *Fazenda Caiçara* como o berço da cidade, neste sentido esta comunicação faz parte da pesquisa *Imaginária urbana e a cidade de Sobral, entre sentidos e representações, memórias e poder*, que busca analisar representações de certa imaginária urbana – esculturas, bustos, placas, monumentos, painéis, instalações, arte pública etc. – e suas relações com a memória e com o poder. Nosso foco aqui, no entanto, incidirá diretamente sobre um baixo relevo policromado medindo 5,22m por 2,28m, localizado no saguão do antigo hotel Municipal de Sobral, construído em 1965, hoje desativado, representando a *Fazenda Caiçara*, obra do artista sobralense Pedro Frutuoso do Vale, realizada em 1966. A intenção do artista foi *evidenciar* o *mito de origem* da cidade a partir de sua *vidência*, de seu olhar sobre a fazenda, informado provavelmente pela historiografia oficial local, buscando assim dar visibilidade ao que seria o passado da cidade. Em nossa análise partimos da questão proposta por (Knauss, 2006) que sublinha *a perspectiva histórica do estatuto artístico*, o que nos permite pensar o alto relevo como um *acontecimento* (Didi-Huberman, 2013), sendo parte de um *sintoma* (Didi-Huberman, 2013), de um rastro, de uma sensibilidade inerente há certo tempo e espaço (Pesavento, 2008), entendendo esse monumento como ponto de partida para muitas perguntas (Manguel, 2011).

Palavras-chave: Sobral; Mito de origem; Imaginária urbana; Memória; Poder.

1 Doutor em História. Professor do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Email: melo_denis@uvanet.br.

Velha Fazenda Caiçara e sua *vidência* na Historiografia de Sobral

[...] No entanto, minha velha Caiçara,
 Nem sempre foste tu quem, hoje, és,
 Somente o Amor que tudo pode e vence
 Fez de ti uma Princesa, te osculando os pés [...]
 Dinorah Tomás Ramos, *Ave, Sobral*, do livro *O Anel de Giges*, 1991.

A velha Fazenda Caiçara, considerada o berço de Sobral, foi *visada*, cantada e decantada em verso e prosa na cidade, constituindo assim uma espécie de mito de origem, de discurso fundador sobre a existência da cidade². O hino de Sobral, composição de José Esmeraldino de Vasconcelos, que escreveu a letra e maestro Zacarias Gondin, que fez a música, logo em seus primeiros versos exclama: “Nasceu Sobral entre sobreiros verdejantes/À margem esquerda do lendário Acaraú/**Velha Caiçara**, com suas vacas ruminantes/Oh! Meu Sobral quão, altaneira foste tu!/Oh! Meu Sobral/”Oh! Meu Sobral”. (Grifo nosso) A professora e poeta Dinorah Tomás Ramos (1906-1990), também fez referência a fazenda em seu poema, lido em parte acima. A novidade trazida pela poeta com relação a fazenda, é que, segunda a autora, foi o Amor, representado no poema pelo primeiro bispo da cidade, Dom José Tupinambá da Frota, que transformou a fazenda numa Princesa, e que na sequência dos versos a autora esclarece: “Alguém que é já velhinho, um Grande Príncipe/ De ti se enamorou perdidamente[...] Este Príncipe da Igreja, soberano [...] – É Dom José – o Bispo de Sobral [...]”. Não poderia ser de outra forma, na visão da poeta: uma “princesa” – Sobral no futuro seria chamada de Princesa do Norte -, teria que ter o seu “príncipe”. Fica dito que o passo decisivo para transformar a fazenda numa cidade, foi do primeiro bispo, fazendo relação direta com a instalação do bispado na cidade, em 1915. Aqui, a ficção vence a realidade e o tempo, salta sobre diversas temporalidades.

A referência à fazenda está presente também em obras de memorialistas e historiadores mais alinhados com uma produção narrativa mais conservadora, nascida na seara da igreja Católica da cidade. É o que vemos na obra *Sobral, história e vida*, quando lemos no capítulo 1, *Sobral – o começo*, à página 20:

2 Nossas escolhas incidirão, a princípio, sobre algumas dessas obras, traçadas como um painel mais geral sobre as referências da importância da Fazenda Caiçara para a cidade de Sobral.

Desde 1742, quando o padre Lino Gomes Correia escolheu a Fazenda Caiçara para ser a sede do Curato do Acaraú, iniciou-se a implantação do povoado. A presença de padres com certa assiduidade e, depois, a construção da capela na Fazenda em terreno doado pelos proprietários Quitéria e Antonio contribuíram para o desenvolvimento do povoado, tendo como principal atração as funções religiosas.³

É preciso distinguir o lugar basilar da fazenda na gênese considerada exemplar da futura cidade, estabelecer o lugar de fundação de Sobral, sua origem que carrega o peso de que “É Antonio Rodrigues Magalhães o fundador da Povoação de Caiçara e um dos seus primeiros habitantes, merecendo a nossa reverência cívica, pelo gesto nobilitante”.⁴ Nesse sentido, era de fundamental importância enfatizar que os donos da fazenda doaram terras para a construção da capela, ato considerado estratégico para o futuro da cidade e também para a instalação do Curato do Acaraú nas terras da fazenda. E nesse sentido o discurso fundador alimenta o passado considerado opulento de Sobral, como lemos abaixo:

A fundação da Cidade parece proceder do movimento, que ainda hoje se nota em casos idênticos nos núcleos de população, que se vão formando a época atual. É bem sabido entre nós que muitas das nossas opulentas cidades modernas houveram origem humilde na existência de uma capela em “fazenda” de criar gados de rico proprietário.⁵

Padre Fortunato Alves Linhares, seguindo o mesmo caminho discursivo, só faz confirmar que a cidade de Sobral, subentendida por ele em 1922 como moderna e opulenta, nasceu de forma humilde a partir de uma “capella” numa

3 GIRÃO, Glória Giovana S. Mont’Alverne. SOARES, Maria Norma Maia. *Sobral história e vida*. Sobral: Edições UVA, 1997, p. 20.

4 FROTA, Francisco Marialva Mont’Alverne. Vial Distitna e Real de Sobral. *Revista do Instituto do Ceará*, 1973, p. 182.

5 LINHARES, Padre Fortunato Alves. Notas históricas da cidade de Sobral. *Revista do Instituto do Ceará*, 1922, p. 3.

fazenda de criar gado, no caso, a Fazenda Caiçara, que tinha por trás um rico proprietário, aquele mesmo que Frota considerou executor de um “gesto nobilitante”.

Padre João Mendes Lira, autor de vasta produção sobre a história de Sobral, também faz referência à Fazenda Caiçara em algumas de suas obras. No livro *De Caiçara a Sobral*, publicada em 1971, o padre historiador, no capítulo V, chamado *Sobral Fazenda*, escreve:

Onde hoje se ergue majestosa a nossa cidade, existia uma fazenda de gado chamada Caiçara. Seu dono era o Capitão Antônio Rodrigues Magalhães, casado com Quitéria Marques de Jesus. Não era muito grande essa fazenda que deu origem à nossa terra. Media “légua e meia pouco mais ou menos de terras chamadas do pé da serra, que confronta da parte de cima e entesta com a Geybara de baixo e da parte de baixo com a fazenda da Pedra Branca” [...].⁶

Chama nossa atenção o fato do padre juntar num só título Sobral e a fazenda: *Sobral Fazenda*. Objetivando claramente estabelecer de forma direta a relação da cidade com aquele lugar do passado. Uma cidade majestosa, como escreve, ainda que tenha nascido de uma fazenda que não era extensa. Seguindo essa mesma perspectiva, a obra *Sociedade Sobralense. Vultos em destaque*, Arnaud de Holanda Cavalcante, memorialista, assim se expressa:

Sobral originou-se de uma fazenda de criação, à margem do rio Acaraú, chamada CAIÇARA, em 1712; na linguagem indígena, significa “estacas de mato ou cerca de pau”. Depois Vila Distinta e Real de Sobral, em 5 de julho de 1773. Fidelíssima Cidade de Januária do Acaraú, m 12 de janeiro de 1841, e, por fim, SOBRAL, em 25 de outubro de 1842.⁷

6 LIRA, Padre João Mendes. *De Caiçara a Sobral*. Sobral, Gráfica do Correio da Semana, 1971, p. 19.

7 CAVALCANTE, Arnaud de Holanda. *Sociedade Sobralense*. Vultos em destaque. Sobral: Imprensa Oficial do Município – IOM, 2004, p. 18.

A referência a Fazenda Caiçara e sua importância, é um discurso redundante que visa amplificar a consideração de Sobral como uma cidade moderna, rica e progressista no presente. Sobral, rica e desenvolvida só poderia ter como origem uma fazenda em torno da qual se concentrava toda a vida social, econômica e religiosa da região do Vale do Acaraú. Essa origem da cidade remete a história para certa totalidade que se esgota em si mesma, ou seja, apontar a origem da cidade a partir de uma fazenda que concentrava poder econômico e religioso, era o mesmo que dizer que Sobral no presente era exatamente reflexo desse passado, uma vez que “Dedicada às atividades pastoris e comerciais, a povoação da Caiçara tornou-se importante centro populacional, sendo por isso elevada à condição de Vila [...] da Vila Distinta e Real de Sobral”⁸, no dia 5 de julho de 1773.

De maneira geral essas obras apontam para uma *vidência* através da qual o passado e o futuro da fazenda e da cidade se encontraram, mesmo porque, como já frisamos, da Fazenda Caiçara não poderia resultar outra coisa que não uma cidade espetacular, distinta e progressista, sendo isto sim, “a afirmação de Sobral como centro urbano, difusor de cultura em todo o norte cearense”⁹. Todas essas narrativas transitam no campo vertiginoso dos discursos fundadores, dos mitos de origem, que “vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente”¹⁰. São discursos que procuram atualizar o passado no presente. Nesse sentido, podemos entender que “[...] esta cultura histórica atrela inevitavelmente passado, presente e futuro, remetendo-nos para o passado como lugar por excelência de definição de um sentido original, razão explicativa da própria existência do presente.” O meio escolhido para erguer essa ponte temporal, está claro para nós, foi a Fazenda Caiçara e Antônio Rodrigues Magalhães, por isso mesmo, “Por este procedimento que veio a se consagrar após longa e acirrada disputa pela significação do passado, o presente estaria de certa maneira contido no passado de forma prefigurada.”¹¹ “Há um grande esforço em ver na Fazenda Caiçara o começo, a origem, o fundamento daquilo que seria a grandeza da cidade de Sobral no presente. Mas nós necessitamos duvidar dessa certeza, precisamos considerar que

8 GIRÃO, Glória Giovana S. Mont’Alverne. SOARES, Maria Norma Maia *Op. cit.*, p. 21.

9 GIRÃO, Glória Giovana S. Mont’Alverne. SOARES, Maria Norma Maia *Op. cit.*, p. 21.

10 ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993, p. 12.

11 GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 11.

O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate. A história ensina também a rir das solenidades da origem [...] gosta-se de acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador [...].¹²

Na sequência de nossas reflexões iremos nos debruçar sobre a obra que dialoga com o discurso fundador da cidade, trata-se de um mural misto, com alto e baixo relevo policromado, isto é, quando “o plano esculpido é ligeiro e sutil, havendo uma elevação pouco significativa do suporte”¹³, representando a Fazenda Caiçara, executado em 1966 no saguão do então Hotel Municipal de Sobral. As reflexões que faremos na sequência estão no contexto “interdisciplinar de pesquisa que tem como objeto de investigação a cultura visual. Este campo, também chamado de estudos visuais, institucionalizou-se a partir dos Estados Unidos nos anos 90, no final do século XX.”¹⁴

Velha Fazenda Caiçara e sua *evidência* na História de Sobral

Queremos deixar claro desde o início que não estaremos aqui aprofundando uma reflexão longa e específica sobre a história da arte, procurando relacionar o mural da Fazenda Caiçara com movimentos ou ideais contextualizadas no campo mais geral da história da arte no Ceará e no Brasil, mesmo que reconheçamos a importância desse tipo de discussão para o nosso estudo, ainda que saibamos, como discutiremos mais à frente, que o mural pode ser entendido enquanto elemento componente do contexto das artes modernistas no Brasil e sua relação com a arquitetura¹⁵, uma vez que “enquanto a história da arte se guia por objetos individuais, os estudos visuais procuram expandir questões sobre o estatuto do objeto artístico para o universo mais

12 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995, p. 18.

13 SILVA, Yolanda. Análise de obras de arte. *CITALIARESTAURO.COM*, p. 33.

14 KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006, p. 6.

15 Ver: MATTOS, Gabriel Francisco de. A Semana de 22 e uma certa modernidade na arquitetura. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Bicentenário da Independência do Brasil & 100 Anos da Semana de Arte Moderna, 2022.

geral das imagens e das representações visuais”¹⁶, propondo assim novos desafios para a história da arte, isso porque, em nosso caso, “a História como disciplina tem um encontro marcado com as fontes visuais”¹⁷. A obra, de autoria de Pedro Frutuoso do Vale¹⁸, numa medição de fora a fora, tem 5,22m por 2,28m, com um recuo na base de 3cm, e está localizada desde a sua criação em 1966, no saguão do edifício que foi no passado o Hotel Municipal da cidade de Sobral¹⁹.

Foi em 1966, que o então prefeito Cesário Barreto Lima, editou a Lei N. 113²⁰, que autorizava a abertura de crédito suplementar para a construção do hotel. A construção da obra foi um importante empreendimento para a cidade de Sobral, tendo sido inclusive inaugurado pelo primeiro presidente do regime da Ditadura Civil Militar, o General Humberto de Alencar Castello Branco, que mantinha relações muito próximas com a família Barreto, uma vez que “O Chefe Maior da Nação era amigo pessoal do General Flamarion Barreto, irmão do prefeito da Princesa do Norte. Em 1953, O General Castelo tinha visitado a cidade de Sobral”²¹.

O hotel seguiu a tendência de uma arquitetura modernista, de “clara inspiração nos preceitos de Le Corbusier, podendo-se distinguir de forma precisa os cinco pontos da arquitetura moderna formulados pelo arquiteto francês Le em 1929: fachada livre, janelas em fita, pilotis, terraço jardim e planta livre”²², sendo que

16 KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *Op. cit.*, p. 16.

17 *Idem*, p. 19.

18 Pedro Frutuoso do Vale, nasceu a 4 de maio de 1891. Foi artista nato. Escultor, pintor e arquiteto prático. É autor de vários monumentos e igrejas da região, estátuas, bustos e obras de pintura. Faleceu a 27 de fevereiro de 1974. Ver: *Cronologia Sobralense - 1911-1950*. 2ª edição. Volume 5 / F. Sadoc de Araújo. Fortaleza : Edições ECOA, 2015, p. 91.

19 O hotel não existe mais. A estrutura física do prédio sobreviveu com melhorias e adaptações passando a abrigar temporariamente o fórum da justiça local, para em seguida acolher os cursos de odontologia, economia e psicologia da UFC. Atualmente sedia vários órgãos da prefeitura municipal de Sobral. Ver: PARENTE, José Reginaldo Feijão. *Patrimônio Afetivo e Cultural no Contexto do Sítio Histórico de Sobral-CE*. Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, em 2020, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor. Área de Concentração: Psicologia.

20 Ver: arquivo online da Câmara Municipal de Sobral: LO113196519650830001pdf29062015095131.pdf (camarasobral.ce.gov.br).

21 SILVEIRA, Edvanir Maia da; SILVA, João Batista Teófilo. (Orgs.). *A Ditadura civil-militar em Sobral - aliança, “subversão” e repressão*. Sobral-CE: Edições UVA/SertãoCult, 2017, p. 23.

22 SOARES, Thaís Silveira. *A Modernidade Arquitetônica dos Hotéis em Fortaleza: uma análise sobre o reuso*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e urbanismo e design da Universidade Federal do Ceará – UFC. Área de concentração: Turismo e Arquitetura, 2022, p. 152.

A produção arquitetônica moderna no Brasil, iniciada pela atuação pontual de Gregori War-chavchik (1896-1972) no final da década de 1920, foi impulsionada pelas transformações propostas no ensino da arquitetura no Rio de Janeiro a partir de 1930, ano da posse de Lucio Costa (1902-1998) na direção da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA).²³

No Ceará, tivemos “a fundação da sua Universidade Federal (UFC), em 1954 e, posteriormente, da Escola de Arquitetura daquela universidade, em 1964”²⁴, que contribuiu de forma significativa para a produção arquitetônica local. No entanto, antes disso, na década de 1950, um grupo de arquitetos formados nas escolas de arquitetura do Rio de Janeiro e Recife, chegou a Fortaleza e começou a desenvolver mais o campo profissional da arquitetura na cidade. Outra característica inerente à modernidade arquitetônica do Hotel Municipal tem relação direta com a incorporação de obras de arte ao seu espaço, já que os projetos arquitetônicos modernos ligados a hotelaria no Brasil preconizavam “a integração das artes, premissa fundamental do modernismo brasileiro, incorporando nos seus espaços sociais diversas obras de arte de renomados artistas como Carybé, Pierre Verger, Tatti Moreno e Genaro de Carvalho”²⁵, por exemplo. Dessa forma, acreditamos, o sentido da encomenda de uma obra àquele que seria, a nosso juízo, Pedro Frutuoso, o mais importante artista da cidade de Sobral naquele contexto da década de 1960. Já a escolha da temática da obra, no caso a Fazenda Caiçara é uma outra questão que precisa ser discutida.

O mural da Fazenda Caiçara e suas implicações na História de Sobral

O mural da Fazenda Caiçara ocupa até hoje o saguão de entrada do antigo Hotel Municipal. Essa obra sofreu uma importância intervenção em janeiro de 2003 pelo artista sobralense Martônio Holanda, fato que aponta para

23 PARDANA, Marco Nuno Mendes da Silva. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará – UFC. Área de concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico, 2021, p. 10.

24 *Idem*, p. 11.

25 SOARES, Thais Silveira. *A Modernidade Arquitetônica dos Hotéis em Fortaleza: uma análise sobre o reuso*, *Op. cit.*, p. 152.

muitas questões²⁶. A obra está dividida em duas seções: a primeira, menor, representa a cena da doação das 100 braças de terra, pelo casal Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus, ao Padre Lino Gomes Correia, evento que ocorre na entrada da porta da casa grande da fazenda. Essa seção, ainda que menor, apresenta os personagens numa perspectiva bem maior do que as imagens da seção mais extensa, dado a importância do evento, um dos motivos pelo qual a Fazenda Caiçara se tornou o centro aglutinador de toda uma região, com a construção da igreja sede do Curato do Acaraú na fazenda. A outra seção, essa bem maior, mostra uma visão geral da fazenda, com a casa grande, vista parcialmente na primeira seção, outra pequena casa no outro extremo do mural, apontando aqueles que seriam os principais símbolos da cidade, no caso o Rio Acaraú, chamado pelos indígenas da região de Acaracu, a silhueta da Serra da Meruoca, chamada de Beruoca por essa mesma população, o gado, a cerca de pau-a-pique que inclusive daria o nome à fazenda, já que Caáycára, significa *os paus retirados das queimadas e dispostos em cerca ou trincheira em torno da roça ou habitação*.²⁷ (Grifos das autoras) Conforme visualizamos mais abaixo, a obra é acompanhada por quatro pequenos painéis que contam parte da história da cidade, começando, evidentemente com a primeira seção da obra, que narra a doação de terra à igreja, seguido pela narrativa sobre a criação da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, sede do Curato de Acaraú, depois pela elevação da fazenda à vila e na sequência, elevação da vila à cidade. Pedro Frutuoso do Vale copiou literalmente passagens da obra *Notas históricas da cidade de Sobral*, publicada na Revista do Instituto do Ceará em 1922, pelo Padre Fortunato Alves Linhares. Mas com relação a análise imagética, sabemos que:

De longe, a abordagem mais corrente entre historiadores para a análise de imagens visuais, inspirada em Erwin Panofsky, é a iconográfica, principalmente ao longo da segunda metade do século passado (Mahiques, 2008-2009). Privilegiando o significado das imagens, a iconografia compartilha com a semiótica, cuja voga é um pouco posterior (e que teve menos impacto), uma reação explícita e consistente contra o

26 Essa intervenção precisa ser considerada a partir de uma comparação com uma fotografia mais antiga da fazenda, presente no *Blog Sobral na História*, do jornalista Silveira Rocha, uma vez que modificações marcantes são detectadas na obra feitas por Martonio Holanda. Ver: Sobralnahistoria.blogspot.com).

27 Ver: GIRÃO, Glória Giovana S. Mont'Alverne. SOARES, Maria Norma Maia. *Sobral história e vida*. Sobral: Edições UVA, 1997.

puro formalismo que vigia na história da arte na virada do século XIX para o XX. Ambas também compartilham o tratamento da imagem predominantemente como um suporte sógnico e tendem a nele identificar propriedades intrínsecas suficientemente estáveis.²⁸

Para Menezes, “O termo Iconografia em sua raiz etimológica (*eikon*, imagem; *graphia*, descrição) pressuporia um papel descritivo, capaz de alimentar classificações, comparações, tradições, circulação etc.”, enquanto “a iconologia implica um passo adiante na elaboração de teorias, generalizações, integração de informação e perspectivas”²⁹. Uma análise iconográfico-iconológica, portanto, pretende abrir a obra em suas múltiplas dimensões, do que seria em tese o superficial, para o mais profundo, digamos assim, sem que no entanto se entenda ou pretenda encontrar o termo final da obra, na medida em que “A obra de arte sobre a qual se fala, tal como a linguagem, nunca é “fechada”. Ela recebe acabamento permanentemente (num processo infinito) na linguagem, enquanto a linguagem se ancora na obra”.³⁰

Figura 10 - Mural da Fazenda Caiçara



Fonte: arquivo do autor.

Com relação a imagem, vale destacar, “primeiro, que as imagens não contribuem apenas para representar o passado, mas também para construí-lo; em seguida, que os diferentes modos de representação visual – fotografias,

28 MENEZES, Ulpiano Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2012, p. 244.

29 *Idem*.

30 CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Ensaios. Bauru-SP: EDUSC, 2005, p. 233.

pinturas, gravuras, esculturas, cinemas, objetos tridimensionais etc. – deixam marcas específicas nessa produção do passado”³¹. E ainda que a obra traga legendas, Pedro Frutuoso buscou pintar e esculpir “ao pé da letra” o que dizia o livro de forma material na obra. O mural não é a história da fazenda, é a perspectiva de um artista experimentado que conhecia a história da cidade, dessa forma, a obra ajuda a construir uma dada forma de olhar para o passado de Sobral representado no mural. Por isso mesmo, não podemos nem devemos deixar de considerar a obra de Pedro Frutuoso como um importante monumento a tentar conciliar temporalidades diversas como o passado, o presente e o futuro, e que procurava agir no caldo denso das memórias. Isso porque,

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.³²

Mas o passado evocado no mural não é um passado qualquer, é o passado provável da fazenda, núcleo dito original da cidade, espaço quase mítico de afirmação do poder, riqueza e progresso de Sobral. A transformação do povoado da fazenda em Vila, Vila Distinta e Real de Sobral, em 1773, por isso, nas palavras de Padre Lira, “o dia 5 de julho deve ser uma data inesquecível para todo bom sobralense [...] Caiçara àquele tempo uma das grandes povoações da Província do Ceará, merecia esta distinção”³³, representando

31 MENEZES, Ulpiano Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOZO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2012, p. 259.

32 CHOAY, F. *A Alegoria do Patrimônio*. Trad. de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade & Unesp, 2001, p. 18.

33 LIRA, Padre João Mendes. *De Caiçara a Sobral*. *Op. cit.*, p. 21.

mais um passo no caminho da distinção da cidade, que seria fundada posteriormente, em 1841.

Podemos pensar no mural também, na perspectiva de Didi-Huberman quando escreve sobre o afresco *Anunciação*, de Fran Angelico, no século XV, ao enfatizar que “é muito difícil nomeá-lo como o faríamos com um simples objeto. Seria mais um *acontecimento* do que um objeto de pintura”³⁴. (Grifo do autor) Acreditamos que a ideia central do mural foi exatamente produzir não um acontecimento, mas “o” acontecimento basilar, ou seja, a existência e sentido da Fazenda Caiçara na história de Sobral, procurando constituir assim, “um sintoma”, na medida em que “a obra, ao se apresentar de uma *só vez* ao olhar do espectador [...] libera ao mesmo tempo a meada complexa de uma memória virtual: latente, eficaz”³⁵ (Grifos do autor). Estamos, assim, diante da meada complexa de uma memória virtual que se reproduz quase incessantemente.

A evocação da fazenda nessa historiografia é tão importante quanto a menção reiterada ao seu dono, o capitão Antônio Rodrigues Magalhães. Quitéria Marques de Jesus, na verdade a herdeira da Fazenda Caiçara, de outra forma, não merece nenhuma citação consistente, nenhuma reverência mais detida por parte dessas narrativas. Ela continuará ocupando a mesma posição que visualizamos no mural de Pedro Frutuoso: quase escondida, à sombra de Magalhães, discreta e praticamente invisível. Ainda assim essas mesmas narrativas vão considerar que Sobral até então não tinha tido muita consideração por Antônio Rodrigues Magalhães. Conforme Frota, “Sobral, lamentável é acentuar, descuro por demais o reconhecimento público ao seu nobre fundador – Antonio Rodrigues Magalhães – relegando-o ao esquecimento [...]”³⁶.

Frota estabelece um discurso que fará fortuna entre outros autores, quando faz de Antonio Rodrigues Magalhães o fundador da cidade de Sobral. Aliás, necessariamente nessa historiografia, não se dissocia a imagem da fazenda

34 DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante da imagem*. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 25.

35 *Idem*, p. 26-27.

36 AMARAL, Alberto. Para a História de Sobral. *Op. cit.*, p. 183. Sobre a herma dedicada a Antônio Rodrigues Magalhães, ver: MELO, Francisco Dênis. Sobral e seus altares: imaginária urbana e heróis civilizadores. In: MELO, Francisco Dênis. SILVEIRA, Edvanir Maia da. *Nas Trilhas do Sertão*. Escritos de cultural e política do Ceará. Vol. 7. Sobral, Sertão Cult/Edições UCA, p. 127-138, 2022.

da imagem de Magalhães, assim como, nesse sentido, “O delineamento histórico da evolução de Sobral, desde os meandros iniciais da Fazenda Caiçara, núcleo urbano do povoamento, demanda do pesquisador um análise paralela da Fazenda e da Matriz”³⁷. Portanto a Igreja e a Fazenda são os dois elementos fundamentais para o entendimento, como sugere Amaral, da “história da Nação dos Sobralenses”³⁸. Sobral não é um lugar qualquer, não é uma cidade, é uma nação. E da mesma forma que a Fazenda é símbolo de Sobral, é também de Antônio Rodrigues Magalhães, já que foi “Um dos primeiros líderes de nossa terra – homem de grande visão, de um dinamismo admirável conseguir fazer da velha Caiçara o centro de toda a região habitada da Ribeira do Acaraú.”³⁹

Referencias

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Ensaios. Bauru-SP: EDUSC, 2005.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade & Unesp, 2001.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante da imagem**. São Paulo: Editora 34, 2013.

GIRÃO, Glória Giovana S. Mont’Alverne. SOARES, Maria Norma Maia. **Sobral história e vida. Sobral**: Edições UVA, 1997.

FROTA, Francisco Marialva Mont’Alverne. Vila Distinta e Real de Sobral. **Revista do Instituto do Ceará**, 1973.

LINHARES, Padre Fortunato Alves. Notas históricas da cidade de Sobral. **Revista do Instituto do Ceará**, 1922.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2012.

37 AMARAL, Alberto. *Para a História de Sobral*. *Op. cit.*, p. 184.

38 *Idem*, p. 193.

39 LIRA, Padre João Mendes. *História de Sobral*. Sobral, Gráfica do Correio da Semana, 1971, p. 5.

PARDANA, Marco Nuno Mendes da Silva. **Arquitetura Moderna em Fortaleza (1959-1982):** narrativas fotográficas. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará – UFC. Área de concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico, 2021.

PARENTE, José Reginaldo Feijão. **Patrimônio Afetivo e Cultural no Contexto do Sítio Histórico de Sobral-CE.** Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, em 2020, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor. Área de Concentração: Psicologia.

SILVEIRA, Edvanir Maia da; SILVA, João Batista Teófilo. (Orgs.). **A Ditadura civil-militar em Sobral - aliança, “subversão” e repressão.** Sobral-CE: Edições UVA/SertãoCult, 2017.

SOARES, Thaís Silveira. **A Modernidade Arquitetônica dos Hotéis em Fortaleza:** uma análise sobre o reuso. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e urbanismo e design da Universidade Federal do Ceará – UFC. Área de concentração: Turismo e Arquitetura, 2022.

Sérgio Sant'anna e a “Geração 64”: narrativa e cotidiano

Francisco Alysson Silva Pinheiro¹

Introdução

A apresentação discutiu o modo como o contista, romancista, poeta e professor Sérgio Andrade Sant'Anna e Silva (1941-2020), entre meados dos anos 1970 e 1980, tensionou a “Geração 64” a partir daquilo que estava à margem das narrativas tradicionais dessa geração – o espectador, a cultura de massa e os pobres – problematizando as fronteiras dessa invenção geracional, que se deu por meio do “memorialismo” da geração de 1964 (Bastos, 2000), e cujo foco estava na temática da luta armada e de suas implicações: culpa, exílio, delações, etc. (Perlatto, 2014).

Ao buscar saber onde está a “geração 64” dos pobres e porque não se fala dela, Sérgio traz à tona uma esfera ainda pouco discutida daquele período: o cotidiano, cada vez mais colonizado pela cultura de massa. Desse modo, o autor critica o modo como se dá a memória dessa geração, centrada na figura do intelectual classe média de esquerda, que tem no “povo” uma figura idealizada. Ao colocar em cena, não os pobres, mas sua ausência, Sérgio compromete o olhar do narrador e a própria narrativa, colocando em cena problemáticas que se esboçavam na transição democrática brasileira.

Em meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, um momento no qual a televisão se capilariza pelas mais diversas camadas da sociedade brasileira (Hamburguer, 2024), Sérgio se pergunta o que pode um intelectual diante dos dilemas democráticos – a proliferação das imagens e das vozes da massa, a televisão e o excesso de informação que comprometem sua autoridade e (in)possibilitam a construção de uma história sobre a Ditadura de 1964. Embora não seja diretamente respondida, a pergunta-guia desse texto é a que Carlos Santeiro faz no livro *Um romance de geração* de 1981: por que não há “geração” quando se fala dos pobres?

¹ Mestrado em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (PPGH-UFC). Atualmente é doutorando pela mesma instituição, com pesquisa financiada pela FUNCAP. E-mail para contato: sorpinheiro@gmail.com.

A “Geração 64” e seus limites

ELE: – A Geração de 64 é aquela que produziu obras a partir da ditadura militar, ponto. E quando se fala em geração no Brasil, estamos nos referindo, obviamente, às pessoas de classe média e alta, ponto. Porque jamais ouvi usar a palavra “geração” para a classe operária, ponto. É como se eles não tivessem idade, ponto. Como se uma geração continuasse a outra identicamente, ponto. Ou, no caso de se impacientarem com a falta de perspectiva, caem na marginalidade, ponto. Nesse sentido existe também uma nova geração da classe operária que poderia ser chamada Geração 64, dois-pontos: uma geração dentro da qual setores estatisticamente importantes resvalaram para o crime como modo de sobrevivência, ponto [...]. Mas não é sobre essa geração ou algo semelhante que versam esta peça e esta entrevista, ponto. Esta geração, que poderíamos chamar de proletária, não pôde falar por si mesma, ainda não produziu obras, porque não teve acesso à cultura, ponto. Se tivesse tido esse acesso, talvez acontecessem surpresas como a que ofereceu a primeira geração artística inglesa surgida pelo ensino democrático proporcionada pelo Partido Trabalhista e que deu origem a fenômenos inesperados, como os Angry Yong Men e os Beatles, ponto. Se no Brasil ocorresse um fenômeno semelhante de democratização da cultura e da criação, talvez se manifestasse na arte não as habituais seriedades e sisudez política da classe média, mas possivelmente um festim dionisíaco como o carnaval, ponto. Talvez a revolução brasileira, inclusive a revolução cultural, venha a ser como um samba-enredo em que o povo, desfilando fantasiado pela avenida, em meio a batuques e danças orgiásticas, termine seu desfile diante do Palácio do Governo, exigindo o ‘poder, ponto de exclamação! (Sant’Anna, 2009, p. 79-80).

A longa citação faz parte do livro *Um romance de geração*, de 1980, e é dita pela personagem Carlos Santeiro (autorreferência a Sérgio Sant'anna), escritor em crise que é entrevistado por Cléa, jornalista que está produzindo matéria sobre a “geração 64” durante a “abertura política” do final dos anos 1970; para tal, resolve entrevistar alguns de seus integrantes, entre os quais Carlos Santeiro. Entretanto, a definição dada por Santeiro à jornalista transbordar os limites da “geração 64”² e evidencia suas fronteiras. Nesse movimento, os pobres entram em cena como ausência e, com eles, também o cotidiano.

Entra em cena também a impossibilidade de um discurso unitário por parte do campo “progressista”, que sofria uma crítica interna de fatores pouco expressivos em suas pautas: como as questões culturais e de identidades (Santiago, 2019). Ou seja: trata-se de um momento em que a “coesão das esquerdas” é fissurada pelas diferenças; a sociologia dá lugar à antropologia; os enunciados políticos dão lugar à entrevista (não por acaso, este é o modo como *Um romance de geração* se organiza), suscitando, segundo Sérgio Sant'Anna em entrevista de 1988, uma nostalgia de quando o inimigo era evidente:

É chato falar, mas eu tenho um livro, chamado *Um romance de geração*, que discute essa questão: no fim da ditadura, o pessoal poderia ter um pouco de nostalgia daquele inimigo com quem todo mundo se acostumou. É bom ter

2 Em virtude do pouco espaço desse resumo estendido, deixamos de lado a reflexão sobre a historicidade do termo “geração 64”, mas adiantamos que por não se restringir a grupos artísticas de vanguarda ou agremiações literárias mais ou menos arregimentadas, essa geração apresenta unidade de difícil apreciação, a começar pela pluralidade de seu nome: “Geração 60”, “Geração AI-5”, “Geração 68”, “Geração desbunde” e, por fim, “Geração 64”. Em si mesmos, esses termos representam uma historicidade: “Geração 60” refere-se, inicialmente, àquela engajada nos debates culturais e sociais, nos quais a “relação direta e imediata estabelecida entre arte e sociedade era tomada como uma palavra de ordem e definia uma concepção de arte como serviço e superinvestida do ponto de vista de sua eficácia mais imediata” (Hollanda, 2004, p. 19). “Geração AI-5” e “Geração 68”, por sua vez, embora simultâneas, partem de pontos distintos: a primeira é adjetivada pela instância institucional da repressão, a segunda parece ser caracterizada por uma recusa ao discurso populista, aos projetos de tomada de poder, “valorizando a ocupação dos canais de massa, a construção literária das letras, a técnica, o fragmento, o alegórico, o moderno e a crítica de comportamento” (*Ibidem*, p. 63-64). Por fim, “Geração desbunde” corresponde, já em meados dos anos 1970, àquela que, “asfíxiada” pela esfera política autoritária e pelo ufanismo do milagre econômico no âmbito social, via-se limitada a uma vida privada “crescentemente atingida por dinamismos danificadores das relações humanas, uma vez que a concorrência e o particularismo dos interesses se expandem, imprimindo a lógica do direito de propriedade no caráter individual, na família, nas associações sociais diversas” (Vieira, 2010, p. 160-161). Em todas as abordagens, porém, observo inicialmente três elementos repetitivos que constituem núcleos da identidade geracional: a resistência à Ditadura de 64, a “revolução brasileira” e a “revolução sexual”.

um inimigo, porque ele serve como ponto de referência. Agora, já não existe esse ponto, a não ser pelo fato de que o grupo que ocupa o poder é o mesmo. Mas, como esse grupo já não atua com tanta voracidade e com tanta violência, as pessoas estão se sentindo sós, sem esse inimigo. Isso vai passar (Sant’Anna, 2021, p. 51-52).

O intelectual de geração, cujo núcleo de sua identidade era a resistência à Ditadura, vê-se diante do cotidiano, da cultura pop e da proliferação de identidades (étnicas, culturais, de gênero, de raça etc.). Entendido superficialmente como marcado pelo tempo contínuo e repetitivo, o cotidiano parece se diferenciar da geração na medida em que esta expressa uma “engrenagem temporal”, um recorte, cujos limites estão condicionados aos aspectos e usos políticos, sociais, econômicos e culturais, que fazem dela uma escala móvel, um conceito em movimento, uma “respiração do tempo” que dá fôlego à história, e que estabelece, em determinado presente, uma interpretação e uma crítica ao passado (Sirinelli, 2006), dando a ver percepções sobre a história e a sociedade produzidas em um determinado momento. Formas de conhecer e de delimitar, a geração estão relacionados à formação de saber sobre um tempo específico com sujeito determinados. Eles compõem uma narrativa – construção temporal que articula o passado e seus eventos (Albuquerque Jr., 2007) e que o inventa.

Mas o romance em Sérgio parece questionar essa invenção; mirando pela janela, ele dá a ver suas margens: estranha essa geração e esse passado recente do país cuja semântica se dá tanto pela memória quanto pela literatura “memorialista”³; estranha, sobretudo, as ausências que ela produz. Principalmente: estranha o papel dessa geração durante o período de abertura política brasileira, como é perceptível na entrevista dada pelo autor: “Em época de ditadura, como aquela, havia quase uma obrigação histórica de contestar politicamente. Talvez, então, essa obrigação tenha se traduzido numa certa idealização do povo” (Sant’Anna, 2021, p. 44).

3 Segundo Alcmemo Bastos (2000), o “memorialismo de geração” é um conjunto de relatos e avaliações produzidas por figuras públicas de ex-militantes ou jornalistas que garantem a autoridade de seu depoimento com base nas suas vivências durante o regime militar de 1964, sem caráter autobiográfico (já que se restringia a determinado momento da vida), mas narrado pela figura do indivíduo. Esse memorialismo, produzido entre os anos 1970 e 1980, no Brasil, tem como tema o passado recente e a relação entre vida individual e vida política, na qual essa dá sentido àquela.

No caso do trecho analisado, o autor não parece pretender “dar voz” ao povo, mas fazer transbordar os silêncios de fora para dentro do recorte geracional, mudando a própria concepção de “revolução brasileira”: esta não seria mais as “seriedades e sisudez política da classe média”, mas sim “um festim dionísíaco como o carnaval”. Ou seja: desloca-se, por um lado, a “revolução brasileira” para além da sisudez política das instituições; por outro, essa revolução se alojaria na subjetividade, no cotidiano agora entendido como lugar de micro rupturas, onde ainda é possível perceber o convívio “uns com os outros de remanescentes de outros modos de vida em meio a um processo tecnológico avassalador de re-europeização do mundo”, buscando “interpretar indícios que ficaram de manifestações de vida e sociabilidade agora contaminados” (Dias, 1998, p. 226-227).

Esse cotidiano, entretanto, “não pode falar”, não porque não tenha produzido “obras” ou não tenha acesso à “cultura” (qual cultura?) como coloca ironicamente o intelectual de geração do romance de Sérgio, mas em razão do processo de colonização que o cotidiano sofre na modernidade. Através da capilarização dos discursos de massa (consumida nos mais diferentes meios), sobretudo a televisão⁴, oblitera-se a fissura entre significante e significado, isto é, a alienação do trabalho (enquanto criação) e a perda do sentido das coisas e do mundo são omitidas (Lefebvre, 1991). Não por acaso a atenção do autor à televisão, aos sons e às imagens, se sobressai quando o cotidiano entra em cena.

O desafio do intelectual não parece ser mais o de “organizar” o povo, mas sim de saber sua linguagem. É por isso que o intelectual de geração do romance de 1981 busca a vida do homem ordinário na hora do crepúsculo, ou seja, em um momento limite:

4 Enquanto em 1970 a televisão atingia os lares de 22,8% dos Brasileiros, sendo 38,4% da região Sudeste e 6% na região Nordeste; em 1980, ela já estava presente em 56,1% dos lares, sendo 28,1% dos lares nordestinos e 74,1% dos lares do Sudeste (Hamburguer, 2023). Esther Hamburguer (2023) destaca ainda que, no Brasil, em meados dos anos 1970 e, especialmente, a partir de 1980, a televisão passou a ocupar, por um lado, um papel central na difusão de informações até então restritas às autoridades e à escrita, de tal modo que “o controle da formação e do repertório disponível muda de mãos, deixou de ser monopólio dos intelectuais, políticos e governantes titulares dos postos de comando nas diversas instituições estatais” (p. 364). Por outro lado, para além das informações, a televisão difundiu, nesse “novo espaço público”, através das novelas, de suas aventuras amorosas e seus personagens de caráter binários, os valores da dita “classe média urbana”: “sua ânsia de modernização, sua identidade construída em torno de uma atualidade sempre renovada e exibida por meio do consumo dos últimos lançamentos eletrônicos, de decoração e vestuário. Nesse mundo de ficção, a desigualdade social se resolve em geral pela ascensão social, muitas vezes via casamento” (Hamburguer, 2023, p. 365).

[...] Era a hora do crepúsculo, a fresta entre o mundo da realidade e o da mais desvairada imaginação. Fechei as cortinas (*ele fecha realmente as cortinas*) [...]. Anoitecia e eu queria surpreendê-los assim: apaguei minhas próprias luzes, ou melhor, as luzes da sala, para que eles não me vissem, mas eu, sim, pudesse espiá-los em suas tocas, captá-los na mais absoluta intimidade (Sant'Anna, 2009, p. 31).

Mescla de luz e sombra, o crepúsculo, assim como a aurora, possibilita o conhecimento e a visibilidade posto que não cega nem pela claridade nem pela obscuridade (Albuquerque Jr., 2007). Mas é no crepúsculo que o artista vê o mundo, no fim de um dia de trabalho. No “romance” o saber é um desejo de observar sem ser afetado, tal qual olho voyeurista que vê sem ser visto, como sugere a vista pela janela de Carlos Santeiro:

E, como alguém ansioso, expectante, diante de um pano que vai subir para uma peça de teatro, fui descerrando devagarinho, chorando, aquela cortina que descortinaria para mim as entranhas, a chaga viva desta cidade.

Ele ri um riso satânico e começa a descerrar as cortinas, enquanto narra com uma voz de filme de terror.

ELE: – E eu ria um riso satânico, há, há, há, cheio de espuma em meus lábios, diante daquela janela, que rasgaria para mim, como bisturi -- era tão perto! – sim, a chaga viva da cidade, desvelando-me, como numa autêntica violação, a intimidade mais recôndita de seus habitantes. *Ele faz uma pausa de efeito, de absoluto silêncio.*

ELE: – E sabe o que eu vi?

ELA: – Não

Pausa.

ELE: – Televisão! (Sant'Anna, 2009, p. 31).

A “chaga viva da cidade”, a intimidade de seus habitantes, aquilo que materializaria talvez os dramas reais do povo brasileiro; longe disso, Santeiro se depara com algo diferente, ele vê a televisão, não a sua – que acompanha

freneticamente ao longo de todo o encontro com a repórter – mas a dos vizinhos, a daqueles que seriam seu objeto de conhecimento. Ele vê o próprio ato de ver. A visibilidade que a televisão coloca ao escritor lhe parece uma forma pacificadora, que converte os agentes da história a espectadores passivos em meio à proliferação de imagens e sons: “E as pessoas que estavam vivas, os atores que faziam os acontecimentos, não eram aqueles bichos humanos em suas tocas, mas aqueles outros dentro do espelho, que eram o palco, o cenário, o picadeiro...” (Sant’Anna, 2009, p. 32). O cotidiano se revela assim não como a realidade, mas como uma massa discursiva audiovisual que olha de volta àquele que quer vê-lo, como quem vê seu reflexo numa vitrine.

Nesse sentido, trabalhar com o cotidiano é trabalhar com as ficções que volteiam o dia a dia, tomando esse mesmo “dia a dia” ele próprio como ficção em que as coisas, ainda que de modo precário, fazem sentido. O cotidiano cerca a narrativa da geração 64 ao mesmo tempo em que se torna seu objeto de análise. Mas lá onde se esperava encontrar a realidade social, encontra-se ficções. Eis que o cotidiano se faz sombra.

Conclusão: Cotidiano e narrativa

O cotidiano se impõe no senso comum historiográfico como referencialidade que autoriza, ética, política e cientificamente, o discurso do historiador. O termo gera mesmo um mal-estar naqueles que, porventura, não se ocupem diretamente das demandas políticas e sociais em evidência – umas mais que outras, a depender dos circuitos do mercado –, como a história dos pobres e oprimidos, das mulheres, da população negra, dos “de baixo”, habitantes dos subúrbios ou dos “excluídos” da história. Quando se fala de “cotidiano” na história, tem-se a ideia de se estar diante de uma análise empírica além e aquém das ideologias dominantes e das teorias acadêmicas, como se se explicitasse as “práticas” independentemente das teorias. Os adeptos de tal proposta se agarram nela com muita fé, num empirismo supostamente sem teorias (e, nalguns casos, anti-teóricos) que lhes justifica a autoridade. Seus fiéis gostam muito de números, tabelas, estatísticas; creem piamente nos dados econômicos. Quanto a isso, confesso meu ceticismo; mas confesso também minha culpa: esse imperativo da referencialidade é a razão de me adiantar a qualquer censura – e quão eficaz não é a censura que se adianta: não cala, mas faz falar. Ante salários tão baixos e juros tão altos, melhor mesmo é ceder

à capela da história o pobre décimo – pois que tão numerosos os mártírios quanto poucos os milagres, melhor mesmo é aceitar logo o cotidiano como tema incontornável, como dura referencialidade, e seguirmos a procissão.

Mas eis então que, já com pés calejados da busca do referencial perdido, as velas subitamente se apagam e aquilo que era iluminado e solar no senso comum, num sopro se envolve em penumbra. De repente, nuvens escuras se anunciam no céu, uma tempestade de palavras se aproxima. Quando analisado historicamente, a concretude e a clareza do cotidiano se arrefecem; profanamente se desmancham em discursos. Como diabo que foge da cruz, o termo se apresenta mergulhado em lusco-fusco resistente à claridade do saber; ele revela o que é: um conceito inventado *na* e *pela* modernidade, entre o século XIX e os primeiros anos do século XX, quando a literatura e a filosofia se debruçam sobre o elemento residual e insignificante do ordinário. De repente, clareia-se (ou se busca clarear) aquilo que parecia então escapar ao saber e à própria história, aquilo que, margeando os acontecimentos numa longa e monótona repetição, estava imerso nas sombras da “cotidianidade”: a linguagem ordinária, do homem comum, do não-acontecimento, do dia a dia tedioso e repetitivo, até aí ignorado, torna-se objeto da arte e da filosofia a princípio, que veem nele pequenas brechas, que, acumulando-se, rascunham a abertura do acontecimento. Por outro lado, veem no elemento ordinário não só suas pequenas rachaduras, como também a concretude dos grandes blocos de “real” que supostamente ainda não se desmancharam no ar corrosivo da modernidade. O cotidiano converte-se aí na ideologia moderna de muitos estudiosos: ele é, ao mesmo tempo, o lugar do disruptivo e o último bastião daqueles que querem assegurar a existência de algo ainda sólido num mundo que parece derreter. Pensado assim, o cotidiano parece sinônimo de “povo” – ou, se não, tem os mesmos vícios idealistas do termo.

Sérgio Sant’Anna, porém, não trate o cotidiano como tema, como mais um campo literário e historiográfico – a história do cotidiano na ditadura; o modo como a Instituição Política do período reprimiu manifestações dos “de baixo” ou como estes foram resistentes ou subservientes ao Regime de 1964 –; toma-o, isto sim, enquanto conjunto de imaginários e ficções que põe em xeque, de um lado, a historiografia, e, de outro, aquela “literatura de geração” que buscou testemunhar os fatos tal como ocorreram. Longe de pretender resolver essa questão, em seus romances, mendigos, faxineiras e “proletários” fazem eco silencioso às memórias e falas geracionais. Assim, a reflexão de

Sérgio Sant'Anna trabalha o cotidiano como inquietação; e nisso a “geração” deixa de ser evidente no mesmo paço em que é revelada: cercada pela “geração proletária”, pela televisão e pelas massas, sua autoridade está posta em xeque na virada da ditadura para a democracia. Daí o conceito “geração 64” ser discutido no romance-teatro de 1980 tanto como *marca*, um produto⁵, quanto como marco recortado e recordado pelo poder.

A ideia de cotidiano pressupõe inicialmente “uma demografia das coisas, que mede o seu número e a duração da sua existência, assim como uma demografia dos animais e das pessoas. No entanto, essas pessoas, nascem, vivem e morrem. Vivem bem ou mal. É no cotidiano que eles ganham ou deixam de ganhar sua vida [...]. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre. Aqui e agora” (Lefebvre, 1991, p. 27). Para esse autor, o cotidiano é como a música: tudo é medido, cadenciado, enumerado – a música é o reino dos números, da linearidade –; e, no entanto, o que mais importa é o que escapa: a emoção, o modo como a música nos afeta mesmo quando não comunica nada. Os contos e romances de Sérgio Sant'Anna possibilita-nos, enquanto historiadores e historiadoras, ter uma visão dos problemas específicos que se desenhavam nos anos 1980 no Brasil “democrático”; mas eles também nos alertam a uma tarefa mais difícil: aquela de saber como as ficções funcionam não só nos textos dos historiadores ou na literatura, mas como elas funcionam no mundo. O estudo de ficção, sugere Barthes (1982), não pode se comprazer em se denunciar como máscara – embora este seja um paço importante. É preciso tentar unir a questão do “quem sou eu”, questão identitária muito em evidência hoje como nos anos 1980 (embora com especificidades), à interrogação do “o que fazer”, pergunta dialética, e se perguntar enfim: o que fazer com quem eu sou? O que fazer essas máscaras? Como a ficção caminha pelo mundo?

Referências

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. A hora da estrela: História e Literatura, uma questão de gênero? *In*: ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

5 Flora Sussekind (2004) destaca como a “literatura de geração”, aquela que se pressupõe testemunhal, funcionava, ao final dos anos 1970, como marca da moda, um produto que apelava ao *voyerismo* dos leitores de classe média, ávidos, segundo a autora, por minúcias do horror e por detalhes biográficos.

BARTHES, Roland. Literatura e metalinguagem. *In*: BARTHES, Roland. **Crítica e Verdade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

BASTOS, Alcmemo. **A História foi assim**: o romance político brasileiro nos anos 70/80. Rio de Janeiro: Caetés, 2000.

DIAS, Maria Odila Silva Leite. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto história**, São Paulo (17), p. 223-258, nov. de 1998.

HAMBURGUER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil 4**: contrastes da intimidade contemporânea. 1ª Ed. São Paulo: Companhia de bolso, 2023.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: Historiografia e ficção no contexto do cinquentenário do Golpe de 1964. **Estudos Históricos**, v. 30, n. 62, set-dez, 2017.

SANT'ANNA, Sérgio. **Um romance de geração**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

SANT'ANNA, Sérgio. **O conto não existe**: entrevistas e ensaios (1969-2020). 1. ed. Recife: Cepe editora, 2021.

SANTIAGO, Silvano. A democratização no Brasil (1979-1981): Cultura versus arte. *In*: SANTIAGO, Silvano. **35 ensaios de Silvano Santiago**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SÛSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**: polêmicas, diários e retratos. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. As ciladas do trauma: considerações sobre história e poesia nos anos 1970. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

Contribuições da relação história e literatura no romance *Eu, Tituba, Bruxa negra de Salem* de Maryse Condé

*Michele Borges Greco*¹

“[...] a reconstrução da história das mulheres, ou o olhar sobre a história por um ponto de vista feminino, implica uma redefinição fundamental das categorias históricas aceitas e uma visibilização das estruturas ocultas de dominação e exploração” (Federici, 2017, p. 29).

Resumo

O presente trabalho discute a possibilidade de determinadas críticas sociais terem maior repercussão e alcance através da literatura, seja por seu jeito envolvente de explicar o mundo como também pelo encontro dos sentimentos/emoções com os fatos históricos ali mencionados. Demonstrar-se-á tais operações pela história de Tituba, mulher negra escravizada e julgada por bruxaria em Salem em 1692 que ganhou pela romancista Maryse Condé novas origens e destinos dos quais a própria historiografia, o tempo e o racismo nos privou de conhecer. Relacionar-se-á como fonte histórica *Malleus Maleficarum* – O martelo das Feiticeiras, manual de Inquisição que teve ampla circulação na Europa do século XV e; o romance *Eu, Tituba Bruxa Negra de Salem*, que aborda a resistência aos dogmas cristãos frente às práticas tomadas como bruxaria pelos colonizadores e pela Inquisição, escravidão, patriarcado, colonização, puritanismo e suas práticas de dominação, sujeição ao trabalho e desencantamento do mundo transformando o desconhecido em medo e proximidade de Satanás. A centralidade da discussão estará nos processos inquisitoriais, nas acusações, nos meios probatórios e contextualização política dos julgamentos. Epistemes que se contrapõem nitidamente sobre o significado do termo bruxa, de pária à referência de poderes ocultos, evidencia

1 Bacharela em Direito pela FURB, graduanda em História pela Udesc.

dinâmicas de poder e luta de classes. Seguindo a receita de misturar fatos históricos e preenchê-los com ficção, a autora faz usos artísticos e políticos do passado, e nos apresenta um mundo vasto com a experiência subjetiva da personagem Tituba marcada pela diáspora e pela ancestralidade viva nos invisíveis, em seu espaço-tempo. A forma do romance já nos fornece significado, a narrativa se passa em primeira pessoa, sendo uma mulher negra escravizada em vida não teria autorização para falar livremente. Para essa discussão utilizou-se metodologia descritiva e exploratória através de pesquisa bibliográfica. Entre os resultados estão correspondências historiográficas entre as prescrições do *Malleus Maleficarum* e as descrições e narrativas contidas no romance *Eu, Tituba, bruxa negra de Salem*, em relação por exemplo às acusações, procedimentos de investigação e tortura. Ali as camadas do tempo ficam sobrepostas também pelo próprio livro, já que ao publicar em 1986 *Eu, Tituba Bruxa Negra de Salem* Maryse Condé leva para o século XV seu olhar e percepções do século XXI, demonstrando por exemplo limites entre solidariedade/sororidade e branquitude. Conclui-se nestas operações narrativas e de pesquisa historiográfica que o romance alarga e aproxima camadas diferentes da história, reequaciona as relações entre passado e presente, e em sua artesanaria privilegia a oralidade, marcadamente pela contação de histórias, cantigas e poesia. Além disso, a protagonista contando sua própria vida enfrenta obstáculos para falar e ser ouvida dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo, ainda atual às mulheres, principalmente as mulheres negras, oferecendo assim, um desagravo à Tituba, pessoa histórica. Ainda, que o desagravo não a alcance, a narrativa que Maryse Condé constrói encontra força e razão frente às experiências cotidianas de perseguição, sofrimento, solidão e silenciamento que ecoam vividamente no presente.

Palavras-chave: Bruxaria; Literatura; Mulher negra; Salem.

Introdução

Maryse Condé, autora de *Eu, bruxa negra de Salem* é guadalupense, professora emérita de francês e filologias românticas na Columbia University, também publicou outros livros de interesse e pesquisa histórica, usando a receita de misturar fatos históricos e preenchê-los com ficção. O romance em questão foi publicado pela editora Rosa dos Tempos em

2020, tem prefácio de Conceição Evaristo, e foi vencedor do New Academy Prize de 2018. O julgamento das bruxas de Salem de 1692 e os escassos registros da vida de Tituba despertaram o interesse de Condé e dão base ao romance.

Pela documentação não é possível saber a origem de Tituba, as hipóteses mais plausíveis são que ela poderia ter vindo de Barbados ou dos arredores de Salem. Os registros sobre ela são controversos, colocada em determinados momentos como coisa pela sua condição de escrava, e em outros, sob o olhar punitivo e religioso, como pessoa responsável por seus atos e por seus supostos pactos com Satã. Ao escrever na voz de Tituba, imprescindivelmente Condé imprime muito do séc. XXI na personagem, apresentando através dela tensionamentos sobre a experiência vivida entre a moral colonizadora hegemoneizante e a de resistência, e do entendimento de ser no mundo como mulher negra. Aprofundando a humanidade de Tituba (subjugada em vida), que é dotada sobretudo do direito de escolher para si o que deseja viver ao invés de tornar-se uma emblemática heroína e justiceira negra.

Assim as novas origens e destinos fictícios atribuídos pela autora denunciam lacunas na historiografia que o tempo e o racismo nos privaram de conhecer. Um desses referidos tensionamentos é a disputa viva do termo bruxa, utilizado como algo salutar em publicações como *Bruxaria Natural*² e comunidades como a wicca. É trecho de um pensamento de Tituba:

O que é uma bruxa? Percebi que em sua boca a palavra estava manchada de degradação. Como é isso? Como? A faculdade de se comunicar com os invisíveis, de manter um laço constante com os finados, de cuidar, de curar, não era uma graça superior da natureza a inspirar respeito, admiração e gratidão? Por consequência, a bruxa, se desejam assim nomear aquele que possui essa graça, não deveria ser adulada e reverenciada em vez de temida? (Condé, 2020, p. 42).

2 VANDERBECK, Paige. *Bruxaria Natural*. Tradução: Martha Arge. Mantra; 1ª edição.

De xingamento à referência de poderes ocultos, a bruxaria aparece permeada pela divisão entre mente e corpo, liberdade, poder e sobretudo, injustiças tendo em vista ter sido causa de perseguições, julgamentos, torturas e condenações, assunto principal da obra *Malleus Maleficarum*. O manual é direcionado à heresia de modo geral, mas em sua estrutura alicerçado pelo Antigo testamento, a perseguição concentra-se às mulheres, colocando-as como as mais predispostas à bruxaria e vacilar em sua fé. Sendo as mulheres as principais destinatárias de suas recomendações há uma breve distinção das boas mulheres, aquelas que se aproximam da Virgem Maria e outras poucas santas, *versus* todas as outras prejudicadas desde a costela deformada de Adão que arrastam o homem ao pecado. Assim com vários capítulos e títulos dedicados a identificação das bruxas e seus pecados o *Malleus Maleficarum*, assumiu funções de ensino de identificação, processo, julgamentos e punição³. É exemplo da ideologia que permeia o manual:

[...] segundo São Paulo (I Tessalonicenses, 5:22), precisamos nos abster não só do mal, mas de todas as aparências do mal. Portanto, diz o Cânon naquele capítulo, não é que as pessoas que fazem uso de tais práticas estejam desafiando Deus, mas que parecem desafiá-lo, podendo assim entender que, mesmo quando alguém participa de prova dessa natureza apenas com boas intenções, por apresentar ela uma aparência malévola, deve ser evitada (Kraemer; Sprenger, 2020, p. 580).

Nesse sentido, a tortura foi uma prática inerente a lógica da investigação que não tinha limites para ser iniciada. Operou-se a presunção de culpa ao contrário do direito conquistado da presunção de inocência, é interessante notar que já existia algum esboço quanto às garantias e direitos da acusada/acusado, no entanto, o processo de revelação da verdade tinha como seu principal meio de obtenção de prova a tortu-

3 Todo o terceiro tópico intitulado “A ÚLTIMA PARTE DA OBRA: DE COMO O PROCESSO HÁ DE SER CONCLUÍDO COM O PRONUNCIAMENTO DE UMA SENTENÇA DEFINITIVA E JUSTA” é síntese dos referidos assuntos, mas que se repetem durante toda o manual. (Kraemer; Sprenger, 2020)

ra. Existiam certas condições regimentais para que fosse plausível, mas como prescrito pelo manual, a condução ficava muito mais à cargo da vontade do inquisidor do que qualquer outra baliza.

As atividades e condições que poderiam levar algum herege a condenações passavam fortemente pelo feminino: conhecimento de ervas, feitura de partos, sedução, aborto... E de acordo com seus acusadores, incubos, sortilégios, encantamentos, adivinhações, voos noturnos, danças também seriam um sinal da presença de Satanás e de seu conluio com bruxas. Possibilidades de acusação que constam no martelo das feiticeiras são continuação de políticas de degradação já estabelecidas pelo sistema patriarcal, são explicadas pelo fato de as mulheres mais serem suscetíveis ao pecado em razão de seu suposto intelecto reduzido, fraqueza moral: “Portanto, uma mulher malvada é por natureza mais rápida em vacilar em sua fé e, portanto, mais rápida em abjurar da fé, o que constitui a raiz da bruxaria” (Kraemer; Sprenger, 2020, p. 116). Também são citados gregos e filósofos da teologia cristã nos vários capítulos, muitos deles dedicados exclusivamente à mulher.

Tal obra não foi totalmente aceita na época de sua publicação e ampla circulação. Pelo certificado de aprovação ao final do livro, podemos deduzir que nem mesmo a existência de bruxas era irrefutável para todos os teólogos e sacerdotes da igreja católica⁴, ainda assim, de forma incompleta, estima-se que o número de mulheres queimadas vivas na fogueira tenha sido de cem mil⁵.

É oportuno um pequeno resumo do romance abordado: a narrativa começa contando brevemente parte da vida de sua mãe, Abena, sequestrada para escravização a caminho de Barbados. Tituba é fruto de um estupro de Abena por parte de um de seus capturadores no navio negreiro. Já na plantação, em vias de sofrer novo estupro, defende-se, apesar de apenas ter causado um ferimento, é acusada de tentativa de homicídio e é enforcada, tudo aos olhos de Tituba. Tituba teve um pai adotivo amoroso, Yao, e dele foi separada quando ele foi vendido para

4 CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MALLEUS MALEFICARUM PELA FACULDADE DE TEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE COLÔNIO (Kraemer; Sprenger, 2020, p. 687-694).

5 MURARO, Rose Marie apud Marilyn French, *Beyond Power: On Women, Men and Morals*, New York, Sumit Books, 1985. Breve introdução histórica In Martelo das Feiticeiras.

outro dono de terras. Sem a filha e em luto por Abena, a caminho da nova plantação comete suicídio ao engolir a própria língua. A autora dá a entender mais tarde no enredo que sua visão positiva de relacionamento amoroso homem e mulher (cisgenêros) dá-se sob influência do exemplo de Yao⁶.

Órfã, Tituba abriga-se numa cabana na floresta, onde conhece Man Yaya e sob sua guiança aprende com a natureza e suas ervas, práticas de cura e saúde. Após a morte natural de sua mestra, Tituba segue vivendo sozinha na cabana num canto afastado da floresta, vendo vez ou outra, ao afastar-se de seu quintal, escravizados em suas andanças. Por eles é olhada com medo, pela fama de bruxa de Man Yaya e por ser filha de uma enforcada, acusada de homicídio do escravocrata branco. Logo conhece John Indian, por quem se apaixona.

A personagem havia passado muito tempo na companhia de Man Yaya e depois sozinha com as plantas e animais ao seu redor. Sem mais ampla socialização, também não se deteve em questionar-se sobre sua imagem e beleza. Com a aparição deste homem, surge também a vontade de ser desejada, ponto bem marcado pela autora. A tal ponto que, para seguir em sua companhia, abandona a cabana e sua liberdade e vai morar com John Indian num casebre nas terras da proprietária dele, Susanna Endicott. Susanna é escravagista, e Tituba, que mesmo sendo livre, ao viver ao lado de John passa a estar sob o jugo da escravidão, sendo obrigada a trabalhar nas mesmas condições de John Indian. A crueldade de Susanna aumenta quando descobre que Tituba tinha ligações com Man Yaya e Abena. Então, Tituba usa seus saberes e se vinga de Susanna, causando-lhe uma doença: esvair-se em mijo e fezes. Antes de morrer, Susanna amaldiçoa Tituba e vende John Indian e Tituba para Samuel Parris (reverendo puritano) que embarca com a família e seus escravizados para Boston. Nesse momento, a protagonista passa por uma encruzilhada ao abrir mão de sua terra natal e de seus invisíveis, Abena, Man Yaya e Yao lhe avisam que não poderão acompanhá-

6 “Ele me pegou com suas grandes mãos ossudas e besuntou minha testa com sangue fresco de uma galinha depois de ter enterrado a placenta de minha mãe embaixo de uma mafumeira. Em seguida, me segurando pelos pés, apresentou meu corpo os quatro cantos do horizonte. Foi ele quem me deu o meu nome: Tituba. Ti-Tu-ba.” (Condé, 2020, p. 28).

-la no outro lado do Atlântico, tal trecho é de especial importância em relação à experiência diaspórica. Condé condensa parte dessa significação na dor de Tituba de perceber-se atrelada a sua paixão por John Indian e acompanha-lo como criada da família escravocrata e puritana.

Em Boston, Samuel Parris é designado como reverendo da comunidade da vila de Salem, colônia Britânica localizada no estado de Massachusetts. No contexto das reformas religiosas, o puritanismo tem papel decisório na economia e na política da região. Os puritanos consideravam-se eleitos por Deus, desde que estivessem presentes as virtudes e práticas cristãs, com algum destaque para o dinheiro e a prosperidade entre as obras mundanas abençoadas por Deus. De tal forma era a preocupação com a exatidão do cumprimento destas balizas morais que antes que novos moradores se instalassem tanto na cidade quanto na vila, deveriam ser aprovados com entrevistas.

Esta doutrina cristã é mais severa em muitos de seus princípios do que sua predecessora, Igreja Católica, como por exemplo em relação à bebida e práticas relacionadas ao corpo de maneira geral. Não só o sexo, mas também brincadeiras, banhos e assepsia. Por exemplo, uma quantidade maior de banhos do que a praticada por seus vizinhos, podia indicar uma necessidade exacerbada de purificar-se, e, portanto, surgia a preocupação nos protetores da moral cristã em averiguar a fonte do mal naquelas práticas. A região era permeada por brigas e desconfiança geral entre vizinhos. Samuel Parris, proprietário de Tituba, deveria exercer como reverendo na localidade uma espécie de poder mediador buscando dirimir os conflitos, o que não aconteceu. A vila e a cidade, que já divergiam quanto à impostos e serviços, numa relação de paralelo como metrópole e colônia, tiveram em seu mister os conflitos e disputadas acentuadas⁷.

Tituba, já na condição de escravizada, tem sua vida ainda mais dificultada em Salem, onde o puritanismo acentua o racismo, e sua negritude é diretamente ligada ao demônio. Cuidando da filha do reverendo

7 Ver mais sobre o julgamento de Salem em: RIBEIRO, Sarah; CHEMIM, Rodrigo. O caso das Bruxas de Salem e a origem do *plea bargaining* norte-americano: contrapondo o entendimento dicotômico dos sistemas processuais penais. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 835-872, mai./ago. 2020.

e sua sobrinha, Betsy e Abigail, Tituba estava muito próxima da possibilidade da inquisição. E em posição de cuidados similar ao das mães pretas no Brasil. São Betsy e Abigail que irão colocá-la em posição de acusada por bruxaria, ao demonstrarem doença e ser desconhecida a causa.

No caldo cultural de Salem de 1692, estava Cotton Matter, mencionado por Condé no livro, puritano, teórico reconhecido como especialista em bruxaria. Não é possível afirmar com certeza que ele tenha lido o manual de Kraemer, mas pelo período e conexões com a Europa, a hipótese é válida. O comentário, em 1946, do Reverendo Montague Summers citado no prefácio do *Malleus Maleficarum* por Muraro nos dá dimensão da relevância da obra:

O certo é que o *Malleus Maleficarum* é o mais sólido e o mais importante trabalho em toda vasta biblioteca escrita sobre bruxaria. Voltamos a ele sempre com edificação e interesse. Do ponto de vista da psicologia, da jurisprudência e da história, ele é supremo[...] O que mais surpreende é a modernidade do livro. Praticamente não existe um problema, um complexo, uma dificuldade que eles não previram, discutiram e resolveram (Muraro, 2020, p. 61).

O romance nos dá a visão sensibilizada do colonialismo, vamos descobrindo junto com Tituba os códigos morais que lhe humilham, embora para nós como leitores tais opressões não sejam surpresa, estamos com Tituba e seu estranhamento e dor em cada situação.

Falavam de mim e ao mesmo tempo me ignoravam. Elas me riscaram do mapa dos humanos. Eu era ausência. Um invisível. Mais que os invisíveis, pois eles ao menos detinham um poder que todos temiam. Tituba, Tituba não tinha mais que a realidade que aquelas mulheres queriam lhe conceder (Condé, 2020, p. 51).

Ou como quando numa passagem a dona de seu companheiro o obriga a catequisar Tituba e ele aceita, ela é constrangida pela violência da escravidão do colonialismo e pelo desejo de estar com seu amado. Ao mesmo tempo também acompanhamos a resistência à moral cristã porque Tituba continua sendo dona de seu corpo na sua intimidade e no seu prazer, mesmo contrariando a moral cristã imposta.

Para que se percebam as contribuições de Maryse Condé é promissor ultrapassar a discussão que opõe história e ficção, pelo, pela ficção, partiremos da premissa de Jablonka de ficção como método a operação necessária é uma passagem do ímpeto correccional, para a valorização epistemológica. Em suas investigações para escrever o romance Condé opera em consonância com os documentos históricos e aproveita-se dessa escassez para denunciar o racismo.

Antes de ser uma disciplina universitária, a história é uma viagem no tempo e no espaço, uma investigação baseada no raciocínio; a literatura, sem precisar se assujeitar à ficção, é um trabalho sobre a língua, uma construção narrativa, uma voz singular, uma emoção, uma atmosfera, um ritmo, uma evasão para outros lugares, assim como um canône forjado pelas instituições (Jablonka, 2020, p. 13).

A esse respeito Lynn Hunt (2009) nos ensina sobre o papel dos romances para criação de empatia e humanização do outro, permitindo uma ampliação da percepção em relação aos direitos humanos.

Os julgamentos de maior proporção em Salem por bruxaria foram de 1962 a 1963, as acusações chegaram até mesmo em pessoas poderosas na região, vale mencionar que uma das penas poderia ser o confisco de bens. Ademais Tituba foi condenada à prisão e não à morte graças ter acusado outras pessoas de bruxaria. Ficou presa por anos e depois foi vendida pelo valor de seus custos ao Estado pelo cárcere, é onde o conhecimento factual acaba, os documentos não nos permitem saber para quem e nem para onde feito após saída da cadeia.

Considerações Finais

O romance *Eu, Tituba, bruxa negra de Salem* vem tendo ampla circulação, e já foi objeto de outras pesquisas no Brasil como (SOBRE)VIVÊNCIA DE Tituba, bruxa negra de Salem: uma análise sincrônica sobre a representatividade de Tituba enquanto mulher negra no romance de Maryse Condé de Caroline Martins Ramos Moraes e *Feminismos contra-hegemônicos em Eu, Tituba: Bruxa Negra de Salem*, de Maryse Condé de Flávia Costa, entre muitos outros, além do meio acadêmico, há muitas resenhas e comentários sobre o livro no YouTube e em blogs. Não faltam motivos para tal popularidade, entre eles que a escrita de Condé dialoga com a realidade das leitoras/es e nos mostra momentos de agência dentro de posições sociais subalternas, sendo “uma ferramenta que ajuda a construir um saber acerca do mundo” (Jablonka, 2020, p. 255).

Nesse interim, a forma do romance já nos fornece significado: a narrativa se passa em primeira pessoa, no séc. XVII, Tituba sendo uma mulher negra escravizada não teria autorização para falar livremente, tal estatuto de opressão segue tendo reflexos, quanto maior o prestígio social do espaço, menos mulheres negras estão autorizadas a falar (Kilomba, 2020). Portanto, Maryse Condé ao não se colocar no texto como narradora onisciente e sim na pele de Tituba faz uma escolha política, em aprofundar a humanidade da pessoa de Tituba, expondo seus anseios e pensamentos; e pode-se dizer à luz da categoria de Jablonka utiliza uma ficção de método, porque de outra forma não nos reportaríamos aos sentimentos e perspectivas dessa mulher negra escravizada sendo julgada por preceitos de uma religião que a demonizava, sendo obrigada à acusar dentro das mesmas regras para sobreviver à Inquisição.

Portanto a escrita de si de Tituba é feita pela outra que é Condé, mas a partir de pontos compartilhados da experiência epistemológica, a dupla opressão por ser mulher e negra, as questões filosóficas e religiosas quanto a moral dominante judaico cristã frente às cosmologias africanas e diaspóricas, perspectiva que tem a possibilidade aberta de dialogar com questões do tempo presente como por exemplo a solidão da mulher negra, que é abandonada (ao menos na narrativa de Condé) por John Indian, por quem outrora trocara sua liberdade. Dessarte, vê-se resistência no âmbito das memórias de Tituba aos dogmas coloniais puritanos ao rememorar a contação de histórias, can-

tigas e poesia, prestigiando a oralidade tanto em trechos específicos do livro quanto na estrutura geral de contar o passado.

Frente às práticas tomadas como bruxaria pelos colonizadores, à força do patriarcado, da Inquisição, da escravidão, e do puritanismo e suas práticas de dominação, entre elas destaca-se sujeição ao trabalho disciplinado e desencantamento do mundo transformando o mistério e o desconhecido do séc. XVII em medo e proximidade de Satanás; Tituba ter achado espaços de agência em meio a ideologias totalizantes de sua experiência deve-se em muito às suas invisíveis Abena e Man Yaya que lhe deram suporte durante toda narrativa, principalmente nos momentos de maior tristeza e desesperança.

Através do encontro dos sentimentos/emoções da personagem com de leitores, os fatos históricos ali mencionados bem como o nome de pessoas que de fato viveram, não são acessório para críticas sociais mas decisivos na narrativa, interseccionalizando o real com a história que poderia ter sido, alargando e aproximando camadas diferentes da história, a da história cotidiana na microfísica do poder com a historiografia oficial sobre os ocorridos em Salem. Assim, de acordo com Jablonka a “literatura então revela algo que não se sabia: os destinos desconhecidos, os sofrimentos ignorados, as pequenas humilhações do cotidiano, mas também as fissuras, as contradições” (Jablonka, 2020, p. 249).

Tituba traz seus ancestrais para andar com ela na história. Propondo por vias decoloniais outra relação com a morte, com o tempo. Reequacionando as relações entre passado e presente colocando a ancestralidade e a experiência diaspórica como chaves de outra historicidade, talvez por isso o livro tenha sido tão bem recebido no Brasil. E através da história do que poderia ter sido mesclada ao que ideologicamente e socialmente prevaleceu, a autora nos oferece uma visão e sensibilidade aguçadas dentro da experiência colonial racista desumanizadora que não retira de Tituba a vontade de viver.

Referências

CONDÉ, Maryse. **Eu, Tituba**: Bruxa Negra de Salem. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibá e a Bruza**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**. Tradução: Rousara Eichenberg Editora Companhia das Letras 2009.

JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea**. Tradução: Verônica Galíndez. Editora UnB, Universidade de Brasília, 2020.

KRAMER, H.; SPRENGER, J. **Malleus Maleficarum -O martelo das feiticeiras**. Tradução: Paulo Fróes. 30ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

Compondo memórias, gestando identidades: narrativas do cangaço em Limoeiro do Norte (1977-2017)

Benedito Renan Bezerra de Brito^{1}*

O despertar adormecido: a lenta eclosão das memórias do cangaço em Limoeiro do Norte

Na década de 1970, as memórias do cangaço em Limoeiro do Norte emergiram através de testemunhas e herdeiros do passado, como Custódio Saraiva de Menezes, Franklin Chaves, Joaquim Loureiro, Raimundo Lucena, Raimundo da Silva Araújo e Anísio Batista dos Santos. As narrativas se consolidaram por meio de entrevistas, relatos orais e escritos, como os de Custódio Saraiva, entrevistado pela Rádio Vale e a Revista Cultural Limoeirense - KUANDU, e Franklin Chaves, que narrou sua experiência ao Núcleo de Documentação Cultural - NUDOC. A partir dos anos 1990, as comemorações do centenário da cidade intensificaram as reminiscências.

Os herdeiros do passado, principalmente descendentes das famílias Chaves e Oliveira Lima, desempenharam um papel crucial na preservação dessas memórias, tornando-se pesquisadores e escritores. Eles disputaram as narrativas do passado, legitimando suas famílias como importantes para o desenvolvimento da cidade. Monumentos, documentos históricos e registros fotográficos também contribuíram para a preservação da memória do cangaço em Limoeiro, como o memorial do cangaceiro Menino de Ouro e fotografias de Lampião e seu bando.

Grupos como os Mateiros da Caatinga se dedicaram à preservação desse passado, realizando ações como a construção do túmulo do cangaceiro Menino de Ouro. Eventos culturais, como lançamentos de livros e apresentações teatrais, também mantiveram viva a memória do cangaço na cidade. Essas

¹ * Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2022). Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (2022). O presente trabalho recebeu apoio da coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES).

manifestações evidenciam uma verdadeira cultura da memória do cangaço em Limoeiro, onde diferentes narrativas emergem, preservando e atribuindo significados às experiências do passado.

O dever da memória fazendo emergir diferentes narrativas. A memória enquanto capacidade mental de armazenamento de informações decorridas das experiências adquiridas ao longo do tempo – servindo como fios condutores entre o presente e o passado que permitem atribuir sentidos a essas experiências – emergiram como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. Torna-se assim, como bem constatou Huyssen um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes, sobretudo a partir do século XX (Huyssen, 2000).

Mas, por que as memórias do cangaço em Limoeiro emergem apenas a partir da década de 1970? Dentro do cenário das memórias cangaceiras, surgem grupos que defendem e celebram essa parte da história do Brasil, enquanto outros buscam suprimir ou reinterpretar essas memórias, muitas vezes denunciando a violência e o banditismo associados ao cangaço. Nesse contexto, cidades como Limoeiro do Norte se encontram em uma encruzilhada, tentando encontrar seu lugar entre esses grupos divergentes.

Por um lado, há aqueles que valorizam e preservam as memórias cangaceiras como parte integrante da identidade cultural e histórica da região. Esses grupos defendem a manutenção de tradições, festivais e monumentos que celebram figuras como Lampião e seus cangaceiros, enxergando-os como heróis populares ou até mesmo como símbolos de resistência contra a opressão.

Por outro lado, existem os grupos anti-memórias cangaceiras, que buscam desmitificar e deslegitimar a imagem dos cangaceiros, destacando seus atos de violência e criminalidade. Para eles, glorificar o cangaço é perpetuar uma visão romântica e distorcida da história, ignorando o sofrimento das vítimas e os danos causados por esses bandos armados.

Em Mossoró, a cidade vizinha que resistiu a Lampião, observa-se uma tendência mais voltada para uma memória anti-cangaceira, que busca destacar os aspectos negativos e violentos do cangaço. Por outro lado, em Limoeiro do Norte, a situação é mais complexa, pois a cidade ainda não definiu claramente sua posição em relação às memórias cangaceiras.

São principalmente iniciativas privadas de famílias locais que buscam perpetuar as narrativas relacionadas ao cangaço em Limoeiro do Norte. A passagem de Lampião pela cidade marca um momento significativo nessa história, representando um recomeço ou uma reviravolta na vida do cangaceiro, que precisava se reestabelecer no contexto do cangaço.

A emergência das memórias de Lampião em Limoeiro

As memórias de Lampião em Limoeiro começam a emergir através das narrativas orais e as narrativas escritas em livros memorialísticos. As primeiras reminiscências, aparecem nas entrevistas dadas por Custódio Saraiva de Menezes em 1977, e em seguida com Franklin Gondim Chaves, ganhando relevo a partir da década de 1990 com os mutirões da memória criados para colher acontecimentos marcantes. O exercício fora motivado pelo centenário de nascimento da cidade de Limoeiro, como resultado foram produzidos os livros *na Ribeira do Rio das e Limoeiro em Fotos & Fatos*. Ambos foram feitos com o intuito de comemorar o centenário da cidade.

Dentre os narradores observa-se a existência de pelo menos duas categorias: as testemunhas e os herdeiros do passado. Os primeiros, aqueles os quais viram, encontraram, conversaram, ajudaram, acolheram Lampião, que contribuíram de alguma maneira para evitar possíveis ações violentas. Os segundos são os filhos, sobrinhos, netos dessas testemunhas, estes em sua maioria são professores que viram escritores ao passo que decidem eternizar seus parentes, suas linhagens familiares nas páginas da história escrita limoeirense.

Custódio Saraiva de Menezes, Franklin Chaves, Joaquim Loureiro, Raimundo Lucena, Raimundo da Silva Araújo e Anísio Batista dos Santos constituem o grupo das testemunhas. A partir de determinados momentos foram acionados pelo dever da lembrança para narrar a passagem de Lampião em Limoeiro. Entretanto, não foram todas as narrativas que escaparam das artimanhas do esquecimento, como é o caso de Joaquim Loureiro, que tinha uma intriga com Custódio Saraiva.

O segundo, por sua feita, conseguiu cristalizar-se nos quadros da memória ao compor sua versão se tornando o principal sujeito responsável por manter a segurança da cidade. Aliás, todos os narradores compõem suas versões

autopromovendo-se como importantes. Contudo, não há registro escrito ou gravado das evocações de Joaquim Loureiro, apenas são feitas menções breves de que ele também foi um narrador.

Raimundo Lucena, segundo as escritas memorialísticas e as narrativas orais, esteve presente juntamente com outras autoridades locais convidadas para comerem em companhia de Lampião. O local escolhido para a ocasião – Hotel Lucas – era o único Hotel existente na cidade. Um espaço de sociabilidade que souberam usufruir de forma estratégica.

Logo, por sua presença, anos depois Lucena produz um livro autobiográfico intitulado de *Memórias: A longa Caminhada (1989)*. Neste escrito, dedica um capítulo para descrever a partir de suas reminiscências os fatos vividos naquele 15 de junho de 1927. O livro ganha uma segunda edição, produzida por Rita Maria de Cássia em 2011.

Anísio Batista dos Santos recebe os cangaceiros na sua casa, uma fazenda situada na Chapada do Apodi, ponto pelo qual Lampião teve de passar para conseguir chegar em Limoeiro. No entanto, suas narrativas são (re)contadas por seu neto Vladimir Batista. Por isso, narra histórias dos poucos momentos vivenciados com os homens de cangaço em sua casa e vamos encontrá-las através de seu neto, o herdeiro desse passado.

Quanto a Raimundo da Silva Araújo, como fora dito, algumas testemunhas só surgem porque seus herdeiros se dedicam para colocá-las nessa história; neste caso, o conhecemos através do livro de memórias escrito por seu filho, Raimundo da Silva Araújo Júnior - *Memórias de Lampião em Limoeiro (2017)*.

Os herdeiros que (re)compõem o passado aparecem em momentos singulares, principalmente a partir das comemorações de centenário da cidade. Eles são professores que se tornam pesquisadores e escritores. Nesse momento, analisaremos apenas a exposição pública do passado feita por Custódio Saraiva de Menezes.

Maquinações da memória: o juiz de paz e o cangaceiro

Nos três suportes das memórias notamos que suas narrativas se estruturaram em uma sequência de marcos narrativos que organizam sua memória. Os marcos seguem uma ordem cronológica de acontecimentos. Esses marcos

narrativos possibilitam desvendar como Custódio Saraiva moldou sua participação. Assim, projetando seu nome e seus feitos nas narrativas que não destacam ações violentas para proteger a cidade, e sim o acordo amigável entre ambas as partes. Constituído-se assim numa reelaboração do passado² que perpassa a própria experiência individual do narrador que viveu boa parte de sua vida no espaço da política local.

Identidade pessoal produzida durante o processo de composição dessas memórias. Existe o passado que foi formalizado a partir de suas narrativas e que é constitutivo de uma memória educada, possibilitando o registro escrito e a tentativa de eternizá-lo. Contudo, há de se destacar o significado coletivo dessas narrativas que tentam produzir uma identidade social para a cidade.

Há sempre nas narrativas de Custódio Saraiva a ênfase na sua participação efetiva, às vezes surgindo de modo controverso, mas nunca esquecido. Custódio rememora:

Antes da chegada de Lampião em Limoeiro, estava em minha casa à Rua das Flores com a minha esposa e o meu cunhado José Nunes Chaves almoçando, quando recebi um telegrama vindo de Mossoró. O telegrama era dirigido ao prefeito. **Mas como eu representava o prefeito naquela época quando ele se ausentava, podia abrir toda a correspondência, assim fiz.** Abri o telegrama e o telegrama tinha os seguintes dizeres: “prefeito Limoeiro urgente. Lampião acaba atacar Mossoró. Depois forte resistência conseguimos rechaçá-los. Ficando um morto outro prisioneiro. Bandidos rumaram Limoeiro. Saudação Rodolfo Fernandes prefeito municipal” (Menezes, 1977).³

A exposição pública do passado é uma ação social que compõe reminiscências processada em um presente aliado a uma experiência passada; sobretudo, a frase em negrito destaca a primeira ação que enfatiza a projeção do narrador

2 “A lembrança é algo distinto do acontecimento, mas que age sobre o acontecimento (anima mundi), não integrando a duração e acrescentando o futuro do passado” (Candau, 2019, p. 66-67).

3 MENEZES, Custódio Saraiva de. Entrevista a Agenor Ferreira em 1977. Rádio Vale.

como principal sujeito de sua narrativa. A necessidade de projetar sua própria participação efetiva nos acontecimentos narrados como estratégia para consolidar a imagem de importância no evento transcorrido. O narrador usa os mecanismos da narrativa transformando-os em verdadeiros protagonistas e a narrativa enquanto escolha do passado tornando sua presença notável.

AGENOR FERREIRA: Se já se esperava esse ataque aqui em Limoeiro do Norte?

CUSTÓDIO SARAIVA: Não, nem se falava em Lampião. **Apenas através de um jornal via-se alguma coisa sobre Lampião.** Mas que em Limoeiro mesmo nós não sabíamos de nada. Lendo o telegrama, passei para meu cunhado Zé Chaves. Ele leu e cruzou os talheres. Não quis mais almoçar. Eu até disse uma brincadeira: “Zé Chaves, Lampião está muito longe. Pode almoçar”. Ele de modo algum que ir mais almoçar. Então me perguntou quais seriam as medidas que eu ia tomar. **Eu vou comunicar o governo, transcrever esse telegrama ao secretário de Segurança pedindo imediatas providências.** Assim fiz, me comuniquei com o governo, com o secretário e nenhuma providência veio (Menezes, 1977).

A entrevista foi realizada na residência do depoente e de fato, no processo de transcrição dela, conseguimos ouvir ruídos ao fundo que parecem ser domésticos.⁴ O depoimento de Custódio Saraiva de Menezes para Agenor Ferreira foi influenciado pelo conhecimento prévio de Ferreira sobre a história da passagem dos cangaceiros, o que permitiu um diálogo mais fluido entre o entrevistador e o narrador.

Durante a entrevista Custódio demonstra um senso de controle e calma, evidenciado pela brincadeira com seu cunhado sobre a notícia, transmitindo responsabilidade em relação às ações de proteção à cidade. Esse controle é uma característica que se destaca ao longo da narrativa.

Em nenhum momento Custódio Saraiva comenta o fato de ter tentado organizar uma resistência contra Lampião e seus companheiros,

4 Informações fornecidas por Agenor Ferreira.

mas seu cunhado, Franklin Gondim Chaves⁵ em entrevista para o NUDOC diz que:

Então, o José Chaves com o Custódio mandou divulgar a notícia e cuidaram de organizar a resistência, mas logo desistiram porque ninguém tinha arma. Na cidade existiam apenas dois soldados; um deles tinha um fuzil com dois cartuchos; e o outro tinha parece, que oito ou dez cartuchos (Chaves, 1984).⁶

Diante da chegada iminente dos cangaceiros, Custódio Saraiva narra para a Rádio Vale que sozinho realizou a evacuação dos habitantes da cidade como ação estratégica para evitar que o bando causasse algum tipo de ato violento. Os limoeirenses se refugiaram na zona rural, mais precisamente na localidade conhecida como sítio Espinho, distante 12 km do centro, e nesse grupo de pessoas estava incluída a sua própria família. Ele não chega a exemplificar como foi esse processo de evacuação, mas Franklin Chaves comenta:

Meu cunhado. Custódio, disse: “Vamos lá para a casa de Antônio Vicente”, Antônio Vicente um fazendeiro que morava no lugar chamado Espinho, e que fica do lado de cá do Rio Jaguaribe e Banabuiú, já bem próximo da hoje BR-116, sete quilômetros de Limoeiro. Na esquina, havia apenas a casa grande que era a residência do Senhor Antônio Vicente Maia, então, nós decidimos ir para lá. O Custódio disse-me: Você vai levando a Judite e o pessoal de casa, que eu vou tratando de fechar a loja. E eu saí a pé com minha irmã, a empregada, e um menino que eles criavam (Chaves, 1984).

Contudo, para os alunos da Revista Kuandu Custódio Saraiva menciona que outro sujeito ajudou nessa evacuação: Pe. Vital Gurgel Guedes. O vigário

5 Franklin Gondim Chaves é entrevistado pelo Núcleo de Documentação Cultural da Universidade Federal do Ceará no dia 28 de março de 1984.

6 CHAVES, Franklin Gondim. *Entrevista ao Núcleo de Documentação Cultural (NUDOC) da Universidade Federal do Ceará*, concedida em Fortaleza-CE, em 28 de março de 1984 (Fita 05).

surge como mais um personagem importante nas narrativas sobre a passagem de Lampião em Limoeiro, já que como vimos nos tópicos anteriores, o cangaieiro respeitava as autoridades religiosas. Estava inserido nos códigos culturais sertanejos. As memórias da cidade se entrelaçam com a memória religiosa e o pórtico criado e exposto na parede da igreja matriz demonstra isso.

Perante as questões apontadas no parágrafo anterior, torna-se pertinente asseverar que a memória é um acontecimento produzido no momento da rememoração. É um fenômeno que se processa tanto de modo consciente como inconsciente – sofre flutuações que são função do instante que ela é articulada, quando está sendo expressa. As preocupações do momento constituem-se um dos elementos de estruturação da memória. Isto significa que Custódio organizou sua narrativa de modo a criar uma imagem de principal responsável na defesa da cidade. Assim, não havendo espaços para outros sujeitos. Sobre esquecimento, Jô Gondar comenta:

[...] pois uma coisa é a falha no exercício do lembrar-se – o esquecimento daquilo que já pôde configurar-se um dia como traço de memória; outra, mais fundamental, é a exclusão necessária à produção desses traços. Para que uma memória se configure, se delimite, coloca-se antes de mais nada, o problema da escolha (seja ela consciente ou inconsciente): entre tantos estímulos diferenciados que nos chegam do mundo, alguns serão investidos a ponto de se tornarem traços mnêmicos, ao mesmo tempo em que outros serão segregados, esquecidos sem que jamais tenham convertido em memória (Gondar; Costa, 2000).

Os primeiros contatos de Lampião com a cidade foram intermediados pelo fazendeiro Anísio Batista dos Santos abordado pelo bando vindo de Mossoró – fizeram parada na sua fazenda localizada em uma região entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte conhecida como Lagoa do Rocha. Lá o bando fez parada a fim de que pudessem se alimentar, restabelecer as energias e conseguir alguma pessoa para servir de mensageiro. Anísio Batista recebe o bando em sua casa oferecendo comida e descanso.

Custódio conta que estava em casa tarde da noite quando escuta a voz trêmula que batia à sua porta, chamando o seu nome, e que era seu amigo Anísio Batista, que vinha passar o recado do cangaceiro. Observamos atitude semelhante no folheto de versos do poeta popular José Cordeiro, “A visita de Lampião em Juazeiro”.: *Dáí da Fazenda Noval/de juazeiro arrebalde/ Lampião fez uma carta pedindo a autoridade/ se lhe permitia ele e sua companhial acamparem na cidade* (Cordeiro, s.d.).

Ser acolhido pelos cearenses era uma preocupação de Lampião nos diferentes momentos e localidades que passou. Nos versos acima notamos o cangaceiro enviando um recado para a autoridade de Juazeiro do Norte em 1926 pedindo para acampar na cidade. Nos territórios do estado do Ceará a conduta dele muda, buscando os acordos, conciliações, ao contrário da imposição vista nos outros territórios. As matrizes narrativas do cangaço em Limoeiro seguem também os modos narrativos que faziam circular a memória partir da escrita e da oralidade.

Todavia, em Limoeiro, foi necessário mais do que o desejo do cangaceiro, atrelando-se a isso a preocupação das próprias autoridades no seu bem-estar. Com isso, Anísio Batista descreve que tinha ficado com a tarefa de comprar charutos e bebidas que Lampião tinha pedido, mas Custódio ao ouvir essa história, decide comprar e mandar para o cangaceiro, ação que Anísio de fato realiza e o mais crucial era passar o recado de que a cidade iria receber bem o chefe dos homens de cangaço e todo o seu bando.

AGENOR FERREIRA: Como o senhor sabia que charutos e bebidas iriam agradar Lampião?

CUSTÓDIO SARAIVA: Porque Anísio me disse que ele mandava até comprar algumas bebidas e alguns charutos, nesse caso eu comprei e mandei oferecer né.

AGENOR FERREIRA: o senhor se lembra quais as marcas de charuto e bebida que o senhor comprou para mandar pra lampião naquele dia?

CUSTÓDIO SARAIVA: Conhaque de Alcairão, vinho toniquini e charuto havana. (Menezes, 1977).

A preocupação na boa recepção à Lampião se processa desde o momento que envia as melhores marcas de bebidas e charutos. O gosto refinado do cangaceiro desperta a atenção do juiz de paz que utiliza esse elemento para colocar seu plano conciliativo em prática. Os agrados anunciam a forma que Lampião seria recebido quando estivesse na cidade.

Para além da resposta afirmativa de que o bandoleiro poderia vir em paz, os presentes são o prólogo de uma relação amigável que estava se processando, tendo seu ponto ápice na chegada do bando em Limoeiro. Custódio compõe a versão desse acontecimento não como apenas aquele recebe Lampião e protege a cidade, mas aquele que esteve próximo do mais perigoso cangaceiro, estabelecendo relações amigáveis. Sua importância é forjada a partir da fama de Lampião.

Jorge Alan e Eugênio Leandro perguntam sobre como foi a chegada de Lampião. Agenor Ferreira, da Rádio Vale também faz a mesma pergunta. As respostas coincidem com o relato de Custódio descrevendo que havia ficado em uma expectativa muito difícil porque havia restado poucas pessoas na cidade e não se sabia como seria o desfecho desse encontro com o afamado cangaceiro. Às 3 horas da tarde do dia 15 de junho de 1927, ele estava sem uma residência junto com um rapaz que trabalhava no seu comércio, quando avista o bando de Lampião vindo. Nesse momento, o medo lhe fez pensar na fuga:

KUANDU: Como foi a chegada de Lampião?

CUSTÓDIO SARAIVA: Fiquei numa expectativa muito difícil. Mais ou menos às 3 horas da tarde do dia 15 de junho de 1927, eu estava em minha residência e ouvi um barulho um pouco esquisito. Olhei para o lado do Seminário, que nesse tempo não existia, e vi que era o bando de Lampião. Fiquei indeciso, sem saber se fugia ou se ficava. Decidi ficar e recebê-los. O encontro se deu na rua que hoje é a Professor Ricarte. Quando eles estavam a uns vinte passos, mais ou menos, falei em voz alta: “Custódio Saraiva-Juiz Municipal”. O bando parou e apeou-se um homem alto, moreno de óculos, que se dirigiu a mim, estendendo a mão: “Capitão Virgulino Ferreira da Silva- Lampião. Quê que há contra nós?” respondi: “**Nada. Preparei refeição para**

“você e seu pessoal, mas peço toda a ordem e organização na cidade” (Menezes, 1977).⁷

O encontro entre as duas “autoridades” ocorrido na rua professor Ricarte, no centro da cidade de Limoeiro, foi atravessado por motivações tanto de Lampião como de Custódio Saraiva. Naquele momento o cangaceiro já usava como forma de sobrevivência no cangaço a aliança com chefes políticos. No estado do Ceará, ficou conhecida a sua proximidade com o padre Cícero e Isaias Arruda, ambos influentes no meio político da região do Cariri Cearense. Inclusive, este segundo, é um dos responsáveis pelo ataque a cidade de Mossoró.

Lampião não era apenas um bandido, era político, ou melhor, micropolítico. Desse modo, aprendeu, ainda quando era subordinado a Sinhô Pereira, a importância de se relacionar com o poder para adquirir tudo o que precisasse e em troca deveria prestar aos chefes políticos serviços que poderiam ser desde assaltos a cidades, como também interferência nos conflitos partidários.

Diante disso, Lampião sabia muito bem que a sua conduta em terras cearenses era outra, priorizava os acordos com os representantes do poder. Ele teria visualizado isso em Custódio Saraiva, de algum modo, ele esperava tecer uma relação amigável com o intuito de estabelecer uma nova conexão.

Acabado de sofrer a resistência de Mossoró, sendo recebido com um jantar, na cidade vizinha a norte-rio-grandense, faria com que o homem de cangaço repensasse às suas ações. Teria agora um momento para descansar, repor as energias, e por seus planos em prática, o que logo em seguida faz. Pede o telegrafo para enviar mensagens as cidades de russas e Aracati com a finalidade de espalhar o terror, diria até que estaria com o número de cangaceiros ultrapassando a marca dos cem.

Após enviar as mensagens para as referidas cidades, Lampião e Custódio, caminham juntos e conversam sobre “negócios”. A relação começava a se estreitar, ao ponto de Custódio comentar para Agenor Ferreira:

CUSTÓDIO SARAIVA: “Perguntei muita coisa a ele, já tava quase familiarizado com ele, já

7 MENEZES, Custódio Saraiva de. Entrevista concedida à Eugênio Leandro e Jorge Alan em 1977. *Revista Limoeirense de Cultura – KUANDU*.

não tinha mais medo. Se bem que eu não tive medo de Lampião nunca né”.

AGENOR FERREIRA: risos.

CUSTÓDIO SARAIVA: **Eu nunca, Graças a Deus eu num tive medo de Lampião. Salvei as famílias, salvei o comércio era o que eu queria** (Menezes, 1977).

A pilhéria invade a atmosfera da entrevista, Custódio e Agenor riem desse comentário. O herói conciliador com medo de Lampião? Isso não poderia acontecer, deveria ser corajoso, forte e valente para defender sua cidade e seus conterrâneos. Houvesse o que houvesse, não poderia deixar suas pernas bambearem frente a um homem famoso pela periculosidade, cercado por muitos outros homens que o acompanhava com fuzis em punho e punhais nas cinturas.

A maioria dos sertanejos pensaria duas vezes antes de apertar a mão de Lampião, mas para o defensor da cidade não houve escapatória. Seu destino lhe reservou esse momento. Custódio Saraiva não conseguiu disfarçar muito bem o pavor que havia sentido. Por isso, deixam-se escampar os risos.

A suposta confiança conquistada por Custódio Saraiva é também vista no momento que narra para Agenor Ferreira da Rádio Vale, a cena do jantar preparado para Lampião. Mas, o modo como rememora para Eugênio Leandro e Jorge Alan é atravessado por uma aura de desconfiança. Vejamos as diferenças:

CUSTÓDIO SARAIVA: Jantou com ele Getúlio Chaves, Miro Davi, Miguel Alves, Zé Braúna, Joaquim Loureiro e mais alguns amigos que no momento... Camilo Cunha. Outros amigos que eu não me lembro no momento. Quando se aproximou seis horas ele disse agora é tempo de jantar. Eu fui para ele, ia eu, Lampião, Sabino Gomes, Massilon Leite e o pistoleiro. **Chegando ele jantou muito bem, comeu muito. Não mandou que provasse comida, não teve nenhum receio de veneno em comida né** (Menezes, 1977).

KUANDU: E quanto ao jantar, Lampião fez alguma exigência?

CUSTÓDIO SARAIVA: Bem, ele exigiu que

5 ou mais pessoas da cidade jantassem com o bando. Dava uma demonstração de precaução. A comida poderia estar envenenada. Era o que se presumia. Jantaram com eles: Miro David Faheina, Francisco Rodrigues Loureiro, Raimundo Lucena, José Braúna, Getúlio Chaves, Miguel Alves Filho e mais outros (Menezes, 1977).⁸

Por que Custódio Saraiva modificou o relato dado a Eugênio Leandro e Jorge Alan ou mudou para Agenor Ferreira? Já que não sabemos qual foi exatamente o primeiro registro dessa versão do passado. Na entrevista para Rádio Vale é possível ouvir vozes de pessoas ao fundo e ao final escuta-se os aplausos para a performance oral de Custódio. Ou seja, havia um público atento ouvindo sua narração, e assim, deve ter sentido a obrigação de dar relevo a sua participação efetiva e na confiança que conquistou ao ponto de Lampião não pedir para que provassem a comida.

No que diz respeito a Kuandu, verifica-se que os alunos realizaram a gravação da narrativa no próprio espaço doméstico do narrador, permitindo que ele ficasse mais à vontade o possível. Além do mais, o alcance da Rádio Vale, no que se refere ao público, era bem maior do que aquela Revista do Colégio Diocesano, que iria receber uma publicação que circularia em espaços mais restritos.

Há ainda que mencionar, as artimanhas do padre Pitombeira, o coautor, que foi colocando as perguntas em cima das respostas. O importante é inferir que a narração se configura como uma performance oral, que por mais que o sujeito narrador tenha criado na sua memória um roteiro, a narrativa vai sofrendo mudanças, às vezes sutis e outras vezes de modo mais evidente.

Entretanto, neste caso é interessante, pois o Franklin Chaves também relata que Lampião desconfiou da comida: “Olhe o jantar está pronto; ele mandou o rapaz que disse ser de Pernambuco ir provar o jantar e que eu fosse dar de comer ao pessoal que depois ele iria”. (Chaves, 1984).

Ao mesmo tempo quando se aciona as reminiscências também se ativa o processo de esquecimento. Este pode ser processado de modo voluntário ou

8 MENEZES, Custódio Saraiva de. Entrevista concedida à Eugênio Leandro e Jorge Alan em 1977. *Revista Limoeirense de Cultura – KUANDU*.

involuntário. O esquecimento é necessário, não apenas para evocação da lembrança – só lembramos porque esquecemos – mas para constituição própria da memória. No caso de Custódio, podemos presumir que relatar a desconfiança de Lampião poderia atrapalhar a sua participação heroica. As memórias atuando na fabricação do herói conciliador, não só dele, como também, de uma cidade onde as pessoas não usam das armas para resistir, e sim, da diplomacia.

Alistair Thomson aponta para compreendermos o processo de afloramento de lembranças como uma chave que pode nos ajudar a explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva. Nesse sentido, torna-se importante, refletir sobre o processo de composição das reminiscências que ocorre durante uma entrevista oral. E encarar as distorções da memória não apenas como um problema, mas também como um recurso. Ainda assim, ressaltar que a composição de Custódio foi constituída através do trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade e de organização.

E não podemos cair na pretensão da narrativa à universalidade, pois rememorar implica em esquecer. Além disso, de acordo Portelli a oposição entre memória e esquecimento também é falsa porque o esquecimento é parte necessária da memória. Há em todo pensar uma segregação envolvida em que se torna necessário admitir a mesma, mas sem deixar de entender o motivo que impele o narrador a realizá-la (Portelli, 2016, p. 47).

A identidade que se tenta produzir durante uma composição de reminiscências implica postular a permanência de alguma coisa, alguns elementos na narrativa devem permanecer, enquanto outros são esquecidos. Principalmente, os elementos que são diferentes e que ameaçam a própria identidade. Sendo assim, a memória é um processo de escolha, seleção, recorte de um passado. Seleção que filtra os vestígios da experiência e entrega ao esquecimento aquilo que já não tem significado na atualidade.

O hotel Lucas, lugar do jantar, foi uma escolha neutra, pois Custódio Saraiva poderia ter levado Lampião para a sua casa. Todavia, na sua casa poderia denunciar ainda mais a ajuda que ele estava fornecendo para os homens de cangaço. O lugar neutro, permitiria que mais pessoas estivessem presentes, assim, todos testemunhariam o ocorrido. Tantas testemunhas e apenas Custódio Saraiva teve sua narrativa registrada, a própria passagem do tempo

levaria as outras testemunhas ao esquecimento. Elas poderiam fornecer outras informações, como foram fornecidas por Franklin Chaves.

Os alunos perguntam para o Custódio sobre se Lampião estava sendo procurado. Custódio responde que sim, que era pelas forças da Paraíba e do Rio Grande do Norte e que o chefe do telégrafo chamado de José Lages ouviu uma fita dizendo que as forças da Paraíba haviam chegado em Russas e que logo estariam em Limoeiro. Custódio segue a narrativa contando que em pouco tempo Lampião soube do que havia contra ele. E Lampião disse que não se retiraria da cidade já que estava acostumado a briga, que já havia posto muitos soldados para correr e achava que viriam poucos.

Além disso, estava esperando os 80 contos, dinheiro do resgate. O Pe. Vital insistiu que ele sáisse, não houve recurso. Por fim Custódio Saraiva perguntei-lhes: “Se esse portador chegar e vir à cidade cercada, não vai entrar. Não seria mais conveniente esperá-lo na serra do cabeça preta, por onde o senhor passou faz pouco tempo? (Menezes, 1977). Lampião atende ao pedido e a narrativa de Custódio Saraiva se encerra.

As narrativas de Custódio Saraiva de Menezes são moldadas durante o processo de rememoração, destacando recortes do passado que adquirem significado dentro do contexto específico de cada meio de comunicação e do relacionamento entre o narrador e seu público. Essa análise revela como as experiências individuais, interações sociais e ambientes culturais influenciam a maneira como o passado é representado e compartilhado publicamente.

As características de Custódio presentes em sua narrativa, principalmente, a ênfase dada a sua tomada de decisão “conciliadora”, apresentam elementos que caracterizam uma identidade social da cidade. Uma identidade que se forja a partir do confronto das memórias de Limoeiro do Norte com as de Mossoró.

Referências

- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Joel Candau; tradução Maria Letícia Ferreira. – 1. Ed., 5ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2019.
- COSTA, Icléia Thiesen Magalhães; GONDAR, Jô (Orgs.). **Memória e Espaço**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. *In: Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

PORTELLI, Alessandro. Sobre os usos da memória: memória- monumento, memória involuntária, memória perturbadora. *In: PORTELLI, Alesandro. História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os fatos**. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

Através das cartas, um descortinar de disputas: conflitos em torno da criação de organizações feministas no Ceará durante a década de 1930

Larissa Almeida Custódio da Silva¹

Introdução

Os processos de constituição de experiências e práticas feministas no Ceará ao longo das primeiras décadas do século XX foram forjados em meio a múltiplos dissensos. Expor tal característica não significa demarcar uma originalidade cearense, mas deter-se sobre o caráter histórico de um traço absolutamente comum para os feminismos: seus conflitos (S. Silva, 2019). As considerações aqui apresentadas são, em grande parte, resultado de reflexões empreendidas durante a minha pesquisa de mestrado², acrescidas de novas problemáticas decorrentes do uso de fontes até então não exploradas - as correspondências do Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), boa parte delas digitalizadas na plataforma do Arquivo Nacional. Para este texto, foram analisadas correspondências datadas entre 1932 e 1934.

Tais fontes vêm sendo imprescindíveis para explorar as possibilidades esboçadas a partir dos contatos/diálogos/redes entre a FBPF e mulheres cearenses que se identificavam enquanto feministas e mantinham algum nível de contato com a sede de tal organização no Rio de Janeiro. Marcadas por uma aproximação mais direta com as questões cotidianas, deixando transparecer toques de pessoalidade e intimidade muitas vezes não explícitas nos jornais e/ou documentos oficiais, as cartas e suas problemáticas sinalizaram a existência de histórias muito mais intrincadas sobre os feminismos cearenses, as movimentações de suas participantes e as íntimas vinculações entre a FBPF, suas filiais e a política nacional (Calixto; Gouvêa, 2020).

1 Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

2 SILVA, Larissa Almeida Custódio da. Feminismos de primeira onda no Ceará: paradoxos e possibilidades a partir das disputas pelo voto feminino na imprensa (1900-1933). 2019. 153f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2019.

Mulheres como Henriqueta Galeno³ e Adília de Albuquerque Moraes⁴ que no início dos anos 1930, mais especificamente em junho de 1931, representaram o Ceará no II Congresso Internacional Feminista, evento sediado na então capital federal, organizado pela FBPF e que contou com a presença de delegações estrangeiras, de outros estados do Brasil, além de autoridades públicas e pessoas de relevo social e político. A defesa de suas ideias e pautas prioritárias neste evento fortalece a ideia de que as experiências feministas construídas na capital cearense não se constituíam em mero reflexo das agendas ventiladas do Rio de Janeiro; antes, ensaiados nos limites das possibilidades, nas fronteiras dos paradoxos, outros temas ganhavam materialidade, sendo discutidos e elaborados enquanto questões feministas: por exemplo, a oposição ao divórcio, defendido meticulosamente por Adília; e a defesa da emancipação econômica como uma pauta que se sobrepunha ao voto, por Henriqueta.

Como pauta altamente polêmica no interior de uma sociedade que considerava o casamento a própria condição para a família e a espécie humana, Adília posicionava-se como totalmente contrária à dissolubilidade dos laços conjugais a partir de uma perspectiva comunicada como “racional”. Aos olhos do presente, tal posicionamento pode soar como incoerente, paradoxal; contudo, em seu contexto, nas primeiras décadas do século, vivenciando as transformações e seus conflitos “in loco”, ela constituía a oposição ao divórcio como uma questão feminista, minuciosamente documentada, mobilizadora de argumentos e justificativas ancoradas na reivindicação da igualdade de direitos a partir da diferença (Scott, 2002).

Preocupava-se em expor suas ideias não como meras opiniões, mas como uma análise séria do problema e embasada em fatos, citando autores e experiências a fim de deslegitimar o divórcio como um mal para a felicidade dos filhos e, por consequência, para a coletividade. Mobilizando e mesmo reforçando tradicionais ligações entre mulher e família no que concerne à

3 Henriqueta Galeno (1887-1964) nasceu em Fortaleza (CE). Diplomou-se pela Faculdade de Direito em 1919, embora não tenha exercido a profissão. Foi professora do Liceu do Ceará e da Escola Normal, ministrando aulas de História do Brasil e Literatura. Teria ainda ocupado a função de Inspectora Federal do Ensino Secundário. Fundou em 1919 o Salão Juvenal Galeno, local de reuniões artísticas e literárias frequentado por grande parte da intelectualidade local. Seus escritos e poesias foram publicados postumamente, sob o título de Mulheres Admiráveis (1965). Integrou os quadros da Academia de Letras do Ceará e da Academia Cearense de Letras.

4 Adília de Albuquerque Moraes (1874-1942) nasceu em Icó (CE). Foi professora do curso anexo à Escola Normal até 1924. Publicou vários jornais locais, como A Republica, Gazeta de Notícias, Correio do Ceará, A Razão, O Povo, entre outros. Em 1934, foi candidata a deputada estadual pelo Partido Evolucionista do Ceará e pela legenda Em defesa das mulheres.

educação da prole, Adília reivindicava um protagonismo feminino na construção de um futuro coletivo saudável, marcado pelo bem-estar da pátria e ancorado na integridade familiar. A partir do privado, valorizando sua ação junto aos filhos, entendia as mulheres enquanto protagonistas do espaço público. Partindo do lar, e mesmo ancorando-se nele, ela expandia seus raios de atuação para além de seus limites, reclamando a presença das mulheres em outras áreas da vida social e política.

Quanto a Henriqueta, apesar de ser objetivamente a favor da aprovação do divórcio no Brasil, ressaltando que era absolutamente a favor da família, mas a família “verdadeiramente feliz”, não levantou tal bandeira durante as atividades do congresso. Focou na pauta da emancipação econômica feminina e seu teor prioritário/urgente para uma total emancipação das mulheres. Defendia a aprovação do voto feminino, mas não o entendia como um fim em si, mas como porta de entrada para a concretização de outros direitos.

Como vislumbrado acima, embora debates envolvendo o feminismo fervilhasse nos jornais e nas relações cotidianas, e diversas mulheres - apesar da carga pejorativa do termo - se identificassem enquanto feministas, não foram encontrados indícios da fundação de nenhuma associação diretamente atrelada a esse marcador político-identitário até o final dos anos 1920, em Fortaleza. Nos primeiros anos da década de 1930, tal contexto sofre visíveis transformações com as movimentações em torno da criação do Centro Feminista Cearense, em 1932, e de uma possível Federação Cearense pelo Progresso Feminino, em 1934, ambas ligadas diretamente à FBPF e inseridas nos esforços de se fundar uma filial na capital do Ceará. O processo de institucionalização destas organizações feministas - acompanhadas através da troca de correspondências entre Ceará/Rio de Janeiro - afloraram disputas entre feministas até então imperceptíveis nos periódicos. A intenção deste texto será esmiuçar tais conflitos e suas possibilidades, inserindo-os no campo do histórico e das vivências - eminentemente políticas - destas mulheres.

Feminismos em disputa no Ceará

Antes de adentrarmos mais detidamente nas disputas anunciadas acima, convém historicizar o conceito de feminismo, atentando para os possíveis significados condensados pelo termo nas primeiras décadas do século XX.

Através da análise de jornais editados no Ceará, numa perspectiva diacrônica, entre diferentes temporalidades, pautas e posicionamentos ideológicos, foi possível apreender como o termo “feminismo” não guardava em si um sentido único e acabado, mas era constantemente mobilizado em disputas de significados, interpretações e definições.

Como conceito ainda em caráter de contingência, em aberto, feminismo e seus sentidos eram rasgados e remendados no desenrolar de seus usos, encarado como a expressão máxima das promessas de um período-limite, caracterizado por profundas transformações na ordem dos gêneros, seus papéis e respectivos lugares sociais. Em outros termos, as definições acerca do que significava feminismo não se constituía numa unanimidade, nem entre seus críticos e muito menos entre mulheres que se identificavam enquanto feministas. Tais disputas pelo conceito, além de sinalizar que o mesmo ainda estava em construção, sinalizavam também o teor das próprias tensões do período, evidenciando relações sociais em crise, marcadas por intensas disputas identitárias no interior dos próprios grupos, como pela instabilidade de antigas estruturas sociais e a emergência de novas (Koselleck, 2006).

Nesse contexto tensionado, entre adesões, recuos, hesitações, estabelecendo limites e demarcações para suas práticas feministas, Henriqueta, Adília e outros nomes femininos emergiam dos jornais. Partir de tais mulheres se constituiu também numa operação de recorte, numa escolha, visto as condições materiais, disponibilidade de informações e acessibilidade das fontes indicarem mais vestígios sobre elas do que sobre outras. Mulheres encaradas aqui a partir de suas posicionalidades, marcadas por níveis de acessos e privilégios, brancas, escolarizadas, social e economicamente favorecidas (Femenías, S/ info.). Tal exercício de demarcação cumpre a função de delimitar acerca de quais sujeitos se fala: articulações que correspondem a um feminismo branco, devidamente especificado, nomeado, tornado não-universal.

Feitos tais apontamentos, retornemos para o contexto de criação do Centro Feminista Cearense, em Fortaleza, após o regresso das representantes cearenses ao estado. Em julho de 1932 o jornal carioca *Correio da Manhã* transcrevia um telegrama enviado do Ceará e direcionado à FBPF, onde era informado um completo triunfo da causa feminista no estado. Tal telegrama foi remetido por Adília de Albuquerque Moraes, que assinava como membro

do Conselho Executivo do Centro Feminista Cearense. Alguns dias antes, *O Povo*, sediado em Fortaleza, noticiava a futura fundação do referido centro, além de fornecer detalhes sobre seus aspectos organizacionais:

De acordo com o Centro Feminista da Capital da Republica e dos demais Estados da União, será dentro de poucos dias definitivamente instalado o Centro Feminista Cearense, para o que já se têm realizado diversas sessões, coroadas de pleno êxito. Podemos acrescentar que o Centro Feminista Cearense será dirigido por uma Comissão Executiva composta de dez nomes e um Conselho Consultivo de trinta nomes. Este será o Estado Maior provisório do Centro que, depois de definitivamente instalado e de ramificar-se pelo interior, fundando Centros Feministas Municipais, a ele filiados, promoverá um Congresso Feminista Estadual nesta capital. Sabemos que as reuniões preparatórias se têm efetuado na residência da doutora Henriqueta Galeno, com a presença de grande número de senhoras e senhorinhas de diversos ramos de atividades, como sejam Medicina, Farmácia, Direito, Odontologia, magistério, funcionalismo público, comercio, profissões domesticas etc.⁵

Henriqueta Galeno e Adília de Albuquerque Moraes são citadas nas fontes acima atreladas à referida entidade, o que não se constituía num fato incomum, visto os contatos já demonstrados entre ambas e a FBPF. A leitura de cartas remetidas por estas duas mulheres direcionadas à secretaria da FBPF e à própria Bertha Lutz deixam entrever que a fundação dessa espécie de filial cearense foi marcada por percalços, tensões e disputas narrativas, patentes em pequenas divergências entre os relatos de Henriqueta e Adília no que diz respeito à organização e direção do recém-criado Centro Feminista Cearense; desacordos e incompatibilidades insinuados em 1932 que tenderão a se aprofundar em anos posteriores, chegando, inclusive, a resvalar na existência e viabilidade dessa organização feminista no Ceará.

5 O Movimento feminista do Ceará em Face do novo Código Eleitoral da Republica. *O Povo*, Fortaleza, 2 de julho de 1932.

Em agosto de 1932, Henriqueta Galeno escreve a Bertha Lutz para informar acerca da criação do Centro Feminista Cearense, demarca seu papel de centralidade e cita o nome das mulheres que teriam auxiliado “concretamente” nos esforços da fundação:

O Centro foi fundado por mim, com o auxílio da Sra Beni Carvalho e jornalista Suzana Alencar. São estas duas os principais elementos de trabalho, falando de maneira concreta, que encontrei aqui. Aguardamos as instruções da Federação p^a a nossa filial acompanhar perfeitamente os estatutos da sede mater. O Centro está em trabalhos iniciais, lutando com a oposição do meio, aguardando as instruções daí, p^a incentivarmos a campanha. A demora das instruções está prejudicando demasiadamente o trabalho.

[...]

Demorei na organização da filial cearense apenas preparando o terreno, o mais hostil. Hoje, consegui arregimentar cerca de 18 senhoras. Foram, tenho em bem da verdade, diga-lhe, que as que estão firmes no trabalho comigo são - Suzana de Alencar, jornalista, e a Sra Branca Carvalho. As demais, ainda não nos auxiliaram eficientemente. Tanto que chamei p^a minha secretaria pela eficiencia dos serviços prestados a senhorinha Suzana Alencar.⁶

O nome de Adília aparece de forma apenas secundária, alguns meses depois, no que tange à organização da filial. Ressalta-se que antes de mencionar novamente as mulheres envolvidas, Henriqueta refere-se a si mesma como a dirigente do “Ceará Feminista”, demarcando, mais uma vez, seu posto de única liderança:

Sou a presidente da filial, e a secretaria é a jovem escritora - Suzana de Alencar Guimarães,

6 Correspondência de Henriqueta Galeno a Bertha Lutz, agosto de 1932, Fundo FBPF/Arquivo Nacional.

que em bem da justiça, confesso, tem sido a minha mais eficiente auxiliar. Também saliento a coadjuvação valiosíssima da sra Branca Carvalho, sra do Dr. Beni Carvalho. Foram estas no desbravamento do meio as que mais me auxiliaram na fundação da nossa filial. Depois vêm os nomes de [palavra ilegível] Adília Moraes, Edith Braga, Dra Maria Cavalcante, Creusa Rocha, Maria Dutra, Inês Alencar, Mariemília Barros, Dulcinéia Vieira e etc. etc.⁷

Tal discurso, que a colocava num papel auxiliar de coadjuvante não parecia ser compartilhado por Adília; pelo contrário, nas cartas remetidas por ela à FBPF, a mesma coloca-se num local paralelo ao de Henriqueta na efetivação dos trabalhos do Centro Feminista Cearense: demonstrava estar a par de seus aspectos organizacionais, pendências relativas ao funcionamento, além de manter contato constante tanto com Bertha Lutz, a secretária da FBPF quanto com a representante do Ceará na sede da FBPF, Beatriz Pontes de Miranda. Em resposta a esta última, demarca a sua posição de cofundadora:

Fico ciente de tudo que n'ela me diz e tenho a afirmar-lhe que *eu e a Henriqueta Galeno já havíamos fundado aqui um Centro Feminista*, filiado a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, restando apenas receber instruções necessárias para organizarmos os seus estatutos. [...]

De minha parte, pretendo iniciar pelos jornais, nos quaes assiduamente colaboro, as nossas jovens patricias, e escreverei para o interior do Estado a fim de intensificar o entusiasmo pela nossa causa que está, definitivamente, triunfante. Não moderei sacrifícios para a arregimentação de nossas hostes femininas o que, com esforço e bôa vontade, estou certa, hei de conseguir (grifo meu).⁸

7 Correspondência de Henriqueta Galeno a Beatriz Pontes de Miranda, 1932, Fundo FBPF/Arquivo Nacional.

8 Correspondência de Adília de Albuquerque Moraes a Beatriz Pontes de Miranda, 6 de novembro de 1932, Fundo FBPF/Arquivo Nacional.

Em algumas correspondências ao longo de 1934, é possível notar instabilidades em torno do Centro Feminista Cearense, fundado dois anos antes, bem como movimentações para uma possível reorganização do movimento feminista no estado a partir da criação de uma Federação Cearense pelo Progresso Feminino, representada não mais por Henriqueta Galeno, mas por Adília de Albuquerque Moraes. Numa destas correspondências, remetida por Bertha Lutz para Adília, em 03 de março de 1934, um desconforto mútuo, apenas insinuado na carta, convergem para o nome de Henriqueta:

Muita grata pela sua carte, que li com a maior attencao e que guardo para o Archivo, afim de que mais tarde figure na historia do movimento femiino no Brasil. Nao me admira porque d. Henriqueta ja me fez participar ha mais de um anno situacao semelhante. Penso que e uma questão que se acha na situacao extrema ahi. Paciencia. Quem não tem cão, caça com gato ou mesmo só.⁹

A resposta de Adília à correspondência acima deixa entrever tensões/ressentimentos em torno das atividades de direção do Centro Feminista Cearense. Tais tensões estariam relacionadas fortemente às eleições de 1933 com vistas à formação da Assembleia Nacional Constituinte daquele mesmo ano. Fixado no Código Eleitoral de 1932, a inovação do voto feminino ganhou materialidade formal em 1933; pela sua novidade e potencial de influenciar ativamente nos resultados eleitorais foi alvo prioritário de disputas entre agremiações político-partidárias no Ceará. Um destes partidos, o Partido Social Democrático (PSD), lançou o nome de Edite Braga¹⁰, a única candidatura feminina no estado do Ceará naquelas eleições. Segundo Adília, a escolha de Edith

9 Correspondência de Bertha Lutz a Adília de Albuquerque Moraes, 3 de março de 1934, Fundo BBPF/Arquivo Nacional.

10 Edite Dinoá da Costa Braga (1889-1950) nasceu na Paraíba. A profissão de seu pai, formado em Direito, contribuiu para que a família mudasse constantemente de residência. No Ceará, passaram pelos municípios de Baturité, Maranguape, Quixeramobim e Fortaleza. Edite ingressou na Escola Normal em 1911, formando-se em 1916. Lecionou no Grupo José de Alencar, função que ocupou por ter se destacado em seus estudos na Escola Normal. Em 1923, inicia seu trabalho na Escola Normal, lecionando as cadeiras de Pedagogia, Psicologia e Didática. Como candidata do PSD, é eleita suplente para a Câmara Federal.

como candidata pelo PSD teria resvalado, mesmo que indiretamente, nas atividades do Centro Feminista Cearense:

Quanto ao que me diz sobre as quotas relativas aos membros da Federação aqui, tenho á dizer-lhe que estas jamais foram fixadas ou cobradas, entre nós, em tempo algum. A Henriqueta, *que arrogou-se sosinha todos os direitos e determinações, á respeito da filial, do Ceará, nunca tratou deste assunto. A D. Edith, também fazia parte do Directorio da Federação cearense, mas vindo as eleições, e sendo a mesma apresentada como deputado pelo Partido Social Democrático, do qual D. Edith, eu e Henriqueta fazíamos parte, esta ultima ficou desgostosa, deixou o partido renunciando o cargo que lá ocupava , e nunca mais tambem reuniu a Federação B. P. Feminino, que ficou esquecida.* Precisamos pensar de que modo poderá a Federação reorganizar-se (grifo meu).¹¹

Dois detalhes merecem atenção no relato de Adília: sua insatisfação perante uma postura de “arrogância” de Henriqueta em tomar para si, de modo hegemônico, todas as atividades do Centro Feminista, revelando fissuras e mesmo contestações em torno da liderança de Henriqueta no movimento feminista cearense atrelado à FBPF, condução até então “inquestionável” quando analisada através da imprensa; e a interrupção das atividades do Centro Feminista Cearense a partir da candidatura de Edite Braga pelo PSD. Quanto a este último ponto, não foram encontradas fontes suficientes que permitissem aprofundar os emaranhados entre tal organização feminista cearense e as eleições de 1933.

A partir de 1934, Adília teria seguido como representante cearense diretamente ligada à Federação, conforme consta num boletim da entidade, datado de outubro de 1934. Como representante da Federação Cearense pelo Progresso Feminino envolveu-se nas atividades de uma Segunda Convenção Feminista Nacional, realizada em agosto daquele mesmo ano, na Bahia, embora

11 Correspondência de Adília de Albuquerque Moraes a Bertha Lutz, 12 de março de 1934, Fundo FBPF/Arquivo Nacional.

não tenha estado fisicamente no evento devido a questões financeiras. Apesar de não ter comparecido na Convenção, que tinha como um de seus objetivos principais preparar e organizar o eleitorado feminino no país, seu nome é divulgado, junto com o de outras delegadas estaduais, como candidata a deputada estadual pelo Ceará¹², devidamente aprovado pela Convenção e, por extensão, pela própria FBPF. Correspondências entre Adília de Albuquerque Moraes e Bertha Lutz, anteriores e posteriores à Convenção Feminista na Bahia, deixam entrever os movimentos, redes, relações e táticas entre entidades/organizações feministas (Ceará/Rio de Janeiro) sendo postas em prática e sob prova no movimentado terreno da realidade política cearense, bem como as dificuldades e obstáculos práticos que impediam - a despeito da lei - uma efetiva entrada das mulheres no campo da representação política.

Considerações finais

A partir da análise das cartas entre feministas cearenses e a FBPF - análise ainda incipiente devido ao volume de fontes - pôde-se perceber como os processos de institucionalização de entidades feministas ligadas à FBPF, no Ceará, não se desenrolaram de forma uniforme, homogênea, mas atravessadas por dissensos. Tais disputas narrativas entre feministas cearenses acerca de suas atividades de militância coletiva não eram perceptíveis quando acompanhadas pela imprensa periódica. A fundação do Centro Feminista Cearense em 1932 e os indícios da estruturação de uma Federação Cearense pelo Progresso Feminino, a partir de 1934, representadas por mulheres diferentes, permitem conjecturar que a formalização destas organizações feministas no estado constituíram-se em elementos desencadeadores de dissensos entre feministas cearenses, alimentando disputas de legitimidade, conflitos internos e externos, imbricações com a realidade política local, de representação e/ou liderança.

12 O nome de Adília de Albuquerque Moraes aparece registrado como candidata do Partido Liberal Evolucionista do Ceará e como representante de grupos de 100 eleitores sob a legenda “Em defesa das mulheres”, não conseguindo eleger-se. Além dela, outras 3 mulheres concorreram à uma vaga para a Assembleia Estadual: Theolinda Olympio de Araújo, pela Liga Eleitoral Católica (LEC), Rachel de Queiroz, pelo Partido Republicano Socialista do Ceará, como pela legenda “Ceará Irredento” e Cândida Vieira Cavalcante, pela Campanha Legionária. Das mulheres citadas acima, o nome de Theolinda figura dentre os candidatos votados para suplente em 2º turno (primeiras eleições e acervo documental, 2007).

Seguindo tais caminhos de análise, procurou-se debruçar sobre tais mulheres e suas trajetórias considerando-as em seus contextos e humanidades, podendo ser marcadas por descontinuidades, hesitações, incongruências, silêncios. Mulheres ordinárias, no sentido de suas práticas e trajetórias não serem lançadas no terreno do extraordinário, do totalmente linear e coerente, mas do historicamente possível. Uma análise que encontre viabilidade e possibilidade a partir/entre os “paradoxos”. Longe de considerar a existência dessas divergências aspectos inéditos nos feminismos, as reflexões aqui empreendidas pretenderam lançar tais disputas também no campo do ordinário, das dinâmicas que atribuem movimentação ao cotidiano e a vida dos sujeitos, ambos eminentemente atravessados pela política.

Referências

CALIXTO, Carolina; GOUVÊA, Viviane. O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional. *In: Acervo*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 239-253, maio/ago. 2020.

FEMENÍAS, María Luisa. **Epistemología feminista: la falacia del conocimiento objetivo**, S/ info. p. 1-21.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**.

Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

Primeiras eleições e acervo documental do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza, TRE CE, 2007.

SILVA, Larissa Almeida Custódio da. **Feminismos de primeira onda no Ceará: paradoxos e possibilidades a partir das disputas pelo voto feminino na imprensa (1900-1933)**. 2019. 153f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2019.

SILVA, Sarah Pinho da. **Feminismos em disputa: a União das Mulheres Cearenses (1979-1985)**. **Anpuh - Brasil, 30º Simpósio Nacional de História** - Recife, 2019.

SCOTT, Joan Walach. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2002.

As mobilizações da linguagem televisiva na Eleição Presidencial de 1989

Lucas Cavalcante Estevão¹

Introdução

O consumo televisivo é influenciado pela identificação do conteúdo exibido e pelas diversas opções de programação oferecidas pelas emissoras. O telespectador, guiado por seus gostos e interesses, utiliza o *zapping*² como uma estratégia para encontrar uma grade televisiva que esteja alinhada com suas preferências individuais e as necessidades de sua unidade familiar. O fluxo televisivo, ideia desenvolvida por Raymond Williams (2016), entende que as organizações das grades televisivas se constituem para além da organização dos horários que constrói uma programação. Em meio às grades diárias, ao mesmo tempo, mediado por seus componentes - atores, locutores e sujeitos que interagem para a condução das idealizações televisivas - o meio de comunicação se estabelece como um elo entre os conteúdos difundidos e os telespectadores. Ao transcorrer entre fenômenos, condições e interpretações, a televisão se posiciona como uma articuladora de imagens fabricadas e mobilizadas por disposições históricas que condicionam as suas formas de produção.

Nos dois meses de Horário Gratuito Político Eleitoral (HGPE) ao longo do primeiro turno da eleição presidencial, as grades passam por mudanças de horários, as propagandas eleitorais passam a ocupar dois blocos, tarde e noite, totalizando 2 horas e 20 minutos diários em cadeia nacional³. Além do espaço gratuito, o pleito esteve presente em obras televisivas, jornais, programas de debate e em produções de entretenimento que apresentavam ao telespectador as agendas partidárias, as falas marcantes e as gafes das campanhas postulantes. No contexto de excitação político-partidária, as candi-

1 Mestrando em História pela Universidade Federal do Ceará (PPGH/UFC).

2 O termo *zapping* significa uma mudança rápida e consecutiva de um canal para outro, com o controle remoto, geralmente para evitar os intervalos comerciais.

3 BRASIL. Lei n° 7.773, de 8 junho de 1989. Dispõe sobre a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7773.htm. Acesso: 08 ago. 2023.

daturas apresentavam suas propostas utilizando uma linguagem estruturada incorporando termos específicos com o intuito de influenciar a percepção do público e consolidar a fidelidade à sua imagem pública.

Os empreendimentos estéticos capacitam os meios de comunicação em representar a sociedade e construir a realidade. Néstor García Canclini (2008) discute as relações de consumo e cultura na reelaboração dos sentidos sociais, reconhecendo as associações entre os marcadores que constituem os posicionamentos dos cidadãos em âmbito coletivo. Dialogando com essas proposições, refletimos sobre a estilização dos produtos desenvolvidos pelas redes de televisão baseadas nas disposições dos usos e as apropriações da televisão em representar os processos socioculturais vigentes no Brasil.

Diante das tendências da vida social, os hábitos dos brasileiros consolidam as formas de se assistir à televisão, mas também, auxiliam as emissoras em questões relacionadas a solidificação de sua audiência, ou seja, a edificação de uma grade de programas que compreendam as distintas camadas etárias, de renda e de gênero ao longo do dia. Canclini (2008) ressalta que a conquista do público e dos seus espaços de consumo se constituem como um lugar de valor cognitivo devidamente mobilizado pelo mercado em torno das disposições de interesses junto aos públicos-alvo.

As mobilizações televisivas passam por processos de espetacularização, dessa maneira, os conteúdos produzidos e a publicização de mensagens pelo veículo televisivo se estabelecem como estímulos para a transformação das imagens em memórias provenientes de difusões repetitivas (Joly, 1996). A intensificação no campo afetivo do eleitorado movimenta a empatia e a identificação com as mensagens enunciadas, o eleitor e telespectador ao se deparar com os recursos audiovisuais, concebe uma posição concreta do que antes poderia ser embrionário, as imagens passam por alguém que a produz ou reconhece.

Nesse ponto de vista, os telespectadores assistem diariamente à televisão, tornou-se um hábito apertar o controle remoto para se abrir a janela do mundo, da cidade e da rua, essa é a televisão, um meio de comunicação em constante transformações ao longo de sua história no Brasil. Nos anos de 1980, ideais, desejos e valores se articulam aos múltiplos acontecimentos da década, inclusive as eleições, a televisão da década de 1980 foi a parede para cartazes

de campanhas políticas com rostos, trajes e vozes, a responsabilidade de eleitor se aglutinou aos seus empreendimentos individuais⁴.

A televisão articula os modos de assistir e formar politicamente, promovendo discursos que tratam da relação entre cidadania, democracia e meios de comunicação que se constituem como indicativos do regime político contemporâneo ao pleito. O pleito de 1989 se postula como um momento ansiosamente esperado no longo processo de transição do regime autoritário brasileiro, que reunia grandes expectativas por parte de eleitores e das forças políticas. Nesse contexto, as postulações políticas transformam os conceitos em objetos de disputas ao longo do período eleitoral, as candidaturas compreendem que a utilização desses termos contribui para a consolidação de suas pretensões políticas.

Os espaços para política na TV brasileira

Em diálogo ao contexto televisivo da década de 1980, Esther Hamburger (1998) ressalta que os conflitos de gênero, geração, classe e região, constituíram crônicas do cotidiano, transformando a televisão em um palco privilegiado, a partir de suas produções, para a problematização acerca da complexidade sociocultural do Brasil. A televisão, nesse contexto, apresenta aos telespectadores a diversidade sociocultural existente no país, expressando uma representação de uma comunidade nacional imaginária e alimentando cotidianamente uma disputa simbólica, dessa forma, o meio de comunicação audiovisual, segundo a autora, elimina algumas barreiras sociais e geográficas por meio da reprodução dos produtos exibidos nas grades televisivas. Em virtude dessa posição, Hamburger discorre:

A televisão oferece a difusão de informações acessíveis a todos sem distinção de pertencimento social, classe social ou região geográfica. Ao fazê-lo, ela torna disponíveis repertórios anteriormente da alçada privilegiada de certas

4 Anterior a redemocratização, ocorreu o fim do bipartidarismo, em 1979, e a ascensão de siglas políticas, oferecendo uma maior diversidade de postulantes aos cargos políticos. Conseqüentemente, as identificações com as imagens dos políticos nas propagandas eleitorais tornaram-se questões pertinentes na busca pelo voto.

instituições socializadoras tradicionais como a escola, a família, a Igreja, o partido político, a agência estatal (Hamburger, 1998, p. 364).

É possível compreender a conexão entre a efervescência comercial representada pelo aumento no número de televisores nos lares brasileiros, os debates políticos e os anseios culturais presentes nos discursos televisivos dos anos 1980. Nesse cenário marcado pela intensa migração para as cidades, desenvolvimento de múltiplos mercados de consumo e mudanças das composições familiares, a ascensão do neoliberalismo nos grandes centros capitalistas e a sua expansão às periferias demarcam o período da transição política (Guilherme, 2019; Hamburger, 2005). Os anseios em torno da modernidade e moralidade se manifestam tanto nas propagandas comerciais, quanto nos discursos mobilizados em distintos formatos televisivos, evidenciando-se nas múltiplas facetas presentes nos meios de comunicação.

O censo nacional de 1980 verificou que 55% de um total de 26,4 milhões de residências que já possuíam aparelhos de TV. Em 1989, os dados da Abinee constataam que havia cerca de vinte milhões de televisores no país e complementa que 68,3% da população da época vivia em áreas urbanas, e que 73,1% das residências urbanas tinham televisores (Mattos, 2010). A relevância da televisão na década de 1980 evidencia a presença de milhões de telespectadores, portanto, sinalizando as novas formatações de consumo que se estabeleciam por meio do desenvolvimento de grades televisivas e suas produções imersas nos principais pilares da televisão: entretenimento, comunicação e anúncio (Jambeiro, 2001). No contexto estudado, a televisão se postula como um ambiente de cruzamento de espaços, narrativas e linguagens possibilitando uma análise dos contextos de produção e posicionamentos em suas formas de consumo. Além de proporcionar o contato com o tempo histórico, a televisão pode ser pensada como articuladora das reproduções e das memórias sociais idealizadas nas grades das emissoras (Napolitano, 2008, p. 252).

Somando-se as inserções do Brasil ao mundo moderno, Bernardo Sorj (2000) realiza uma leitura a respeito da cidadania e democracia como conceitos que dinamizam a experiência política dos grupos populares, tendo a sua contradição a partir da percepção coletiva de que a falta de justiça social e a impunidade são os principais problemas no país. Essas contradições, res-

saltadas pelo autor, demarcam o Brasil como um país que se organiza para o contexto moderno em torno de seus próprios conflitos sociais como a distribuição da riqueza social dentro de uma ordem capitalista. Diante disso, a heterogeneidade sociocultural e as representações político-partidárias no Brasil da década de 1980 situam as contradições vigente no país exibidas na televisão, denunciadas para noticiar e roteirizadas para entreter.

A manutenção do Horário Gratuito Político Eleitoral a partir do meio de comunicação televisivo para a eleição presidencial de 1989 possibilitou a apresentação de projetos de nação e o empreendimento de imagens políticas pelas candidaturas postulantes. Criada junto ao Código Eleitoral Brasil, instituído pela Lei nº 4.737 de 1965, o horário eleitoral se estabelece como uma plataforma institucional na televisão e no rádio com o objetivo de regularizar a propaganda por recursos audiovisuais, oportunizando a participação das candidaturas nos meios de comunicação. No entanto, ao longo dos anos, o formato das propagandas partidárias passou por transformações significativas. Durante a gestão do militar Castelo Branco, a propaganda eleitoral na televisão foi moldada de acordo com os interesses dos representantes do regime ditatorial, resultando na revisão de regulamentos para publicidades eleitorais e na introdução de novas leis eleitorais, destacando-se a Lei Falcão⁵.

Nesse contexto, as articulações das normativas que regem as propagandas eleitorais no país manifestam a sua relevância na promoção das candidaturas postulantes, especialmente em regimes ditatoriais onde detentores do poder reconhecem o potencial da participação efetiva dos postulantes e o papel do horário gratuito como influenciador de opinião pública. Assim sendo, as mudanças no formato do Horário Gratuito Político Eleitoral no Brasil constituem um reflexo do papel fundamental dos meios de comunicação na mobilização política e na formatação de estratégias para conquistar a atenção do eleitorado.

O meio de comunicação audiovisual emerge para articular imagens e sonoridades que aguçam a curiosidade e a formação. Dessa forma, como agregadora de opiniões e mobilizada por mudanças no seu formato ao longo dos anos, o horário gratuito repercute na percepção política do telespectador, visto que as recepções do bloco político-partidário se impulsionam de formas semelhantes

5 A Lei nº 6.339 de 1976 instituída no governo de Ernesto Geisel, criada pelo então ministro Armando Falcão, limitava o formato da propaganda eleitoral na TV e no rádio para evitar o fortalecimento da oposição.

ao consumo de conteúdos produzidos pelas emissoras. Diante disso, os produtos expostos na plataforma audiovisual se constituem diante dos dispositivos fornecidos ao longo das programações. No contexto eleitoral, a participação dos atores políticos do pleito presidencial na tela da televisão pendula entre os seus significados, podendo resultar em empreitadas bem-sucedidas e popularização das mensagens das candidaturas ou em um esgotamento de imagens ocasionadas pela falta de domínio das linguagens televisivas.

1989 no Horário Eleitoral

O processo eleitoral presidencial de 1989, conforme discutido pelos historiadores Américo Freire e Alessandra Carvalho (2018), é descrito como uma “eleição solteira”, caracterizada pela particularidade da escolha exclusiva para o cargo de presidente naquele ano. Sendo a última presidencial realizada em 1960, pleito que sagrou Jânio Quadros como presidente, a excitação em plano nacional pelo voto para presidente após 29 anos mobilizou diversas candidaturas para o cargo presidencial, na qual, 22 candidaturas se colocaram na campanha à sucessão presidencial.

Os empreendimentos dos presidenciáveis em 1989 a respeito do diálogo entre os posicionamentos políticos e a linguagem televisiva refletem as dinâmicas em torno das articulações que a plataforma política e a comunicacional convergem. Na década de 1980, os princípios de cidadania e democracia da Nova República formulam pautas que passam as formações políticas e os distintos produtos que compõem a imagem televisiva. René Rémond (2003), pontua que as movimentações políticas como objetos de análise para o campo da História compreendem as expressões coletivas ao longo do tempo, na reflexão dos exercícios do poder e nas movimentações dos debates sociais no desenvolvimento das linguagens.

A partir do dia 15 de setembro de 1989⁶, ao longo de quase dois meses, as campanhas dos postulantes presidenciáveis possuíam mais de duas horas para divulgar suas ideias e os seus projetos da nação em

6 BRASIL. Lei nº 7.773, de 8 junho de 1989. Dispõe sobre a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17773.htm. Acesso: 08 ago. 2023.

todas as emissoras de televisão do país. Os programas televisivos e as famosas marcas também estiveram presentes nos esquetes por meio de releituras moduladas pelas campanhas à presidência para a plataforma televisiva. Nesse contexto, as produções televisivas fazem alusões aos debates expostas por elas mesmas ao longo de sua programação, os seus repositórios e as grades de programação salientam a diversidade de classes, gêneros e faixa etária que consomem as fabricações audiovisuais diariamente, pontuado também, como um padrão de qualidade de produção, o “padrão Globo de qualidade”⁷.

Consonante ao contexto vigente, Jesús Martín Barbero e Germán Rey (2004) analisam as profundas mudanças dos veículos midiáticos na percepção coletiva, na qual, afirmam que as redes reconhecem a sua função socializadora na formação política. A importância do voto se desenvolve em torno dos discursos apresentados pelas candidaturas, as candidaturas observam os espaços da deliberação de mensagens em torno da eleição presidencial de 1989 que demarcam a ânsia e o desejo por mudanças nos quadros socioculturais e políticos do país.

A candidatura de Lula apresenta os conceitos de responsabilidade e preferência na introdução de sua propaganda ao ressaltar a importância do exercício da cidadania a partir da campanha eleitoral expressa no horário gratuito em 1989. Em seu primeiro programa eleitoral, ressalta as possibilidades atribuídas ao eleitorado, relacionando o exercício do voto à prática de assistir televisão e às variedades de emissoras e suas produções para a escolha do telespectador.

A partir do dia 15 de novembro vai pesar no ombro de cada um de nós, ou melhor, vai pesar nas nossas costas a responsabilidade de dizer ao mundo e ao Brasil: que Brasil que a gente quer para nós e para os nossos filhos. É bem verdade que às vezes você não gosta dos programas políticos na televisão, é bem verdade que você prefira uma novela ou um programa humorísti-

7 José Mário Ortiz Ramos (2004) destaca a expressão “padrão Globo de qualidade” a partir dos posicionamentos do jornalista Artur da Távola em conceber o termo referido como sinônimo de “padrão de produção”, uma lógica institucional de idealização dos formatos de produções televisivas.

co. [...] Nesse instante é importante cada um de nós começarmos a perceber que votar é muito mais sério que mudar de canal de televisão, porque mudando o canal de televisão e não encontrando o filme que você gosta, você pode mudar de canal e se não gostar, desliga! Votando errado você vai ter que esperar cinco longos anos para poder mudar de canal!⁸

Os espaços de propaganda de Lula parodiavam grades televisivas baseadas em atrações policiais, humorísticas, musicais e telenovelas. O quadro Rede Povo, espaço desenvolvido na campanha eleitoral de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) na Eleição presidencial de 1989, realizaram uma nítida alusão à maior emissora do país, a Rede Globo, seus *slogans* e o famoso “plim-plim” foram utilizados como forma de aproximar o eleitorado brasileiro com os projetos de nação desenvolvidos pelo Partido dos Trabalhadores. A Rede Povo intercalava-se entre os discursos do candidato para conectar e questionar as políticas empreendidas nos primeiros anos da Nova República.

De acordo com Afonso de Albuquerque (1999), o espaço se apresentava como uma alternativa não somente aos programas de outros candidatos, mas também à programação das emissoras de televisão do país. Em diálogo com Néstor García Canclini (2008), observamos as possibilidades de alcance acerca dos produtos consumidos pelos cidadãos. Os conceitos estão em disputa, dessa forma, a busca pela diferenciação consiste em formatos para atrair a atenção do eleitorado ao longo do pleito presidencial e no contexto político do final da década de 1980.

Resultante de conflitos históricos pertinentes à 1989, a mobilização das produtoras de conteúdo na televisão em torno dos debates sociais ao longo da década se coaduna às continuidades políticas da Ditadura Civil-Militar, às adversidades econômicas do governo Sarney e às postulações aliadas aos horizontes alicerçados pela promulgação da Constituição de 1988 que demarcaram os debates da eleição presidencial. Somando-se a entrada do Brasil em um sistema neoliberal e de acentuado

8 Programa eleitoral exibido no dia 15 de setembro de 1989 (1 h. 12 min.). Grifos nossos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bp88205zp8E>. Acesso em: 28 ago. 2023.

consumo, os comportamentos coletivos em distintos segmentos sociais nortearam as candidaturas acerca dos empreendimentos políticos ao longo da campanha eleitoral (Ferreira, 2018; Prado; Leopoldi, 2018).

Michel de Certeau (1994) analisa a fala e suas formas de enunciação de mensagens se interligam com os meios materiais, em suas percepções, as circunstâncias compõem os usos que gestam discursos e se relacionam com as dinâmicas da temporalidade. Em diálogo a esses posicionamentos, Foucault (2014) interpreta que a comunicação se constitui junto aos conjuntos de qualificações que compreendem a formulação das falas, o jogo do diálogo e os gestos e comportamentos. À vista disso, o audiovisual tem a sua composição edificada por fatores concretos que se estimulam do contexto de fabricação à recepção dos produtos.

Nas propagandas eleitorais na plataforma televisiva, as ruas, os estúdios e as demais composições de cenários são elementos essenciais para as peças publicitárias, se adequando aos posicionamentos e conferindo sentidos aos discursos, a veiculação de imagens agrega valores ao conteúdo apresentado. Dessa forma, compreendemos que as produções audiovisuais creditam a estética ao papel fundamental no horário eleitoral visto que o consumo de material político perpassa por fatores que associam performance, posicionamento e estética.

Estética e Redemocratização

De acordo com Andrew Edgar e Peter Sedgwick (2003), o conceito de estética se formula como uma articulação entre arte e beleza que atribuem valores a expressões, representações e ideias. O papel da estética nas mobilizações culturais e políticas está relacionado à atribuição de significados às estilizações desenvolvidas para identificar sujeitos e coletivos em relações socioculturais. No contexto político, analisamos a estética como recurso que influencia discursos e se integra aos empreendimentos visuais, facilitando o acesso do público aos canais de informação e consolidando os processos de identificação com os termos propostos, que funcionam como gatilhos em sua disseminação e recepção (Aldé, 2004).

A imagem em suas funcionalidades se estabelece diante dos enunciados coletivos e posicionados politicamente, podendo se manifestar por diversos âmbitos da comunicação, a imagem agrega valor a uma mensagem exteriorizada. De acordo com Martine Joly (1996, p. 13), as significações das palavras e os atributos para o seu entendimento abrangem desenhos, cartazes, filmes e logotipos, dessa forma, o conteúdo visual se exterioriza como um objeto constituído de valores não-verbalizados. Na exibição do Horário Gratuito Político Eleitoral, os discursos pronunciados e a composição de imagens apresentam ao telespectador possibilidades em suas maneiras de consumo. A funcionalidade dos elementos sonoros credita novas propriedades à produção, no entanto, a coexistência desses elementos, que juntos compõem o audiovisual, se manifestam de distintas maneiras em suas transmissões.

A televisão e as suas formatações de consumo possuem a capacidade de descredibilizar a função política das agremiações partidárias na eleição presidencial de 1989. Os presidenciáveis chocaram-se com as formatações da plataforma televisiva tornando árdua a experiência de assistir o Horário Gratuito Político Eleitoral devido ao inchaço de candidaturas, sendo elas, as responsáveis por tornar o processo de escolha televisiva demorado e elaborado, em suas mais de duas horas diárias de exibição.

Figura 11 - Captura de tela do programa eleitoral de Collor (PRN) exibido no dia 23 de setembro de 1989⁹



9 Programa eleitoral exibido no dia 23 de setembro de 1989 (1h10min.). Grifos nossos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uFM7sZHh10Q>. Acesso em: 20 jun. 2023.

A abertura do programa de Fernando Collor se utiliza de recursos gráficos para desenvolver as ideias do candidato ao transformar as duas letras L de seu nome em flechas que perfuram os nomes “miséria”, “marajás”, “corrupção” e “inflação”. Néstor García Canclini (2008) amplia nosso debate ao apresentar o termo “ícones de comunicação de massa”, em debate com essas proposições, dialogamos com o autor na formação de elementos audiovisuais que apresentam e fidelizam uma ideia para o receptor. No caso do programa de Collor, a introdução do seu espaço eleitoral na televisão, posiciona as intencionalidades do candidato, dessa forma, mobilizando o compromisso da campanha em discutir e combater essas questões.

No contexto de 1989, a brutalização da figura do opositor, os conflitos entre posicionamentos sobre as maneiras de como o Brasil é retratado pelas disposições imagéticas e os embates sobre a contribuição política entre adversários que geram tensões relacionados à confiabilidade e idoneidade são edificadas pelas linguagens do âmbito audiovisual.

Em diálogo a essa construção no espaço audiovisual, René Rémond (2003) discute que a campanha integra uma eleição, sendo o seu primeiro ato, à vista disso, a mobilização de estratégias e a interação com os posicionamentos dos dispositivos de opinião público constituem o cenário para os contatos dos postulantes com o eleitorado. Os posicionamentos das propagandas eleitorais em um contexto nacional mobilizaram o cenário político vigente no contexto da redemocratização e na construção de uma visão a respeito da Nova República, as manifestações de consumo da televisão e do mercado condicionaram as campanhas eleitorais dos postulantes ao cargo presidencial a disputas com as oposições, como corriqueiro em qualquer eleição, mas também, ao combate e apropriação de percepções externas.

No cruzamento entre os atores sociais, partidos políticos e as escolhas propagandeadas, surge o ato de consumir que reforça a ideia de que a adesão a algum produto ou mesmo uma escolha política se constitui como um conjunto de práticas que efetivam as adesões. O imaginário político e o contexto de produção excedem a função de tela, a percepção se expande para um complexo conjunto de códigos, já presentes, nas mentalidades do espectador, em processo de reconhecimento (Sarlo, 2016). A autora complementa que a televisão se modula como um lugar do olhar que nos olha, que nos interpela,

que nos designa e nos localiza antes de que para ele nós olhemos. Bronislaw Baczko (1985) contribui para a formação do imaginário apontando que as situações conflituais a respeito dos imaginários sociais mobilizados entre os exercícios de poder e as consciências coletivas são tensionados pelos debates produzidos por seus próprios idealizadores.

Portanto, o papel da televisão na formação da opinião pública e na construção das narrativas políticas, expandidas por seus fundamentos audiovisuais foram significativos, exercendo influência direta na percepção dos eleitores em relação aos candidatos, seus posicionamentos e na importância do voto. Dessa forma, os desdobramentos da campanha televisiva e a síntese do campo audiovisual que compreendiam e apresentavam os discursos, as ruas, os comícios e as recepções do eleitorais se formularam na construção de uma estrutura eleitoral, direcionando a posição da propaganda eleitoral na difusão de mensagens visuais, direcionando ao telespectador uma visão construída, a marca do presidenciável, a embalagem, mas a escolha foi designada ao cidadão, que em torno das cores e dos gráficos, dos nomes e dos números realizou sua decisão ao consumir, fabricar e depositar seu voto na urna eleitoral. Assim, escolhendo seu presidente.

Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso de. **Aqui você vê a verdade na tevê**: A propaganda política na televisão. Niterói: UFF-MCII, 1999.
- ALDÉ, Alessandra. **A construção da política**: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. *In*: Leach, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Trad.: Maurício Santana Dias. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- EDGAR, Andrew; SEDGWICK, Peter. **Teoria cultural de A a Z**: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. Trad.: Marcelo Rollemberg. São Paulo: Contexto, 2003.

FREIRE, Américo; CARVALHO, Alessandra. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da Nova República:** da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GUILHERME, Cássio Augusto. **1989:** História da primeira eleição presidencial pós-Ditadura. Jundiá: Paco Editorial, 2019.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da Nova República:** da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. *In:* MORAIS, Fernando; SCHWARZ, Lilia Moritz. (Orgs.). **História da vida privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HAMBURGER, Esther. **O Brasil antenado:** A sociedade da novela. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Século XX.** Salvador: EDUFBA, 2001.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem.** Trad.: Marina Appenzeller. 12. ed. Campinas: Papirus, 1996.

MARTÍN BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver:** hegemonia audiovisual e ficção televisiva. Trad.: Jacob Gorender. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira:** Uma visão econômica, social e política. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas.** 2. ed. São Paulo: Contexto: 2008.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; LEOPOLDI, Maria Antonieta. O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da Nova República:** da transição democrática à crise política de 2016. Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

RAMOS, José Mário Ortiz. **Cinema, televisão e publicidade:** cultura popular de massa no Brasil nos anos 1970-1980. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política.** Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias:** Intelectuais, arte e meios de comunicação. Trad. Mirian Senra. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

SORJ, Bernardo. **A Nova Sociedade Brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão:** tecnologia e forma cultural. Trad. Márcio Serelle; Mário Viggiano. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte: PUCMinas, 2016.

Através do espelho: narrativa e temporalidade em “A Construção da Ordem. Teatro de Sombras”

Vânia do Carmo Rocha¹

[...] o fato de ser contra o monopólio das decisões por grupos minoritários, e creio que todos o somos, não deve obscurecer o outro fato de que existem grupos minoritários que realmente têm influência decisiva em certos acontecimentos. A própria grita contra o elitismo na história brasileira é reconhecimento tácito de que as elites de fato tiveram e têm grande influência. Se é verdade que a historiografia tende a magnificar esse papel, seria ingênuo achar que se pode resolver o problema reformando a historiografia. O que tem que ser mudado é a história, e para isto é importante inclusive reconhecer o que de real existe no papel das elites. Lembre-se, aliás, que mudar a história frequentemente dependeu também da atuação de determinados grupos de elites (Carvalho, 2003, p. 20).

Se era ali, nas décadas de 1970 e 1980, era com constrangimento que José Murilo de Carvalho pronunciava a palavra “elite”², a ponto de se sentir quase forçado “a pedir desculpas por falar de elites”, isso se dava, no seu entendimento, por conta de tantas críticas contra uma certa perspectiva elitista da explicação histórica. Críticas não sem razão. Mas mesmo tais críticas não eliminam o fato de que as elites existem, e de que elas exerceram e exercem

-
- 1 Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora da Secretaria de Educação do Governo do Estado do Rio de Janeiro. O trabalho aqui presente é parte das análises feitas na minha tese de doutoramento defendida em 2022, cujo título é *Da lentidão que nos afeta: historiografia e temporalidade em A Construção da Ordem. Teatro de Sombras e em O Tempo Saquarema*, disponível no site: <https://www.historia.uff.br/academico/ft/dissertacoes-e-teses/theses/?page=3>.
 - 2 Vale destacar que a obra *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* foi publicada pela primeira vez de maneira unificada em 1996, antes as duas partes do texto foram publicadas de maneira separada desde 1981 a 1990. Trata-se da publicação da tese de doutoramento do professor e pesquisador José Murilo de Carvalho defendida na Stanford University em 1975, sob o título *Elite and state – Building in imperial Brazil*. Em nosso análise nos baseamos na versão publicada pela editora Civilização Brasileira, de 2003.

influência sobre certos acontecimentos. A crítica sobre uma historiografia que tende a glorificar o papel da elite brasileira não pode resultar, alerta Carvalho, em uma reforma da historiografia cujo resultado seria uma negligência quanto ao seu real papel, pois grupos de elites exerceram, tantas vezes na história, o papel de mudar o seu curso, de redefinição, atuaram como sujeitos de transformação. No fragmento posto acima, Carvalho contextualiza o quanto a sujeição do seu objeto de pesquisa atravessa limitações interpretativas marcadas por uma crítica historiográfica à atuação dos grupos de elite, uma atuação que teve, entre suas consequências, a elaboração de uma explicação histórica elitista, que não deixava de ser carregada de deturpações. O esforço que é colocado aqui é o de resgate de uma história atenta a sujeitos históricos que sempre existiram, que já foram priorizados na escrita da história a partir de uma ótica elitista, mas, nas últimas décadas do século XX, não deixa de carregar a fortuna crítica marxista de necessidade de sua superação, é isto, a proposta de Carvalho parece ser de uma história das elites que não seja sumariamente elitista, entretanto, considere o sentido de sua atuação não necessariamente vinculada a interesses materiais/econômicos, a renovação da renovação historiográfica, ou seja, a renovação de uma tradição historiográfica que tendeu a se afirmar no século XX a partir da crítica a esses grupos de elite com o intuito de angariar ferramentas discursivas que apontem para sua superação. A construção de um discurso que aponte para a substituição desses famigerados grupos de elite não é parte do trabalho de Carvalho. Compreender seu papel e sua atuação na política imperial, este sim o é. O percurso analítico dado por ele seguiu três orientações: 1) Carvalho está estudando um grupo, uma elite, tão distinta das massas quanto de outros grupos de elite; 2) a elite é considerada desde certas limitações impostas por fatores sociais, dentre os quais estão os de natureza econômica, são fatores que podem oferecer e até restringir possibilidades de ação, contudo, o empenho de Carvalho é de não cair no determinismo econômico para tratar as decisões políticas dessa elite estudada; 3) a consideração de que um pequeno grupo governa uma maioria gera desconforto, todavia, esse desconforto não deve fazer com que se ignore o fato de que ele existe, e tem papel fundamental na história de uma dada sociedade. Diferente da postura de Mattos, quando da publicação de *O Tempo Saquarema*, em 1985, sem constrangimento, sem precisar explicar ou fazer a defesa da escolha do seu objeto de pesquisa, também focado em estudar os dirigentes do Estado Imperial (Mattos, p. 14). Desta forma, o objetivo deste

texto é fazer uma discussão teórica a respeito da constituição do conceito de elite política imperial por Carvalho em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, para pensar a questão da narrativa e da temporalidade nesta obra.

Um caminho para tais reflexões sobre narrativa e temporalidade no texto de Carvalho é a análise que este faz a respeito das políticas de escravidão, e do discurso de Eusébio de Queiroz proferido na Câmara dos Deputados em 1852 (Carvalho, 2003, p. 293-328). Na leitura de Carvalho, fica claro no discurso de Eusébio a intensão e esforços dos dirigentes do Império em encerrar o tráfico de escravos desde 1842, e que a condução pelo seu efetivo fim se dá em 1850 não por conta das pressões inglesas, mas para defesa dos interesses nacionais, reconhecendo que o fim do tráfico: 1) seria um serviço à humanidade; 2) asseguraria os interesses dos proprietários de terras frente a especuladores e traficantes; 3) é resultado de uma mudança de percepção da sociedade, que àquela altura concordava com seu fim por conta das grandes entradas de escravizados nos anos anteriores; 4) só é possível devido ao fato de serem os Conservadores naquela ocasião a frente do governo, e neste ponto pesa o fato de que a alta burocracia da Corte compunha como elemento determinante o Partido Conservador, e na fala de Eusébio os Conservadores é que tinham condições de executar tal empreitada. Nas acepções de Carvalho tangentes ao discurso de Eusébio, avistamos como a sua tese da dialética da ambiguidade da burocracia imperial se sustentava: a mesma homogeneidade ideológica e de treinamento da elite política imperial que afastou projetos políticos mais radicais e garantiu a unidade territorial do Império, deslocou essa elite política da realidade social e econômica – não era representativa da sociedade –, de modo que a burocracia (da qual Eusébio fazia parte), como parte substancial desta elite política, era a única força política capaz de acabar com a escravidão, entretanto, dependia dessa força de trabalho para subsistir, como o próprio Estado dependia. Na afirmativa de Carvalho, mais do que poder, esta elite política e o governo imperial queriam acabar com a escravidão, e, portanto, a postura do governo imperial foi antiescravista. Desse jeito, considerando a argumentação de Carvalho, a escravidão acabou e a Monarquia acabou logo depois, dando lugar à República, não pelo fato de a Monarquia ter se mostrado falha na conservação da escravidão, mas por ter se empenhado pelo seu fim e por sua postura a esse respeito, descortinando seu afastamento das demandas por representatividade que surgiam no final

do século por parte da classe proprietária. Desde 1842 até 1888, as ações do governo imperial foram no intento de libertar a mão de obra escrava, a elite política e o governo imperial foram instâncias abolicionistas, e a fala de Eusébio endossa tal argumento, a escravidão só não se encerrou antes por conta da dialética da ambiguidade – isto é: o fato de a burocracia (em certa medida confundida com a elite, no estudo de Carvalho) ser a única força capaz de acabar com a escravidão, todavia, seus proventos dependerem da renda por ela produzida. Quando Carvalho lê o discurso de Eusébio está lendo o discurso de um integrante da elite política que saiu das mais altas capas da burocracia imperial – formado em direito em Olinda, foi magistrado, deputado, ministro, senador –, um construtor da ordem com toda a homogeneidade e esclarecimento que lhe compete.

Nesse ínterim, duas forças foram colocadas como contrapostas: de um lado o governo imperial, reformista e antiescravista, empenhado na liberação da mão de obra e da terra, capaz de perceber as necessidades do país no médio e longo prazo; do outro as forças ligadas à lavoura de exportação, os interesses agrários, limitados aos seus interesses imediatos, resistentes a qualquer tipo de mudança. Um enredo que sustenta a ideia de que a elite política não era representativa da sociedade pelo seu nível de esclarecimento e perspectiva, pois, diante dela, estavam os interesses agrários ainda relegados ao atraso, no caso, o atraso da escravidão. Mesmo face a fortes oposições, esta elite política e o governo imperial protagonizaram o fim da escravidão, como um ato heroico em prol de uma causa maior, um ato que pode ser configurado como suicídio político. A escravidão acabou, o governo imperial foi substituído logo depois.

A narrativa é parte constitutiva de todo texto historiográfico, e a exageração da leitura do enredo que situa a elite política como “heróis” aqui, é de fato um discurso forçado, cabe dizermos, para avultar que a constituição desse enredo é parte fundamental para a compreensão desses textos. A função do enredo como articulação que totaliza a obra, interliga e organiza fatos e dados é parte de qualquer trabalho tomado como historiográfico. As reflexões a esse respeito basearam-se muito nas análises de Paul Ricoeur acerca dessa relação entre narrativa e História, e constituem, em boa medida, respostas aos questionamentos vivenciados pela disciplina História desde a chamada virada linguística. Historiadores como François Hartog, Ricardo Benzaquém, e críticos literários como Benedito Nunes e Luiz Costa Lima ofereceram con-

sideráveis assertivas que põem em relevo a questão da narrativa no trabalho do historiador.

No livro *Crer em História*, Hartog dedica-se a refletir sobre os questionamentos atuais que giravam em torno da História enquanto disciplina, no final do século XX, ao considerar ser seu futuro ocluso diante dos debates construídos à volta do problema da representação no conhecimento histórico e a questão da verdade histórica. Hartog procura, então, pensar em como tudo isso promoveu mudanças na própria crença em história. E crer em história aqui significa acreditar que o conhecimento do passado é primordial para o ordenamento da sociedade (Hartog, 2017, p. 12-22). Os acontecimentos que colocaram a humanidade à prova, na primeira metade do século XX, como as duas Grandes Guerras e a ameaça nuclear, testaram a validade do próprio conhecimento histórico, abalaram a crença em história. Nessa esteira, foi a partir da década de 1960 que as noções de realismo histórico sofreram questionamentos delineados pela ideia de que, se o historiador escreve história, ele a faz, ele a fabrica. E com a publicação, em 1973, de *Meta-História*, Hayden White tornou-se referência, de acordo com Hartog, na concepção que considera a história mais como escrita do que uma narrativa sobre o real, o que levou ao fim da fronteira entre ficção e história, deslocando a história do espectro da ciência para o espectro da literatura e a da arte. A crença em história foi baqueada por aquilo que lhe é inerente, a escrita.

Analisando as obras de Ricouer, Benedito Nunes faz referência ao papel basilar do enredo para organizar, configurar, conferir inteligibilidade e compreensão a um texto, isso porque o enredo – que participa do caráter de ato da *mimesis*, ou seja, a imitação da realidade, ou ainda a transfusão poética da realidade – é uma operação que viabiliza a integração de fatos dispersos na totalidade de uma história, estabelece a ligação de um conjunto de fatos heterogêneos, sem deixar de acentuar a dimensão episódica dos fatos, contudo, a sintetizando com a dimensão da história em sua totalidade. Existe uma relação de reciprocidade entre narrativa e temporalidade, pois “tudo o que se conta acontece no tempo, toma tempo, desenvolve-se temporalmente, e o que se desenvolve no tempo pode ser contado” (Nunes, 1988, p. 15), e assim o que se desenrola no tempo pode ser reconhecido como temporal quando articulado na forma discursiva de um enredo. Enquanto filósofo e crítico literário, Nunes reconhece que a história traz consigo uma grande pretensão

que a distingue da ficção, é através da pesquisa e da crítica dos documentos que visa conhecer o passado real. Esse recurso aos documentos assinala uma linha que demarca a divisão entre história e ficção, desse modo, “as construções do historiador pretendem ser reconstruções do passado” (Nunes, 1988, p. 32). No entanto, é no ato da leitura que a história é ficcionalizada, e a ficção é historicizada, posto que a voz narrativa opera a situar, no passado, o mundo da obra, nesse seguimento, o tempo é reconfigurado, oportunizando a interpenetração entre a história narrativa e a história ficcional, sem que elas possam ser confundidas.

O rompimento da “História-arte” com a “História-ciência” foi dado por Leopold von Ranke, consoante Benedito Nunes (Nunes, 1988, p. 15-18). A primeira, entendida como narrativa de acontecimentos recriados, como se o narrador estivesse presente, fazendo do historiador um contemporâneo do que aconteceu, ofereceu uma imaginação projetiva. Enquanto a História-ciência configurou o seu ideal oposto na pesquisa das fontes, personificada em Leopold von Ranke. Essa bifurcação de uma mesma disciplina assinala a ambiguidade cognitiva da história, oscilando entre duas epistemologias não coincidentes, uma que é inerente ao escritor, e outra, costumeiramente, vinculada ao trabalho do historiador – pesquisar. E, no fim das contas, “a prática institucionalizada do conhecimento histórico, assimilando a desconfiança das Ciências Sociais aos acontecimentos, acabara, em consequência, por abandonar a narrativa” (Nunes, 1988, p. 11). No entanto, história e ficção se tocam como formas de linguagem, as duas têm como objeto a atividade humana. Algo endossado por Ricardo Banzaquém Araújo, para quem, o método crítico – organizado em torno da ideia de fato, implica a preocupação com a autenticidade das fontes, com a sua integridade e com a sua correção – o estabelecimento dos fatos oferece um trabalho histórico mais confiável, mais documental, contudo, mesmo sustentado sob pilares tão sólidos, é perfeitamente possível que todo o rigor com a documentação e uma coleção de fatos não resultem em história (Araújo, 1999, p. 235). É preciso articular os fatos entre si, dar-lhes um sentido, uma compreensão. E é esse o papel que a narrativa cumpre: “a narrativa, conseqüentemente, desempenha um papel fundamental, que é o de produzir uma totalidade que não tem nada a ver com a totalidade científica” (Araújo, 1999, p. 241), ela produz uma totalidade que preserva a singularidade dos fatos.

Explorando a noção de *mimesis*, conforme trabalhada por Ricoeur, Luiz Costa Lima expande essa noção para uma concepção de *mimesis*-estigma:

[...] embora a *mimesis* se mostre na atividade historiográfica, em decorrência de o seu agente sentir, reagir e pensar o mundo a partir do *lugar* que nele ocupa, essa resposta ao mundo é menos uma mimese com princípio de construção do que como inevitabilidade, uma mimese por decorrência da cena da enunciação, tanto mais viva quanto menos atividade dispõe de conceitos [...] (Lima, 2006, p. 155).

Por isso a verdade produzida por um historiador não se esgota em si, e precisa ser entendida “segundo a ótica do *lugar* que o historiador ocupa, instituições e ações que o motivaram” (Lima, 2006, p. 156), dessa forma, o historiador não se liberta de uma certa *mimesis*, mas não se trata de uma *mimesis* ativa como a do poeta ou do ficcionista, trata-se de uma *mimesis* imposta, quase estigma, da qual ele não pode, e nem tenta, evitar. Essa noção de *mimesis*-estigma proposta por Lima se amplia pela constatação de que o historiador, como qualquer indivíduo, é um mosaico de tempos heterogêneos:

[...] A história espontaneamente processada, que serve de lastro material para a elaboração do historiador, já é por si formada por contingentes que pertencem a tempos diversos. Viver é conviver com épocas distintas. Não apenas o outro está alocado noutro tempo, mas nós mesmos somos um mosaico de tempos heterogêneos (Lima, 2006, p. 131).

O lugar ocupado pelo historiador, tal como ele, é também esse mosaico de tempos heterogêneos, logo, todo esse contingente de tempos diversos também compõem a *mimesis*-estigma que forma (conforma, deforma, reforma) o trabalho do historiador, um trabalho que não é puramente material, dado pelo lastro documental pelos fatos localizados – o que Lima chama de “história crua” – todavia, que também não é puramente intelectual, como abstração poética da realidade. Da articulação entre essas duas dimensões, a material e a

intelectual resulta a temporalidade histórica (Lima, 2006, p. 134). A *mimesis*-estigma é dada pelo contexto de produção do historiador, atinge sua subjetividade e sua objetividade na escrita da história, e acaba por influir também na forma como opera a transfusão poética da realidade, isto é, a *mimesis*, dando contornos ao enredo que performa a narrativa histórica. Interpretar e narrar os textos e contextos são exercícios condicionados não somente pelas escolhas deliberadas dos historiadores – concebendo aqui que a abordagem teórica ou a metodológica é um caminho racional e intencional feito pelo historiador no seu exercício – mas também pelas condições dos tempos, condições estas que lhe conferem interesses, e não são escolhas feitas deliberadamente. Os textos e o documentos a serem interpretados pelo historiador em seu exercício de escuta do passado não falam sozinhos, falam também do momento em que são ouvidos, trata-se de uma operação em que os contextos dos textos inevitavelmente se cruzam com o contexto do historiador.

A obra de Carvalho configurara-se como construção a vislumbrar a reconstrução do passado, a reconstrução de um passado “real”, a realidade do passado que é reconstruído se dá pela confiabilidade dos textos, e esta advém da documentação, das fontes, do debate historiográfico, do respaldo teórico, da ocultação do autor – seus textos –, como este apresentado aqui, neste instante e ato de leitura, o narrador aparece como expectador dos fatos por meio das fontes e dos debates historiográficos, e vai pondo à prova e confrontando umas às outras. É sabido que o narrador é o agente que opera essa interlocução e a transforma em enredo, porém, em nome do rigor científico, não pode aparecer explicitamente no texto. Tomados novamente o fato (o fim do tráfico) e a fonte (o discurso de Eusébio de Queirós), as diferentes possíveis narrativas sobre tais elementos é que os dão sentido, particularizando sua dimensão – sua relevância é claramente acentuada pelos dois autores – são absolutamente distintas, e absolutamente válidas. Não podemos dizer que um ou outro não leu ou não entendeu a fonte ou o fato, todavia, a *mimesis*, para tomar o termo colocado por Ricouer, deu-se por caminhos distintos. A cargo de exemplo, se o fim do tráfico e o discurso de Eusébio fossem investigados por algum pesquisador cujo objeto fosse a atuação do partido liberal na política da Abolição, o fato (o fim do tráfico) e a fonte (o discurso de Eusébio de Queirós) seriam apreendidos sob outra ótica, a realidade passada a ser reconstruída se totalizaria a partir de outro enredo. Logo, a própria definição do ob-

jeto em si, sua delimitação e contornos conferem condicionamento à *mimesis* do historiador. Luiz Costa Lima fala de uma *mimesis*-estigma, quer dizer, de como a apreensão da realidade feita pelo historiador não é necessariamente ativa como *mimesis* poética articulada por Ricouer, e sim condicionada pelo *lugar* do historiador, isto é, o seu espaço de enunciação, contexto, instituição. Nesse caso, o *lugar* como configuração de espaço marca bem uma distinção: Carvalho defendeu sua tese em 1975 na Universidade de Stanford, ainda em panorama de Guerra Fria, nos Estados Unidos, e de regime militar no Brasil. Lugares e momentos que possivelmente explicam a particularidade de sua leitura sobre as políticas da escravidão no Brasil do século XIX. Particularidade que aponta para o aporte teórico que fundamenta as suas interpretações e sua construção do que seria a *elite política imperial*.

O percurso do marxismo, no Brasil, ao longo do século XX, pode oferecer algumas indicações de reflexão para essa postura de Carvalho de esforço por um afastamento de uma perspectiva estruturalista a respeito do Império brasileiro. Ronaldo P. de Jesus analisa esse caminho, constatando a predominância do pensamento marxista na escrita da história brasileira, pelo menos da década de 1930 até a década de 1990, passadas, então, três décadas de crise, “o predomínio evidente da influência do marxismo na historiografia brasileira ao longo do século XX, parece completa e irreversivelmente superado e aponta simplesmente e aponta simplesmente para o fim de uma tradição historiográfica” (Jesus, 2020, p. 368). Já Elías José Palti situa essa “crise” em anos anteriores aos colocados por Jesus, e entende que esse processo de crise emerge da constante autocrítica própria do pensamento marxista, fazendo com que a noção de crítica seja uma condição permanente e da qual emergem seguidas “crises”, pois “*la historia del marxismo no es sino la de sus sucesivas crisis*” (Palti, 2010, p. 15), crises que vem sendo sempre refutadas, especialmente porque a manifestação de uma crise conceitual do marxismo se revela constantemente atrelada a uma crise política dada diante um determinado contexto histórico e intelectual. Para Palti, a crise do marxismo relaciona-se a uma crise na própria noção de verdade como resultado do horizonte histórico-conceitual pós-estruturalista (Palti, 2010, p. 205). De todo modo, Ronaldo Jesus, “antes de jogar a última pá de cal sobre o cadáver da historiografia marxista brasileira” (Jesus, 2020, p. 368), trata da sua trajetória e a constituição de sua identidade ao longo do século XX, traçando linhas

gerais para a orientação temática que tendeu a predominar alguns momentos deste século. Entre os anos 1928 e 1929, o III Congresso do Partido Comunista apresentou uma série de teses que salientavam a subordinação do país ao imperialismo, tornado o Brasil uma espécie de “configuração semicolonial, em que a industrialização via-se completamente bloqueada pelo caráter eminentemente agrário da economia baseada na exploração latifundiária das massas camponesas”, daí surgiram questões conceituais que se impunham ao pensamento da esquerda: “feudalismo, capitalismo, imperialismo, colonialismo, agrarismo, industrialismo, bloco operário-camponês e Revolução Burguesa” (Jesus, 2020, p. 369). Sob a influência do marxismo, os historiadores brasileiros foram levados a refletirem sobre as heranças do passado colonial, num primeiro momento. Seguidos por um movimento de questionamento à “primazia das variáveis exógenas no processo de estruturação da economia e sociedade no Brasil colonial”, preocupados com o problema da “Revolução Burguesa” no país, pois esta poderia dar um prognóstico do advento da revolução socialista. Entre os historiadores, prevaleceu “a ideia de uma revolução processual, cujas origens remontavam ao processo de emancipação política em 1822”. Após o golpe de 1964, muitos estudos voltaram-se para o tema do populismo, como uma tentativa de “explicar as condições sociais e políticas que antecederam ao golpe militar”. Por seu turno, a historiografia sobre a ditadura tendeu a colocar os militares “como instrumento da burguesia para efetuar um golpe reacionário e de direita” (Jesus, 2020, p. 378), enquanto nas décadas de 1970 e 1980 predominaram estudos voltados à formação histórica das classes trabalhadoras. Mas, a partir da década de 1980, houve demandas generalizadas por uma reflexão histórica capaz de promover a crítica e a superação de conjecturas consideradas estruturalistas. Não é somente historiografia marxista que vivenciou esta crise, Jesus reitera que uma concepção de História como Ciência Social, muito influenciada pelos *Annales*, também entrou em crise na década de 1980.

Nesse rumo, o texto de Carvalho insere-se num momento de crise dos postulados estruturalistas, dentre os quais o marxismo, cuja predominância na historiografia brasileira orientou temas e abordagens em boa parte do século XX. Isso pode explicar o tipo de interpelação feita pelos autor, uma tentativa de romper com determinações econômicas para explicar os fenômenos políticos. Nele, a Revolução Burguesa surge como questão, mesmo

que secundária, ou como elemento cuja interpretação a respeito permeia suas percepções sobre a formação do Estado imperial – trata-se de algo abortado, algo que não aconteceu, e isso explica a limitação na capacidade de mobilização das classes sociais para demandar representação política e participar de maneira efetiva na construção da ordem imperial. Predomina em Carvalho um aporte teórico não estruturalista por se empenhar para articular uma leitura da elite política e da política do império em que a coesão de um grupo é dada pela formação e treinamento, e não por origem de classe social. Daí as escolhas de Carvalho por nomes como Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca para articular conceitualmente sua narrativa. Podemos, portanto, inserir a escolha de Carvalho pelo uso do termo “elite política” no conjunto de críticas direcionadas ao marxismo a partir da década de 1970, que culminou na produção de análises que tendem a circunscrever o mundo político numa espécie de “vácuo social”, para usar expressão de Renato Perissinoto e Adriano Codato em um artigo cuja proposta é discutir as possibilidades e os impedimentos de uma análise da dinâmica política das sociedades contemporâneas que deem destaque a variável “classe social” (Perissinoto; Codato, 2009, p. 243-270).

Carvalho, notadamente, em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* prioriza a formação e o treinamento na formação dos dirigentes imperiais, entretanto, não ignora as classes sociais nessa análise. Deveras. A elite política imperial, cujos integrantes emergiam entre os marginalizados do sistema escravista da grande lavoura de exportação, não deixa de ter vinculação com as classes sociais, mas como fruto de sua insuficiência, de suas restrições. Por outro lado, Carvalho é perceptível que, na segunda parte da sua obra, em *Teatro de Sombras*, questões que envolvem as classes sociais aparecem mais. Efetivamente aparecem mais, no entanto, como forças de desestabilização de uma ordem política estabelecida, na narrativa de Carvalho, alheia aos eventuais interesses de segmentos sociais.

A classe política de Mosca se estabelece, pois controla uma força social de grande importância para a sociedade à qual se impõe, a elite é construção social dada pela estrutura. A elite dirigente de Pareto ergue-se mediante manipulação dos resíduos de instinto de combinações (persuasão) ou persistência de grupos (força), o primeiro com tendências reformistas e o segundo com tendências conservadoras. O primeiro relaciona o movimento de consolidação de uma classe política a fatores sociais e econômicos, e o segundo a

atributos mais tangentes às características comportamentais de grupos, como algo alheio aos fatores socioeconômicos. Sob a perspectiva de Mosca, a elite política imperial que construiu a ordem é, de antemão, construção social, resultante da estrutura – uma carapuça que bem serve aos Saquaremas de Mattos, mas que é problemática para a elite política analisada por Carvalho, visto que a elite colocada por este último foi, antes de tudo, resultado da ação do Estado (criatura e criadora do Estado). A elite dirigente de Pareto parece mais condizente com o percurso analítico seguido por Carvalho, por considerar ser a burocracia o elemento intelectual persuasivo, e depois substituída pelos advogados, de todo modo, coloca a elite política imperial como força política que se impõe pelo espírito de associação e por ter tendências reformistas, e esta elite foi substituída por uma mais conservadora, dado o golpe que levou à República, imposta por meio da força. Os conceitos de classe política e elite dirigente são usados por Carvalho como aporte teórico para pensar no grupo que efetivamente tomava as decisões políticas no Império.

Desta forma, as perspectivas analíticas de Carvalho, se sustenta pela Teoria das Elites a partir de Pareto e de Mosca. A escolha de Carvalho explicita a incapacidade de articulação política das classes sociais, algo que se dá em realidades sociais em que a Revolução Burguesa não ocorreu e, nesses casos, o papel de construção do Estado foi desempenhado pela burocracia. Logo, a particularidade constitutiva do conceito de elite política imperial está vinculada a leitura de Carvalho a respeito de um não acontecimento.

O processo abortado, o não acontecimento da Revolução Burguesa sinaliza, em Carvalho, três aspectos: 1) a modernização do Estado não depende de amplas rupturas sociais, pode ocorrer mesmo nas estruturas antigas; 2) um governo reformista não depende de sua capacidade de representação da sociedade, ao contrário, opera mudanças nessa sociedade que ela, mesmo se representando, não conseguiria fazer; 3) os processos liberalizantes ou reformistas não dependem de uma Revolução Burguesa. Por conseguinte, para Carvalho, transformação, mudança social, rompimento com estruturas antigas não são processos derivados somente de uma “revolução”, de uma mudança abrupta no sistema político – os processos que instituem mudanças políticas e estruturais na sociedade ocorreram no Brasil do século XIX no esteio (e apesar) das estruturas coloniais como a escravidão e não representatividade política dos segmentos sociais e econômicos.

Desta forma, vemos em *A Construção da Ordem. Teatro de sombras* que a narrativa que atravessa o conceito de elite política articulado por Carvalho dá proeminência reformista aos dirigentes do Império num contexto em que, sendo estes dirigentes tão distanciados da elite econômica e dos seus interesses, a coloca como a única força capaz de conduzir o fim da escravidão – mais do que poder, esta elite assim o queria, e assim o pôs em prática junto à Coroa. E por isso a capacidade de empenhar mudanças consideráveis na sociedade por esta elite política se dá por conta do seu afastamento das forças sociais e econômicas do Império. Uma elite política que não era representativa da sociedade, e por isso não se ligava ao seu atraso – atraso performado na vigência da escravidão. Uma elite política reformista, cujas ações eram limitadas pelas forças socioeconômicas que sustentavam o Império, e que impunham uma lentidão nos processos de mudança que a elite política podia (e queria) estabelecer.

Referências

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. História e narrativa. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Ler e escrever para contar:** documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem. Teatro de Sombras.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HARTOG, François. **Crer em História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- JESUS, Ronaldo P. de. O fim do marxismo na historiografia brasileira?. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, v. 11, n. 21, p. 366-395, 2020. DOI: <https://doi.org/10.28998/rchv11n21.2020.0015>.
- LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema.** 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.
- MOSCA, Gaetano. A classe dirigente. In: SOUZA, Amaury de (Org.). **Sociologia Política.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 51-69, 1996.
- NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Cortês (Org.). **Narrativa:** ficção e história. Rio de Janeiro: Imago Editora, p. 9-35, 1988.

PALTI, Elías José. **Verdades y saberes del marxismo**: Reacciones de una tradición política ante su “crisis”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

PARETO, Vilfredo. **Manual de Economia Política**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. **Revista Brasileira De Ciência Política**, Brasília, n. 2, p. 243-270, 2009.

Cemitério de Sant'Anna do Pirai e a laicização na Província Fluminense, a partir dos anos 1870 a 1890

Ana Paula da Silva Rocha¹

A partir da segunda metade do século XIX, ocorreu um processo de transformação nas atitudes perante a morte e do morrer. As mudanças não foram restritas aos costumes e ritos fúnebres, mas foram associadas a uma disputa pela morte, apresentando um tom político por meio da discussão sobre a jurisdição eclesiástica sobre o morrer e os cemitérios públicos. Esta disputa abrangeu os altos escalões do Império brasileiro, derivando dos debates nas Assembleias Provinciais espalhadas pelo país, na Assembleia Geral e alcançando o Senado no final da década de 1880.

Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar os impactos dos debates laicistas, ocorridos na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, pós 1870, na vila de Sant'Anna do Pirai, localizada no interior fluminense. O objeto deste estudo é o cemitério público de Pirai, inaugurado no ano de 1857 e que sofreu modificações influenciadas pelos debates na Assembleia Provincial, mesmo que tardias. A vila de Pirai faz parte de uma das principais regiões provenientes do mercado cafeeiro e escravista, o Vale do Paraíba Fluminense, mais especificamente, o Médio Vale do Paraíba Fluminense, em conjunto com outras importantes vilas para a economia brasileira, como Vassouras e Valença.

Em fins da década de 1860 e início de 1870, foi instaurado na Assembleia Provincial Fluminense os debates a respeito da jurisdição eclesiástica e a laicização dos cemitérios, em conjunto com outros temas, como a imigração protestantes, a liberdade de culto, o fim da escravatura, além do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos. Ocorreu dentro da Assembleia Provincial um intenso debate a respeito da jurisdição eclesiástica sobre os assuntos do morrer, incluindo os regulamentos dos cemitérios públicos. Mas, primeiro é necessário delimitarmos o que compreendemos por laicização.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Com relação aos cemitérios brasileiros, estou entendendo o fenômeno da laicização com um processo de embate político institucional pelo qual, a partir dos anos de 1870, a Igreja Católica e o Estado confessional brasileiro tiveram sua força e hegemonia diminuída devido aos questionamentos que começaram a surgir em defesa da abertura da sociedade, da liberdade de culto e da restrição da Igreja em assuntos atemporais. (Rodrigues, 2014, p. 257) Ou seja, a laicização é compreendida como um processo em que debates políticos ocorreram entre a Igreja Católica e o Estado, acerca da redução do monopólio eclesiástico sobre os cemitérios e os assuntos do morrer.

Por meio disso, o foco do trabalho é sobre a laicização dos cemitérios e a perda de jurisdição eclesiástica sobre os assuntos na temática da morte, principalmente, sobre os impactos dos debates ocorridos na Assembleia Provincial Fluminense, a partir da segunda metade do século XIX, no cemitério público de Piraí. Mas, primeiramente, vamos entender um pouco sobre o debate laicista na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, a partir da década de 1870.

A Assembleia Provincial do Rio de Janeiro e os debates laicistas

Os primeiros cemitérios públicos que vieram após as epidemias de febre amarela e cólera morbos, na década de 1850, estiveram desde a sua inauguração sob autoridade da Igreja Católica. Portanto, pertencia ao aparelho eclesiástico e exclusivamente ao público católico. Os enterramentos realizados nos cemitérios públicos estavam sob autoridade da Igreja e foram definidos como sepultura eclesiástica, uma vez que eram efetuados em terreno sagrado e assim, considerados uma extensão dos templos (Rodrigues, 2005, p. 153).

Um dos sinais da hierarquia eclesiástica sob estes cemitérios, estava na necessidade de serem benzidos antes que sucedesse seu funcionamento. Além disso, os sepultamentos somente tinham autorização para ocorrer mediante a apresentação de uma declaração do pároco local, contendo a encomendação do morto. Portanto, os sepultamentos realizados neste espaço aderiram somente ao público católico e excluía qualquer indivíduo que não professava a religião oficial do Estado, a católica. É importante lembrar que durante este período, o Brasil adotou o regime do Padroado, unindo a Igreja e o Estado sob o mesmo sistema (Rodrigues, 2005, p. 153).

Os sepultamentos de indivíduos que não professavam a fé católica eram restringidos a serem realizados em um local separado deste público. O local não poderia ser bento, além de estar localizado fora dos muros do cemitério e em terrenos específicos para este tipo de enterramento. Segundo Claudia Rodrigues, a partir da perspectiva de terreno sagrado e de jurisdição eclesíastica, foi instigado que os sacerdotes de diversas localidades do Império brasileiro negassem os enterramentos de indivíduos acatólicos nos cemitérios públicos (Rodrigues, 2005, p. 153).

Nos fins da década de 1860, a questão religiosa ganhou evidência. O Partido Liberal exigia a liberdade de culto para os não católicos. Alguns deputados, tanto no nível das Assembleias Provinciais quanto da Assembleia Geral, ganharam destaque na luta pela imigração protestante e a liberdade de culto, como Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839 - 1875) e Antônio Joaquim Macedo Soares (1838 - 1905). Assim, a partir de 1870, foi instaurado o debate a respeito da jurisdição dos cemitérios públicos. Ocorreu o questionamento do monopólio católico a respeito dos temas da morte e do morrer, a discussão girou em torno do caráter público das necrópoles e dos direitos de enterramentos nestes espaços.

Logo, o governo imperial passaria, a partir da segunda metade do século XIX, por alterações políticas, econômicas e sociais. Respectivamente essas mudanças estariam relacionadas a abolição do tráfico internacional de escravizados, a Lei de Terras, a criação de estradas de ferro, o processo de urbanização, a emergência de novos grupos sociais (fazendeiros do Oeste Paulista, empresários, professores liberais, intelectuais, entre outras funções presentes nas camadas médias urbanas), a aclamação por mudanças na ordem vigente pelos liberais radicais que contestavam o Poder Moderador, a centralização política, o surgimento do movimento republicano a partir de 1870, entre outros acontecimentos. Além disso, o movimento republicano questionou os privilégios existentes no regime que vigorava, como as restrições religiosas para indivíduos que não eram católicos e o fim da união entre a Igreja e o Estado (Rodrigues, 2005, p. 154).

Nos oitocentos, a Igreja empreendeu uma constante luta contra as ideias separatistas. Através de um projeto restaurador que defendia a “reconstrução de uma Cristandade num mundo em processo de secularização” (Gomes, 2000, p. 29), o Papa Pio IX (1846 - 1878) e a Santa Sé resistiram ao avanço

das ideias liberais e de laicização. Com isso, o ultramontanismo tornou-se uma das principais características da Igreja Católica no século XIX, com o reforço da autoridade do papado e como reação contra as novas ideias surgidas após a Revolução Francesa. Além de ser o principal líder religioso, o papa era considerado o mediador entre o mundo espiritual e a sociedade, e todos deveriam se submeter aos regulamentos da Santa Sé. (Santos, 2000, p. 33).

A partir da segunda metade do século XIX, os mortos começam a ser compreendidos como caso de saúde pública e assim sendo, eram de responsabilidade do poder público. O Conselho do Estado devido à preocupação com a demanda econômica por imigrantes, por conta da crise escravista e da cidadania plena dos protestantes, precisou ser a favor do sepultamento dos acatólicos nos cemitérios públicos. Veremos adiante dois casos onde os mortos tornaram-se assuntos importantes tanto na imprensa quanto dentro do governo imperial.

No ano de 1869, o presidente da Província de Pernambuco, o conde de Baependy (1812-1887), enviou uma correspondência ao ministro do Império, Paulino José Soares (1834-1901), sobre um caso a respeito do sepultamento do general Abreu e Lima, que abriu espaço para o debate sobre os enterramentos dos acatólicos. Na correspondência, o conde informa que no mês de março daquele ano, ocorreu o falecimento do general José Inácio de Abreu e Lima, onde lhe foi negado o enterramento no cemitério público da cidade de Recife. A determinação veio do bispo D. Francisco Cardoso Aires (1821-1870), alegando que por não “estar considerado em seus últimos instantes de vida por verdadeiro filho da santa igreja catholica apostolica romana” a sepultura lhe foi negada. A partir do art. 88 do regulamento daquele cemitério, o bispo detinha total autoridade para tal impedimento e assim, o morto deveria ser enterrado em outro local. De acordo com o conde, o general foi sepultado no cemitério protestante do município.²

De acordo com David Gueiros Vieira, o general se afastou do catolicismo desde o ano de 1866, onde saiu em defesa das bíblias protestantes. Além disso, argumentou contra a Inquisição, a invocação dos santos, o bispo de Roma, entre outros assuntos. Além disso, Vieira nos mostra que Abreu e Lima optou

2 BNRJ. O Apóstolo (RJ). Ano 1869. 28 de março. N. 00013. p. 98 - 99. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&pagfis=1182>. Acesso em: 28 mar. 2024.

por uma não reconciliação com a Igreja Católica, já que se o fizesse negaria as ideias liberais que tanto propagava (Vieira, 1980, p. 268-269).

Além do sepultamento do general Abreu e Lima, tivemos outro caso que resultou com a questão de os sepultamentos retornar aos assuntos mais comentados no ano de 1869. Desta vez, o caso se remete à morte de um dos construtores da Estrada de Ferro D. Pedro II, chamado David Sampson, o qual cometeu suicídio em 29 de outubro daquele ano. O vigário de Sapucaia, no interior fluminense, não permitiu o enterramento do cadáver em razão do indivíduo ser protestante e ter cometido suicídio (Vieira, 1980, p. 269). De acordo com Cláudia Rodrigues, a recusa do sepultamento de Sampson, desencadeou debates e desdobramentos políticos, além de ter sido considerado o estopim para discussões que foram conduzidas ao Estado por meio do poder Executivo, Moderador e Legislativo (Rodrigues, 2005, p. 174).

O diretor-geral da Estrada de Ferro, Mariano Procópio Ferreira Lage, com receio de que o caso de Sampson causasse mal estar entre os trabalhadores protestantes e poderiam se recusar a trabalhar devido a estas condições e portanto, causar prejuízos a empresa, enviou uma massiva para o vigário geral do bispado, Monsenhor Félix Maria de Freitas Albuquerque e ao ministro da Agricultura e Obras Públicas, com um pedido para a instituição de uma regra geral para casos como o ocorrido (Vieira, 1980, p. 270). Por sua vez, o ministro da Agricultura e Obras Públicas encaminhou o ofício ao Ministério dos Negócios do Império, pois acreditava que este assunto deveria receber a atenção do Ministro Paulino José. A partir disso, o governo esteve na posição entre a jurisdição eclesiástica sobre os sepultamentos nos cemitérios públicos e o incentivo da vinda de imigrantes para o país, a fim de suprir o iminente fim da escravatura.

Para o governo imperial, os cemitérios necessitavam de separações para o enterramento de católicos e acatólicos, já que o estabelecimento das necrópoles após os anos de 1850 foram efetivados pelos municípios e vilas e assim, considerados públicos.³ As interdições de sepulturas configurariam a perseguição e aflição às famílias cujo morto fosse recusado a sepultura em um

3 BNRJ. O Apóstolo (RJ). Ano 1870. 8 de maio. N. 00019. p. 146. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&pagfis=1650>. Acesso em: 28 mar. 2024.

cemitério público, gerando mal-estar na sociedade.⁴ Desta forma, o questionamento era como propor a liberdade religiosa sem discutir a confessionalidade que tratava as posturas liberalizantes, graças ao poder que a Igreja Católica ainda possuía na sociedade.⁵

Portanto, em 20 de abril de 1870, a partir de uma resolução, determinou que os bispos de cada localidade executassem a administração das solenidades apropriadas nos cemitérios públicos, a partir de uma área já benta, a fim de estabelecer um local reservado aos que a Igreja não atribuísse sepultura. A partir desta data, os cemitérios deveriam reservar um espaço para os sepultamentos de acatólicos e caso não fosse possível a separação por meio de valas ou muros, em lugares cuja escassez do poder público dificultasse a separação, poderiam ser realizadas demarcações com sinais ou marcos.⁶

Os debates neste período giraram em torno do enterramento acatólico e da restrição da jurisdição eclesiástica sobre os cemitérios públicos, cuja administração estava relacionada aos municípios. E a resolução de abril de 1870 demonstra a ambiguidade da posição do Estado, pois necessitava inserir os imigrantes na sociedade em virtude da economia, mas não podia romper completamente com a Igreja Católica, pois o ordenamento social ocorria por meio dela. Consequentemente, o decreto desagradou intimamente à Santa Sé.

Já no ano de 1874, entrou em foco o conflito envolvendo o poder eclesiástico e alguns deputados provinciais do Rio de Janeiro a respeito dos regulamentos dos cemitérios públicos e os atestados de encomendação paroquial. O deputado provincial e maçom Macedo Soares, que defendeu o anticlericalismo, foi um dos alvos frequentes da Igreja Católica. Assim, a partir da década de 1870, os regulamentos dos cemitérios foram duramente questionados e alvo de debates pelo poder eclesiástico, que alegava que o governo imperial estaria promovendo um processo de secularização, com o objetivo de separar o Estado e a Igreja. Além disso, foi aprovada outra medida que restringia o poder eclesiástico sobre o morrer. Desta vez, foi implantada uma autorização

4 BNRJ. O Apóstolo (RJ). Ano 1870. 8 de maio. N. 00019. p. 145. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&pagfis=1650>. Acesso em: 28 mar. 2024.

5 BNRJ. O Apóstolo (RJ). Ano 1870. 8 de maio. N. 00019. p. 146. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&pagfis=1650>. Acesso em: 28 mar. 2024.

6 BNRJ. O Apóstolo (RJ). Ano 1870. 8 de maio. N. 00019. p. 145. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&pagfis=1649>. Acesso em: 28 mar. 2024.

em que transferia às autoridades civis, policiais e médicas o monopólio das licenças para os enterramentos nos cemitérios públicos.

Portanto, a partir da década de 1870, discussões foram levantadas e críticas foram realizadas à Assembleia Fluminense pelo aparelho eclesiástico, a partir de diversos editoriais sobre a defesa da sepultura eclesiástica, principalmente pelo jornal *O Apóstolo*. Após a resolução imperial de 1870, aprovada em 1874, sobre a regulamentação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos, além das aprovações de regulamentos dos cemitérios públicos, a fim de restringir a Igreja Católica, o poder eclesiástico associou estes acontecimentos com a implementação do enterramento civil e com a secularização dos cemitérios. Desta forma, acreditava-se que essas medidas restringindo o poder da Igreja estava relacionada com um plano para a separação do Estado e da Igreja. Entretanto, o poder eclesiástico preparou sua defesa que visava manter o seu lugar de privilégio frente à sociedade imperial e assim, sendo contrária a qualquer assunto relacionado a perda ou a restrição de sua jurisdição sobre os cemitérios públicos (Rodrigues, 2005, p. 230-232) Veremos adiante, quais foram as influências e impactos que estes debates tiveram em Sant'Anna do Piraí, no interior fluminense.

Sant'Anna do Piraí e a laicização dos cemitérios

A vila de Sant'Anna do Piraí, a partir da década de 1860, fez parte de uma das regiões mais influentes do mercado cafeeiro e escravista, o Vale do Paraíba Fluminense. Juntamente com outros municípios, como Valença e Vassouras, também passou pelas intempéries que acometeram o mercado cafeeiro após 1870 e a crise mão-de-obra escravizada, a partir de leis e decretos que gradativamente extinguíram a escravatura no Brasil.

As modificações no cenário apresentado no final da década de 1870, foram sentidas por todo o país. Os impostos em cima do comércio interprovincial, o fim dos créditos e das hipotecas demarcadas pelos plantéis de cativos, o movimento abolicionista e as incertezas de indenização para os proprietários com o fim da mão de obra escravizada, são algumas mudanças ocorridas. E, conseqüentemente, a situação trouxe a queda dos preços pelos cativos e assim, o declínio da produção cafeeira no Vale do Paraíba.

Por causa do aumento de sua população e de sua importância no mercado cafeeiro e escravista fluminense, Sant'Anna do Pirai foi elevada à condição de cidade com denominação de Pirai, pelo decreto nº 2.041 de 17 de outubro de 1874. Foi observado que os melhoramentos das condições sanitárias e os aperfeiçoamentos realizados por toda a cidade estariam relacionados às influências da Corte e da Assembleia Provincial com os debates sobre a saúde pública. Entretanto, é preciso lembrar que se trata de uma região no interior fluminense e com forte influência dos grandes proprietários de terras em sua economia e política. Além disso, estes proprietários atuaram, também, em assuntos relacionados ao cemitério público, a partir de sua influência sobre a Câmara Municipal, adiando leis e medidas sobre este espaço.

As transformações políticas e econômicas que ocorreram na região de Pirai a partir da segunda metade do século XIX, auxiliaram o crescimento e expansão da classe senhorial da região. Através da manutenção do poder desses indivíduos, por meio das relações de poder adquiridas na Câmara Municipal e em suas associações com a Corte do Rio de Janeiro, compreendemos as concepções e estratégias que permeiam o cotidiano destes proprietários durante o período. A partir do ápice do sistema escravista, a produção cafeeira, a representação da classe senhorial, mas sobretudo o declínio desses sistemas, que formaram a base para a sociedade brasileira nos oitocentos, beneficiaram as modificações impostas às novas condições do Estado brasileiro no final deste século. Juntamente, é possível entender por que esses proprietários alcançaram em seu campo de influência assuntos como a morte.

Pirai, dispõe de importantes figuras que compunham a classe senhorial da região, e que faziam parte da sociedade imperial. Estes grandes proprietários conseguiram, através de suas influências na sociedade piraiense, adiar e dar continuidade aos antigos modos de sepultamento. Mesmo com a aprovação de leis e decretos estabelecidos pela Assembleia Provincial Fluminense, como veremos mais adiante, estes proprietários de terras e escravizados mantiveram por alguns anos suas formas de enterramentos.

No dia 12 de dezembro de 1870, foi apresentada à Câmara Municipal de Pirai uma circular do dia 24 de agosto do mesmo ano, sobre o alto número de cemitérios particulares na Província. A circular demandava que a partir da organização de posturas municipais, era necessário que a municipalidade

começasse o bloqueio dos sepultamentos nestes espaços.⁷ No dia seguinte, já é possível encontrar no Código de Posturas da Câmara a proibição dos enterramentos nos cemitérios particulares. Indivíduos que por acaso desrespeitarem a circular estariam sujeitos a pena e a prisão, somente casos especiais seriam aceitos pelas autoridades policiais.⁸ No ano de 1871, chega aos Paços da Câmara um ofício do Presidente da Província, uma deliberação aprovando a postura do poder público sobre a proibição.⁹

Observamos que esta postura não abrangeu os grandes proprietários de terras que continuaram a ter seus familiares e escravizados sepultados nos cemitérios particulares de suas fazendas. Temos como exemplo, o comendador José de Souza Breves, nascido em Pirai no dia 18 de outubro de 1790 e sepultado em sua fazenda Pinheiro, atual município de Pinheiral, no dia 5 de julho de 1879 (Breves, 1994, p. 46). O comendador além de ter sido um grande proprietário de terras e escravizados, fazendo parte da produção cafeeira, também foi o primeiro presidente da Câmara de Pirai, em 1838.¹⁰

Já seu irmão, o comendador Joaquim de Souza Breves, nascido no ano de 1804, em São João Baptista do Arrozal, antiga freguesia de São João do Príncipe, que depois foi anexado à vila de Pirai, faleceu em 30 de novembro de 1889, na fazenda da Grama, atual município de Passa Três. Além de ter sido enterrado na Igreja de sua fazenda, atualmente seus restos mortais foram transferidos para a cidade de Barra do Pirai (Breves, 1994, p. 47). Mesmo fazendo parte e sendo um dos fundadores da Irmandade do Santíssimo Sacramento na freguesia de Sant'Anna, em 1838 (Breves, 1994, p. 67), o proprietário optou por ser sepultado em seu cemitério particular na fazenda da Grama, e assim como seu irmão conseguiu obteve a licença para o enterramento.

É necessário dizer que os irmãos Breves, fizeram parte do grupo de proprietários escravistas que continham o monopólio político e econômico da região do Vale do Paraíba Fluminense. Os comendadores representaram respectivamente as vilas de Pirai e São João Marcos durante as sessões da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX,

7 AMP. Livro 3 das Atas da Câmara (1869 - 1883). Fundo Legislativo. 010.11.04.1870.

8 AMP. Livro de Posturas Municipais de Pirai (1838 - 1883). 13/12/1870. Fundo Judiciário. Série Diversa.

9 AMP. Livro 3 das Atas da Câmara (1869 - 1883). Fundo Legislativo. 016.23.02.1871.

10 AMP. Livro 1 das Atas da Câmara (1838 - 1855). Fundo Legislativo. 001.11.11.1838.

além disso influenciaram tanto a vida política quanto econômica do interior fluminense. Assim, participaram dos debates sobre a revogação da lei de 1831 (Pessoa, 2015, p. 93-98), na contestação da centralização monárquica, com a Revolução Liberal no ano de 1842 (Pessoa, 2015, p. 81-89) e principalmente, ocasionando benefícios para a região de origem.

Além dos Breves, temos o comendador Joaquim José Gonçalves de Moraes, filho do Barão de Piraí, outro importante indivíduo de Sant'Anna, que faleceu no dia 29 de setembro de 1886 e foi enterrado aos 74 anos. Joaquim foi sepultado também em sua fazenda Três Saltos. No dia 25 de junho de 1818 foi demarcado e benzido uma parte de sua propriedade pelo seu tio homônimo, o Pároco Joaquim José Gonçalves de Moraes. Além disso, sua esposa D. Cecília de Almeida Moraes, falecida no dia 23 de julho de 1893, também foi enterrada no cemitério particular da Fazenda. Desta forma, é possível perceber que apesar da resolução de 1870, com a restrição dos sepultamentos particulares, o comendador e sua esposa foram sepultados, respectivamente, 16 e 23 anos após o comunicado à Câmara Municipal de Piraí (Breves, 1994, p. 120-121).

Assim, é possível observar que por meio de licenças concedidas pelas autoridades policiais, os proprietários de terras que detinham maior influência na política e economia na região de Piraí, foram enterrados nos cemitérios particulares de suas propriedades. E os indivíduos que não foram sepultados nas fazendas, foram enterrados na Irmandade do Santíssimo Sacramento, de onde eram membros. Assim é possível perceber a resistência dos grandes proprietários em serem sepultados no cemitério público, conseguindo as licenças apropriadas para o sepultamento em suas propriedades.

Em Piraí, as transformações nos sepultamentos foram sentidas aos poucos e muitas vezes eram adiadas por anos. Os espaços reservados para os que a Igreja negava sepultamento foram efetivados sem muita pressa pela municipalidade. Entretanto, a respeito da salubridade pública, o poder público providenciou melhorias por toda a cidade, demonstrando sua inquietação com a saúde dos moradores a partir da epidemia do cólera que atingiu a região no ano de 1856.

Em 1872, o cemitério público passou por obras a fim de abarcar a sua ampliação. A decisão para a ampliação do espaço esteve relacionada a saturação do

terreno, devido a quantidade de cadáveres sepultados no espaço e sua decomposição, que afetou a qualidade do local. Além disso, era necessário o aumento do espaço para abranger um maior número de mortos, com as devidas precauções para não prejudicar a saúde dos moradores. Logo, o cemitério necessitou que seus limites fossem estendidos e desejando o lucro do poder público, o projeto escolhido foi executado por um preço menor do que o inicial.

Visando a melhoria da freguesia de Sant'Anna do Piraí, no ano seguinte, em março de 1873, a municipalidade aprova alguns concertos no cemitério público e no calçamento da rua que ligava a necrópole à Igreja Matriz. Entretanto, mesmo com a aprovação, nenhum melhoramento foi realizado neste momento.¹¹ Em junho do mesmo ano, ocorreu outra proposta a respeito da obra do cemitério, especificando o que precisava ser corrigido e melhorado, assim como concertos necessários nos muros externos e internos, a restauração da fachada e reparos nos pilares da ponte que ligava o cemitério à Igreja. Esta proposta veio do Vereador Francisco Viana, que foi aprovada e realizada pelo valor mais propício ao poder público.¹²

Na mesma sessão, foi avaliado pela Câmara a construção de muros para a construção do cemitério acatólico na parte de trás da necrópole pública. Assim, após quase 3 anos, além dos melhoramentos no cemitério, o poder público colocou em prática a resolução de abril de 1870, com a criação de espaço para os que não professavam a religião católica e para os que a Igreja negasse sepultamento nos terrenos bentos dentro do cemitério público.¹³

A pesquisadora Thaís Pereira, com seu estudo sobre o cemitério da Consolação, em São Paulo, chegou à conclusão de que além do aumento do terreno em virtude da saturação do local, a ampliação da área do cemitério, também, ocasionou a oportunidade para a separação do espaço reservado para os enterramentos de acatólicos. Assim, a Câmara Municipal de São Paulo, propôs a edificação de um quadro anexo aos muros da necrópole para estas sepulturas, a obra seria concluída em 1878, pelo valor total de 1:000\$000 (Pereira, 2018, p. 59). Como em Piraí, no cemitério da Consolação, tanto a constituição de melhorias no espaço fúnebre, a ampliação da área e o estabelecimento dos enterramentos acatólicos, foi executada a partir do projeto que apresentou o menor valor para as obras.

11 AMP. Livro 3 das Atas da Câmara (1869 - 1883). Fundo Legislativo. 051v.28.04.1873.

12 AMP. Livro 3 das Atas da Câmara (1869 - 1883). Fundo Legislativo. 057 v.28.07.1873.

13 AMP. Livro 3 das Atas da Câmara (1869 - 1883). Fundo Legislativo. 058.28.07.1873.

Mesmo com a influência eclesiástica sob o cemitério, o poder público se encarregou de todas as despesas para o seu funcionamento e as obras necessárias para as reformas realizadas na necrópole. A constante discussão sobre as melhorias na freguesia e no cemitério público foi debatido durante toda a década de 1870 e 1880. O melhoramento da vila e manutenção das capinas e limpezas do campo santo eram um dos assuntos discutidos pela municipalidade.

Com a Proclamação da República e o decreto nº 119-A, foi promulgado em 7 de janeiro de 1890, a liberdade religiosa e a extinção do sistema do Padroado e todas as suas instituições, recursos e prerrogativas.¹⁴ Além disso, no mesmo ano foi estabelecido o decreto nº 789, de 27 de setembro, com a secularização dos cemitérios.¹⁵ A partir deste novo contexto, encontramos uma entrada no Livro de Óbito da Matriz de Sant'Anna, no dia 15 de abril de 1890, onde o vigário Cônego Pascoal de Santo Martinho apresenta que os assentos de óbitos não estariam em conformidade com o direito canônico. De acordo com o vigário, em razão da instalação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos e a secularização dos cemitérios, eram poucos os indivíduos que se apresentavam na Vigaria para o registro paroquial de óbitos, e os que iam eram “por simples amizade”.¹⁶

Consequentemente, vemos em Pirai as influências da implementação do registro civil, através da diminuição da jurisdição eclesiástica sob o cemitério público do município. Estas consequências estiveram presentes a partir da década de 1880 com mais significância e além disso, observamos que aos poucos o domínio da hierarquia eclesiástica foi reduzido dentro dos cemitérios. É preciso afirmar que não ocorreu a perda da religiosidade, já que os símbolos religiosos continuaram fazendo parte do cotidiano do morrer. Entretanto, a jurisdição do catolicismo sobre os cemitérios públicos foi restrita.

Portanto, os debates ocorridos tanto na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro quanto na Assembleia Geral e na imprensa de todo o país sobre a laicização dos cemitérios, a partir da década de 1870, envolveram interesses sociais, políticos e econômicos. Vimos algumas tensões estabelecidas entre o

14 AMP. Cópia do Decreto, no 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Fundo Religioso. 001.01.275.

15 Decreto no 789, de 27 de setembro de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-789-27-setembro-1890-552270-publicacaooriginal-69398-pe.html> Acesso em: 28 mar. 2024.

16 AMP. Livro 4 de Óbitos da Matriz de Sant'Anna. Fundo Religioso. 001.3.D.4. p. 1.

Estado e a Igreja que estiveram associadas à defesa de cada concepção com seus interesses. Em Piraí, mesmo com as pequenas mudanças ocorridas na década de 1870, o município continuaria a manter as práticas mortuárias sem muitas transformações, através da intervenção de grandes proprietários presentes na política e economia da região em conjunto com a hierarquia eclesiástica. Por fim, as mudanças e transferências das atribuições do poder eclesiástico finalmente passariam para a administração pública, como o registro de óbitos, a fiscalização e administração do cemitério público da vila de Piraí. Contudo, ocorreram de forma lenta e gradativa.

Referências

GOMES, Francisco J. S. Ação Católica. *In*: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2000.

PEREIRA, Thaís Cristina. **Do Sagrado ao Profano**: Transformações Fúnebres na cidade de São Paulo - 1858 -1890. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

PESSOA, Thiago Campos. **A indiscrição como ofício**: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c.1830-c.1888). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do Além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro (século XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Claudia. A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto “campos santos” (1798-1851). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 8, 2014, p. 257-278.

SANTOS, Patricia Teixeira, Ultramontanismo. *In*: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2000.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

Os sentidos da História da Amazônia na escrita e ensino: uma análise dos cursos de formação docente no Brasil (2002-2019)

Taissa Cordeiro Bichara¹
Ítalo Luis Souza de Souza²

A Constituição Federal de 1988 traz no artigo 231 o reconhecimento da “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (Brasil, 1988) aos povos indígenas. É considerada, então, um marco para as conquistas e demandas dos movimentos indígenas. Vinte anos depois, a Lei nº 11.645/2008 viria alterar a Lei nº 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na Educação Básica, mais especificamente nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras (Brasil, 2008). Importa ressaltar que tal delimitação do ordenamento jurídico não implica na compreensão de que os povos indígenas não eram sujeitos históricos abordados pela historiografia e pela história ensinada na Educação Básica. Segundo Mauro Cezar Coelho e Vinícius Zúniga Melo (2016, p. 132), a temática indígena tem sido objeto de discussão no meio acadêmico e escolar desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), contudo, o cerne do debate em torno da legislação acima referenciada promove a necessidade de algumas ressignificações sobre a trajetória histórica de formação da sociedade brasileira.

Sobre o assunto, Wilma de Nazaré Baía Coelho e Mauro Cezar Coelho afirmam que a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na Escola “representa um movimento inédito” (Coelho; Coelho, 2014, p. 21). Neste texto, destacamos dois pontos da referida inovação: o reconhecimento das histórias desses agentes históricos e a exigência da alteração de visões de mundo (Coelho; Coelho, 2014, p. 21). Essas são questões pertinentes para o debate aqui proposto, pois o conhecimento histórico, guardadas as res-

1 Doutoranda do Programa de pós-graduação em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA). Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES).

2 Mestrando do Programa de pós-graduação em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA). Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES).

pectivas discontinuidades ao longo do tempo, é consubstanciado pelas perspectivas eurocêntricas conformadas no século XIX no Colégio Pedro II, nos moldes de uma “guardiã das tradições”, como denominado por Kátia Abud (2011, p. 170). Isso significa que muito além de incluir novos agentes no currículo escolar, o atendimento das demandas oriundas da sociedade civil organizada implica na mudança de perspectivas sobre o conhecimento histórico produzido e ensinado, incluindo os espaços a partir dos quais ocorrem a construção de sentidos sobre a História do Brasil.

Diante disso, nosso objetivo se construiu em torno de tal reflexão. Entendendo que, dentre suas diversas conceituações, a consciência histórica constitui-se, também, numa forma simbólica de se relacionar com o saber histórico enquanto referência de orientação temporal (Cardoso, 2008, p. 159), consideramos pertinente a elaboração de estudos que elucidem o modo pelo qual a História do Brasil é constituída nos cursos de formação docente em História. Diante disso, elegemos como objeto o dimensionamento dos sentidos atribuídos à História da Amazônia nas propostas curriculares de tais cursos, uma vez que a região amazônica conforma aproximadamente 58,93% do território brasileiro,³ sendo parte fundamental da trajetória de formação da sociedade brasileira.

Nesse sentido, propomos a análise de setenta e sete Projetos Políticos Pedagógicos de cursos (PPC's) de formação de professores de História, no Brasil, elaborados entre 2002 e 2019, no intuito de identificar possíveis diálogos com a consciência histórica e a cultura histórica conformadas sobre a História da Amazônia. Para tanto, estabelecemos estudo quali quantitativo acerca da incidência de disciplinas voltadas à História da Amazônia nos PPP's coletados no endereço eletrônico do Sistema do Ministério da Educação (e-MEC), e depositados em Banco de Dados para sistematização de conteúdo conforme proposto por Laurence Bardin (2000), estruturado pelas fases de pré análise, exploração do material e tratamento de dados. Nessa etapa foram observados os seguintes dados: componentes curriculares, ementários, perfis do egresso e bibliografias recomendadas.

Assumimos, ainda, as concepções de Projetos Políticos Pedagógicos de Ilma Passos Veiga (1998) e Dominique Julia (2001), compreendendo que os

3 Dados sobre a Amazônia Legal podem ser consultados no endereço eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/geologia/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 26 mar. 2024.

projetos de curso são construídos coletivamente, estabelecem relações com problemáticas presentes na sociedade e expressam conflitos presentes nos grupos sociais. Isto posto, acionamos os conceitos de Currículo de Ivor Goodson (1997) e Discurso de Mikhail Bakhtin (1997). A respeito do primeiro, entendemos que o currículo é produzido de forma interessada, destituído de neutralidade e do caráter essencialmente administrativo, passando a ser espaço de tensão no qual os conhecimentos conformados são permeados por contradições e disputas sociais, questão que pode ser salientada pelo segundo conceito operacionalizado: os enunciados discursivos tem suas intenções e ambiguidades destacadas quando colocadas em perspectiva dialógica. Por conseguinte, se colocados em diálogos, os discursos conformados nos PPP's informam suas concepções sobre História da Amazônia e, ao mesmo tempo, a maneira pela qual se relacionam com a consciência e cultura históricas constituídas sobre a sociedade brasileira.

No tocante à História da Amazônia, acompanhamos a afirmação de Mauro Cezar Coelho em reflexão sobre a predominância de determinados espaços como epicentros da produção historiográfica:

Desde a sua constituição, a partir do estabelecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a nossa historiografia tem se conformado a partir do Centro-Sul. Os fatores para tanto são vários e confundem-se com a profissionalização do saber histórico no Brasil. A concentração de centros de produção de saber histórico e de instituições de guarda e conservação de documentos naquela região fez com a imensa maioria dos trabalhos produzidos versasse sobre processos vividos ali. As demais áreas do país acabaram por ser vistas como áreas de produção de uma história local, a qual teria pouca relevância na consideração dos processos nacionais – esses oriundos dos grandes centros nacionais ou estrangeiros (Coelho, 2016, p. 48).

De acordo com o referido autor, a concentração da produção historiográfica na região Centro-Sul é responsável pela percepção em torno da qual os eventos históricos ali ocorridos são considerados “processo nacionais” ao pas-

so que as demais áreas são consideradas locais e, por isso, teriam interferência reduzida na História brasileira por excelência. Essa configuração, aliada à construção de determinadas representações sobre a Amazônia, relega a este espaço a ideia de uma área cujos acontecimentos e agentes históricos assumem pouca relação ou intervenção na formação da sociedade brasileira, pois as “imagens formadas em relação àquela parte do Brasil são, em grande parte, destituídas de elementos humanos” (Coelho, 2016, p. 24). Compreendemos, portanto, que a referida produção pode compor ou mesmo efetuar interlocuções com os PPP’s dos cursos de formação docente em História, constituindo, assim, enunciados que consubstanciam a cultura histórica, pois essa não está restrita aos especialistas do conhecimento histórico, e, conforme define Jörn Rüsen permite que “as experiências com o passado humano sejam interpretadas de modo que se possa, por meio delas, entender as circunstâncias da vida atual e, com base nelas, elaborar perspectivas de futuro” (Rüsen, 2015, p. 217). Nesse sentido, entendemos que os discursos integrantes dos PPP’s analisados, criados coletivamente e pela tônica do conflito, efetuem diálogos com a produção referenciada por Mauro Cezar Coelho (2016), de maneira que as diversas interpretações sobre a Amazônia dialogam com a cultura histórica em torno desta, bem como das experiências que formam a sociedade brasileira, no passado e no presente.

Dentre as cinco dimensões que dão forma à cultura histórica, Jörn Rüsen indica a *cognitiva*, a *estética* e a *política* como decisivas na relação dessa com a “ciência da história” (Rüsen, 2015, p. 230). Essas três são, dentre outras questões, respectivamente caracterizadas pelo “conhecimento sobre o passado humano” (Rüsen, 2015, p. 231), “percepção das apresentações do passado” (Rüsen, 2015, p. 231), e encaminhamento do “papel desempenhado pelo pensamento histórico nas lutas pelo poder, em meio às quais os seres humanos, nas relações entre si e consigo mesmos, têm de viver” (Rüsen, 2015, p. 232). A partir das proposições do referido historiador, verificamos que os PPP’s dos cursos de formação docente em História, hodiernamente, estão concatenados à formação da cultura histórica sobre a constituição da sociedade brasileira, e sobre a História da Amazônia, sendo igualmente conformados pelas demandas e conflitos das demandas sociais, de modo processual e dinâmico. Assim, algumas interpretações sobre o passado se formam e se transformam no presente, operacionalizando, no processo, representações consolidadas, ao longo do tempo, sobre determinadas regiões do Brasil.

Ainda de acordo com Jörn Rüsen, as últimas duas dimensões que compõem a cultura histórica são a *moral* e a *religiosa*. A primeira estaria relacionada à “valorização do acontecimento passado de acordo com normas éticas e morais válidas da cultura atual” (Rüsen, 2015, p. 233), enquanto a segunda trata da “subjetividade humana, onde se relaciona com o fundamento último do sentido da vida” (Rüsen, 2015, p. 234). É, portanto, considerando essas duas últimas dimensões que entendemos o fator de complexidade na construção de sentidos em torno do saber histórico na formação da consciência e da cultura históricas. Segundo Carmen Teresa Gabriel, o conhecimento histórico é dado por duas dimensões: epistemológica e axiológica, de maneira que “confrontada com o ensino, a disciplina de História vê-se obrigada a lidar com a dimensão axiológica que lhe é inerente com muito mais acuidade” (Gabriel, 2003, p. 174). Assim, se a sala de aula se constitui como parte da cultura histórica, pois essa faz-se presente na forma e no conteúdo da História ensinada (Cardoso, 2008, p. 163), entendemos que os PPP’s dos cursos de licenciatura em História, igualmente dotados das dimensões *moral* e *religiosa* da cultura histórica, são pensados, conflituosamente, para atuação de profissionais na sala de aula, espaço no qual os sentidos em torno do saber histórico sobre a sociedade brasileira são mobilizados e ressignificados para orientação de diversas experiências práticas e interpretações de mundo. Nesse sentido, a investigação em torno dos currículos de cursos de formação docente de setenta e sete instituições de ensino superior, no Brasil, parece-nos indicar algumas das significações construídas sobre a História da Amazônia e sobre a formação histórica do país.

Para esse estudo, então, foram analisados os PPP’s de universidades públicas dados pela seguinte distribuição regional:

Quadro 1 - Distribuição regional das IES investigadas

Quantidade	Região
11	Centro-oeste
24	Nordeste
19	Norte
15	Sudeste
8	Sul

Fonte: produção do autor, outubro de 2023.

Desse modo, buscamos os projetos de curso dos cursos de licenciatura em História, de instituições de ensino superior públicas, elaborados nas cinco regiões do país, entre os anos 2002 e 2019. Nessa documentação, verificamos, inicialmente, o espaço destinado à temática indígena na formação, por entendermos que as demandas oriundas das alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 2008, exigem, como previamente abordado, a alteração de narrativas consolidadas sobre História do Brasil, isto é, mudanças na forma como se escreve, produz e se ensina a trajetória de formação da sociedade brasileira. Diante disso, percebemos que a maior parte dos PPP's, mais especificamente, 44% deles estão voltados para disciplinas de teor estritamente *historiográfico*. Isso diz respeito à recomendação de atividades de curso que debatem o estado da arte e a literatura especializada sobre determinados eventos históricos ligados à civilização ocidental, numa configuração tradicional quadripartite para a História do Ocidente e tripartite para a História do Brasil. Quanto às demais disciplinas, identificamos que o espaço a elas destinado se assemelha às percepções de Mauro Cezar Coelho e Wilma de Nazaré Baía Coelho, para os quais esses conteúdos “são considerados complementares – dentre os quais, aqueles relativos às atividades pedagógicas” (Coelho; Coelho, 2018, p. 9). Assim, no universo aqui investigado, no que tange aos projetos de curso, 2% abordam a temática indígena, 4% propõem interdisciplinaridade com outras áreas, 4% tratam de trabalhos de conclusão de curso, 8% conformam os estágios curriculares supervisionados, 4% orientam a prática como componente curricular, e 15% discutem a formação docente, em alguma medida. Segundo Mauro Cezar Coelho e Wilma Baía Coelho, tal conformação curricular indica “compreensão comum do que significa formar professores de história”, a partir do acúmulo de conteúdos sobre o conhecimento de referência, no caso, a História (Coelho; Coelho, 2018, p. 8).

Em nossa percepção, essa configuração curricular remete, também, à continuidade de determinadas formas de interpretação sobre o passado. Até este ponto de análise, os dados não demonstram ressignificações no modo de se produzir e ensinar História do Brasil, uma vez que tanto a temática indígena como a História da Amazônia, ao não serem abordadas nesses projetos de curso, aparentam não ter interferência nos eventos que dão forma à sociedade brasileira no presente. Isso significa a possibilidade de conformação de uma cultura histórica na qual a região amazônica e os povos indígenas são tratados

como coadjuvantes nos processos considerados nacionais por excelência. Essa é uma questão pertinente para se pensar a formação docente e a consciência histórica como uma forma de organização simbólica do mundo (Cardoso, 2008, p. 160). Se grande parte desses projetos de curso encaminha interpretações sobre o passado com maior ênfase à determinadas regiões, agentes e eventos históricos, a operacionalização desses conteúdos engendra diálogos com uma cultura histórica na qual as significações em torno da Amazônia se referem, dentre outras questões, às concepções criadas na sociedade brasileira como se a região fosse um lugar inabitado. Conforme afirma Maria Aparecida Leopoldino Tursi Toledo:

A concepção do IHGB sobre a natureza do conhecimento histórico foi determinante na configuração da pesquisa e do ensino (através do Colégio Pedro II) no Brasil. Por esses motivos é que a historiografia do império foi durante muito tempo matriz do estudo das instituições políticas e do discurso fundador da nacionalidade. Dentro dessa característica ideológica, só se podia endossar a consolidação da hegemonia política das elites que projetaram a nação. Por isso, situar a produção do IHGB relativamente ao que foi seu programa de intervenção cultural e político interessa tanto à crítica das representações que se instituíram como memória como também para a desmontagem dessa memória da nação brasileira no ensino de História (Toledo, 2004, p. 28).

Nesse sentido, considerando que a historiografia do império se relacionou à criação da nacionalidade e formou representações sobre a memória da nação, entendemos que os enunciados discursivos dos projetos de curso aqui analisados efetuam diálogos com essa memória constituída no século XIX, demonstrados tanto na escolha da ordenação quadripartite/tripartite de períodos históricos, como na ausência de determinados espaços e agentes históricos. Por conseguinte, os setenta e sete PPP's de cursos de formação docente em História, de instituições de ensino superior das cinco regiões do país, apresentam 467 disciplinas que abordam acontecimentos relacionados

ao mundo europeu e 50 disciplinas que tratam da temática indígena. Nesses dados, portanto, a História da Amazônia é considerada como disciplina, com eventos e agentes históricos que intervêm nos processos de formação da sociedade brasileira, em quatro universidades, todas localizadas na região norte. A ausência da discussão sobre a região amazônica dos demais projetos de curso nos remete a continuidade de narrativas sobre a memória da nação, na qual o percurso histórico de alguns espaços é tratado como essencialmente nacional, ao passo que as trajetórias das outras regiões seriam, tão somente, acontecimentos locais.

Diante disso, nosso estudo considera o fator do conflito e das demandas da sociedade civil organizada como substancial na constituição dos PPP's e da cultura histórica formada sobre o passado brasileiro. Os sentidos atribuídos à História da Amazônia nessa documentação, isto é, a ausência de sua abordagem em quatro regiões do país encaminha algumas reflexões nesse caminho. Em primeiro lugar, verificamos a predominância de narrativas baseadas na escolha de cânones, a partir dos quais são escolhidos eventos e abordagens. Mauro Cezar Coelho faz essa reflexão para a formação das narrativas didáticas históricas, e aqui, tal como sugerido pelo historiador, expandimos o debate para a eleição de conteúdos canônicos, também, nos projetos de cursos de formação docente (Coelho, 2022, p. 251). Os PPP's analisados fazem opção pela abordagem de eventos históricos que remontam às perspectivas eurocêntricas de compreensão do mundo. Em segundo lugar, percebemos a hegemonia da produção bibliográfica produzida nas regiões sul e sudeste do país, relegando pouco espaço às outras regiões, como a História da Amazônia. Em terceiro lugar, concluímos que essa configuração dialoga com uma cultura histórica de interpretação sobre o passado brasileiro na qual a sociedade é excludente e discriminatória, uma vez que a diversidade de processos, espaços, e agentes históricos parece ser pouco considerada pelos projetos de curso.

Desse modo, entendemos que as alterações na legislação educacional, a exemplo das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que buscam ressignificações no modo de se produzir e ensinar História do Brasil, não encontram como único desafio a inclusão de conteúdos na escola e na universidade. Elas parecem enfrentar, ainda, tanto a força dos cânones como as implicações de interpretações que se desdobram na cultura histórica conformada sobre a sociedade brasileira. A reflexão, contudo, não se esgota aqui. Esses são, afinal,

apenas alguns dos debates que propomos como possibilidades para novos diálogos e investigações.

Referências

ABUD, Katia Maria. A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular. **Educar em Revista**, n. 42, p. 163-171, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 [...]. Brasília, DF, [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 25 mar. 2024.

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía e COELHO, Mauro Cezar. **Entre virtudes e vícios**: educação, sociabilidades, cor e ensino de história. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SILVA, Carlos Aldemir Farias da; SOARES, Nicelma Josenila Brito (Org.). **A Diversidade em discussão**: inclusão, ações afirmativas, formação e práticas docentes. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar**: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. As licenciaturas em História e a lei 10.639/03 – percursos de formação para o trato com a diferença? **Educação em revista**. Belo Horizonte, v. 34, 2018.

COELHO, Mauro Cezar. O passado em sedimentos: currículo e cânone na narrativa histórica escolar - um ensaio de interpretação. *In*: Helenice Rocha; Marcelo Magalhães (Org.). **Em defesa do Ensino de História**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, v., p. 235-257, 2022.

GABRIEL, Carmen Teresa. **Um objeto de ensino chamado História:** a disciplina de História nas tramas da didatização. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2003

GOODSON, Ivor. F. **Currículo:** teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história:** uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A história ensinada sob o império da memória: questões de História da disciplina. **História**. São Paulo, v. 23, n. 1-2, p. 13-32, 2004.

VEIGA, Ilma P. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In:* VEIGA, I. P. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.

Mangá, testemunho e didática da história: diálogos acerca do ensino de história sobre a Segunda Guerra Mundial

Dionson Ferreira Canova Júnior¹

O século XX foi marcado por experiências traumáticas que impactaram e moldaram as interpretações humanas ao longo do tempo. As memórias, ora confrontadas ora silenciadas diante das inúmeras atrocidades às quais foram submetidas, permanecem no tempo presente como uma das fontes disponíveis para o resgate do passado, numa busca pela representação dos eventos históricos e por respostas a diversos questionamentos na atualidade. Como forma de produzir história a partir da memória, o testemunho se evidencia como uma fonte que possibilita a verbalização das ações humanas, estabelecendo uma relação entre experiência e expectativa.

Ao adentrarmos na Segunda Guerra Mundial, percebemos o seu caráter original e intenso que nos mostra os abusos da condição humana em sua negação aos direitos humanos. Ao evocarmos o conflito, notamos um amplo debate historiográfico e de opinião pública acerca da legitimidade ou não da guerra e de suas consequências para as relações humanas no século XXI. Definitivamente, o século XX evidenciou o surgimento do fascismo na Itália e Alemanha, e posteriormente em países europeus como Portugal e Espanha de forma similar, contudo, o Japão também foi palco deste regime. O Japão, após a Primeira Guerra Mundial, emerge como um país extremamente nacionalista e imperialista na busca de uma hegemonia na Ásia como forma de ecoar suas ambições.

Após o fim da guerra e a rendição japonesa em agosto, devido à devastação de Hiroshima e Nagasaki pelas bombas atômicas, e a oficialização em setembro, a Segunda Guerra Mundial havia terminado com a vitória dos

1 Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE). Este artigo é parte da dissertação de mestrado que trata, a partir da Didática da História, de compreender a Segunda Guerra Mundial no Japão por meio do testemunho de experiências traumáticas retratadas na obra de Keiji Nakazawa, intitulada *Gen Pés Descalços* (*Hadashi no Gen*). E-mail: dionsoncanova@gmail.com.

Aliados. As memórias da guerra seriam disputadas em torno da narrativa do pós-guerra, e as lembranças traumáticas se tornaram, quando não esquecidas/silenciadas, em uso político do passado mediante as histórias sensíveis. Uma das formas de abordar o conflito e externar os traumas da guerra se deu pelo mangá, história em quadrinhos japonesa. Para este debate, analisamos a obra *Gen Pés Descalços* (はだしのゲン *Hadashi no Gen*) de Keiji Nakazawa (1939-2012), sobrevivente da guerra, serializada entre os anos 1973 e 1975, e que, por meio de suas experiências, narra a guerra sob uma perspectiva crítica e pacifista, trazendo um debate sobre as ações políticas nipônica.

Nesse contexto, o testemunho se torna não somente um propulsor para a compreensão do evento histórico, como também uma fonte para discutir sobre a consciência histórica e potencialidades da obra para o conhecimento histórico e pensamento histórico, na qual a Didática da História seja norteadora na construção de um ensino de história que priorize a construção de metodologias que permitam desenvolver a criticidade dos alunos em suas análises acerca dos eventos históricos e da relação de identidade e alteridade para com o outro.

Memória e testemunho diante das histórias sensíveis

Falar das memórias manifestadas pelo testemunho é perceber a profundidade dos traumas coletivos que as sociedades carregam diante dos eventos passados e das formas em que esse trauma foi materializado, como genocídios e/ou injustiças sociais, por exemplo. A ausência de direitos humanos em torno das catástrofes submetidas a determinadas sociedades é carregada por confrontações em torno do reconhecimento das formas que a memória é entendida e a forma de sua moldagem pelo testemunho. Lidar com as consequências de um evento traumático ao qual o ser humano se encontrou em situações-limite é essencial para sua orientação e interpretação acerca de si e do mundo.

A forma que o trauma afeta uma sociedade pode ser percebida pelo compartilhamento das experiências em que o testemunho proporciona e sua efetiva ação por reconciliação e justiça. A falta de reconhecimento da veracidade de uma memória traumática possibilita a formalização de disputas em torno da narrativa e a carência de orientação do ser humano. Os testemunhos são

as experiências formalizadas pela consciência histórica do indivíduo que pôde interpretar o evento traumático.

Em sala de aula, as histórias sensíveis estão diante do professor. O currículo contém as temáticas a serem trabalhadas por cada série, e o professor define cada metodologia, as formas avaliativas, a profundidade dos conteúdos e, principalmente, qual fonte norteará a aula. Essas histórias sensíveis, é importante destacar, apesar de suas particularidades - e aqui refletimos sobre a forma que cada sociedade percebe seu trauma - não deixam de possuir um nível global quando tratamos de sua sensibilidade para a discussão do ensino de história escolar.

Ensinar o passado traumático, vivo e sensível é evidenciar rupturas na tradição escolar e priorizar um desenvolvimento da consciência histórica e pensamento histórico dos estudantes, de modo que a evocação de um tema delicado possa provocar uma resposta dos estudantes a tais temas socialmente vivos. É dever da história a construção de identidade crítica nos sujeitos para que percebam sua historicidade. A consciência histórica diante de passados difíceis requer um entendimento cognitivo que possa compreender as problemáticas do passado no presente e, a partir disso, projetar futuros.

Alberti (2014), ao tratar sobre os 50 anos do golpe militar e sua descomemoração, como mencionou, apontou para o ensino de temas sensíveis e controversas em sala de aula e os riscos que o professor deve assumir ao trabalhar com tais questões. Para a autora, é necessário um ambiente seguro e fontes efetivas que questionem as ideias preconcebidas para se trabalhar com temas controversos, além, obviamente, de uma vasta literatura que permita uma melhor compreensão do assunto.

A autora ao abordar sobre o objetivo de ensino de questões sensíveis e controversas discorre que:

[...] o ensino de questões sensíveis e controversas não tem como objetivo chocar ou apenas dar a conhecer eventos chocantes do passado. O objetivo é suscitar a reflexão dos alunos. É preciso saber passar de fase, nesse jogo: da sensibilização para a reflexão. Não adianta ficar chocado, só; com bolo no estômago, só. É pre-

ciso transformar o conhecimento em trabalho de reflexão: como foi possível chegarmos a esse ponto? (Alberti, 2014, p. 3).

O passado sensível é um local de disputas de memórias e se faz necessário compreender o contexto histórico. Elencar os traumas da Segunda Guerra Mundial sem percorrer pelo contexto japonês e o impacto das bombas de Hiroshima e Nagasaki é tornar ausente uma série de construções políticas e sociais que impactaram a sociedade japonesa. O testemunho de guerra é uma resposta individual à própria forma de analisar as circunstâncias que permitiram aos sujeitos estarem naquele contexto.

Outro autor que trabalha esse passado sensível e difícil é Bodo von Borries (2018), que em sua análise, aborda o *burdening history*. Este conceito pode ser melhor traduzido para **histórias difíceis**; contudo, será utilizado o termo **histórias sensíveis** para esta discussão. Histórias sensíveis são carregadas de emoções e alto grau de responsabilidade devido à forma como a interpretação e a experiência se relacionam entre si. Presente e futuro convergem entre si numa ânsia pelo passado e tratam dos valores, ou melhor, dos interesses a que estão submetidos.

Para Borries (2018), essas histórias sensíveis, ou fardos, como ele as chama, representam um problema de funcionamento mental. Discutir memórias traumáticas é rememorar as experiências que, num contexto individual dentro de uma conjuntura coletiva, precisam de interpretações. É necessária uma combinação importante entre se distanciar do passado ao mesmo tempo que não se esquece de sua história. Será o indivíduo um crítico contemporâneo das experiências sensíveis? O que faz da testemunha um sujeito atuante contra o esquecimento? O dever da memória e da responsabilidade consigo e com os outros é uma forma de lidar com as histórias sensíveis.

Nesse olhar sobre a contemporaneidade e a testemunha, Agamben (2009) trata do que vem a ser contemporâneo. Entre a experiência no tempo que cada indivíduo pode interpretar, ser contemporâneo é estar diante da aproximação e do afastamento. Enquanto testemunha dos fatos no tempo presente, o sujeito necessita estar afastado de qualquer imersão que inviabilize sua capacidade crítica. De outro modo, ser contemporâneo é criticar as feridas abertas de seu tempo e poder trazer elucidaciones.

Ser contemporâneo é ser um sujeito inconformado. Procura reparações em meio a negacionismos e à coerção de memórias. O contemporâneo é aquele ser humano insatisfeito com sua época, ao mesmo tempo em que a temporalidade em que se vive é passiva de análise e transformação. O passado se transforma em fonte de interpretação enquanto procura lidar no presente com as problemáticas em que está situado. A testemunha, ao narrar, se torna contemporânea porque entre a experiência e a expectativa há uma interlocução entre o tempo e o indivíduo, pois:

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e aprender o seu tempo (Agamben, 2009, p. 58-59).

Keiji Nakazawa produziu *Gen Pés Descalços* como forma de trazer à sociedade memórias que as gerações seguintes precisam para entender as ações e consequências da guerra, através da política imperialista japonesa e do impacto nocivo da radiação. Os testemunhos são discursos que dão sentido de pertencimento como ser humano e de confronto com a humanidade diante do acontecimento. O período de crescimento econômico japonês mediante assistência dos Estados Unidos e de sua posição geopolítica na Ásia na Guerra Fria, como ponte para impedir o avanço do Comunismo na região, além da abertura para o mercado externo, trouxeram para o país um novo começo. Contudo, as memórias da guerra precisavam ser confrontadas. A Guerra da Coreia (1950-1953) trouxe uma visão ao Japão quando se viu em situação semelhante.

A mudança veio por meio do mangá, um produto cultural. Kinko Ito (2008) afirma que o *gekiga* (imagens dramáticas), um novo gênero de mangá, surgiu na década de 1950 com o intuito de atrair o público adulto e abordar histórias mais dramáticas, tornando-se popular entre estudantes universitários. Esse gênero específico trata de temáticas mais complexas e lida com

questões sociais da época. Os aspectos da sociedade do pós-guerra eram discutidos com um teor mais adulto, numa percepção do contexto social.

Eldad Nakar (2008), ao analisar as narrativas da Segunda Guerra Mundial entre os anos de 1957 e 1977 por meio do mangá, discorre que, no final dos anos de 1950, surgiram obras que tratavam da guerra. Estas foram inicialmente distribuídas através de bibliotecas-pagas (*kashihonya*) e posteriormente encontraram seu caminho para revistas semanais masculinas, estabelecidas em 1959. Sob o termo japonês *senki mono* (registros de guerra), essas obras foram apresentadas como se estivessem transmitindo histórias reais de guerra, embora muitas vezes combinassem elementos fictícios com contextos históricos, locais e figuras reais. Percebendo esses gêneros específicos do mangá, notamos como este produto se tornou uma fonte imensurável na construção de memórias que testemunharam no seu tempo presente.

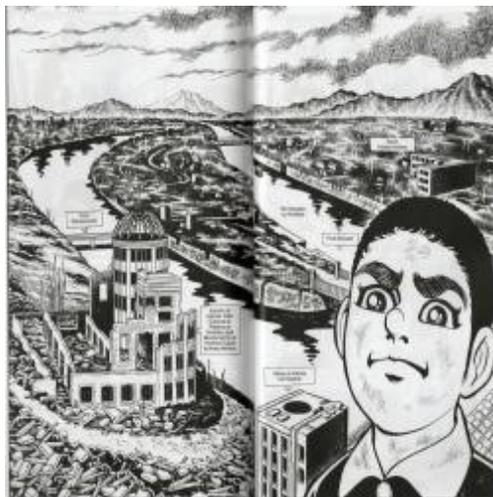
Esses novos gêneros de mangá trouxeram ao meio social japonês um conhecimento do seu passado através de um meio de comunicação de massa. Nakazawa estava imerso em sua experiência, e o mangá foi uma forma de interpretação na qual era preciso tratar o passado em sua sociedade para que houvesse uma reconciliação. Nakazawa entendeu que tinha que se posicionar criticamente.

Perceber o tempo em que se está situado enquanto testemunha é compreender que seu discurso o reinsere na sociedade, pois ao encarar sua realidade, o sujeito atesta sua responsabilidade e moral para consigo e com os outros. Segundo Borries (2018, p. 33), ao abordar como a história é eficazmente aprendida, cita três condições que são “[...] se novas perspectivas podem ser ligadas com as antigas, se ela estiver conectado a emoções - negativas ou positivas - e se é relevante na vida”. As histórias sensíveis buscam uma reconciliação com o passado. O testemunho lida diretamente com culpa, vergonha e a tentação ao esquecimento. Quão desconfortável deve ser discursar sobre um trauma inenarrável? Experiência e interpretação, ou assimilação e superação, se assim podemos indagar, constituem uma direção válida para transpor o passado em uma narrativa histórica que produz sentido.

A Figura 1 retrata o personagem autobiográfico de Nakazawa, chamado Gen. A visão do autor, sobrevivente de guerra, de Hiroshima destruída e seu olhar destacando a amplitude da devastação, mostra o tamanho do trauma

para os japoneses. A bomba nuclear, usada pela primeira vez em um conflito mundial, trouxe incertezas devido à sua estrutura radioativa, que ainda não era compreendida em contexto social. A Declaração de Potsdam, em julho de 1945, que ameaçava o Japão com uma destruição imediata e extrema, foi ignorada pelos políticos japoneses. Em 06 de agosto de 1945, menos de um mês após o aviso por parte dos Estados Unidos e China (esta última ocupada pelo exército nipônico), a bomba chamada *Fat Man* atingiu Hiroshima com uma proporção inimaginável.

Figura 12 - Visão de Hiroshima após a bomba nuclear



Fonte: Nakazawa (2011, p. 30-31).

A imagem retrata mais do que uma situação catastrófica sob o olhar individual de um sobrevivente. Ela torna visível diante dos leitores o trauma coletivo da sociedade japonesa. Era necessário transformar esse passado sensível em uma fonte para aqueles que não testemunharam o ocorrido e que pudessem compartilhar o trauma, a fim de que a sociedade se tornasse responsável e passasse a se portar de maneira mais crítica frente às injustiças. Keiji Nakazawa, por meio de sua obra, repensa o passado sob a perspectiva do presente. A grande questão em torno das memórias autobiográficas surge no tratamento das lembranças e de seus usos no tempo presente. O ensino de História precisa estar ativo nos processos de aprendizagem histórica, visando problematizar o passado recente e as formas de catástrofe que foram sofridas, pois

[...] a história serve para produzir subjetividades humanas, para humanizar, para construir e edificar pessoas, para lapidar e esmerilhar espíritos, para fazer de um animal um erudito, um sábio, um ser não apenas formado, mas informado, de um ser sensível fazer um ser sensibilizado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 31).

Ensinar a história sensível é permitir um novo olhar para os estudantes sobre a forma de perceber o outro. É se portar diante das diferenças e entender a particularidade de cada sociedade e suas experiências traumáticas. A história torna possível ver, ouvir, sentir, imbuir valor e empatia histórica sobre o mundo. O Japão, após a Segunda Guerra Mundial, foi ocupado pelo governo dos Estados Unidos e ficou submetido às diretrizes do Comando Supremo das Forças Aliadas. Somente em 1952 houve a suspensão da ocupação. Contudo, era preciso testemunhar o conflito. Pensando no ensino de história voltado para a Didática da História, o mangá se torna uma fonte extracurricular e extra científica que pode nos ajudar a entender como um meio de comunicação de massa pode ser utilizado em sala de aula.

Didática da história e consciência histórica sob a ótica do mangá

Saddi (2012) aborda que a didática da história pública se dedica a elementos extracientíficos e extraescolares da consciência histórica. Conforme o autor discorre, é através dos meios de comunicação de massa, por exemplo, que há uma investigação da forma como a história é socializada. O mangá é um produto cultural que não apenas serve para entreter, visto que Gen Pés Descalços lida enfaticamente com temas históricos, especificamente a Segunda Guerra Mundial. O mangá é uma produção pública que, no caso de Nakazawa, utiliza-se de suas memórias para uma produção de sentido histórico. É com essa abordagem que precisamos discutir a produção narrativa da história e como a experiência histórica oferece caminhos para se pensar a história por meio da representação do trauma.

Rüsen (2014), ao falar sobre o mundo vital e a experiência, aborda a temporalidade à qual o homem está submetido. A história é a produção humana dian-

te de suas ações no tempo. O homem produz narrativas e precisa de orientação temporal para se situar no mundo e consigo mesmo. Nesse sentido,

O tempo é uma dimensão fundamental, universal e elementar da vida humana prática. Ele é experimentado como devir e fenecer, nascimento e morte, mudança e duração. Sendo experiência, ele precisa ser de tal modo apropriado mediante feitos interpretativos da consciência humana que o ser humano possa orientar-se nele, estabelecer uma relação significativa entre sua vida e ele (Rüsen, 2014, p. 255).

Os eventos históricos situados no tempo estão ligados à capacidade do ser humano em interpretar suas experiências e elaborar sentido. A consciência histórica, enquanto objeto da didática da história, visa à capacidade dos indivíduos de compreender o passado a partir de sua própria experiência e interpretação, permitindo-lhes moldar sua identidade histórica e perceber a história como um processo contínuo. Desenvolver a consciência histórica nos estudantes permite capacitá-los a entender como eventos passados influenciam o presente e projetam o futuro. Isso envolve não apenas a compreensão de fatos históricos, mas também a assimilação das causas e consequências desses eventos, bem como a análise crítica das interpretações históricas.

A Segunda Guerra Mundial no Japão, enquanto evento histórico e experiência traumática, vislumbrou, através das bombas nucleares, problemas de saúde devido à exposição à radiação, tornando os sobreviventes em *hibakushas* (pessoas afetadas pela explosão). Cabe mencionar que após Hiroshima e Nagasaki, houve uma política internacional voltada para tratados de controle de armas nucleares e uma conscientização global sobre os perigos das armas nucleares e da guerra. Em sala de aula, faz-se necessário discutir a política de guerra e o contexto histórico em que os Estados Unidos e o Japão se encontravam antes da utilização das bombas nucleares. A Figura 2 mostra a mãe de Gen com sua irmã recém-nascida exposta aos impactos e consequências da bomba nuclear.

Figura 13 - Mãe de Gen segura bebê e mostra o impacto da bomba

Fonte: Nakazawa (2011, p. 22).

Ao erguer o bebê diante das chamas e discursar sobre qual deve ser o posicionamento da recém-nascida, ainda sem compreensão do que ocorreu, a mãe de Gen busca impedir que a guerra e seus desdobramentos voltem a acontecer. A menina nasceu durante o uso da bomba nuclear em Hiroshima, e o discurso transmite um posicionamento baseado na consciência histórica ao interpretar o mundo e a si mesma. Nakazawa está demonstrando que o nascimento de uma criança em meio ao trauma é uma forma de agir e atribuir sentido à vida. Nesse sentido,

A consciência histórica será analisada como fenômeno do mundo vital, ou seja, como uma forma da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática. É este o caso quando se entende por consciência histórica a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo (Rüsen, 2010, p. 56-57).

A utilização do mangá em sala de aula passa pela apropriação do contexto histórico e pelo entendimento dos estudantes em relação ao tema. Desenvol-

ver nos alunos a capacidade de analisar e interpretar o passado, percebendo as ações e consequências, incentivando a pesquisa e o senso crítico. Ao utilizar imagens, é essencial considerar o objetivo por trás de sua utilização e como elas podem contribuir para a percepção e compreensão dos estudantes. É necessário discutir sobre a ascensão do Nazismo e do Fascismo, o imperialismo japonês na Ásia e as ações políticas e militares que o Japão executou. É imprescindível entender como os alunos se relacionam com a cultura midiática.

A primeira imagem mostra os escombros de Hiroshima. À direita, temos a Prefeitura, que atualmente é o Memorial da Paz de Hiroshima, também conhecido como a Cúpula da Bomba Atômica. Uma das possibilidades que a imagem da Prefeitura de Hiroshima permite dialogar é sobre o patrimônio e como este se relaciona com o passado, mostrando sua importância na preservação da memória para a sociedade. O Memorial da Paz pode ser abordado quanto à questão do pertencimento e identidade dos japoneses em relação à guerra.

Problematizar acerca do valor social do Memorial e como este patrimônio pode servir de fonte para tratar do uso de armamento nuclear na sociedade, tendo em vista conflitos recentes no mundo e as vantagens e desvantagens que a energia nuclear traz para o meio ambiente. Outra abordagem é pensar no Memorial de Hiroshima no contexto dos países do Extremo Oriente que foram vítimas da guerra devido às ações japonesas em seus territórios. Discutir sobre os patrimônios da China e da Coreia, por exemplo, e como eles encaram a questão da Cúpula da Bomba Atômica, pode levar os estudantes a compreenderem como os lugares de memória são palcos de disputa em torno de suas narrativas e contextos históricos.

A segunda imagem abre caminhos para se pensar sobre as consequências da bomba nuclear para a sociedade japonesa. Inicialmente, é necessário analisar se houve relação entre o ataque japonês a Pearl Harbor e a Declaração de Potsdam de 1945. Em segundo, como o Japão lidou com os efeitos da radiação na sociedade. Por último, o uso de tecnologia nuclear por parte dos japoneses após a guerra. A partir de 1954, o país reservou milhões para investimento em energia nuclear, embora posteriormente houvesse limitação para fins pacíficos. Incentivar aos alunos a uma análise sobre a questão nuclear em Hiroshima, o investimento nuclear na década de 1950 e as memórias de Nakazawa através de sua mãe e irmã.

O contexto da Segunda Guerra Mundial no Japão e o uso de bombas nucleares são configurados como história sensível devido aos seus efeitos traumáticos para a sociedade. O mangá de Keiji Nakazawa é uma narrativa histórica com o objetivo de elucidar suas experiências e interpretações no tempo, de modo que suas memórias possibilitem mostrar os anseios que sua sociedade vivenciou em seu tempo presente. Histórias sensíveis são carregadas de emoções, sendo particularmente mobilizadas pelos sentimentos que consistem tanto na dimensão política quanto intelectual para o presente e futuro.

As discussões em torno de histórias sensíveis têm proporcionado novos trabalhos que permitam compreender particularidades, dificuldades e possibilidades dessa temática. A escola não pode esquivar-se de combater os diversos negacionismos, eventos traumáticos e passados socialmente vivos, pois “cada vez mais a escola é chamada a ensinar o trauma, a injustiça, o preconceito e o sofrimento de forma que alunos e professores possam se encontrar com os debates que se apresentam na produção da história” (Gil; Camargo, 2018, p. 141).

Considerações Finais

O Ensino de História tem se debruçado em torno das histórias sensíveis e inúmeras reflexões sobre o caráter traumático dessas experiências têm proporcionado novas possibilidades de construção do conhecimento histórico. A escola, como espaço privilegiado do saber histórico, precisa se desafiar a tratar desse passado vivo, que traz ressignificações sobre a vida e a aprendizagem histórica. Discutir a Segunda Guerra Mundial no Japão é tratar de conhecimento efetivo do passado e de posicionamento crítico sobre o mundo. Ainda que tenha adotado política imperialista na Ásia, o país foi vítima de bombas nucleares que impactaram sua sociedade e a forma como tratavam suas memórias sobre o ocorrido.

Gen Pés Descalços é uma obra que, na década de 1970, buscou trazer sentido para as inquietações da sociedade sobre seu passado e, com mensagem pacifista e antinuclear, questionou as ações de seu governo durante o conflito. Ao perpetuar o passado, trouxe o inenarrável à luz como forma de educar as futuras gerações frente ao desafio de uma sociedade globalizada e compromete-

tida com os direitos humanos. E como fonte para a disciplina de história, o mangá possibilita refletir sobre as experiências humanas ao contribuir para a formação dos sujeitos, onde a escola se torne efetivamente um local capaz de refletir as histórias sensíveis.

Referências

AGAMBEN, G. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALBERTI, V. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. *In: Palestra proferida no IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades*. Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Caicó (RN), p. 1-11, 17 a 21 de nov. de 2014.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? *In: GONÇALVES, Márcia de A et al. Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

BORRIES, B. V. Lidando com histórias difíceis: tipos de reconciliação com danos e culpas históricas. *In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; FRONZA, Marcelo; NECHI, Lucas Pydd. (Orgs.). Jovens e consciência histórica: Bodo von Borries*. Curitiba: W.A. Editores, 2018.

GIL, C. Z. de V.; CAMARGO, J. Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 139–159, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/430>. Acesso em: 28 mar. 2024.

ITO, K. Manga in Japanese History. *In: MACWILLIAMS, Mark Wheeler (Ed.). Japanese visual culture: explorations in the world of manga and anime*. New York: M.E. Sharpe, 2008.

NAKAR, E. Framing Manga: On Narratives of the Second World War in Japanese Manga, 1957–1977. *In: MACWILLIAMS, Mark Wheeler (Ed.). Japanese visual culture: explorations in the world of manga and anime*. New York: M.E. Sharpe, 2008.

NAKAZAWA, K. **Gen pés descalços vol 2**. Tradução de Drik Sada. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.

RÜSEN, J. **Cultura Faz Sentido**: Orientações Entre o Ontem e o Amanhã. Tradução de Nélio Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RÜSEN, J. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SADDI, R. O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 34, n. 02, p. 211-220, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/16989>. Acesso em: 23 mar. 2024.

“*Heróis da fé*”: a trajetória inicial de um *best seller* pentecostal (1944-1953)

Francisco Alexandre Gomes¹

Resumo

O livro *Heróis da fé*, escrito pelo missionário norte americano Orlando Spencer Boyer, apresenta as biografias de “*vingte homens extraordinários que incendiaram o mundo*”. Mas, antes de ser publicado como livro, algumas dessas biografias saíram de forma seriada, entre 1944 e 1948, nas páginas do jornal *Mensageiro da Paz*, veículo de comunicação oficial das Assembleias de Deus no Brasil. Em 1951 foi publicado o primeiro volume do livro *Heróis da Fé*, com as histórias de doze personagens e em 1953 foi lançado o segundo volume, contemplando as trajetórias de mais oito sujeitos. No presente trabalho o interesse recai menos sobre a interação entre leitor e texto no ato da leitura, do que sobre o impacto das condições materiais de circulação e recepção de uma obra sobre sua composição. Portanto, o estudo se ocupará das questões relativas às estratégias empreendidas na publicação seriada no jornal e na sua atualização para a edição em volumes, com ênfase nos processos de reelaborações, supressões e acréscimos no texto. As bases epistemológicas e metodológicas advêm da história do livro e da leitura preocupada em compreender as relações determinantes entre gênero textual e suporte de publicação, entre autor e seu meio editorial, entre o âmbito da recepção e as escolhas textuais. Foi possível observar que seguindo uma prática comum no Brasil – desde o século XIX, com os folhetins –, os pentecostais também testaram a receptividade de determinadas obras, publicando-as inicialmente de forma seriada em um periódico, para somente em um momento posterior editá-las como livro.

Palavras-chave: Jornal; Livro; Materialidade; Pentecostais.

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Introdução

O livro *Heróis da Fé* – nos dias atuais publicado em volume único –, escrito pelo missionário americano Orlando Boyer, narra histórias de vinte personagens (homens) do cristianismo ocidental. Atualmente, é considerado um *best seller*, com aproximadamente 20 edições e 63 reimpressões publicadas e mais de 300.000 exemplares vendidos.² O sucesso atual é desdobramento de uma história editorial com diversos capítulos. Seus primeiros passos foram dados na condição de artigos publicados no jornal *Mensageiro da Paz*, entre 1944 e 1948. Posteriormente, houve a transição de suportes, quando foi publicado na forma de livros, inicialmente o volume I, lançado em 1951 e depois o volume II trazido a público em 1953.

Estudos e autores da história do livro e da leitura, já há algum tempo procuram demonstrar que não existe leitura fora de um suporte, dentre estes, destaca-se Roger Chartier, para quem “[...] as obras não atingem seus leitores ou ouvintes, senão graças aos objetos e às práticas que os apresentam à leitura ou à audição” (Chartier, 2006, p. 309). Para Marlyse Meyer, publicações seriadas, a exemplo do romance folhetim, desde o século XIX, eram usados como espaço de experimentação e praticamente “[...] toda a ficção em prosa da época passa a ser publicada em folhetim, para então depois, conforme o sucesso obtido, sair em volume” (Meyer, 1996, p. 63).

Em novembro de 1944, quando Orlando Boyer publicou no jornal *Mensageiro da Paz* o primeiro artigo que iria compor o livro *Heróis da Fé*, ele já havia lançado seu primeiro livro para o público pentecostal, *Esforça-te para ganhar almas*, e pela quantidade de reedições (1944, 1948 e 1949), em um período de cinco anos, com boa recepção. Então, por qual razão o autor utilizou a estratégia da publicação seriada de algumas das biografias que comporiam os dois volumes do livro *Heróis da Fé*? A partir desta indagação, teve início esse trabalho, cujo objetivo principal é analisar o processo da transição de *Heróis da Fé* do jornal ao livro, como ainda, identificar diferenças nos textos publicados nos dois suportes.

Para isso, primeiramente realizei um levantamento da atuação de Orlando Boyer no campo da literatura pentecostal, nas décadas de 1930 e 1940, em

2 Cf. <https://www.cpad.com.br/herois-da-fe-651/p>.

seguida identificarei os artigos publicados no *Mensageiro da Paz* que depois compuseram o livro *Heróis da Fé*, e por último farei a comparação entre duas versões de uma mesma narrativa, publicada primeiro no jornal e depois como capítulo de livro. Por questão de espaço, este último procedimento se limitará ao texto sobre Ana e Adoniram Judson.

Orlando Boyer e a imprensa pentecostal no Brasil

Orlando (Orla)³ Spencer Boyer nasceu em Bedford, Iowa, USA, em 5 de março de 1893. Em 1927, juntamente com sua esposa Ethel Beebe Boyer, foram enviados ao Brasil, pelo Conselho de Missionários da Igreja de Cristo (não pentecostal) dos Estados Unidos. Inicialmente, permaneceram um ano aprendendo a língua portuguesa, no estado de Pernambuco, depois foram para o estado de Alagoas, ali passaram cerca de quatro anos, implantando pontos de evangelização em vários lugares, principalmente nas regiões interioranas. Quando, então, em 1932, vieram para o estado do Ceará, mais especificamente para as regiões Norte e Litoral Oeste do estado.

Durante sua estadia no Ceará, Orlando Boyer entrou em contato com os pentecostais, aderindo ao movimento em 1935. A partir de então, já filiado na Assembleias de Deus dos Estados Unidos, torna-se um missionário pentecostal no Brasil, e líder da Assembleia de Deus nos municípios de Camocim, Sobral e adjacentes, permanecendo no Ceará até 1942, quando se deslocou para o estado de Santa Catarina (Araújo, 2007).

Pelo jornal *Mensageiro da Paz* é possível identificar que no início da década de 1930, Orlando Boyer, mesmo antes de aderir oficialmente ao pentecostalismo, já estava envolvido na propagação da imprensa e da literatura pentecostal, como se lê no excerto a seguir:

Caros irmãos, muitas vezes, eu dizia à minha esposa: “Ora a Deus que é o único que te pode curar”. Eu dizia isto, porque tinha lido o “MENSAGEIRO DA PAZ”, que me fora oferecido pelo digno irmão senhor O. S. Boyer,

3 Nome oficial de registro. Orlando é uma versão aportuguesada.

residente, então em Ipu, hoje em Camocim. Minha esposa, porém, não tomou logo o meu conselho. Mas, depois de advertida que orasse a Deus, ao que ela atendeu, pela sua graça, está completamente curada. Aleluia! Bendito seja o nome do Senhor! Fomos batizados pelo O. S. Boyer, no Ipu, e apesar de sermos crentes novos, graças a Deus já temos sofrido perseguições por amor da Palavra de Deus. Domingos de Freitas – Serra da Ibiapaba/Ceará (*Mensageiro da Paz*, Ano III, nº 24, dezembro de 1933, p. 03)⁴.

Como visto, Orlando Boyer aderiu oficialmente ao pentecostalismo em 1935, mas, pelo menos, desde 1933, ele distribuía o jornal *Mensageiro da Paz*, órgão oficial das Assembleias de Deus no Brasil, como meio de evangelização no estado do Ceará.

Após aderir ao pentecostalismo, o papel de Orlando Boyer na distribuição de literatura entre os pentecostais no estado do Ceará é evidenciado no jornal assembleiano, que traz a indicação e uma pequena resenha, provavelmente escrita pelo missionário americano, do livro *O Apocalipse*, que era vendido por Boyer, em Camocim-CE:

UM LIVRO DE IMPORTANCIA – Há em português um livro importante denominado “O Apocalipse” escrito por R. H. Boll e traduzido por M. Wanderley. Recomendamos o livro, que tem uma explicação clara e bíblica sobre o Apocalipse de São João. Os pregadores e trabalhadores do Evangelho devem, em primeiro lugar, comprar o livro, pois há de ajuda-los muito em compreender, melhor, o último livro da Bíblia. Restam apenas uns 25º exemplares e, portanto, quem quiser adquirir êsse livro, que tem 93 pags, aproveite. O preço é apenas de 1\$500 o volume. Pedidos a O. S. Boyer. CAMOCIM – EST. DO CEARÁ (*Mensageiro da Paz*, Ano VI, nº 16, agosto de 1936, p. 06).

4 Nesta e demais citações das fontes, manterão a grafia tal qual encontradas no original.

Em dezembro do mesmo ano, o livro distribuído por Orlando Boyer estava esgotado. Neste período, além de destacar-se no processo de circulação de jornais, folhetos e livros, Orlando Boyer também atuou como tradutor, como anunciou o jornal:

ATRAVÉS DA BÍBLIA, TODOS OS ANOS – O nosso irmão missionário Boyer, acaba de apresentar um folheto traduzido por ele. O folheto nos mostra a possibilidade de se ler a Bíblia, toda, durante um ano, e a leitura está sistematicamente dividida, para cada dia. O nosso irmão nos diz que aquele que prometer ler a Bíblia, diariamente, pode escrever-lhe que receberá, gratuitamente, o referido folheto. O seu endereço é: O. S. Boyer, Camocim – Estado do Ceará (*Mensageiro da Paz*, Ano VII, nº 16, agosto de 1937, p. 07).

O trabalho de tradução de Orlando Boyer foi novamente posto em evidência em outubro de 1938, quando o jornal publicou um texto de página inteira, assinado pelo missionário. Era a tradução de um artigo publicado originalmente em inglês, sem indicação da fonte ou autor, sobre a destruição da cidade de São Pedro, nas Antilhas Francesas⁵.

Uma outra função que o missionário desempenhou, ainda na década de 1930, foi a de editor de um periódico. Em notícia publicada no jornal *Mensageiro da Paz*, na qual narra os afazeres eclesiásticos de Boyer no estado do Ceará, chama a nossa atenção o pedido que o missionário faz, para que lhe sejam envidas notícias que seriam publicadas em um mensário:

O. S. Boyer, Sobral. Nestes poucos dias, pregamos a bons auditórios, em Camocim, Granja, Sobral, Forquilha, S. Cruz, Crateús e Ibiapaba [...]. Em Sobral, realizamos cultos todas as noites em que estou em casa. Espero pregar na Forquilha no dia 9; em S. Cruz a 20 e 21; em Crateús a 22 e 23; em Ibiapaba 24 a 2 de Mar-

5 *Mensageiro da Paz*, Ano VIII, nº 17, outubro de 1938, p. 04.

ço, e de novo em Crateús, 3 do mês vindouro. Pedimos as orações dos irmãos, por estes cultos. MANDE-NOS JÁ, por fineza, as notícias daí, para folha de NOTÍCIAS, de Março. O. S. Boyer. Caixa Postal, 31 – Sobral, Ceará (*Mensageiro da Paz*, Ano IX, nº 07, abril de 1939, p. 08).

Até agora, não encontrei mais informações sobre o mensário publicado por Orlando Boyer, em Sobral-CE, mas é farto as evidências de que às atividades literárias de Boyer se intensificam nos anos 1940, após sua ida para o Sul do País. Em 1942 ele transferiu-se do Ceará para Santa Catarina, estado onde viveu por três anos, indo para, o então Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro, local onde ficava a redação do jornal *Mensageiro da Paz* e a sede provisória da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), editora da qual ele faz parte do quadro de funcionários, a partir de meados da década de 1940.

Em 1943, saiu mais uma tradução de Orlando Boyer no jornal, dessa vez foi de um artigo do líder pentecostal inglês Donald Gee, tratando sobre a leitura anual da Bíblia⁶. Sobre o mesmo tema, em dezembro daquele ano, foi publicado um artigo, dessa vez, de autoria do próprio Boyer, ocupando uma página inteira e mais um terço da seguinte⁷.

A estreia de Orlando Boyer como autor de livro ocorre em junho de 1944, a seguir o trecho do jornal com o anúncio de seu primeiro livro, *Esforça-te para ganhar almas*:

DOIS NOVOS LIVROS: que devem ser lidos por todos – A Casa Publicadora da Assembleia de Deus, acaba de publicar mais dois livros muito úteis. “Pontos Luminosos” é o título de um dos livros que vem de aparecer; trata-se de uma coletânea de artigos de Antônio Torres Galvão, publicados no *Mensageiro da Paz*, e agora enfeixados em um volume. O preço é de Cr\$ 8,00 cada volume. O segundo livro,

6 *Mensageiro da Paz*, Ano XIII, nº 10, maio de 1943, p. 02.

7 *Mensageiro da Paz*, Ano XIII, nº 23, dezembro de 1943, p. 02 e 03.

cujo título é “Esforça-te para ganhar Almas”, interessa diretamente todos os crentes, obreiros, pastores, enfim, interessa a todos, pois trata-se de um assunto atual e necessário nas igrejas. Este livro deve ser lido por todos, e os seus conselhos devem ser executados. Custa Cr\$ 5,00. Façam seus pedidos. Encomendas de mais de dez exemplares, damos 15% de desconto (*Mensageiro da Paz*, Ano XIV, nº 11, junho de 1944, p. 08).

O objetivo ao reproduzir o anúncio completo é primeiro pôr em relevo que a edição em livro de artigos anteriormente publicados no *Mensageiro da Paz* por escritores pentecostais não foi uma prática isolada de Orlando Boyer, antes dele outros autores já haviam utilizado essa estratégia, a exemplo de Antonio Torres Galvão⁸, com o livro *Pontos Luminosos*. Segundo, é mostrar a importância do jornal como meio de divulgação das publicações pentecostais. Pelo “*Mensageiro*” o público pentecostal, ficava sabendo dos lançamentos, dos autores, dos temas dos quais tratavam as publicações, do preço e o modo de aquisição. O jornal era o primeiro contato com a literatura pentecostal à época. Durante o ano de 1944 o livro *Esforça-te para ganhar almas*, foi anunciado e comentado algumas vezes.

Ainda em 1944, o jornal trouxe uma nota com o resumo do que seria um novo livro de Orlando Boyer, intitulado *Notas sobre João*.⁹ Este, que será o segundo livro do autor, foi lançado em junho de 1945.¹⁰ A partir de 1944 há uma maior incidência das publicações de Orlando Boyer no jornal. Entre 1945 e 1946, saíram vários artigos sobre o livro bíblico de Daniel. Estes artigos compuseram um livro, publicado em 1953, denominado *Daniel fala hoje*, inclusive, sendo recomendado para apoio nas aulas da Escola Bíblica Dominical¹¹. Aliás, Orlando Boyer, a partir do terceiro trimestre de 1946 foi autor de comentários na revista *Lições Bíblicas*, publicação trimestral que servia de suporte didático da escola bíblica das Assembleias de Deus, bem como publicou no *Mensageiro da Paz*, artigos sobre a importância dessa prá-

8 Mais detalhes sobre a atividade literária deste autor, pode ser vista em (Gomes, 2023).

9 *Mensageiro da Paz*, Ano XIV, nº 19, outubro de 1944, p. 06.

10 *Mensageiro da Paz*, Ano XV, nº 11, junho de 1945, p. 05.

11 *Mensageiro da Paz*, Ano XXIII, nº 14, julho de 1953, p. 05.

tica religiosa. O terceiro livro do autor, *Toda a família*, foi colocado à venda em 1948. Foi no interstício entre 1944 e 1948 que saíram inicialmente no *Mensageiro da Paz* alguns artigos que iriam compor o livro *Heróis da fé*. Como se verá na próxima seção.

A publicação seriada dos heróis da fé

Nas três últimas edições (nº 22, 23 e 24) do *Mensageiro da Paz*, em 1944, saíram, respectivamente, três artigos com a biografia de Jorge Muller. Esta também será o primeiro capítulo do segundo volume do livro *Heróis da Fé*, publicado em 1953. Os artigos, receberam o título de *Jorge Muller: apóstolo da fé*, mesmo título do capítulo do livro. O primeiro artigo saiu na segunda quinzena de novembro de 1944, ocupou a quarta página inteira e mais a metade da terceira coluna da quinta página, onde também anunciou a continuação; o segundo saiu na primeira quinzena de dezembro, ocupando completamente a segunda página da edição e indicou continuação; o terceiro artigo sobre Jorge Muller foi publicado na segunda quinzena de dezembro de 1944, ocupando a quarta página completa e a metade da página seguinte.

Após quase um ano da publicação da biografia de Jorge Miller saiu outra, dessa vez, sobre Jonatas Edward, na primeira quinzena de outubro de 1945. O artigo intitulado *Jonatas Edward e o grande despertar* ocupou completamente a quarta página do periódico e um terço da seguinte. A narrativa foi concluída em uma única edição do jornal. A biografia de Jonatas Edward foi publicada como o quinto capítulo do Volume I do *Heróis da Fé*, publicado em 1951. No livro recebeu o título de *Jonatas Edward – o grande despertador*.

A terceira biografia que saiu no jornal é a de Jorge Whitefield, intitulada *O príncipe dos pregadores*. Ela foi publicada nas duas edições do *Mensageiro da Paz* de abril de 1946. A primeira parte ocupou inteiramente a sexta página e uma pequena parte da oitava página. Não indicou continuidade. Porém, uma segunda parte com o mesmo título saiu na edição seguinte, ocupando a quinta página inteira. Esta história também será o sétimo capítulo do Volume I de *Heróis da Fé*, sob o título de *Jorge Whitefield – pregador ao ar livre*.

Um quarto herói teve suas histórias narradas no mês de junho de 1946, em duas tiragens sucessivas. Os artigos receberam o título de *Christmas Evans*:

o *“Bunyan de Gales”*. Na tiragem da primeira quinzena o texto ocupou cerca de dois terços da sexta página. A utilização do algarismo romano I, no início do artigo foi um indicativo de que haveria continuidade. A segunda e conclusiva parte da narrativa saiu na segunda quinzena de junho, ocupando inteiramente a quinta página do jornal. No livro, a biografia de Christmas Evans foi editada como o décimo capítulo do Volume I, com o mesmo título do artigo no jornal.

A quinta narrativa apresenta duas novidades. A primeira é a indicação no título de que serão dois personagens biografados; a segunda é que um dos personagens é uma mulher, Ana Judson. Sob o título de *Ana e Adoniram: pioneiros a Birmânia*, os artigos foram publicados nas duas quinzenas de julho e em ambas as edições ocuparam cerca de uma página completa do jornal. Na versão publicada como o décimo segundo capítulo do Volume I de *Heróis da Fé*, o nome de Ana é excluído do título que foi renomeado como: *Adoniram Judson – missionário, pioneiro a Birmânia*. Na próxima seção, as exclusões e acréscimos entre as versões publicadas no jornal e no livro, serão apresentadas com mais detalhes.

Na segunda quinzena de agosto de 1946, foi publicado o artigo intitulado *Henrique Martin (Missionário pioneiro à Pérsia)*. A biografia deste personagem saiu em apenas uma edição e ocupou cerca de dois terços da quinta página do jornal. Na versão em livro, foi publicado como o nono capítulo do Volume I, com a seguinte diferença no subtítulo: *Henrique Martin – Luz inteiramente gasta por Deus*.

Passado um ano da publicação da biografia de Henrique Martin, uma nova história veio à tona. Entre agosto e novembro de 1947, saiu a série mais longa de uma mesma narrativa dos heróis da fé publicada no jornal. Intitulada de *Dwight Lyman Moody: ganhador de almas*, ocupou seis distintos números, algo demarcado pelo editor do periódico: “Este artigo é uma série de seis sobre Moody, o ganhador de almas”. (*Mensageiro da Paz*, Ano XVII, nº 16, agosto de 1947, p. 03). A biografia de Moody compôs o Volume II de *Heróis da Fé*, sendo o oitavo capítulo intitulado de *Dwight Lyman Moody – célebre ganhador de almas*.

O último personagem que teve a história editada de forma seriada no *Mensageiro da Paz*, antes da publicação do livro, foi Carlos Handon Spur-

geon. Os dois artigos saíram, respectivamente, na segunda quinzena de agosto e na primeira de setembro de 1948. Tendo por título apenas *Carlos Handon Spurgeon*. A primeira parte ocupou toda a quarta página e uma pequena parte da página seguinte; a segunda parte ocupou a terceira página inteira. No Volume II do livro, publicado em 1953, a biografia foi o sexto capítulo e saiu com o título de *Carlos Spurgeon – o príncipe dos pregadores*.

Por enquanto, analisei à estrutura dos textos publicados – suportes de leitura selecionados, aspectos da materialidade das publicações (periodicidade e espaço ocupado no jornal), levantamento dos artigos publicados de forma seriada e articulação dos capítulos do livro. Em termos de comparação, a diferença destacada foi entre os títulos dos artigos do jornal e dos capítulos do livro. Exceto, para as biografias de Jorge Miller e Christmas Evans, nos demais houve modificações nos títulos. A seguir, compararei o texto *Ana e Adoniram: pioneiros a Birmânia*, publicado no jornal, com o texto do capítulo *Adoniram Judson – missionário, pioneiro a Birmânia* publicado no Volume I de *Heróis da Fé*, em 1951.

O “sumiço” de Ana do Panteão de *heróis da fé*

O título atual, *Heróis da Fé: vinte homens extraordinários que incendiaram o mundo*¹², destaca o “sumiço” de Ana do panteão dos heróis biografados por Orlando Boyer. São *vinte homens extraordinários*, não há nenhuma mulher. Mas, a exclusão do único nome feminino dentre os heróis da fé quando os artigos foram publicados de forma seriada no jornal *Mensageiro da Paz* ocorreu desde a publicação do primeiro volume do livro *Heróis da Fé*, publicado pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), em 1951.

Nesta seção a investigação utilizará uma perspectiva dos estudos comparados e terá como aporte teórico o conceito de *intermedialidade*, entendido como:

[...] às relações entre mídias, às interações e interferências de cunho midiático. Daí dizerem que “intermedialidade” é, em primeiro lugar,

12 <https://www.cpad.com.br/herois-da-fe-651/p>.

um termo flexível e genérico, “capaz de designar *qualquer* fenômeno envolvendo mais de uma mídia” (Wolf, 1999, p. 40-41), ou seja, qualquer fenômeno que – conforme o prefixo *inter* indica – ocorra num espaço *entre* uma mídia e outra(s). Logo, o cruzamento de fronteiras midiáticas vai constituir uma categoria fundadora da intermedialidade (Rajewsky, 2002, p. 11-15) (Rajewsky, 2012, p. 52, grifos no original).

Conforme Irina Rajewsky, a transposição intermediária consiste em um método de transformação de uma mídia em outra, isto é, a transformação de um determinado produto de mídia – a exemplo de um texto –, ou de seu substrato em outra mídia. A partir desta perspectiva, será analisado o processo de transposição do artigo sobre Ana e Adoniram no jornal para o capítulo do livro *Heróis da Fé*, tentando compreender como a mudança no tipo de mídia implicou em diferentes arranjos, tais como acréscimos e exclusões de nomes de personagens, fatos e parágrafos introdutórios.

O primeiro aspecto que recebe destaque é o título, enquanto no jornal foi nomeado como *Ana e Adoniram: pioneiros à Birmânia*, quando passa para o suporte livro o nome de Ana é excluído e o título do capítulo passa a ser *Adoniram Judson – Missionário pioneiro à Birmânia*. Esta alteração, ao que tudo indica, foi uma forma do autor adequar o livro ao posicionamento majoritário das lideranças da igreja, no que pese a questão de gênero. Construir um panteão de heróis da fé com a presença de uma mulher não estava de acordo com a prática negacionista da presença feminina nas posições de destaque das Assembleias de Deus, tema já muito bem discutido nos estudos de (ALENCAR, 2019) e (VILHENA, 2018).

No jornal, o artigo saiu nos dois números de julho de 1946, em ambos ocupou cerca de uma página do periódico. No livro, foi o décimo segundo capítulo do Volume I, no qual há um retrato de Ana e Adoniram Judson, na página 122. O texto do capítulo vai da página 123 a 133. A primeira parte do artigo publicado no jornal, narrando os passos iniciais de Adoniram nos Estados Unidos, seu casamento e seu chamado missionário até a chegada na Birmânia, juntamente com Ana, é praticamente semelhante ao texto do capítulo do livro, que vai da página 123 até o início da página 128, com raras

exceções em alguns verbos, tempos verbais ou adjetivos, mas que não comprometem a estrutura da narrativa.

A segunda parte do artigo, inicia com um parágrafo introdutório, lembrando ao leitor que outra parte da narrativa já havia sido publicada antes:

Já vimos como Ana e Adoniram Judson por serem perseverantes em seguir a direção de Deus, abriram justamente o ponto mais estratégico para iniciar o evangelismo no grande continente da Ásia. Estes heróis da fé não só iniciaram com perseverança mas continuaram até o fim das suas vidas (*Mensageiro da Paz*, Ano XVI, nº 14, julho de 1946., p. 05).

Por razões óbvias, esta introdução não consta no livro. E é o acréscimo mais significativo que se tem no texto jornalístico em relação ao do livro. O parágrafo introdutório publicado no jornal pode ser compreendido como o emprego de estratégias narrativas, da parte de Orlando Boyer, para gerar uma contínua interação do autor com o leitor.

Enquanto no livro, a partir da página 128 até a 133, há pelo menos, quatro acréscimos inexistentes no jornal. O primeiro deles refere-se ao período da prisão de Adoniram Judson na Birmânia. A seguir o texto como saiu nos diferentes suportes:

Por onze meses, estive em cadeias preso em Ava, naquele tempo a capital da Birmânia. Passou alguns dias com mais sessenta outros sentenciados à morte, encerrado num edifício escuro, quente, abafado e imundo. Além de sofrer, tendo os pés e mãos no tronco ou pendurado pelos pés, tinha de ouvir constantemente os gemidos misturados com o falar torpe dos mais endurecidos criminosos da Birmânia. As cinco cadeias de ferro pesavam tanto, que levou as marcas no corpo até à morte. Depois de solto desta prisão ainda ficou preso até completar, ao todo. Vinte e um longos meses (*Mensageiro da Paz*, Ano XVI, nº 14, julho de 1946, p. 05).

Durante onze meses, estive em cadeias preso em Ava, naquele tempo a capital da Birmânia. Passou alguns dias com mais sessenta outros sentenciados a morte, encerrado em um edifício sem janelas, escuro e quente, abafado e imundo em extremo. Passava o dia com os pés e mãos no tronco. Para passar a noite, o carcereiro enfiava-lhe um bambú entre os pés acorrentados, juntando-o com outros prisioneiros e, por meio de cordas, arribou-os até apenas os ombros descansarem no chão. Além deste sofrimento, tinha de ouvir constantemente os gemidos misturados com o falar torpe dos mais endurecidos criminosos da Birmânia. Vendo os outros prisioneiros arrastados para fora para morrer às mãos do carrasco. Judson podia dizer: “Cada dia morro”. As cinco cadeias de ferro pesavam tanto, que levou as marcas das algemas, no corpo até à morte. Certamente êle não teria resistido, se a sua fiel esposa não tivesse conseguido permissão do carcereiro para no escuro da noite, levar-lhe comida e consolá-lo com palavras de esperança. Um dia porém, ela não apareceu; essa ausência durou vinte longos dias. Ao reaparecer, trazia nos braços uma criancinha recém-nascida (Boyer, 1955, p. 128-129).

O segundo acréscimo no livro é na parte da narrativa em que o autor trata da morte de Ana Judson, a seguir a comparação entre os dois textos:

Não muito depois de ser liberto da prisão, a sua querida esposa morreu. Como é tocante a história da dedicação de Ana Judson ao marido e a parte que desempenhou no trabalho e em casa, até a morte. Alguns meses depois da morte da esposa de Judson, a sua ultima filha também morreu (*Mensageiro da Paz*, Ano XVI, nº 14, julho de 1946, p. 05).

Judson, uma vez liberto da prisão, apressou-se o mais possível para chegar a casa, mas tinha as pernas estropeadas pelo longo tempo que passara

no cárcere. Fazia muitos dias que não recebia notícias de sua querida Ana! Ela ainda vivia? Por fim, encontrou-a, ainda viva, mas com febre, e próxima à morte. Dessa vez ela ainda se levantou, mas antes de completar 14 anos na Birmânia, faleceu. Comove a alma ao ler a dedicação de Ana Judson ao marido, e a parte que desempenhou na obra de Deus, e em casa até o dia da sua morte. Alguns meses depois da morte da esposa de Judson, a sua filha também morreu (Boyer, 1955, p. 129).

Um terceiro acréscimo é um episódio que se passou durante o retorno temporário de Adoniram Judson aos Estados Unidos:

Porém, depois de passar trinta e dois anos sem ausentar-se da Birmânia, naturalmente, sentia-se como entre estrangeiros e não queria levantar-se perante o público para falar na sua língua materna. Também, sofria dos pulmões e foi necessário que outrem repetisse para o povo o que só podia dizer cochichando. Passara apenas oito meses entre seus patrícios, quando se casou de novo e embarcou, segunda vez para a Birmânia (*Mensageiro da Paz*, Ano XVI, nº 14, julho de 1946, p. 05).

Porém, depois de passar trinta e dois anos ausente na Birmânia, naturalmente, sentiu-se como se estivesse entre estrangeiros, e não queria levantar-se diante do público para falar na língua materna. Também, sofria dos pulmões e era necessário que outrem repetisse para o povo o que ele apenas podia dizer balbuciando. Conta-se que, certo dia num trem, entrou o vendedor de jornais. Judson aceitou um e, distraído começou a lê-lo; o passageiro ao lado chamou-o a atenção, dizendo que o rapaz ainda esperava o níquel pelo jornal. Olhando para o vendedor, pediu desculpas, dizendo que pensara que oferecessem o jornal de graça, pois ele estava acostumado a distribuir muita literatura na Bir-

mânia sem cobrar um centavo, durante muitos anos. Passara apenas oito meses entre seus patrícios, quando se casou de novo e embarcou pela segunda vez para a Birmânia (Boyer, 1955, p. 130-131).

O quarto acréscimo que foi identificado no livro trata-se de uma experiência de natureza pentecostal, vivenciada por Adoniram. Não custa lembrar que o pentecostalismo moderno é um fenômeno religioso que surgiu no início do século XX (Synan, 2009). Mas, Orlando Boyer acrescenta “as visões” do missionário pioneiro na Birmânia, ocorridas durante o século XIX, na versão da biografia publicada no livro, o que não havia acontecido no artigo do jornal, como se lê a seguir:

As horas que passou diariamente suplicando a Deus, o qual dá mais do que tudo quanto pedimos ou pensamos, não foram perdidas. Acrescentamos o último parágrafo da biografia de Adoniram Judson escrita por um dos seus filhos. Quem pode lê-lo sem sentir o Espírito Santo o animar para uma parte ativa e definida de levar o Evangelho a um dos muitos lugares escuros? (*Mensageiro da Paz*, Ano XVI, nº 14, julho de 1946, p. 05).

As horas que passou diariamente suplicando a Deus, o qual dá mais do que tudo quanto pedimos ou pensamos, não foram perdidas. Durante os últimos dias da sua vida fazia menção, muitas vezes, do amor de Cristo. Com os olhos iluminados e as lágrimas correndo-lhe pelas faces, exclamava: “Oh, o amor de Cristo! O maravilhoso amor de Cristo, a bendita obra do amor de Cristo!” Certa ocasião êle disse: “Tive tais visões do amor condescendente de Cristo e as glórias dos céus, creio, como quasi nunca são concedidas aos homens. Oh, o amor de Cristo! É o mistério da inspiração da vida e a fonte da felicidade nos céus. Oh, o amor de Jesus! Não o podemos compreender agora, mas quão grande ensaio será para toda a eternidade!” Acrescen-

tamos o último parágrafo da biografia de Adoniram Judson escrita por um dos seus filhos. Quem pode lê-lo sem sentir o Espírito Santo o animar para uma parte ativa e definida de levar o Evangelho a um dos muitos lugares sem o Evangelho? (Boyer, 1955, p. 132).

Os enxertos reproduzidos anteriormente, tiveram um propósito comparativo, como o de mostrar que apesar do capítulo *Adoniram Judson – Missionário pioneiro à Birmânia*, do Volume I, de *Heróis da Fé*, publicado em 1951, ter sua matriz em uma composição tipográfica já pronta e publicada como artigo sob o título *Ana e Adoniram: pioneiros à Birmânia*, no jornal *Mensageiro da Paz*, em julho de 1946, a versão do livro não foi uma mera reprodução da edição no jornal. O “sumiço” de Ana, no título do capítulo do livro, é muito representativo disso.

Para além, existiram outras diferenças entre o texto de 1946 e o de 1951. Na segunda edição, o autor substituiu verbos, tempos verbais e adjetivos, assim como retirou um parágrafo introdutório existente na versão seriada e acrescentou ou reelaborou episódios, a exemplo das cenas sobre a prisão de Adoniram em Ava, a morte de Ana, a estadia temporária do missionário nos Estados Unidos e as visões pentecostais de Judson, às vésperas da morte.

Considerações finais

Este trabalho desenvolveu-se a partir da seguinte questão: por qual razão Orlando Boyer publicou parte dos textos que iriam compor o livro *Heróis da Fé*, de forma seriada no jornal *Mensageiro da Paz*? Para respondê-la, primeiro apresentei a trajetória do autor no Brasil, mormente, sua relação com a imprensa pentecostal; em seguida inventariei os textos publicados como artigos no jornal e que posteriormente compuseram os volumes I e II do livro; e por último comparei a narrativa sobre Ana e Adoniram Judson no jornal com a do livro, destacando os processos de reelaborações, supressões e acréscimos no texto.

Estudos recentes sobre o pentecostalismo no Brasil, como os de (Alencar, 2010), (Fajardo, 2019), (Gomes, 2021) e (Lourenço, 2018) mostram a importância do *Mensageiro da Paz* no processo de difusão das ideias pentecostais

pelo país. No final da década de 1940, período no qual Orlando publicou os artigos sobre os heróis da fé no jornal, sua tiragem quinzenal alcançou a marca de mais de trinta mil exemplares, sendo que pelas estimativas da própria igreja, o número de assembleianos no Brasil, à época, era em torno de 200.000.

Dito isto, a hipótese defendida neste trabalho é que Orlando Boyer utilizou inicialmente o jornal como suporte de publicação dos textos que comporiam o livro, para aproveitar à abrangência, o alcance e a capilaridade do jornal no meio pentecostal. Estudos como o de (Meyer, 1996), já demonstraram que esta foi uma estratégia recorrente no Brasil, desde meados do século XIX, para o caso do romance-folhetim, que eram publicados primeiro na imprensa, para testar a receptividade, e depois editados como livro. A novidade aqui consiste em mostrar o alargamento da prática até meados do século XX, com um gênero literário peculiar, isto é, biografia religiosa e para um público leitor novo, os pentecostais.

Referências

- ALENCAR, Gedeon Freire. **Assembleias de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)**. São Paulo: Arte Editorial, 2010.
- ALENCAR, Gedeon Freire. **Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleias de Deus – 1911 a 2011**. 2ª Ed. Ampl. São Paulo: Editora Recriar, 2019.
- ARAÚJO, Isael de. **Dicionário do Movimento Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.
- BOYER, Orlando S. **Heróis da fé**. Vol. I, 3ª Ed. Livros Evangélicos: Rio de Janeiro, 1955.
- BOYER, Orlando S. **Heróis da fé**. Vol. II, 2ª Ed. Livros Evangélicos: Rio de Janeiro, 1954.
- FAJARDO, Maxwell Pinheiro. **Onde a luta se travar: uma história das Assembleias de Deus no Brasil**. 2. ed. atual. São Paulo: Editora Recriar, 2019.
- GOMES, Francisco Alexandre. A biblioteca pentecostal: um inventário da produção editorial das Assembleias de Deus no Brasil (1930-1949). In: WILLIAM, Eder (Org.). **Diálogos sobre o pentecostalismo: novas histórias, novas narrativas**. Joinville: Santorini, p. 58-81, 2022.

GOMES, Francisco Alexandre. “Os sinais dos tempos”: a iminência do milênio na escrita do intelectual pentecostal Antônio Torres Galvão nas décadas de 1930 e 1940. *In: Anais do 32º Simpósio Nacional de História (ANPUH Nacional)* – Democracia e direitos humanos: desafios para uma história profissional. São Luís: UEMA, 2023, p. 01-17. Disponível em: https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1692471979_ARQUIVO_ffcc86c87863b7cf5b2542c81cd66f26.pdf.

LOURENÇO, Osiel. **Pentecostalismo na esfera pública**: uma análise a partir do jornal Mensageiro da Paz. Joinville-SC: Editora Santorini, 2018.

MEYER, Marlyse. **Folhetim**: Uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RAJEWSKY, Irina. A fronteira em discussão: o status problemático das fronteiras midiáticas no debate contemporâneo sobre intermedialidade. *In: DINIZ, Thaís Nogueira; VIEIRA, André Soares (Orgs.). Intermidialidade e estudos interartes*: desafios da arte contemporânea. Vol. II. Belo Horizonte: Rona Editora/UFMG, 2012, p. 51-73.

SYNAN, Vinson. **O século do Espírito Santo**: 100 anos do avivamento pentecostal e carismático. São Paulo: Editora Vida, 2009.

VILHENA, Valéria Cristina. **Frida Maria Strandberg (1891-1940)**: mais do que esposa de pastor. São Paulo: Fonte Editorial, 2018.

Mulheres na literatura: a virada do século XX

Tainah Freitas Rosa¹

Cinco séculos foram necessários para que as mulheres passassem de musas inspiradoras para escritoras. Essa constatação parte de um resgate histórico sobre a trajetória das mulheres no mundo da literatura, demonstrando quão distantes elas estavam no acompanhamento da evolução social, política e cultural da sociedade em que viviam. O breve compilado a seguir comprova a lenta imersão das mulheres na literatura ocidental, feita, sobretudo, a ressalva que muitas outras devem ter existido, mas não obtiveram visibilidade ou não sobreviveram ao apagamento que atingiu a literatura feminina ao longo do tempo.

Em 1405, quase no fim da Idade Média, Christine de Pisan escreveu *A Cidade das Damas* (ou *A Cidade das Mulheres*), em uma das primeiras tentativas de se falar em igualdade entre homens e mulheres e das condições de vida da mulher medieval. Duzentos anos mais tarde, já na Idade Moderna, a italiana Moderata Fonte escreveu *Valor da Mulher* em 1600; logo em seguida, em 1601, a também italiana Lucrecia Marinelli lançou *A nobreza e a excelência da mulher*. Em ambos, as autoras denunciaram a situação de clausura e silenciamento das mulheres.

No século XVIII, podemos destacar alguns ensaios sobre a condição da mulher, a começar por Mary Astell, tida como a primeira feminista da Inglaterra. Em *Some reflexions upon marriage*, de 1700, a autora ironizou a inferioridade da mulher, mas, paradoxalmente, talvez influenciada por seu conservadorismo religioso, corrobora com a segregação ao fazer comparações como associar o marido ao rei e a mulher ao súdito. Já no final desse século, Mary Wollstonecraft escreve *The female reader*, em 1789, e o mais conhecido *Vindication of the rights of woman*, de 1792. Esse último é considerado o primeiro escrito de filosofia feminista por apregoar uma ideologia de igualdade e de acesso à educação para as mulheres. Entre a publicação dos dois textos de Wollstonecraft, a francesa Olympe de Gouges lança, em 1791, a *Declaração*

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Uberlândia.

dos direitos da Mulher e da Cidadã, em resposta à Declaração dos Direitos do Homem, que deixava as mulheres à margem. Nessa época, as mulheres começaram a escrever não apenas para protestar, mas também para ajudar o sustento da família e, a partir de então, tem início o processo revolucionário que Virginia Woolf referenciou em *Um teto todo seu*:

Assim no término do século XVIII promoveu-se uma mudança que, se eu estivesse reescrevendo a história, descreveria mais integralmente e consideraria de maior importância do que as Cruzadas ou as Guerras das Rosas: a mulher da classe média começou a escrever (1990, p. 82).

Já no século seguinte, inspirado no texto de Gouges, a brasileira Nísia Floresta escreveu *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, em 1832. Poucos anos depois, em 1843, a francesa Flora Tristán reclamou direitos para as mulheres em *União Operária*. É importante destacar que esses últimos abordam questões de classe e de trabalho, diferenciando-se de outros que enfocavam essencialmente direito civis como voto e educação.

Outra figura marcante do século XIX é Sojourner Truth. Em 1851, a ex-escrava, nascida em 1797 como Isabella, fez seu celebre discurso “*Eu não sou uma mulher?*” durante uma Convenção pelos Direitos das Mulheres, em Ohio. Com a coragem de quem fugiu da escravidão e viu os filhos serem vendidos como escravos, Sojourner defendeu os direitos das mulheres diante de uma plateia hostil. Até o fim da vida, em 1883, ela lutou pela causa das mulheres e seu discurso é reconhecido como uma marca histórica do feminismo negro, sendo, talvez, o ponto de partida para a conscientização sobre a ausência de uma identidade única para mulheres, mote da segunda onda feminista que só aconteceria um século depois. Já naquela época, estava claro que as lutas eram bastante distintas, embora não se excluíssem. Três anos depois do discurso de Truth, a britânica Barbara Leigh-Smith Bodichon, educadora e líder feminista, lançou *A brief summary in plain language of the most important laws concerning women*, texto que ajudou a fundar a legislação sobre as propriedades da mulher casada. Mais tarde, fundou um jornal que discutia emprego e direitos civis para as mulheres, além de ter trabalhado pelo acesso das mulheres à universidade

Outro texto simbólico do período é *A sujeição das mulheres* (1968), do filósofo e economista John Stuart Mill. Nessa obra, ele se junta à luta das mulheres ao desmitificar a naturalidade da subordinação de um sexo em relação a outro, ao mesmo tempo em que ressalta as diferenças entre o homem e a mulher como algo positivo. Também, ele defende o acesso das mulheres à educação e alerta para o pouco tempo que as mulheres têm para si mesmas. Ainda no século XIX, vemos o feminismo surgir como ideologia política, acompanhando os crescentes movimentos por direitos civis dos marginalizados.

Até aqui, a ampliação do acesso à educação permitiu às mulheres adentrarem o século XIX podendo fazer literatura, mas com bastante enfrentamento. O trecho a seguir resume, de forma poética, essa coragem:

Seria preciso uma jovem muito resoluta, em 1828, para desconsiderar todas aquelas afrontas e repressões e promessas de prêmios. Era preciso ser uma espécie de incendiária para dizer para si mesma: Ah, mas eles não podem comprar a literatura também! A literatura é franqueada a todos. Recuso-me a permitir que você, por mais Bedel que seja, me mande sair do gramado. Tranque suas bibliotecas, se quiser, mas não há portão, nem fechadura, nem trinco que você consiga colocar na liberdade de minha mente (Woolf, 1990, p. 94).

Publicado em 1929, *Um teto todo seu*, de Virginia Woolf, de onde foi extraído o trecho citado, é um grande marco para estudiosos da literatura feita por mulheres por escancarar um cenário típico da situação feminina: a falta de dinheiro e de privacidade não permitiam às mulheres escrever ficção, além da ocupação com o cuidado da família e dos afazeres domésticos. A escritora foi uma grande defensora do tema e produziu vários outros textos, alguns deles reunidos em *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Bastante lúcida sobre sua condição de mulher privilegiada pela educação e pelos recursos financeiros (em parte advindos da herança de sua tia), ela contribuiu significativamente para a reflexão sobre a posição das mulheres na sociedade e suas dificuldades em viver da literatura. Acompanhemos seu pensamento sobre o tema no excerto seguinte:

Mas o que é necessário não é apenas a educação. É que as mulheres tenham liberdade de experiência, possam divergir dos homens sem receio e expressar claramente suas diferenças [...]; que todas as atividades mentais sejam incentivadas para que sempre existam um núcleo de mulheres que pensem, inventem, imaginem e criem como a mesma liberdade dos homens e, como eles, não precisem recear o ridículo e a condescendência (Woolf, 2013, p. 50).

Mesmo com cenário ainda desafiador, as mulheres adentram o século XX conquistando mais largamente seu espaço nas estantes de livros. Para elas, a oportunidade de viver da literatura e narrar suas angústias; para os leitores, a oportunidade de ver a história contada por quem sempre foi “narrada”.

Extrapolando a literatura, mas sem romper com ela, temos uma importante marca da chamada primeira onda feminista: o livro *O segundo sexo* (1949) de Simone de Beauvoir. Na obra, a autora rechaçou o essencialismo da natureza feminina ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Beauvoir mostra como a identidade da mulher constrói-se em oposição à do homem, pois, em uma sociedade sexista que define o homem como o universal e a mulher o particular, ele é considerando o “Um” enquanto ela é o “Outro”. Quase duas décadas depois, o médico Robert Stoller lançou *Sex and Gender: The development of the Masculinity and Femininity*, tratado que diferencia o sexo e o gênero, inaugurando uma nova discussão no meio social e literário. Embora bastante específico e técnico, o texto excedeu os limites da medicina e da psicologia ao diferenciar “sexo” e “gênero”. Consciente da problemática e variável definição dos termos gênero e identidade, ele criou o termo “identidade de gênero” para explicar a diferença entre o sexo, gerado pelo componente biológico que diferencia e determina a mulher e o homem; e o gênero, o “fenômeno psicológico” que engloba comportamentos, sentimentos, pensamentos e fantasias que estão relacionados com os sexos, mas não tem conotações essencialmente biológicas.

Mais tarde, quando o termo havia se difundido nas ciências humanas e sociais, a pesquisa da estadunidense Joan Scott veio colaborar com a caracterização do termo gênero. Em seu ensaio mais famoso, “Gênero: uma categoria

útil de análise histórica”, de 1986, ela questionou a dicotomia sexo x gênero tal como fora utilizada, isto é, o primeiro da ordem da natureza, e o segundo, da ordem da cultura. Somando teorias sobre discurso, desconstrução e poder, ela apregoa que o gênero é uma forma de organização social estabelecida por meio das diferenças entre os sexos e ligada a relações de poder.

Até aqui, essa concisa contextualização serviu para mostrar como a escrita permitiu à mulher ser ouvida e buscar seus direitos como cidadã, até que, paulatinamente, com o avançar dos séculos, os estudos sobre a mulher passaram a estudos sobre o gênero. Essa transição é especialmente importante porque quando a história e a sociologia mostraram-nos que o feminino é construído, constatamos que o masculino também o é. E a literatura, como representação de perspectivas do real, acompanhou essa transição, de forma que, hoje, os estudos sobre gênero estão amplamente presentes na teoria e na crítica literária.

No avançar do século XX, teve início a segunda onda feminista, quando os termos “diferenças” e “identidades” vieram se juntar às outras reivindicações das mulheres. A título de contextualização, podemos destacar alguns escritos que refletem a preocupação do período, direcionada para temas como liberdade sexual e a identidade feminina: *A mística feminina* (*The feminine mystique*, 1963) de Betty Friedan, *Política Sexual* (*Sexual Politics*, 1969) de Kate Millet, *A mulher eunuco* (*The Female Eunuch*, 1970) de Germaine Greer, *A dialética do sexo* (*The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution*, 1970) de Shulamith Firestone, *A imaginação feminina* (*The female imagination*, 1975) de Patricia Meyer Spacks, *Mulheres literárias* (*Literary Women*, 1976) de Ellen Moers, *A louca no sótão* (*The madwoman in the attic*, 1979) de Sandra Gilbert e Susan Gubar

Os sete escritos dados como exemplo acima constituíram o que Elaine Showalter denominou de “ginocrítica”. A escritora estadunidense parametrizou a crítica literária feminista ao situar sua investigação sob dois pontos de vista: a mulher leitora e a mulher escritora. Segundo ela, a partir da década de 70 (1994, p. 29):

A crítica feminista mudou gradualmente seu foco das leituras revisionistas para uma investigação consciente da literatura feita por mulhe-

res. A segunda forma de crítica feminista produzida por este processo é o estudo da mulher como escritora, e seus tópicos são a história, o estilo, os temas, os gêneros e a estrutura dos escritos das mulheres; a psicodinâmica da criatividade feminina; a trajetória da carreira feminina individual ou coletiva; e a evolução e as leis de uma tradição literária de mulheres. Como não existe um termo em inglês para este discurso crítico especializado, inventei o termo *gynocritics* (ginocrítica).

Além de estabelecer a distinção entre crítica feminista (a mulher leitora de obras escritas por homens) e a ginocrítica (a mulher como escritora), o trabalho de Showalter ajudou a criar uma tradição literária feminina, uma vez que a ginocrítica ajudou a redesenhar uma genealogia da escrita feminina, ignorada ou mal interpretada pelos críticos masculinos. Nesse sentido, sua pesquisa corroborou para a releitura do cânone literário, tradicionalmente masculino, por elevar a literatura feminina e procurar inseri-la nesse cânone excludente.

Outra contribuição significativa, retomada posteriormente por Toril Moi, é a definição das fases pelas quais passa a literatura feminina. Segundo Showalter, elas se dividem cronologicamente, embora não se excluam.

Em um primeiro momento, balizado entre 1840 a 1880, a literatura produzida pode ser considerada “*feminine*”. Sua característica principal é a reprodução dos padrões comportamentais da tradição dominante e a internalização de tais padrões nos papéis sociais. Ilustram esse período os romances *Jane Eyre* e *Shirley*, de Charlotte Brontë.

A fase seguinte, batizada de “*feminist*”, é compreendida entre os anos 1880 e 1920. Sua marca fundamental é o princípio do questionamento e ruptura dos valores e padrões em vigor e a defesa dos direitos dos marginalizados. *Mrs. Dalloway*, de Virginia Woolf, é uma das obras desse período.

A última delas, chamada de “*female*” (traduzida como “mulher” ou “fêmea”, dependendo do autor), tem início após a década de 20 e permanece até os dias atuais. Nesse momento, a autodescoberta e, conseqüentemente, a luta por uma identidade (ou identificação) própria, incluindo grupos excluídos,

é simbolizada por *A cor púrpura*, de Alice Walker, além dos contos de Angela Carter.

Tal trajeto permitiu evidenciar que a emancipação das mulheres passava estritamente pelo questionamento das crenças e de comportamento arraigados na sociedade. A propósito, é importante observar que esses questionamentos também ganhavam a voz masculina. Quando John Stuart Mill escreveu *A sujeição das mulheres*, ele procurou mostrar a ausência de explicação para a inferioridade das mulheres em relação aos homens. Sua convivência com a esposa, Harriet Taylor, atuante e defensora da causa das mulheres, permitiu-lhe examinar a disparidade de oportunidades entre os sexos.

No final do século XX, mesmo já tendo avançado em muitas conquistas, a mulher ainda luta contra a opressão patriarcal que a coloca em posição de subalternidade. A presença do conceito de desconstrução vem se juntar a outras teorias e reforçar a luta do movimento feminista, propondo a quebra de paradigmas oposicionistas que dominam o pensamento ocidental. É nesse período que o sociólogo francês Pierre Bourdieu vem debater a questão da dominação masculina e como ela opera socialmente. Para ele, a dominação da mulher pelo homem é uma forma de violência simbólica que, por sua vez, é fruto de uma estrutura de dominação construída por meio das instituições (Família, Igreja, Escola e Estado). Embora ele não tenha trabalhado um conceito de gênero específico, a teoria presente em *A dominação masculina* é fundamental para os estudos de gênero porque problematizou a forma simbólica de hierarquia entre o feminino e o masculino, tão imbrincada no consciente coletivo. Também, seus estudos contribuíram para a crítica pós-estruturalista, em especial a questão das oposições binárias e da politização do corpo, conceito essencial para Judith Butler.

Vimos ainda que, no século passado, por meio do estudo de sociólogos e filósofos como Michael Foucault e Jacques Derrida, teorias sobre o discurso, desconstrução, sexualidade e identidade de gênero vieram fomentar a crítica literária. Quando o século XX teve início, as reivindicações femininas centravam-se em conquistas de direitos civis, do livre acesso ao conhecimento e a liberdade de escolha sobre seu destino. Contudo, tais “bandeiras” diziam respeito, quase sempre, às mulheres brancas e de classe média. Foi então que a segunda onda feminista surgiu para discutir questões que atingiam também

as mulheres marginalizadas, seja pela cor, pela classe, pela etnia, pela orientação sexual ou pela união de mais de uma dessas.

“Todas as mulheres que escrevem são alunas de grandes escritores masculinos” (2006, p. 102). Com essa afirmação, Mill atribui ao processo geracional a herança literária das mulheres. Assim como Virginia Woolf faria mais tarde, o autor defende que o pouco tempo que as mulheres possuíam para si mesmas tirava-lhes o poder criativo e a dedicação ao trabalho. Essa mesma herança leva-nos à questão da “angústia da autoria”, que algumas pesquisadoras apontariam como característica da escrita feminina. Nas palavras do autor:

Se a literatura feminina está destinada a ter um caráter coletivo diferente daquele da literatura masculina, dependendo de qualquer diferença das tendências naturais, será necessário muito mais tempo do que já se passou, antes que tal literatura possa emancipar-se da influência dos modelos aceitos e guiar-se por seus próprios impulsos (2006, p. 102).

O tema da influência masculina seria retomado muitos anos depois, já na segunda metade do século passado. Na década de 80, Sandra Gilbert e Susan Gubar tematizaram a questão da representação e da autoria femininas. Com base no conceito de “angústia/ansiedade da influência” de Harold Bloom, elas criaram o termo “angústia/ansiedade de autoria”. Tal termo foi usado para explicar a problemática influência da dominante tradição literária masculina que deixava a escrita das mulheres órfã de antecessoras, gerando a angústia de ter que negar os padrões impostos pela cultura masculina sem que houvesse o suporte artístico das antepassadas.

A citada emancipação da influência dos modelos passados foi um dos mo-tes da literatura feminina do século XX. Entretanto, para que essa literatura fosse capaz de caminhar por si mesma ela precisou romper com uma identidade feminina fixa por meio da qual todas as mulheres teoricamente seriam identificadas. Conquistando o direito de “se narrar”, as mulheres compartilhavam com o mundo suas visões sobre os relacionamentos, a família e a sociedade e, principalmente, sobre si mesma. Essa conquista representou um importante papel na (re)construção da sua identidade, já que a literatura pro-

porciona a liberdade de expressar o que se é. Vale destacar que as questões de identidade, ou, no termo sugerido por Stuart Hall, “identificação”, só ganharam força muito tempo depois; contudo, desde sempre, a literatura exerceu o papel de registrar a identidade feminina predominante em cada época e em cada contexto social.

O século XX chegou ao fim chacoalhado por guerras, intensos movimentos sociais, culturais, políticos e econômicos e, no nascer do próximo período, as mulheres ainda lutam por direitos que já pareciam garantidos. Ainda que a mulher escritora tenha muitos desafios, especialmente questionar o cânone masculino, a mulher que hoje, no século XXI, lê e faz literatura, teoria e crítica, deve às antepassadas um reconhecimento de sua bravura. Voltar às mulheres da literatura do século XX é enxergar como elas representaram o mundo que ficou para trás e o que falta narrar para as próximas gerações.

Referências

AUAD, Daniela. **Feminismo**: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. **The madwoman in the attic**: the woman writer and the nineteenth-century literary imagination. 2 ed. London: Yale University Press, 1984.

GOMES, Anderson Soares. Mulheres, sociedade e iluminismo: o surgimento de uma filosofia profeminista na Inglaterra do século XVIII. **Matraga**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 29, p. 31-51, jul./dez. 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. Tradução de Débora Ginza. São Paulo: Escala, 2006. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal).

MOI, Toril. Feminist, female, feminine. In: BELSEY, C.; MOORE, J. (ed.). **The feminist reader**: essays in gender and the politics of literary criticism. Houndmills: Macmillan, 1989.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://archive.org/details/scott_gender. Acesso em: 08 fev. 2024.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica de cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, p. 23-57, 1994.

SHOWALTER, Elaine. A literature of their own: british women novelists from Brontë to Lessing. *In*: EAGLETON, M. **Feminist literary theory: a reader**. 3 ed. Chichester, Inglaterra: Wiley-Blackwell, 2011.

STOLLER, Robert Jesse. **Sex and Gender: The development of the Masculinity and Femininity**. London: Karnac Books, 1984 (Maresfield Library).

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013 (Coleção L&PM Pocket).

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

Olegária - *Vita brevis, ars longa*: resgate histórico de uma abolicionista (1859 - 1898)

Adriana Santana¹

Resumo

Este artigo, fruto de pesquisa pós-doutoral homônima em andamento, tem por **finalidade** a recuperação histórica da abolicionista pernambucana Olegária Gama Carneiro da Cunha (1860 - 1898). Nascida em um Recife escravocrata e vinda de família abastada, engajou-se diretamente à causa abolicionista. Empenhou joias para angariar recursos à candidatura de Joaquim Nabuco a deputado constituinte, participou diretamente na viabilização de fugas de escravizados, fez do solar em que vivia abrigo e local de reuniões em prol da libertação, e integrou a associação feminina emancipadora *Ave Libertas*. Reconhecida pelo papel ativo no movimento emancipatório até pelos jornais conservadores da época, era casada com o político liberal, jornalista e abolicionista José Marianno, com quem teve cinco filhos. Sua morte precoce, aos 38 anos, de uma influenza, provocou forte comoção popular. Passados 125 anos, segue presente no imaginário social pernambucano como elemento insurgente contra a elite escravocrata e patriarcal da qual era oriunda e beneficiária, mas permanece quase completamente desconhecida pela historiografia nacional. O propósito de **resultados** desta pesquisa é, ao investigar registros históricos e resgates de memória, identificar as formas de participação da abolicionista nos movimentos pelo fim da escravatura no Brasil, tendo por norte a hipótese de que sua atuação extrapolou a mera condição de esposa de José Marianno. Pretende-se destacar, nas **conclusões**, o engajamento feminino no abolicionismo como possibilidade de retirada das mulheres da coadjuvância, as inserindo numa espécie de primeiro exercício de emancipação feminista. Dessa forma, como consequência, visa a destacar a personagem nos estudos contemporâneos acerca dos Oitocentos. Para isso, a pesquisa tem como lastro o **arcabouço teórico e metodológico** da História Social, com destaque para estudos da escravidão e do movimento abolicionista

¹ Professora Associada no Departamento de Comunicação da UFPE. Mestre e doutora em Comunicação (UFPE). Pós-doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP).

no Brasil, sob a perspectiva do protagonismo de escravizados e mulheres no processo emancipatório. Também serão acionados estudos de microanálise histórica, bem como teorias de gênero como categoria para análise histórica, estudos de memória e de memória midiática. Ainda, os métodos da História para análise da imprensa como fonte de pesquisa.

Palavras-chave: Olegária; abolicionismo; feminismo; Oitocentos; Recife.

Introdução: uma província cosmopolita

O Recife de meados do século XIX estava entre as mais cosmopolitas capitais de província do Brasil Imperial, com vida cultural pujante (Silva *et al.*, 2022), intensa atividade política - Pernambuco foi palco, em todo o 1800, de rebeliões reprimidas pelo Governo Imperial contra impostos, pela independência e federalização² (Mello, 2004) -, além de centro de produção literária e intelectual - foram 66 jornais circulando na cidade desde a fundação do primeiro, *Diário de Pernambuco*, até 1900 (Nascimento, 1966), de matizes ideológicas as mais diversas e acaloradas disputas entre si, resvalando para trocas de ofensas e ataques nas páginas.

O contexto de pujança cultural e sócio-política contrastava com a extrema concentração de renda nas mãos dos donos de engenho, miséria a olhos vistos e, como base comum a toda a estrutura econômica e social brasileira, a chaga aberta e ativa da escravidão. O ano de 1859 é especialmente destacado na literatura acerca da capital de Pernambuco em função da primeira visita da Família Real, cuja chegada, a 22 de novembro, provocou grande alvoroço entre representantes do poder público e a população, incluindo reforço de peso na iluminação a gás para abrilhantar a recepção, numa época em que só parte privilegiadíssima da cidade contava com esse recurso (Sette, 1948). É neste

2 Marc Hoffnagel destaca que “a inabilidade do governo imperial em apresentar soluções viáveis aos problemas que afligiam a indústria açucareira de Pernambuco, especialmente no que diz respeito à falta de capitais, serviu para enfraquecer os laços entre a classe açucareira da Província e a Monarquia”. Trecho destacado na biografia “José Mariano e seu tempo” (Sales, Tadeu José Gouveia de. *José Mariano e seu tempo (1850 - 1912): o tribuno do Recife e a utopia da liberdade durante o Império e a República*. Recife: CEPE, 2013), originalmente presente em Dantas, Leonardo (Org.). Hoffnagel, M. J. *Rumos de republicanismo em Pernambuco*. Fundaj - Recife: Massangana, 1990, p. 173.

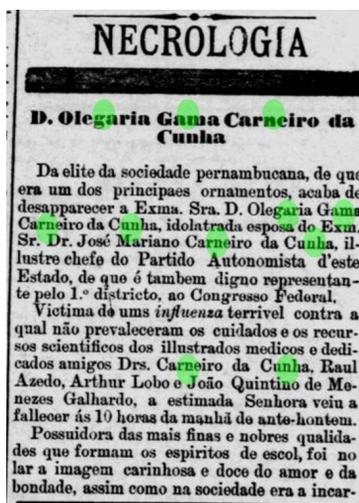
ano³ e neste cenário, a 16 de setembro, no Recife, no seio da elite canavieira, que nasce Olegária Adelaide da Costa Gama, conhecida anos depois como a abolicionista do arrabalde do Poço da Panela.

Ela foi chamada por muitos nomes e alcunhas enquanto viveu - “Olegarinha⁴”, “Mãe dos Pobres⁵”, “Dona Olegarinha do Poço⁶”, “Minha Mãe-Santa”, “Flôr-de-Lys⁷”, “Um puro Carlo Dolce⁸” e até o dramático “a *incarnação* mais perfeita da grande Alma da Mulher Brasileira⁹”, quase sempre em referência ao seu engajamento direto na causa pela abolição.

Especialmente após 24 de abril de 1898, data em que faleceu, aos 38 anos, de uma “*influenza* terrível” - conforme anunciou o *Jornal do Recife*, em edição de 26 de abril de 1898 -, passa a ser referenciada quase que apenas como “virtuosíssima esposa” do político e abolicionista José Marianno, que figura nos registros históricos e ainda no imaginário pernambucano como um dos mais aguerridos - e controversos - defensores da causa no País, o “tribuno do Recife” (Sales, 2013).

-
- 3 Há um descompasso nos registros acerca do ano de nascimento de Olegária. Fontes divergem entre 1859 e 1860. O batistério registra seu nascimento a 16 de setembro de 1859 (Figura 1). Contudo, anúncio publicado pela família Carneiro da Cunha, em edição xxx do Diário de Pernambuco de xxx de 1960, convidava para missa em sufrágio dos 100 anos de nascimento da matriarca. Consideraremos, portanto, o registro batismal.
 - 4 É como se referia a ela o marido, o político abolicionista José Mariano, de acordo com as cartas que escrevia à esposa enquanto esteve preso na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, em 1893. Vide Figura 7. Também é dessa maneira que notícias de jornais da época se referiam a Olegária.
 - 5 É como “mãe dos pobres” e “mãe dos negros” que jornais a descreveram quando das notícias de seu falecimento.
 - 6 Em referência ao arrabalde em que viveu, o Poço da Panela, na Zona Norte do Recife, conforme título da coluna Rua da Vida, de autoria de Júlio Barbosa, intitulada “Dona Olegarinha do Poço”, de jornal ainda não identificado.
 - 7 Na grafia original do poema “Palavra de Minha Mãe”, do filho e escritor Olegário Marianno, membro da Academia Brasileira de Letras.
 - 8 Menção feita a Olegária por Joaquim Nabuco na autobiografia “Minha Formação”, originalmente publicada em 1900. O abolicionista a homenageava com o elogio, comparando-a aos quadros do pintor barroco italiano Carlo Dolci (1616-1686).
 - 9 Assim se referiu a Olegária o extinto *Jornal do Recife*, ao noticiar sua morte na edição de 26 de abril de 1898.

Figura 14 - Excerto de notícia sobre a morte precoce de *Olegária* em edição de 26 de abril de 1898 do Jornal do Recife



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ainda que a herança patriarcal e colonial siga contribuindo para que a menção à participação ativa de pessoas negras e mulheres brancas no movimento pela abolição siga ofuscada pela ação de homens brancos da então elite brasileira (Machado, 2010), mesmo à época havia o reconhecimento da ação feminina nos levantes pela libertação de pessoas escravizadas em terras pernambucanas (Ferreira, 1999; Grillo, 2005; Silva; 2015; Leandro, 2020). Olegária foi uma delas, como atestava até o conservador *Diário de Pernambuco*, ferrenho opositor ao liberal Marianno, ao descrevê-la em notícia informando o falecimento precoce da abolicionista pernambucana:

Era D. Olegaria Gama Carneiro da Cunha um dos ornamentos da sociedade pernambucana, a cujo respeito e *sympathia* sempre se *impoz*, quer pelas suas reconhecidas qualidade de espírito, quer pelos dotes *excepcionaes* do seu coração.

Do altruísmo do seu espírito, aberto a todas as ideias generosas, é uma prova eloquente a parte que tomou na campanha do abolicionismo a cuja santa *crusada* prestou os mais relevantes e *inlvidaveis* serviços (*Diário de Pernambuco*, 1898).

Outro indício de participação ativa no momento emancipatório foi a sua filiação, em 1884 (Figura 1), à *Ave Libertas* (Anexo 4), associação abolicionista formada por mulheres pernambucanas para angariar fundos à causa, divulgar o ideal de libertação, comprar cartas de alforria, entre outras ações. Olegária foi aceita como sócia efetiva conforme noticiado pelo *Jornal do Recife*, a 03 de outubro de 1884:

Figura 15 - Notícia acerca de reunião da Sociedade Ave Libertas, em que consta a admissão de Olegária como sócia efetiva. *Jornal do Recife*, edição de 03 de outubro de 1884

Sociedade Ave Libertas — Reunio-se antehontem esta sociedade, sob a presidencia da Sra. D. Leonor Porto.

A Sra. 1.^a secretaria leu diversos officios, recebidos da Sociedade Musical 28 de Setembro, Club Litterario Pinto Junior, Club Abolicionista Martins Junior e Imperial Sociedade dos Artistas Mecanicos e Liberaes, e uma carta do Sr. José de Castro e Silva.

Deliberou-se, sob propostas: da Sra. D. Albertina Porto, que corresse por conta das commissões as despezas com a condução das mesmas; da Sra. D. Leonor Porto Filha, que todas as socias effectivas tenham diploma, pagando por este a quantia que marcar a assembléa geral; da Sra. D. Adelaide Porto, que se conferisse diploma de socia honoraria á effectiva que propuzer 10 socias desta classe até o fim do corrente anno, pagando estas as joias e mensalidades correspondentes.

Foram acceptos socios honorarios, sob proposta da Sra. D. Leonor Porto, o Sr. Dr. Joaquim Tavares de Mello Barreto, por ter concedido carta de liberdade a todos os seus escravos, e o Sr. Tito Cardoso de Oliveira, pelos serviços prestados á sociedade, e acceptas socias effectivas: sob proposta da Sra. D. Albertina Porto, a Sra. D. Olegaria Duarte Carneiro da Cunha, e da Sra. D. Adelaide Porto, a Sra. D. Zulmira Bastos de Souza Monteiro.

Foi accepta socia honoraria, sob proposta da Sra. D. Odila Pompilio, a Sra. D. Porcia de Mello.

Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Do passado de mulher branca e abastada da sociedade do Recife, que fugiu, ao menos em partes, do roteiro tradicional esperado das mulheres da elite para ser personagem emblemática da luta pela abolição no Brasil, há ecos percebidos ainda neste século 21.

Na capital pernambucana, desde 2018, foi instituída pela Câmara de Vereadores a Medalha Olegária Mariano, que é outorgada “a pessoas nacionais ou estrangeiras radicadas no País que se tenham projetado nas atividades culturais, políticas, científicas e sociais, ou que se tenham revelado, comprovadamente, benfeitoras da humanidade” (Câmara Municipal do Recife, 2020, p. 81). A homenagem já havia sido anteriormente concedida a José Marianno,

que nomeia a medalha de mérito e é patrono da instituição, comumente chamada de “Casa José Mariano”. Não por coincidência, mas decerto em função de o marido gozar de maior reconhecimento, foi acrescentado um inexistente “Mariano” ao sobrenome dela, feito que não está registrado em nenhum documento oficial pesquisado para este trabalho.

Olegária também dá nome a uma rua predominantemente residencial do ainda bucólico Poço da Panela, bairro de casario preservado em que sempre viveu (Figuras 2 a 5). A Rua Dona Olegarina da Cunha (grafada apenas com “n”, sem o dígrafo consonantal “nh”, forma encontrada apenas contemporaneamente, mas não nos registros de época em sua referência) é localizada a apenas pouco mais de um quilômetro do palacete em que morou em fins do século 19 com a família, não mais existente. No mesmo bairro, a poucos metros da rua homônima, foi inaugurado, em 2021, o “Olegária Cozinha Informal”, restaurante que se pretende, segundo os proprietários, “prestar uma homenagem às mulheres pernambucanas e busca se conectar com o passado histórico da região” (Folha de Pernambuco, 2021).

Em 2022, Olegária foi novamente trazida à memória com a criação da “Mostra Olegarina de Artes da Mulher (MOA)”, com atividades formativas e apresentações culturais, na cidade de Triunfo, no sertão pernambucano. As ações da mostra foram realizadas na Comunidade Remanescente de Quilombo Águas Claras e na Fábrica de Criação Popular do Sesc Triunfo. Na programação do evento, em novembro, mês da Consciência Negra, outra homenagem foi feita, com a apresentação da palestra “Olegarina: musa e abolicionista” (Leia Já, 2022).

Figura 16 - Parte de casario preservado no Poço da Panela, que é Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEPH) do Recife



Fotos: Eduardo Duarte, junho de 2023.

Outra reverberação contemporânea da abolicionista está na Escola Profissional Dona Olegarinha (grafada como Dona “Olegarina”, na placa localizada na fachada), um centro profissionalizante da Prefeitura do Recife, situado no bairro da Madalena, zona norte da capital. A homenagem decerto se relaciona diretamente à participação de Olegária como uma das fundadoras da “Sociedade Propagadora de Instrução Pública”, na filial do Poço da Panela. Foi uma “associação formada por políticos e professores influentes na ‘boa sociedade’, inaugurada em idos de 1872, cujo objetivo era ‘propagar’ a instrução pública” (Santos, 2014), com destaque para pessoas de baixa renda e à educação de mulheres. Era sustentada por doações e uma série de eventos culturais realizados para angariar fundos, a exemplo de peças teatrais, conforme anúncio do jornal “A Província”, de José Marianno, em 1874:

Figura 17 - Anúncio de peça em benefício da Sociedade Propagadora, na edição de março de 1874 do jornal A Província



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Essa associação foi responsável pela abertura da Escola Normal (1872) para senhoras (depois nomeada Escola Normal Pinto Júnior), pela Escola de Agricultura no bairro do Monteiro (1878) e da Escola de Farmácia do Recife (1903). Funcionou de 1872 a 1903 (Santos, 2014). Na primeira fase, objetivou a abertura de escolas, mas em seguida teve como foco a educação de adultos e a formação de professoras.

Os integrantes publicavam, nos periódicos locais, as atas de reuniões e prestação de contas. Na edição 720 do *A Província*, de 03 de novembro de 1875, figura o registro de aprovação de admissão de dez novos sócios (sendo sete mulheres e três homens), com a lista sendo encabeçada pela “Exma Sra. Olegaria Gama Carneiro da Cunha”. O Olegária contava, então, com 16 anos, e estava casada há menos de um ano.

Na publicação, seguem informes sobre fornecimento de material para alunos pobres dos bairros recifenses, como tabuadas, cartilhas, “artes de aprender a *lettra manuscripta* e um *compendio* moderno de *Artithmetica*”.

Os participantes também discutiam o planejamento de compra do imóvel em que já funcionava a escola e a biblioteca da entidade, com o dinheiro advindo de leilão a ser realizado na sequência. Na mesma notícia, aparece uma extensa lista de donativos a serem leiloados, a exemplo de frascos de água de colônia, almofada de cetim azul, pacote de sabonetes, coque de cabelo (a ser feito pelo Sr Pedro Routier), guarda fumo de barro, lenço de cambraia, entre outras prendas cedidas por sócios e integrantes de camadas diversas da sociedade, de barões e baronesas a professoras e caixeiros.

Fruto do espírito do tempo, em que a educação formal era saudada como vital para o processo civilizatório, no Recife dos oitocentos já havia um bom número de educandários de qualidade (SETTE, 1948). Dessa maneira, era bastante estimulada e nada modesta a participação de voluntários no projeto da Sociedade Propagadora, ao ponto de que até as recusas a se associar ao grupo eram acompanhadas de desculpas generosas: dois empresários ingleses, decerto integrantes de empresas britânicas que vieram explorar o mercado de serviços públicos, declinaram o convite com o envio, cada um, da quantia de dez mil réis, “que *offereciam* como demonstração de apreço que ligam ao fim a que se propõe a sociedade propagadora”, conforme configura na descrição da sessão ordinária do dia 07 de abril de 1890.

Contudo, apesar de capitaneada pela elite recifense e coadunar com o ideal de ilustração corrente à época, A Propagadora contava com certa resistência, especialmente porque o ingresso ao magistério feminino era desencorajado, uma vez que se tratava da inserção de mulheres no mercado de trabalho. A pesquisa de Braga (2013, p. 165) indica que a Escola Normal fundada pela Propagadora não era vista com bons olhos pela sociedade reci-

fense, a tal ponto que era diferenciada nas documentações oficiais da “Escola Normal Oficial”:

O magistério feminino era muito restrito e, por vezes, desencorajado, principalmente quando se tratavam das aulas gratuitas da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Esta sociedade [...] foi essencial para a educação de pessoas de baixa renda”.

Vinte e três anos após a filiação de Olegária, na edição de 25 de maio de 1898, o conselho diretor da mesma Propagadora de Instrução Pública do Poço da Panella mandava rezar missa pela alma da “sócia *installadora*” na igreja do Monteiro, bairro contíguo ao Poço e cuja população menos abastada também era beneficiária da escola.

Foi justamente pela relação do trabalho de Olegária na educação comunitária de pessoas de camadas pobres dos subúrbios recifenses que funcionou, no Recife e no mesmo Poço da Panela, na década de 1960, o Centro de Cultura D. Olegarina, idealizado pelo educador Paulo Freire. Parte integrante das ações do Movimento de Cultura Popular (MCP), capitaneado pelo hoje Patrono da Educação do Brasil, foi fundado em 17 de dezembro de 1961 como o primeiro centro de cultura do projeto de educação de adultos do MCP (ARI, 1962), durante o governo de Miguel Arraes de Alencar, governador que seria deposto, preso e exilado como uma das primeiras investidas dos militares no Golpe Civil-Militar de 1964. O imóvel escolhido para a instalação do centro era então conhecido como “Casa de D. Olegarina”.

Embora a monografia relatando a experiência do centro, escrita pela primeira coordenadora, Zayra Ari, que nos serviu de fonte, indique que o imóvel contava com grande importância histórica por ter sido local de residência do casal de abolicionistas, outras fontes pesquisadas para este projeto, como as obras do memorialista Mario Sette¹⁰ e um editorial de jornal¹¹, registram

10 Exímio contador de ‘causos’ do Recife Velho, o professor e memorialista Mário Sette teve vasta produção que é das maiores referências dos costumes dos séculos XIX e início dos XX em Pernambuco. Ver, por exemplo, Sette, Mario. *Maxambombas* e *Maracatus*. Recife/PE: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981; Sette, Mario. *Barcas de Vapor*. São Paulo: Edições Cultura, 1948, entre outras.

11 De acordo com o editorial do extinto *Folha da Manhã*, publicado em 14 de maio de 1952 e intitulado “A gameleira do Poço da Panela, “a casa que pertenceu ao grande tribuno e abolicionista foi

que o sobrado em que viveu a família de Olegária e José Marianno teria sido abandonado e destruído em décadas anteriores. No terreno onde existiu o solar da família Carneiro da Cunha foi erguida outra casa, que passou por várias reformas e hoje abriga o Salão Paroquial da Igreja de Nossa Senhora da Saúde.

Doada à Paróquia de Casa Forte - do qual faz parte o Poço - possivelmente pela família e cedida pelo então vigário, Monsenhor Lobo, para a ação a que já aspirava, a casa tinha inclinação à educação e cultura, pois era onde funcionava uma escola estadual no turno da manhã:

A casa é muito ampla e tem uma boa localização, pois fica próxima ao Rio Capibaribe, na margem do qual moram várias famílias, em mocambos, e num largo onde se situa, também, uma Igreja (de N. S. da Saúde), local em que se realiza, em janeiro, tradicional festa, de caráter religioso e popular (Ari, 1962, p. 11).

Na atual residência de número 626 (Figura 6), localizada na Estrada Real do Poço, era localizado o palacete onde morou Olegarinha e no qual, no século seguinte, foi instalado o Centro de Cultura, conforme indicado pela placa instalada na fachada. Os registros encontrados até agora indicam que não há resquícios da construção original¹². Como afirmado anteriormente, o terreno é o mesmo, mas o solar dos Carneiro da Cunha foi destruído e, possivelmente, foi erguida essa outra casa no lugar. Defronte a ela, que fica num paço onde também está a Igreja de Nossa Senhora da Saúde (Figura 6), figura o monumento a José Marianno (Figuras 7 e 8), inaugurado três anos após o centenário de nascimento do político, em 1953, mas sem qualquer menção a Dona Olegarinha.

inteiramente destruída e dela não resta absolutamente nada. Parece incrível que isso tenha acontecido. Levaram o piso, as telhas e os azulejos; e tudo cedeu ao peso da indiferença. Uma casa dessas não podia vir abaixo, dada a importância que alcançou na história pernambucana. Devia ser hoje uma espécie de museu, com tudo quando pertenceu ao valoroso abolicionista e onde sentíssemos toda a influência do velho solar, que foi o quartel general do abolicionismo em Pernambuco”.

12 O documentário “À flor da pele negra”, realizado pelas então estudantes de Jornalismo Fernanda Ribeiro e Adriana Noya, de 2008, detalha que o professor Alcides Tedesco, já falecido, possuía iconografia da planta original do palacete.

Figura 18 - Igreja de Nossa Senhora da Saúde, em cuja lateral esquerda ficava o palacete dos Carneiro da Cunha



Figura 19 - “Casa de D. Olegarinha”, localizada no Largo do Poço da Panela, próximo ao monumento erigido em homenagem a José Mariano (Figuras 8 e 9, abaixo), sob responsabilidade da Igreja Nossa Senhora da Saúde, ao lado da casa (Figura 10, adiante)



Foto: Eduardo Duarte, junho de 2023.

Figura 20 - Monumento inaugurado em 1953, em comemoração ao centenário de nascimento de José Mariano. De autoria do artista plástico Bibiano da Costa, é formado por um busto do abolitionista e da estátua de um homem escravizado, com os grilhões partidos



Fotos: Eduardo Duarte, junho de 2023.

Embora não se possa associar diretamente as permanências contemporâneas das marcas de Olegária à relevância e dimensão do conhecimento e reconhecimento que se fazem dela, é digno de nota destacar que, passados 125 anos de sua morte precoce, as menções têm resistido ao tempo. Atualmente, com a força do movimento negro pela reparação histórica, bem como as interseccionalidades feministas, ela tem sido trazida à tona com certa frequência. E, neste ponto, o de encontro do espírito do tempo de fins dos oitocentos com as demandas por equidade social, reparação histórica e medidas de mitigação de desigualdades raciais e de gênero contemporâneas, é que se desenha a ideia de desenvolvimento deste projeto.

A participação de Olegária num projeto de educação de mulheres, com vistas à profissionalização, não está dissociada de seu envolvimento com o movimento emancipatório e com um feminismo ainda embrionário. Mesmo também tendo se engajado em atividades mais prováveis a uma mulher de seu estrato social e tempo - membro de irmandades religiosas, juíza em festas

de paróquia, participação em inaugurações, eventos sociais e políticos -, parte considerável de sua inserção em ações sociais a vinculava a posições contrárias ao que seria esperado de uma mulher branca e abastada de um Recife oitocentista: educação e profissionalização de mulheres e auxílio a fugas de escravizados, por exemplo.

Embora atuante na Sociedade Propagadora até sua morte, não há registros de que ela mesma tenha tido alguma educação formal, especialmente porque se casou aos 15 anos, em cerimônia realizada a 06 de março de 1875, na Paróquia do Poço da Panela, no Recife. Era alfabetizada, contudo, pois José Marianno escreve cartas a ela quando esteve preso na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, como descrito mais adiante. As missivas escritas pelo marido fazem parte da reserva técnica do Museu do Estado de Pernambuco, mas as que foram escritas por ela não estão de posse do museu ou da família. É possível que tenham ficado retidas na prisão.

Contexto: entre privilégios e protagonismos

Olegária não deixou escritos e a documentação de sua participação efetiva no movimento abolicionista ainda precisa ser investigada em fontes diversas, mas registros já encontrados nesta fase inicial da pesquisa (publicações em jornais e relatos extraídos de livros de memórias, além de excertos de discursos e entrevistas realizadas com descendentes) indicam que a atuação de pernambucana foi intensa, não se resumindo a ações beneméritas. Essa atuação incluiria a incursão em mercados de escravos para compra e posterior alforria¹³, o abrigo a escravizados em seu palacete no arrabalde do Poço da Panela, a ajuda em processos de fuga em barcaças, pelo Rio Capibaribe, até a província do Ceará, o tratamento de ferimentos de cativos que buscavam por ajuda, bem como a penhora de joias para angariar fundos à campanha abolicionista.

Inegável que a posição social ocupada por Olegária, bem como o prestígio de ser esposa de um dos políticos mais afamados de Pernambuco, a colocasse numa situação certamente de muitos privilégios e facilidades, no limite

13 Depoimento concedido à autora por José Marianno Carneiro da Cunha Filho, bisneto de Olegária, registrado em meio audiovisual.

do que era possível a uma mulher no Brasil dos oitocentos. Mesmo completamente inserida num contexto de riquezas e beneficiando-se do próprio sistema escravista ao qual se opunha de maneira pública e notória¹⁴, há que se destacar a participação ativa de Olegária e de dezenas de pernambucanas engajadas diretamente à causa.

Também é necessário destacar que se a uma mulher branca seria negado qualquer protagonismo na luta abolicionista, ainda mais inescapável era a lógica a respeito do papel de pessoas negras no processo de libertação. Conforme pontua Castilho (2012, p. 330-331), mesmo nas cerimônias públicas de alforria (como a emblemática entrega da carta de liberdade a uma cativa de 16 anos por uma cantora lírica, no Teatro Santa Isabel, no Recife, em 1881), havia a tônica de condescendência, como se os escravizados devessem uma espécie de gratidão pelo ato, numa visão paternalista de engajamento, tornando invisível o papel ativo dos negros em busca da libertação:

Resumindo: o caráter público e emotivo de tais ações foram importantes para fomentar uma ideia coletiva de abolição. Os eventos criaram espaços para uma participação ampla nestes espaços de emancipação. Porém, é necessário sublinhar o caráter conservador que se apresentava a respeito da ideia de liberdade, no qual as representações enfatizavam a emancipação como algo oferecido ao/a escravo/a e não conquistado pelo/a mesmo/a.

Segundo investigação de Peixoto (2020, p. 37), “existia uma tendência de colocar a liberdade dos escravizados, nessas cerimônias, como algo doado, ainda que eles tenham sido os maiores responsáveis financeiros pela conquista da sua emancipação”. Dessa forma, se a participação de políticos e intelectuais brancos, a partir de meados dos 1800, para a inserção do tema da abolição como ponto fundamental a ser enfrentado em busca da civilidade no

14 Segundo pesquisa de Tadeu José Gouveia de Sales, um dos biógrafos de José Marianno, o tenente-coronel Mariano Xavier, pai do político, o deixou como herança, em 1870, “três escravos - Rita, Francisco e Sebastião -, dois bois campineiro e gamenho, um relógio de ouro com corrente, e mais a soma de 2.048\$094, representada por haveres, em mãos da inventariante dona Úrsula Carneiro da Cunha” (Sales, Tadeu José Gouveia de, José Mariano e seu tempo (1850 - 1912): o tribuno do Recife e a utopia de liberdade durante o Império e a República. Recife: CEPE, 2013.

Brasil, foi de grande importância para que a ideia tomasse forma e culminasse com o fim da escravidão, é necessário que se invista na tendência contemporânea de alterar o rumo anterior de investigação historiográfica, adotando “a perspectiva do escravo e da escrava” (Castilho, 2012, p. 341). Em suma, esta pesquisa trará a dimensão de que o alcance da emancipação não foi uma benesse recebida pela população escravizada, mas uma conquista que partiu de ações lideradas e protagonizadas pelos cativos.

O funcionamento no Recife, desde 20 de abril de 1894, da Sociedade Emancipadora Ave Libertas, com integrantes permanentes exclusivamente do sexo feminino - os homens podiam ser sócios beneméritos, mediante indicação e comprovação que justificasse a inclusão -, somava-se às ações operadas por outras associações fora das tribunas, como o Club do Cupim, e que marcavam o espírito do tempo de uma mobilização social que adotava a luta antiescravista como um dos pilares necessários ao processo civilizatório de modernização. Na análise de Castilho (2012, p. 335), o ‘ser abolicionista’ fazia parte do rol de posicionamentos que formavam a ideia de ser um bom brasileiro, havendo mesmo um crescente entendimento de que o antiescravismo “ancorava um ideal nacional”.

Leandro (2022, p. 2), ao se debruçar sobre o engajamento feminino no movimento emancipatório, destaca que:

[...] ao longo das últimas décadas do século XIX, as mulheres colocavam-se cada vez mais como protagonistas e passaram a mostrar seu engajamento nas associações consolidadas, em publicações nos jornais e até mesmo criando as sociedades exclusivamente femininas.

Assim, continua a autora, as integrantes da Sociedade “atuavam em parceria com grandes figuras do movimento, mas também de forma independente, dirigindo suas próprias ações”. O engajamento feminino no abolicionismo as retirava da coadjuvância (muitas integrantes do Ave Libertas eram casadas com membros do Club do Cupim) e as inseriam numa espécie de primeiro exercício de emancipação feminista, especialmente ao discutirem “a desigualdade destas relações sociais de sexo ao mesmo tempo que propagam a desi-

gualdade e a injustiça que divide a sociedade brasileira entre escravizados e livres” (Silva, 2015, p. 8).

Enquanto a mais documentada sociedade abolicionista de Pernambuco, o Club do Cupim¹⁵, atuava de maneira completamente clandestina (Vilela, 1988), a contraparte feminina, a Ave Libertas, anunciava, em sua publicação comemorativa de um ano de existência (Ave Libertas, 1885, p. 2), que as ações com vistas à libertação de escravizados, que já se somavam, 365 dias depois, a 200 escravizados libertos, se daria de maneira completamente legal e “branda”:

Os meios brandos e suaórios, os pedidos em nome da Humanidade e do Evangelho, as palavras unguidas de patriotismo e ternura, estas flores sempre viçosas de nossos corações de mulheres, são as únicas armas que podemos e devemos empregar.

Embora, oficialmente, as integrantes da Sociedade agissem apenas por vias legais, há registros da participação ativa de sócias na libertação e fuga de escravizados, e não apenas em eventos e festas para arrecadação de fundos visando à compra de manumissões. Leandro (2020) destaca que algumas senhoras adotavam a desobediência civil ao abrigar fugitivos do cativo em ações do Club do Cupim, por exemplo. O memorialista Mário Sette, por sua vez, eternizou em texto originalmente publicado em 1925, a ação de Olegária nas fugas de barco rumo ao Ceará. O autor conta, na crônica “As barças de capim”, que o casal Olegária e Marianno (Figura 9), que residia num palacete às margens do Rio Capibaribe, refugiava homens e mulheres escravizados e “evadidos de engenhos, das fazendas, dos sítios” (Sette, 1981, p. 141).

As fugas em barças, que depois ficaram presentes no imaginário popular, foram registradas pelo memorialista como ações meticulosamente planejadas pelo casal, envolvendo desde o abrigo a escravizados evadidos às efetivas

15 Clube clandestino fundado em (), do qual José Marianno veio a fazer parte, sob o codinome de Espírito Santo. Os membros adotavam a alcunha de estados brasileiros. Era formado por abolicionistas e visava a “corroer a escravatura por dentro”, conforme estatuto (colocar documento). Esposas dos integrantes também participavam das ações facilitadoras de fugas de escravizados e compras de manumissões.

fugas, realizadas durante a noite e madrugada. Para despistar a Polícia, o casal contaria com o apoio de barceiros, que seguiam o curso do Rio Capibaribe até o Poço da Panela, em cuja margem residiam, “sob o pretexto de carregar capim” (Sette, 1981, p. 142). Olegarinha e Marianno, então, embarcavam seus protegidos, que se escondiam no poço das embarcações, sob feixes de capim, e seguiam rumo à então província cearense, que havia abolido a escravidão em 1884.

Mesmo as menções a Olegária ainda permanecendo no imaginário social dos recifenses e ela continuando sendo associada ao movimento abolicionista, ainda não há um trabalho que resgate, numa dimensão histórica, os fatos acerca de sua vida e os associe às mobilizações em torno da libertação da escravidão no Brasil.

Figura 21 - Olegária e José Marianno



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Francisco Rodrigues. Companhia Photographica Brasileira, Rio de Janeiro, 1872.

Os breves textos publicados que se propõem a discorrer a respeito da pernambucana o fazem numa perspectiva mais geral, na maior parte das vezes a incluindo e/ou citando no contexto de temáticas mais amplas, como é o caso da obra “Suaves Amazonas” (Ferreira *et al.*, 1999), sobre a participação de mulheres nordestinas no contexto da abolição. Ou quando reverberam dados mais ligados a relatos de senso comum e que resistem ao tempo, sem maiores rigores de comprovação e em tom paternalista e de base conservadora, como a construção narrativa que a descreve como uma espécie de mártir dos abolicionistas.

Também sobrevive, nesses registros, a visão arcaica de ‘devoção’ e ‘agradecimento’ de pessoas escravizadas em relação aos abolicionistas (à qual aludimos anteriormente). Por exemplo, os que afirmam haver tido uma comoção popular tão grande em função de sua morte, a ponto de “na ocasião, muitos pretos se suicidaram, mediante a ingestão de venenos; ou por afogamento, se jogando no rio Capibaribe” (Vainsencher, 2017).

Embora essa versão tenha sido repetida por outras publicações, nenhuma delas associa ao fato uma fonte, seja ela confiável ou não. Nas investigações prévias realizadas em arquivos para a confecção deste projeto, também não foi encontrado nenhum documento que fizesse menção a essas reações extremadas da população. Este projeto de pesquisa, portanto, justifica-se com a necessidade de desenvolvimento de um estudo que possa resgatar historicamente o percurso de vida de Olegária, relacionando-os aos movimentos de emancipação e aos estudos contemporâneos acerca do papel de escravizados e de mulheres brancas, e que seja o primeiro trabalho dedicado estritamente a esta figura histórica ainda tão vinculada apenas à imagem do marido.

Representando Olegária uma inegável importância para a historiografia a respeito da época, com potencial também para ser integrada ao rol de estudos de gênero acerca do papel das mulheres nos oitocentos - bem como o enriquecimento da bibliografia acerca do Brasil Império (destacadamente, a adotada na rede de ensino fundamental e médio) - , defendo a relevância deste projeto, culminando com a publicação de uma biografia de Olegária Gama Carneiro da Cunha (figuras 10 e 11) em seu 165º aniversário de nascimento.

Figura 22 - Fotografia publicada postumamente em jornal não identificado, em 05 de julho de 1912. Doação da família ao acervo do Museu do Estado de Pernambuco



Reprodução: a autora.

Figura 23 - Pintura original com retrato de Olegária, em óleo sobre carvão, de autoria atribuída ao pintor francês Eugène La Saille. Doada pela família e pertencente à reserva técnica do Museu do Estado de Pernambuco, coleção José Mariano



Reprodução: a autora.

Marcos teórico e metodológico

A perspectiva teórico-metodológica a ser adotada neste trabalho é a de compreender, a partir do percurso de Olegária como mulher branca e pertencente à elite, como se dava a ação de mulheres negras, brancas, escravizadas

e livres no processo de emancipação da escravidão e, por consequência, delas mesmas, como mulheres de uma sociedade inescapavelmente patriarcal. Dessa maneira, serão acionados, destacadamente, no campo teórico da Historiografia, estudos da escravidão, do movimento abolicionista e da participação de escravizados e mulheres no processo emancipatório no Brasil (Machado, 2010; Machado, 2012; Machado; Castilho, 2018; Castilho, 2012; Ariza, 2020; Ferreira, 1999; Luz; Nascimento, 2014; Cowling, 2018; Barboza, 2013; Santos, 2021).

Tratando-se de período histórico demarcado (1859 a 1898), em que pesem fortemente aspectos sociais e contextuais na análise, a pesquisa terá lastro metodológico na História Social, com destaque para a microanálise (Ginzburg, 1989; Levi, 1992; Revel, 1988), bem como teorias de gênero na função de categoria para análise histórica (Scott, 1988; Pedro, 2005; Pedro, 2011). Ainda, em ferramentas metodológicas utilizadas para compreensão de períodos históricos por intermédio de estudos de memória midiática (Darnton, 1990), estudos de memória (Le Goff, 2010) e estudos de biografia (Priore, 2009; Maurois, 1929).

O trabalho também se apoiará tanto nos métodos tradicionais da História para análise da imprensa como fonte de pesquisa (Capelato, 1988; Rioux, 1999; Luca, 2008; Elmir, 1995; Zicman, 1985), quanto na utilização de metodologias de comunicação para análise de jornais (Ribeiro; Herschmann, 2008) - ambas aproximações da História com meu campo de atuação como profissional, docente e pesquisadora, o Jornalismo.

Já que o propósito desta pesquisa é a culminância da escrita de um livro sobre Olegária, faz-se necessária consulta a obras acerca da confecção de biografias históricas, tendo como norte a definição de “textos que reencontrem o tempo perdido, que chamem à cena os fantasmas da história, que tenham capacidade de conversar com os mortos” (Priore, 2009, p. 14) e, assim, os conectem, em certa medida, com seus ecos no tempo presente.

Ao me apropriar do método histórico de comparação e verificação de fontes para a narrativa biográfica (Maurois, 1929), que também pode encontrar aproximações com o imperativo de apuração criteriosa do periodismo, pretendo seguir a perspectiva do autor para o percurso da obra. A saber: lançar mão da ordem cronológica, de modo a conferir um horizonte de futuro; não descentralizar demasiadamente a biografada, para que não se perca no contexto reconstituído; expor singularidades; preferir documentos originais;

firmar um pacto de veracidade, entre outras indicações (*idem*). Os recursos ficcionais serão limitados às estratégias de escrita da literatura, mas sempre ancoradas nos fatos, noutra aproximação com os preceitos do Jornalismo; destacadamente, sua forma literária.

Propósitos de pesquisa

O propósito principal deste pós-doutoramento é conhecer as atuações políticas e sociais explícitas e implícitas da personagem em prol do movimento emancipatório em Pernambuco, além de:

- Identificar a correlação das ações de Olegária com o imaginário social compartilhado a respeito dela contemporaneamente, bem como ecos de sua presença.
- Promover uma sistematização dos fatos comprováveis a respeito da pernambucana, dirimindo as lacunas biográficas acerca de “D. Olegarina”.
- Publicar, a partir da investigação proposta, a primeira biografia de Olegária, como parte das comemorações em torno dos 165 anos de seu nascimento.
- Contribuir para os estudos acerca dos movimentos sociais para a abolição e emancipação feminina em Pernambuco.

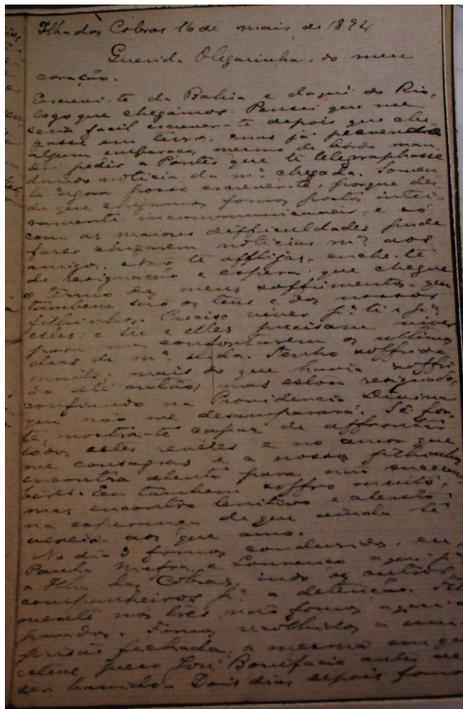
Achados

Assim que a ideia deste projeto começou a ser delineada, ainda na fase das intenções, senti a necessidade de ir a campo, de modo a levantar as possibilidades de fontes para a pesquisa. Embora muito já se tenha documentado acerca do Recife do século XIX, registros a respeito de uma mulher de ideais hoje considerados progressistas, que não proferiu discursos públicos, não escreveu livros e sobre quem paira, através dos séculos, apenas um imaginário já fugidio, não é tarefa das mais simples.

Além do levantamento inicial de registros em jornais da época (*Diário de Pernambuco, Jornal do Recife, A Província*), na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e da leitura inicial de quaisquer textos que indicassem menções a Olegária, comecei a buscar pistas em diversos locais.

Minha primeira visita foi ao Museu do Estado de Pernambuco, guardião da Coleção José Mariano, formada por 75 peças, doadas pela família Carneiro da Cunha em 1988. Embora a *pièce de résistance* indicada pelos guias seja um berço de ouro cuja vinculação ao casal pode ser alvo de contestação¹⁶, a joia da coroa está, no meu entendimento, nas cartas (Figura 12) que Mariano escreveu à esposa durante os dez meses, entre 1893 e 1894, em que ficou preso na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, por conta de seu apoio à Revolta da Armada, por determinação de Floriano Peixoto¹⁷.

Figura 24 - Carta de José Marianno a Olegária, datada de 16 de maio de 1894, enviada enquanto esteve preso na Ilha das Cobras, em que se lê na abertura “Querida Olegarinha do meu coração”



Fonte: Reserva técnica do Acervo José Mariano, do Museu do Estado de Pernambuco.

Foto: A autora.

- 16 Em entrevista à autora, o bisneto do casal, José Marianno Carneiro da Cunha Filho, informou que o berço teria pertencido a seu outro bisavô, pelo lado materno, o italiano Alexandre Siciliano, que migrou para o Brasil, enriqueceu como industrial, comprou o título de conde e quis imitar berços da fidalguia de Florença.
- 17 Ver verbete Cunha, José Mariano Carneiro da, do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <CUNHA, José Mariano Carneiro da.pdf (fgv.br)>, acesso em 24 de junho de 2023.

No mapeamento para encontrar registros da passagem de Olegária pelo Recife Velho, elenquei os seguintes locais a serem visitados: Bairro do Poço da Panela (para registros fotográficos do local em que foi demolido o solar de Olegária, a Igreja de Nossa Senhora da Saúde, O Largo - já fiz algumas visitas, para a produção das imagens contidas neste projeto); Academia Pernambucana de Letras (parte do acervo doado pela família em 1988, ao Museu do Estado, ficou sob guarda da APL); Instituto Arqueológico de Pernambuco (há pelo menos um retrato a óleo de Olegária no acervo do Instituto, conforme relatou a restauradora); Arquivo Público Jordão Emerenciano e Biblioteca Pública de Pernambuco (em busca de cartas, documentos e livros); Fundação Joaquim Nabuco (acervo imagético e cartas); Câmara de Municipal do Recife (que instituiu a Medalha ao Mérito Olegária Mariano - sic) e cartórios (certidões de nascimento, casamento e morte, entre outros documentos).

Também creio ser necessária ida ao Rio de Janeiro, por conta da residência da família, que ficava no Bairro das Laranjeiras, do Solar Monjope (erguida por José Marianno Carneiro da Cunha Filho para abrigar relíquias e obras de artes, vide Anexo 5, demolida na década de 1970) e da Fortaleza da Ilha das Cobras (onde Marianno ficou preso).

Vislumbro a necessidade, ainda, de realização de entrevistas com especialistas sobre a época, bem como, com descendentes diretos de Olegária, em busca de relatos, documentos e quaisquer registros remanescentes sobre a matriarca. Para isso, consegui localizar e já contactei, até o presente momento, um bisneto, duas bisnetas, cinco tataranetos (residentes no Rio de Janeiro, São Paulo e Suíça), além de duas sobrinhas-bisnetas, no Recife, com os quais já fiz entrevistas iniciais.

Olegária, que certamente não contou com educação formal, não proferiu discursos e não deixou registros escritos, não desapareceu completamente da memória coletiva da antiga capital da Província de Pernambuco. Chegou ao século 21 como uma lembrança - ainda que pálida - do movimento que marcou o último quartel dos Oitocentos e do qual há ecos nos movimentos contemporâneos por equidade e justiça social entre gêneros, raças e condições socioeconômicas. Numa sociedade ainda estruturalmente racista e misógina, reconstituir a atuação de Olegária é também dialogar com o Brasil de agora.

Referências

ARI, Zayra. **Uma experiência de educação popular**: Centro de Cultura D. Olegarinha. Monografia. Trabalho apresentado à Escola de Serviço Social de Pernambuco. Recife: A autora, 1962. 59 f. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/3093>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ARIZA, Marília B. A. **Mães infames, filhos venturosos**: trabalho, pobreza, escravidão e emancipação no cotidiano de São Paulo (século XIX). 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020. v. 1000. 476p.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense**: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884). 2013. 255 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. A feminização do magistério em Pernambuco (1872-1890). **Revista de História**, v. 5, n. 1-2, p. 151-177, 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE. **Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife**. Recife: 2020. Disponível em: https://www.recife.pe.leg.br/atividade-legislativa/regimento-interno-1/ri-alterado-pela-resolucao_-2762.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CASTILHO, Celso Thomas. “Ao teatro, pelos cativos!”: uma história política da abolição no Recife. *In*: CABRAL, Flavio José Gomes; COSTA, Robson (Org.). **História da escravidão em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, p. 325-343, 2012.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

DARTON, Robert. O beijo de **Lamourette**: Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do Jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, p. 19-29, dezembro de 1995.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves *et al.* (Org.). **Suaves Amazonas: mulheres e abolição da escravatura no Nordeste**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

FOLHA de Pernambuco. **Bar chega ao Poço da Panela nesta terça-feira (21)**. Publicado em 30 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/sabores/olegaria-bar-chega-ao-poco-da-panela-nesta-terca-feira-31/195750/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GRILLO, M. Ângela de F. Ave Libertas: o movimento abolicionista feminino de Pernambuco. *In: Anais do I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina*. Salvador, 2005.

LEANDRO, Jacilene de Lima. **O discurso soletrado no feminino: o engajamento de mulheres no Movimento Abolicionista na cidade do Recife (1884-1888)** / Jacilene de Lima Leandro. - 2020. 51 f. : il

LEANDRO, Jacilene de Lima. O engajamento de mulheres no movimento abolicionista. **Anais do IV Seminário Brasil no século XIX**.

LEIA JÁ. **Mostra Olegarinha de Artes da Mulher divulga programação**. 04 de novembro de 2022. Disponível em: <https://m.leiaja.com/cultura/2022/11/04/mostra-olegarinha-de-artes-da-mulher-divulga-programacao/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 2010.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In: BURKE, P. (Org.). A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, p. 133-161, 1992.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. *In: PINKSY, Carla Bassanesi. Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da; NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870-1920). **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 341-370, jan./junho 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420341>. Acesso em: 23 jun. 2023.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Corpo, gênero e identidade no limiar da Abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). **Afro-Ásia**, n. 42, p. 157-193, 2010.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão. *In*: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição**. São Paulo: Selo Negro, p. 199-212, 2012.

Maria Helena Pereira Toledo Machado, Celso Thomas Castilho (Orgs.). **Tornando-se livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição, São Paulo, EDUSP, 2015, 480 p.

MAUROIS, André. **Aspects of biography**. New York: D Appleton & Company, 1929.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência**: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821 - 1954)**. Vol II, Diários do Recife - 1829/1900. Recife: Imprensa Universitária/ Universidade Federal de Pernambuco, 1966.

PEIXOTO, Fernanda Camargo. **Os movimentos festivos em prol da Abolição em Pernambuco (1884-1889)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2020.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *In*: Topoi, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan.-jun. 2011.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *In*: **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *In*: **Topoi**, v. 10, n. 19, p. 7-1, jul.-dez. 2009.

VAINSENCHE, Semira Adler. **Olegária Mariano (Abolicionista)**. *In*: PESQUISA Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2017. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/olegaria-mariano/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (Orgs.). **Comunicação e História: Interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

RIOUX, Jean Pierre. Entre história e jornalismo. *In*: CHAUVEAU, Agnès; TÊTARD, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

SALES, Tadeu José Gouveia de. **José Mariano e seu tempo (1850 - 1912): o tribuno do Recife e a utopia de liberdade durante o Império e a República**. Recife: CEPE, 2013.

SANTO, Yan Soares. **A sociedade propaganda da instrução pública e suas ações de qualificação profissional em Recife (1872-1903)** / Yan Soares Santos. – Recife: O autor, 2014. 136 f.; 30 cm.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. Reconstituo laços: Autonomia e maternidade negra no imediato pós-abolição em Recife, 1890. **INTERFACES CIENTÍFICAS - HUMANAS E SOCIAIS**, v. 9, p. 540, 2021.

SCOTT, Joan. **Gender on the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

SETTE, Mario. **Barcas de Vapor: Cenas do passado brasileiro**. Edições Cultura: São Paulo/SP, 1945 (1ª edição).

SETTE, Mario. **Arruar: História Pitoresca do Recife Antigo**. Rio de Janeiro/RJ: Casa do Estudante do Brasil, 1948.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. Discursos femininos sobre abolicionismo, família e trabalho doméstico (Recife e Salvador: Século XIX). Trabalho apresentado no **XXV Simpósio Nacional de História**. Florianópolis/SC, 27 a 31 de julho de 2015.

ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa – Algumas Considerações Metodológicas. **Revista História e Historiografia**. São Paulo, n. 4, p. 89-102, jun. 1985.

Expulsões e violências: uma análise do refúgio a partir dos ucranianos deslocados no Pós Segunda Guerra Mundial

Henrique Schlumberger Vitichmichen¹

Resumo

O presente trabalho visa discutir a presença da violência e a pertinência do direito humanitário na contemporaneidade, através de experiências de deslocamentos forçados e processos de refúgio, estas que tiveram um crescimento substancial após a catástrofe da Segunda Guerra Mundial. Como estudo de caso, analisaremos a conjuntura específica da comunidade ucraniana que após ter seu território invadido pelas forças do Reich, e entrando em um estado de disputa entre forças soviéticas e alemãs, viram-se forçados ao abandono de seu lar, quando o regresso já não era uma opção. Apesar de deslocamentos por guerras ou perseguições já terem existido antes do conflito, foi com a Segunda Guerra que o mundo assistiu ondas sem precedentes de pessoas sendo expostas a degradação do refúgio, entre milhares e inúmeras nacionalidades, os ucranianos viram seu lar destruído por exércitos e ocupantes na região, além disso, no imediato pós-guerra, disputas étnicas e ressentimentos apenas aumentaram a calamidade do que ocorreu em boa parte do Leste Europeu, massacres e revanchismos que com o tempo geraram mais mortes e expulsões. Compreendendo a violência como processo imanente à política, e abertamente presente nos conflitos, que inevitavelmente produzem as mais variadas formas de degradação humana, atingindo civis e comunidades inteiras, é notório que o direito humanitário, advindo das ruínas da guerra, tenha surgido justamente com o objetivo de estabelecer limites para a degradação e a violência de modo geral. Após isso, com a criação da ONU e as demais legislações que se seguiram, inclusive com o estabelecimento de tratativas em específico para o caso dos refugiados, instaurou-se não apenas medidas que buscassem “conter” a violência, mas também legislações que

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PP-GHIS-UFPR) e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGH-UEPG).

estabelecessem noções fundamentais para o exercício humanitário, tais como as de crimes de guerra e violações contra a humanidade, nesse sentido, o atentado deliberado contra civis, expostos de forma intencional à toda sorte de humilhações, é uma delas, e a atenção aos casos de refúgio se encaixam nisso, obstante, percebe-se na contemporaneidade o número crescente de situações que expõe as pessoas ao deslocamento em diversas partes do mundo (inclusive sendo geradas não unicamente por conflitos armados). O caso dos ucranianos ascende como um dos processos que demandou mobilizações imediatas de ajuda humanitária, e contribuiu para as tratativas que se impõem ainda atualmente, e delineiam o fundamento dos Direitos Humanos, nesse sentido, seu estudo coloca-se de forma pertinente tanto como caso contido, e em escopo ampliado. Ainda além, a existência de cartas escritas no refúgio e enviadas ao Brasil, nos possibilita inserir a pesquisa no campo do testemunho, entendendo-as como relatos de experiências e pedidos de auxílio além-mar. Para substancializar as discussões propostas, leituras que discutam a violência e sua fenomenologia na contemporaneidade, que fundamentem as teorias de testemunho a partir do contexto violento, assim como as que tracem paralelos entre estas e o estabelecimento dos Direitos Humanos, serão utilizadas.

Palavras-chave: Refugiados; Testemunhos; Violência; Ucranianos.

Introdução

O presente texto visa discutir a presença dos testemunhos e sua pertinência na contemporaneidade, não apenas para estudos acadêmicos e pesquisas historiográficas, mas na própria sustentação e compreensão da modernidade. Provenientes do século XX, a explosão de relatos e memórias de sobreviventes de catástrofes, ganharam um espaço não antes visto no mundo moderno, de tal forma que não podemos pensar o tempo presente desvinculado da alta demanda por testemunhos, biografias e memórias pessoais.

Tal interesse pode sobrevir de diferentes motivações, mas seja apenas por curiosidade ou adquira algum sentido mais profundo, os testemunhos moldam nosso mundo e a relação que temos com ele, as percepções quanto a realidade, as tragédias e conflitos, todas ganham uma ótica diferente quando relata-se as experiências pessoais de quem lá esteve, e por conseguinte, aproximam do leitor realidades aparentemente distantes.

Mais do que isso, o testemunho produz sentidos e simbologias, ele pode ser utilizado de diferentes formas, e interpretado também de outras maneiras, pode ser uma forma de protesto, ou um alerta, ou algo que busca atribuir sentido para uma catástrofe que tende a ser vista como sem propósito, é obstante reapropriado de maneira distinta, seja em uma lógica mercadológica (pois o capitalismo também apropriou-se dessas instâncias em busca do lucro), literária, acadêmica, entre outros. O fato é que o testemunho é estruturado e estruturante do mundo moderno, as memórias por sua vez são sua base, mas não devem ser percebidas como congeladas no tempo ou absolutamente neutras, nem mesmo reconstrutoras de um passado “tal e qual”.

O campo da memória é difuso, ela passa por isso seja pelo trauma, intencionalidades de momento, ou mesmo por um passar do tempo que tende a ofuscar as lembranças, são assim constantemente reformuladas e remanejadas, e é justamente por isso que não apresentam respostas facilmente verificáveis, mas antes expõe as fragilidades humanas das mais variadas formas. O estudo dos testemunhos por efeito tem de levar isso em conta, seu objetivo não deve ser o de alguma busca por suposta “reconstrução do passado” de forma absolutamente neutra, apática, e objetiva (como se algo assim de fato pudesse ser feito) mas uma maneira de explorar as contradições humanas, suas fragilidades e dissonâncias, que obstante tendem ao agravamento quando expostas ao trauma e a violência.

O testemunho (re)surgido

Apesar de que relatos e narrativas pessoais tivessem algum tipo de proeminência em tempos anteriores, o aumento do interesse do público para com estes elementos passa a se dar principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial, com a catástrofe que se abateu sobre o mundo, em um conflito de proporções nunca vistas. Justamente por isso, a guerra estabelece-se, como nos fala Henry Rousso (2016) como uma espécie de paradigma entre a história “neutra” do século XIX, e outra que com o conflito, passa a exigir do historiador um posicionamento em relação ao seu próprio tempo, assim sendo, o passado e o presente não seriam mais encarados como instâncias descoladas, mas diretamente interligadas:

O evento, na sua violência e por ser repentino, gera no cerne de sua deflagração e depois em seus efeitos, o sentimento de uma nova ruptura na continuidade histórica [...] Os limites da violência atingidos, a amplitude inauditas das perdas humanas, a monta das destruições materiais e a extensão dos territórios envolvidos marcaram permanentemente várias gerações e deixaram, por muito tempo, suas cicatrizes (Rouso, 2016, p. 99-100).

A catástrofe bélica, mais do que influenciar apenas o campo historiográfico, ensejou profundos debates e dilemas no tecido social de época, desse modo, uma violência tão grande e traumática, demandaria algum tipo de “sentido” para si. Essa busca por algum tipo de propósito na violência figura como forma de se compreender o tempo presente, e chama não apenas o historiador para o debate público, mas também acende clamores para relatos mais íntimos, próximos da realidade de guerra, nesse sentido, soldados que voltam do *front*, e sobreviventes dos mais variados contextos, são conclamados para contribuírem com suas histórias:

É surpreendente constatar que a Primeira Guerra Mundial fez surgir ou ressurgir no espaço público tanto a figura do historiador do tempo presente, chamado pelas circunstâncias a dar sentido à catástrofe ocorrida, quanto a da testemunha, que procura por outras vias e outras bases as palavras para dizê-la (Rouso, 2016, p. 113).

A explosão do testemunho, a proeminência com que a memória individual passou a influenciar a coletiva, em seus mais distintos aspectos, não é fator que possa ser negligenciado. O surgimento do testemunho no período, não pode delimitar-se apenas aquele contexto, nem ao menos ser compreendido como reclusa ao evento em questão, mas a partir daí, passa a impor sua presença na sociedade moderna em momentos posteriores, conforme Hans Benítez (2009):

O testemunho opera, portanto, como relato da defesa dos direitos humanos, para superar o estado atual de exploração, humilhação ou abandono de sociedades vítimas do capitalismo transacional (pedra angular da modernidade) [...] mediante a denúncia e conscientização. É escrita de resistência, quando uma testemunha (vítima da violência oficial, ou subalternizada pelos grupos dominantes) alia-se à um intelectual com certa sensibilidade social (proveniente de setores dominantes que vitimam, vitimizam, e subalternizam), que transcreve seu testemunho (tradução nossa)².

Dessa forma, as memórias individuais, com todas suas fragilidades e contradições, não apenas moldam percepções e opiniões coletivas sobre o presente, mas também sobre nosso passado, especialmente quando este passado rememorado, ainda é fruto de disputas sociais e reivindicações populares, em um momento em que o horizonte de expectativas ao futuro pode ser encarado com relutância: “Definidos os lugares de memória como um meio-termo entre memória coletiva e história, o tempo presente corresponde a esse meio-termo também entre passado e presente ou o trabalho do passado no presente” (Dosse, 2012, p. 07).

O testemunho e os Direitos Humanos

Como já estabelecemos, o testemunho encontrou sua ampliação a partir da experiência de guerra que sobreveio boa parte do mundo no início do século XX, tanto por traumas ou necessidade de se estabelecer algum “sentido” para aquilo, ao longo do tempo, ele foi reorganizado e readaptado, porém continuou relevante. Contudo, almejamos aqui estabelecer possíveis sincro-

2 El testimonio opera, por lo tanto, como relato de defensa de los derechos humanos, para superar un estado actual de explotación, vejación o abandono de sociedades víctimas del capitalismo transaccional (pedra angular de la Modernidad) [...] mediante la denuncia y la concientización. Es escritura de resistencia, donde un testigo (víctima de la violencia oficial o subalternizado por los grupos dominantes) se alía a un intelectual con cierta sensibilidad social (proveniente de sectores dominantes que victiman, victimizan y subalternizan), el cual transcribe su testimonio (Benítez, 2009, p. 50).

nias entre os testemunhos, e o estabelecimento da DUDH (Declaração Universal dos Direitos Humanos) apresentada pela ONU em 1948.

Conforme o direito humanitário foi tomando forma a partir da catástrofe vivenciada na Segunda Guerra Mundial, a proteção aos direitos fundamentais do homem fora conceitualmente modificada, não apenas a legislação proposta, e liderada pelos países vitoriosos e protagonistas da recém formulada ONU, ensejou tais transformações, mas o direito humanitário também foi sendo compreendido através das lutas anticoloniais, vistos principalmente nos continentes africano e asiático.

Os testemunhos advindos de tais catástrofes ganharam maior proeminência, pois a partir de então seria amparados e/ou apoiados pelos diversos organismos em proteção às vítimas, não apenas advindos da Europa, mas com o passar do tempo, de outros cenários em situação turbulenta ao redor do globo. As memórias e testemunhos de sobreviventes, surgidos a partir de violações humanitárias, não apenas professadas por escritores como Primo Levi, Jean Améry, e Otto Dov Kulka, mas em situações posteriores, como a de vítimas da tortura na ditadura militar brasileira³, do genocídio de Ruanda⁴ e dos bombardeios da OTAN na ex-Iugoslávia⁵, reconfiguram o testemunho a partir da ótica humanitária, nesse sentido, a hipótese que aqui se apresenta, é a de que o interesse a despeito desses relatos, assim como sua repercussão e efeitos político-sociais, podem ser pensados através das convenções humanitárias que mantêm-se determinantes em boa parte do mundo.

A pressuposição da universalização dos Direitos Humanos é portanto relevante para sua efetiva implementação, nesse sentido os testemunhos e relatos

3 A repressão ditatorial produziu uma série de testemunhos de perseguidos e vítimas de tortura, tais relatos proporcionam inclusive a oportunidade de rememoração futura sobre tais violações aos direitos humanos, e doravante, à capacidade de indignação.

4 Imaculéé Ilibagiza em suas memórias detalha os dias de angústia e medo que passou, quando escondida dos assassinos, e na companhia de outras mulheres, escutava as movimentações próximas de seu esconderijo: “Suas vozes dilaceravam minha carne. Senti-me em fogo, como se estivesse deitada sobre um leito de carvões ardentes. Uma avassaladora onda de medo tomou conta de mim; milhares de agulhas invisíveis penetraram meu corpo. Eu nunca havia imaginado que o medo pudesse provocar tamanho sofrimento físico” (Ilibagiza, 2012, p. 15).

5 Os bombardeios da OTAN, sobretudo atingindo a antiga capital Belgrado, ensejaram reações internacionais e memórias críticas ao ataque contra civis. Silvia Salvatici frisa depoimentos de sobreviventes, que detalham a melancolia daqueles dias: “Em suas recordações dos dias de bombardeios da Otan, ela revive a dor do passado mesmo à luz do presente que, para ela, ainda está impregnado de violência e perigo [...]” (Salvatici, 2005, p. 39).

de eventuais crimes de guerra, violações humanitárias, ou de qualquer outras forma, contribuem para o aprimoramento dos mecanismos de prevenção. A garantia da preservação dos direitos fundamentais está doravante diretamente ligada aos processos de luta e reivindicações políticas, e aos relatos da violência:

Os direitos humanos requerem três qualidades encadeadas: devem ser *naturais* (inerentes nos seres humanos), *iguais* (os mesmos para todo mundo) *universais* (aplicáveis por toda parte). Para que os direitos sejam direitos *humanos*, todos os humanos em todas as regiões do mundo devem possuí-los igualmente e apenas por causa de seu status como seres humanos [...] entretanto, nem o caráter natural, a igualdade e a universalidade são suficientes. Os direitos humanos só se tornam significativos quando ganham conteúdo político. Não são os direitos de humanos num estado de natureza: são os direitos humanos em sociedade (Hunt, 2009, p. 19).

Na lógica dos direitos humanos do pós-guerra, entre variados grupos que necessitavam de proteção imediata, os sujeitos que foram vítimas de deslocamentos forçados, demandaram especial atenção, como nos elucidada Julia Bertino Moreira (2010, p. 111):

Os refugiados constituem um grupo específico dentro das migrações internacionais. Forçados a fugir de seu país de origem em decorrência de conflitos intra ou interestatais, por motivos étnicos, religiosos, políticos, regimes repressivos e outras situações de violência e violações de direitos humanos, essas pessoas cruzam as fronteiras em busca da proteção de outro Estado, com o objetivo primordial de resguardar suas vidas, liberdades e seguranças.

Estando sob proteção direta do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), os refugiados foram preocupação fundamental das autoridades incumbidas da reconstrução imediata do continente eu-

ropeu após a derrocada das forças do Eixo, entre pessoas das mais variadas nacionalidades e origens, estavam os ucranianos, vítimas do deslocamento após a turbulência que os acometeu.

Os ucranianos e as cartas de refúgio

Figurando na época como região anexada à URSS, a Ucrânia exercia um papel central no abastecimento do governo soviético e de outros territórios compreendidos pela União, dessa forma, quando efetivou-se a quebra do pacto Ribbentrop-Molotov⁶, em junho de 1941, o embate entre forças do Reich e o exército vermelho no local foi brutal: “Como um dos maiores campos de batalha da Segunda Guerra Mundial, a Ucrânia sofreu a quase completa destruição das suas indústrias e das maiores cidades” (Yekelchuk, 2022, p. 96).

A situação do território naquela época era complexa, já que advinha tanto da invasão nazista, da destruição e desterramentos forçados pelas forças alemãs, como também dos combates entre nazistas e soviéticos, além disso, ainda existe a problemática de guerrilhas locais que lutaram tanto contra forças nazistas, quanto com os soviéticos. Não iremos nos estender na situação geopolítica ucraniana de época, sufocada entre dois exércitos e vivenciando uma situação de profunda miséria, destruição e violência, mas é perceptível que existe entre os refugiados uma preocupação com o território deixado para trás:

Augsburg 30.III.1946

Ao Comitê Ucraniano em Curitiba

Eu abaixo assinado sou sozinho na emigração. Provenho da Ucrânia Ocidental. Encontro-me atualmente no acampamento ucraniano na Alemanha, na cidade de Augsburg. Aqui há 3500 ucranianos de todas as nossas terras. E ainda o povo viveu em constante medo diante da repatriação forçada. Para vocês com certeza será interessante inteirar-se sobre os acontecimentos

6 Tratado de não agressão firmado entre Alemanha nazista e URSS na data de 23 de agosto de 1939 na cidade de Moscou. Contando com a presença do líder soviético Joseph Stalin, o acordo foi assinado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joachim von Ribbentrop, e seu homônimo russo, Viatcheslav Molotov.

de agora na nossa terra querida. Assim sendo, em 1943 começou uma grande luta contra os ocupantes alemães. A juventude colocou-se nas fileiras do Exército Insurgente Ucraniano (UPA). Os alemães foram colocados para fora das fronteiras da Ucrânia. Mas no lugar deles vieram os ocupantes vermelhos – e a luta não esmoreceu. Ela ainda continua.

Nos dirigimos a Vós também com um pedido. Sejam generosos e enviem para mim o endereço de alguma pessoa de Bibrschyn. Ou pelo menos da aldeia de Deviatnek, do distrito de Bibrsk, província de Lviv. Despeço-me com respeito.

Glória à Ucrânia! (Ao Comitê Ucraniano em Curitiba, 1946).

Apesar de algumas das cartas, principalmente as que inscrevem impressões da política local, poderem ser problematizadas (inclusive por exemplo, o papel do UPA⁷ na conjuntura de época) elas devem ser compreendidas como inscritas no trauma e angústia do desterro, assim, menos um processo de verificação factual, procura-se evidenciar esta carga traumática, carregada de violações e violências, presentes na forma escrita, e permeadas de significado.

Após o cessar das agressões, o continente deparou-se com uma leva nunca vista de deslocados por guerra, entre inúmeras outras nacionalidades, os ucranianos também sofreram com a destruição de suas casas e a doravante jornada ao desconhecido. Campos de refúgio, erguidos às pressas pelo exército Aliado, eram o destino de boa parte daquelas pessoas, que buscavam no local algum sinal de ajuda, em contrapartida, países mobilizados pelas recentes tratativas humanitárias, em maior ou menor grau, poderiam acolher os necessitados em suas fronteiras.

O Brasil nesse momento figurava como destino em potencial para os ucranianos, não apenas pela sua distância da Europa, mas por já contar com uma expressiva comunidade, sobretudo assentada no Paraná. O Estado vinha re-

7 O Exército de Insurgentes Ucranianos (Ukrains'ka Povstans'ka Armiia, ou UPA) surgiu em 1942, combatendo tanto soviéticos quanto forças do Reich, seu papel na guerra ainda é fruto de disputas. Para alguns setores são considerados heróis nacionais, outros apontam seus crimes de guerra, como a atuação na repressão contra poloneses na Ucrânia, e até mesmo de judeus na região.

cebendo levas de imigrações desde o século XIX, e portanto já contava com uma expressiva comunidade em suas fronteiras, esta que atuava com seus próprios festivais, atividades folclóricas e manifestações culturais que possibilitavam o acolhimento, além disto, possuíam uma imprensa já consolidada, que na época era administrada pela União Agrícola Instrutiva.

Esta organização, além de promover a cultura e o noticiário ucraniano, foi a responsável pela Criação do Comitê Ucraniano de Auxílio às Vítimas da Guerra, em outubro de 1945. Ao longo dos anos o Comitê recebeu inúmeras cartas de refugiados, e através destas, ajudou não apenas os campos, em forma de mantimentos, mas também no recebimento de pessoas que estavam dispostas à jornada, e no eventual estabelecimento destas em território brasileiro.

Atualmente foram preservadas cerca de trezentas cartas no acervo da Sociedade Ucraniana do Brasil⁸, em Curitiba. Redigidas inteiramente em ucraniano, encontram-se em processo de tradução através do projeto Memória Ucraniana⁹. O conteúdo das cartas é variado, trafegando desde pedidos de informações para a jornada, notícias de familiares, e itens mais imediatos, como o envio de calçados e comida.

Além disso, vê-se algumas que intentam apenas encontrar um destinatário disponível para escutar histórias de quem se corresponde, nesses casos, o desejo por algum tipo de contato externo se sobrepõe as necessidades materiais imediatas, e a solidão do refúgio se faz perceber de forma nítida.

O trauma do deslocamento, a penúria do refúgio e a violência à que foram submetidos, se constitui ainda, destarte as especificidades de cada uma, como um elo em comum entre os escritos, e possibilitam sua ressignificação no presente através da memória construída sobre os testemunhos, seria como apontado por Seligmann-Silva uma forma de dar “sobrevida à vida”.

A literatura do testemunho e a linguagem poética entram em cena como possibilidade de auxílio para análise do material, na compreensão dos relatos, e como forma de transpô-los para o presente, inserindo-as na seara das violações humanitárias e na violência que permeia estes processos, assim:

8 Inicialmente fundada em 1922 no município de União da Vitória, sob a denominação União Ucraniana do Brasil, seu nome foi alterado para União Agrícola Instrutiva na década de 1940 para prevenir retaliações do Estado Novo, e novamente para Sociedade Ucraniana do Brasil em 2009.

9 O projeto Memória Ucraniana é uma iniciativa particular da SUBRAS, originado em 2019, tem como objetivo o reavivamento do acervo local.

A imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço. Nada mais evidente: se dermos uma pequena olhada na história da literatura e dar artes veremos que os serviços que elas têm prestado à humanidade e seus complexos traumáticos não são desprezíveis (Seligmann-Silva, 2012, p. 149).

A escolha de abordar esses relatos não a partir de processos arquivísticos, mas transpondo-os para o testemunho, é feita levando em conta o entendimento de que apenas o arquivo, não somente impossibilita a compreensão da catástrofe, mas contribui para o esquecimento das vítimas e suas histórias, em última instância, projeto de algozes e negacionistas:

Trata-se de abandonar o registro dos fatos e o próprio arquivo e seu poder arcôntico de dizer onde está e o que é a verdade. *Trata-se de assumir a visão traumática da história e a necessidade de inscrever a violência a contrapelo da lei do arquivamento – que é também a lei do esquecimento da violência.* Assumir a natureza traumática da história [...] A história como trauma nunca é apenas nossa, mas sim se dá em diálogo com a dos outros. Trata-se de abrir-se à história (traumática e silenciada) do outro (Seligmann-Silva, 2012, p. 169).

Portanto, a análise das cartas a partir da ótica dos testemunhos, inserindo os escritos na linguagem testemunhal, auxilia-nos no processo de entendimento dessa catástrofe, que distante de ser algo recluso ou específico, segue moldando a contemporaneidade, lida a partir da violência e das constantes violações humanitárias que atingem comunidades inteiras.

Além da incerteza do caminho a percorrer e da materialidade do mundo que se impõe de forma abrupta, suas cicatrizes subjetivas perduram com o tempo e podem se mostrar nos relatos que temos acesso. O deslocado em sua

condição de vulnerabilidade extrema, chega ao campo como “refugio da terra” conforme expressa Hanna Arendt (2012) ou seja, uma pessoa tolhida de boa parte de suas garantias sociais, e que observa a morte de seu passado, na forma da destruição de seu lar, e a incerteza do futuro.

Ela ali permanece como sujeito fronteiriço, não pertencendo realmente a lugar nenhum, sendo portanto inatingida por boa parte das garantias sociais de qualquer cidadão regular, muitas vezes tratada como um fardo no contexto do pós-guerra, vê-se permeada pela humilhação do desterro, desumanizada de forma completa e inequívoca, sente-se realmente como refugio, pois não há desejo em reivindicá-la, é encarada apenas como um imbróglie jurídico, ao qual deve-se solucionar de forma rápida. Suas fronteiras, seu isolamento, dá-se não apenas na condição jurídica e material, mas na subjetividade, na solidão de cada um que se encontra naquela situação.

Apesar das legislações humanitárias que seguiram após o conflito, vide a elaboração da Carta do Estatuto dos Refugiados¹⁰, a urgência de tal condição é cada vez mais acentuada. Entre novas problemáticas e diferentes conjunturas, o desterro faz-se constante na contemporaneidade. Naquele momento em específico, quando diferentes nações mobilizavam-se para atender aos milhares que vagavam sem rumo pela Europa, não apenas organismos internacionais surgiram para lidar com a questão, mas projetos locais, e iniciativas comunitárias também fizeram-se presentes.

Nesse sentido, os ucranianos foram ajudados por entidades alocadas em vários países, e iniciadas de forma diminuta nesses locais. No Brasil, o Comitê Ucraino de Auxílio às Vítimas da Guerra exerceu tal papel, recebendo imigrantes que aportavam em terras nacionais (sobretudo na Ilha das Flores) e auxiliando-os nos momentos iniciais.

Promulgado em 9 de outubro de 1945, quase dois meses após a data, em novembro suas atividades passaram a fazer parte de iniciativa transnacional, assim, suas obrigações e deveres também aumentou, prova disso é o alto nú-

10 De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Estatuto dos Refugiados foi formalmente adotado em 28 de julho de 1951 para resolver a situação dos deslocados na Europa após a Segunda Guerra Mundial. O documento ainda em vigência, além de conceitualizar a noção de refugiado, propõe diretrizes, direitos e deveres entre refugiados e o país acolhedor.

mero de correspondências entre o comitê brasileiro e de outros países integrantes da Agência Central de Ajuda Humanitária da Ucrânia¹¹.

Com isso, o comitê brasileiro teria não apenas obrigações de relatório e informes, mas também de assistências regulares para a Europa, assim como diz-se em correspondência recebida pelo Comitê: “Assim sendo, será necessário ao Comitê Ucraino no Brasil, a transmissão de fundos e parcelas na forma de comida, vestuário, etc., aos endereçados na Europa, como combinado pela Agência Central de Ajuda Humanitária da Ucrânia [...]” (Cruz Vermelha Brasileira, 1945, tradução nossa)¹². Portanto, o subsídio do trabalho, utilizará como arcabouço de fontes, tanto documentos e correspondências oficiais, mas sobretudo, as cartas.

Sendo enviadas em remessas desde 1945, e objetivamente fundamentadas em sua maioria, com pedidos de mantimentos, auxílio material, ou informações pragmáticas, as cartas subsequentes no entanto começam a se diferenciar das anteriores. Algumas delas dão vazão à melancolia e angústia da situação dos campos e a precariedade da vida no local, além disso, a necessidade de algum contato com parentes (próximos ou distantes) nos parece importante em boa parte das correspondências, sejam elas mais bem detalhadas ou não, como observa-se na carta a seguir, escrita no campo de Rimini – Itália:

Querido irmão

Escrevo para você pela segunda vez e quero saber de sua saúde. Eu já escrevi para você uma carta, mas não sei se recebeu. Querido irmão, me encontro no acampamento inglês desde 12.5.45 na Itália. Estou te escrevendo agora para falar de mim e contar o que aconteceu em casa, quando de lá saí. Os alemães me levaram de casa para a Alemanha no ano de 41 (1941), junto com a irmã Hanya. O irmão Vasyl foi levado pelos bolcheviques para o exército em 40 (1940) e dele não soubemos mais e os outros

11 Sediada em Londres, a Agência Central foi elaborada logo no pós-guerra, e atuou como órgão centralizador dos demais comitês ucranianos criados ao redor do mundo. Além do Brasil, foi composto por Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Bélgica, França, Argentina, Itália, e Suécia.

12 As such it will be necessary for the Ukrainian Comittee in Brazil to transmit funds and parcels in the form of food, clothing, etc. to addresses in Europe as arranged for by the Central Ukrainian Relief Bureau [...] (Cruz Vermelha Brasileira, 1945, Acervo SUBRAS).

familiares ficaram em casa. Querido irmão, na Europa e em casa está tudo muito destruído, pois houve uma terrível guerra. Como está em casa agora, eu não sei nada, pois de lá não tenho notícia alguma. A irmã Hanya eu deixei na Alemanha, pois os alemães me levaram para o exército, e onde ela está agora eu não sei, pois não tenho nenhuma notícia. Querido irmão, o Fedkó Vovczyk deixei em casa e o que ele faz agora e onde está o seu colega eu não sei. Querido irmão, se puder mande algum pacote ou uns dez dólares, pois no acampamento a miséria é grande, já não tem mais o que comer. Não tenho mais sobre o que escrever. Por favor escreva de volta.

Tê saúde o teu irmão Fed (Querido Irmão, 1946).

A situação destacada reflete não apenas o desespero para corresponder-se com o irmão, mas a falta de condições adequadas no campo em que se encontra o remetente, o pedido de mantimentos “um pacote ou uns dez dólares” demonstra a situação, já que como o próprio documento atesta “a miséria é grande, já não tem mais o que comer”. De acordo com informações em relatório do próprio Comitê Ucrainiano, em 1946 estavam na Itália cerca de 11.000 refugiados ucranianos, divididos em diferentes campos, sendo Rimini o mais numeroso, contando com “cerca de 9.000 soldados ucranianos internos em Rimini e cerca de 90 internos em outros campos” (Relatório Semestral, 1946). Mais além, é reforçado que “de forma geral, é sentida a falta de alimentos, vestimentas e calçados e, sobretudo, nos acampamentos, de acomodações adequadas”.

Considerações finais

Como pesquisa em construção, a totalidade das cartas ainda não foi traduzida, este processo, atualmente em andamento, nos permite averiguar de modo gradativo os escritos. A pluralidade do material, desde os que pedem ajuda para o refúgio, até outros que buscam apenas algum tipo de contato para além dos campos, compõem um desafio em especial, mas acreditamos que a literatura do testemunho nos forneça peças importantes para encarar o desafio.

Considera-se necessária para a pesquisa não apenas a análise de informações objetivas de cada remetente, mas a interpretação de suas incertezas veiculadas, e as angústias que nos pormenores, deixam-se amostra ao longo das linhas, e revelam-se pertinentes para compreensão da problemática dos refugiados e a violência que os sobrepuja.

Apesar de até o momento, não terem sido encontrados um número expressivo de respostas diretas do Comitê para os remetentes, existe fundamentação para concebermos a profunda atenção das atividades de seus integrantes para com a causa dos refugiados ucranianos ainda em solo europeu. Isto pode ser percebido a partir dos vários e detalhados relatórios oficiais preservados na sede da atual Sociedade Ucraniana do Brasil, e por correspondências com demais entidades humanitárias em outros países, como deixamos claro a partir da atuação do Comitê como integrante do *Central Ukrainian Relief Bureau* (CURB), portanto, a atuação transnacional de suas atividades, poderão desvelar novas frentes de pesquisa, e óticas de estudo.

Além das cartas em particular, percebemos relevante ao longo do trabalho, uma maior atenção para com a discussão acerca do direito humanitário não apenas no contexto do pós-guerra, mas levando em conta suas atuações posteriores ao fato, sendo o combate ao refúgio um dos grandes desafios da contemporaneidade, e sendo tais efeitos agravados mediante novas e complexas formas de violência, é necessária atenção aos mecanismos que podem contribuir para mitigação de seus efeitos devastadores na sociedade.

A poética doravante é para o tratamento do material, o que subsidiará o “narrar o inenarrável” como fala Seligmann-Silva, ou ao menos possibilita o escape do “domínio do arquivo” nos termos de Marc Nichanian (2012). Seu traumas, relatos e angústias logo não podem ser vistos apenas dentro do arquivo, mas como elemento humano e subjetivo, que demanda mais do que a historiografia para ser percebida e traduzida.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

AO COMITÊ UCRANIANO EM CURITIBA [**Correspondência**]. Destinatário: Comitê Ucraniano de Auxílio às Vítimas da Guerra. Itália, 1946, Carta 55, 2023.

BENÍTEZ, Hans M. Fernández. “The moment of testimonio is over”: problemas teóricos y perspectivas de los estudios testimoniales. Íkala, **revista de lenguaje y cultura**, v. 15, n. 4, p. 47-71, 2010.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. **CURB**. Curitiba, 1945, Acervo SUBRAS.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. Florianópolis, **Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2022.

HUNT, Lynn. **A invenção dos Direitos Humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ILIBAGIZA, Immaculée. **Sobrevivi para contar**. São Paulo: Fontanar, 2008.

MOREIRA, Julia Bertino. Redemocratização e direitos humanos: a política para refugiados no Brasil. Brasília, **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 111-129, 2010.

NICHANIAN, Marc. A morte da testemunha. Para uma poética do “resto”. In: SELIGMANN-SILVA, Marcio *et al.* (Orgs.). **Escritas da violência volume I/O testemunho**. São Paulo: 7 Letras, p. 13-49, 2012.

QUERIDO IRMÃO [**Correspondência**]. Destinatário: Comitê Ucraniano de Auxílio às Vítimas da Guerra. Itália, 1945, carta 08, 2023.

COMITÊ UCRAÍNO. **Relatório Semestral das atividades do Comitê Ucraniano de ajuda aos refugiados na Itália – Roma, entre o período de julho a agosto de 1946**. Curitiba, 2023, Acervo SUBRAS.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente e o contemporâneo. Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. Rio de Janeiro, **História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29-42, 2005.

YEKELCHYK, Serhy. **Ucrânia**: o que toda gente precisa de saber. Coimbra: Edições 70, 2022.

Táticas e estratégias de universalização do espaço e identidade religiosa no Brasil: O conflito entre Igreja Católica e Testemunhas de Jeová (1922 - 1937)

Osorio Vieira Borges Junior¹

Rutherford, presidente da Associação Torre de Vigia nas décadas de 1920 e 1930 viu no Brasil uma tela em branco para suas atividades missionárias, um território a ser conquistado, dado o processo de secularização recente, além da dimensão territorial do país e sua influência e relevância na América do Sul. Ao vir para o Brasil, os primeiros missionários tinham de estabelecer seu espaço em um território marcado por uma forte cultura católica. Nesse sentido é importante perceber que a hegemonia católica no Brasil tem suas raízes na colonização: basta lembrar que os povos escravizados que traziam na bagagem suas crenças religiosas foram obrigados a alterá-las, ou adaptarem suas práticas ao catolicismo² numa tática de sobrevivência; lembremos que “as potências colonizadoras foram também potências cristãs; que toda uma vasta gama de relações existiu entre missionários e governos; e que, no principal, o Cristianismo tem sido impulsionado pela vaga de prestígio e poderio ocidental”³. Tal regresso nem se faz necessário, posto que o crescimento das dioceses no Brasil depois da promulgação da Constituição Republicana e extinção do Padroado nos vários estados brasileiros compõem uma estratégia clara de manutenção do poder elucidativa no que diz respeito à influência católica no espaço e território brasileiro na primeira metade do século XX.

Garantir um espaço para sobrevivência no país seria, para as Testemunhas de Jeová, além dos desafios já citados, especialmente difícil no que se refere à construção de suas táticas, já que o espaço já era, em sua maioria, dominado e as pessoas que aqui viviam tinham percepções do espaço influenciadas pela narrativa católica. Para Certeau, a narrativa tem um papel importante na

1 Mestrando em História pelo Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) sob orientação do Prof. Dr. Gustavo de Souza Oliveira. Contato: juniorvieira.tj@hotmail.com.

2 SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 86.

3 NEILL, Stephen. *História das Missões*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1989, p. 459.

construção dos lugares, já que os relatos moldam e transformam um espaço; as histórias e o que é dito constantemente em um determinado lugar molda a percepção deste enquanto se torna espaço: o espaço se torna uma tela onde as histórias são projetadas e o ambiente é significado⁴. Nesse sentido, pensar que o primeiro nome dado pelos europeus ao território brasileiro tenha sido influenciado pelo catolicismo não é um acaso, mas, inconsciente ou conscientemente, uma estratégia de dominação e apropriação do espaço de um território descoberto.

Percebemos o sucesso dessas práticas ao ler trechos da primeira Constituição Republicana, que ao invés de assegurar liberdade de culto a todas as religiões, como aconteceria num modelo de sociedade secular ideal, preferiu manter a lógica católica ao não especificar, nem incluir no espírito do texto constitucional a diversidade religiosa; “o que observamos não é a abertura de espaço para todas as tradições religiosas, mas a continuidade da relação entre o cristianismo, principalmente o catolicismo, com a política. O que mudou é que sem o Padroado, essas relações se estenderam para uma elite política fragmentada nos diversos estados”⁵. É nesse contexto que, não só as Testemunhas de Jeová, mas vários grupos protestantes buscavam assegurar sua presença e influência no território brasileiro e torná-lo espaço para suas práticas religiosas.

Dada a subjetividade e diversidade de definições para os termos espaço, território e lugar nas ciências humanas e sociais, para os fins dessa discussão, tomamos como parâmetro, as definições de Michel de Certeau. Para o autor “espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais”. O lugar, por sua vez, seria o estado ou condição original do espaço, que segundo o autor é como uma palavra falada que pode assumir diversas significações a depender da situação e contexto na qual é pronunciada; é como se o lugar fosse a palavra, o elemento original antes de ser transformado e apropriado. O espaço “diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade

4 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 199.

5 OLIVEIRA, Gustavo de Souza. “A constituição é lá para você?": Estado laico, criminalização religiosa e a predileção à cultura cristã na construção da Primeira República brasileira. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 14, n. 42, p. 69-86, 2022, p. 76-77.

de um ‘próprio’”⁶. Sendo assim, o espaço pode e será apropriado por sujeitos históricos em simultaneidades, sendo natural os sentidos diversos de um mesmo lugar para agentes distintos, já que o entendimento desse fenômeno passa pela experiência vivida num determinado lugar, considerando todas as condições individuais ou coletivas envolvidas nesse processo.

O Brasil enquanto espaço foi apropriado por vários grupos religiosos, mesmo os não cristãos, a partir de suas práticas culturais. Num modelo ideal, para o entendimento dos desafios e do conflito estabelecido entre as Testemunhas de Jeová e a Igreja Católica no âmbito espacial se faria necessária uma discussão acerca da relação entre o espaço e o catolicismo no Brasil e o espaço e o protestantismo no Brasil. Quanto a isso, um problema se impõe: concomitante aos seus esforços em se posicionarem contrárias às ideias católicas, as Testemunhas de Jeová, no dissenso do que pensa o senso comum, não se autodefinem uma religião protestante, ou reformada e provoca uma marginalização desejada, ou seja, cria um espaço único para suas práticas culturais e religiosas, distante das formas de cristianismo conhecidas no início do século XX. É preciso, portanto, entender os motivos da marginalização provocada e desejada pelo grupo religioso antes de analisar suas táticas de apropriação do espaço em contraposição à Igreja Católica no Brasil.

Várias igrejas protestantes uniram esforços em nível internacional no final do século XIX e início do século XX, buscando expandir sua presença e consolidar espaço em nações ainda não cristianizadas, com uma influência protestante limitada. Exemplificando esse movimento, destacam-se eventos como a Conferência Missionária, que reuniu líderes internacionais em 1888 em Londres, outra realizada em 1900 na cidade de Nova York e a The World Missionary Conference em 1910, sediada em Edimburgo, na Escócia. O objetivo central desses encontros era promover a missão evangelizadora e solidificar o papel das igrejas protestantes em regiões onde sua presença era incipiente⁷. Nenhum membro da liderança das Testemunhas de Jeová esteve

6 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 202.

7 A The World Missionary Conference representou um marco no que se refere a ações ecumênicas missionárias na primeira metade do século XX. É importante lembrar que nenhum documento ou discussão relacionado a dogmas de quaisquer denominações religiosas foram levantados e/ou elaborados, uma vez que o objetivo da conferência era a discussão de ações em conjunto no que diz respeito à expansão do cristianismo reformado para as várias partes do mundo. Para mais informações sobre a conferência, ver: STANLEY, Brian. *The World Missionary Conference*, Edinburgh 1910. Cambridge (Reino Unido): William B. Eerdmans Publishing Company, 2009.

envolvido em eventos ecumênicos, incluindo os mencionados ou qualquer outro de natureza semelhante. Embora as seguintes passagens nas edições da Watchtower de 1968 e 1969 estejam se referindo ao Concílio Vaticano II, expressaram críticas em relação a esse tipo de evento elucidativas nesse sentido:

Por certo ninguém negará que vivemos numa era de transigência, quando a catolicidade ou ecumenismo está em voga, quando a comunhão de fiéis procura criar uma grande religião conglomerada, quando ser franco e direto a respeito da transigência estão sendo disseminados por todo o mundo pelos ventos da falsa doutrina e estão encontrando acolhida nas mentes inquietas e irresolutas.⁸

Estamos na era do ecumenismo, quando se dá ênfase, não naquilo que se crê, mas em até que ponto se está pronto para renunciar a princípios bíblicos para conseguir uma união enganosa entre os religiosos de conceitos divergentes. Para os que abandonam a Bíblia, o Deus da Bíblia, sob o seu próprio nome escolhido, Jeová é severo demais, é disciplinador demais, é intolerante demais para com as mentiras, a hipocrisia e a delinquência moral - um Deus que exige devoção exclusiva dos seus adoradores.⁹

A posição firmemente contrária das Testemunhas de Jeová em relação aos encontros ecumênicos é uma das razões que as colocam à margem da comunidade protestante, apesar de suas raízes terem surgido de uma denominação reformada; ao mesmo tempo, esse afastamento, contribui para sua sensação de desvinculação em relação à comunidade evangélica. É possível concluir que o espaço desejado pelas Testemunhas de Jeová tem poucas similitudes com relação ao que outros grupos protestantes desejam, entender isso parece

8 Claudicando entre duas opiniões. *A Sentinela: Anunciando o Reino de Jeová*, Cesário Lange, SP. 15 de fevereiro de 1968, p. 105-108.

9 O nome de Deus e a Cristandade. *A Sentinela: Anunciando o Reino de Jeová*, Cesário Lange, SP. 15 de abril de 1969, p. 246-249.

ser elucidativo no que tange ao entendimento de suas táticas de apropriação do espaço e práticas culturais no Brasil nos anos 1920 e 1930.

Até os anos 1920, os presbiterianos eram a maioria entre os evangélicos brasileiros, com uma presença significativa em várias regiões do país. Os metodistas, por sua vez, destacavam-se pela ênfase na educação e pela fundação de instituições educacionais. Os pentecostais, em particular, começaram a ganhar destaque. A partir do início dessa década, eles conseguiram atrair um número crescente de adeptos, especialmente nas áreas urbanas, inclusive membros de outras denominações protestantes, como os batistas. Na próxima década, nos anos 1930, os batistas começaram a ganhar destaque e relevância no cenário religioso nacional, conseguiram expandir suas igrejas e congregações em várias regiões do Brasil, atraindo novos fiéis e consolidando-se como uma denominação de influência crescente. Por fim, próximo à década de 1950, a Assembleia de Deus emergiu como a denominação protestante mais relevante e influente no país. Sua rápida expansão e o aumento do número de fiéis contribuíram para sua posição de destaque no cenário religioso brasileiro.¹⁰ É claro que existe um conflito pelo espaço mesmo entre as religiões protestantes e reformadas, não queremos reduzir todas as religiões reformadas como tendo características únicas, mas suas práticas culturais e principalmente seu discurso e narrativa, resguardadas suas especificidades não contrariam sua definição enquanto protestantes, em sua maioria; ao contrário do que acontece entre as testemunhas de Jeová que preferem se marginalizar.

Nesse período, a presença das testemunhas de Jeová era limitada em número mas já chegava aos cantos do país. O Anuário das Testemunhas de Jeová de 1974 relata que em 1931 já havia uma congregação no Amazonas com cerca de 70 pessoas, fruto do envio de publicações por alguém de que não se tem relato a uma igreja batista no estado, dois homens interessados no conteúdo das revistas entraram em contato com a filial administrativa em São Paulo que lhes continuou enviando publicações por algum tempo. Por ocasião da forte imigração de europeus para o sul do Brasil, na década de 1930, algumas testemunhas de Jeová se estabeleceram em Santa Catarina e começaram a divulgar suas crenças no sul a partir da distribuição de publicações. Na mesma década, a crença do grupo religioso chegou a Bahia por meio do professor

10 DA SILVA, Paulo Julião. Os missionários batistas norte-americanos no Brasil e os relatos de dificuldades na expansão evangélica entre os anos de 1930 e 1945. *Dimensões*, n. 50, 2023, p. 231.

George Shakhshiri, que chegava ao Brasil numa viagem turística e trouxe consigo publicações em árabe para distribuí-las aqui¹¹. Lembremos que é costume de toda Testemunha de Jeová batizada a divulgação regular de suas crenças. A Luz dos conceitos de Certeau, essa prática se estabelece como um “ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’”, o autor explica que o fraco (sujeito em posição desfavorável) deve transformar os acontecimentos em ocasiões para a sua própria sobrevivência social e política, ou a de um grupo ao qual pertence.¹²

É possível perceber uma origem orgânica da religião em vários estados do país, nesse sentido, a apropriação do espaço pelas Testemunhas de Jeová não seguia uma ordem hegemônica e centralizada, ao contrário do que faz parecer a narrativa das fontes desse estudo produzidas pelo grupo religioso. Entendemos que “existem tantos espaços quanto experiências espaciais distintas. A perspectiva é determinada por uma fenomenologia do existir no mundo”¹³, ou seja, os diferentes lugares em que a crença das Testemunhas de Jeová foi disseminada no Brasil, durante os anos do seu estabelecimento, produziu diferentes relações entre pessoas e o espaço no qual se deram as experiências religiosas. É possível imaginar a natureza como um elemento de aproximação desses fiéis a uma cultura religiosa típica da região amazônica; e no sul, a religião pode ter assumido um carácter étnico por algum tempo já que se estabeleceu a partir de imigrantes europeus. Esses exemplos são especulações para elucidar como as práticas culturais nos diferentes lugares em que se estabeleceram membros do grupo religioso se estabeleceram foram importantes para a sua origem no Brasil já que as fontes desse estudo não nos permitem afirmar com detalhes os desdobramentos da chegada das testemunhas de Jeová em cada estado e/ou região do Brasil.

A disseminação orgânica das crenças das Testemunhas de Jeová no país poderia ter sido um sucesso, mas a falta de administração e condução desses novos fiéis, longe dos centros urbanos do país, a saber, São Paulo e Rio de Janeiro causou a impossibilidade de desenvolvimento de quaisquer práticas religiosas duradouras. O desenvolvimento lento das Testemunhas de Jeová pode ter tido ainda outro fator, além dos que já foram elencados. Diferentemente

11 Anuário das Testemunhas de Jeová, Cesário Lange, SP. 1974. p. 43-45.

12 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 46-47.

13 *Idem*, p. 202.

de outros grupos protestantes, como os batistas que sofreram com a crise de 1929 já que seu financiamento vinha de empresários bem sucedidos norte-americanos, as Testemunhas de Jeová financiavam suas obras inicialmente pela fortuna de seu fundador, Charles Taze Russell e posteriormente pela venda de publicações e doações de membros e ou instituições interessadas; já que a organização religiosa nunca quis fazer anúncios publicitários na *Watch Tower*¹⁴, sua fonte de renda era bem limitada e os recursos eram escassos, diante disso, a decisão estratégica foi: usar os recursos financeiros como investimento para o desenvolvimento nos grandes centros do país.

Para além do lugar onde as Testemunhas de Jeová queriam se estabelecer e desenvolver no Brasil, é preciso entender seu espaço de influência e atuação. Como já dito, os dirigentes da religião não se posicionam como protestantes, mesmo que seja sabido que sua origem vem de uma denominação reformada: seu fundador, Charles Taze Russell, embora nunca tenha integrado a cúpula adventista, foi influenciado por essa doutrina. Nesse sentido, a linguagem parece de primeira importância: é imprescindível entender como esses enxergam o protestantismo e o que as faz desejar uma marginalização.

É sabido que alguns grupos evangélicos não se consideram protestantes por afirmarem que descendem de João Batista, discípulo e batizador de Cristo¹⁵, mas ainda assim, mesmo que não se identifiquem como protestantes, essa questão não se faz presente de maneira enfática na sua doutrina e suas práticas culturais que possibilitam um relacionamento natural com os protestantes no imaginário comum. As Testemunhas de Jeová, ao contrário, não creditam a sua origem a João Batista e nem a Cristo. Na verdade, o entendimento doutrinário do grupo religioso é que sua origem tenha se dado “pouco depois da rebelião contra a soberania de Deus no Éden”¹⁶, a obra *Testemunhas de Jeová: Proclamadores do Reino de Deus* elucida a questão:

14 A *Watchtower* (A Sentinela) já tinha uma tiragem relevante para anunciantes no início do século XX, a organização religiosa não aceitava nenhuma oferta publicitária pois, segundo seus dogmas, estariam se misturando ao mundo contrariando uma ordem direta de Jesus Cristo. Em 2023, A Sentinela é a revista que tem a maior tiragem mensal do mundo, seguida pela *Despertai!*, também pertencente ao mesmo grupo religioso. As Testemunhas de Jeová seguem no entendimento de que não devem fazer anúncios publicitários em suas publicações.

15 MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Evolução histórica e configuração atual do protestantismo no Brasil. In: MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, P. (Orgs.). *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

16 *Testemunhas de Jeová: Proclamadores do Reino de Deus*. Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. Cesário Lange, SP: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 1993, p. 13.

Paulo identifica Abel como a primeira testemunha de Jeová, dizendo: “Pela fé ofereceu a Deus um sacrifício de maior valor do que Caim, sendo por esta fé que se lhe deu testemunho de que era justo, dando Deus testemunho com respeito a suas dádivas; e por intermédio dela, embora morto, ainda fala.” De que modo serviu Abel como testemunha a favor de Jeová? A resposta gira em torno da razão pela qual o sacrifício de Abel era de “maior valor” do que o de Caim.¹⁷

A obra continua: “Abel foi a primeira testemunha de Jeová”. Não queremos fazer uma análise hermenêutica acerca da interpretação de textos sagrados pelo grupo religioso em questão, mas a linguagem e simbologia contida nessa afirmação é de primeira importância para chegar ao entendimento da marginalização desejada pelas Testemunhas de Jeová e do espaço que almejavam ocupar, afinal, “a linguagem não mais exprime as coisas, não mais dá presenças e não mais é transparência do mundo, mas sim um lugar organizado que permite atividades”¹⁸. Sendo assim, a linguagem utilizada pelas Testemunhas de Jeová em sua obra ao afirmar que sua origem estava relacionada à origem da raça humana¹⁹, faz-nos entender que seus fiéis acreditam pertencer, não a mais uma religião dentre tantas, mas à primeira religião: essa característica daria ao grupo a qualidade de originalidade e pioneirismo. Portanto, a religião não poderia ser protestante, pois nunca foi reformada, ela sempre existiu, no imaginário de seus membros.

Certeau nos elucida ao dizer que a “linguagem é um lugar organizado que permite atividades”²⁰, nesse sentido, é possível chegar a compreensão de que tais práticas como: a recusa de participação em eventos ecumênicos; aversão à quaisquer outras religiões e principalmente; a recusa de se autodeclarar uma

17 *Idem.*

18 CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*, tradução de Enid Abreu Dobransky, 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012, p. 88.

19 Não estamos discutindo teorias sobre a origem do universo e da raça humana, mas é necessário considerar a cosmologia cristã para chegar ao entendimento das questões apresentadas. Segundo essa cosmologia, o maior concordância de ideias que se apresenta é que a origem da raça humana teria se dado a partir da criação de Adão e Eva por Deus. Abel seria um dos sete filhos do casal e o primeiro humano fiel a Deus.

20 CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*, tradução de Enid Abreu Dobransky, 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012, p. 88.

igreja protestante e a própria negação de si como igreja - já que esse termo nunca é usado pelas Testemunhas de Jeová para se referirem a seu grupo religioso - integram um conjunto de práticas guiadas pela linguagem que marginaliza a religião a partir da sua doutrina: é este o espaço que as Testemunhas de Jeová queriam e querem ocupar; o que pertence à primeira igreja, a pioneira e verdadeira. Posto isso, seria incompatível com sua doutrina qualquer relacionamento e/ou identificação com quaisquer outras religiões.

O espaço está em constante conflito e as religiões usam-no e se apropriam desse fenômeno a partir de símbolos, da linguagem e de suas práticas culturais. O Brasil enquanto espaço teve várias apropriações a partir dos métodos usados pelas religiões durante o período da formação da identidade nacional, principalmente nos anos que antecedem e postergam a Revolução de 1930; destaca-se a Igreja Católica que se utilizou de estratégias para a manutenção de sua hegemonia cultural. É importante lembrar que, para Certeau, estratégia é

o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.²¹

Certeau descreve a ideia de que a análise das relações de poder e influência se torna viável quando se consegue isolar um sujeito que possui vontade e capacidade de agir do seu ambiente circundante. Isso implica a capacidade de identificar um espaço ou posição que possa ser delimitado como sendo “próprio” desse sujeito, permitindo-lhe gerenciar suas relações com uma realidade externa que é distinta e separada. Esse conceito tem implicações significativas na construção das identidades nacionais. Por exemplo: a nacionalidade política envolve a ideia de um Estado soberano que pode tomar decisões autônomas sobre sua governança e política externa; a nacionalidade econômica refere-se à capacidade de um país gerir sua economia e seus recursos de acordo

21 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 46.

com seus interesses; a nacionalidade científica implica a capacidade de um país conduzir pesquisas, desenvolver tecnologias e participar da comunidade científica global de forma independente e o mais importante nesse estudo; a nacionalidade religiosa envolve a capacidade de uma determinada religião se aglutinar à identidade nacional e pertencer, no imaginário coletivo, de maneira indissociável a ela.

Já que a Igreja Católica - apesar de esforços por uma sociedade secular sob o signo liberal do laicismo²² - ocupava o espaço de religião influente e formadora de opinião e tradição popular. Categorizamos suas práticas como estratégias, pois tinha como principal inimigo, a laicidade incipiente de um país que fundou sua base política e cultural através do catolicismo enquanto outros grupos religiosos como protestantes e Testemunhas de Jeová representavam uma ameaça menor: suas ações serão categorizadas como táticas já que Certeau as definiu como “a arte do fraco”, uma vez que “a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como ‘último recurso’”²³. As táticas, como definidas por Michel de Certeau, muitas vezes são adotadas por aqueles que têm menos poder e recursos para lutar contra uma estrutura dominante. Para esses grupos religiosos, a astúcia e a adaptação eram estratégias viáveis para sobreviver e crescer em um ambiente onde a Igreja Católica ainda detinha grande influência.

Essa dinâmica entre estratégias da Igreja Católica e táticas de grupos religiosos minoritários reflete o contexto complexo de mudança religiosa e cultural em uma sociedade em transição e demonstra como diferentes atores religiosos adotam abordagens variadas para lidar com desafios e oportunidades específicas em um ambiente em evolução; para além de suas posições, o desafio das religiões parece definir suas ações.

Se destacam como estratégias de apropriação do espaço da Igreja Católica no governo Vargas: a escolha e solenidade de coroação de Nossa Senhora da Aparecida como padroeira do Brasil e a inauguração do Cristo Redentor no Rio de Janeiro no início da década de 1930²⁴.

22 LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso: 1889-1989*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991, p. 10.

23 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 101.

24 MOURA, C. Fé, *Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930 - 1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, p. 110.

A elevação de Nossa Senhora da Aparecida à posição de padroeira oficial do Brasil pode ser compreendida como uma estratégia de apropriação do espaço por parte da Igreja Católica, à luz dos conceitos de Michel de Certeau. O clero, ao declarar Nossa Senhora da Aparecida, padroeira do Brasil, não apenas consolidou sua influência religiosa, mas também estendeu sua presença no campo político e social de maneira astuta; a escolha de uma santa mestiça não foi aleatória: era uma representante legítima da identidade brasileira²⁵: “os signos sociais dessa santa [...] exerciam enorme apelo popular, seu caráter nacional de padroeira do Brasil ficava ainda mais acentuado pela ‘condição social’ da imagem, popular em sua expressão, mas não identificada com traços de uma classe social especial”²⁶. Essa estratégia permitiu à Igreja Católica afirmar sua autoridade sobre o território brasileiro, estabelecendo uma conexão profunda entre a fé católica e a identidade nacional. A devoção à Nossa Senhora da Aparecida não apenas fortaleceu os laços entre a Igreja e a sociedade, mas também serviu como um elemento unificador em um país heterogêneo.

A inauguração do Cristo Redentor também se caracterizou como estratégia de apropriação do espaço pela Igreja Católica. Carlos André Silva de Moura nos elucidou:

O símbolo maior do cristianismo no alto do Corcovado demonstrava a dimensão das ações da Igreja para a expansão de suas ideias. O Cristo Redentor, vigilante na capital federal, destacava o poder que a Igreja ainda exercia nas estruturas da sociedade. Das ruas do Rio de Janeiro, em vários pontos da cidade era possível observar a representatividade do poder que o catolicismo ainda exercia na política nacional.²⁷

Em ambas ocasiões, o cardeal Dom Leme discursou ao lado de Vargas e de seus ministros de estado. O sucesso dessas estratégias podem ser observados na formulação da Constituição de 1934, na qual reivindicações do clero

25 DE MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa et al. Luz, escuridão e penumbra: o Governo Vargas e a Igreja Católica. *Dimensões*, n. 27, 2011. p. 276-291, p. 280.

26 LENHARO, A. *Sacralização da Política*, 2ª ed. São Paulo: Papirus, 1986, p. 173.

27 DE MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa et al. Luz, escuridão e penumbra: o Governo Vargas e a Igreja Católica. *Dimensões*, n. 27, 2011. p. 276-291, p. 280.

foram amplamente atendidas: “o reconhecimento do documento em nome de Deus, a indissolubilidade do casamento, a assistência religiosa às escolas públicas e a efetivação das ações sociais”²⁸.

Essas estratégias usaram o poder do símbolo como meio, para Clifford Geertz é imprescindível a compreensão dos símbolos nos sistemas religiosos: para o autor a própria definição de religião está relacionada a isso²⁹. Nesse sentido, a padroeira Nossa Senhora Aparecida e a estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro se configuram como símbolos que induzem “o crente a um certo conjunto distinto de disposições (tendências, capacidades, propensões, habilidade, hábitos, compromissos, inclinações) que emprestam um caráter crônico ao fluxo de sua atividade e à qualidade da sua experiência”³⁰.

As Testemunhas de Jeová, assim como outros grupos religiosos cristãos não católicos no Brasil, sentiram o poder da aliança implícita que a Igreja fazia com o Estado a partir da ênfase nos símbolos católicos³¹. Para as Testemunhas de Jeová, isso pode ter sido uma realidade dura, pois a religião carece de símbolos tão enfáticos quanto estes que os católicos dispunham, principalmente os visuais.

A imagem a seguir é da capa de uma edição da revista *Watch Tower*, de 1879, e ilustra com clareza a falta de habilidade dos editores da revista e de seus líderes em criar símbolos com os quais as pessoas consigam se identificar. O *designer* da capa da revista permaneceu sem alterações visuais relevantes até 1939.

As táticas de sobrevivência, resistência e proselitismo das Testemunhas de Jeová, eram diferentes dos métodos usados pela Igreja Católica no Brasil e mesmo, dos grupos protestantes já que não dispunham de um arsenal simbólico histórico cultural e não possuíam financiamento, uma vez que se recusa-

28 FERNANDES, Allan Felipe Santana. A Igreja Católica e o Movimento de Recatolização no Início do século XX. *Faces de Clío*, v. 5, n. 10, p. 70-86, 2019.

29 Para Geertz, a religião é “(1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas” (Geertz, 1973, p. 67).

30 GEERTZ, Clifford. A Religião como sistema cultural. In: GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2019, p. 70.

31 Para uma compreensão mais detalhada da relação entre o Estado de Vargas a partir da Revolução de 1930 e a Igreja Católica, ver: BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização, In: BORIS, Fausto. *História geral da civilização brasileira*, v. 3, p. 271-341, 1984.

vam a recebê-lo por entender que devem se apartar das práticas comuns em outras religiões para afirmar sua excentricidade, afinal, “uma autonomia cultural, social ou étnica sempre se manifesta dizendo não”³². Certeau entende que a negação de pertencimento a grupos contrários embora similares é uma posição de partida fundamental para um grupo/movimento minoritário.

A principal tática era a evangelização de porta em porta: um trabalho voluntário realizado por todo membro ativo da religião que consiste na visitação de pessoas para lhes proclamar o sagrado. Apesar de serem conhecidas por executarem esse trabalho aos domingos, especialmente nas manhãs, as Testemunhas de Jeová divulgam suas crenças em qualquer dia da semana, alguns membros se comprometem em dedicar uma certa quantidade de horas por mês nesse trabalho voluntário: eram chamados colportores até 1931, depois disso, a expressão para designar um membro que se dedica ao trabalho voluntário de evangelização por uma quantidade específica de horas mensais ou anuais passou a ser pioneiro. Alguns colportores chegavam a dedicar mais de cem horas mensais ao trabalho de evangelização; hoje, o mais comum é que um pioneiro dedique cerca de cinquenta horas mensais para a mesma atividade³³.

Este trabalho de divulgação de crenças foi, no Brasil, a principal ação das Testemunhas de Jeová nos anos de seu estabelecimento. Os fiéis levavam consigo folhetos, revistas ou similares para distribuição nas casas, comércios e praças públicas. O gerente da filial decidia como o trabalho devia ser feito, quando e onde. O material que os fiéis levavam consigo, em sua maioria folhetos, costumavam ser transcrições de discursos do presidente da organização, J. F. Rutherford traduzidos para o português³⁴. Normalmente, a men-

32 CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*, tradução de Enid Abreu Dobransky, 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012, p. 145.

33 Até antes da pandemia do COVID-19, o mais comum era que um pioneiro dedicasse setenta horas ao trabalho voluntário. A diretoria da organização decidiu diminuir o requisito de horas para designar alguém como pioneiro, percebendo que a mudança de hábitos causada pela pandemia poderia significar diminuição do número de pioneiros. Para se ter uma ideia, em 2022, cerca de um a cada seis fiéis era um pioneiro; os demais também se dedicam à evangelização, mas devendo dedicar um número menor de horas mensais nesse trabalho. Dados obtidos através do Relatório Mundial das Testemunhas de Jeová do Ano de Serviço de 2022 disponível em: <https://www.jw.org/pt/biblioteca/livros/Relat%C3%B3rio-Mundial-das-Testemunhas-de-Jeov%C3%A1-do-Ano-de-Servi%C3%A7o-de-2022/>. Acesso em 23 de setembro de 2023.

34 Antes de terem adquirido máquinas e condições para a tradução e impressão dessas publicações para o português, os distribuíam principalmente em espanhol.

sagem do discurso era incisiva e contrária à doutrinas de outras igrejas cristãs, principalmente a católica; os folhetos refutavam a ideia da imortalidade da alma, trindade, purgatório, dentre outros temas.

Para a divulgação de suas crenças, as Testemunhas de Jeová, contrataram no Brasil, uma estação de rádio em São Paulo para a transmissão de fragmentos de discursos gravados de cerca de cinco minutos de J. F. Rutherford em inglês, alemão e espanhol. Em 1937 - ano do contrato entre a Associação Torre de Vigia e a estação de rádio - as testemunhas de Jeová no Brasil ainda não faziam a gravação da tradução desses discursos em português. Mesmo assim, essas transmissões foram notadas por lideranças católicas. o Anuário das Testemunhas de Jeová de 1974 relata:

O contrato era de um ano. Por quase quatro meses o programa foi realizado, mas, então, em abril, a estação sucumbiu a pressão direta da Hierarquia Católica e se recusou a transmitir quaisquer outros programas. Outros programas eram transmitidos em Rio Claro, no estado de São Paulo, mas, numa certa ocasião, foi tocado o disco “Purgatório”, e isso foi demais para o pároco da cidade. O disco foi tocado até o fim, mas a estação recusou-se a levar ao ar outros programas da Sociedade.³⁵

Foi uma das primeiras vezes em que a Igreja Católica reagiu às práticas proselitistas das Testemunhas de Jeová. Ao mesmo tempo, um carro de som, começou a tocar os discursos do presidente da organização nas ruas de São Paulo: era um Chevrolet 1936, equipado com uma corneta montada em sua capota. Por cerca de oito meses e meio, esse veículo singular foi utilizado semanalmente em praças públicas, principalmente no Jardim da Luz e na Praça da República, ambos localizados no epicentro da cidade. A singularidade deste veículo residia no fato de que os discursos eram tocados em outros idiomas: à primeira vista pode parecer um tanto quanto inútil, mas os relatos contidos nos anuários que tomamos como fontes para esse trabalho fazem acreditar que a multiplicidade de idiomas que o carro tocava os discursos

35 Anuário das Testemunhas de Jeová de 1974, São Paulo, p. 47.

chamou atenção da Igreja Católica e a fez perceber a dimensão internacional das Testemunhas de Jeová, o que pode ter sido um fator relevante no combate à divulgação de suas crenças por líderes católicos. Naturalmente, o clero local reagiu com veemência diante desta proclamação religiosa em espaços públicos, lançando um desafio aberto à hegemonia católica na cidade. Percebemos o poder da Igreja Católica e sua proximidade com as autoridades locais ao constatar que um funcionário municipal, o Sr. Carlos Lopes, foi particularmente incisivo e interrompeu um dos discursos transmitidos pelo carro de som. Ele fez uma exigência clara: obter uma licença municipal para continuar usando o carro de som para sua finalidade específica.³⁶

A entidade jurídica das Testemunhas de Jeová submeteu o requerimento necessário ao prefeito da cidade: não obtiveram resposta. Frustrados, em 31 de dezembro, apresentaram um segundo requerimento, e este foi recebido com uma resposta negativa indicando que as obrigações fiscais necessárias para a atividade do carro de som não estariam sendo pagas. Em janeiro de 1938, decidiram adquirir placas de licenciamento e pagar os impostos correspondentes, cumprindo as obrigações legais. No entanto, as autoridades de trânsito se recusaram a lacrar as placas, tornando o veículo sujeito a constantes abordagens da polícia que questionava a ausência dos lacres nas placas.³⁷

Nesse mesmo período, outra tática usada foi o fonógrafo, introduzido nas atividades das Testemunhas de Jeová em São Paulo. Por volta de 1937, cerca de vinte fonógrafos já eram utilizados pelos fiéis. O equipamento parecia um rádio e era levado pelos membros da organização nas visitas que faziam as casas das pessoas nos bairros de São Paulo: a pessoa que lhes atendesse e desse-lhes atenção, tocavam um áudio em espanhol, como sempre, reproduzindo algum trecho de discurso gravado, em sua maioria do presidente da organização. Até outubro de 1938, só havia gravações em outros idiomas; depois disso, começaram a usar gravações em português.³⁸

As Testemunhas de Jeová, ao empregarem o carro de som e os fonógrafos, estavam engajando-se em táticas. Eles se adaptaram às circunstâncias, aproveitando a falta de regulamentação específica para suas atividades e ex-

36 Anuário das Testemunhas de Jeová de 1974, São Paulo, p. 47-48.

37 *Idem.*

38 *Idem*, p. 77-78.

plorando brechas nas leis de licenciamento: isso reflete a natureza tática de suas ações, pois operaram em um ambiente onde não tinham controle sobre as regras estabelecidas pelas autoridades e, portanto, tiveram que ser flexíveis e criativos em sua abordagem. Por outro lado, as autoridades locais, representadas pelo clero católico e as autoridades de trânsito, empregavam estratégias para combater as ações das Testemunhas de Jeová: eles tentaram impor regulamentos e normas, como a exigência de licenças municipais, para controlar e restringir as atividades das Testemunhas de Jeová. Isso reflete a posição de poder e controle que as autoridades buscaram manter sobre o espaço público ao estabelecerem uma “política cultural”, numa aliança implícita entre igreja e Estado que dificultou o estabelecimento e avanço de quaisquer outros grupos religiosos no Brasil no período analisado; ou seja: “um conjunto mais ou menos coerente de objetivos, de meios e de ações que visam à modificação de comportamentos, segundo princípios ou critérios explícitos”³⁹.

Referências

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História**, v. 32, p. 143-170, 2012, p. 155.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. Não-reeleição, laicidade do Estado e luta pela terra: reflexões sobre a vigência de três postulados da Revolução Mexicana. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 114, novembro de 2010.

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945)**.

BATALHA, Claudio. O Manifesto Comunista e sua recepção no Brasil. **Crítica Marxista**, v. 1, 1998.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: BORIS, Fausto, **História geral da civilização brasileira**, v. 3, p. 271-341, 1984.

CASTRO, Eduardo Góes de. **A torre sob vigia: as Testemunhas de Jeová em São Paulo (1930-1954)**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

39 CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**, tradução de Enid Abreu Dobransky, 7ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012, p. 195.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**, tradução de Enid Abreu Dobransky, 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger *et al.* A história cultural. **Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, v. 1, p. 12, 1990.

DA SILVA, Paulo Julião. Os missionários batistas norte-americanos no Brasil e os relatos de dificuldades na expansão evangélica entre os anos de 1930 e 1945. **Dimensões**, n. 50, 2023.

DE FIGUEIREDO LUSTOSA, Oscar. **A Igreja Católica no Brasil-República: cem anos de compromisso (1889-1989)**. Edições Paulinas, 1991.

DE MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa *et al.* Luz, escuridão e penumbra: o Governo Vargas e a Igreja Católica. **Dimensões**, n. 27, 2011. p. 276-291.

DE SOUZA, Pe. Ney. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. **Revista de cultura Teológica**, n. 55, p. 39-59, 2006.

FERNANDES, Allan Felipe Santana. A Igreja Católica e o Movimento de Recatolização no Início do século XX. **Faces de Clio**, v. 5, n. 10, p. 70-86, 2019.

FERREIRA, Jorge. Os comunistas e os *Novos Rumos*. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**, São Paulo, julho de 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GASBARRO, Nicola. Religione e/o religioni? La sfida dell'antropologia e della comparazione storico-religiosa. *In: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de A. (Org.). (Re)conhecendo o Sagrado: Reflexões teórico-metodológicas dos estudos de religiões e religiosidade*. São Paulo: Fonte Editorial, p. 83-106, 2013.

GEERTZ, Clifford. A Religião como sistema cultural. *In: GEERTZ, Clifford. A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2019, p. 70.

JULIÃO, Paulo. A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na Era Vargas. **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 13, 2012.

LENHARO, A. **Sacralização da Política**, 2ª ed. São Paulo: Papirus, 1986.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso: 1889-1989**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Evolução histórica e configuração atual do protestantismo no Brasil. *In*: MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, P. (Orgs.). **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MOURA, Carlos André Silva de. Fé, **Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930 - 1937)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife

MOURA, Carlos André Silva de. Trocas culturais entre intelectuais portugueses e brasileiros durante o movimento de recatolização (1910–1942). **XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, ANPUH-RN**, v. 22.

MOURA, Carlos André Silva de *et al.* (Orgs.). **Histórias Transnacionais: intelectuais e ordens católicas na América Latina durante o século XX**. Rio de Janeiro: Autografia Editora, 2020.

PACHECO, Gabriela Santi; BENTO, Alice Lazzarini. Fascismo, catolicismo e corporativismo: conexões entre patrianovismo e integralismo. **Faces da História**, v. 9, n. 2, p. 90-112, 2022.

RANQUETAT JÚNIOR, César Alberto. **Laicidade à Brasileira: Estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016, p. 23.

SANTOS, Cristiano Rocha. A proscrição das Testemunhas de Jeová no Brasil (1940-1957). **Diversidade Religiosa**, João Pessoa, v. 8, n. 2, 2018.

STANLEY, Braian. *The World Missionary Conference*, Edinburgh 1910. Cambridge (Reino Unido): William B. Eerdmans Publishing Company, 2009.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Observações sobre ideias socialistas, anarquistas e comunistas na imprensa (1902 - 1924). *In*: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Capítulos de história dos comunistas no Brasil**. EDUFBA, 2016.

Quando todos os bichos sabem da concha: a repartição de obras públicas da Província de Pernambuco e as eleições gerais de 1844 no Recife

Bruno Adriano Barros Alves¹

Introdução

Em agosto de 1844, um artigo publicado no *Diário Novo* sob pseudônimo “W” teceu diversas críticas às reformas empreitadas pelos conservadores na Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco. Seu objetivo era claro: restaurar as antigas disposições do regulamento de 10 de agosto de 1835 e combater o chamado *estrangeirismo* da ROP, personificado na figura do engenheiro francês Louis-Léger Vauthier, que havia sido contratado em 1840 para chefiar o dito *projeto de modernização* protagonizado pelos conservadores sob liderança do Presidente de Província Francisco do Rego Barros, o Barão e depois Conde da Boa Vista². De acordo com “W”, antes de 1840 a ROP era dirigida por cinco competentes engenheiros nacionais e um alemão, mas agora possuía “seis meros serventes de estradas”, todos “sapietes franceses”, sendo cinco engenheiros com salários absurdos e um sexto de profissão duvidosa.

Segundo Izabel Marson (1987, pp. 240-241), o *Diário Novo* adotou um “misto de discurso religioso com a política salvacionista da *Praia*”, com a intenção de aumentar o engajamento político para as eleições gerais de 1844. Um dos principais alvos era a ROP, que tocava diversas obras do chamado “projeto de modernização” encabeçado pelos con-

1 Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Suzana Cavani Rosas (UFPE) e apoio do órgão de fomento à pesquisa CAPES. Este trabalho é oriundo da publicação de um artigo na *Revista Agora*, intitulado “Entre o Diário Novo e o Velho: disputas entre guabirus e praieiros em torno da Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco (1837-1848)”, bem como da minha dissertação (finalizada), intitulada “A Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco: estrutura administrativa, projeto de modernização e canteiros de obras (1837-1850)”, e tese de doutoramento (em andamento).

2 BND, O Diário Novo, 16 de agosto de 1844.

servadores na Província. Nesse sentido, o periódico dava espaço para a publicação de diversas críticas ao governo conservador e, por meio de diversos articulistas, convocava os opositores ao governo exclusivista: “unão-se os patriotas, deseponhão-se a servir um dia a seu paiz, que o triunfo da liberdade será infalível”³.

A intenção dos políticos *praieiros* era não só o engajamento de adeptos, como a demonstração de força política para a conquista de cargos importantes para superar os conservadores e constituir uma máquina eleitoral favorável. Na época, os *praieiros* já haviam conseguido a representação de apoiadores entre os cargos de juizes de paz, uma das funções de mediação das mesas eleitorais.

Dessa maneira, após a tentativa conservadora frustrada, pelo veto do presidente Marcelino de Brito, de subdividir os três maiores colégios eleitorais da Província – Recife, Olinda e Goiana – e coloca-los sob a jurisdição de novos juizes, os *praieiros*, que já haviam preparado o terreno para as eleições primárias e secundárias, tiveram como resultado a vitória de onze candidatos, em detrimento a apenas dois conservadores (Cavalcanti Jr., 2003, p. 02-03).

A vitória *praieira* deu continuidade a um projeto de desmobilização da chamada “política de reorganização do futuro”, pautada em fortes investimentos, dentre outras instâncias, no ramo das obras públicas. Parte do discurso *praieiro* esteve atrelado ao chamado “exclusivismo” e “estrangeirismo” dos conservadores, que minou a participação política nos cargos de poder e mando, além de limitar a atuação no mercado das arrematações de obras públicas e monopolizar a distribuição dos cargos públicos.

Nessa proposição, tanto no âmbito da imprensa como nas ruas, políticos, artífices e adeptos em geral direcionam as suas críticas para a ROP, no intuito de atingir politicamente o projeto conservador e negociar a inserção no mercado das edificações. Assim, é possível perceber a articulação constante de trabalhadores livres, que se aliaram aos *praieiros* no contexto das eleições gerais de 1844, contra o predomínio

3 BND, O Diário Novo, 28 de junho de 1844.

estrangeiro representado pela presença de engenheiros franceses, operários alemães e funcionários e artífices de outras nacionalidades, como portugueses.

O “projeto de modernização” conservador e as disputas no ramo das obras públicas

A insatisfação dos trabalhadores livres com o predomínio estrangeiro já era anterior às eleições de 1844 e pode ser compreendida, em partes, pelo crescimento populacional observado na comparação entre os censos de 1828 e 1856. Segundo Marcus Carvalho (2010, p. 73-74), a população livre que vivia entre os três bairros do Recife cresceu 85% e o número de habitantes subiu de 25.678 para 40.977 em menos de três décadas e boa parte desse inchaço é a migração de pessoas do interior para a capital em busca de cargos públicos e demais empregos urbanos.

Porém, a disponibilidade de empregos não era suficiente para dar conta da necessidade e muitas pessoas desempregadas costumam vagar pelas ruas. Na observação de Carvalho (2010, p. 81-83), as pessoas atrelavam esse problema à presença de estrangeiros na Província, sobretudo os portugueses que detinham o monopólio do comércio a retalho. Acrescento também, em meados da década de 1840, franceses e alemães que tomaram conta da ROP, cujo projeto visualizava o enriquecimento dos políticos e investidores alinhados aos interesses conservadores, sob o escopo da promoção de melhorias infraestruturais para abarcar o desenvolvimento demográfico da capital e o alcance da dita modernização.

De acordo com Bruno Câmara (2005, p. 95), residiam aproximadamente mil duzentos e dezenove estrangeiros na época. É verdade que nem todos os estrangeiros dependiam das obras públicas, mas uma parcela significativa disputava trabalhos ligados às edificações. Contudo, com a ascensão do *Partido Praieiro* em 1842, após dissidência liberal, um dos campos de disputas que mais enfatizou a ROP enquanto alvo político foi a imprensa. Dessa maneira, periódicos *praieiros*, como o *Diário Novo*, passaram a tecer críticas ao engajamento de engenheiros, técnicos e artífices estrangeiros em geral, realizado em conformidade com o novo regulamento da ROP de 25 de maio de 1842,

que limitava a presença de “leigos” na maior parte dos cargos da instituição (Alves, 2021, p. 69).

As inúmeras correspondências e artigos publicados em tipografias *praieiras* almejavam dar voz aos artistas nacionais que sofriam com a concorrência estrangeira e a falta de subsídios provinciais, como o caso da *Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais*, mas também angariar votantes para as eleições primárias e alimentar o discurso, na observação de Marson (1987, p. 226), de maneira semelhante aos embates liberais da década de 1820.

Os artífices nacionais sofriam com a perda do monopólio no ramo das edificações desde o fim das antigas corporações de ofícios, com a Constituição de 1824. Marcelo Mac Cord (2012, p. 29-48) nos conta sobre a fundação da Irmandade de São José do Ribamar, formada a princípio por mestres oficiais e aprendizes que lidavam com madeira em meados do século XVIII.

Entre a década de 1770 e o ano de 1824 a irmandade usufruiu das benesses oferecidas pelas corporações de ofício, porém, as mudanças constitucionais exigiram que os artistas se reinventassem, ainda que mantivessem práticas e costumes culturais tradicionais. Assim, a irmandade que até então possuía escravos matriculados procurou se adaptar às demandas do *progresso*, principalmente após a “modernização” empreitada pelos *guabirus* no poder. Para ser bem vista pela sociedade, a irmandade deixou o elemento cativo de lado, pois ser livre e brasileiro marcava uma posição importante na luta pela proteção e por espaço no difícil mercado das obras públicas.

De acordo com o Mac Cord, a elaboração de um “Novo Compromisso”, redigido em 1838, mas sancionado apenas em 1840, reposicionou os irmãos ao lado da ideologia do *progresso*. Contudo, a política do barão, que havia posto em discussão política a categoria “atraso”, relacionando-a aos privilégios artísticos e seus processos restritivos de aprendizagem, descentralizou o ensino das artes mecânicas, até então protagonizado por irmandades como a de São José do Ribamar em suas oficinas, tendas e canteiros. É neste momento que a Companhia de Operários Alemães, que aportou em Pernambuco no ano de 1839, passou a exercer um papel fundamental no ensino de diversos ofícios, “moralizando” a população interessada no mercado em expansão e tomando os lugares outrora ocupados pelos confrades. Para o autor, “o ensino das artes mecânicas ao público mais amplo representaria a proletarização

dos ofícios mecânicos e o golpe final sobre a prerrogativa dos mestres” (Mac Cord, 2012, p. 65).

A publicação do regulamento de 1842 acentuou este quadro, diminuindo consideravelmente o papel dos trabalhadores nacionais no seio administrativo da ROP, que já não pertencia a irmandades como a de São José, bem como em seus canteiros de obras. Segundo Mac Cord (2012, p. 65), em resposta, os confrades criaram uma “Sociedade”, regulada por um novo estatuto e repleta de rupturas. A princípio os associados procuraram se dissociar da escravidão, depois limitaram a participação de mulheres, excluíram os estrangeiros (com exceções aos talentosos Francisco Manoel Beranger e Julião Beranger, pai e filho respectivamente) e rejuvenesceram o quadro de matriculados. Todavia, as mudanças não inseriram os artífices de maneira automática no *projeto de modernização*.

Se para os conservadores a “Sociedade” estava aquém do *progresso*, o discurso da oposição ia de encontro ao desejo dos artífices. Assim, os confrades enxergaram nos embates políticos a oportunidade de barganhar benefícios sociais e um maior protagonismo no mercado das edificações. Se por um lado a aliança dos artífices com os dissidentes liberais e demais políticos e proprietários insatisfeitos com a política *exclusivista* do barão oferecia maior poder de negociação, concomitantemente o partido recém-criado entendia que essa relação possibilitaria o aumento do número de votantes para as eleições primárias. Para Mac Cord (2012, p. 85), contra a “nulificação” da classe necessitada que vivia dos ofícios mecânicos, *praieiros* e uma grande parcela dos artistas nacionais se uniram temporariamente.

Na ótica do historiador, a Sociedade soube tirar vantagens da conjuntura política da época. Os confrades, que tentavam desde 1840 firmar um acordo de proteção com o governo provincial, finalmente conquistaram o tão sonhado auxílio anual em 1844. Porém, o artigo 25 da lei nº 130 de 1844, que concedeu à instituição o valor anual de 500\$000 réis⁴, não foi suficiente para frear o ímpeto antiestrangeirista dos artífices nacionais. Alguns meses após a publicação do auxílio, os confrades produziram o chamado *Manifesto dos artistas* de 1844, sob patrocínio *praieiro*. Nele, os artífices reivindicavam

4 Lei n.º 130 de 2 de maio de 1844 (APEJE. Leis Provinciais de Pernambuco, ano de 1844, p. 24).

diversas pautas, inclusive a da proibição da utilização de mão de obra estrangeira em Pernambuco (Mac Cord, 2012, p. 86-87).

De fato, os arranjos políticos, junto a chegada do ministério liberal de 2 de fevereiro, viabilizaram o domínio *praieiro* na província. Entretanto, o apoio à classe artística, especialmente após 1845, não se mostrou na prática e a oferta de empregos, que já no governo do barão era escassa, visto que a ROP engajava além de muitos imigrantes verdadeiros batalhões de escravos nas empreitadas por arrematação, assim como muitos calcetas sob pena de galés, foi muito prejudicada com o fim da política de “reorganização do futuro”.

Em outros campos de disputa entre nacionais e estrangeiros, vale ressaltar os chamados “mata-marinheiros” que ocorreram entre setembro de 1844, auge das disputadas eleitorais, e junho de 1848. De acordo com Marcus Carvalho e Bruno Câmara (2011, p. 378), entre 1844 e 1848 foram direcionados à Assembleia Provincial pelo menos dois abaixo-assinados, assinados por deputados *praieiros* e artistas de Pernambuco, que exigiam a nacionalização do comércio à retalho e a expulsão dos portugueses solteiros da Província.

No que se refere a ROP, clima de tensão cresceu gradativamente a partir de 1842 e chegou ao seu apogeu durante a proximidade das eleições de 1844. Dessa forma, entender o fervilhão popular que ganhava forma em meio aos embates entre *praieiros* e *baronistas* é importante para a compreensão do contexto de pressão política na imprensa e na Corte, que levou Marcelino de Brito a deixar o cargo e dar lugar a Thomaz Xavier Garcia de Almeida (Marson, 1987, p. 242-246).

As eleições gerais de 1844

Manoel Cavalcanti Jr. nos conta que os trabalhos eleitorais de 1844 foram divididos em três etapas. Primeiro ocorreu a eleição em agosto para juízes de paz dos novos distritos. Depois, a eleição primária, realizada em setembro e responsável por selecionar os eleitores que constituiriam o Colégio Eleitoral, além de novos juízes de paz e vereadores. Por fim, as eleições secundárias de outubro, quando o Colégio Eleitoral selecionou os deputados que representariam a província na Assembleia Geral (2001, p. 76-77).

As três etapas foram marcadas por uma série de tumultos, ilegalidades e manobras políticas estratégicas. Segundo Cavalcanti Jr., um dos planos *baronistas* para conseguir vencer as eleições de agosto era dividir a freguesia de Santo Antônio, fragmentando o eleitorado *praieiro* e desarticulando os párocos adeptos da oposição. A proposta de Nabuco de Araújo, aceita pela Assembleia, ainda restringia o poder de juizes de paz adversários. A nova freguesia de São José do Ribamar se tornou objeto de disputa para ambos os partidos, pois marcava um ponto estratégico para as eleições. Contando com o apoio popular, os *praieiros* conseguiram fazer frente à manobra *guabiru*, ainda que a maioria da multidão presente na mesa eleitoral não pertencesse nem a freguesia: “Evidencia-se a participação popular no processo eleitoral, mesmo que de forma extralegal” (Cavalcanti Jr., 2001, p. 83-85). No balanço das urnas os *praieiros* saíram vitoriosos. Ao dominar cargos decisivos para o sucesso nas eleições primárias, o partido deu o recado aos *baronistas* de que as próximas etapas seriam difíceis.

As eleições primárias não foram nada tranquilas, haja visto que a tensão se espalhou por toda a província, ora pela imprensa política, ora pelos tumultos e manifestações de rua. Um dos principais focos de confusão foi a freguesia dos Afogados, parte da mesa eleitoral da freguesia foi coagida por uma multidão a não dar início às sessões. Entre os dias 8 e 9 de setembro grupos oriundos da Boa Vista, Santo Antônio, São José e outras partes da cidade se deslocaram até a povoação de Afogados; apesar de desarmados, a quebra da ordem era iminente. Outros tumultos também se espalharam pela cidade, causando problemas ao andamento das eleições. A imprensa *baronista* noticiava diariamente que as autoridades *praieiras* estavam recrutando grupos armados de cacete para andar dia e noite espancando quem lhes desse na telha. Para Borges da Fonseca era imoral a forma como o partido assediava a população em busca de assinaturas para as chapas (Cavalcanti Jr., 2001, pp. 97-105).

A articulação *praieira* surtiu efeito. Apesar de derrotados nas eleições para a Câmara Municipal, os *praieiros* saíram vitoriosos das eleições primárias, pois conseguiram eleger um bom número de eleitores para as eleições secundárias. No entanto, os *praieiros* já haviam perdido a paciência com Marcelino de Brito e para garantir a vitória nas eleições pressionaram o ministério que subiu ao poder no dia 2 de fevereiro para que efetuassem uma nova troca na presidência provincial. A radicalização das ruas, as diversas denúncias e as

agressões mútuas serviram para acelerar o processo de substituição. Assim, em 09 de outubro Thomaz Xavier Garcia de Almeida assumiu o posto, em um momento nada amistoso.

Segundo Cavalcanti Jr. (2001, p. 83-85), os periódicos *praieiros* trataram logo de ostentar as qualificações do novo governante: “Ilustrado e probo”, o magistrado não toleraria os males do “trapixe”, interromperia e puniria as suas prevaricações, abusos e autoritarismo. Thomaz Xavier era visto como um aliado da *Praia* e merecia confiança do governo.

A princípio a chegada de Thomaz Xavier foi vista com bons olhos pelos aliados da *Praia*, mas a confiança acabou rapidamente: no início do mês seguinte, o partido já estava no Rio de Janeiro pedindo a sua saída. O novo presidente era bem mais suscetível às exigências *baronistas* e facilitava a vida dos conservadores na província, ainda que os seus esforços não tenham sido suficientes para evitar a derrota dos conservadores nas eleições de outubro de 1844. Nunes, Sabino e companhia conseguiram se eleger com certa tranquilidade, acirrando as disputas para as eleições que viriam.

Para completar, a mudança de gabinete na Corte gerou uma nova troca na presidência de Pernambuco: Thomaz Xavier deu lugar a Antonio Pinto Chichorro da Gama, magistrado baiano com carreira consolidada na política e adepto da política *praieira*. Quando Chichorro assumiu o poder, os *praieiros* passaram a se utilizar da máquina administrativa montada pelos *baronistas* para retribuir as agressões sofridas no passado recente, reproduzindo o tão criticado *exclusivismo* (Alves, 2021, p. 98-100). As atitudes, ora marcadas pela defesa de interesses pessoais, ora pela simples retaliação aos “inimigos da pátria”, paulatinamente esvaziaram tanto o apoio do gabinete liberal, que estava mais interessado na promoção de reformas do que na simples inversão dos poderes, quanto a credibilidade do partido na província, dando espaço para o crescimento *guabiru* em Pernambuco.

Considerações Finais

A Província de Pernambuco vivenciou na década de 1840 uma conjuntura ímpar para compreensão da constituição, consolidação e articulação das facções/partidos políticos, bem como um cenário complexo de lutas pelo mercado de trabalho entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, consolidação

de instituições públicas e introdução de discussões sobre a chamada “modernização” e sua proposta civilizacional, com todos os seus aspectos palpáveis e contraditórios. Nesse sentido, o contexto de 1844 é fundamental para o entendimento dos aspectos políticos, sociais e culturais que desembocaram no movimento que fecha o chamado ciclo das revoluções liberais no Brasil, a Insurreição Praieira em 1848.

As eleições de 1844 foram marcadas por violência mútua: ameaças, prisões, roubos e assassinatos, tudo que pudesse de alguma forma contribuir com os seus interesses individuais e partidários. Um dos principais motores destes conflitos foi a disputa entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, como nos chamados “mata-marinheiros”, que tiveram início na proximidade das eleições. De fato, a historiografia já se debruçou sobre as disputas em torno da nacionalização do comércio a retalho, especialmente a partir dos estudos de Bruno Câmara e Marcus Carvalho, argumento, porém, que igualmente pertinente são as disputas em torno do ramo das obras públicas, tanto no que diz respeito ao mercado de arrematações, quanto no âmbito do trabalho e do funcionalismo público, para a compreensão da conjuntura política da Província de Pernambuco antes, durante e após as eleições gerais de 1844.

Referências e Fontes

Biblioteca Nacional Digital

Impressos:

O Diário Novo (dezembro de 1842 até maio de 1848)

Arquivo Público Estadual Jornal Emerenciano

Col. Leis Provinciais de Pernambuco:

Lei de nº. 130 de 02 de maio de 1844. Leis Provinciais de Pernambuco (1844). Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/leis-de-pernambuco>. Acesso em jun. 2019.

Outros:

Diário de Louis-Léger Vauthier (1840-1846). *In*: PONCIONI, Cláudia. **Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil**. CEPE editora: Recife, 2010.

Referências

ALVES, Bruno Adriano Barros. **A Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco:** estrutura administrativa, projeto de modernização e canteiros de obras (1837-1850). 2021, 165f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

ALVES, Bruno Adriano Barros. Entre o Diário Novo e o Velho: disputas entre guabirus e praieiros em torno da Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco (1837-1848). In: **Revista Ágora**, [S. l.], v. 31, n. 1, 2020. DOI: 10.46812/e-2020310112. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/29176>. Acesso em: 30 mar. 2024.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil imperial:** o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira. 2005, 203f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2005.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CARVALHO, Marcus J. M. de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *A Rebelião Praieira*. In: DANTAS, Monica (Org.). **Revoltas, motins e revoluções:** homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, p. 357-389, 2011.

CAVALCANTI JR., Manoel Nunes. “População”, Praieiros e Baronistas: luta política e participação popular nas eleições gerais de 1844 no Recife. In: **ANPUH – XXI Simpósio Nacional de História**, p. 01-07, 2003.

CAVALCANTI JR., Manoel Nunes. **Praieiros, guabirus e “população”:** as eleições gerais de 1844 no Recife. 2001, 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2001.

MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania:** mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MARSON, Izabel. **O Império do progresso:** a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

A ficção do testemunho no Diário de Anne Frank: A ficcionalidade como elemento constitutivo para narrar o passado traumático

Ytalo dos Santos Lima*

Ao pensar a obra “Diário de Anne Frank”, a imagem de um livro surge na mente de qualquer leitor ou, ao menos, conhecedor do diário de uma jovem judia que se escondeu no início da década de 40 na Holanda, tentando sobreviver a perseguição nazista. Contudo, na realidade, tal capa desse livro não é somente uma edição de um livro, mas também uma edição de uma versão, uma das versões do “Diário de Anne Frank”. Assim, antes de adentrar em qualquer análise sobre tal obra, torna-se necessário entender a historicidade desse escrito, desde do momento que se iniciou a sua escrita, em julho de 1942, até os dias atuais.

Ao todo, existem 4 versões do “Diário de Anne Frank” denominadas, respectivamente, como *versão a*, *versão b*, *versão c* e *versão d*¹. A primeira delas, a *versão a*, foi iniciada em 12 de junho de 1942 e é o diário pessoal de Anne Frank. Sendo escrito entre 1942 até agosto de 1944 é nessa versão que Anne se propõe a escrever em um caráter intimista sobre sua experiência enquanto jovem judia em um esconderijo com mais sete pessoas: seu pai, Otto Frank (1889-1980), sua mãe, Eddith Frank (1900-1945) e sua irmã mais velha, Margot Frank (1906-1945); posteriormente a família van Pels, composta pelo pai, Hermann van Pels (1898-1945), a mãe, Auguste van Pels (1900-1944) e o filho, Peter van Pels (1926-1945); e por fim, Fritz Pfeffer (1889-1944).

Escrita em vários cadernos, a *versão a*

É composta de 3 volumes, inclusive algumas páginas soltas que foram coladas por Anne. O Diário 1 (o famoso caderno quadriculado) fora um presente no seu décimo terceiro aniversário e contém o período que vai de 12 de junho de

1 Tal denominação foi cunhada pela Fundação Anne Frank para diferenciar as diferentes versões da obra (OBRA REUNIDA, 2019). Universidade Federal do Ceará - UFC, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, CAPES.

1942 a 5 de dezembro do mesmo ano. Nos anos 1943 e 1944, Anne acrescentou passagens em páginas que até então tinham permanecido em branco. É por isso que as anotações do diário nem sempre estão em ordem estritamente cronológica. O diário 2 começa com uma anotação do dia 22 de dezembro de 1943 e termina no dia 17 de abril de 1944. Pode-se pressupor que nesse intervalo de meses Anne também tenha mantido um diário que acabou se perdendo. O último deles, o Diário 3, inicia-se em 17 de abril de 1944: a última anotação foi em 1º de agosto de 1944 - três dias antes da sua detenção (Obra Reunida, 2019, p. 607).

A seguir, temos a *versão b*, que possui um propósito diferente que a versão anterior, originada a partir do dia 28 de março de 1944 quando Anne ouviu o discurso do Ministro da Educação Holandesa na Rádio Oranje. Na época, refugiado na Inglaterra, Gerrit Bolkestein pediu aos holandeses que conservassem diários e outros registros escritos e os guardassem para publicação posterior, a fim de mostrar ao mundo a crueldade aos judeus. “Foi então que Anne, tendo em vista uma possível publicação, começou a retrabalhar no diário, reescrevendo e corrigindo passagens, ampliando alguns trechos e condensando outros” (Obra Reunida, 2019, p. 607).

Um importante ponto a ser ressaltado sobre essa versão é alteração dos nomes das pessoas escondidas². A quebra da coincidência dos nomes transforma a *versão b* em um romance autobiográfico, no qual “[...] o leitor pode ter razões de suspeitar, a partir das semelhanças que acreditar ver, que haja identidade entre autor e *personagem*, mas que o autor escolheu negar essa identidade ou, pelo menos, não afirmá-la” (Lejeune, 2008, p. 25).

No campo da publicação do “Diário de Anne Frank”, intitulado na época como *Het Achterhuis* [*O Anexo*]³ foi em 1947 que surgiu a primeira edição publicada, realizada por Otto Frank, que sendo o único sobrevivente do

2 O nome de Anne Frank, por exemplo, na *versão b*, é alterado para Anne Aulis Robin, o sobrenome sendo compartilhado pelo restante da sua família (Frank, 2019, p. 16).

3 Respeitando o desejo da filha, Otto Frank utilizou o mesmo título que Anne Frank havia pensando para o seu manuscrito, também conhecido como *versão b*. (Obra Reunida, 2019, p. 796).

esconderijo⁴, após ler os escritos da sua filha, decidiu seguir o desejo dela e publicar o compilado de materiais que escreveu nos anos que permaneceu escondida. Tal compilado publicado, a *versão c*, teve entradas da *versão a* e *versão b* selecionadas por Otto, buscando criar uma narrativa que julgasse ideal sobre a experiência de sua filha.

Por fim, em 1991, a última versão, a *versão d*, foi publicada, por meio do acréscimo das entradas da *versão c* do “Diário de Anne Frank”. Esta seleção foi realizada por Mirjam Pressler, novelista e tradutora alemã, a pedido da Fundação Anne Frank, herdeira universal de Otto Frank (falecido em 1980) e também dos direitos autorais de Anne Frank, sendo considerada a versão mais completa do “Diário de Anne Frank”.

Ciente das versões da obra, uma das questões que surge de imediato é justamente a seleção realizada por Otto Frank, na *versão c*, e por Mirjam Pressler, na *versão d*, das entradas das versões anteriores, versões essas com propostas e objetivos de escrita diferentes. Uma noção mais exata de como se organizou essa montagem somente pode ser feita na comparação direta entre as versões, algo possibilitado a partir do livro “Obra Reunida: Anne Frank”, lançado pela Editora Record e publicada em 2019 no Brasil, contendo todos os escritos descobertos de Anne Frank traduzidos para o português⁵, com exceção da *versão c*.

Ao compararmos as versões, observamos que a *versão d* representa uma sequência de entradas que alterna entre a *versão a* e a *versão b*, com o objetivo de preencher o máximo de dias em um determinado mês. Como exemplo, podemos citar as entradas dos dias 12, 14 e 15 de junho de 1942, que pertencem à *versão a*. Já em 20 de junho de 1942, encontramos duas entradas distintas para o mesmo dia: a primeira mesclando trechos de ambas as versões ao longo do texto. Para darmos continuidade à discussão sobre a narrativa autobiográfica, analisaremos a entrada em sua totalidade.

4 Em 4 de agosto de 1944, o esconderijo é descoberto e todos os escondidos são levados aos campos de concentração. Otto Frank vai ser o único do grupo a sobreviver ao Holocausto, sendo libertado em 27 de janeiro de 1945 pela Cruz Vermelha. (Pressler, 2019).

5 No livro “Obra Reunida: Anne Frank”, consta a *versão a*, *versão b* e a *versão d*, separadamente; contos diversos escritos em uma coletânea intitulada “Contos e Acontecimentos do Anexo”; um romance incompleto chamado “A vida de Cady”; um livro de citações e um ensaio de gravuras sobre o Egito (Obra Reunida, 2019).

SÁBADO, 20 DE JUNHO DE 1942

Para alguém como eu, é muito estranho escrever um diário. Não só porque jamais escrevi mas também porque me parece que, mais para a frente, nem eu nem ninguém vai se interessar pelos desabafos de uma ginásial de 13 anos. Mas que seja, isso não importa, eu quero escrever e, mais que isso, abrir o meu coração e deixar saírem os assuntos mais variados.

“O papel é mais paciente que o homem”; esse ditado me ocorreu num dia em que estava levemente melancólica, sentada com o queixo apoiado nas mãos, entediada de puro desânimo, sem saber se saía ou se ficava em casa. Acabei ficando na mesma posição, com a cabeça dando voltas. Sim, de fato, o papel é paciente, e, já que não tenho a menor intenção de mostrar a quem quer que seja o caderno de capa dura sobre o qual consta a grandiosa palavra “diário”, a não ser que em algum momento eu conheça um amigo ou uma amiga que mereça o título de “o” amigo ou “a” amiga, o mais provável é que nunca caia nas mãos de nenhum interessado.

Chego assim ao que me levou a começar a escrever um diário: a falta de uma amiga.

Por motivo de clareza, sinto que devo uma explicação, porque ninguém entenderia como é possível que uma menina de 13 anos se veja sozinha no mundo. O que também não é verdade. Tenho pais amorosos e uma irmã de 16 anos; feitas as contas, eu tenho sem dúvida uns trinta conhecidos e o que você poderia chamar de “amiguinhas”. Tenho um cortejo de admiradores

que olham nos meus olhos e, quando não conseguem fazer isso, passam o tempo todo da aula tentando ter um vislumbre meu com um espelhinho de bolso quebrado. Tenho família, tias adoráveis e um verdadeiro lar. Não, aparentemente não me falta nada além dessa uma amiga. Com as minhas “amiguinhas”, tudo que posso fazer é me divertir; nunca surge a oportunidade de eu conversar com elas sobre qualquer

coisa que não sejam as amenidades do dia a dia, de alcançarmos certa intimidade, e é aí que a coisa se complica. Talvez a culpa seja da minha incapacidade de me abrir; seja como for, esses são os fatos; é uma pena, mas não consigo fazer nada para mudar. Daí a ideia do diário.

Para engrandecer agora ainda mais a minha ideia da amiga tão acalentada, não quero simplesmente registrar os fatos num diário como faria qualquer um, mas sim transformar o próprio diário nessa amiga propriamente dita, que se chama Kitty (Frank, 2019, p. 21-22).

O primeiro trecho dessa entrada pertence a *versão b*, especificamente, nas primeiras páginas, onde Anne escreveu um prefácio para seu manuscrito. Logo, em seguida, um pequeno trecho da *versão a* é colocado no parágrafo seguinte: “A minha história! (Que imbecilidade, como se a gente se esquecesse de algo assim!)” (Frank, 2019, p. 22). É importante ressaltar que essa frase pertence à entrada do dia 16 de julho de 1942 na *versão a*. A seguir, mais trechos do prefácio da *versão b*.

Como ninguém entenderia bulhufas das minhas histórias à Kitty se eu começasse a contar a minha vida assim, do nada, me vejo obrigada a reproduzir uma pequena sinopse da minha história, por mais a contragosto que o faça.

O papai, o pai mais precioso que se pode imaginar, já tinha 36 anos quando se casou com a mamãe, que, na época, tinha 25. A minha irmã Margot nasceu em 1926, em Frankfurt am Main, Alemanha. No dia 12 de junho de 1929, eu segui seu exemplo. Vivi os meus primeiros quatro anos em Frankfurt. Como éramos judeus pelas quatro linhagens (ou seja, “puros-sangues”), em 1933 o papai se mudou aqui para a Holanda e se tornou diretor da filial holandesa da Opekta Mij, uma empresa de confecção de geleias. A mamãe, Edith Frank-Holländer, também veio para a Holanda em setembro do mesmo ano, e Margot e eu fomos para Aken, onde morava a nossa avó. A Margot veio em

dezembro para a Holanda, e eu, em fevereiro do ano seguinte; uma vez aqui, me puseram sentada sobre uma mesa como um presente de aniversário para a Margot (Frank, 2019, p. 22).

Anne faz uma curta apresentação sobre a sua história e de sua família, destacando a origem judaica, sendo o motivo de sua mudança para Holanda. Um ponto ressaltado é que, na *versão a*, em 16 de junho de 1942, Anne Frank também escreveu uma entrada com a mesma proposta de explicar sua história e alguns parágrafos escritos foram usados na entrada de 20 de junho de 1942 da *versão d*.

Logo entrei na sexta Escola Montessori, no pré. Lá fiquei até fazer 6 anos, quando entrei no primeiro grau. Na sexta série fui aluna da sra. Kuperus. Ao fim do ano escolar, nos despedimos em meio a lágrimas e dor no coração, pois eu tinha sido aceita no Liceu Judaico, que a Margot já frequentava (Frank, 2019, p. 22).

A seguir, mais trechos da *versão b*.

A nossa vida transcorria com o devido temor, já que os nossos parentes que haviam ficado na Alemanha não foram poupados pelas leis de Hitler. Após os pogroms de 1938, fugiram da Alemanha dois tios, irmãos da minha mãe, e chegaram sãos e salvos à América do Norte; a minha avó, já idosa, veio ficar conosco. Tinha na época 73 anos.

Após maio de 1940, os bons tempos começaram a degradingolar: primeiro a guerra, depois a capitulação, a invasão dos alemães e o início do martírio para nós, os judeus. Era uma lei restritiva aos judeus atrás da outra, e as nossas asas foram cortadas. Os judeus tinham de ter costurada na roupa a estrela de Davi; os judeus tinham as bicicletas confiscadas; os judeus não podiam mais pegar bonde; os judeus não podiam mais dirigir carros, nem se fossem os seus

próprios; os judeus só podiam fazer compras entre as três e as cinco da tarde; os judeus só podiam frequentar cabeleireiros judeus; os judeus não podiam mais ficar na rua entre as oito da noite e as seis da manhã; os judeus não podiam mais frequentar cinemas, teatros ou qualquer outro espaço de entretenimento; os judeus não podiam mais frequentar piscinas, o que também valia para outros espaços desportivos, como quadras de tênis e de riques de hóquei; os judeus não podiam mais remar; os judeus não podiam mais praticar nenhum tipo de esporte em público; os judeus não podiam mais ficar após as oito da noite nem nos seus próprios jardins, nem no dos seus conhecidos; os judeus não podiam entrar na casa de cristãos; os judeus eram obrigados a frequentar escolas judaicas; entre tantas outras leis do gênero. A nossa vidinha de sempre transcorria com proibições aqui e ali. A Jacque não parava de me dizer: “Eu não me atrevo a fazer mais nada, com medo de que também seja proibido.” Mas ainda dava para aguentar, apesar de estrelas, escolas separadas, confinamento em casa e daí por diante (Frank, 2019, p. 22-23).

Depois, trechos da *versão a*.

No verão de 1941, a vovó ficou gravemente doente. Ela teve de ser operada, de modo que o meu aniversário passou ao largo. O verão de 1940 tinha sido igual, porque a guerra fazia pouco tinha chegado à Holanda. A vovó morreu em janeiro de 1942. Ninguém faz ideia do quanto eu penso nela e ainda a amo. Meu aniversário nesse ano foi celebrado duplamente para compensar os anteriores, com a luzinha da vela pela vovó acesa ao lado das outras (Frank, 2019, p. 23).

E finalmente, a entrada é concluída com o último parágrafo da *versão b*

A Margot e eu fomos transferidas para o Liceu Judaico em outubro de 1941; ela, para o quarto ano; eu, para o primeiro. Nós quatro continuamos bem, e assim eu venho parar na data atual, o ponto de inauguração solene do meu diário, no dia 20 de junho de 1942 (Frank, 2019, p. 23).

A partir de uma análise cuidadosa da entrada em questão, podemos extrair algumas conclusões que se aplicam à *versão d* como um todo. Primeiramente, a mescla de entradas visa selecionar trechos que melhor elucidam a origem de Anne Frank para o leitor do diário. Em segundo, é importante salientar que a *versão a* foi escrita em 1942, enquanto a *versão b*, em 1944. Esta diferença temporal resulta em textos distintos, com objetivos e referenciais próprios, sendo que a *versão b* se baseia na *versão a*. Em terceiro, embora o prefácio de qualquer edição do Diário de Anne Frank explique brevemente a existência de diferentes versões e sua mescla, em nenhum momento é explicitamente mencionado que trechos de diferentes versões são combinados em uma mesma entrada. Somente na edição “Obra Reunida: Anne Frank”, através da comparação feita pelo leitor, é possível ter uma percepção clara dessa questão.

Em uma quimera biográfica singular, o leitor encontra uma entrada que mistura elementos autobiográficos com os de um romance autobiográfico, levando-o a crer que foi escrita em um único momento, possivelmente em 1942 ou 1944. No entanto, a entrada foi elaborada por Anne Frank em diferentes ocasiões. A seleção e organização dessas entradas na *versão d* foram realizadas pelos “editores” do “Diário de Anne Frank”. Primeiramente, Otto Frank, pai de Anne, ao selecionar e publicar a *versão c*, que influenciou diretamente a criação da *versão d*, desenvolvida por Mirjam Pressler e pela Fundação Anne Frank. Assim, o próprio leitor não tem total discernimento sobre a real extensão da participação de Anne Frank na construção do texto final, nesse caso, a *versão d*.

Ademais, a mistura de versões na entrada de 20 de junho de 1942 também possui um fenômeno que se reflete na *versão d* como um todo que é a presença maior de entradas da *versão b* em relação a *versão a*. Tal constatação alavanca uma das principais perguntas que norteiam a pesquisa que realizo em torno dos escritos de Anne Frank: Entendendo que o livro “Diário de

Anne Frank” possui a proposta de leitura de um diário íntimo de uma jovem judia, por que, na composição de entradas da *versão d*, existe mais entradas da *versão b*, um romance autobiográfico, do que a *versão a*, que é, de fato, o diário íntimo de Anne Frank?

A resposta é que antes de ser um diário, o livro “Diário de Anne Frank” é um testemunho, ou para ser mais exato, uma obra tratada, pensada e comercializada enquanto um testemunho.

Valoriza-se o testemunho pela possibilidade de fornecer, sem desvios interpretativos e analíticos de terceiros, o acesso imediato ao passado e também por possibilitar, mediante a recuperação de vozes silenciadas pela construção de presentes e futuros, evidenciando sua profunda marca política (Avelar, 2012, p. 31).

Anne Frank deu início ao seu romance autobiográfico, a *versão b*, ao reconhecer o potencial de seu diário como um registro histórico. Naquele período, ela o concebeu como um relato da Segunda Guerra Mundial, uma denúncia do sofrimento de seu povo e a voz de uma sobrevivente. No entanto, o que foi publicado em 1947 e continua até hoje não é simplesmente o diário de uma sobrevivente, mas de uma vítima. E não apenas vítima de um evento traumático qualquer, mas do evento que é considerado a síntese de todas as atrocidades do século XX (Avelar, 2012).

Como evento-síntese das barbáries genocidas do século XX, o Holocausto impôs à historiografia e à memória o seu lugar como tema indispensável para a reflexão sobre outras histórias traumáticas marcadas pela violência e exterminínio, transformando-se, desse modo, em um índice para as representações sobre as relações entre passado e presente (Avelar, 2012, p. 35).

No entanto, com o crescente uso do testemunho em nossa sociedade e valorização da memória, a historiografia e as ciências humanas deparam-se com um dilema ao utilizar o testemunho como ferramenta de acesso ao passado: o quanto se pode confiar em um testemunho?

Se o objetivo é acessar o passado através do relato de quem o vivenciou, no caso, da vítima, como podemos ter certeza de que suas palavras refletem a realidade dos acontecimentos? Essa é a questão levantada por Paul Ricoeur ao abordar a crise do testemunho.

Para ser recebido, um testemunho deve ser apropriado, quer dizer, despojado tanto quanto possível da estranheza absoluta que o horror engendra. Essa condição drástica não é satisfeita no caso dos testemunhos dos que se salvaram. Uma razão suplementar da dificuldade de comunicar, deve-se ao fato de que a testemunha não esteve ela mesma diante dos acontecimentos; ela não ‘assistiu’ a eles; ela mal foi agente, um ator; ela foi vítima (Ricoeur, 2007, p. 187).

Nunca houve um rosto, apenas uma fotografia. Sua voz jamais foi ouvida, apenas suas palavras escritas. Após sua morte, o testemunho de Anne foi apropriado por outros através de seus escritos. No entanto, diante das pilhas de papéis e dos cadernos manuscritos que culminaram nas versões publicadas do diário, era necessário construir um relato testemunhal que ocultasse a limitação do testemunho como um relato verídico do passado.

O ponto de partida é assegurado pelo caráter sensorial e corporal da presença. Requer-se, como indício de verdade, que algo tenha sido visto ou ouvido e que o relato que se faz de um evento ou de um conjunto de eventos obedeça critérios de confiabilidade. Mas as condições de produção do discurso do que se viu ou ouviu não asseguram o sentido do gênero testemunhal. É necessário que o receptor acredite nessa capacidade cognitiva do outro. Forja-se um pacto, pois “se a testemunha pretende enunciar a verdade, se está comprometida moralmente, também o interlocutor há de receber com confiança as palavras, há de fiar-se, abandonar-se a um tipo de boa-fé básica, acolhendo a verdade de outrem” (Avelar, 2012, p. 39).

“Justamente quando já achava que os meus dias estavam contados foi que ouvimos a voz do sr. Kleiman[...]” (Frank, 2019, p. 861). “É uma visão estranhíssima a que tenho quando vejo as pessoas andarem lá fora; como se estivessem apressadíssimas e quase tropeçando nos próprios pés.” (Frank, 2019, p. 877). “Eu me sinto sufocar em meio a tantos alarmes, estou com falta de sono e sem vontade de trabalhar, mas agora pelo menos o ocorrido na Itália nos encoraja e cria a expectativa de que tudo termine até o final do ano...” (Frank, 2019, p. 902)⁶.

É preciso que a dor da vítima encontre uma forma de expressão. Anne não apenas observa o sofrimento de ser judia durante a Segunda Guerra Mundial, confinada na Holanda. Ela o experimenta em seu corpo, através de sua visão, audição e olfato. Ela sente alegria, desespero, medo, esperança e amor. É a partir da escrita sobre sua própria experiência física que ela constrói seu testemunho, e seus “editores”⁷ se apropriaram desse aspecto. Apesar da presença corporal do testemunho estar presente tanto na *versão a* quanto na *versão b*, é na *versão b* que Anne utiliza esse recurso de forma mais intensa.

Por isso, pensando a obra, tanto a própria escritora, os “editores” e até mesmo os leitores, enquanto um testemunho, a escolha pela *versão b* se deu pela predominância de elementos como a corporificação do testemunho, originada da narrativa ficcional, que possibilita essa imersão. Mais uma vez, o comparativo entre as versões permite trazer essa percepção à tona.

QUARTA-FEIRA, 8 DE JULHO DE 1942

Querida Kitty,

Anos parecem ter se passado desde a manhã de domingo até agora. Aconteceram tantas coisas que é como se tudo estivesse de pernas para o ar, mas, Kitty, você já percebeu que eu ainda estou viva, o que é, de acordo com o papai, o mais importante. De fato, continuo viva, só não me pergunte onde e como. Eu acho que hoje você não vai me entender, e é por isso que eu vou começar contando o que aconteceu na tarde de domingo. Às três (o Hello tinha dado uma saída, mas vol-

6 Todas as citações do parágrafo são trechos de entradas da *versão b* do “Diário de Anne Frank”.

7 Considero Otto Frank e Mirjam Pressler como, respectivamente, os “editores” da *versão c* e *versão d* do “Diário de Anne Frank”.

taria mais tarde) alguém tocou a campainha, mas eu não ouvi porque estava numa espreguiçadeira da varanda lendo ao sol. Logo em seguida apareceu a Margot toda agitada na porta da cozinha.

— Chegou uma convocação da SS para o papai — sussurrou.

— A mamãe já foi procurar o sr. van Daan. (O sr. van Daan é um bom amigo e sócio na empresa do papai).

Levei o maior susto, uma convocação, todo mundo sabe o que isso significa, vi assomarem diante de mim campos de concentração e celas solitárias; pretendiam mandar o meu pai para lá?

— É claro que ele não vai — declarou a Margot enquanto esperávamos a mamãe no quarto. — A mamãe foi procurar o sr. van Daan para perguntar se a gente pode desaparecer amanhã no nosso esconderijo. Ele também vai se esconder com a gente. Vamos ser sete pessoas.

Silêncio. Pensar no papai, que tinha ido ao Hospital Judaico sem ideia do mal que se aproximava, a espera pela mamãe, o calor, a angústia, tudo isso nos fez ficar caladas.

De repente tocaram a campainha outra vez.

— É o Hello — eu disse.

— Não abra — tentou me deter a Margot, o que foi desnecessário, porque logo ouvimos a mamãe e o sr. van Daan falando com o Hello lá embaixo, até que entraram e fecharam a porta. Cada vez que tocassem a campainha, a Margot e eu deveríamos descer as escadas de mansinho para ver se era o papai; ninguém mais era admitido. O sr. van Daan queria falar a sós com a mamãe, e nos pediram para sair do cômodo. Uma vez no nosso quarto, a Margot me contou que a convocação era para ela, e não para o papai. Eu me sobressaltei de novo e comecei a chorar. A Margot tem 16 anos; quer dizer então que eles querem despachar jovens tão novas como ela? Felizmente, porém, ela não iria, disse a própria mamãe. Quer dizer então que as pala-

vras do papai se referiam a isso quando me falou do esconderijo.

Mas onde? Onde nos esconderíamos? Na cidade, no campo, numa casa, numa cabana, quando, como, onde...? Eram muitas as perguntas que eu não podia fazer e que iam e vinham sem parar (Frank, 2019, p. 31-32).

A entrada, pertencendo a *versão b*, inicia com a narração do episódio em que Margot, irmã de Anne Frank, recebe uma convocação da SS para se apresentar aos campos de trabalho forçado na Holanda. Antes desse evento, Otto Frank já havia providenciado um local para esconder sua família: um espaço de três andares anexado ao prédio comercial de seu depósito de especiarias. No entanto, suas filhas não estavam cientes do plano. A intenção era que se escondessem uma semana depois, mas a chegada da carta acelerou a partida. A origem da entrada é atribuída unicamente à *versão b*. Na *versão a*, existe uma entrada para o mesmo dia, relatando o mesmo momento.

QUARTA-FEIRA, 8 DE JULHO DE 1942.

Eu tenho agora um monte de coisas para escrever no meu diário, no domingo o Hello esteve aqui, no sábado saímos com a Fredie Weiss, entre outros, claro, na oase, no domingo pela manhã o Hello e eu ficamos tomando sol na varanda, ele tinha ficado de voltar de tarde, mas lá pelas 3 apareceu um policial para a mamãe que gritou junto à porta senhorita Margot Frank, a mamãe desceu e recebeu do policial um cartão dizendo que a Margot Frank deveria comparecer à S.S (Frank, 2019, p. 623-624).

Em uma análise inicial, podemos observar que a entrada da *versão b*, embora inspirada na *versão a*, apresenta diferenças substanciais. Na *versão a*, não há uma destinatária específica para o relato, uma vez que a personagem Kitty só seria introduzida a partir de setembro de 1942. Na *versão b*, a escrita de Anne demonstra maior maturidade e refinamento literário. Além disso, elementos adicionais são incorporados à narrativa, evidenciando a preocupação da autora em garantir a compreensão dos leitores. Para tanto, Anne inclui diálogos, detalhes e mais detalhes nas ações dos personagens. A carga emo-

cional da entrada na *versão b* também é, consideravelmente, mais intensa, com a adição de elementos como medo, desespero e pavor, que compõem a narrativa daquele momento tão angustiante para Anne.

Todas as distinções entre a *versão b* e a *versão a* residem no âmbito literário, no campo da narrativa ficcional. É crucial salientar que a entrada da *versão b* foi escrita em 1944, quase dois anos após Anne ter vivenciado os eventos narrados. O distanciamento temporal pode ter impactado, significativamente, os detalhes das lembranças de Anne daquele dia, mas, mesmo assim, a entrada da *versão b* é consideravelmente mais extensa em comparação a *versão a*.

Como ressaltado anteriormente, a imersão do leitor no relato é fundamental para a construção da crença de veracidade. O leitor precisa se sentir transportado para a história, acreditando que os eventos narrados são autênticos e permitindo que se conecte com as experiências narradas.

O testemunho só pode assumir sua intenção constituinte de verdade se for transmutado em ato narrativo, em discurso organizador daquilo que foi visto objetivamente. Graças ao que é contado, o mundo ausente torna-se disponível. Isso supõe, como assinalado, uma comunidade de certezas, ou seja, a mutualidade entre quem enuncia o testemunho e aquele a quem se destina (Avelar, 2012, p. 39).

A narrativa, portanto, surge como ferramenta para tornar acessível o mundo ausente no testemunho traumático.

O relato traumático-testemunhal, nesse aspecto, se utiliza de figuras de linguagem para transmitir o que é aparentemente não dito ou aquilo que torna esse relato difícil ou impossível. Essas mesmas figuras, entretanto, não são capazes de descrever a experiência em sua totalidade. Isso decorre não apenas em função de o sujeito não poder ser a causa primeira em uma sequência de eventos, mas também pelas limitações da linguagem em oferecer uma completa revelação do passado. Essas limitações, contudo, não afastam do testemunho a sua tarefa de dizer algo a uma

plateia, ainda que o que é transmitido não seja obrigatoriamente 'o que' aconteceu, mas 'que' algo aconteceu (Avelar, 2012, p. 49).

Na aparente contestação da veracidade do testemunho, pode-se supor a sua ilegitimidade enquanto fonte, vestígio, relato de um passado, contudo, também proporciona o deslocamento da percepção desse tipo de narrativa para seu caráter performativo e suas convenções linguísticas, o que possibilita novas possibilidades de análise. Ademais, os elementos que permitem a imersão e a construção da narrativa testemunhal, seja em seu relato oral ou escrito, evidenciam um esforço coletivo de construções de representação do que ocorreu por parte das vítimas (Avelar, 2012).

Tal afirmação reflete em primazia para aqueles que contribuem na construção da narrativa do passado, nesse caso, do passado traumático. Explicitar os aspectos figurativos e performáticos do testemunho não diminui de forma alguma o valor enquanto prova de um acontecimento, mas que não bastam por si mesmo. Logo, ao pensarmos a ficção inerente ao testemunho numa perspectiva referencial, ou seja, em que a veracidade está posta, a ficção se relega ao falso. Todavia, como exposto ao longo do texto, percebe-se que tal aspecto é muito mais sobre modelos, modos de narrar o passado que se tornam ainda mais evidentes diante do passado experienciado. Tal constatação modifica os sentidos atrelados a essas narrativas sobre memórias traumáticas, que excluídas de discussões infrutíferas sobre verdade ou mentira, nos permitem novas possibilidades de diálogo e interpretação com o testemunho.

Referências

AVELAR, Alexandre de Sá. História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação. **Revista Maracanan**, [S.l.], v. 8, n. 8, p. 29-57, dez. 2012. ISSN 2359-0092. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12773>. Acesso em: 15 mar. 2023.

FRANK, Anne, 1929-1945. **Obra Reunida: Anne Frank**. Tradutor: Cristiano Zwiesele do Amaral. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019

FRANK, Anne, 1929-1945. O diário de Anne Frank. *In*: FRANK, Anne, 1929-1945. **Obra Reunida: Anne Frank**. Tradutor: Cristiano Zwiesele do Amaral. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, p. 11-277, 2019.

FRANK, Anne, 1929-1945. Anexos. *In*: FRANK, Anne, 1929-1945. **Obra Reunida**: Anne Frank. Tradutor: Cristiano Zwiesele do Amaral. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019, p. 605-962.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**. De Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

PRESSLER, Mirjam. A vida de Anne Frank. *In*: FRANK, Annelies. **Obra Reunida**: Anne Frank. Tradutor: Cristiano Zwiesele do Amaral. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019, p. 553-564.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

Exército Zapatista de Libertação Nacional – O Caminhar de uma Memória Viva: uma Perspectiva sobre a História do México Tecida através de seus Documentos e Comunicados de 1994 a 2001

Vinícius Fávero¹

Resumo

O presente trabalho configura-se como uma pesquisa em andamento, em curso de mestrado. Tem como objeto a análise da perspectiva sobre a História do México traçado pelo discurso do Exército Zapatista de Libertação Nacional e o local que a organização da região de Chiapas ocupa em meio a esta. Para isso, se emprega como uma fonte inicial, a Primeira Declaração da Selva Lancadona, de 1994. Através dela, se trabalha a tratativa da Hegemonia, como cunhada no conceito de Antonio Gramsci, sendo o discurso e atuação do EZLN como constituidores de uma e Contra-Hegemonia. Assim, também é trabalhada metodologicamente, a análise de uma busca pela formulação de uma tradição histórica e revolucionária da América Latina, através dos conceitos da Invenção das Tradições, de Eric Hobsbawm.

Palavras-chave: EZLN; Hegemonia; Povos Originários; Tradições.

Ao longo do Projeto de Pesquisa, intitulado *Exército Zapatista de Libertação Nacional – O Caminhar de uma Memória Viva: Uma Perspectiva sobre a História do México Tecida através de seus Documentos e Comunicados de 1994 a 2001*, procurou-se delimitar a problemática de pesquisa, centralizada na busca da compreensão da forma com que o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), analisa e define a História do México em seu discurso e como caracteriza seu movimento em meio a ela.

1 Mestrando em História na Universidade Federal do Paraná pela linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História. Orientado pela Profa. Dra. Miliandre Garcia de Souza.

Tendo em vista tais apontamentos, a dinâmica do projeto de pesquisa e seus aparatos de análise foram revisitados, através de debates desenvolvidos ao longo de disciplinas de mestrado e com a orientadora, Profa. Dra. Milian-dre Garcia. Neste processo, delimitou-se a necessidade e objetivo de aprofundamento das perspectivas metodológicas para a análise da documentação. Em um primeiro momento, objetivava-se a centralização da metodologia da Análise do Discurso, em sentido de se estruturar uma análise do processo de *formação discursiva* associada à luta de classes, incorporando um debate acerca da materialidade e ideologia. No entanto, após uma reanálise das possibilidades e limitações desta escolha, optou-se por abandonar a perspectiva da Análise do Discurso.

Assim, através dos mesmos debates e discussões, salientou-se a possibilidade da utilização dos conceitos de *Hegemonia* e *Contra-Hegemonia*, como cunhados por Antonio Gramsci, enquanto elementos balizadores de uma metodologia de análise para as fontes desta pesquisa. Centralmente, ao longo deste ensaio, será analisado especificamente um documento que expressa momentos-chaves deste processo de construção política: a *Primeira Declaração da Selva Lancadona*.

Tal manifesto, por sua característica de expressão direta de um projeto político, demonstra também um momento-chaves de explicitação da *práxis*² zapatista, principalmente no que concerne a relação do movimento como um todo frente aos aparatos de estabelecimento e manutenção da *Hegemonia* dominante no México, assim como a construção de uma *Contra-Hegemonia* insurgente, pautada em uma retórica essencialmente histórica.

Nessa tratativa, também se utilizará como uma referência conceitual metodológica a obra e conceito da *Invenção das Tradições*, de Eric Hobsbawm. O escrito, voltado a observar a forma com que diversas práticas se veem forjadas ou recebem um sentido a posteriori no contexto europeu, convida a analisar de que maneira costumes e tradições são sintetizados e utilizados enquanto símbolos e ferramentas de discurso e prática política, sendo inventados de maneira premeditada ou orgânica.

2 Nesta pesquisa, a *práxis* será compreendida através das considerações de Antonio Gramsci, no primeiro volume de seus *Cadernos do Cárcere*. Nele, o autor aponta o conceito enquanto a união entre a teoria e prática na vida de um militante ou organização, estabelecendo uma relação complementar e vital entre tais esferas.

Da Documentação e Contexto

O presente trabalho, e a pesquisa de Mestrado a qual ele integra, possui enquanto documentação central de análise e fontes primárias, os cinco volumes presentes na coleção *EZLN: Documentos y Comunicados*, que configuram um compilado documental de notas, comunicados, declarações e manifestos do Exército Zapatista de Libertação Nacional. As obras são organizadas pela empresa editorial “Ediciones ERA” e pelo historiador mexicano Antonio García de León.

Abrangendo um recorte que data do 1º de janeiro de 1994 (dia da publicização e levante armado do movimento), até o período de abril de 2001 (período onde é empreendida a “Marcha da Cor da Terra”, na qual uma caravana de centenas de zapatistas percorrem doze estados, partindo de Chiapas e terminando sua caminhada na Cidade do México). Este intervalo configura um processo de grande importância da História zapatista, por representar os anos de constituição de diversas bases de seu pensamento e *práxis*.

O contexto se abre com o sonoro “Ya Basta!”, proclamado na *Primeira Declaração da Selva Lacandon* (EZLN, 1994, p. 34), documento de publicização do EZLN e que anuncia a tomada armada de quatro municípios da região de Chiapas. Após poucos dias de conflito armado direto, é iniciada uma nova fase do movimento e de sua relação com a materialidade mexicana: o cessar fogo, marcado pelos diálogos com o governo e a sociedade civil. É neste processo em que boa parte da documentação toma forma, assim caracterizando o pensamento e palavra do zapatismo, que busca se apresentar ao México e tecer um discurso político.

No que concerne à documentação, os três primeiros volumes da citada coleção conservam a íntegra das produções escritas publicizadas pelo movimento no período de janeiro de 1994, a janeiro de 1997. Já os dois últimos volumes, que abrangem o período de janeiro de 1997, a março de 2001, possuem uma seleção efetuada pelo historiador organizador Antonio Garcia de León, voltada a evidenciar os documentos e proclamações mais importantes do período.

Nesta perspectiva, também é interessante observar a forma com que são construídos os Documentos e Comunicados da organização. Grande parte

dos escritos (assim como a *Declaração da Selva Lacandonia*), são assinados pelo Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional (CCRI-CG), mas a maior parte deles são redigidos pelo Subcomandante Marcos, como ele mesmo conta:

A respeito dos comunicados emitidos pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena - Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional (CCRI-CG do EZLN), vale a pena falar um pouco sobre como são produzidos estes pronunciamentos. Todos os comunicados firmados pelo EZLN são aprovados por membros do Comitê, às vezes pela totalidade deles, às vezes por representantes. A redação dos textos é um dos meus trabalhos, porém o comunicado em si provém de dois caminhos. Um é quando membros do Comitê, ou o coletivo do Comitê, vêem a necessidade de pronunciar-se sobre algo, de 'dizer sua palavra'. Então se propõem e se discutem os pontos principais do que se vai dizer e, com essas indicações gerais, me ordenam que faça uma redação. Depois lhes apresento o comunicado redigido, eles o revisam, tiram e acrescentam coisas e o aprovam e o rechaçam (Genari, 2002, p. 72).

Hegemonia – Possível ferramenta de análise teórica

Através do panorama traçado acerca da problemática deste trabalho, e das características fundamentais de suas fontes de pesquisa, buscar-se-á, neste momento, debater possibilidades metodológicas e referenciais analíticos. Em sentido de amplificar ainda mais o entendimento acerca do pensamento zapatista, sua percepção histórica e o local que este busca ocupar em meio a trajetória de seu país, se faz pertinente um conceito, a ser utilizado enquanto ferramenta de investigação da documentação proposta: o de *Hegemonia*, como cunhado por Antonio Gramsci, em diversos escritos, mas mais centralmente, nos diferentes volumes dos *Cadernos do Cárcere* (Gramsci, 2016).

De acordo com Gramsci (através da forte influência leninista que o auxilia a cunhar o conceito), *Hegemonia* se configuraria na dominação cultural e política exercida pela classe dominante sobre as classes subalternas, a qual é estabelecida através da produção e disseminação de uma cultura e ideologia que, ao permear a sociedade, facilitariam o processo de controle sobre a população. Os dominados se integrariam às perspectivas de seus dominadores sobretudo por estarem inseridos em sua cultura e visão de mundo comum. A *Hegemonia*, para Gramsci, demonstra o caráter das classes dominantes em firmar uma ética que os estructure em seu processo de controle (Sobral; Ribeiro, 2020).

É perceptível, através desta categoria, a centralidade em que a obra gramsciana coloca as disputas políticas e culturais no alicerçamento do Estado burguês e de controle frente a população civil. No entanto, Gramsci vai além e coloca que, para se derrubar a dominação da burguesia e se construir uma sociedade pautada nas aceções do proletariado e sua ética, seria necessário erigir uma nova *Hegemonia* (também observada enquanto *Contra-Hegemonia*) dentro de novas relações sociais de produção, através da unidade entre teoria e prática, a *práxis* (Sobral; Ribeiro, 2020, p. 92).

A Invenção das Tradições – Referencial metodológico

Tendo sua primeira publicação em abril de 1983, *A Invenção das Tradições*, um compilado de ensaios organizado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, reúne escritos de diversos historiadores que se debruçam sobre um objeto central: analisar uma série de tradições artificialmente produzidas em meio ao contexto europeu.

Em sua introdução, Hobsbawm destaca que uma tradição inventada configuraria um conjunto de práticas e discursos de natureza simbólica, que busca incutir certos valores através de uma noção de continuidade frente ao passado. Esta linha condutora, que conta com justificativas ideológicas, trata-se de uma formalização, uma sanção do passado em meio às metamorfoses de costumes, discursos e práticas. É uma busca pela atribuição de sentidos únicos a processos de diferentes durações. No entanto, é importante ressaltar que estas tratativas apontam que os elementos constitutivos destas tradições

não são necessariamente falsos ou artificiais, mas sim que o sentido de conexão imposto a eles é organizado através de uma demanda e problemática do presente (Hobsbawm, 2022, p. 7-14).

Ao longo da obra, ressalta-se o quanto diversos estados, governos e membros das mais variadas parcelas dominantes da sociedade utilizam-se deste tipo de produção social, afim de instituir dinâmicas de legitimação e controle. No entanto, também se destaca que a estruturação de simbolismos e sentidos não se faz restrita a apenas uma parcela da luta-de-classes, sendo esta também uma tratativa comum entre os movimentos operários e revolucionários, afim de aprofundar ainda mais os significados de suas lutas (vide a instituição do 1º de maio como dia de luta, práticas de cultura operária, signos de movimentos revolucionários) (Hobsbawm, 2022, p. 355).

Com estas postulações, a metodologia do presente trabalho objetiva-se em, através da ótica da *Invenção das Tradições*, analisar qual passado o EZLN procura reivindicar em seu discurso. Através desta investigação de uma práxis oriunda de uma série de matrizes de influência, se faz relevante o questionamento frente a maneira com que o movimento estrutura e atribui a si uma tradição e um sentido revolucionário, seja em suas resistências ou produções.

A Primeira Declaração da Selva Lancadona – Proclamação de uma Práxis

A *Primeira Declaração da Selva Lancadona* configura um dos mais emblemáticos documentos já publicados pelo EZLN. Lida da sacada da presidência municipal de San Cristóbal de Las Casas em 1º de Janeiro de 1994, pelo Subcomandante Marcos, durante o levante armado de um exército que até então se encontrava em clandestinidade, a proclamação configura uma carta de apresentação, guerra e exigências do movimento que surgia em meio às sombras do passado. O ocorrido sacudiu o México em meio a um período que já se encontrava turbulento, devido as disputas e escândalos eleitorais do contexto.

A surpresa e incredulidade assolam o país, principalmente pela demora de reação do exército federal que se encontrava embebido nas festividades de fim de ano (Baschet, 2021, p. 48). O simbolismo do evento, e por consequência

do documento, impactam especialmente as parcelas da elite da região sudeste do país, que veem um temor secular tomando concretude: a capital de Chiapas tomada por um exército indígena. O EZLN proclamava guerra ao exército federal, com o intuito central de destituir de seu posto o presidente Carlos Salinas de Gortari.

O breve, mas profundo documento explicita elementos que sintetizam bases e fundamentos daquilo que configuraria a *práxis* do zapatismo. Ao ser analisada à luz do conceito de *Hegemonia*, e sob a ótica da *Invenção das Tradições*, a *Declaração da Selva Lacandona*, como conhecida naquele momento, explicita um dos alicerces da proposta do exército rebelde e das comunidades que ele representa: a busca por uma construção *Contra-Hegemônica* pautada em uma tradição histórica de luta e projeto de nação. Dessa forma, cria-se uma linha conectiva, que dá um sentido único a uma série de movimentos e processos de resistência, que desembocariam no próprio EZLN:

Somos o produto de 500 anos de lutas: primeiro contra a escravatura, na Guerra da Independência contra Espanha liderada pelo insurgentes, depois ao evitar sermos absorvidos pelo expansionismo Americano, logo por promulgar a nossa Constituição e expulsar o Império Francês do nosso solo, depois a ditadura porfirista negou-nos a aplicação justa das leis da Reforma e o povo rebelou-se formando seus próprios líderes, surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós, aos quais foi negada a preparação mais elementar para que nos possamos usar como bucha de canhão e saquear as riquezas do nossa pátria [...].

Mas HOJE DIZEMOS BASTA! Somos os herdeiros dos verdadeiros forjadores de nossa nacionalidade, os despossuídos são milhões e apelamos a todos os nossos irmãos para se juntarem a este apelo [...] (EZLN, 1994, p. 33).³

3 Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de las leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de

Este processo também demonstra a opção do movimento, já em sua publicização, em evidenciar seu afastamento frente as dinâmicas culturais de dominação de um México hispanizado e assolado pelo imperialismo. Pode ser observado, no decorrer do documento, uma dinâmica de oposição, que guia-se pela interconexão de lutas do passado, que sancionam as populações originárias que agora pegam em armas. Forja-se uma distinta tradição, certamente *Contra-Hegemônica*, mas também de nação.

Nesta perspectiva, um autor que também se debruça sobre a interconexão de resistências, que culminam em duas elementarizações de um México que se sonha e se tece, é Guillermo Bonfil Batalla, em sua obra *México Profundo: Uma Civilização Negada* (Batalla, 1989). Nela, o autor sintetiza a existência de dois projetos de nação para a realidade mexicana, presentes em conceitos distintos. Um estaria presente no *México Profundo*, representado nas civilizações mesoamericanas, e outro no *México Imaginário*, angariado e construído desde a chegada dos invasores europeus e seu projeto de civilização ocidental.

De acordo com Batalla, a história do México, a dos últimos 500 anos, é a história do confronto permanente entre estes projetos e a criação de duas sociedades distintas em seu âmbito (Batalla, 1989, p. 10). O embate entre tais perspectivas estaria presente desde a chegada dos europeus ao continente americano, trazendo consigo uma determinação de civilização que não incluiria os Povos Originários, se não apenas por opressão e exploração. Assim, a vivência, forma de vida e cosmovisão dos diversos povos indígenas configurariam uma proposta de civilização distinta, contraposta à europeia e ocidental.

A retórica histórica da luta zapatista lhe apresenta enquanto uma tradição de resistência e de construção sociopolítica, através de uma construção constante, presente na documentação produzida pelo movimento. Isso se expressa através de diferentes referências, como a da explanação em como o pensamento indígena transformou a *práxis* marxista-leninista dos militantes iniciais do movimento (Casanova, 2009, p. 71), sendo ambas correntes que configuram duas de suas matrizes ideológicas fundamentais (Almeida, 2017, p. 174). Há também as defesas da oposição da luta armada enquanto única solução

cañón y saquear las riquezas de nuestra patria [...] Pero nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA!, somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones y llamamos a todos nuestros hermanos a que se sumen a este llamado [...] (Texto original) Tradução livre de Vinícius Fávero.

restante para a existência e dignidade das populações originárias. Neste sentido, se apresenta um grande fundamentador de toda a *práxis* ezelenista: a História.

A *Declaração da Selva Lancadona*, assim como outros escritos do zapatismo, adotam este papel de demonstrar a qual tradição de luta, resistência e de nação o movimento busca se vincular. Ao criar uma linha condutora que conecta “500 anos de lutas” ao levante de 1º de janeiro de 1994, o EZLN se coloca enquanto herdeiro de um processo cujo sentido ele mesmo atribui. Não apenas isso, mas também incorpora signos, cores e formas de comunicação de diferentes origens em sua própria forma de atuar (como as cores vermelha e preta dos movimentos de libertação nacional de cunho marxista, a própria denominação “zapatista” e as formas de comunicação dos Povos Originários). A tudo isto, em conjunto, se denomina “EZLN”, definido neste momento, em suas próprias palavras, pela indefinição⁴.

Ainda, sob a perspectiva da análise desta tradição “inventada” e como a construção *Contra-Hegemônica* se faz presente nela, é interessante a observação da característica de apelo e referenciação a elementos constitutivos da “nação mexicana”.

Em meio ao documento analisado, o EZLN não apresenta em seu quadro de objetivos publicizados, a tomada violenta do poder estatal do México para si. Isto, por si só, já cria grandes conflitos e contradições referentes às tradições revolucionárias de movimentos e correntes presentes na América Latina (como a foquista, por exemplo). No entanto, no mesmo escrito, o EZLN expõem seu objetivo de, ao declarar guerra ao exército mexicano, marchar até a capital do país e, dessa forma, permitir que os povos que libertassem, pudessem eleger democraticamente seus verdadeiros representantes (posição tomada devido ao apontamento de fraude no sistema eleitoral mexicano) (EZLN, 1994, p. 34).

Esta postulação aponta uma posição interessante a se constatar deste ator político-militar inicial: o EZLN não buscava tomar o poder para si, mas sim para que fossem organizadas novas movimentações democráticas dentro dos aparatos já estabelecidos da democracia burguesa do estado Mexicano, aos quais ele mesmo apela contra o executivo, liderado pelo presidente Carlos Salinas de Gortari:

4 Palavras do Subcomandante Marcos à revista *Croissance*, 396, em setembro de 1996.

Portanto, de acordo com a nossa Constituição, emitimos este documento para o Exército federal mexicano, pilar básico da ditadura que sofremos, monopolizado pelo partido no poder e liderado pelo executivo governo federal que hoje é exercido por seu chefe máximo e ilegítimo, Carlos Salinas de Gortari.

De acordo com esta Declaração de Guerra pedimos aos outros Poderes da Nação estão empenhados em restaurar a legalidade e a estabilidade da Nação depondo o ditador [...]

Assim, e de acordo com esta Declaração de Guerra, damos às nossas forças militares do Exército Zapatista de Libertação Nacional as seguintes ordens: Primeiro. Avançar em direção à capital do país derrotando o exército federal Mexicano, protegendo a população civil no seu avanço libertador e permitindo aos povos libertados elegerem, livre e democraticamente, as suas próprias autoridades administrativas. (EZLN, 1994, p. 34).⁵

Ao se investigar a *Declaração da Selva Lacandona*, é perceptível um elemento que perdurará por certo tempo na trajetória político-militar do EZLN: a influência de uma matriz filosófica Ocidental Moderna e Contemporânea em seu discurso. Principalmente no EZLN inicial, que pode ser identificado nos documentos publicados entre o período de 1994 – 1996, pode-se observar evocações e releituras de ideais iluministas (democracia, liberdade), uma defesa do Estado-Nação mexicano e a incorporação de símbolos do estado burguês (bandeira, a constituição mexicana, noções de território nacional) (Almeida, 2017, p. 186).

5 “Por tanto, en apego a nuestra Constitución, emitimos la presente al ejército federal mexicano, pilar básico de la dictadura que padecemos, monopolizada por el partido en el poder y encabezada por el ejecutivo federal que hoy detenta su jefe máximo e ilegítimo, Carlos Salinas de Gortari. Conforme a esta Declaración de guerra pedimos a los otros Poderes de la Nación se aboquen a restaurar la legalidad y la estabilidad de la Nación deponiendo al dictador. [...] Por lo tanto, y conforme a esta Declaración de guerra, damos a nuestras fuerzas militares del Ejército Zapatista de Liberación Nacional las siguientes órdenes: Primero. Avanzar hacia la capital del país venciendo al ejército federal mexicano, protegiendo en su avance liberador a la población civil y permitiendo a los pueblos liberados elegir, libre y democráticamente, a sus propias autoridades administrativas” (Texto original). Tradução livre de Vinícius Fávero.

Seja por uma estratégia para amenizar o choque causado pelo movimento armado frente a população, imersa nos meandros do senso comum mexicano, ou por uma real herança teórico-filosófica, essa matriz se vê presente em meio ao chamado *neo-zapatismo* do EZLN. Ao longo da *Declaração*, até mesmo a Constituição Federal mexicana é citada, onde se reforça o fato da “soberania nacional emanar do povo” (EZLN, 1994, p. 34).

No entanto, é importante ressaltar que tais signos se veem utilizados como aliados da crítica zapatista frente ao neoliberalismo e aos ataques sofridos pelos Povos Originários em meio à Contemporaneidade. Não há uma defesa dos aparatos de manutenção política da *Hegemonia*, mas sim uma evocação destes ao longo da retórica crítica ao neoliberalismo do atual governo mexicano:

Quando descemos das montanhas carregando nossas mochilas, nossos mortos e nossa história, viemos à cidade em busca de nossa pátria. A pátria que nos tinha esquecido no último recanto do país; o canto mais solitário, o mais pobre, o mais sujo, o pior (EZLN, 1994, p. 163).⁶

Assim, com a observação da presença destas matrizes ideológicas (indígena maia, marxista e ocidental modera-contemporânea) na construção da *práxis* do exército rebelde, abre-se a interpretação da referenciação histórica de uma tradição que o EZLN busca representar. Tal tradição configura-se enquanto uma ferramenta de edificação de uma *Contra-Hegemonia* mexicana, abrindo um panorama que busca erigir dignidade e *des-cobrir* um *México Profundo*.

Conclusões

Através deste escrito, percebe-se o quanto os elementos da historicidade mexicana e dos Povos Originários (que não necessariamente são elementos completamente distintos) são essenciais ao EZLN e a sua *práxis*. A revolução teórica presente no Zapatismo, encontra-se justamente na transformação da

6 “Cuando bajamos de las montañas cargando a nuestras mochilas, a nuestros muertos y a nuestra historia, venimos a la ciudad a buscar la patria. La patria que nos había olvidado en el último rincón del país; el rincón más solitario, el más pobre, el más sucio, el peor.” (Texto original) Tradução livre de Vinícius Fávero.

práxis revolucionária que, em certo sentido, já possuía um caráter latino-americano (como na herança marxista proveniente do foquismo), mas que se subverte em grande medida ao serem confrontadas com uma outra cosmologia, uma outra humanidade.

Através do panorama de se observar a visão histórica do Zapatismo acerca de sua pátria, suas lutas e o projeto de nação que carrega, coloca-se em xeque as perspectivas de que a construção de um mundo distinto do que este no qual o movimento se insere não é mais possível. Com o estudo dessa tradição referenciada pelo movimento, suas transições internas e a sua *práxis*, a presente pesquisa busca pela reflexão acerca destas ferramentas de transformação e sua contestação frente a desilusão pela mudança revolucionária da sociedade, firmada pelo estabelecimento de sua corrente *Contra-hegemônica*. A revalorização do sentido de tais posições faz-se presente pela apresentação do projeto político que impulsiona o EZLN a questionar a *Hegemonia* mexicana, baliza a *práxis* destes militantes, e que se mobiliza contra o *en-cobrimiento*, contra o esquecimento:

O esquecimento, alondra tão distante, é a causa de nossa caminhada sem rosto. Para matar o esquecimento com um pouco de memória, cobrimos o peito e a esperança com chumbo (EZLN, 1994, p. 247).⁷

Referências

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. América Latina: transnacionalização de lutas sociais no alvorecer do século XXI: da luta armada como política (o caso do EZLN). Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2017.

BASCHET, Jérôme. A Experiência Zapatista: rebeldia, resistência, autonomia. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

BATALLA, Guillermo Bonfil. México Profundo: una civilización negada. México D.F: Grijalbo, 1989.

⁷ “El olvido, alondra tan lejana, es la causa de nuestro andar sin rostro. Para matar el olvido con un poco de memoria, de plomo cubrimos el pecho y la Esperanza” (Texto original) Tradução livre de Vinícius Fávero.

CASANOVA, Pablo González. De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar américa latina en el siglo XXI. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.

EZLN. Documentos y Comunicados. México D.F: Era, 1994. 1 v.

GENARI, Emilio. Chiapas: as comunidades zapatistas reescrevem sua história. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARCOS, Subcomandante; BOT, Yvon Le. O Sonho Zapatista. Lisboa: Asa, 1997.

HOBBSAWM, Eric. A Invenção das Tradições. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

SOBRAL, Karine Martins; RIBEIRO, Ellen Cristine dos Santos. A concepção de Hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. Gposshe, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 90-106, jun. 2020.

Entrelaçando ficção e história por meio da narrativa de Ungulani Ba Ka Khosa (Moçambique)

Daniela de Campos¹

O texto que segue baseia-se na comunicação apresentada no ST *Decolonialidade e teoria da história: desafios éticos, epistemológicos e metodológicos* e é um recorte da pesquisa que está sendo desenvolvida no estágio de pós-doutoramento. Nesse sentido, a pesquisa procura compreender aspectos da história de Moçambique por meio da análise de obras literárias de Ungulani Ba Ka Khosa, em específico, *Entre as memórias silenciadas* (2013) e *Gungunhana* (2018).

O problema de pesquisa questiona se é possível entender melhor a história recente de sociedades marcadas pela herança (maldita) do colonialismo e como as práticas coloniais subalternizaram boa parte da população do país em foco (Moçambique), por meio de narrativas de ficção. Para tal, o estudo estará alicerçado no exame de obras do autor indicado, considerando a potencialidade de sua escrita, o lugar de produção de conhecimento e a experiência de vida e literária de Ungulani Ba Ka Khosa para o entendimento de sua narrativa. Importante ressaltar que suas histórias, a partir de uma perspectiva decolonial, partem de um lugar que foi, por muito tempo, posto à margem pela epistemologia eurocentrada, mas que neste trabalho é o ponto de partida para o entendimento de aspectos históricos.

Além disso, ainda no âmbito teórico-metodológico, as análises consideram os estudos que relacionam a História e a Literatura no trabalho com obras literárias de ficção e, desde a perspectiva do ensino de História o estudo se conecta com aquilo que dispõe a Lei 10.639/03, em especial no que se refere ao estudo da África e dos povos africanos.

Francisco Esaú Cossa, nome de registro do autor, nasceu na cidade de Inhamitanga, na província de Sofala em 1957. Adotou o nome Ungulani Ba Ka Khosa, designado por sua etnia (tsonga). Estudou na Universidade Eduardo Mondlane, formando-se em História e Geografia e foi professor. Integrou e

¹ Doutora em História. Docente do Instituto Federal do Rio Grande do Sul- Campus Farroupilha. Pós-doutoranda na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), vinculada ao AYA Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais com supervisão da Profa. Dra. Cláudia Mortari.

foi Secretário-geral da Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO). Se no Brasil suas publicações não são vastas, o mesmo não se pode dizer de sua produção literária, em circulação em Moçambique e em Portugal.

Na pesquisa que venho desenvolvendo examino duas obras, *Entre as memórias silenciadas* e *Gungunhana*. A primeira, *Entre as memórias silenciadas*, foi publicada apenas em Moçambique em 2013. Trata da história de um grupo de pessoas enviadas a um campo de reeducação. A história desses segregados da sociedade é entrecortada pela narrativa de outros personagens que têm alguma vinculação com os primeiros, seja por laço de parentesco, seja por ligação partidária/ideológica. Nesse livro, Ungulani Ba Ka Khosa tece uma crítica à prática da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) na instalação desses campos com o objetivo de disciplinar a população e chegar ao “homem novo”. Para escrever o livro se valeu de sua própria experiência, pois foi enviado para trabalhar em um dos campos.

Gungunhana foi publicado no Brasil em 2018 pela editora Kapulana, na coleção Vozes da África e é composto por dois romances, até então inéditos por aqui. A primeira história intitulada “Ualalapi” foi publicada em Moçambique em 1987. Trinta anos depois, sai “As mulheres do imperador” já em edição conjunta com o primeiro livro. Assim, a publicação em Moçambique e no Brasil de *Gungunhana* acontece no mesmo ano. As duas histórias estão interligadas, o que justifica estarem num mesmo volume.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa se vincula com os estudos da História do Tempo Presente (HTP), valendo de obras de ficção para compreender uma determinada realidade profundamente marcada pelo colonialismo, pela escravidão e pelo racismo. Uma realidade que vivencia um “passado que não passa” e memórias configuradas pela violência colonial. Na concepção de muitos autores, sintetizada nas palavras de Delacroix, a HTP lida com a catástrofe e com o trauma, em especial com os eventos das guerras dos séculos XX, tendo em vista que, na Europa, “o passado nazista para a Alemanha e o passado de Vichy para a França, pois eles constituíram grandes traumatismos nas identidades e nas consciências históricas nacionais” (Delacroix, 2018, p. 45).

Podemos entender de modo semelhante os países africanos que passaram por guerras de libertação da dominação colonial e que tiveram que se ocupar,

sob o ponto de vista da História, mas também das literaturas, com o passado traumático. Nesse sentido, a contribuição da HTP, entendida como um campo específico da História, oferece ferramentas potentes para o entendimento das sociedades.

Outro ponto a ser destacado é a relação entre a História e a ficção. Embora já se tenha olhado com desconfiança para o texto literário como possibilidade de fonte para a produção de conhecimento histórico, hoje isso está de certa forma pacificado pela historiografia e muitos são os pesquisadores que se dedicam a estabelecer relações entre essas duas áreas do saber. Segundo o professor Júlio Pimentel Pinto, “a literatura pode ser, sim, um sismógrafo acurado, inclusive para a história: graças à sua liberdade criativa e ao amplo aparato de recursos estéticos e de linguagem, ela pode perceber com agilidade o que outras narrativas demoram mais a notar” (Pinto, 2024, p. 30).

Para o caso dos estudos africanos, a literatura de ficção assume um lugar ainda mais preponderante, pois em muitos casos é primordialmente por meio dela que se acessam determinados períodos ou fatos históricos, mesmo em produções narrativas que ocorreram após os processos de libertação do colonialismo europeu (a partir de meados do século XX). Assim, de acordo com Gallo, “percebendo a história e a literatura como práticas estéticas e discursivas, é possível identificar os mais variados enredos representados nas literaturas africanas” (Gallo, 2022, p. 110).

Em se tratando das literaturas africanas lusófonas, o tema da História e da constituição da nação é algo recorrente, como aponta Chaves:

Profundamente marcada pela História, a literatura dos países africanos de língua portuguesa traz a dimensão do passado como uma de suas matrizes de significado. A brusca ruptura no desenvolvimento cultural do continente africano, o contato com o mundo ocidental estabelecido sob a atmosfera de choque, a intervenção direta na organização de seus povos constituíram elementos de peso na reorganização das sociedades que fizeram a independência de cada um de seus países. Tão recentes, e feitas no complexo quadro da conjuntura internacional dos anos

70, essas independências não dariam conta do desejo de acertar o passo na direção do projeto utópico que mobilizara os africanos. Como herança, o colonialismo deixava uma sucessão de lacunas na história dessas terras e muitos escritores, falando de diferentes lugares e sob diferentes perspectivas, parecem assumir o papel de preencher com o seu saber esse vazio que a consciência vinha desvelando (Chaves, 2000, p. 245).

Além disso, as leituras e análises dos textos de ficção ocorrem mediante a chave dos estudos decoloniais, procurando romper com a chamada biblioteca colonial, conceito do filósofo congolês V.Y. Mudimbe que designa um conjunto de produção intelectual elaborado sobre a África e os africanos feitos exclusivamente por europeus. Por isso, a leitura da ficção de Ungulani Ba Ka Khosa parte dessa perspectiva decolonial que implica em estudar com e para os sujeitos, não os situando como objetos, conforme a compreensão eurocêntrica derivada do pensamento cartesiano e do Iluminismo. A compreensão teórica de matriz decolonial requer a ampliação das vozes legitimadas a falar em nome do que é científico, posto que, pessoas que foram silenciadas, subalternizadas e racializadas pelo colonialismo e pela colonialidade (africanos, indígenas, povos da diáspora), são agentes ativos na construção de discursos sobre a sociedade, a cultura, a política das sociedades a que fazem parte. É a pluriversalidade tomando o lugar da [suposta] universalidade (Campos, 2024, p. 93).

Também é necessário destacar que a decolonialidade não pode ser tomada por um conjunto teórico fechado. Decolonialidade é um projeto em construção e de caráter coletivo. Não é “um projeto de salvação individual”, não é “um evento passado, mas um projeto a ser feito” (Maldonado-Torres, 2020, p. 50). É uma atitude, um giro que vislumbra, acima de tudo, a mudança social e a quebra de pensamentos hegemônicos que desconsideram conhecimentos e vivências que não sejam euro-branco-patriarcal centrados (Campos, 2024, p. 93).

Direcionemos agora nosso olhar para as obras do autor moçambicano e para as questões históricas que as envolvem. As histórias constantes nos dois

livros citados se passam em momentos históricos distintos. Até mesmo os dois romances que compõem *Gungunhana* possuem um intervalo temporal que produz mudanças significativas no espaço geográfico em que se passam as histórias. Por isso, para uma breve comunicação, de que trata esse texto, não é possível abordar todas as narrativas. Dessa forma, fiquemos com a segunda história contida em *Gungunhana: As mulheres do imperador*. Mesmo que trate das mulheres do rei de Gaza, a referência à Ngungunhane nessa história é inevitável.

Ao falar sobre a motivação para escrever esta história, Khosa, em entrevista à editora Kapulana, menciona que “quis com o livro prestar uma singela homenagem às mulheres sempre secundarizadas na História maiúscula”, além de “fechar o ciclo sobre o império de Gaza, trazendo à luz *As mulheres do Imperador*”.

O romance trata, portanto, do regresso de quatro esposas de Ngungunhana e duas esposas de Zilhalha (rei das terras a norte de Lourenço Marques – súdito de Ngungunhane) que foram exiladas junto com o rei. A historiografia não contou a história dessas mulheres. Sabe-se que nem todas que partiram, regressaram à Moçambique e que a ordem para seu retorno ocorreu cinco anos após a morte de Ngungunhane, em 1911. Nesse ano, a bordo do veleiro África chegam à Lourenço Marques: Malhalha, Phatina, Namatuco e Lhésipe, mulheres do imperador, e Oxaca e Debeza, esposas de Zilhalha. Aqui começa o romance.

Dividido em nove capítulos, o livro e inicia com a chegada do navio no porto de Lourenço Marques, antigo nome da capital Maputo. Aqui já tomamos conhecimento que junto com as mulheres vem quatro “miúdos”, dois filhos de Lhésipe, um filho de Malhalha e outro de Debeza. Também, já de início sabemos que elas não entendem o significado de Moçambique, pois quando partiram, em 1895, Portugal costurava sua unidade nessas terras austrais e o aniquilamento do império dos ngunis era imprescindível para atingir esse feito.

Ninguém dá a mínima para as mulheres, à exceção de um homem, Sibuko Simango, que as acolhe em sua casa. Seu pai era vassalo de Ngungunhane e ele sente obrigação de dar guarida para as recém-chegadas. Através de suas lembranças, o autor ficcionaliza o que teria acontecido com elas no tempo

de exílio, pois disso a História nada tem a nos dizer. Ao fim, sabendo que seus antigos papéis de esposas do rei já não servem de mais nada, cada uma segue seu rumo adaptando-se à nova realidade.

Em *As mulheres do imperador* Ungulani Ba Ka Khosa faz referência a um passado mais distante, o do início do século XX, a partir da perspectiva de quem experienciou o domínio colonial, mas também a organização de Moçambique no pós-independência. Nesse texto, Ba Ka Khosa tem como matéria prima para a escrita de sua ficção fatos históricos que remetem a um passado em que um rei local – Ngungunhane, enfrentou o poder colonial português e de como esse poder se movimentou para assegurar seu domínio. Contudo, subverte a ordem das coisas ao tratar das mulheres do monarca e de como estas criaram estratégias de sobrevivência e, de certa forma, de poder, tanto nos tempos em que seu marido exercia o mando, quanto no exílio, no retorno à sua terra de origem e na projeção de futuro. Por conseguinte, a narrativa de Ba Ka Khosa dialoga com o que propõe Achille Mbembe que, ao abordar a questão das memórias dos vencidos (no contexto do colonialismo) afirma que

Na memória dos povos colonizados achamos inúmeros fragmentos de algo que, num determinado tempo, se quebrou e não mais pode ser reconstituído em sua unidade originária. Assim, a chave de toda a memória a serviço da emancipação é saber viver com o perdido [...] A memória coletiva dos povos colonizados procura maneiras de mostrar e viver aquilo que não sobreviveu ao incêndio (Mbembe, 2019(a), p. 20-21).

Contudo, para Mbembe apesar dos saques e violências que marcam as histórias recentes dos povos africanos, é possível romper com o ciclo de violências, utilizando as memórias como um alerta para que não se repitam e para que os povos não se coloquem no lugar de vítimas apenas.

A questão é como as pessoas que sofreram um trauma histórico e real, como uma guerra ou um genocídio, podem se lembrar do acontecido

e usar a reserva simbólica da catástrofe histórica para projetar um futuro que rompa com a repetição das violências sofridas (Mbembe, 2019(a), p. 21).

Para Mbembe a “colonização foi, sob muitos pontos de vista, uma coprodução dos colonizadores e dos colonizados. Juntos, mas em posições diferentes, eles forjaram um passado” (Mbembe, 2019(b), p. 12). Assim, de acordo com as análises de Pinto assentadas nas ideias do filósofo camaronês, faz-se necessário “questionar quais são as memórias da colônia inscritas nos testemunhos” (Pinto, 2022, p. 16), e como essa coprodução levantada por Mbembe está presente nas narrativas literárias de autores e autoras africano/os.

Voltando ao romance de Ba Ka Khosa, além de sabermos das histórias dessas mulheres, o romance dá-nos a entender a conformação espacial e social da capital de Moçambique, à época denominada Lourenço Marques, como se moviam brancos e negros, indianos e chineses, quais os espaços cabiam a cada um desses grupos, o funcionamento da estrutura burocrática colonial e algumas notícias do interior, ainda não inteiramente dominado pela estrutura colonial, tendo em vista que estamos nas primeiras décadas do século XX. O autor, ainda, nos dá pistas sobre a recente mudança de regime de governo na metrópole: de monarquia para república.

Outro ponto, e talvez o mais significativo para os historiadores, é que escrevendo na segunda década do século XXI, Ba Ka Khosa lida com a memória sobre esse passado colonial e, especialmente, sobre o significado atribuído ao rei Ngungunhane. Em sua narrativa, o autor não traça uma visão romantizada sobre seus conterrâneos e não poupa, nem mesmo, o rei conhecido como o Leão de Gaza:

Ungulani, ao principiar *As mulheres do Imperador* com instigantes epígrafes sobre a memória, traz à discussão a polivalência do conceito de “verdade histórica”, ratificando quão ambivalentes são tais “verdades”, uma vez deslizarem, constantemente, entre o real e o ficcional. Deixa evidente que muito depende dos olhares dos leitores, de sua capacidade hermenêutica, a construção das “verdades históricas”, levando-

-se em consideração inexistirem pontos de vista únicos. Memória e esquecimento fazem parte da “oficina da história” e de sua relação com a literatura, a geografia, a etnografia e com outras ciências e artes. As histórias e estórias do imperador de Gaza e de suas mulheres, com compassados movimentos, são tecidas por um discurso literário aberto a múltiplas “verdades” (Secco, 2018, p. 221).

Ngungunhane foi um personagem histórico importante para a história de Moçambique durante o início do processo de colonização efetiva desse território por parte dos portugueses. Esquecido durante muito tempo foi reapropriado pelo grupo que assumiu o poder após as lutas pela independência (1964-1974) como símbolo da resistência ao colonialismo. Mesmo assim, na historiografia pouco se escreveu sobre ele, mas existem registros de sua vida. O mesmo não se pode dizer de suas mulheres, nem mesmo daquelas que as acompanharam no exílio: não há registros sobre sua existência para além de sua partida para o exílio junto com o rei. Na ficção também temos mais textos sobre o Imperador de Gaza do que sobre suas mulheres, a respeito delas o texto de Ungulani Ba Ka Khosa é o único que conheço.

Por fim, mas não menos importante, a pesquisa que vem sendo realizada estabelece diálogo com minha prática docente que envolve ensino em turmas da Educação Básica (cursos técnicos de nível médio) e a formação de professores (formação inicial e pós-graduação). Assim, não se perde a perspectiva de pensar a pesquisa e as análises que dela derivam em relação com a Lei 10.639/03 que ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira”, estabelece a inclusão do estudo da história da África e dos africanos nos conteúdos programáticos dos currículos.

A ficção de Ungulani Ba Kha Khosa, assim como a de outros autores daquele país, nos ajuda a compreender uma dada realidade de um país africano que ainda está em vias de consolidar sua historiografia, que nas palavras do historiador e ficcionista João Paulo Borges Coelho, ao olhar para a história contemporânea de Moçambique, é caracterizada por sua “escassez”, situação que “ao menos em parte, deve-se a uma herança colonial de difícil acesso da

maioria da população a algo mais do que o nível básico de ensino”² (Coelho, 2019, p. 3).

Sabemos que as pesquisas sobre história dos povos africanos têm um longo caminho a percorrer no Brasil, o que reflete, conseqüentemente, no ensino de história, como afirma a especialista em História da África, Leila Leite Hernandez: “Em alguns lugares, a história da África continua sendo ensinada pelo marco da escravidão, que conta a história pela metade. É um problema tanto do ponto de vista da historiografia como da valorização da criança negra” (Folha de São Paulo, 2019).

Nesse mesmo sentido, Conceição Evaristo argumenta que existe um “vazio histórico” quando o tema é a história dos africanos e/ou dos afro-brasileiros. Logo, para a escritora, o discurso ficcional sobre os negros e produzidos por negros cumpre preencher uma lacuna que a História não dá conta. Além disso,

Experiências educativas que partem do pensamento e metodologia decolonial são pautadas na construção coletiva, é sair de “uma educação para” e ir até “uma educação com”, é questionar saberes estabelecidos (canônicos), mas não excluí-los dos currículos e das práticas. O que se deseja é uma contraposição ao apagamento de saberes outros, o que desembocou no epistemicídio e no racismo epistêmico... (Campos, 2024, p. 96).

Compreender que precisamos, num país multiétnico e pluricultural como o Brasil, trabalhar com a diversidade cultural seja nas pesquisas acadêmicas, seja em sala de aula, é essencial para se alcançar a justiça e a igualdade social. Não se trata de substituir saberes, mas sim de criar espaços para que se produza conhecimentos mais democráticos e que mais pessoas se sintam contempladas. Estudar a história dos povos africanos, por meio de uma produção artística-cultural que é a literatura, levando esses saberes até a sala de aula é uma boa forma de se alcançar tal objetivo.

2 Além da herança colonial que alijou moçambicanos de uma educação formal, em especial de nível superior, Borges Coelho aponta outros fatores que também levam a uma escassez na produção historiográfica que se deve a problemas que se vinculam ao momento pós-independência também.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm.

CAMPOS, Daniela de. CHAVES, Eduardo dos Santos. LEITE, Maria Cláudia Moraes (Orgs.). **História e Literatura: relações possíveis**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

CAMPOS, Daniela de. Pedagogia decolonial: buscando experiências pedagógicas outras. *In*: LIMA, Samantha Dias de; BARBOSA, Elisângela M. Caldas; CAMPOS, Daniela de (Orgs.). **LABPED (Ano 3): Aprendizagens Visíveis, Experiências no Ensino de Ciências e Pedagogia Decolonial**. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 91-98, 2024.

CHAVES, Rita. Autobiografias em Moçambique: a escrita como monumento (2001-2013). **Revista de História**, [S. l.], n. 178, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/143657>.

COELHO, João Paulo Borges. Política e História Contemporânea em Moçambique: dez notas epistemológicas. **Revista de História**, [S. l.], n. 178, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/146896>. Acesso em: 12 fev. 2023.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709>.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

GALLO, Fernanda (Org.) **Breve Dicionário das Literaturas Africanas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. 2ª. Ed. Coimbra: Almedina, p. 405-439, 2018.

KHOSA, Ungulani Ba Kha. **Entre as memórias silenciadas**. Maputo: Alcance, 2013.

KHOSA, Ungulani Ba Kha. **Gungunhana**: Ualalapi. As mulheres do Imperador. São Paulo: Kapulana, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze. MALDONADO-TORRES, Nelson. GROSFOGUEL, Ramón. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 27-53, 2020.

MBEMBE, Achille. **Poder brutal, resistência visceral**. Entrevista realizada por Amanda Varela. São Paulo: N1-Edições, 2019(a).

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**. Ensaio sobre a África descolonizada. Petrópolis: Vozes, 2019(b).

PINTO, Cadidja Assis. **A guerra revolucionária não é uma guerra de homens**: atuação das mulheres argelinas na escrita de Frantz Fanon (1953-1961). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação, Florianópolis, 2022.

PINTO, Júlio Pimentel. **Sobre literatura e história**. Como a ficção constrói a experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SECCO, Carmen Lucia Tindó. As Mulheres do Imperador: entrelaces de Histórias e Estórias. In: KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Gungunhana**: Uilalapi e As mulheres do imperador. São Paulo: Kapulana, p. 221-225, 2018.

Noel Guarany e sua música missioneira: a busca pela integração latino-americana em tempos de repressão (1960-1980)

Lucas do Nascimento Rodrigues¹

Resumo

Ao falar sobre música no período das ditaduras latino-americanas, logo nos vem à mente nomes e movimentos consagrados, entendidos como de resistência aos regimes, a exemplo do movimento do Nuevo Cancionero, nascido na Argentina, com projeção em toda a América Latina. No entanto, há uma série de artistas, menos reconhecidos – por se tratar de um cunho regionalista –, que se comprometeram, de alguma maneira, a combater os regimes autoritários. Esse é o caso de Noel Guarany, músico do Rio Grande do Sul, que percorre alguns países da América Latina, se apresenta e grava discos, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Nesse sentido, este trabalho buscou analisar a trajetória e a obra deixada por Noel Guarany, através de seus discos, depoimentos, gravações de apresentações e biografia, por meio de uma abordagem voltada para com a história política do período. Através da análise empregada no trabalho, foi possível verificar os contatos transnacionais de Noel, com os ambientes intelectuais, políticos e culturais, principalmente da Argentina, além de seu apoio a movimentos operários e estudantis, bem como contato com lideranças políticas no contexto da abertura política da década de 1980.

Palavras-chave: História da Música; História da América; Ditadura.

Introdução

A região do Cone Sul do continente americano em meados do século XX foi palco para um turbilhão de ideias políticas e também de regimes autoritários. A década de 1960, em especial, foi marcada pela organização de movi-

¹ Mestrando em História, Cultura e Política pela Universidade Estadual de Maringá – PR (UEM).

mentos de esquerda que, paulatinamente, se aproximavam do poder mas que logo foram reprimidos por governos militares, a exemplo do Brasil em 1964.

Entre os diversos movimentos que compunham o cenário intelectual latino-americano na década de 1960, podemos enfatizar o campo musical, que dentro de suas possibilidades buscou dar voz à resistência frente aos regimes autoritários.

Na América Latina, como um todo, ocorria no meio musical um movimento de cantatores, que, em geral, traziam canções folclóricas engajadas politicamente, que passaram a compor um movimento denominado *Nuevo Cancionero*. Data de 1963 o início do movimento, com a publicação do “*Manifiesto del Nuevo Cancionero*”, de autoria do Argentino Armando Tejada Gómez, assinado também por outros músicos:

[...] os objetivos do *Nuevo Cancionero* eram basicamente três: 1) a exaltação da cultura nacional como forma de reação à cultura alienígena perpetrada pelo mercado via meios de comunicação; 2) a nova canção entendida não como um gênero específico e muito menos como genuinamente popular, mas como uma música renovada de características autóctones; 3) a proposta de um intercâmbio com todos os artistas e movimentos similares da América Latina (Garcia, 2013, p. 27).

No caso do Brasil, mais especificamente, ao falar sobre música de protesto do regime militar logo vem à mente artistas como Chico Buarque, Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Caetano Veloso, entre outros, incluindo o conhecido movimento da “Tropicália”.

Em geral, o que se observa são os nomes de cantores consagrados no cenário “nacional”, que acaba por significar o renome conseguido no eixo São Paulo – Rio de Janeiro, ou seja, nos maiores centros do país, onde se firmavam não só os principais fatos políticos, mas também artísticos, além das principais gravadoras e difusoras.

No entanto, um país de dimensões continentais como o Brasil, abrigou diversos artistas e produções dos mais variados estilos, que nos servem de

material para buscar informações sobre o conturbado período entre o final da década de 1960 e o início da década de 1980.

Um destes exemplos é o caso de Noel Guarany (1941-1998), artista de música regionalista gauchesca, que partindo do interior do Rio Grande do Sul, peregrinou por alguns países da América Latina na década de 1960 e, voltando ao Brasil, a partir da década de 1970 gravou LP's, que somaram onze ao longo de sua carreira.

Um traço marcante de suas composições e interpretações, era o fato de marcarem uma busca pela integração latino-americana, seja pelo conteúdo de suas composições, pelos ritmos oriundos de outros países, principalmente da região do Prata, assim como pelos arranjos instrumentais.

Ao notar que Noel forja seu estilo musical nos anos 60, a partir de suas viagens por diferentes países, cabe destacar também que

A década de 1960 seria responsável por uma maior integração e circulação entre cantatores, intérpretes e artistas das mais variadas correntes, imbuídos no “espírito de época”, o “espírito latino-americanista”, confluindo para o movimento difuso, plural e heterogêneo da Nova Canção Latino-Americana (Genaro, 2024).

Para além de suas canções, Noel Guarany expressou suas ideias políticas em diversos momentos e modos. Manteve relações com influentes nomes políticos da esquerda de seu estado, assim como, no centro do país, teve vínculos com um jornal alternativo, o “Versus”, idealizado pelo jornalista Marcus Faermann.

Outro ponto marcante, ainda nesse sentido, foi o relacionamento de Noel Guarany com o público universitário, em que através de uma gravação na íntegra de uma apresentação para esse público, no ano de 1980, o artista expressa algumas opiniões sobre o cenário político nacional.

Nesse sentido, este trabalho buscou analisar a trajetória e a obra de Noel Guarany, entre suas viagens pelos países do Cone Sul a partir da década de 1960 até o ano de 1980, em que se registra uma apresentação para o público universitário, tendo como contexto transversal os acontecimentos políticos na América Latina do período.

Noel Guarany e a região missioneira

Noel Fabrício Borges do Canto da Silva, nasceu em 1941 na localidade de Bossoroca, que na época era distrito do município de São Luiz Gonzaga, na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

A região, ao longo da história, desde os tempos coloniais, foi marcada por conflitos que, por vezes, opuseram a América hispânica da América portuguesa, em especial, por conta das missões jesuíticas com os índios Guarani, que tiveram seu apogeu no século XVIII, abrangendo uma área que hoje corresponde a partes do Paraguai, da Argentina e, no caso do Brasil, a região em questão, que passa a ser conhecida como região dos Sete Povos², ou região Missioneira.

A dita região Missioneira, “viveu, nas décadas de 1970 e 1980, um período de renegociação e recriação do passado colonial, atribuindo-lhe novo sentido para a manipulação dos imaginários sociais de sua comunidade” (Pommer, 2008, p. 20).

Ao analisar as mudanças nos discursos historiográficos e os usos do passado, Maria Helena Rolim Capelato assinala que

O historiador é um homem do seu tempo, as questões próprias de sua época provocam revisões constantes sobre o passado que acabam sugerindo novas questões e novas formas de investigação que resultam na reescrita da história. As revisões ocorrem a partir de mudanças de conjuntura histórica que, por sua vez, sugerem ou estimulam reformulações teóricas e metodológicas do conhecimento histórico (Capelato, 2016, p. 22).

Nesse sentido, a intelectualidade da região passou por um processo de visitação e uso do passado histórico missioneiro, com base no contexto político de seu presente, como por exemplo, a partir do “I Simpósio Nacional de

2 A região abrigou sete reduções jesuítico-guarani, sendo elas a de São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio.

Estudos Missioneiros” ocorrido no ano de 1975, que passou a ser promovido bianualmente em Santa Rosa-RS, tendo entre seus objetivos a “discussão da formação histórica missioneira, o destino dos povos indígenas, o intercâmbio cultural Brasil-Prata e a divulgação das pesquisas” (Torres, 1997, p. 137).

O viés teórico que embasou os incipientes estudos missioneiros do período, em alguma medida, seria o marxismo, em sua vertente estruturalista, sendo influenciados, grandemente pela “principal obra de divulgação” da temática no período, “o livro *República “Comunista” Cristã dos Guarani*, de Clóvis Lugon, reeditado e largamente divulgado na região a partir de 1973”. O trabalho de Lugon, “discute, dentre outras coisas, a organização fundiária das reduções baseada no trabalho coletivo e na inexistência da propriedade privada da terra” (Pommer, 2008, p. 100).

René Remond (2003, p. 444) nos traz que “não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político”. Além de que, “nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios”.

Nesse sentido, cabe destacar também que o cenário político em que esse processo ocorria era o do autoritarismo do regime militar, seguido pela paulatina reorganização da oposição, conforme o regime foi permitindo

A partir disso, “ainda que no segundo semestre de 1979, ocorreu o início da abertura política do país. Naquela época, alguns políticos até então no exílio, puderam voltar ao Brasil”, a exemplo, o retorno de Leonel Brizola³, que chega a cidade missioneira de São Borja em setembro de 1979. No mesmo ano, “foi, igualmente, o momento do fim do bipartidarismo e da criação de novas correntes partidárias. Em São Luiz Gonzaga, as forças políticas também passaram a se reestruturar” (Pommer, 2008, p. 151).

No mesmo contexto surgia, ainda, no campo das artes, uma corrente musical que também se apropriaria de elementos da história das missões, se autodenominando de ‘Música Missioneira’, e sendo uma das principais agentes responsáveis por forjar a figura do Missioneiro, ou gaúcho Missioneiro, o con-

3 Leonel de Moura Brizola (1922-2004) foi um político ligado ao campo político da esquerda, por meio da vertente do Trabalhismo. Foi governador dos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, além de candidato à presidência. Se exilou durante boa parte do período do regime militar.

cebendo como um epíteto ou fazendo-se conhecer como gentílico. Esse estilo encontrara eco na voz de seu principal idealizador e expoente, Noel Guarany.

Buscamos assinalar o contexto intelectual e político que a região missioneira passa a partir dos anos 1970, pois, em paralelo, estava ocorrendo a consolidação da carreira musical de nosso personagem, que se utiliza dos elementos ressaltados pela intelectualidade do período, incluindo as possíveis leituras da produção sobre o regionalismo.

Noel Fabrício Borges do Canto da Silva, adota como nome artístico “Noel Guarany”, em alusão aos índios guarani das missões jesuíticas e da região missioneira como um todo – dos quais era descendente por via materna.

Para além disso, a temática das missões, ou o “Missioneirismo”, seria sua principal bandeira, ao ponto de buscar fundar uma corrente musical intitulada de Música Missioneira, como veremos a seguir.

A música missioneira e a busca pela integração latino-americana

*Com a garganta bem afiada
E os acordes bem certos
E assim qualquer brasileiro
Ou se escuta algum paysano
Verá que é sul-americano
O canto de um missioneiro
(Guarany, 1973).*

Noel Guarany inicia suas viagens pelos países do Prata no ano de 1960, quando deserta do exército brasileiro e vai para a Argentina, sendo este o país que Noel mais buscou referências foi a Argentina, sendo que o próprio relata:

Eu comecei mesmo foi na Argentina, tive grandes mestres da história do cancionero guaraní-tico na América, tive grandes mestres do violão, não mestres, assim, de me ensinar, eu olhava com muita atenção e fazia, sempre tive muito esmero no instrumento (Cunha, 2021).

Se faz fundamental considerar o estilo musical que Noel buscava representar: a música regionalista gauchesca. No entanto, deve-se considerar, também, que o artista buscava uma renovação, uma nova proposta para o estilo, que já era um meio consolidado, por outros artistas, desde a década de 1940, no entanto, mais voltada para canções animadas, dançantes, e não reflexivas.

Ao ter contato com o cenário musical gauchesco argentino, Noel se depara com uma musicalidade resultante, dentre outros fatores, do incentivo à temáticas populares levadas à cabo pelo populismo peronista, consolidado na década de 1950, sendo que

Durante o peronismo, o folclore, como representação da nação, deixaria de ser monopolizado pelas oligarquias rurais como legitimador de seus direitos de soberania sobre o território nacional e sobre o Estado que regiam e passariam a simbolizar a inclusão social e política dos setores populares renegociada e institucionalizada pelo poder (Garcia, 2013, p. 26).

Para além disso, junto com os trabalhadores oriundos do campo, seus ritmos, danças e costumes chegavam à vida urbana, “Buenos Aires, cidade do tango, passaria a ouvir *milongas*, *zambas*, *chacareras*, entre outros ritmos do interior” (Garcia, 2013, p. 25-26). Nesse processo,

a figura do gaúcho e seu universo esteve entre as representações mais mobilizadas no período. Atrrelada às reconfigurações da identidade nacional, desde o início do século XX, era novamente apropriada como ideia-força, dialogando intensamente com a política de massas do peronismo com vistas ao alargamento de sua base de sustentação (Garcia, 2021, p. 87).

Ainda neste cenário, outro fator impactante é que no universo musical dos países do Prata, ocorria, na década de 1960, o movimento do *Nuevo Cancionero*, que, grosso modo, representava uma renovação das canções de temáticas folclóricas, mantendo os ritmos e demais aspectos, mas, trazendo à tona engajamento político e questões sociais.

Ainda que suas principais influências tenham vindo da Argentina, Noel teria passado ainda por outros países, principalmente Uruguai e Paraguai, mas visitado também a Bolívia, absorvendo elementos musicais de todas estas regiões.

Discorrendo sobre regionalismo, através da ótica do “Poder Simbólico”, Pierre Bourdieu nos traz que

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto económicas como simbólicas; ou, se se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objetivas ou intencionais) da identidade social (Bourdieu, 1989, p. 124).

Com base nisso, entendemos que dentre as diversas lutas e disputas de poder ocorridas no conturbado período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980, Noel buscou expressar uma nova manifestação simbólica, através da busca em “criar” sua música missioneira, sobre a suas características, discorreremos a seguir.

Após vencer o *VII Festival Del Folklore Correntino*, ao lado de seu amigo e companheiro musical Cenair Maicá, na cidade de Santo Tomé, na Argentina em 1970, Noel consegue gravar um compacto simples, e no ano seguinte, seu primeiro disco de longa duração “Legendas Misioneras” (1971).

No entanto, é em seu terceiro LP que se vê uma maior consolidação e expressão da busca pela integração latino-americana. Já com um certo espaço alcançado no mercado fonográfico da música regionalista, é lançado em 1976 o LP “*Payador, Pampa, Guitarra*”, em que é expressa, em maior medida, a questão da integração.

Dentre os fatores que podemos assinalar, está o fato de que Noel Guarany gravou o “lado A” do disco na capital Argentina, Buenos Aires. Dentre as moti-

vações, estaria a familiaridade dos músicos locais com os ritmos que Noel buscava exprimir – pois havia um certo desconhecimento no Brasil. Em suas palavras, teria relatado que “os violonistas de lá se entendem melhor comigo que os do Rio e de São Paulo, que só entendem de samba” (Sampaio, 2022, p. 128).

Mais do que músicos locais, Noel buscou também expressar os ritmos e até mesmo o idioma da região Platina, a exemplo da canção que abre o disco, “Milonga de Três Bandeiras”

Com o sugestivo nome, a milonga das três bandeiras, simbolizando o Brasil, a Argentina e o Uruguai, traz junto com o ritmo marcado da milonga pampeana, alusões à figura não só do *gaúcho*, transmitindo o ideário de ser comum entre as três nações, mas também menções patrióticas, aludindo à “heróis” dos três países.

Vieja milonga pampeana
 Hija de llanos y vientos
 Chiruzza de cuatro alientos
 De la tierra americana
 Vieja milonga paisana
 De los montes y praderas
 Tus mensajes galponeras
 Trenzaron en oración
 Al pie del mismo fogón
 Los gauchos de tres banderas
 Brasileño y oriental
 Rio-grandense y argentino
 Piedras del mismo camino
 Aguas del mismo caudal
 Hicieron, de tu señal
 Himnos de patria y clarín
 Hasta el mas hondo confín
 Bajo el cielo americano
 De Osório, Artigas, Belgrano
 Madariaga y San Martín
 (Guarany, 1976).

Como percebe-se através do excerto, a letra da canção abre o disco falando sobre o ideário de um certo americanismo, em que coloca gerais de dife-

rentes localidades do pampa⁴ – a até mesmo períodos – com dois denominadores comuns: terem vivido em meio, ou serem *gaúchos* e serem lideranças político/militares de conflitos no contexto da formação das nações Platinas.

Como o conteúdo das canções versam sobre “heróis nacionais” e sobre “pátria”, para este trabalho, Noel não encontrou dificuldades com a censura federal – o que ocorreu em outros momentos de sua carreira.

O que se observa através da análise da canção, é um uso do passado que visa integrar os países correspondentes às “três bandeiras” através da representação idealizada de um imaginário de uma pampa unida através dos *gaúchos* com ideais de um americanismo libertário.

Em outra canção, homônima ao LP, “Payador, Pampa, Guitarra”, segue a tendência observada em todo o LP, desde sua canção de abertura, novamente aparece a questão da integração entre os países platinos, desta vez, tendo como elo comum a pampa, fazendo uma representação do imaginário de uma região unida sob a bandeira de três pátrias.

Pampa – matambre esverdeado
 dos costilhares do prata
 que se agranda e se dilata
 de horizontes estanqueados
 couro recém pelechado
 que tem pátria nas raízes
 aos teus bárbaros matizes
 os tauras e campeadores
 misturam sangue as cores
 pra desenhar três países
 (Guarany; Braun, 1976).

Na estrofe seguinte, versando sobre a guitarra, os versos fazem dela um elo comum, mencionando suas raízes ibéricas. Ao contrário da tendência de marcar alteridade com o Prata, muito comuns na música regionalista gauchesca tradicional, gravadas até então, a música de Noel busca trazer elementos

4 Manuel Osório (1808-1879) foi um general do sul do Brasil, tendo lutado nos principais conflitos da região. José Artigas (1764-1850), Herói nacional do Uruguai, por suas tentativas de independência. Manuel Belgrano (1770-1820), Juan Madariaga (1809-1879) e José Francisco de San Martín y Matorras (1778-1850), militares conhecidos por seu papel na formação argentina, sendo, o último, conhecido como um dos “Libertadores da América”.

comuns, fazendo um processo inverso, de buscar enaltecer “um só pampa”, independente dos diferentes agentes colonizadores.

Guitarra – china delgada
que um dia chegou da Ibéria
Para tornar-se gaudéria
da pampa venta rasgada
(Guarany, 1976).

Como se observa, as músicas gravas por Noel, representadas neste trabalho por essas canções que integram o terceiro LP do artista, trazem vários elementos que assinalam uma tendência de busca pela integração latino-americana, seja pelo conteúdo de suas letras, pelos ritmos oriundos dos países vizinhos, ou, até mesmo, por gravar canções no idioma espanhol – tendência que ocorre a partir de seu terceiro LP, se mantendo nos demais.

Noel Guarany e o mundo político

Apesar de não ser de conhecimento que Noel Guarany tinha tido alguma filiação partidária durante a vida, sua trajetória, sua música, assim como seus posicionamentos em declarações públicas, sempre foram marcados por aspectos políticos. Levando sempre consigo a máxima “*si hay gobierno, soy contra*”, manifestou seus descontentamentos não só com a política nacional, sobretudo ao governo militar, além de demonstrar seu apoio a organizações socialistas e movimentos operários.

Tendo como ponto de partida a causa missioneira, que foi a principal bandeira durante sua trajetória de vida, ressaltamos que o período que Noel Guarany mergulhou em suas pesquisas sobre a história das missões, a partir da década de 1960, foi a época de uma historiografia marcada pelo marxismo estruturalista, sobretudo pela interpretação do uso coletivo da terra.

No Rio Grande do Sul, Noel Guarany deu apoio e manteve relações estreitas com duas influentes figuras do cenário político estadual e nacional. Seu conterrâneo e amigo Olívio Dutra, relata que, em 1988, candidato à prefeitura da capital pelo Partido dos Trabalhadores (PT), “Noel acabou par-

tipicando de espetáculos musicais”, e que “se apresentou em Porto Alegre durante a campanha” (Cunha, 2021).

Para além deste, outra figura que Noel Guarany manteve vínculos foi Alceu Collares – como Leonel Brizola, referências históricas do trabalhismo gaúcho. Alceu Collares, da mesma forma que Olivio Dutra, foi também prefeito da capital, deputado e governador pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), e se refere a Noel como “um dos grandes artistas, revolucionário, só, pode ser que não esteja expressamente nas letras das músicas, mas estava na forma como ele se apresentava” que tinha um “extraordinário vigor psíquico e espiritual de um revolucionário”. Collares relata também que recebeu Noel Guarany no Palácio Piratini, à época que era Governador do Estado (Cunha, 2021).

Sobre suas relações com algumas figuras políticas também é relatado que foi da posse de Noel Guarany “um violão Gianinni com um guizo de cascavel no bojo pelo lado de dentro (que tinha pertencido ao ex-presidente Jango Goulart e havia ganhado de seu filho João Vicente Goulart)” (Sampaio, 2022, p. 144). Lembramos que o presidente, deposto pelo golpe militar de 1964, era natural da cidade missioneira de São Borja-RS.

No cenário nacional, sobre seu relacionamento com os artistas do “centro” do país, Noel conseguiu contatos e relações com alguns nomes da MPB e, inclusive tendo se apresentado em São Paulo.

Um dos veículos responsáveis por essa conquista de espaço de Noel Guarany à esse meio foi o Jornal “*Versus*”. Idealizado pelo jornalista gaúcho Marcos Faerman, sediado na cidade de São Paulo, “os temas sobre os quais *Versus* dedicou publicação são de política, literatura, música, teatro, filosofia, antropologia” sendo que “do ponto de vista político, *Versus* foi “filiado” à tradição de esquerda”. Nesse sentido, o jornal trazia publicações sobre

o clima de perseguição e morte do período de ditaduras, não só no Brasil, mas em vários países da América Latina. No Brasil da década de 1970, o regime militar começa a dar sinais de crise o que é acompanhado por uma intensificação de manifestações contrárias ao regime, em um movimento que repercute na redação do jornal *Versus* com uma consequente politização da mesma (Rodrigues, 2021, p. 2).

O próprio Noel Guarany relata sobre um espetáculo que participaria, organizado por Marcus Faerman, a ser realizado no Palácio das Convenções do Parque Anhembi em 1977, “quando os amigos da convergência socialista queriam salvar do caos o jornal *Versus*”; com isso, os “inimigos número um do militarismo existente na época, abraçaram a causa e todos se dispuseram a fazer um Show para o referido jornal” (Sosa, 2019, p. 38).

Noel Guarany nomeia as demais atrações como “aqueles que lutaram pelas liberdades democráticas em nosso país, mesmo arriscando sua própria liberdade, são eles: Tarancon, Quarteto em Cy, Dércio Marques, MPB 4, Renato Borgui, Ester Góis, Marília Medalha, Edu Lobo, Alaíde Costa, Chico Buarque, Bibi Ferreira, Guarnieri”. Como é de se supor, o show acabou não acontecendo por determinação da censura federal (Sosa, 2019, p. 38).

Nesse período, Guarany já havia se apresentado para estudantes na Fundação Getúlio Vargas, e voltaria ao Anhembi no ano seguinte, fazendo sua apresentação, desta vez, não mais em meio aos artistas listados na programação do ano anterior.

O público jovem, principalmente os universitários, era a predileção de Noel, que por diversas vezes, se apresentou e se dispôs gratuitamente para a arrecadação de fundos. Essas espetáculos, não só em São Paulo, mas principalmente em seu estado, para os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ou da Universidade Federal de Santa Maria reuniam centenas de estudantes em auditórios lotados.

[...] em muitos shows no circuito universitário levava o público ao delírio cantando com ironia o refrão da música, aproveitando para rebenquear o regime militar e burlar arditosamente a censura: “*Payador com su guitarra/ Sumiram da Pulperia / porque se fueron los gauchos / y quedó la policia*”, que ele cantava: “*O Brizola opinando / não se vê mais hoje em dia / Porque se fueron los gauchos / y quedó la policia*” (Sampaio, 2022, p. 140).

Felizmente, um registro fonográfico de um destes shows foi descoberto, na íntegra, pelo historiador Tau Golin, que foi reproduzido em formato de

CD no ano de 2003. Neste material, é possível ouvir como entre uma música e outra, Noel manifestava suas opiniões sobre o contexto político.

Sobre esse aspecto, cabe dizer que o ano de realização do show data de 1980, e se deu no período em que já haviam iniciado as greves operárias na grande São Paulo, marcando um certo desgaste do governo militar.

O assunto se fez presente entre as pautas de Noel no espetáculo, que parafraseando Atahualpa Yupanqui, declarou “diz o velho mestre Yupanqui, *‘la arena es un puñadito, pero hay montones de arena’*. Isso não é subversão, isso aí é simplesmente o bom senso que está mandando a gente se dispor a ajudar a aqueles que reivindicam o que lhes é de direito”. Além disso, se solidarizou aos grevistas expressando

já que esta casa se encontra lotada, fica aqui minha proposta, se eu não puder ir lá pessoalmente, se vocês quiserem fazer um movimento para arrecadar fundos, para os grevistas de São Paulo, este bugre missioneiro está aqui a hora que vocês quiserem (Guarany, 2003).

Portanto, como podemos perceber, Noel Guarany manteve relações com personagens políticos, jornal de oposição ao regime, movimentos estudantis e operários, assim como declarou publicamente suas posições, em geral, de oposição ao governo – apesar de nunca ter tido filiação partidária.

Considerações Finais

Como vimos no decorrer do trabalho, a trajetória de um músico do interior do Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1960 e 1980 nos permite analisar alguns aspectos ligados, ao mesmo tempo, ao campo das artes e da política, deste conturbado período para a América Latina.

Em um contexto de música regionalista gauchesca, alcunhada como *‘tradicionalista’*, em geral trazendo temáticas jocosas, com ritmos alegres e dançantes, Noel Guarany se propõe a “criar” um estilo, representando uma região do estado, com o que chamou de “Música Missioneira”, trazendo temáticas mais reflexivas, com aspectos que apontam para a busca de uma integração latino-americana.

Fazendo um uso do passado histórico da região, a fórmula que Noel encontrou para o movimento/estilo que estava proposto a apresentar, foi importar ritmos, letras, temáticas e características da música gauchesca encontrada nos países vizinhos – considerando que a região missioneira faz divisa com a Argentina.

Suas canções que traziam apelos pela integração latino-americana, de diferentes formas, não deixaram de ser uma inovação para a música regionalista de seu período, para além de trazer à tona questões sociais e políticas.

Ainda que as letras de suas canções, em geral, não trouxessem conteúdo explicitamente político, em suas apresentações não deixava de expressar e opinar, assim como suas relações como movimentos operários e estudantis, com o Jornal *Versus*, e com figuras políticas influentes no campo da esquerda em sua época – para além de suas referências artísticas na região platina – nos assinalam um certo engajamento político.

A partir disso, entendemos que podemos pensar a música missioneira de Noel Guarany como uma forma de “arte engajada”, que é diferente da arte militante, “preserva seu compromisso com o social, sem sacrificar sua liberdade criativa, sem submeter-se ao aprisionamento ideológico” (Garcia, 2006, p. 178).

Sendo assim, consideramos que Noel Guarany incorpora à sua “Música Missionera”, os elementos oriundos do prata, em uma espécie de tradução/importação da música gauchesca do mundo Platino, para a música regionalista gaúcha luso-brasileira, aproximando artisticamente duas regiões tão próximas, mas que marcaram uma alteridade ao longo do tempo.

Por fim, ainda que não seja reconhecido como um músico ligado ao movimento do “*Nuevo Cancioneiro*” latino-americano – de certo modo por conta de sua expressividade de caráter regional – consideramos que Noel Guarany se aproximou do movimento, no sentido de incorporar as temáticas e o estilo musical, trazendo para sua região.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CAPELATO, Maria Helena. **História do Brasil e revisões historiográficas**. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 21-37, jul. 2016.

CUNHA, David dos Santos. **Minhas andanças – Noel Guarany**. YouTube, 23 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qiosvtRhbDs>. Acesso em: 07 nov. 2023.

GARCIA, Tânia da Costa. **Do folclore à militância: a canção latino-americana no século XX**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

GARCIA, Tânia da Costa. **Tarancón: invenção sonora de um Brasil latino-americano**. ArtCultura, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 175-188, jul.-dez. 2006.

GARCIA, Tânia da Costa. TOMÁS, Lia (Orgs.). **Música e Política: um olhar transdisciplinar**. São Paulo: Alameda, 2013.

GENARO, Luís Felipe Machado. Os Sons da Revolução: a canção popular engajada na América Latina. **História da Ditadura**, 30 jan. 2024. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/os-sons-da-revolucao-a-cancao-popular-engajada-na-america-latina>. Acesso em 25 de março de 2024.

LUGON, Clovis. A república “comunista” cristã dos guaranis: 1610-1768. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

NOEL GUARANY. **Destino Missioneiro**. Porto Alegre: Mega Tchê, 2003. CD.

NOEL GUARANY. **Destino Missioneiro**. São Paulo: Sinter, 1973. LP.

NOEL GUARANY. **Legendas Missioneiras**. São Paulo: RGE Premier, 1971. LP.

NOEL GUARANY. **Payador, Pampa e Guitarra**. São Paulo: MusiColor, 1976. LP.

POMMER, Roselene Gomes. **Missioneirismo – a produção de uma identidade regional**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

REMOND, René. **Por uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Roberto da Silva. **A luta pela Democracia: uma análise a partir do Jornal Versus**. In: Seminário Internacional História do Tempo Presente, 9, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/1019/595>. Acesso em: 27 out. 2023.

SAMPAIO, João. **A música missioneira gaúcha**: a gênese, o criador e a criatura. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editora, 2022.

SOSA, Chico. **Noel Guarany**: Destino Missioneiro. 2. ed. Santa Maria: Ed. Palotti, 2019.

TORRES, Luiz Henrique. **Historiografia sul-riograndense**: o lugar das Missões Jesuítico-guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul (1819-1975). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

Entre a literatura e a história: a prática e a narrativa de historiadores e memorialistas

João Henrique Lúcio de Souza¹

Resumo

Esse ensaio tem por objetivo comparar a prática e a narrativa do historiador com a do memorialista, considerando o estilo narrativo, a prática metodológica e a operação escrituraria/literária (Certeau, 2010). Para chegar ao ponto de dizer se memorialistas fazem ou não história, partimos das questões: qual as diferenças e aproximações entre a narrativa um historiador e um memorialista? Quais as diferenças e semelhanças entre a prática do historiador e a prática do memorialista? Existe algum ponto de intersecção entre historiadores e memorialistas? A partir de uma análise teórica, tentaremos traçar alguns pontos de distanciamentos, algumas aproximações e pontos de intersecção entre a prática e a narrativa do historiador e dos memorialistas.

Introdução

Começamos esse ensaio com a afirmação de Paul Ricoeur de que “História é uma escrita, de uma ponta a outra” (Ricoeur, 2007, p. 247), dessa forma é preciso saber o lugar da narrativa na construção do conhecimento histórico e na produção da literária. A narrativa representa duas faces: A narratividade que não constitui uma solução alternativa à explicação/compreensão; A composição da intriga que constitui um autêntico componente da operação historiográfica. A narrativa como veículo do acontecimento que “antes de ser um objeto do conhecimento histórico, o acontecimento é objeto da narrativa” (Ricoeur, 2007, p. 251), a história-narrativa é tida como história acontecimental, mas, o estatuto narrativo da história não pode ser debatido de forma separado, isolada da literatura ou da narrativa memorialista.

¹ Professor da Rede Estadual de Pernambuco, Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PGH/UFRPE), bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

O historiador é um narrador que traz sua experiência para falar sobre o que viu, ouviu, viveu ou pesquisou. Ele apresenta/representa/interpreta acontecimentos para seu leitor, selecionando, recortando separando ou juntando episódios que serão destrinchados e colocados como verídicos (Pesavento, 2000). Assim como a literatura e os relatos memorialísticos, a história depende de um narrador, que como um artesão, literato ou memorialista, imprime no barro, na madeira, no mármore, na narrativa o seu timbre e a sua marca (Benjamim, 1994).

Para Candau (2011) a transmissão de saberes, crenças e comportamentos são essenciais para formação de uma identidade coletiva. Ele afirma que a transmissão do conhecimento é o princípio de qualquer estudo da memória, exemplificando suas ideias com vários instrumentos de transmissão de memória (fotografias, filmes, museus, etc.). Segundo Candau (2011) a história pode ser parcial e responder aos objetivos identitários. Mas, por vezes ela se utiliza de alguns traços da memória nos seus métodos, e, mesmo que trabalhe para se proteger dela, a história é filha da memória e ambas ganham um rosto na maneira em que é narrada.

Novamente Ricoeur (2007) ao definir a História, como uma escrita, de uma ponta a outra, a sua representação escriturária (Certeau, 2010) ou representação literária confere ao historiador níveis didáticos de sucessão cronológica e imaginação para elaborar sua escrita sem perder o rigor epistemológico. A representação é o nível de interpretação na operação historiográfica. A representação é o elo entre a história, a memória e a literatura. Fica claro que Ricoeur (2007) espera da história uma objetividade específica, uma objetividade histórica, que segundo ele é própria à história, mas que só pode ser atingida através da narrativa. O historiador, escritor ou memorialista constrói a subjetividade não só dele e do leitor, mas da humanidade. O conhecimento histórico ou a produção literária é uma reflexão, uma meditação sobre o viver humano no tempo (ou fora dele). Nesse intuito, conhecimento histórico e produção literária têm a estrutura do diálogo: presente e passado se encontram nele, compartilhando experiências e trocando ideias sobre o vivido.

Nesse universo destacamos os escritores memorialistas que são autores regionais que não só estão no seu lugar, no seu espaço, como voltados para o seu lugar e seu espaço. Em muitos casos são fontes primárias da história e do

espaço onde habitam. Memorialistas, escritores que narram suas memórias, são munidos de diversos instrumentos e fontes, trazem aquilo que Pesavento (2000) chama de liberdade imaginária em sua narrativa, além de dominar como ninguém o sistema simbólico do lugar que se inserem. Na narrativa memorialística, recorrentemente, não existe preocupação cronológica ou com divisão temática, tratam de vários usos e costumes, saberes e práticas do espaço delimitado, com uma forma variada e rica de abordagem.

Esse ensaio tem por objetivo comparar a escrita do historiador com a escrita do memorialista, considerando o estilo narrativo e a prática metodológica. Para chegar ao ponto de dizer se memorialistas fazem história ou se historiadores produzem literatura, partimos da pergunta, quais as diferenças e aproximações entre um historiador e um memorialista? Quais as diferenças e semelhanças entre a prática do historiador e a prática do memorialista? Existe algum ponto de intersecção entre historiadores e literatura? A partir de uma análise teórica, tentaremos traçar alguns distanciamentos, algumas aproximações e pontos de intersecção entre a prática do historiador e dos memorialistas.

Para isso, analisamos a prática do historiador que se confecciona entre a empiria e a teoria, método e investigação, desembocando na historiografia para tentar, minimamente, caracterizar a narrativa histórica diante da cientificação do método histórico, unindo a firmeza da teoria, da empiria e da interpretação histórica com a liberdade imaginária da narrativa.

Em seguida, trataremos da prática e da narrativa do memorialista, partindo da regionalização de suas memórias através de uma narrativa baseada na experiência, afetividade, interpretação simbólica do meio e sem nenhum contato com o processo metodológico da prática do historiador ou do que Certeau chama de operação historiográfica (2010).

Por fim, comentaremos sobre a linha tênue, quase invisível, que se coloca entre memorialistas e historiadores, que, apesar da ausência metodológica ou teórica em algumas das obras memorialística, esses escritores tem um entendimento da história como processo dinâmico e continuado, carregam uma certa “experiência autodidata” da operação historiográfica e se tornam importantes documentos e fontes de informação sobre o espaço em que se propõe escrever.

Entre a narrativa e a prática do historiador

A prática do historiador não pode deixar de passar pela coleta empírica de dados e informações, e, principalmente pela reflexão e interpretação dos mesmos. É dever daqueles que fazem história, do ponto de vista acadêmica, prezar pelo rigor metodológico aliado a alguma das várias vertentes da investigação histórica cujo “objetivo é pensar e problematizar um objeto bem marcado, criar hipóteses, testá-las e deixá-la comunicável, sem deixar de ser problematizante, descrente e histórica” (Reis, 2006, p. 96). É exatamente nesse ponto, deixá-la comunicável, que se dá a intersecção entre a história a literatura, entre a escrita do historiador e a do memorialista. O uso da imaginação, da ficcionalização na operação historiográfica é limitado (não nula) pelos procedimentos metodológicos e uso das fontes, sendo “controlada pelo arquivo, pelo documento, pelo caco e pelos traços do passado que chegam até o presente” (Pesavento, 2000, p. 39).

Nessa perspectiva a teoria aparece como união, a ponte entre esses dois polos (imaginação e método), captando entre, a ampla e variada gama de interpretações, aquela que melhor se encaixa entre esses polos. Importante também é que o bom “encaixe” entre imaginação, método e teoria, proporcione a melhor forma de redigir, narrar e explicar para a comunidade as conclusões em que se chegou. Dessa forma o “fazer histórico”, a prática do historiador se equilibra em uma corda bamba entre a empiria, a literatura e a teoria,

afinal, o que é história e o que faz o historiador? Uma resposta só é possível mediante a análise da prática concreta dos especialistas. Observando a operação histórica pode-se dizer a história é o conhecimento “cientificamente conduzido” do passado humano (Reis, 2006, p. 101).

O trabalho do historiador não se concretiza baseado exclusivamente na empiria, ou na liberdade da imaginação ou somente na teoria, são partes de um todo, que se complementam e se equilibram, seja na investigação ou na narração dos resultados. Existe um lugar comum que aproxima a história e a literatura enquanto narrativas, a memória, que é o elo entre a representação e os fatos pretéritos que só são representados através de narrativas, no presente.

Ainda nos deparamos com “poucos historiadores utilizam teoria no sentido estrito do termo, mas um número bem maior emprega modelos, enquanto os conceitos são praticamente indispensáveis” (Burker, 2002, p. 11). Nesse cenário, muitos historiadores durante a sua prática investigativa e interpretativa (às vezes inconscientemente) se equilibram entre a teoria e a empiria, o que pode acender um sinal de alerta, pois a consciência sobre a prática, a investigação é fundamental. “Alguns estudiosos produzem estudos de caso em que a teoria desempenha um papel menor. Por outro lado, alguns historiadores, em especial marxistas, discutem questões teóricas com entusiasmo, mesmo quando reclamam” (Burker, 2002, p. 12), nesse sentido, ter um método fundamentado em uma teoria não é uma escolha ou uma opção do historiador.

Entre a teoria e a empiria está a narrativa, “o lugar da narrativa na arquitetura do saber histórico” (Ricoeur, 2007, p. 251), ou seja, os marcos da junção entre empiria e teoria que são transformados em escolas, em tradições narrativas, em modelos de escrita da história, que condensam o conhecimento e a produção histórica em determinadas épocas e lugares. A escrita da história como resultado da reflexão sobre os dados e informações sobre um fato passado passa também pelas tradições historiográficas vigentes na época da investigação, como também pelos métodos e ferramentas que se tem alcance. Com cada novo futuro, surgem novos passados. “Não se pode nem prever o que um dia ainda será História. O passado talvez continue fundamentalmente não descoberto! Ainda necessitamos de tantas forças retroativas!” (Nietzsche *apud* Koselleck, 2013, p. 202). Dessa forma, as reflexões e conclusões sobre determinado fato passado podem passar por mudanças de acordo com o tempo em que foram construídas, assim “o conhecimento histórico seria resultado do diálogo entre historiador em sua vivência (presente) e os outros homens em seu vivido (passado)” (Reis, 2006, p. 119) e o “fazer histórico”, suas interpretações e conclusões está condicionada é a realidade histórica e social em que é feita.

O passado não é produzido pelo historiador, ele não pode gerar fatos, mas, pode conceder sentido aos fatos de um passado investigado, fazendo com que a limitada liberdade de imaginação na narrativa histórica se faça presente pelos fatos selecionados e pela forma que serão narrados. Segundo Pesavento (2000)

O historiador é obrigado a realizar sempre uma ficção perspectivista da história, dado que é impossível a existência de uma história que recolha simplesmente o passado nos arquivos... Não se chega, pura e simplesmente, a fatos aprioristicamente estabelecidos por fontes. A história é, neste sentido, sempre construção de uma experiência, que tanto reconstrói uma temporalidade quanto a transpõe em narrativa (Pesavento, 2000, p. 38-39).

As reflexões sobre o “fazer histórico”, a prática do historiador e a produção literária ganhou força e importância com a criação, no final da década de 1920 da revista *Annales* e, conseqüentemente, da sua tradição historiográfica que ficou conhecida como *Escola dos Annales*. A partir daí, o alargamento de possibilidades do “fazer histórico”, da prática historiadora principalmente no trato com as fontes, se diferenciou da história oficial, academicista e problematizou o uso e reflexão sobre as fontes através de uma história problema (Bloch, 2001), permitindo novas possibilidades de reflexão e interpretação a partir da experiência humana e social do historiador. As fontes documentais deixam de ser vistas como testemunho ocular de um fato passado e ganha uma nova configuração na edificação do conhecimento histórico, a partir do ponto de vista do historiador, nas suas escolhas metodológicas e teóricas e na seleção daquilo que vai ser narrado e da sua representação escriturária ou literária (Certeau, 2010).

Certeau (2010) enfatiza que apesar dos historiadores pregarem um discurso sobre a neutralidade da narrativa histórica, essa neutralidade tão celebrada por alguns historiadores não é possível pelo fato dessa narrativa já nascer marcada pelas escolhas e experiências do historiador (liberdade imaginária), e que vão sempre está presente explicitamente na sua produção. O historiador está inserido em algum lugar (ou em alguns lugares), e ao um determinado tempo, por isso, sua reflexão passa por esses lugares, pela experiência humana, pois “a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)” (Certeau, 2010, p. 78) é uma dinâmica de tomada de consciência de si como sujeito histórico. Certeau (2010) traz a ideia da História como uma operação, que para entendê-la é preciso criar as pontes entre lugar, procedimentos e narrativa.

A prática do historiador passa necessariamente pela tradição historiográfica, pela subjetividade do historiador, experiências e escolhas, pelo rigor teórico-metodológico o que o Certeau (2010) chama de operação historiográfica, na qual o historiador se torna responsável de um certo grau de objetividade na edificação do conhecimento histórico. O fazer histórico, a prática do historiador, do ponto de vista da operação historiográfica não é imutável, depende do presente em que se faz a pesquisa sobre um fato passado, onde a reflexão histórica se transforma de acordo com a experiência do historiador.

O importante nesse processo de caracterização, da prática do historiador e da narrativa histórica foi a procura da cientificação do método histórico, unindo a firmeza da teoria e da empiria com a subjetividade da interpretação histórica, levando a busca pela formatação de uma minimamente acreditável, dentro dos limites possíveis, pois mesmo com o advento da *Escola dos Annales* e outras escolas historiográficas ao longo do século XX o rigor metodológico não foi esquecido.

Entre a narrativa e a prática do memorialista

Todas essas caracterizações acima nos levam a refletir sobre o porquê a história, uma narrativa cheia de interpretações e subjetividades, não é um texto literário. “O par narrativo de ficção/narrativa histórica são diferentes e oferecem expectativas diferentes por parte do leitor e promessas diferentes por parte do autor” (Ricocuer, 2007, p. 276), os distanciamentos e as aproximações entre a narrativa histórica e narrativa literária é crucial para nosso objetivo de analogias entre historiadores e memorialistas, sobretudo a partir do momento em que Certeau (2010) nos revela que historiadores e sua narrativa não estão livres da subjetividade.

Geralmente os memorialistas são autores regionais que não só estão no seu lugar, no seu espaço, como voltados para o seu lugar e seu espaço. Em muitos casos são fontes primárias da história e do espaço em que habitam. Na contemporaneidade “as noções de espaço e de tempo alteraram-se profundamente (ficaram bem documentada no experimentalismo artístico das vanguardas modernistas, desde o cubismo e o futurismo, nos princípios desse atribulado século)” (Matos, 2015, p. 415), mas, antes da “globalização tecnológica”, so-

bretudo no interior do Brasil, as informações circulavam com muitas limitações. Todavia, e talvez exatamente por isso, eram retidas de forma duradoura, guardadas na memória popular.

Aqueles memorialistas, que narram suas memórias, munidos de diversos instrumentos e fontes em sua narrativa² não tem a preocupação do rigor do método, da teoria histórica, em contrapartida, dominam como ninguém o sistema simbólico³ do lugar que narram e são reconhecidos por essa facilidade de decifrar o simbólico do seu lugar, pois

os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social. Enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração (lógica) e a condição de integração (moral) (Bourdieu, 1989, p. 10).

Esses escritores da memória, que através da experiência decifram o sistema simbólico do seu lugar, realizaram importantes pesquisas, inclinando-se às vezes por décadas em documentos, coleções e arquivos, muitas vezes sem mencionar os devidos créditos, e, com frequência, construindo uma narrativa híbrida entre sua escrita e o texto dos documentos. Os memorialistas partem da mesma linha que os historiadores, muitas vezes têm as mesmas finalidades, mas, por meio da liberdade imaginativa (de uso limitado aos historiadores) transitam por estradas e atalhos não permitidos para historiadores.

Nesta mesma linha de pensamento, Candau (2011), que trabalha com o conceito de memória, classifica a mesma em três tipos, 'Memória de baixo nível ou protomemória', 'Memória propriamente dita ou de alto nível' e a

2 Frequentemente suas narrativas resultam em textos biográficos ou autobiográfico, nos quais o memorialista utiliza, a sua experiência e a oralidade, do lugar, espaço ou cidade na qual escreve, para construir a narrativa.

3 Para Bourdieu, o sistema simbólico está dentro de um campo onde se ver poder em toda parte (em um círculo onde o centro está em todo lugar) é necessário saber onde ele se deixa ver menos, é mais ignorado e reconhecido.

‘Metamemória’⁴. Seguindo essa classificação os memorialistas utilizam predominantemente, mas não exclusivamente, a “Memória propriamente dita ou de alto nível” que é a modalidade de memória na qual se enquadra, individualmente, as experiências e saberes duradouros, compartilhados entre os indivíduos de uma sociedade.

A partir dessa ‘memória de alto nível’ (Candau, 2011), as narrativas memorialistas se fazem numerosas e variadas. Muitas vezes vamos encontrar pessoas de grande conhecimento sobre o passado e a realidade presente; são letradas, intelectuais às vezes alfabetizados por Mestres esporádicos excelentes contadores de histórias que acabam fazendo história. Os escritores que narram suas memórias escrevem cada um dá sua forma, com suas próprias características, sem perder de vista o sistema simbólico, que como instrumento de conhecimento e de comunicação, só pode exercer um poder estruturante porque são estruturados (Bourdieu, 2010). Para além dessa experiência simbólica, um ponto essencial no distanciamento entre a narrativa historiográfica e a narrativa memorialística, o rigor metodológico exigido na narrativa historiográfica e não levado em consideração na narrativa memorialística.

Aqueles que fazem a narrativa memorialística têm “a memória como certificação da realidade das nossas lembranças” (Ricoeur, 2007, p. 289) e narram com ferramentas e para leitores diferentes, conforme suas temporalidades e experiências de vida. Em boa parte dos memorialistas, examinados com cuidadosamente, será verificado aspectos textuais além da ausência de marcos balizadores da teoria e da empiria.

Na narrativa memorialística, recorrentemente, não existe preocupação cronológica e divisão temática: as vezes biografias misturam-se com a descrição de suas experiências, das manifestações culturais, perseguições políticas, dentre outros. Ademais, as biografias não se limitam ao personagem em um tempo e espaço. As memórias tratam de vários usos e costumes, saberes e práticas do espaço delimitado, com uma forma variada e rica de abordagem,

⁴ Segundo Candau (2011), a memória pode ser classificada em *Memória de baixo nível ou protomemória*: é a modalidade de memória na qual se enquadra, individualmente, as experiências e saberes duradouros, compartilhados entre os indivíduos de uma sociedade; *Memória propriamente dita ou de alto nível*: refere-se à memória de recordação, a qual evoca deliberadamente ou invoca involuntariamente lembranças autobiográficas ou que fazem parte de uma memória específica (saberes, sentimentos, crenças etc.); *Metamemória*: trata-se da memória relativa à representação que cada pessoa faz de sua própria memória e, o que o indivíduo diz da sua própria memória (apego do indivíduo ao seu passado).

mas sem preocupação com a linguagem, a dimensão temporal ou aspectos teóricos e metodológicos.

Alguns memorialistas do interior registraram por escrito fatos, datas e personagens, produzindo notáveis fontes históricas, com destaque para livros de assentamento e as cartas familiares. Quando saíram de seu lugar para estudar fora, alguns jovens ao passar pelo processo de ensino-aprendizagem formal, perdiam, muitas vezes, total ou parcialmente suas raízes que eram superadas pelo bacharelismo e cientificismo dominante nos grandes centros. Pensando nisso “quando Halbwachs vincula “o pensamento social” a uma memória, ele quer dizer com isso que ela resulta, em essência, da transmissão de um capital de lembranças e esquecimentos” (Candau, 2011, p. 105), ajudando a compreender a interação entre as origens interiorana e a linguagem culta, que, tem sido privilégio de uns poucos escritores como, entre outros, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz Graciliano Ramos e Ulysses Lins de Albuquerque.

Não é raro se deparar, principalmente nas cidades do interior, com livros, obras memorialísticas que pretendem contar a história da cidade, fatos que o escritor considera importante, com a intensão de reconstrução e resgate, mesmo que de forma bucólica, a história da cidade, de um lugar ou mesmo de uma região. Essas obras tem como características o recorte geográfico, um marco espacial a fim de fazer uma junção dos acontecimentos que vão montar a história da cidade, do lugar ou da região. Pelo domínio do sistema simbólico (Bourdieu, 2010) por parte do escritor da localidade e pela ausência de trabalhos acadêmicos ou profissionais da história nesses espaços, as obras memorialistas, muitas vezes, são a única fonte de informação, de fácil acesso, sobre esses lugares, adotadas como livros que contam a história do lugar e seus autores como a referência historiadora. Geralmente, os autores memorialistas nasceram, experienciaram ou tem uma conexão sentimental, afetiva com o lugar que descrevem, escavando as informações da ‘memória propriamente dita ou memória de alto nível’ (Candau, 2011) sem nenhum contato com o processo metodológico da prática do historiador ou do que Certeau chama de operação historiográfica (2010).

A narrativa e a prática entre memorialistas e historiadores

Uma linha tênue, quase invisível, se coloca entre memorialistas e historiadores. Sérgio Campos Matos⁵ (2015) nos lembra das complexas relações entre história e memória: as exigências críticas da escrita da história e os registros das diferentes memórias (memória individual, memórias coletivas), equacionando também a relação memória/esquecimento.

Os memorialistas ocuparam e ocupam um vácuo existente no Brasil e principalmente no interior. O primeiro curso universitário de História no Brasil foi implantada na Universidade de São Paulo, em 1934, e boa parte de seus professores não havia se formado em cursos de história, com exceção dos estrangeiros, e muitos dos textos produzidos nessa época eram de característica ensaística, sem parte razoável das preocupações que, já com o curso constituído, temos hoje.

Não é à toa que nos rincões desse imenso país ainda predomine o registro memorialístico dos fatos, sem muita preocupação com as receitas da pesquisa histórica. A produção memorialística ainda ocupa o espaço vazio deixado pelos profissionais da história, que, não conseguem chegar a todos os lugares. Dessa forma o registro de memorialistas torna-se documento, fonte inestimável de informações para futuras pesquisas. Esse registro pode não atender as demandas da academia, não seguir as fórmulas e receitas metodológicas, mas, as informações contidas e registradas são fundamentais e de importância sem igual para a pesquisa histórica.

A narrativa memorialista é uma escrita que trilha entre os fatos e fantasias, entre retratos da imaginação e da memória, entre o passado e o futuro. É uma escrita afetiva que traz consigo um leque de possibilidades, de significados, de invenções e reinvenções do passado.

Cabe ao historiador, organizar e interpretar os registros dos memorialistas, sem julgar ou desacreditar tal registro, pois, “os homens fazem a sua própria História, mas eles não a fazem livremente, não sob condições escolhidas, mas sim sob condições encontradas, dadas e transmitidas” (Koselleck, 2013, p. 216). Os memorialistas se caracterizam pela predominância da categoria pas-

5 Doutor em História Contemporânea e professor Associado da Universidade de Lisboa.

sado, e da memória. Hartog (2013) enfatiza que se exprime um novo lugar reconhecido a memória, para além da história e dos historiadores. Inicia-se uma sociologia da memória desenvolvida por Maurice Halbwachs, a memória coletiva que se centra nas semelhanças, enquanto a história faz surgir as diferenças. Independentemente dessas diferenças, “crer em História significa crer que os homens fazem a História” (Hartog, 2013, p. 176), e, fazer história significa transmitir, comunicar e, porque não, memorizar e narrar.

Apesar da ausência metodológica ou teórica em algumas das obras memorialística, esses escritores tem um entendimento da história do homem como processo dinâmico e continuado, tem certa “experiência autodidata” da operação historiográfica e se tornam importantes documentos e fontes de informação sobre o espaço em que se propõe escrever. Essas produções memorialísticas, principalmente do interior, muitas vezes são subjugadas e escanteadas pelos que fazem a história institucionalizada nas academias, que, na sua maioria, ainda não tem consciência da importância da obra memorialista para a produção do conhecimento de locais em que a história institucional, acadêmica ainda não chegou.

Considerações finais

Historiadores e escritores memorialistas nem sempre têm mantido uma política de boa vizinhança. O escritor memorialista é aquele que se coloca como ressonância de vozes do passado a partir de suas memórias e experiência de vida, tendo uma grande facilidade de interpretar o sistema simbólico no qual está inserido. A História se dedica ao estudo de sociedades humanas no plural, destacando as diferenças entre elas e as mudanças ocorridas em cada uma com o passar do tempo através das fontes (Burker, 2002). Definições contraditórias mais complementares. Mediante a comparação do trabalho de historiadores e memorialistas apesar das diferenças metodológicas, poderemos descobrir aspectos semelhantes.

Memorialistas e historiadores, muitas vezes, falam a mesma língua (mesmo que não percebam), assim como foi com a sociologia e a história em um passado próximo, seu “diálogo é um diálogo de surdos” (Fernand Braudel *apud* Burker, 2002, p. 13). Os memorialistas são abrangentes em suas descrições e forçam a memória em busca de informações sem a preocupação da

certificação documental. Os historiadores aprendem a dar atenção a detalhes concretos em detrimento de padrões gerais e a certificação documental da informação. Entre eles está a forma da narrativa, do imaginário, da representação, da criação da própria memória e da capacidade de lembrar.

Hoje, não existe espaço para a falta de contato entre os historiadores e memorialistas. Há motivos óbvios para uma relação cada vez mais estreita e um aumento de interesse por parte de historiadores para com os memorialistas. Sem combinar o método da história com as informações da memória, é provável que não consigamos entender nem o passado nem o presente. História e literatura se aproximam como formas de linguagem que tem como objetivo a atividade humana e que a História, ao recortar, sistematizar e selecionar os acontecimentos narrados, presume algum uso de imaginação, já que, muitas vezes, a narrativa histórica precisa resumir um século em uma página.

Não queremos aqui, com base nas observações da prática e da narrativa do historiador de hoje, estigmatizar ou não as obras dos escritores memorialistas, nem tão pouco relativizar a prática ou a narrativa do historiador. Além das subjetividades e experiências que atravessam a prática de ambos, os historiadores precisam trabalhar esses aspectos dentro de um processo metodológico, aliando teoria e imaginação. Já os memorialistas estão livres dos caminhos metodológicos, expressando mais fielmente sentimentos, afetividades e experiências. O trabalho do historiador torna-se importante para certificar a grandeza das obras memorialísticas, contribuindo para que a memória registrada de um determinado lugar se torne a história desse lugar.

Referências

BENJAMIN, Walter. O Narrador: Considerações Sobre a Obra de Nikolai Leskov. *In: Obras Escolhidas I*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BURKER, Peter. **História e teoria social**. Editora UNESP, São Paulo, 2002.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MATOS, S. C. História, memória e ficção: que fronteiras? **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 8, n. 17, p. 414-426, 29 abr. 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. **Revista de História das Ideias**. Coimbra, v. 21, p. 33-57, 2000. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41745/1/Fronteiras_da_ficcao.pdf. Acesso em: 16 nov. 2021.

REIS, José Carlos. **História e Teoria**. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP. Ed. Unicamp, 2007.

A formação do pensamento histórico: avaliação e aprendizagem significativa por meio da produção de HQ

*Carla Patrícia Monteiro Gross¹
Ana Carla Fernandes Sabino²*

Resumo

Neste artigo, foi realizada uma investigação sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos no processo de aprendizagem, especialmente no que diz respeito à compreensão e desenvolvimento do pensamento histórico. Com base nessa análise, foram propostas estratégias pedagógicas com o objetivo de promover uma aprendizagem significativa, visando superar os obstáculos encontrados pelos estudantes. A abordagem adotada buscou valorizar o conhecimento prévio dos alunos, respeitando suas interpretações do mundo e suas experiências, a fim de tornar o processo de ensino mais eficaz e envolvente. Para auxiliar nesse processo, empreendemos uma análise de obras de Maria Auxiliadora

-
- 1 Mestranda do curso de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) na Universidade Federal do Ceará. e-mail profspatrici Monteiro@gmail.com.
 - 2 Doutora em História, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), na área de Estudos Históricos Latino-Americanos (2012). Mestre em História, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), na área de História Social (2004). Licenciada em História também pela Universidade Federal do Ceará (2000). É Professora Adjunto III do Deptº de História da UFC, Coordenadora Acadêmica Local do ProfHistória UFC, Coordenadora do Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História (LEAH-Arquivo e Biblioteca) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de História (GEPEH), ambos da UFC. Coordenadora da área de ensino de história, dos estágios docentes em história da UFC. Foi coordenadora do PIBID Subprojeto História e Docente Orientadora do Programa Residência Pedagógica Núcleo História pela UFC (entre 2015-2019). É pesquisadora e possui experiências profissionais nas áreas de: ensino e aprendizagem em história, formação docente em história, arquivologia, arquivos pessoais e patrimônio documental. Possui curso de Aperfeiçoamento em Patrimônio Documental pela USP, concluído em 2021 e está concluindo a Especialização em História e Gestão de Acervos pela UPF. Desenvolve permanentemente pesquisas e projetos, no campo da Educação Histórica, com os licenciandos em história, com os alunos e professores da educação básica para a viabilização/criação do “Arquivo do Estudante de História na Escola: formação docente e aprendizagem histórica. E-mail: anasabino@ufc.br.

Schmidt³, Jörn Rüsen⁴ e Circe Bittencourt⁵ para compreender a formação do pensamento histórico.

Palavras-chave: Metodologias; Aprendizagem significativa; Produção de HQs.

Introdução

Promover a formação do pensamento histórico por meio de uma aprendizagem significativa, utilizando para isso uma multiplicidade de estímulos, em especial a produção de história em quadrinhos (HQ's), como opção de avaliação da aprendizagem. Mas de que forma a produção de História em Quadrinhos pode auxiliar na formação do pensamento histórico e promover uma aprendizagem significativa? A dificuldade de aprendizagem em história pode ter diversas motivações, mas as mais comuns estão ligadas ao fato de o ensino da história envolver conceitos e ideias abstratas, fazendo com que alguns alunos tenham dificuldade em entender e atribuir sentido a esses conceitos e relacioná-los aos eventos históricos.

O ambiente escolar é desafiador, sabendo disso, o professor deve ampliar e valorizar a participação e a interação dos alunos nas atividades agindo como um mediador no desenvolvimento de diversas habilidades. A iniciativa de levar para a sala de aula novas abordagens e técnicas proporcionará às aulas enriquecimento do processo educativo.

A diversificação da práxis pedagógica amplia as possibilidades de aprendizagem, motiva a formação de um sujeito criativo, crítico, reflexivo, colaborativo, capaz de trabalhar em grupo e resolver problemas, mas, ainda assim didáticas ultrapassadas são adotadas privilegiando a memorização como forma de ensinar.

Os estudantes criam histórias em quadrinhos (HQs) como parte de seu aprendizado. Isso ajuda a contar histórias com sua própria perspectiva usando

3 Schmidt, Maria Auxiliadora; Sobanski, Adriane de Quadros. *Competências do Pensamento Histórico*. Curitiba: Editora WA, 2020.

4 RÜSEN, J. *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Curitiba: W. A. Editores, 2012. RÜSEN, J. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed: UFPR, 2011

5 BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. Editora contexto. 2004, São Paulo.

uma linguagem informal e divertida. Ao fazer isso, eles conseguem entender melhor os acontecimentos, os lugares e as pessoas relacionadas à história que estão estudando. Isso também lhes dá a chance de participar ativamente do processo de aprendizagem, expressando seus pensamentos e interpretações através de suas próprias criações.

Autores como Rüsen, Schmidt e Bittencourt valorizam o desenvolvimento da aprendizagem histórica a partir dos conhecimentos e experiências dos alunos, promovendo sua participação ativa no processo de ensino. Eles defendem uma abordagem humanista que inclui as narrativas culturais de jovens e crianças, utilizando a multiperspectividade histórica para explorar interpretações controversas e diversas formas de referir significado às identidades históricas.

Neste artigo, foi realizada uma investigação sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos no processo de aprendizagem, especialmente no que diz respeito à compreensão e desenvolvimento do pensamento histórico. Com base nessa análise, foram propostas estratégias pedagógicas com o objetivo de promover uma aprendizagem significativa, visando superar os obstáculos encontrados pelos estudantes. A abordagem adotada buscou valorizar o conhecimento prévio dos alunos, respeitando suas interpretações do mundo e suas experiências, a fim de tornar o processo de ensino mais eficaz e envolvente.

Dificuldades de aprendizagem e a aprendizagem significativa

A formação do pensamento histórico constitui um processo sistemático, que envolve a relação com o conhecimento científico e múltiplos aspectos, dentre estes está toda a interpretação de mundo que se forma a partir das relações sociais, ou seja, relações com a sua comunidade, com a realidade e com a vida prática. Rüsen (2005) afirma que todo pensamento histórico se baseia numa constituição de sentido específica, dedicada à experiência do tempo.

O pensamento histórico vem permeado de significados subjetivos, de histórias individuais e olhares pessoais, carregados de influências do ambiente em que o aluno vive, suas experiências sociais e culturais, e se formará a partir da interpretação de cada um, sabendo disso, é possível perceber que a adoção de métodos únicos, com objetivo principal de provocar um mesmo resultado em todos os alunos perde sua eficácia, pois hoje a educação está “gritando”

por novas significações e diversas formas de ensinar para que conhecimento histórico seja gerado.

Considerando as reflexões e as investigações acerca da formação do pensamento histórico e suas competências, acredito que o ponto de partida inicial consiste em questionar os significados atribuídos aos conteúdos. É importante compreender por que alguns alunos enfrentam dificuldades em reconhecer a relevância do que foi ensinado e em estabelecer conexões com suas vivências cotidianas.

As práticas centradas no conteúdo podem contribuir para a falta de interesse dos alunos. O ensino de história muitas vezes se resume a um conhecimento desinteressante, superficial e pouco compreensível, não conseguindo evocar um sentimento de pertencimento entre os alunos. Perpetua a noção de que a história é apenas uma narrativa imutável do passado, reduzida à memorização de nomes e acontecimentos significativos, na sua maioria, distantes e irrelevantes para as suas vidas. Consequentemente, os alunos percebem a história como decorativa, apenas reproduzindo o conteúdo ensinado pelos seus professores.

As narrativas são importantes estímulos para o desenvolvimento da consciência histórica, isto é, as histórias e a forma como elas são transmitidas são formas coerentes de comunicação que podem dialogar com a identidade histórica de comunicador e receptor. Essas narrativas são produtos da mente humana, e com a sua ajuda as pessoas envolvidas localizam-se no tempo de um modo aceitável para si mesmas.

Ainda há a utilização de práticas tradicionais e tacanhas, como aquelas que foram largamente empregadas no passado, porém é necessário compreender que, há a clara exigência que um professor possua um domínio disciplinar que o habilite a não oferecer respostas únicas, limitadas e prontas, considerando a dinamicidade da produção e disseminação do conhecimento na atualidade.

O professor de História pode ajudar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar ao aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num

conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de história temas em problemáticas (Bitencourt, 2004, p. 57).

Os docentes necessitam ser hábeis para direcionar e lidar conscientemente com tais tarefas, devem ter competência para transformar seu conhecimento acadêmico em algo ensinável para os seus alunos, respeitando ainda os projetos pedagógicos adotados pela sua instituição de ensino.

Além disso, a sua atuação nesse processo potencializa o engajamento na construção dos saberes, fazendo desta uma das melhores opções para conduzir o ensino-aprendizagem. Uma aprendizagem consciente proporciona igualmente a confiança, a auto compreensão, sua constituição histórica e prepara para a ação na vida prática.

As novas ferramentas (assim como as antigas) têm a proposta de auxiliar na diversificação do ensino, associando-as às práticas lúdicas e à participação ativa dos educandos tornando as atividades de grande valor para eles, essa mudança vai proporcionar aulas mais interessantes e assim encorajar o protagonismo dos alunos.

No entanto, é importante lembrar que toda abordagem deve ser utilizada de forma planejada e equilibrada, para evitar a sobrecarga de informações e o excesso de estímulos, transformando a aula em uma desordem, o que pode também dificultar o processo de aprendizagem. Uma abordagem lúdica, ainda que desejável, não garante uma aprendizagem significativa. Logo, deve-se buscar um equilíbrio entre uma multiplicidade de estímulos e as necessidades e capacidades dos alunos, de modo a promover um aprendizado efetivo e significativo.

Elaboração de narrativas por meio de HQs

As histórias em quadrinhos, no Brasil, tiveram suas primeiras publicações a partir de meados do século XIX e, apesar de antigas, configuraram-se como uma proposta pedagógica de caráter inovador, permitindo uma utilização mais crítica e embasada da linguagem. Essa abordagem oferece uma ampliação das perspectivas cognitivas, estimulando um maior interesse pelo ato de leitura entre as crianças. O que está associado às possíveis interações cognitivas e à apreciação do ato de leitura.

A proposta de uma avaliação a partir da elaboração de histórias em quadrinhos (HQs) possibilita o desenvolvimento de uma atividade mais crítica e integral dos alunos. Essa atividade foi realizada junto às turmas do sétimo ano do ensino fundamental, adotando um formato de cooperação entre estudantes em duplas, sendo os conteúdos direcionados; “A América Pré-Colombiana” e “A Conquista da América Espanhola”.

A incorporação das histórias em quadrinhos no âmbito do processo educacional exige que o estudante realize escolhas críticas e cruciais durante o processo de criação. Garantir a coesão nos diálogos exige uma etapa preliminar de investigação e estudo, com o propósito de estabelecer conteúdos e abordagens consistentes. Este esforço se desdobrou como uma contribuição importante para o aprimoramento das competências textuais e para a formação do leitor, ambos constituindo elementos fundamentais no contexto educativo.

Além disso, sua criação pressupõe uma revisão cuidadosa dos conteúdos e a releitura de textos, a fim de garantir a elaboração de uma narrativa que corresponda aos conhecimentos que serão avaliados no processo de aprendizagem.

O objetivo dessa atividade consiste em incentivar os estudantes a retratar as sociedades indígenas americanas em termos de sua organização social e cultural. Sua abordagem levou em consideração as percepções individuais dos alunos e incentivou a expressão das suas compreensões. Sua elaboração foi orientada com um “passo a passo” divulgado em sala e também no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), disponível no estabelecimento de ensino.

O planejamento possuía duas etapas distintas; A primeira fase envolveu uma investigação das percepções dos alunos sobre HQs, com o objetivo de avaliar o que compreendiam e quais eram as suas opiniões sobre essa atividade. Posteriormente, na segunda fase, procedeu-se a exploração do processo de criação de HQs e a análise do fato de que nem todas as narrativas sequenciais desenvolvidas em formato de quadrinhos podem ser consideradas de alta qualidade, porém todas possuíam importância para a avaliação.

Foi permitido que os alunos estabelecessem um diálogo entre os conteúdos utilizando uma linguagem que lhes fosse mais familiar, essa autonomia encorajou uma reflexão crítica. Mesmo que tenha ocorrido alguma resistência

por parte de alguns estudantes em demonstrar seus conhecimentos através de desenhos e diálogos inseridos em balões, a execução da atividade neste formato permitiu a expressão daquilo que tinham aprendido e uma ressignificação dos conteúdos.

Após a conclusão das produções, tornou-se notória a manifestação de empolgação e entusiasmo de muitos alunos, ansiosos por compartilhar suas criações e explicar o significado que buscavam através de suas histórias.

Foi possível observar uma grande motivação entre os alunos, embora, naturalmente, houvesse alguns que realizaram o trabalho em um nível mais rudimentar. Entretanto, mesmo esses alunos, que adotaram uma abordagem mais simples, precisaram mobilizar sua criatividade e revisar os conteúdos para conceber uma narrativa que abordasse de maneira coerente os temas propostos. A realização da atividade em duplas proporcionou a oportunidade de interagirem entre si, colaborando mutuamente, compartilhando suas perspectivas e conhecimentos.

Desta maneira, foi possível perceber que a produção de histórias em quadrinhos desempenha um papel pedagógico inegável, abrangendo tanto os alunos convencionais como aqueles inseridos em programas de educação inclusiva, o que se deve ao fato de que a sua utilização permite a adoção de uma linguagem menos formal, estimulando a ludicidade e a criatividade. Além disso, essa atividade dinâmica revelou-se altamente eficaz no processo de ensino, podendo ser aplicada a uma ampla gama de temas curriculares.

De acordo com Vergueiro (2004), as HQs apresentam uma interação contínua entre as linguagens verbal e não verbal, o que permite em tempo real a compreensão clara da mensagem em sua plenitude, possibilitando uma comunicação rápida entre o autor da HQ e o leitor; consequentemente, uma aprendizagem significativa e enriquecedora. Além de dinamizar o conteúdo e permitir a compreensão de diferentes conceitos, intertextualizando com várias áreas de conhecimento. Apesar dos benefícios destas ferramentas “muitas não se tornaram, ainda, formas de narrar já integradas à cultura escolar, por não serem consideradas como dignas de serem internalizadas no processo de aprendizagem” (Schmidt, 2020, p. 50), principalmente por sua característica de linguagem direcionada às massas.

Observando os trabalhos realizados pelos discentes foi possível perceber que as HQ são reveladas como uma metodologia de ensino extremamente eficaz no contexto do ensino de história. Essa forma de narrativa oferece uma série de benefícios que envolvem os alunos de maneira única e proporcionam uma compreensão mais profunda e rigorosa dos eventos históricos, exigindo para a sua elaboração que os mesmos associem os novos conhecimentos históricos àqueles que já possuem, somando ainda às suas interpretações de mundo e desta forma atribuem sentidos aos conteúdos.

Para a elaboração deste projeto os alunos utilizaram diversos recursos; muitos o fizeram por meio da integração de mídias digitais, com o auxílio de diversas tecnologias, a atividade permitiu que eles explorassem conteúdos interativos, vídeos e links relacionados à história, e escolhessem, por si só, aqueles que melhor se adequavam às suas narrativas.

A possibilidade de um diálogo vivo entre as dimensões temporais e, portanto, entre sujeitos do passado e os jovens contemporâneos é uma das finalidades de uma aula histórica fundamentada numa didática humanista da história que busque redimir os fracassos e relembrar os derrotados esquecidos por uma história oficial das elites (Schmidt, 2020, p. 49).

Questões complexas, como guerras, revoluções e movimentos sociais, podem ser exploradas de forma mais acessível e divertida. Quando os alunos puderam criar personagens fictícios que viveram esses eventos, a história se tornou mais pessoal e cativante. “O método de narrar é fruto do diálogo entre sujeitos que vivem em épocas diferentes e o seu reconhecimento mútuo está na recuperação das experiências válidas do passado” (Schmidt, 2020, p. 49).

Além de ser um importante recurso para auxiliar alunos atípicos que compreendem a história a partir de pontos de vista diferentes dos demais, às vezes seu aprendizado exige mudanças radicais, uma linguagem totalmente adaptada, que vai trocar as metodologias que usualmente são escolhidas. Estudantes que têm dificuldade de compreensão dos conteúdos históricos trabalhados em manuais didáticos e narrativas textuais, costumam aceitar muito bem esta mudança de prática pedagógica. ‘Esses sujeitos têm a possibilidade de cons-

truir suas próprias interpretações e controvérsias a respeito desses conceitos históricos agora vinculados às suas carências de orientação temporal' (Schmidt, 2020, p. 48).

Como nem tudo são flores, Como pontos negativos foram observados que, devido ao costume de estudar por meio de narrativas textuais, alguns alunos não conseguiram se desapegar deste modelo, desenvolvendo narrativas grandes, não conseguindo selecionar o que era mais importante, escrevendo textos explicativos idênticos ao material didático antes de elaborar diálogos em quadrinhos, ou desenvolvendo uma história com viés informativo, no qual o personagem apenas repete os conteúdos disponibilizados no livro didático, exibindo detalhes e por vezes figuras explicativas, demonstrando, deste modo, sua dificuldade em sintetizar os conteúdos, escolher as informações importantes dentro do contexto e ser objetivo em suas impressões, explicando com muitas palavras o que poderia ter sido demonstrado com uma figura e um diálogo curto, permeado de significados, como alguns conseguiram fazer.

Considerações Finais

Podemos perceber que não existe apenas uma justificativa para as dificuldades de aprendizagem, que não há como encontrar um motivo apenas que explique a dificuldade na formação do pensamento histórico, e por isso, é necessário ao professor investigar sempre, manter-se em constante aperfeiçoamento para que o seu trabalho permita a formação da consciência histórica por meio de uma aprendizagem significativa valorizando as experiências, os conhecimentos e as capacidades de seus alunos.

O docente deve estar atento para a formação de identidades e de narrativas dentro da escola que promovam uma aprendizagem verdadeira e libertadora, para isso é importante dar-lhe suporte, condições de trabalho, capacitação, reconhecer e valorizar os seus esforços.

É inegável a contribuição das novas estratégias pedagógicas em sala, a adaptação da linguagem para termos contemporâneos que dialogam com a realidade dos alunos, permite a sua participação ativa no processo de ensino-aprendizagem e favorece o desenvolvimento de um pensamento crítico.

A avaliação merece ser encarada como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem e instrumento imprescindível na orientação das ações pedagógicas que visem à superação das dificuldades apresentadas pelos estudantes e por isso deve ser vista como uma atividade que necessita da colaboração entre alunos e professores e não deve se restringir apenas a notas e resultados finais.

A educação continuada do professor também merece atenção e adaptação para aqueles que se esforçam em manter seu desempenho e constante aperfeiçoamento, haja vista as dificuldades que os professores que trabalham em sala de aula apresentam para se dedicar à cursos ao mesmo tempo em que necessitam responder às demandas de trabalhos nas escolas. A eficiência da aprendizagem e a qualidade do ensino disponibilizado dependem de todo o apoio e suporte que este profissional necessita para promover um ensino de qualidade.

Por fim, a produção de História em Quadrinhos pode auxiliar na formação do pensamento histórico e promover uma aprendizagem significativa quando oferta ao ensino de história uma alternativa versátil e eficaz para o ensino. Ela envolve os alunos, facilita a compreensão de eventos históricos complexos e possibilita uma experiência de aprendizagem completa. Ao incorporar-las no currículo, os educadores têm a oportunidade de enriquecer a forma como os alunos se relacionam com o passado e promover uma compreensão mais profunda e significativa da história.

Dentre os principais benefícios desta produção no âmbito do ensino de História, destacam-se a legibilidade simplificada, a fomentação da capacidade criativa e a incorporação de elementos visuais que concorrem para a consolidação de conceitos e detalhes relevantes. Isso, por conseguinte, facilita a compreensão da narrativa histórica por meio de uma linguagem mais atraente, conferindo ao conhecimento uma acessibilidade e tangibilidade acrescidas.

O envolvimento lúdico assume uma relevância particular, sobretudo num contexto em que as distrações digitais se fazem constantes. A adoção da perspectiva múltipla possibilita a interconexão entre diferentes períodos históricos, auxiliando, assim, os discentes a apreender a complexidade das relações humanas ao longo do tempo.

Adicionalmente, esse método promoveu uma reflexão criativa quanto à metodologia de elaboração, compreendendo a seleção de personagens, a configuração dos cenários e a construção da narrativa, entre outros aspectos. As transformações tecnológicas, juntamente com o aumento do fluxo de infor-

mações e a velocidade com que se disseminam, impõem a necessidade de adotar uma nova postura no que diz respeito ao pensamento e às ações.

Nesse contexto, ao reavaliar as práticas pedagógicas que se inserem no âmbito escolar e ao buscar estratégias que contribuam para a formação de um sujeito capaz de atuar na esfera social, emerge o interesse em encontrar instrumentos que possam estimular os alunos a desenvolver o apreço pela leitura e o interesse pela produção textual.

Referências

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: Uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano Editora, 2003.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

CALAZANS, F. **História em quadrinhos na escola**. São Paulo: Paulus, 2004.

CHARLOT, B. **A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas**: especificidades e desafios de uma área de saber. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 31, p. 7-18, jan./abr. 2006.

IANESKO, F.; ANDRADE, C. K.; FELSNER, M. L.; ZATTA, L. **Elaboração e aplicação de história em quadrinhos**. Experiências em Ensino de Ciências, v. 12, nº 5, 2017. Disponível em: http://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID382/v12_n5_a2017.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

LAVARDA, T. C. F. da S. Sugestões do uso de histórias em quadrinhos como recurso didático. EDUCERE. VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE. **Anais...** Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25298_12321.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.

MENDES, Murilo. **A História no curso secundário**. São Paulo, Gráfica Paulista.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. **Histórias em Quadrinhos – trajetória e importância a partir de pesquisas científicas**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Publicado em 29/01/2022. Disponível em: [Histórias em Quadrinhos – trajetória e importância a partir de pesquisas científicas](https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/programas/historias-em-quadrinhos) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (www.gov.br). Acesso em: 23 set. 2023.

NAKAMURA, Lucinete Ornagui de Oliveira; VOLTOLINI, Ana Graciela Mendes F. da Fonseca; BERTOLOTO, José Serafim. O uso de histórias em quadrinhos no ensino: teoria, prática e BNCC. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 29, 4 de agosto de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/o-uso-de-historias-em-quadrinhos-no-ensino-teoria-pratica-e-bncc>. Acesso em: 10 out. 2023.

RÜSEN, J. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: W. A. Editores, 2012.

RÜSEN, J. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed: UFPR, 2011.

SCHMIDT, M. A.; GARCIA, T. M. F. B. **A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história**, Campinas, Cad. Cedes vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SCHMIDT, M. A.; SOBANSKI, A. Q. **Competências do pensamento histórico**. Vol. 2. Curitiba: W. A. Editores, 2020.

SMITH, C. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores**. Porto Alegre. Artmed, 2007.

VERGUEIRO, Waldomiro. Uso das HQs no ensino. *In*: RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro (Orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Contexto, p. 7-30, 2004.

Experiência de construção de uma pesquisa do tempo presente: a trajetória do filme *Marighella*

Ygor Pires Monteiro¹

Introdução

Construir uma pesquisa histórica sobre o tempo presente tem potencialidades e desafios. Como definir o recorte cronológico do que seria o presente? Como lidar com eventos e disputa de interpretações que coexistem o historiador e seu trabalho? Como trabalhar criticamente com a abundância de fontes que são constantemente produzidas no mundo contemporâneo? Como conviver com atores sociais que podem contestar as análises do historiador? Como refletir acerca dos usos políticos e artísticos do passado na conjuntura em que se vive? Tais interrogações podem ser colocadas não para que se busquem respostas taxativas, mas para que se troquem experiências e se identifiquem estratégias epistemológicas para evidenciar que o conhecimento histórico sempre se baseia nas condições do presente.

No trabalho em questão, divido minha própria experiência para desenvolver uma pesquisa que se situa na história do tempo presente. Não se trata de assumir uma postura ingênua que supervalorize essa perspectiva como se não houvesse armadilhas ou historicista típica do século XIX que estabelece o passado distante como único universo possível para os historiadores. Podemos operar no limiar entre as potencialidades e os desafios que reconhecem os frutos do trabalho sobre a realidade vivenciada e as dificuldades ainda a serem enfrentadas por discussões teórico-metodológicas. Na minha pesquisa de doutoramento, o trabalho se modificou em razão das especificidades do tempo presente.

Originalmente, o projeto se intitulava “Recepção em redes virtuais: estudo de caso de Carlos Marighella e a ditadura civil-militar”. O objetivo seria examinar as representações construídas em torno do guerrilheiro e do regime autoritário a partir da recepção ao filme *Marighella* de Wagner Moura, lança-

¹ Doutorando pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

do em 2021, na internet. À medida que os estudos do doutoramento avançaram, o projeto se transformou em uma futura tese, que ainda está em escrita, intitulada “Marighella - O filme que incendiou o Brasil”. O novo objetivo passou a ser investigar a trajetória da obra audiovisual desde a sua produção até seu lançamento nos cinemas em relação com o contexto político brasileiro de 2012 a 2021.

Com o intuito de partilhar reflexões a respeito da construção de um trabalho que se debruça sobre a história do tempo presente do Brasil, este artigo se organiza em três seções principais. A primeira aborda a delimitação de um objeto de estudo dentro das particularidades da história do tempo presente, a segunda envolve os cuidados com uma gama extensa de fontes à disposição em uma sociedade cada vez mais em rede e a terceira apresenta os usos do passado pelo cinema e pelas disputas sociais de nossa conjuntura atual. A título de conclusão, algumas considerações finais sintetizam alguns pontos experienciados como vitais ao longo do processo de doutoramento.

O recorte temático e seus desdobramentos

Diferentemente do historicismo do século XIX, que defendia o distanciamento temporal do historiador de seu objeto de estudo para garantir uma cientificidade calcada na objetividade, a história do tempo presente não rejeita a dimensão do agora ou dos processos históricos inacabados. Dialogando com as iniciativas do Instituto do Tempo Presente criado na França em 1978, percebemos que as análises das interações entre passado e presente são bastante valiosas. Desse modo, definir o tempo presente apenas pode ser feito através de balizas móveis que valorizam o evento, a contingência e a aceleração histórica de nossa contemporaneidade (Ferreira, 2018, p. 86-87).

Invocar a mobilidade da delimitação cronológica que flexibiliza quando começa e termina o tempo presente não significa retirar a necessidade de um recorte. É necessário delimitar de onde se parte e para onde se pretende chegar para que a reflexão seja orientada por procedimentos e pensamentos críticos, éticos e científicos. Nesse aspecto, a decisão de examinar a trajetória do filme *Marighella* se aproxima de um estudo biográfico. Poderia haver, contudo, outra barreira. Como estabelecer a “história de vida” de um filme?

A essa pergunta, acredito que encarar o lançamento da biografia de Carlos Marighella em 2012, da qual a obra cinematográfica se inspira, como o “nascimento”, e a estreia oficial nos cinemas em 2021 como o fechamento de um arco atendem a essas necessidades.

Uma ressalva precisa ser feita. Reconstruir a trajetória do filme não implica, necessariamente, enumerar factualmente tudo que o cerca, afinal isso seria uma listagem extenuante que sempre correria o risco de estar incompleta. Quando Márcia Motta afirma que a escolha das fontes pelo historiador segue uma inteligibilidade científica que contribui para a construção de uma narrativa coerente (Motta, 2011, p. 32), o mesmo pode ser atribuído para a elaboração de toda a pesquisa. Ao invés de tentar esgotar todos os eventos presentes no recorte temporal, precisamos partir de uma hipótese, de uma ideia geral que sirva de farol para buscar o que interessa aos nossos objetivos sem gastar energia e atenção com materiais alheios ao que foi escolhido e delimitado.

A definição de uma hipótese ajudou na reorientação do projeto original. Como o interesse era analisar as representações sobre Carlos Marighella e a ditadura civil-militar que circulam por nossa sociedade, os comentários feitos por usuários em diferentes sites por onde o filme reverberou colocavam em disputa versões diversas sobre as duas temáticas. Conforme a leitura dos comentários se desenvolvia, fiquei cada vez mais interessado em ampliar o olhar para investigar também o contexto histórico em que tais versões são construídas e como esse cenário interfere na produção de memórias sobre o guerrilheiro e o regime ditatorial. Sendo assim, as mudanças no projeto original explicitaram de modo mais evidente a busca por uma reflexão sobre a relação entre o passado autoritário e o presente de crise da democracia.

Devemos igualmente atentar para o fato de que a história do tempo presente no Brasil é atravessada pelas marcas deixadas pela ditadura civil-militar. A transição controlada pelos militares de retorno à democracia, a impunidade aos violadores de direitos humanos consagrada pela Lei da Anistia de 1979 e os limites da Comissão Nacional da Verdade entre 2012 e 2014 são eventos que interferem no Brasil de hoje, sobretudo quando identificamos os legados autoritários deixados pela ditadura na sociedade brasileira. Por isso, Carlos Fico sublinha que a conjuntura pós-ditadura no país sofre a influência tanto de memórias traumáticas quanto do sentimento de frustração decorrente da

falta de um enfrentamento mais contundente desse passado e da quebra de esperanças quanto a isso (Fico, 2012, p. 50).

Outro componente vital da história do tempo presente é a proximidade temporal do historiador com seu objeto de estudo. Diferentemente da neutralidade absoluta reivindicada pelo historicismo do século XIX, os profissionais contemporâneos reconhecem que a subjetividade de um historiador que vivencia o período histórico sob estudo não pode ser negada, mas evidenciada por ser algo honesto com o leitor e próprio de um relato historiográfico construído pela perspectiva de quem narra e interpreta (Lohn; Campos, 2017, p. 104). Logo, a escolha de escrever sobre a trajetória pública do filme *Marighella* sob a estrutura de uma narrativa biográfica representa minha própria subjetividade através tanto do olhar específico que imprimo quanto da vivência particular no calor dos acontecimentos.

Quando a construção narrativa se adequa aos estudos biográficos, questões próprias desse campo se colocam em articulação com a história do tempo presente. É assim, por exemplo, que devo lidar com as armadilhas de supor que o biografado poderia ser formatado dentro de uma identidade fixa, única e coerente ao longo de toda a existência (Avelar, 2013, p. 71); de pressupor o relato de uma história de vida como uma sequência narrativa linear, unidirecional, coerente e orientada para o fim ser a concretização teleológica do que já se sabia como uma “ilusão biográfica” (Bourdieu, 1986 *apud* Ferreira; Amado, 2006, p. 183); e com a dimensão ambígua da biografia na encruzilhada entre um pacto de verdade, por registrar eventos reais da vida do biografado, e um polo ficcional, por representar a subjetividade das escolhas narrativas do biógrafo e as técnicas literárias ou a imaginação do profissional para o preenchimento de lacunas documentais (Avelar, 2010, p. 167).

A primeira questão pode ser pensada ao considerarmos que o filme coloca em evidência a impossibilidade de tratá-lo como algo fixo e coerente. Da mesma forma que os indivíduos não possuem uma identidade única e congelada no tempo, as obras audiovisuais também possuem múltiplas identidades. Isso acontece porque elas são construídas e desenvolvidas por um conjunto de profissionais de diferentes visões artísticas e políticas, além de serem resignificadas pelos espectadores no momento de exibição. Tais procedimentos podem permitir a realização de uma biografia coletiva, que observam o

biografado dentro de uma rede complexa de relações entre profissionais do filme e interações com o público no momento da recepção em dado contexto histórico.

A segunda questão também cerca a obra quando levamos em conta que *Marighella* encena um passado e se posiciona em seu presente sendo, portanto, atravessado por questões da ditadura civil-militar e por debates relativos à ascensão de uma extrema direita. O próprio contexto de produção e lançamento do filme passa pela mesma dinâmica, no qual o presente é invadido por elementos próprios da ditadura civil-militar invocados por setores extremistas em manifestações que, por exemplo, defendem o fechamento de instituições democráticas. Então, uma narrativa sobre a trajetória do filme não pode ser linear, pois precisa dar conta das idas e vindas no presente e no passado.

E a terceira questão nota que, apesar de *Marighella* se inspirar em eventos reais da vida de Carlos Marighella e se basear na biografia jornalística de Mário Magalhães, é um longa-metragem ficcional que contempla a imaginação, as liberdades artísticas e a dramatização da narrativa. A ficcionalização citada por diversos autores como parte inevitavelmente integrante da narração das histórias de vida alcança uma proporção significativa na reconstrução dos caminhos e descaminhos do filme até seu lançamento. Se a biografia possui um polo ficcional relacionado ao trabalho de preenchimento de lacunas documentais, de elaboração de um biografado sempre contraditório e heterogêneo, de construção de uma narrativa com intriga, personagens e temporalidade (Avelar, 2010, p. 70), a narrativa cinematográfica tem paralelos com as características dos estudos biográficos.

A elaboração de uma tese geral ao longo da pesquisa é outro aspecto que protege dos riscos de apenas enumerar fatos em exaustão e de tentar ocultar a subjetividade inerente a qualquer trabalho historiográfico. Conforme as reflexões avançaram no tratamento das fontes, na construção da narrativa e na interpretação dos dados levantados, comecei a formular a ideia de que o tempo presente no Brasil tem sido marcado por disputas em torno dos sentidos dos conceitos de ditadura e democracia. Tendo em vista a discussão proposta, houve um guia para orientar a seleção dos fatos para análise e a leitura particular do objeto de estudo.

A multiplicação contínua de fontes no presente

A popularização da internet afetou nossas relações sociais, possibilidades de comunicação, atividades de lazer e nossos processos de comunicação. No caso da construção do conhecimento histórico, o ciberespaço redimensionou as formas de compreender o mundo, formar memórias e narrar as trajetórias de vida. Tudo isso devido à abundância de fontes produzidas em um tempo em que nossas experiências sociais têm sido cada vez mais digitalizadas (Prado, 2021, p. 8-10). A cada navegação por um site, publicação em uma rede social ou produção de conteúdo em uma plataforma, os vestígios das atividades humanas se multiplicam e exigem cuidados para seu tratamento teórico-metodológico.

Um volume considerável de informações, notícias e discursos é produzido a cada dia por conta da relação íntima entre tempo presente e internet. Então, reconstruir a trajetória do filme *Marighella* pode ser feita mediante o rastreamento do que se registrou nas fontes digitais, entendidas aqui como as publicações escritas em sites de cinema e de jornalismo, as entrevistas disponibilizadas nesses ambientes e os comentários feitos pelos usuários nas mesmas plataformas citadas. Conseqüentemente, o acervo documental é extenso e precisa ser moldado e trabalhado a partir de algum fundamento prévio para não se dispersar dos objetivos traçados nem se perder em um trabalho ininterrupto.

No cenário de explosão de fontes digitais, alguns problemas se apresentam. Como lidar com dados que se multiplicam constantemente, como os comentários de usuários que podem continuar sendo feitos em uma publicação de data fixa? Enfrentei esse dilema ao me deparar com registros que se multiplicam a cada nova visita ao site ou publicação estudada. Nesse sentido, é necessário estabelecer um recorte que seja compartilhado com os leitores, ou seja, delimitar que a análise está sendo feita naquele período em questão e não podendo ser feita subsequentemente. Essa resolução metodológica se faz graças à característica de fontes digitais que têm uma relação de excesso com o mundo e com os aparelhos que as colocam em grande evidência social (Silveira, 2016, p. 286).

Outro dilema surgido dizia respeito ao problema do anonimato dos usuários que comentam em publicações na internet. Como lidar com contas regis-

tradas no ciberespaço que podem ser perfis “robôs”, ou seja, programas automatizados para potencializar o alcance de mensagens e discursos, inclusive na forma de discursos de ódio e de falsificações históricas? No projeto original, essa era uma questão espinhosa, apesar de já haver plataformas que verificam a possibilidade de uma conta digital ser um “robô”, pois há um limite para as verificações e para a garantia de seus resultados. Por isso, a mudança da tese englobou uma abordagem que prioriza a circulação e o embate de narrativas que se repetam, entre aquelas que ataquem e valorizem Carlos Marighella e a ditadura civil-militar, ao invés de tentar rastrear os perfis sociais de quem comenta.

Além disso, foi necessário também refletir sobre a problemática da efemeridade dos acervos digitais. Pedro Telles da Silveira afirma que as tecnologias digitais sugerem uma capacidade ilimitada de armazenamento em função de suas particularidades em comparação a um acervo físico, mas se trata de algo enganoso e capaz de impactar na dimensão temporal da memória (Silveira, 2021, p. 300). Percebi tal contradição na prática quando o site de cinema Omelete retirou a seção de comentários de suas publicações em decorrência da proliferação de discursos preconceituosos e de ódio, o que inviabiliza o acesso aos comentários e a produção de novas fontes. Então, se as novas tecnologias permitem a inscrição de um material como fonte histórica com grande rapidez, podem também alterar com igual velocidade nosso acesso ao passado.

Diante dessa experiência, percebi a necessidade de construir meus próprios acervos documentais através da captura de telas enquanto os sites fornecem acesso às publicações e aos comentários. É uma estratégia que tanto pode minimizar os riscos da perda de fontes digitais gerada por inúmeras razões quanto pode ligar outro sinal de alerta. Os arquivos produzidos na internet possuem uma linguagem específica e dinâmica, que deve ser contemplada dentro de suas próprias especificidades que transcendem a escrita convencional. Como Fábio Chang de Almeida (2011) e Anita Lucchesi (2013) demonstram, os arquivos digitais têm o formato de hiperlinks dinâmicos, pois formam redes interrelacionadas entre conteúdos de diferentes plataformas e elementos gráficos.

Na pesquisa em questão, a linguagem particular das fontes digitais se manifesta, sobretudo, nos comentários dos usuários em sites de cinema ou de jornalismo em geral. As narrativas que conferem sentidos a Carlos Marighella, à luta armada e à ditadura civil-militar não são criadas apenas pelo conteúdo escrito, mas também envolvem outros tipos de traços e formas de expressão. Precisamos também considerar a possibilidade de inserir links que levam para outros endereços na internet ou imagens que representam a ideia a ser publicizada, além de comentar os comentários de outros usuários que criam uma discussão maior e de emitir opiniões através das opções de curtir e “descurtir” os comentários.

A história do tempo presente nos leva rapidamente a identificar as fontes digitais como um acervo documental muito representativo de nossa sociedade contemporânea. Porém, há ainda outro tipo de fonte que tem sua relevância em nossa conjuntura: a fonte oral. Podemos relacioná-la à história do tempo presente quando esta é compreendida como um recorte no qual agentes sociais engajados nos eventos e processos históricos podem contestar o trabalho do historiador (Delgado; Ferreira, 2013, p. 24). A contestação pode ser agressiva, já que temos observado o crescimento de posturas contrárias à ciência e aos historiadores, ou inerente a uma conjuntura que está sendo estudada enquanto ainda se desenrola e mantém sujeitos ativos para agir na história e redimensionar sua posição no mundo.

Na tese em desenvolvimento, a história oral se tornou um elemento importante para penetrar em determinadas dimensões da trajetória pública de *Marighella*. Entrevistei Mário Magalhães, jornalista e autor da biografia *Marighella – O guerrilheiro que incendiou o mundo*, e Wagner Moura, diretor do filme. As duas entrevistas contribuíram com ferramentas para pensar sobre os procedimentos de criação de uma narrativa biográfica para Carlos Marighella em um livro no limiar entre romance e reportagem jornalística e no cinema. Além de investigar as particularidades de cada linguagem, tomar contato com as experiências dos dois profissionais e ouvir suas percepções ajudam a situar as respectivas obras em contextos históricos diferentes do Brasil.

A história oral e a história do tempo presente se encontram a partir das semelhanças de itinerários de ambas para sua consolidação em nosso país. As duas atravessam desafios e desconfiâncias em torno de seus referenciais teóri-

co-metodológicos e de uma suposta necessidade de distanciamento dos historiadores de seus objetos de estudo. A situação começa a se alterar quando, nas palavras de Marieta de Moraes Ferreira, “o aprofundamento das discussões acerca das relações entre passado e presente na histórico, e o rompimento com a ideia que identificava objeto histórico e passado” (Ferreira, 2018, p. 84) proporcionaram novas possibilidades para os estudos históricos à luz das reinterpretações do presente.

Tais renovações conduziram à entrada de reflexões sobre memória no campo da história oral para a história do tempo presente no Brasil. Podemos também discorrer sobre as interações entre história pública e história oral para a história do tempo presente. As possibilidades dessa última interação são múltiplas, passando pelo ensino de história, pelos movimentos sociais, pelos grupos sociais marginalizados e, inclusive, pelas demais áreas do conhecimento que constroem conhecimentos históricos. Sendo assim, a história oral pode ser mobilizada na pesquisa em questão em sua interface com uma história pública que se debruça sobre as contribuições que o jornalismo e o cinema podem deixar para o ofício historiográfico, para a circulação social da história fora de ambientes acadêmicos e para a constituição de outras modalidades de narrativa histórica.

Usos do passado a partir do cinema

Na seção anterior, o estudo das particularidades de cada narrativa que ajuda a produzir saberes ou representações históricas nos leva a pensar sobre as potencialidades do cinema para a trajetória pública de *Marighella*. Em primeiro lugar, a relação entre história e cinema no tempo presente contempla aspectos diversificados: os filmes são atores que atuam simbolicamente sobre sua época e arquivistas que retratam a mentalidade ou a atmosfera de seu tempo, contribuem para dar às imagens um peso relevante na assimilação de eventos históricos e conferem uma dimensão afetiva/sensorial às experiências históricas. Isso se dá porque a linguagem fílmica depende de estruturas dramáticas, liberdades criativas e recortes temporais específicos que se diferenciam da história (Rosenstone, 2012).

As particularidades da narrativa cinematográfica impactam na maneira como a história é representada e as implicações dessas representações atingem

os espectadores. Wagner Moura faz o filme *Marighella* ser simultaneamente um drama histórico e uma obra pertencente ao gênero ação, construções artísticas que promovem diferentes sentidos para a experiência artística e histórica. Ao longo da pesquisa, percebo que o filme utiliza as emoções típicas do cinema de ação (tensão e adrenalina) para convidar o público a tentar experimentar aquele período retratado. Concomitantemente, a escolha por esse gênero cinematográfico se relaciona com as características da luta política de Carlos Marighella, um guerrilheiro que prezava pela realização de ações armadas sem burocracias.

Se a linguagem audiovisual não pode ser hierarquizada em comparação com a narrativa historiográfica, algo semelhante deve ser feito para os significados da representação feita pelo cinema. Leituras já superadas esperavam que os filmes utilizassem suas capacidades técnicas para fazer um registro fidedigno do real ou correspondessem às conclusões das pesquisas históricas consolidadas em seu momento histórico. Na atualidade, já compreendemos que não existe neutralidade nem objetividade na narrativa cinematográfica, pois tudo passa por escolhas criativas e políticas do realizador. Elas podem ser mais ou menos evidentes, como afirma Ismail Xavier ao usar os termos opacidade e transparência para se referir ao grau de intervenção explícita do criador na obra (Xavier, 2018), mas sempre está lá.

Nesse ponto, as decisões formais de Wagner Moura são muito transparentes e não ocultam quais são seus entendimentos e intenções com a produção do filme. Primeiramente, utiliza a biografia de Mário Magalhães como material base para uma inspiração livre, uma vez que opta por narrar no cinema apenas os últimos anos de vida do protagonista. Em seguida, apropria-se de representações do passado da ditadura civil-militar para discutir questões do tempo presente referidas ao seu contexto de filmagem e lançamento. Vale lembrar que o percurso do projeto até a estreia nos cinemas brasileiros é delicado, envolvendo sucessivos adiamentos, acusações de censura por parte do governo federal e problemas burocráticos com a Agência Nacional do Cinema (Ancine).

Ao longo da experiência dessa pesquisa, pensei nesse aspecto sob duas óticas. Os filmes históricos trabalham uma dupla representação temporal, alternando entre a reconstrução de uma visão do passado e a inserção em debates políticos, sociais e culturais do presente que o fazem dirigir seu olhar

para tempos pretéritos (Lagny, 2012, p. 39). Além disso, a própria história do tempo presente costura relações específicas entre as temporalidades porque, em muitas ocasiões, o presente atualiza o passado em virtude de interesses políticos ou de embates ideológicos (Delgado; Ferreira, 2013, p. 25).

Os exemplos de cenas do filme que dialogam com o tempo presente do país são variados. Em um diálogo entre Carlos Marighella, interpretado por Seu Jorge, e o frade Henrique, interpretado pelo pastor evangélico e deputado federal, a representação de Jesus Cristo como um homem branco atendia aos interesses do colonizador europeu e evoca um esforço proposital de não associar a religião evangélica como um todo à extrema direita no presente. Na apresentação do delegado Sérgio Paranhos Fleury, a sequência que simboliza o Esquadrão da Morte remete também à violência contemporânea contra a população negra. E o momento em que alguns atores, que interpretam guerrilheiros, cantam o hino nacional de modo eufórico podem ser uma iniciativa simbólica de tentar restaurar símbolos nacionais para setores progressistas retirando-os de uma extrema direita.

Não podemos nos esquecer que a capacidade de a história do tempo presente produzir grande quantidade de fontes também se apresenta para os estudos de cinema. Não podemos subestimar o papel dos espectadores na formulação de sentidos para os filmes. Reunindo os pontos anteriores, precisamos buscar fontes que registrem a recepção do público em geral, não somente os críticos especializados na área. Tendo em vista a importância da recepção, ela deve ser considerada como um processo social e histórico que se realiza na tensão entre condicionamentos do contexto e agência dos indivíduos (Bamba, 2013).

Quando se fala sobre o filme *Marighella*, as fontes para a recepção dos espectadores podem ser os comentários de usuários nos sites que publicam críticas ou e as resenhas escritas em plataformas que funcionam como redes sociais para o cinema, como o *Letterboxd*. Características do tempo presente do Brasil, dentre as quais, a radicalização política, as ameaças à democracia e certa polarização ideológica, podem ser observadas na repercussão da obra de Wagner Moura entre o público brasileiro. A análise desses comentários permite discernir, no mínimo, duas versões opostas sobre Carlos Marighella.

Em uma das versões, o guerrilheiro é exaltado como um símbolo das esquerdas brasileiras em razão de sua capacidade de luta e resistência contra

a ditadura civil-militar. É verdade que, por vezes, as menções ao personagem nem sempre contemplam os projetos revolucionários da luta armada e se enquadram na luta pelas liberdades democráticas. Nessa leitura, os usos do passado também ocorrem para que Carlos Marighella seja recuperado como inspiração da resistência contra um governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, que desrespeitou as instituições democráticas e se apoiou em um discurso saudosista em relação à ditadura.

Em outra versão, o guerrilheiro é atacado como um símbolo da violência das esquerdas armadas da década de 1960 em razão das ações realizadas e de seus projetos de implantação da ditadura do proletariado como etapa anterior ao comunismo. É verdade que, constantemente, falsificações históricas ou simplificações de leitura são feitas para chamar Carlos Marighella de bandido e terrorista e criticar a escalção do ator negro Seu Jorge, quando supostamente o personagem seria branco por ter um pai italiano. Outros usos do passado ocorrem nesse caso, fazendo com que a depreciação das esquerdas do passado seja ligada à depreciação das esquerdas do presente, principalmente o PT.

Considerações finais

Dividir a experiência de fazer uma pesquisa sobre a história do tempo presente do Brasil não significa transmitir uma receita pronta do que se fazer e do que se evitar. A partilha passa muito mais pela troca de conhecimentos, pela sugestão de procedimentos teórico-metodológicos e pela abertura de críticas quanto a eventuais lacunas deixadas pelo trabalho. Ao pesquisar sobre a trajetória pública do filme *Marighella*, tive contato com questões muito importantes para o ofício do historiador e para a construção de conhecimentos históricos. Tudo isso nos leva a refletir sobre a importância da história em nossa sociedade contemporânea em tempos de negacionismo e abalos na democracia.

Como desenvolvido nesse artigo, a pesquisa de doutoramento colocou em questionamento traços próprios da história do tempo presente, como a demarcação temporal do objeto de estudo, a proximidade cronológica do pesquisador com seu objeto de estudo e a presença ativa de sujeitos históricos ao longo da realização do trabalho historiográfico. Conforme apresentamos, o recorte temporal é fluido e depende da questão proposta pelo historiador, a proximidade cronológica recoloca o pesquisador como ator histórico inserido, inclusive, por

sua subjetividade nos processos históricos e a convivência entre sujeitos históricos e análises científicas redimensiona as conclusões obtidas.

O estudo específico aqui compartilhado também se debruçou sobre reflexões em torno das biografias históricas, do trabalho com uma multiplicidade de fontes produzidas em nosso tempo e das relações entre história e cinema. As narrativas biográficas ajudam a demonstrar a complexidade da relação entre indivíduo e meio. As fontes digitais e orais mostram a importância dos cuidados metodológicos com artefatos dotados de particularidades consideráveis. E o encontro entre filmes históricos e historiografia ajudam a potencializar os laços entre passado e presente.

Todos os debates possibilitados pela experiência de desenvolver uma pesquisa acerca do tempo presente do Brasil, invariavelmente, culminam no próprio contexto em que se produz. Como qualquer movimento do objeto de estudo se relaciona com o contexto em que está, os movimentos do pesquisador também se relacionam com o contexto em que ele está. Sendo assim, não consigo afastar a importância de se pesquisar sobre a conjuntura recente de nosso país em um cenário em que o historiador precisa participar dos debates públicos de seu tempo. Não deve ser um juiz ou uma autoridade que monopolize os discursos, mas um ator relevante contra as falsificações históricas, os discursos de ódio, as ameaças à democracia e os ataques ao conhecimento cientificamente embasado e fundamento em compromissos éticos.

Referências

ALMEIDA, Fábio Chang de. “O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas”. **AEDOS**, n. 8, v. 3, jan./jun. 2011.

AVELAR, Alexandre de Sá. “A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões”. **Dimensões**, v. 24, p. 157-172, 2010.

AVELAR, Alexandre. “Escrita da história, escrita biográfica: das possibilidades de sentido”. In: AVELAR, Alexandre Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **Grafia da vida: Reflexões e experiências com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e Voz, 2013.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. “História do tempo presente e ensino de História”. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil”. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.

FICO, Carlos. “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

LAGNY, Michèle. “Imagens audiovisuais e história do tempo presente”. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 23-44, jan./jun. 2012.

LOHN, Reinaldo Lindolfo; CAMPOS, Emerson Cesar de. “Tempo presente: entre operações e tramas”. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 24, p. 97-113, ago. 2017.

LUCCHESI, A. “História e historiografia digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública”. Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social XXVII, 2013, Natal. **Anais eletrônicos**. Natal: ANPUH, 2013.

MOTTA, Márcia Maria. História, memória e tempo presente. *In*: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PRADO, Giliard da Silva. “Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet”. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, set./dez. 2021.

ROSENSTONE, Robert. **A história nos filmes, os filmes na história**. SP: Paz e Terra, 2010.

SILVEIRA, Pedro Telles da. “As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais”. **Antíteses**, v. 9, n. 17, jan./jun. 2016.

SILVEIRA, Pedro Telles da. “Lembrar e esquecer na internet: memória, mídias digitais e a temporalidade do perdão na esfera pública contemporânea”. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 37, n. 73, jan./abr. 2021.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: A opacidade e a transparência**. SP: Paz e Terra, 2008.

“Adeus à História”: Joel Rufino dos Santos e uma escrita democrática da história do Brasil (1979-1985)

Felipe Ricardo Vieira Lopes*

Introdução

O presente trabalho problematiza o modo como Joel Rufino dos Santos¹, a partir de *O dia que o povo Ganhou* (1979), *O soldado que não era* (1980) e *Zumbi* (1985), publicados entre 1979 e 1985, pensa a escrita da história no período que corresponde à “redemocratização” brasileira e, em específico, como pautou a produção de uma historiografia do Brasil numa perspectiva democrática, o que implicaria uma aproximação da ficção e da história.

Uma das bases para essa reflexão é *O dia que o povo ganhou*, que compõe a coleção *Retratos do Brasil*² da editora Civilização Brasileira, publicado em 1979. O escrito não é compreendido aqui apenas como fonte, mas também enquanto material teórico do problema, uma vez que parece marcar o início do que seria o “Adeus à História” anunciado por Joel Rufino dos Santos em seu livro de memórias *Assim foi (se me parece)* (2008). Dessa maneira, os anos 1979-1985 aparentam demarcar um momento de clivagem na escrita de Joel

1 Joel Rufino dos Santos nasceu em 1941 em Cascadura, subúrbio do Rio de Janeiro. Formou-se em História pela extinta Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, onde deu início à carreira acadêmica. Iniciou sua militância política através do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e com a deflagração do golpe em 1964, exilou-se na Bolívia, onde atuou como jogador profissional do Fútbol Club Bolívar, até mudar-se para o Chile, encerrando sua carreira no esporte. De volta ao Brasil em 1967, contribuiu com a Ação Libertadora Nacional (ALN) até ser preso em 1971. Condenado a oito anos de prisão pela Justiça Militar, cumpriu dois anos em regime fechado e foi solto sob condicional. Na década de 1980, retomou a carreira acadêmica, sempre atuante na luta em defesa dos Direitos Humanos. A convite do historiador Nelson Werneck Sodré, trabalhou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e dentre muitos títulos literários de ficção e não-ficção, colaborou como coautor da obra “História Nova do Brasil”, que representa um marco da historiografia brasileira. Joel Rufino faleceu no dia quatro de setembro de 2015, quando ocupava o cargo de Diretor-geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Acesso: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/joel-rufino-dos-santos/> Acesso em: 20 ago. 2023.

2 Retratos do Brasil é uma coleção da editora Civilização Brasileira criada por Ênio Silveira nos anos 1960 e tinha como objetivo tratar de temas que iam de economia até sociologia do Brasil naquele momento. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Doutorando.

Rufino, assim como um período de mudanças no cenário brasileiro, o que implica uma reflexão acerca de como escrever a história do Brasil.

Ainda no ano de 1979, a produção historiográfica de Joel Rufino dos Santos tende cada vez mais a uma aproximação com a literatura. A dúvida que fica é: o que fez com que Rufino sentisse essa necessidade de contar a história a partir de uma maior proximidade com a ficção? Quais tensões a “redemocratização” e a lenta “abertura política” brasileira colocaram ao modo de contar a história nacional?

Os anos 1980 são também anos de mudanças na história do Brasil, da abertura política em 1979-1985, o governo de José Sarney de 1985-1990 e a promulgação da Constituição brasileira de 1988. Em meio a esses acontecimentos de horizonte democrático, nos anos 1979-1981, ocorreram diversos debates entre os intelectuais de esquerda, no seio dos quais há aqueles que buscavam a denúncia do passado recente através do testemunho, como Fernando Gabeira em *O que é isso companheiro* (1979); e aqueles como Glauber Rocha, que já visavam rasgar a imagem de um Brasil coeso (Santiago, 2019).

Joel Rufino dos Santos, que também possuía a “autoridade” do testemunho, exilado, preso e torturado pela ditadura civil-militar, estava entre os intelectuais de esquerda daquela época, fez a escolha contrária a de Fernando Gabeira, optou por aquilo que pode, para muitos, ser considerado o inverso do testemunho, a ficção (uma vez que, diferente da primeira, a ficção não pressupõe que o que se diz seja a verdade como ocorreu). Desse modo, destaca-se de sua obra o livro *O dia que o povo ganhou* (1979), que narra a história da independência do Brasil como sendo feita pelas mãos dos populares, além de revisitar figuras históricas como Maria Quitéria de Jesus³ e Zumbi dos Palmares, no livro *Zumbi*, de 1985, sempre se utilizando de uma operação ficcional na sua escrita.

A escolha pelo autor é motivada pelos seus questionamentos: como escrever história do Brasil? Qual poderia ser o papel da ficção na historiografia? Como contar uma narrativa sobre o passado de modo a provocar o presente? Essas preocupações que ainda afligem a nós que escrevemos história nos dias

3 Maria Quitéria de Jesus aparece em mais de uma obra de Joel Rufino dos Santos, sendo respectivamente *O dia que o povo ganhou* (1979), na qual ela é um dos personagens da luta de independência, e em *O soldado que não era* (1980), sendo protagonista do livro de ficção.

atuais, eram prementes nas obras de Joel Rufino dos Santos. Assim, ao escrever sobre história, no momento de “reordenação” das instituições democráticas, era necessário para o historiador pensar sobre o como escrever e, mais do que isso, como a escrita deveria ter um papel central na organização do seu ofício.

Nos dias de hoje, depois de sairmos novamente de um período antidemocrático, tendo visto a captura dos símbolos nacionais, já que, em nome da Nação, da Pátria, da família, do povo e de Deus, o passado foi mobilizado para conquistar e, ao mesmo tempo, subjugar a população brasileira em nome de uma ideia de Brasil, é necessário pensar como se escreve o Brasil. O que Joel Rufino dos Santos parece propor para nós, historiadoras e historiadores, enquanto produção historiográfica, é nos ajudar a compreender como tramar o passado diante de presentes autoritários, sem que a trama, ela própria, se torne autoritária; Rufino nos instiga a refletir sobre como esse passado é mobilizado de modo ficcional.

A obra de Joel Rufino dos Santos, no início dos anos 1980, encaminha análises pertinentes que abrangem diversos aspectos: os usos do passado ao abordar a independência do Brasil a partir da Bahia, a escrita da história ao conferir centralidade à questão de como escrever história e o papel crucial da ficção na historiografia durante o período de redemocratização no Brasil.

Por uma democratização da escrita da História.

“Joel foi fundamental em seus romances históricos usando a história para escrever ficção”⁴. Essas palavras, proferidas pelo historiador Alberto da Costa e Silva⁵, estão presentes em um dos obituários de Joel Rufino dos Santos. O comentário leva a algumas considerações: em seu livro de memórias, Rufino afirmou ter abandonado a História, mas, de acordo com Costa e Silva,

4 Obituário de Joel Rufino dos Santos que faleceu no dia 04 de setembro de 2015, aos 74 anos Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/morre-joel-rufino-dos-santos-que-usou-a-historia-para-escrever-ficcao-diz-alberto-da-costa-e-silva-44609/> Acesso em: 30 ago. 2023.

5 Alberto Vasconcellos da Costa e Silva (São Paulo, 12 de maio de 1931) é um diplomata, poeta, ensaísta, memorialista e historiador brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras e atual orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi distinguido com o Prêmio Camões de 2014. Disponível em: <https://www.novafronteira.com.br/marca/alberto-da-costa-e-silva.html>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ele continuou a praticar seu ofício de uma maneira diferente, ou seja, fazendo uso da história em sua ficção. Joel utilizou a história como base para escrever ficção, mobilizando elementos históricos em suas narrativas ficcionais⁶. Porém, esse caminho não aparenta ser de mão única e podemos perguntar: de que modo Rufino usava a ficção para escrever história, ou melhor, como o autor parece considerar a existência de um papel ficcional na história?

Não sei a que gênero pertence este livro. É História, porque suas conclusões e análises repousam em documentos e autores da época (que arrumei, no final, para os interessados). É ficção, porque ninguém ou nenhum documento, me pode garantir que o passado foi exatamente assim - e tenho, portanto, o direito de imaginá-lo como queira (Santos, 1979, p. 9).

A citação acima abre o livro *O dia que o povo ganhou* (1979). Na obra é contada a história da luta de independência do Brasil, tendo como objetivo primário narrar “o povo” enquanto figura principal da conquista da emancipação brasileira na guerra de independência deflagrada no estado da Bahia. No ano de 1979, Joel Rufino dos Santos mobilizou um fato histórico, o movimento independentista popular de 1822, para exigir seu direito de imaginar o passado como desejava, usando para isso a ficção. Só que não é qualquer passado, na verdade, é um passado baseado nas fontes históricas ordenadas ao final de cada capítulo.

Ao que me parece, o seu desejo ficcional e a mobilização dos acontecimentos das lutas de independência no estado da Bahia, ocorridas entre 1822-1823, são propositalmente articuladas ao momento de “abertura” política que o país estava vivenciando. A História não se produz sem que haja um envolvimento social; ela é elaborada a partir dos interesses dos sujeitos que a escrevem com o objetivo de produzir conhecimento por meio da escrita (Knauss, 2008). Então como pensar a escrita da história no período de rede-

6 É necessário salientar que a produção escrita de Joel Rufino dos Santos transita em múltiplos gêneros textuais, nos livros selecionados aqui são trabalhados três deles: História, literatura infanto-juvenil e biografia. Desse modo, o que chamo aqui de “narrativas ficcionais” são todos os textos produzidos por ele a partir de 1979, tendo em vista a sua compreensão da necessidade de aproximação entre História e ficção.

mocratização? Como tornar a escrita da história democrática e qual o papel da ficção nisso? Ao abordar a independência do Brasil a partir do uso da ficção, Joel Rufino dos Santos está tensionando a historiografia sobre o Brasil a pensar sua escrita e sua produção de conhecimento.

Este livro não é um romance histórico, que o gênero não comporta análise de situações econômicas, políticas, etc. Nem exige provas documentais - você acredita ou não no autor. Na verdade, não me importa o que seja. quero que muitas pessoas o leiam, uns porque gostam de História, outros porque necessitam de fantasia (Santos, 1979, p. 10).

Ao revelar seu desejo de ser lido, algo comum a todas as pessoas que escrevem, o autor afirma novamente que a obra “não é um romance histórico”, mesmo já tendo dito, a nós leitoras(es), não saber a que gênero pertence o seu livro. Ao insistir em tal preocupação de afirmar reiteradamente ao interlocutor o que não é, ele acaba por deixar a decisão de dizer o que é para o leitor. Ao fazê-lo, Joel Rufino dos Santos responsabiliza aquele que o lê, deixando supostamente livre a escolha de qual caminho seguir, o da História ou da fantasia, ou quem sabe até mesmo os dois. Nisso, outro elemento entra na cena democrática da escrita da história: o leitor (Nicolazzi, 2010).

O dia que o povo ganhou (1979), por mais que o autor insista em não fazer uma definição do livro, parece ser uma obra de História, mas que confessa sua ficção, de modo que pode-se dizer: “é História” e “é ficção”. Seria história, visto que organiza os fatos e lida diretamente com fontes, seguindo assim o modelo documental que narra o passado a partir da análise dos documentos, ou seja, de um arcabouço analítico e metodológico da ciência histórica (La-Capra, 2013). Seria ficção, pois os documentos não são “provas” da veracidade dos fatos, devido a isso o autor se sente livre para ficcionalizar a partir da escrita o que as fontes não alcançam.

É preciso compreender que a ficção não é o apego ao falseamento, também não é o desejo de veracidade, mas o tensionamento existente entre os dois campos. O(a) escritor(a) de ficção, em seu ato de escrever, não está preocupado com essa relação conflituosa, nem por isso ela deixa de existir, pois

quem escreve tem a intenção que suas palavras sejam tidas na sua concretude, ou seja, que o(a) leitor(a) compreenda suas palavras e as levem ao pé da letra (Saer, 2012). Ao saber disso, a ficção não é sinônimo de mentira e o uso da ficção não significa ignorar a verdade. Assim, parece existir nas obras de Joel Rufino mais que um enlace entre história e ficção, já que naquilo que desejava enquanto “História” havia uma necessidade de ficção e a ficção era elaborada a partir do uso da história, como também de uma reflexão sobre a escrita.

O livro *O soldado que não era* (1980), uma literatura infanto-juvenil publicada pela editora Moderna, é dedicado à personagem histórica Maria Quitéria de Jesus, que fez parte justamente do exército de libertação do Brasil (1822-1823), o tema e a personagem que já fora abordado anteriormente pelo autor em 1979, é novamente explorado pela sua ficção, porém sem deixar a história para escanteio:

Esta história aconteceu de verdade. As personagens também não foram inventadas. José Luís, Lucas, o boticário Massa, Barros Falcão, Teresa, o velho Gonçalo, o Trinta Diabos, o madeira podre (que se chamava, na verdade, Inácio Luís Madeira de Melo), padre Brayner, e naturalmente, D. Pedro e Maria Quitéria - eram pessoas de carne e osso.

Elas não disseram, necessariamente, aquilo que eu as fiz dizer. Não importa. Como não sabemos exatamente o que disseram, podemos imaginar. Qualquer um tem esse direito.

Está contada a minha história, verdade e imaginação. Se você quiser, pode tirar uma lição. Se não quiser, pode apenas se divertir (Santos, 1980, p. 1).

De modo similar ao *O dia que o povo ganhou* (1979), o escritor produz um texto de abertura para provocar o leitor. Nele, ao que parece, ele apresenta o caráter ficcional da sua escrita, já que nas suas palavras existe o que “aconteceu de verdade”, inclusive nomeia os personagens da sua história afirmando que eles existiram em “carne e osso”, só que há aquilo que pode ser imaginado porque “não sabemos exatamente o que eles disseram”, de modo que sua ficção aparenta estar nessa possibilidade criada entre: o que foi, o fato e

as fontes; o que não foi, aquilo que as fontes não alcançam e o que poderia ter sido, a construção imaginativa a partir do o que é e do que não foi. Mais uma vez, ele insiste em enumerar a não separação das duas coisas: história e ficção, ainda que agora sem a preocupação de dizer o que é ou não é. Assim, o assunto da independência do Brasil é retomado, só que agora visando outro público leitor.

O texto de abertura carrega um elemento que parece ampliar uma ideia que já surgiu no anterior de 1979. No primeiro, o caráter da escrita é individual, já que sua exigência é o direito de imaginar a história, ou seja, de criar possibilidades de escritas a partir das fontes; no segundo, ele abre ainda mais ao dizer que: “Qualquer um tem esse direito”, não cabendo só a ele, ou melhor, não sendo responsabilidade apenas da instituição histórica o poder de imaginar o passado, estaria buscando romper com domínios autoritários da História sobre a escrita do passado? Isso, durante o processo de “redemocratização” brasileira, poderia ser sinal de um pensamento de tornar também a História mais democrática para com os leitores?

Os elementos narrativos de *O soldado que não era* (1980) concentram-se na figura de Maria Quitéria de Jesus. A personagem é apresentada como uma velhinha, vestida de periquito⁷ e que carregava uma espada; uma mulher “maluca” de quem não se sabia o passado, e nem ela mesma o contava para as pessoas, até que chega à cidade um sujeito estranho perguntando por Maria Quitéria de Jesus. Na venda de Lobão ninguém conhecia a mulher com tal nome. O sujeito estranho então narra a história da personagem o que faz com que todas as pessoas finalmente reconheçam quem era a velha “maluca”, vestida de periquito e levando uma espada, sendo ela Maria Quitéria, heroína da independência brasileira.

Ao escrever *O soldado que não era* (1980), Joel Rufino dos Santos, apresenta sobre sua ótica quem foram os personagens da independência: Lucas, um escravizado que Quitéria “libertará”; José Luís, alferes apaixonado por Maria Quitéria de Jesus; Soledade, soldado-tambor primeira vítima da guerra; os comandantes do batalhão dos periquitos e de mais alguns grupamentos, entre outros. Desse modo, ele passa a corporificar sujeitos e escolheu destacar: uma

7 Periquitos é o nome da tropa que Maria Quitéria de Jesus fazia parte, o batalhão tinha esse nome devido a suas vestes verdes e adornadas que lembravam o pássaro.

mulher, um homem negro escravizado, o soldado-tambor; em suma, aquilo que ele considerava “povo”. Apenas nas páginas derradeiras do livro, quando Quitéria vai receber a Ordem Imperial do Cruzeiro, é que surge o Imperador Dom Pedro I. Sendo assim, sua escrita é focada nos ditos sujeitos populares.

Maria Quitéria de Jesus em *O soldado que não era* (1980) representaria a ideia de “povo” já concebida nas páginas do *O dia que o povo ganhou* (1979), tanto é que ela figura como personagem nos dois livros, ou seja, nas palavras do autor: “O povo - entendido sempre aqui como conjunto de proletários e marginalizados - foi descartada da proclamação de setembro.” (Santos, 1979, p. 81). Na busca por recuperar o papel do povo na História, Joel Rufino dos Santos apela novamente para a ficção ao dar sentido à luta popular na conquista da independência brasileira no livro de 1980. Para ele, assim como Quitéria, o povo teria ficado no esquecimento, por isso ao ficcionalizá-los tenta recuperar o papel dos proletários e marginalizados na independência do Brasil.

Neste livro, propomos uma inversão da História da Independência. Partindo de outros fatos (outro histórico), formulamos outra conclusão (outro *lógico*). E, ao retomar os fatos, na sua multiplicidade, para organizá-los historicamente, destacamos outros acontecimentos, até aqui deixados na sombra (Santos, 1979, p. 80).

Quem produz a sombra, ou melhor, quem resolveu colocar certas coisas na sombra? Essas são decisões de quem escreve história, ao celebrar o dia da independência em 7 de setembro, e não no dia 2 de julho, o que isso pode nos dizer? Para Joel Rufino dos Santos, ao citar Oliveira Viana⁸, no seu último parágrafo de *O dia que o povo ganhou* (1979), a maior “debilidade da nossa historiografia é suprimir o povo”, desligá-lo dos acontecimentos os quais são eleitos como relevantes na formação nacional brasileira, fato que não ocorre apenas com a independência, mas também com a abolição, a proclamação da

8 Francisco José de Oliveira Viana nasceu em Saquarema (RJ), em 1883. Historiador, sociólogo e bacharel em direito, foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho e ministro do Tribunal de Contas, além de membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/oliveira-viana> Acesso em: 6 ago. 2023.

república e outros acontecimentos políticos. Rufino questiona qual o lugar do povo na história do Brasil, mais especificamente no período de “abertura” política, onde é que ele deveria estar na historiografia, como o(a) historiador(a) deve fazer para que ele emergja na sua escrita da história?

Em 1985, Joel Rufino dos Santos publica *Zumbi*. Nele, uma das perguntas do autor é: por qual motivo a guerra secular entre a coroa portuguesa e o Quilombo dos Palmares ocupava um lugar tão discreto na história social do Brasil. Ao revisitar novamente um conflito com os portugueses, ou seja, ao contar a história de Palmares tendo Zumbi como o protagonista dos acontecimentos, mais uma vez, propõe uma inversão da história a partir de outro fato e para produzir outra lógica. Ao fazê-lo, ele nos diz que só é possível a história de um Zumbi herói num outro Brasil, porém esse é imaginado justamente na sua obra.

Para imaginar essa nação é preciso ir além do fato histórico, pois, “*Aquilo que os simples fatos não dizem* - eis o que chamamos de *abstração*.” (Santos, 1985, p. 12). Dessa maneira, ele passa a contrapor as ideias palmarinas às da sociedade colonial; por exemplo, quando descreve o funcionamento das famílias em Palmares e das famílias portuguesas, e como elas demarcam um conflito de formação de sociedades. Assim sendo, ao dar enfoque às “sombras” da historiografia, nas *abstrações* possíveis, ele parece propor um olhar que não visa somente modificar os sujeitos e os acontecimentos da história, naquele velho clichê dos “novos sujeitos da história” ou “observar a história por um outro olhar”, mas modificar a própria escrita da história.

Ao tomar estes conteúdos históricos – personagens, revoltas, fontes, etc. – e tramá-los com ficcionalidade em um momento no qual se discute o processo de redemocratização no Brasil, Joel Rufino dos Santos parece se questionar sobre a possibilidade de transformar a História do Brasil (com H maiúsculo) em algo também democrático. O autor parece sugerir que isso só é possível se a História se tornar história (com h minúsculo), ou seja, não basta uma história da democracia é preciso tornar democrática a escrita da história. E parece que, para Rufino, isso só é possível por uma aproximação com a ficção.

Referências

- KNAUSS, Paulo. Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral, **Revista História Unisinos**. v. 12, n. 2, São Leopoldo - RS: maio/ago. 2008.
- LACAPRA, Dominick. Retórica e História. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 6, n. 1, Cuiabá - MT: jan./jul. 2013.
- NICOLAZZI, Fernando. Como se deve ler a história? **Varia Historia**. v. 26, n. 44, Belo Horizonte: jul./dez. 2010.
- SAER, Juan José. O conceito de ficção. **Revista fronteiraZ**, n. 8, São Paulo: jul. 2012.
- SANTIAGO, Silviano. Democratização no Brasil: Cultura versus Arte (1979-1981). *In*: SANTIAGO, Silviano. **35 ensaios de Silviano Santiago**. 1ªed. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- SANTOS, Joel Rufino dos. **O dia que o povo ganhou**: completado os desmandos do Madeira Podre e a traição de Bonifácio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SANTOS, Joel Rufino dos. **O soldado que não era**. 3º ed. São Paulo: Moderna, 1981.
- SANTOS, Joel Rufino dos. **Zumbi**. 2ºed. São Paulo: Moderna, 1985.
- SANTOS, Joel Rufino dos. **Assim foi (se me parece)**: livros, polêmicas e alguma memória. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

A ditadura civil-militar diante do “perigo comunista chinês”: o caso da perseguição aos membros e o fim precoce da “Associação Cultural Brasil-China” de Paulista, PE

*Anna Maria Litwak Neves**

Introdução

Esse artigo pretende contribuir com os debates acerca das mudanças na política externa brasileira a partir do golpe de 1964, analisando o rompimento das poucas tentativas de aproximação entre brasileiros e chineses da República Popular da China (RPC). Para tanto, utilizaremos como fontes para discussão os inquéritos judiciais (presentes no acervo do Arquivo Nacional) dos quais foram alvos os diretores da “Associação Brasil-China Popular” (criada em Recife em janeiro de 1964), ambos acusados pelo Regime Militar de subversão momentos após a tomada do poder pelos militares.

Neste trabalho, compreendemos a criação das sociedades de amizade entre Brasil e China como uma estratégia diplomática inicial de aproximação entre os dois países durante um contexto democrático que aparentava ser favorável, embora as forças responsáveis por um golpe civil-militar estivessem à espreita e vigilantes. Com o advento do Golpe de 1964, ocorreu o fim da Política Externa Independente (PEI) que vinha sendo construída nos anos anteriores e, conseqüentemente, os contatos diplomáticos com os chineses da RPC foram interrompidos até meados dos anos 1970.

A República Popular da China (RPC) e o Brasil, durante o século XX, mantiveram relações ora relativamente cordiais, ora de desconfiança e total afastamento, a depender do contexto histórico no qual essa dinâmica estava inserida. Longe de serem completos desconhecidos (as primeiras relações oficiais entre China e Brasil se iniciaram ainda no século XIX), ambos os países compartilharam, em vários momentos, anseios de se tornarem potências

e referências para os países do “Sul Global”¹, a despeito das suas diferenças ideológicas.

A partir da Revolução de 1949, a relação entre China e Brasil, que era amistosa mas relativamente distante, foi modificada. O governo brasileiro, em um movimento de alinhamento com os Estados Unidos em termos de política externa no contexto da Guerra Fria, decidiu não reconhecer a RPC como verdadeira representante da China para fins de relações diplomáticas e comerciais, o que inviabilizava um possível voto do Brasil a favor do ingresso da RPC na ONU.

Até 1971, o assento da China na ONU era ocupado pelo governo de Formosa (Taiwan). No entanto, havia alguns países que desde os anos 1950 reconheciam a RPC, como foi o caso da Inglaterra. Nesse momento, a busca de reconhecimento da parte dos chineses pelo Brasil se apresentava como uma possibilidade, já que algumas nações não-socialistas reconheceram a RPC, mesmo à revelia da ONU e dos Estados Unidos.

A despeito disso, Vargas seguiu a linha estadunidense de firmar relações oficiais com Taiwan. Um acordo militar com os Estados Unidos foi firmado pelo governo brasileiro em 1952, acordo esse que traria instabilidade e geraria muita controvérsia na relação de Getúlio com os militares, muito divididos acerca da viabilidade desse acordo como política de segurança nacional (D’Araújo, 1992, p. 169-185). Justo nesse ano, o Brasil também inaugurou sua embaixada na ilha de Taiwan², como uma possível sinalização aos norte-americanos. Apesar de não enviar soldados brasileiros para a Guerra da Coreia, mesmo sob a pressão dos EUA, também não havia, por parte do governo brasileiro, movimentos positivos de um reconhecimento da RPC.

1 Optamos por utilizar o termo “países do Sul Global”, criado por Carl Oglesby (ativista e escritor estadunidense), para se referir às ex-colônias da África, Ásia e aos países América Latina, apenas como forma de referenciar qual parte do globo queremos situar, apesar das várias controvérsias acerca da definição de quais países exatamente faziam e fazem atualmente parte dessa categoria. A limitação temática desse artigo não nos permite debater com maior profundidade as diferentes interpretações e discussões acerca do termo.

2 O Brasil possuía, antes da Segunda Guerra Mundial, uma Legação em Pequim e um Consulado em Shanghai. No entanto, com as dificuldades impostas pela guerra, o Consulado de Shanghai foi fechado, passando a Legação de Pequim a ser uma Embaixada. Posteriormente, a Embaixada precisou ser transferida para Chongqing e depois para Nanjing, tendo sido fechada definitivamente em 1949. Suas atividades consulares funcionaram provisoriamente na Embaixada de Tóquio até 1951, e em 1952 foi criada uma embaixada brasileira em Taipé (Taiwan).

Isso não significa, no entanto, que não houve nenhum contato entre o Brasil e a “China Popular” (termo utilizado na documentação histórica para se referir a RPC). Há relatos de viagens de brasileiros (comunistas ou não) para a China e de chineses para o Brasil, antes do Golpe de 1964. Esse trânsito de pessoas, bem como a possibilidade de reatamento de relações comerciais e, talvez, diplomáticas, foi ainda mais frequente durante os anos 1960, em um curto período de tempo em que a política externa brasileira logrou buscar um caminho de independência em relação aos EUA.

A eleição de Jânio Quadros, em 1960, criou um clima interno dicotômico com relação a RPC. Afonso Arinos de Melo Franco, escolhido pelo então presidente para ser Ministro das Relações Exteriores, foi um dos idealizadores de uma política externa independente que San Tiago Dantas, futuro chanceler do governo Jango, consolidou. Afonso Arinos viu com simpatia a ideia do Brasil apoiar a descolonização das ainda colônias asiáticas e africanas, inclusive as colônias portuguesas (o que contrastava com o posicionamento de vários diplomatas no Itamaraty de defesa ou de silêncio conivente com relação ao colonialismo do Regime de Salazar).

A viagem de João Goulart, ainda como vice-presidente de Jânio Quadros, para a RPC, elevou Jango a categoria de primeiro chefe de estado da América Latina a fazer uma visita oficial ao país. A viagem, porém, revelava um contexto interno peculiar de disputa entre presidente e vice. Jorge Ferreira destaca que, nos bastidores, o convite de Jânio para Jango para que ele fosse a RPC foi visto com desconfiança por parte do vice (que não tinha boas relações com o presidente) justamente pelo receio da repercussão interna que tal viagem poderia gerar (Ferreira, 2011, p. 224).

Embora a repercussão interna da viagem, de fato, tivesse sido alvo de muita polêmica e críticas, sobretudo da ala da imprensa que conspirava por um golpe de estado tanto na ocasião da viagem quanto depois, para os chineses, a viagem gerou muitas expectativas positivas, não de estabelecer imediatamente relações diplomáticas, mas sim de uma aproximação paulatina do ponto de vista cultural e comercial. Jango deixou a China tendo assinado um acordo envolvendo o Banco do Brasil e o Banco Central da China, além de ter firmado a promessa de visitas anuais de delegações comerciais entre ambos os países. (Guedes; De Melo, 2014, p. 44).

Esse clima de maior possibilidade de estreitar relações especificamente com o Brasil, visto como um importante país latino-americano, foi bem avaliado pelos chineses. A revista internacional chinesa *Peking Review*, principal semanário difundido mundialmente em várias línguas, tratou o Brasil de forma bastante elogiosa na ocasião da visita de Jango. O discurso de Dong Biwu, vice-presidente da RPC (*Peking Review*, 1961, p. 06), situou China e Brasil em patamar semelhante, na medida em que ele disse que:

Tanto Brasil quanto China são grandes países que buscam a paz. Quanto maior for a cooperação entre nossos grandes países e mais profunda for a amizade entre nossos povos, maior será o papel que nós poderemos ter nas questões internacionais e mais benéfico isso será para a paz mundial³ (tradução nossa).

Nesse sentido, as associações culturais de amizade foram importantes para difundir o conhecimento sobre a China, tanto nos demais países da América Latina quanto no Brasil, ao menos no curto período democrático anterior ao Golpe de 1964. Mesmo após a renúncia de Jânio⁴ em 1961, renúncia esta que jogou o Brasil em um risco real de antecipação do golpe militar, os chineses permaneceram exaltando a amizade que estaria sendo construída entre os países, acreditando que o único obstáculo entre a China e o Brasil seria uma interferência norte-americana.

3 “Both China and Brazil are big countries that treasure peace. The better our two big countries co-operate and the deeper the friendship between our two peoples, the greater will be the role we can play in international affairs and the more beneficial will it be to world peace.”

4 É importante ressaltar que os chineses tinham certa estima por Jânio Quadros, atribuindo sua renúncia não a uma tentativa de golpe do próprio, o que de fato ocorreu, mas sim a uma trama dos EUA para afastar a China do Brasil. De fato, havia interferência da política externa estadunidense nos rumos que o Brasil tomava, porém a visão chinesa benevolente e, até certo ponto ingênua, para com Jânio Quadros pode ser explicada pelo fato de que os chineses não tinham total conhecimento do que se passava internamente no Brasil, e também pelo fato de que Jânio ganhou a estima dos chineses por ser o primeiro presidente latino-americano a enviar um representante oficial ao país. Sobre essa questão, ver o editorial: HANDS OFF BRAZIL! *Peking Review*, Pequim, v. 4, n. 35, p. 21, set. 1961. Disponível em: <https://massline.org/PekingReview/PR1961/PR1961-35.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

A criação da “Associação Brasil–China Popular”

A criação de associações culturais de amizade foi uma prática que permitiu que a RPC, no pós-revolução, promovesse não apenas uma visão positiva da China e dos chineses, mas aproximasse a China Popular das pessoas em locais onde o país era quase desconhecido pela população desses locais. Tomás Mafano Fares destaca que a partir da Revolução Cubana houve, por parte do governo de Pequim, um maior engajamento na criação de associações na América Latina, que facilitaram a difusão de informações, mas também o trânsito de pessoas entre os dois países (Fares, 2017, p. 37).

Não por um acaso, os discursos de solidariedade públicos dos chineses sempre citavam “Ásia, África e América Latina” como os três focos mundiais na luta contra o imperialismo. Contudo, não existem fontes históricas que comprovem correlação entre as associações culturais de amizade e qualquer tipo de possível interferência nos assuntos políticos brasileiros ou de outros países latino-americanos onde essas associações foram criadas.

Nesse sentido, a defesa dos “cinco princípios de coexistência pacífica” (*Panchsheel principles*), assumidos publicamente pela política externa chinesa na Conferência de Bandung (1955) - sendo a “não intervenção em assuntos internos dos países” um deles - se fazia presente. Para Bárbara Barnouin e Yu Changgen (Barnouin; Changgen, 2006, p. 151), a assumpção dos *Panchsheel* como base da diplomacia fazia parte, também, de uma estratégia de melhoria da imagem da China ao redor do mundo, em um contexto após a Guerra da Coreia onde a visão negativa sobre a RPC ainda se fazia presente em muitos países e os norte-americanos aproveitavam o ensejo para construir bases ao redor do território chinês com a justificativa de defesa global devido a um suposto risco de expansão comunista.

A primeira associação de amizade sino-brasileira foi criada no Rio de Janeiro em 1958, seguida de uma associação independente da primeira, fundada em Recife. O *Jornal do Comércio*, em edição do dia 15 de dezembro de 1963 (PROCESSO Nº 53, 1964, p. 24) anunciou:

Será solenemente instalada a 9 de janeiro no Teatro do Parque a SOCIEDADE BRASIL CHINA POPULAR. Amável agremiação

funcionará em caráter provisório no Edifício Continental Sala -1117. Adiante já foi eleita a primeira diretoria da entidade que conta com as seguintes pessoas: Presidente CLOVIS MELO (ex-consul da Venezuela), Diretores: snr CUNHA PRIMO (Prefeito de Paulista), GERALDO PORTO DE MENDONÇA, JOAQUIM GUMERANDO DE AMORIM, além de um jornalista do ÚLTIMA HORA. Mais ainda, os contatos da S C B C P. estão sendo feitos diretamente com o Vice Presidente da República da China Popular, sr Ruo-no-jo (Guo Moruo). A primeira atividade da sociedade já está em pauta e ministra um curso de história chinesa.

Não sabemos ao certo quais atividades relevantes a “Sociedade Brasil-China Popular” (SBCP) pernambucana realizou após o momento de sua fundação, no entanto, há indícios de que ela foi monitorada pelo consulado americano dos Estados Unidos, que reportou notícia sobre sua criação ao Departamento de Estado no dia 16 de janeiro de 1964 (Aerograma A-66, 1964, p. 3), quatro dias após o anúncio.

Isso se deu porque, para a CIA, as sociedades de amizade chinesas com os países representavam um perigo e uma forma de expandir o comunismo por meio da propaganda na América Latina, o que fazia dessas sociedades e dos que delas participavam alvos de investigações sigilosas pelas autoridades brasileiras para uma posterior condenação por subversão quando o golpe se concretizasse. Marcília Gama da Silva (Silva, 2014) demonstrou como uma rede de informações altamente sofisticada entre EUA e Brasil vinha se articulando desde antes do golpe militar, vigiando silenciosamente indivíduos considerados perigosos e “perniciosos” à segurança nacional, acusação na qual recaíram os membros da SBCP.

Destacamos, também, que essa preocupação com a penetração de “propaganda comunista chinesa” no Brasil tinha como base a obsessão norte-americana com a ideia de uma revolução aos moldes da Revolução Cubana ou chinesa no Brasil, mais precisamente no Nordeste brasileiro. Isso levou John Kennedy, nos início dos anos 1960, a classificar a América Latina como zona

de prioridade. De acordo com Joseph A. Page (Page, 1972, p. 29) “o entendimento que rapidamente se cristalizou nos meios oficiais de Washington era de que, enquanto a negligência e os erros americanos no passado podiam ter ajudado a causar a revolução cubana, o Nordeste do Brasil era a segunda rodada do circuito [...]”.

Sendo assim, vejamos a seguir como terminou a SBCP, por ocasião do golpe de 1964 (comprovadamente apoiado pelos EUA), e quais punições, no âmbito criminal e administrativo, Clóvis Melo e Severino Cunha Primo (diretores da associação) sofreram.

O fim da SBCP e a perseguição aos diretores

Antes de falarmos sobre os inquéritos sofridos por Clóvis Rego de Melo e Severino Cunha Primo, é importante fazermos uma explanação de quem eles eram, considerando também suas diferenças ideológicas e suas especificidades. Clóvis Melo era filho de Mário Melo, importante jornalista e advogado pernambucano. Assim como seu pai, Clóvis seguiu a mesma carreira, formando-se em direito na FDR em 1956. Desde muito jovem, militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que gerou confronto com as autoridades policiais em diversas ocasiões.

O prontuário de Clóvis Melo no DOPS (PRONTUÁRIO N° 10019, 1964) traçou toda sua trajetória dentro da militância do PCB, tendo o acusado sido correspondente da *Folha do Povo* (importante jornal operário de viés comunista que circulou em Pernambuco entre os anos 1935 e 1960). Foi preso em duas ocasiões diferentes, por atividade política anterior ao golpe de 1964: em 1949 e em 1951, sendo liberado em ambas as ocasiões.

Conforme se percebe no processo do qual ele foi alvo em 1964, a principal punição de Clóvis pela participação na fundação da SBCP não foi necessariamente policial, mas administrativa. Ele exercia o cargo de Procurador da Prefeitura do Recife desde 1949, sofrendo um inquérito administrativo interno, motivado não apenas por seu histórico como militante do PCB, mas também em represália à fundação da “Sociedade Brasil-China Popular”.

Essa questão é nítida em várias páginas do inquérito. A título de exemplo, vejamos o que diz um ofício enviado da Câmara Municipal do Recife à “Co-

missão Geral de Investigações Sumárias da Prefeitura do Recife”, ofício esse que demonstra a relevância, para a acusação, da participação de Clóvis Melo na SBCP (Prontuário N° 10019 , 1964, p. 75):

Encontramos nos arquivos desta Câmara um ofício firmado pelo BACHAREL CLÓVIS MELO, Procurador dessa Prefeitura, na qualidade de **Presidente da SOCIEDADE CULTURAL BRASIL-CHINA POPULAR**, e considerando que o seu **caráter essencialmente ideológico-subversivo** poderá interessar aos inquéritos que se processam nessa Comissão Geral de Investigação Sumária, sob a sua presidência, achamos de bom alvitre remeter-lhe uma cópia autêntica do mencionado documento, a qual anexamos ao presente (grifos da autora).

O processo administrativo é bastante longo, contendo depoimentos de servidores da prefeitura do Recife denunciando vários outros colegas (incluindo o nome de Clóvis Melo na lista), acusando-os de atividade comunista, o que caracteriza que a perseguição atingiu um coletivo de funcionários públicos para além do presidente da SBCP. Também foram anexados recortes de jornais “provando” a atuação político-partidária de Clovis Melo, bem como também constavam manifestos escritos por ele a favor do governo revolucionário de Cuba e de defesa do ex-governador Miguel Arraes de Alencar (deposto em 1964 e preso pelo Regime Militar).

Ao fim do inquérito, a demissão do procurador foi recomendada pelo parecer final da comissão, tendo o processo sido remetido para o Governo do Estado de Pernambuco para análise e decisão final em 24 de julho de 1964. O governador em exercício, Paulo Guerra, no entanto, pune Clóvis Melo com aposentadoria compulsória com proventos proporcionais ao tempo de serviço, “[...] por atividades contra a segurança nacional e a ordem constituída.” (Diário de Pernambuco, 1964, p. 1). Não sabemos ao certo o que motivou o chefe do executivo estadual a optar por uma pena mais branda, mas percebemos ao longo do processo que Clovis contava com a estima de colegas no meio jurídico. É possível também que tenha sido levado em consideração o fato dele ser filho de Mário Melo.

Com relação a Severino Cunha Primo, prefeito eleito pela cidade de Paulista (PE) e vice-presidente da SBCP, temos uma trajetória política divergente da de Clóvis Melo. Severino Cunha Primo não era comunista, apesar de ter feito carreira no movimento trabalhista. Ele era ex-líder sindical do “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassú”, entidade representativa de classe dos tecelões da Companhia de Tecidos Paulista (CTP). Sua atuação, tanto sindical quanto política, se deu dentro dos quadros do Partido Social Democrático (PSD), sendo Cunha Primo um aliado do Deputado Antônio Torres Galvão, considerado moderado (Neves, 2019, p. 31).

Essa ala do movimento trabalhista tinha uma nítida posição de embate com os industriários donos da CTP (a família Lundgren), mas muitas vezes foi criticada como “pelega” pelos trabalhadores têxteis comunistas, o que expunha uma divisão e a distância ideológica entre os movimentos. Também tinha uma distinção em relação ao apoio político a candidatos eleitorais. José Sérgio Leite Lopes (Lopes, 1988) fez uma contextualização bastante completa da situação política e social de Paulista entre os anos 1930 e 1964, bem como das lutas de classe dos têxteis. A cidade funcionava em um sistema de “fábrica com vila operária”, onde a família Lundgren, dona da CTP, era não apenas proprietária da indústria, como também das casas e dos terrenos do município onde os trabalhadores viviam.

A rivalidade entre o grupo de Severino Cunha Primo e o grupo patronal, dos Lundgren, é exposta no processo de cassação do prefeito, eleito em 1963 contra um outro líder sindicalista. O processo se iniciou em 02 de junho de 1964, tendo como acusados o prefeito e seu vice (Eliseu Celestino).

No decorrer, fica evidente que a Comissão de inquérito que julgou a cassação do prefeito privilegiou depoimentos de adversários políticos de Cunha Primo, a exemplo de Edson Vasconcelos Lundgren, filho do cel. Frederico Lundgren. Edson, na condição de testemunha, tentou ligar Severino ao comunismo e a pessoas consideradas pelo Regime Militar recém-instaurado como subversivas (como Francisco Julião, Miguel Arraes e Gregório Bezerra), e, assim como ocorreu no processo de Clóvis, a mesma “cartada” da participação de Cunha Primo na SBCP foi lançada (Processo N° 53, 1964, p. 10):

[...] Uma vez no cargo de Prefeito - começou o sr. Severino Cunha Primo a discordar da orientação seguida pelo Partido Comunista do Brasil acabando finalmente por adaptar-se à **Linha Chinesa**, à Linha Dura, à Linha da Revolução, conforme comprovo por publicação feita no Suplemento do Jornal do Comércio de 15 de dezembro de 1963 onde - fazendo menção à instalação da **Associação Cultural Brasil-China Popular** esclarece ser o sr. Cunha Primo um dos diretores da mesma. Os demais diretores são todos públicos e notórios comunistas (grifos da autora).

Em sua defesa, Cunha Primo recorreu a antigos contatos de influência que ele conhecia, tanto no meio político quanto jurídico (como o juiz da vara de Paulista Mário Gadelha Simas, o promotor Luiz de Gois Lima e o ex-comandante da Polícia Militar de PE, Expedito Sampaio), anexando também declarações de que participava de um Círculo Operário Católico anticomunista, na tentativa de provar que nunca teria tido ligação com o PCB ou qualquer outra vertente.

Uma outra declaração foi anexada, a do Juiz Eleitoral da 12ª Zona na época, Pedro Ribeiro Malta, esclarecendo que o acusado não fez campanha para Miguel Arraes, e sim para João Cleofas nas eleições para o governo estadual. Essas informações, no entanto, não foram suficientes para reverter a cassação do seu mandato, uma vez que também imputaram a Severino Cunha Primo denúncias de corrupção. Além da cassação, houve também sua prisão.

Constata-se que, tanto no processo de Clóvis Melo quanto no de Severino Cunha Primo, o argumento da subversão ganhou peso devido à fundação da SBPC. No caso de Clóvis, havia de fato um histórico que fez sentido aos olhos das autoridades golpistas sedentas pela caça ao comunismo. Porém, no processo de Cunha Primo, fica claro o teor de invenção e exagero das acusações, como forma de prejudicar um adversário político na dinâmica local de Paulista.

Considerações finais

Esse trabalho buscou refletir sobre como o Golpe Civil-Militar de 1964 não apenas alterou a política externa brasileira, mas também gerou um movimento de perseguição interna aos que, mesmo que em um contexto anterior,

teriam tentado estabelecer relações com a República Popular da China. Ao passo que o reconhecimento da RPC não saiu do papel durante o período que compreendeu os anos 1950 até 1974, algumas iniciativas por parte da sociedade civil tentaram florescer, até que o golpe bruscamente as interrompeu.

A visita de Jango no início dos anos de 1960 gerou expectativas positivas tanto da parte dos chineses, de uma abertura comercial e diplomática com o Brasil, quanto de uma parte da sociedade brasileira, que via com interesse a construção de laços com o país asiático. A principal forma de aproximação se deu por meio da criação de sociedades culturais de amizade, que mais tarde custaram a liberdade daqueles que foram os responsáveis por essas iniciativas no Brasil.

Os processos dos quais foram vítimas Clóvis de Melo e Severino Cunha Primo exemplificam como o Regime Militar, em nome da “segurança nacional” e da eliminação de elementos potencialmente perigosos e subversivos, atingiu, de forma desproporcional e injusta, pessoas públicas que tentaram, por vias pacíficas, iniciativas de aproximação com a RPC. Os inqueritos, nas entrelinhas, também deixavam claro qual seria o caminho diplomático adotado pelo Brasil a partir de então: a submissão automática aos Estados Unidos no que tange a adaptação da política externa brasileira (que vinha sendo construída por meio de um prisma mais independente) aos princípios norte-americanos de viés anticomunista. Entendemos que esse fato não apenas trouxe danos aos brasileiros por trás das associações de amizade, mas também posterogou a hoje profícua relação do Brasil com a China, eliminando possibilidades.

Referências

BARNOUIN, B.; CHANGGEN, Y. **Zhou Enlai**: a political life. Hong Kong: The Chinese University Press, 2006.

D'ARAUJO, M. C. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

FARES, T. M. A DIPLOMACIA CHINESA E AS RELAÇÕES COM O BRASIL (1949-1974). **SÉCULO XXI: Revista de Relações Internacionais - ESPM-POA**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 28–47, 2017. Disponível em: <https://seculoxxi.espm.br/xxi/article/view/134>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FERREIRA, J. **João Goulart**: uma biografia. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUEDES, C.; DE MELO, M. F. **O caso dos nove chineses: o escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

LOPES, J. S. L. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero Editora, 1988.

NEVES, A. M. L. **“O direito que temos é o de morrer de fome”**: os operários da Companhia de Tecidos Paulista e a busca por direitos na Justiça do Trabalho (1950-1952). 2019. 173f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

PAGE, J. A. **A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro, Record, 1972.

SILVA, M. G. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Recife: Editora UFPE, 2014.

Fontes

AEROGRAMA A-66. WEEKLY SUMMARY Nº 25, 16 jan. 1964. Fundo: Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s, Brown University, pol29braz04-28-64rio1492xr_2.pdf. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:358238/PDF/>. Acesso em: 18 fev. 2024.

HANDS OFF BRAZIL! **Peking Review**, Pequim, v. 4, n. 35, p. 21, set., 1961. Disponível em: <https://massline.org/PekingReview/PR1961/PR1961-35.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MAIS DOIS APOSENTADOS POR ATOS SUBVERSIVOS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 02 out. 1964, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=31833. Acesso em: 30 nov. 2023.

PROCESSO Nº 53. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, de 02 jun. 1964. Fundo: Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco - BR PEAPEJE DPE, Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/01068/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_01068_d0001de0001.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

PRONTUÁRIO N° 10019. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, S/D, 1964. Fundo: Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco - BR PEAPEJE DPE, Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/10034/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_10034_d0001de0001.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

Operários do Banabuiú: a construção e os construtores do açude Arrojado Lisboa (1952-1966)

Sebastião Rubens da Silva Sousa¹

Esta pesquisa tem como objetivo tratar sobre o cotidiano de trabalho dos operários do açude Banabuiú durante sua construção, entre 1952 a 1966. Sendo o terceiro maior reservatório hídrico do estado do Ceará, o açude Arrojado Lisboa (seu nome oficial) foi uma obra realizada pelo Departamento Nacional de Obra Contra as Secas (DNOCS), que demandou a ocupação de muitos operários, com ritmo de trabalho que nos instigam a investigar os acontecimentos pormenorizados que estão relacionados ao descaso social com a classe trabalhadora pobre que viveu em meados do século XX, naquela labuta árdua, composta de jornadas de trabalho duradouras de uma mão-de-obra barata. Resultado de uma série de medidas que ficaram conhecidas como “socorros públicos” no começo século XX, acionadas para minorar os efeitos das secas sobre os chamados “flagelados” no Nordeste do país.

Para tanto, analisamos os livros de Barreira (1976) e Neves (2000), a fim de compreender o descaso político e social sentido pelos retirantes a partir da grande seca de 1877. Os textos de Cândido (2011) e Ferreira (2016), auxiliaram na compreensão de como a indústria das secas impactou operários daquela época em que as oportunidades eram tão poucas. Relatórios do DNOCS, monografias, artigos e principalmente a história oral, trouxeram dados e nos permitiram analisar aspectos como o atendimento médico, doenças, mortandade e como eram os assentamentos destinados àquela gente toda que trabalhava na obra. Ademais, as memórias subjetivas que as entrevistas trouxeram para a discussão, permitiram-nos relacionar com os documentos escritos e entender a forma como viviam os construtores nos acampamentos de trabalho.

Os operários das secas são figuras centrais da discussão desta pesquisa. Eram empregados com cargos inferiores nas obras, mas trabalhavam ardua-

1 Graduado em História pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC/UECE).

mente. Essa classe era formada majoritariamente por agricultores do sertão cearense, ou seja, famílias inteiras de pequenos produtores rurais, homens, mulheres e crianças que, nos anos de forte estiagem, tendo visto seus roçados ou animais de criação arruinados, rumavam pelos sertões em busca de alternativas para sua sobrevivência. Muitos partiam em longas migrações para outras regiões do país, mas grande parte dos retirantes procuravam ocupação nas obras de construção organizadas pelo governo, conhecidas como “frentes de trabalho”.

É preciso analisar o contexto histórico das grandes secas que ocasionaram no surgimento de obras públicas, olharemos desde a grande seca de 1877, que já é um fenômeno reconhecido por toda a história, que possui características fundamentais que fazem dela marcante para a historiografia. Analisando o contexto que levaram aos desastres dessa seca, olharemos para o colapso socioeconômico a partir da década de 1850-60. À queda econômica na comercialização do algodão fora do país com o fim da Guerra de Secessão, ou Guerra Civil Americana nos Estados Unidos, que antes era tratado como um produto muito vendido no exterior, entra em declínio pela precária exportação após o fim da guerra e retomada econômica dos estadunidenses. Muitos produtores deixaram de realizar suas distribuições e perderam os estoques com a volta da produção algodoeira e estabilidade na produção dos americanos.

A província do Ceará, por exemplo, deixou de ser um dos maiores exportadores, ficando em uma posição estagnada no que se refere ao lucro sobre o produto que era quase um domínio comercial para o país, sendo tratado até como “ouro branco,” dado ao seu valor de venda e importante para economia naquela época. Isso afetou diretamente os cotonicultores que dependiam desse comércio para conseguir a subsistência e logo foram deixando de ter retorno financeiro, entrando em decadência econômica. A Lei de Terras (1850), também contribuiu para dificultar a vida dos pequenos agricultores que foram perdendo direito de trabalhar nas terras que antes utilizavam para produzir. Com esse novo sistema de organização territorial que separava em grandes latifúndios aquelas propriedades privadas, aos poucos as famílias sem emprego e renda, dirigiam agora suas vidas com destino a outros lugares, cidades e províncias.

Durante a década de 1870, foi presenciado constantes cenas de luta pela sobrevivência de sertanejos que enfrentavam com a feroz coragem a insuficiência das chuvas na “grande seca” de 1877-79. Seca esta a qual também passa a ser denominada posteriormente como a “seca-tipo” – termo utilizado por Rodolpho Theóphilo².

José Amaury de Aragão Araújo, em *Barragens no Nordeste do Brasil* (1990), apresenta como a situação do sertanejo é modificada com o acontecimento surpresa que é a falta d’água, discutindo como acontece a ruptura de uma vida estável, para as incertezas que são desenvolvidas com a crise da falta de um bom inverno:

Realmente, a fragilidade econômica do rurícola nordestino que, em crescente densidade, habitava esta região, não lhe proporcionava a menor resistência a uma adversidade climática menos habitual. Em pouco tempo estavam comprometidas as suas precárias culturas agrícolas e a sobrevivência dos seus rebanhos. A desorganização estrutural desse setor da economia provocava a migração dos sertanejos para os centros de maiores recursos (Araújo, 1990, p. 32).

O descaso e desamparo com os pobres durante os primeiros meses, inicia todo um cenário de migração em massa, onde famílias de “flagelados” vagavam com destino aos espaços citadinos, no qual ficava o centro do poder. Lugares que lhes parecessem possíveis de viver, pedir ajuda ou esmolas de caridade, negociar com lideranças políticas e ou até mesmo invadir comércios.

2 Rodolpho Theóphilo, natural do estado da Bahia, mas viveu boa parte da sua vida no Ceará. Era um detentor de diversos conhecimentos que garantiu ao longo de sua vida pessoal e profissional, algumas experiências; além de farmacêutico, atuou como cientista, industrial e divulgador científico. Vivenciou grandes secas que ocorreram no Nordeste, precisamente a partir de 1862, e posteriormente mais sete secas, como a grande seca de 1877, bem como a de 1890, 1900, 1915 e em 1919. Nascido no seio familiar envolto na área da saúde, seu pai médico, o que de alguma forma o incentivou Rodolpho Theóphilo a seguir a sua carreira como farmacêutico. No estado do Ceará, esteve presente na luta contra as doenças que apareciam por ocasião da seca de 1877, ajudou com a divulgação e incentivo para que as pessoas carentes tomassem vacinas, as quais eram distribuídas de forma gratuita para diversas pessoas. Frederico de Castro Neves, conta que durante a grande seca, calculou-se que cerca de 80.000 pessoas estavam doentes. Essa seca também contou com um dos maiores desastres de mortes ocasionadas pela presença das doenças; pois houve um dia em que mais de mil pessoas morreram, ficando conhecido como o “dia dos mil mortos”, que até hoje assusta pesquisadores.

Fortaleza, Aracati e Sobral, foram algumas cidades invadidas pelos retirantes das secas que se estabeleciam aleatoriamente no centro e arredores dessas cidades. As vítimas eram movidas pela vontade de sobreviver ao chegar naqueles destinos, mesmo que fosse necessário pedir esmolas ou saquear os comércios, atos que foram corriqueiros. Isso deixou insatisfeito o governo provincial, que decidiu convocar as “Comissões de Socorros Públicos”, um tipo de assistência aquelas pessoas que estavam nessa situação de abandono. Com a iniciativa desse tipo de prática emergencial, a seca começa a ser também vista como um problema social e político, na medida que esse apoio era considerado uma “caridade” aos afetados.

No intuito de acabar com a situação de calamidade, o governo imperial cria em 1878 uma comissão de açudes, estudando algumas das primeiras obras de reservatórios com grandes capacidades, como o açude do Cedro, em Quixadá. Com o fim dessa grande seca e a volta das chuvas, as obras dessa comissão foram interrompidas em razão da impossibilidade continuar os trabalhos. Com a ocorrência da seca de 1888-89, obras antes suspensas foram retomadas, outras obras foram iniciadas. A conclusão dos açudes do Cedro e do Acarape do Meio, este último localizado no município de Redenção. Esses açudes foram os primeiros a serem feitos no país, todos com o mesmo propósito, utilizar a mão de obra barata das vítimas das secas e ter grandes reservatórios para a conservação de água.

Ao fim de cada seca, os retirantes retornavam aos sertões de onde teriam migrado e conseqüentemente as obras eram interrompidas. A fim de evitar o investimento em recursos gasto com as interrupções, o governo decide criar no começo do século XX, um órgão denominado de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), fundado em 1909, o qual possuía vínculo ao Ministério da Viação de Obras Públicas. Essa instituição federal se caracterizou por ser a primeira a se responsabilizar e estudar os primeiros eventos de secas e teria o objetivo de dar “soluções ao problema das secas”. Após sua fundação, desenvolveram projetos para a feitura de açudes, redes de energia elétrica, pontes, estradas, campos de pouso, usinas hidrelétricas e hospitais, todos construídos com a mão de obra de retirantes. A IOCS, na época, teve o ideal de ajudar as populações que foram vítimas das secas e, que passaram a se tornar flagelados.

Somente em 1919, o antigo IOCS, se tornou a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), foi nesse momento que o órgão recebeu a

classificação e registro como sendo federal. Não somente atingida pelos mesmos obstáculos que a IOCS já vinha enfrentando, a IFOCS origina de uma inquietação em acabar com o avanço de epidemias que estavam afligindo a população do Rio de Janeiro, como no caso da febre amarela. Era umas das grandes necessidades daquele momento, em parar com o desenvolvimento crescente dessas doenças epidemiológicas, mas o novo órgão também motivou o crescimento de novas medidas para assolar o problema da seca. Por outro lado, o IFOCS foi um grande instrumento de criação da “Indústria das Secas”, sistema que beneficiava diretamente os grandes latifundiários com as grandes construções.

Mais tarde, nasce o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), sigla que veio a se tornar oficializada a partir do ano de 1945. É um órgão que se mantém até os dias atuais, e pode-se dizer que é o resultado desses vários desdobramentos que existiu durante o decorrer do século XX. É importante ressaltar que o DNOCS, foi responsável por diversas obras hídricas e afins, as quais havíamos visto desde o início desta pesquisa. Manteve a responsabilidade e atividades dos órgãos anteriores, que visavam a criação de obras para evitar maiores complicações diante das secas, em especial a açudagem. Na década de 1950, em decorrência da seca desses anos, as medidas de açudagem do DNOCS chegam a seu ápice, construindo uma rede de reservatórios espalhados no Nordeste.

A construção do açude Banabuiú teve início somente em 1953, ano de uma dramática seca. A crise social e migratória levou o Departamento de Obras Contra as Secas a acionar as obras naquele momento, mas um conjunto de intercorrências retardaria a inauguração do açude que somente ocorreria em 1966. São esses os marcos temporais da presente pesquisa. Sendo o terceiro maior açude do Ceará e o quarto maior do Nordeste, o açude Banabuiú possui uma capacidade de armazenar 1,7 bilhões de metros cúbicos de água, é utilizado para abastecer o município e cidades vizinhas, além de permitir a piscicultura, bem como outras atividades que interferem diretamente na economia local. O rio Banabuiú que fornece a água do açude é um atrativo para turistas e serve para comerciantes barraqueiros que vendem pratos da culinária local, como o peixe.

Para a construção do açude, foram necessários diversos trabalhos preliminares que visavam criar as condições básicas para as pesadas operações.

Viu-se a necessidade de uma rodovia que permitisse o transporte de pessoas, veículos e máquinas, até o local da construção, pois não havia vias de acesso adequadas. Foi então construída uma estrada de cerca de 40 quilômetros entre o local de construção do açude Banabuiú e Juatama, distrito próximo à Quixadá, no qual havia uma estação de trem da Rede de Viação Cearense. No romance *Os cassacos*, de Luciano Barreira, é nessa estrada que trabalha um grupo de retirantes, personagens da obra (Barreira, 1976).

Nesse momento, o povoado que já ia se formando naquela área, pôde identificar as primeiras divisões sociais que foram sendo engendradas e trazidas junto a obra do açude. As relações sociais entre chefes do trabalho e cassacos, poderiam ser próximas, mas não negariam as posições em que estavam. Essas figuras que dispunham de um certo poder aquisitivo, de um “conhecimento maior”, ou até mesmo, de uma proximidade com personalidades políticas “importantes” daquela época; ficavam em um hotel, que também foi construído para receber justamente esse pessoal.

Existia essa segregação social, uma vez que os setores distribuídos eram formados por divisões. Em uma antiga rua, denominada de “rua operária”, que na atualidade leva o nome de ‘rua do arame’, tem sua origem dessa organização. Eram ruas divididas por arames, uma espécie de cercamento para que os operários não se misturassem, de um lado os alojamentos dos operários e do outro as hospedarias, escritório do pessoal do departamento. Nem ao menos os operários entendiam o porquê dividiam e como estava dividido, era um tipo de labirinto feito todo de arame. Socorro Vespa, descreve isso em sua fala: “Meu fi, aqui era tudo cercado. Aqui, se uma pessoa brigasse aqui, corresse, ficava enganchada nos arame [...] ninguém brigava aqui p’a correr...” (Maria Socorro Vespa, 2022).

Embora já desenvolvidas algumas reflexões sobre o surgimento de Banabuiú, é preciso ainda problematizar que a sua história não se origina somente a partir da construção do açude Arrojado Lisboa. Não pode ser tão somente compreendida por esta ótica, visto que, na localidade, antes mesmo da inserção da comissão da obra, já havia pessoas que moravam na região. Logo no começo do século XX, algumas poucas e pequenas famílias já adentravam no território e que começava movimentar a localidade. De acordo com a professora local, Lila Oliveira, afirma que: “No início dos anos 30, algumas famílias começaram a chegar às terras de Banabuiú [...]” (Lila Oliveira, 2022).

Banabuiú, é composto por uma região seca, fica no Sertão Central cearense, então detém de um clima tórrido, com temperaturas que podem chegar a 37° C. Com poucas casas naquele momento, existia apenas algumas fazendas, uma dessas conhecidas fazendas, que por sinal era responsável por receber pessoas que chegavam de fora, era a Fazenda Amendoim, do proprietário Zezinho Queiroz³.

De um modo geral, as zonas que compunham o quadro do Sertão Central e regiões vizinhas, detinham essas particularidades, pois enfrentavam o problema da seca. As mazelas trazidas na estiagem, geravam um fluxo muito contínuo de retirantes nessa época. Populares caminharam muito em busca de uma vida favorável, carregaram o peso da seca em léguas de estradas, caminhando com filhos nos braços e a fome na barriga. As doenças e as necessidades, eram parceiros de caminhada. Com o número de desemprego altíssimo e com o surgimento das obras na metade do século XX, a migração teve um recrudescimento gigantesco.

Complementando com outras fontes no processo de escrita deste trabalho, foi dada atenção a diferentes métodos de pesquisa. No campo teórico de investigação, foi de suma importância para aprofundar ao tema, algumas leituras que me serviram como referências. Um acervo de relatórios e documentos encontrados na biblioteca do DNOCS, em Fortaleza, nos ajudaram a encontrar material da época, com informações datadas e detalhes desse órgão em seu pleno funcionamento. Encontrei informações sobre a distribuição das obras, a frequência dos operários, os investimentos por trás daquelas construções, além de desenhos de projetos e imagens dos campos de trabalho.

Para ajudar na reflexão sobre o processo migratório dos retirantes das secas, a questão da mão de obra barata nas frentes de trabalho e a crise socioeconômica que causaram os saques durante meados do século XIX e meados do século XX, foi fundamental a leitura de alguns livros, como os do autor Frederico de Castro Neves, que discute bastante sobre essas problemáticas em *A multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará* e “A Seca na História do Ceará”. Luciano Barreira, no livro *Os Cassacos*, conta, na forma de um romance, as condições enfrentadas pelos operários no enfrentamento da pobreza e luta contra as doenças que amedrontavam os retirantes em

3 Informações obtidas através do acervo pessoal da professora Lila Oliveira, tem como título; “A origem”, discute exatamente o contexto de nascimento e formação do atual município de Banabuiú.

anos de seca. Alguns trabalhos monográficos feitos com essa temática me incentivaram a seguir uma nova abordagem, como a monografia de Sandra Santos, *O açude Arrojado Lisboa e a formação da cidade de Banabuiú: seca, migração, trabalho e cotidiano* e *A urbanização da cidade de Banabuiú a partir da construção do açude Arrojado Lisboa* da Pedrina Vacilane, entretanto, busco especificamente dialogar sobre as experiências encaradas pelos sujeitos que ergueram o açude Banabuiú.

Em abril de 1966, quando a ditadura militar brasileira tinha completado seu segundo ano de existência, o açude Arrojado Lisboa foi finalmente inaugurado. A cerimônia contou com a presença de muitas figuras políticas da época, como o prefeito de Quixadá José Okka Baquit, o governador do Ceará Virgílio Távora e o diretor geral do DNOCS Stanley Fortes Batista. O ditador Humberto de Alencar Castelo Branco, também marcou presença rapidamente, chegando no último momento, aterrissando numa aeronave no campo de pouso do DNOCS situado a uns quatro quilômetros de distância do lugar aonde chegou sob forte escolta de seguranças, cumprimentou autoridades e cortou a fita. Como Sandra Maria Lima Santos apurou em sua pesquisa, poucos foram os que conseguiram ver o presidente que, rapidamente entrou num Chevrolet branco após um breve aceno para a multidão que assistia. (Santos, 2009).

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5a. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AMORIN, A. O.; CARDOSO, A. S.; FERNANDES, D. S.; HEINEMANN, A. B.; PAZ, R. L. **Índices para qualificação da seca**. 1. ed. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2009. 48 p.

ARAÚJO, José Amaury de Aragão, coord. **Barragens no Nordeste do Brasil: experiência do DNOCS em barragens na região semi-árida**. 2. Ed. Fortaleza, DNOCS, 1990. 328 p.

BARREIRA, Luciano. **Os Cassacos**. 1. ed. atual. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1976. 330 p.

BRASIL. **Departamento Nacional de Obras Contra as Secas**. Relatório anual 1952. Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1960. Arrojado Lisboa, Caixa 010, Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza, Ceará.

BRASIL. **Departamento Nacional de Obras Contra as Secas**. Relatório anual 1959. Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1959. Arrojado Lisboa, Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza, Ceará.

BRASIL. **Departamento Nacional de Obras Contra as Secas**. Relatório anual 1960. Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1960. Arrojado Lisboa, Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza, Ceará.

BRASIL. **Departamento Nacional de Obras Contra as Secas**. Relatório anual 1952. Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1952. Arrojado Lisboa, Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza, Ceará.

BRASIL. **Departamento Nacional de Obras Contra as Secas**. Relatório anual 1953. Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1953. Arrojado Lisboa, Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza, Ceará.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorro público (Ceará – 1877 – 1919). **Revista mundos dos trabalhos**, v. 3, n. 6, p. 176-193, julho-dezembro de 2011.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas**: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). 2014. 354f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2014.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Trem da seca**: Sertanejos, retirantes e operários (1877/1880). Fortaleza: Museu do Ceará: [s. n.], 2005. 128 p.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (Fortaleza). Hilton Ahiran da Silveira. 1963. **Açude Público “Banabuiú”**: Município: Quixadá, Ceará, 1963.

FERREIRA, Lara V. C. **Cassacos. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de seca. (Ceará, 1950)**. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2016.

FERREIRA, Lara V. C. Jornadas da fome: a rotina degradante dos trabalhadores-cassacos nas obras públicas durante as secas (Ceará, anos 1950). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1–24, 2020. DOI: 10.5007/1984-9222.2020.e75380. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/75380>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FERREIRA, Manoel Domingues. **Catástrofe do Nordeste**. Cordelteca. Acervo Digital. Rio de Janeiro. s.a. Disponível em: <http://acervosdigitais.cnfcp.gov.br/Literatura%20de%20Cordel%20%20C0001%20a%20C7176/14564>. Acesso em: 10 Set. 2022.

FREITAS, Ivoneide de. **Ajuda ou exploração?** Análise crítica da construção do açude Arrojado Lisboa e a mão-de-obra utilizada. Monografia - Universidade Estadual do Ceará – UECE, Quixadá, Ceará, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (Paraná). Dia a dia Educação: O nacional-desenvolvimentismo. **Governo do Estado do Paraná Secretaria da Educação**, [S. l.], p. 1-1, 8 jun. 2023. Disponível em: <http://www.historia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=229#:~:text=O%20%20estilo%20de%20governo%20de,país%20por%20meio%20da%20industrialização.%20Acesso%20em:%2020%20de%20julho%20de%202022>. Acesso em: 15 mar. 2022.

LIMA, Eduardo Monteiro. **Disputas pelo poder local em Banabuiú:** da emancipação política às eleições dos anos 2000. Monografia – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Quixadá, Ceará, 2021.

LINS, Pedrina Vacilane Guimarães. **A urbanização da cidade de Banabuiú a partir da construção do açude Arrojado Lisboa**. Monografia – Universidade Estadual do Ceará – UECE, Quixeramobim, Ceará, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (Brasil). Portal Gov.br. **A Sudam**. [S. l.], 23 jul. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/ministro>. Acesso em: 11 jul. 2023.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História:** saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. 269 p.

OLIVEIRA, Lila; MÁRCIA, Adriana. **Dados do município**. Banabuiú: José Avelino Neto. Disponível em: <https://www.banabuiui.ce.gov.br/index.php>. Acesso em: 12 jun. 2022.

RODRIGO, F. M. C. **Elas estavam lá:** trabalho e não trabalho nas experiências de mulheres nas construções do Açude Araras (1951-1958). *In:* NEVES, Castro de; RAVENNA, Monyse (Org.). *Seca Cultura e movimento Sociais*. v. 2, p. 185 – 210, Sobral-CE. 2020.

SANTOS, Sandra. **O açude Arrojado Lisboa e a formação da cidade de Banabuiú: seca, migração, trabalho e cotidiano.** Monografia – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Quixadá, Ceará, 2009.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOBRINHO, Pompeu. Orientação científica na luta contra as secas (1). **Revista do instituto do Ceará**, [S. l.], p. 5-14, 1958. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1958/1958-OrientacaoCientificaLutaContraSecas.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2022.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e Morte no Sertão: História das Secas no Nordeste nos séculos XIX e XX.** Editora Ática. São Paulo, 2000.

História, Memória, Música e Invenções: um estudo a partir da cinebiografia Elvis (2022), de Baz Luhrmann

Emília Saraiva Nery¹

Este trabalho trata de uma apropriação histórica da cinebiografia Elvis (2022), dirigida por Baz Luhrmann. Elvis Aaron Presley (1935-1977) foi um cantor, músico e ator norte-americano. Intitulado de “Rei do Rock and Roll”. Considerado, portanto um dos símbolos e apropriações culturais mais significativos do século XX. “Nasceu em casa – um casebre de dois cômodos – em Tupelo, Mississippi, em 8 de janeiro de 1935. [...] Elvis foi idolatrado pela mãe. [...] Os Presley participavam ativamente da Igreja e Elvis cresceu adorando a música gospel” (Friedlander, 2003, p. 68).

A minha experiência pelo campo temático História, Memória e Música se iniciou na Universidade Federal do Piauí – UFPI – através da construção da minha monografia de graduação em História, quando estudei letras de música com o objetivo de indagar sobre a relação entre o universo do rock e a ansiedade juvenil, a partir das produções dos grupos de rock The Doors (1967-1971), Joy Division (1977-1980) e Nirvana (1989-1994). Atualmente, no desenvolvimento do meu estágio pós-doutoral, sob a supervisão do professor Edwar de Alencar Castelo Branco, “Juventude, história e música: um estudo a partir de letras de músicas de David Bowie” estou aprofundando e atualizando, os estudos sobre as relações entre juventude e música rock da minha monografia de final de curso, a partir das canções do britânico David Bowie, tais como: “The man who sold (1970) the world”, Starman (1972), Under Pressure (1982), BlackStar (2016). No referido estágio, entrei em contato com intertextualidades e homenagens musicais de David Bowie para Elvis Presley. Este último, doze anos mais velho que o primeiro, porém, nascidos em um 8 de janeiro:

1 Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Estagiária Pós-doutoral em História pela Universidade Federal do Piauí- UFPI sob a supervisão do prof. Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco. Docente de História pela Secretaria de Educação do Estado do Piauí- SEDUC-PI. E-mail: emilia.nery@gmail.com.

Bowie nasceu em 8 de janeiro de 1947 na cidade de Londres. Foi um dos precursores do punk rock dos anos 1970. As suas influências musicais mais evidentes eram: [...] os cantores Jacques Brel e Scott Walker, além de Syd Barret, o primeiro vocalista do Pink Floyd. Como também, foi marcado pelo jazz, a literatura *beat* dos anos 1950, os discos de *Chuck Berry*, *Little Richard* e de *Fast Domino* (Nery, 2017, p. 3).

Em meados dos anos 1970, Bowie compôs a letra de música ‘Golden Years’ pensando em Elvis, mas acabou a inserindo no LP “Station to Station” (1976) após ele a recusar. Foi composta com a temática de arrependimento por oportunidades perdidas e centralizada nos desejos do tempo passado. Na análise do processo de composição da referida letra de música, é possível observar conflitos de memórias: Bowie afirmou que foi escrita para—e recusada por—Elvis Presley, seu ídolo, enquanto que Angela Bowie, sua esposa na época, alega que a canção foi escrita para ela. No citado período, Bowie

Começou criando o alter ego Major Tom e, em seguida, encarnou personas com identidade visual e gestual bem definida: o alienígena Ziggy Stardust, o doidião Aladdin Sane e o Magro Duque Branco – este um *enfant terrible* que dava declarações bombásticas enaltecendo o nazismo, mas acabou inspirando um disco belíssimo, *Station to Station*, no qual o cantor, em luta contra o vício em cocaína, rogava a Deus por um norte para a sua existência (Marthe; Martins, 2016, p. 67).

Elvis Presley, em sequência, alternava turnês em “anos dourados”, fases de ostracismos e autodestruição. “As alterações de peso eram enormes [...] O uso de drogas tornou-se um problema. ‘Ele era uma farmácia ambulante’. Em 16 de agosto de 1977, em sua mansão em Graceland, o corpo atormentado de Elvis simplesmente esgotou-se” (Friedlander, 2003, p. 68).

Alguns destes dias, e não vão durar muito
Some of these days, and it won't be long

Vão te levar pra baixo, onde uma vez você esteve
Gonna drive back down where you once belonged
Na parte de trás de um carro dos sonhos, de
vinte pés de extensão
In the back of a dream car twenty foot long
Não chore querida, não me magoe
Don't cry my sweet, don't break my heart
Você fez tudo certo, mas você deve ser esperta
Doing all right, but you gotta get smart
Deseje, deseje, deseje até o dia, eu acredito oh
Deus
Wish upon, wish upon, day upon day, I believe
oh lord
Eu acredito até o fim (Bowie, 1976).

O título do disco Álbum *Blackstar* de David Bowie (2016), por conseguinte, tinha diversos significados, mas um deles era atrelado a Presley. Elvis Presley gravou a canção "Black Star" para um filme homônimo em 1960.

O filme acabou estreando com o nome *Flaming Star* (ou *Estrela de Fogo*, no Brasil) e, por isso, Presley adaptou o nome da canção, que também discutia temas sombrios e principalmente a morte, assunto com o qual Bowie se identificou naquele momento de sua trajetória com câncer. Uma "estrela preta" também é o termo utilizado na medicina para descrever uma lesão cancerosa (Sakai, 2021).

O lançamento do seu último álbum *Blackstar* são pré-textos para analisar a relação do homem contemporâneo com a morte. Esta é apresentada na sua canção *Blackstar* da forma de um ritual festivo e como a possibilidade de fuga da finitude do tempo. O cenário do clipe da referida música é oposto ao usado nos anos 1970. No lugar de canhões de luzes, bombas de fumaça, inerentes às apresentações de hardrock, surgem ambientes escuros compostos por mortos brincando, estrela negra em um livro e um moribundo enfermo com olhos caídos. A estrela negra de Elvis também é configurada no mesmo ritual de vivência plena do tempo presente:

Estrela negra não brilhe sobre mim, estrela negra
 Black star don't shine on me, black star
 Estrela negra continue atrás de mim, estrela negra
 Black star keep behind me, black star
 Há muito para viver
 There's a lot of livin' I gotta do
 Me dê tempo para fazer alguns sonhos virarem realidade
 Give me time to make a few dreams come true
 Estrela negra
 Black star (Presley, 1991).

A morte é tratada, por Bowie, enquanto um rito de iniciação e de libertação. Esta é representada a partir de uma experiência que provoca temor e tremores. É vista, por sua vez, como necessária, pois implica a dissolução de uma personalidade velha e o surgimento de uma nova condição humana e não resulta no fim do indivíduo ou de uma coletividade, como foi tratado nas produções musicais de Joy Division e Nirvana: “Você sabe, eu serei livre. Assim como aquele pássaro azul”. Ele transformou a sua proximidade com a morte (desde sucessivos ataques cardíacos até câncer no fígado) em arte, mas também questionou através dela a sua própria condição de artista e de estrela do cinema: “Eu sou uma estrela negra, Blackstar”. No clipe desta música, fica mais evidente o valor da religião, a partir de imagens de pessoas crucificadas sendo libertadas por uma estrela negra. Por outro lado, o referencial da mulher é apontado como o último valor perdido.

Por outro lado, o referencial da mulher é apontado como o último valor perdido. É uma mulher que carrega a cabeça do astronauta numa imagem trepidada que é complementada nos versos: “On the day of execution, on the day of execution/Only women kneel and smile, ah-ah, ah-ah² (Bowie, 2016). Assim como em Starman, existe o convite para ir para outro planeta:

I can't answer why (I'm a blackstar) /Just go
 with me (I'm not a filmstar) /I'm-a take you
 home (I'm a blackstar) /Take your passport and

2 No dia da execução, no dia da execução/Apenas uma mulher ajoelhou e sorriu, ah-ah, ah-ah.

shoes (I'm not a popstar) /And your sedatives,
 boo (I'm a blackstar) /You're a flash in the pan
 (I'm not a marvel star) /I'm the great I am (I'm
 a blackstar)³ (Bowie, 2016).

O interesse em promover este estudo, para além das produções musicais de Elvis Presley e David Bowie, e a partir da cinebiografia *Elvis* (2022), de Baz Luhrmann decorre da invenção linear de um Elvis Presley super-herói de raiz musical negra. Dessa forma, aborda na formação musical de Elvis a influência de músicos negros norte-americanos tais como: Little Richard e BB King. Enredo esse que torna a sua memória viva no filme e no tempo contemporâneo de valorização da afrodescendência e insere a influência de outros gêneros musicais considerados “brancos” em segundo plano como a música country na sua trajetória musical.

O citado interesse pela citada cinebiografia provém ainda da criação de um Elvis “fiel” ao amor da sua única esposa Priscilla Presley, apesar das traições com muitas namoradas e amoroso com a família e os fãs, presente na citada cinebiografia. *Elvis e Priscilla* são duas cinebiografias que se complementam e que foram lançadas nos anos consecutivos de 2022 e 2023. Aquela sobre Elvis centraliza-se no personagem Elvis e a sobre Priscilla foca na esposa Priscilla, mas os seus sujeitos se constituem a partir das suas relações entre o casal.

Além dessas invenções, a vida do músico é organizada em fases de uma ópera: Elvis rebelde dos anos 1950, artista bem pago de Hollywood dos anos 1960 e nos anos 1970, vítima da armadilha exploradora do seu empresário coronel Tom Parker e da censura à sua forma sensual de dançar. A cinebiografia mergulha na relação conturbada do astro com seu empresário para tentar construir — e depois desconstruir — o mito norte-americano.

A história a ser contada é sobre Elvis Presley (Austin Butler), mas é narrada sob a perspectiva do Coronel Tom Parker (Tom Hanks), responsável por agenciar a carreira do cantor durante seus anos de glórias. As ações do citado Coronel são questionáveis enquanto explorador da imagem de Elvis, mas o

3 Não posso responder porquê (sou uma estrela negra) /Apenas venha comigo (não sou uma estrela de cinema) /Vou te levar para casa (sou uma estrela negra) /Pegue seu passaporte e sapatos (não sou um popstar) /E seus sedativos, amorzinho (sou uma estrela negra) /Você é um pedaço de carne na panela(não sou uma estrela maravilhosa) /Sou o grande sou eu (sou uma estrela negra).

empresário foi um importante pilar na ascensão de Presley. Por ser um homem de negócios, tinha ideias de como o artista poderia alcançar o estrelato.

O plano de marketing, que incluía rádio, televisão, livros, filmes e todo o tipo de parafernália, provou ser um projeto para posteriores carreiras de músicos pop. O resultado final foi o domínio comercial. As 107 canções que emplacou nas paradas de sucesso ainda são um recorde; os Beatles estão em segundo com 48 (Friedlander, 2003, p. 75-76).

No comando da narrativa, o ator que interpreta Elvis: Austin Butler se destaca. Aos trinta anos de idade, o ator incorpora o espírito de Elvis “sempre jovial” e faz o espectador acreditar que ele pode ter sido o Rei do Rock. Seja na troca de diálogos com a voz encorpada e sedutora, no balanço dos quadris que enlouquecia a legião de fãs, ou ainda quando entoa os grandes sucessos,

A sensualidade vibrante de Elvis aliada ao profissionalismo refinado de Chet Atkins, o produtor da RCA, e com a habilidade organizacional de Steve Shole talharam um som que obviamente apelava para uma parcela maior do público do rock. Ele se tornou o estilo mais vendável e popular da história da música (Friedlander, 2003, p. 72).

Um contraponto necessário ao personagem obeso de Tom Parker. Coberto por próteses, Tom Hanks dá vida a um tipo complexo. Mas essa lacuna também é perceptível ao tentar expor, na maior parte do tempo, um personagem sempre jovial, tocando superficialmente nas questões mais delicadas e polêmicas de sua vida, como, por exemplo, seu apetite por comida, sexo e drogas. O Elvis obeso e decadente do final da sua carreira é, portanto, transferido para o seu suposto algoz e empresário.

O embate entre essas duas figuras impulsiona a cinebiografia. O relacionamento com o controverso empresário, que advoga para si o papel de mentor de Elvis, quando alguns afirmam que ele foi o responsável pela morte do ído-

lo, imprime ao filme um jeito diferenciado de se olhar o personagem central a partir de outro ângulo. O empresário teria sido responsável por tornar o cantor um produto mais palatável à sociedade, seja orientando-o para requebrar menos para fugir da pecha de Elvis The Pelvis, seja para afastá-lo até de sua família ou impedi-lo de viajar para o exterior, numa tentativa de resgatá-lo do marasmo criativo. Nos anos 1950, por exemplo,

O coronel Tom e Elvis decidiram que um Elvis dócil era um Elvis rico. Então, Elvis foi convocado para se alistar e teve, obedientemente, seu cabelo – um dos símbolos da masculinidade roqueira- cortado. [...] Muitos prognósticos de empresários da música especulavam que os dois anos que Elvis ficou afastado teriam um efeito negativo na sua carreira. Entretanto, impulsionado pela imagem de Elvis ‘o patriota’, sua fama, na verdade, aumentou, inclusive entre os adultos (Friedlander, 2003, p. 73).

Metodologicamente, dessa maneira, surgem os principais desafios deste trabalho sobre História, Memória e Música, tais como: enfrentar toda uma historiografia e uma memória construída e estabelecida sobre o Elvis Presley; o interesse anedótico pela relação pessoal conflituosa entre Elvis, Coronel Tom Parker e Priscilla Presley e entender as cinebiografias como formas diferenciadas de olhar um personagem que não são reconstruções do passado.

Assim sendo, não é possível negligenciar uma breve discussão sobre os aspectos de memória utilizados. Nesse sentido, foram problematizados dois aspectos deles: 1) os conflitos entre as memórias; 2) a utilização da memória como conhecimento identitário. O primeiro aspecto trata da importância da memória subterrânea e das minorias para desafiar as memórias estabelecidas e oficiais. Já o segundo aspecto ressalta o papel do enquadramento de uma memória para a uniformização e definição das identidades dos grupos sociais (Pollak, 1989, p. 3-15). Por fim, livros de memória, biografias, cinebiografias foram acessados como fontes e problematizados como possíveis legitimadores e cristalizadores de versões sobre o universo do Rock in Roll e o contexto histórico da época.

Dessa forma, apresenta-se um ensaio de uma nova historiografia sobre o rock e Elvis, a partir das críticas à memória construída em torno da existência Elvis, Coronel Tom Parker e Priscilla Presley. Para além das apropriações históricas da suposta linearidade da cinebiografia de Elvis e neste contexto das relações entre história, juventude, memória e música nos anos 1950, 1960 e 1970, examina-se, por fim, relações singulares com o processo de elaboração de uma autoidentidade na passagem do mundo juvenil para o mundo adulto e diante da perda de valores juvenis abordados, principalmente na referida cinebiografia: ideologia, grupo, família, música, amor, eu.

Referências

A ENERGIA CAÓTICA DO REI. Disponível em: <https://cinemacomrapadura.com.br/criticas/614753/critica-elvis-2022-a-energia-caotica-do-rei/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BOWIE, David. The man who sold the world. *In: The man who sold the world*. Estados Unidos, Mercury, 1970. 1. disco sonoro. Lado B, faixa 8.

BOWIE, David. Starman. *In: The Rise and Fall of Ziggy Stardust and Spiders From Mars*. Estados Unidos, RCA, 1972. 1. disco sonoro. Lado A, faixa 4.

BOWIE, David. Golden Years. *In: Station to Station*. Estados Unidos, RCA, 1976. 1. disco sonoro. Lado A, faixa 1.

BOWIE, David. & Queen. Under Pressure. *In: QUEEN*. Hot Space. Londres - Inglaterra, EMI, 1982. 1. disco sonoro. Lado B, faixa 11.

BOWIE, David. Blackstar. *In: Blackstar*. Estados Unidos, Columbia, 2016. 1. DVD. Faixa 1.

ELVIS. Direção: Baz Luhrmann. Duração: 159 min. 2022.

ELVIS PRESLEY PEDIU PARA DAVID BOWIE PRODUZIR O PRÓXIMO DISCO DELE SEIS MESES ANTES DE MORRER. **Rolling Stone**. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/elvis-presley-pediou-para-david-bowie-produzir-o-proximo-disco-dele-seis-meses-antes-de-morrer/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

FRIEDLANDER, Paul. **Rock and Roll: uma história social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GURALNICK, Peter. **Elvis: último trem para Memphis**. Caxias do Sul, RS: Belas Letras, 2022.

MARTHE, Marcelo e MARTINS, Sérgio. **A Estrela das estrelas**. Veja. São Paulo: Editora Abril, Edição 2461, ano 49, n. 3, p. 62-69, 20 de janeiro de 2016.

NERY, Emília Saraiva. **Juventude, Ansiedade e a História** – um estudo a partir de letras de música rock. 2005. Monografia. (Graduação em História) - UFPI, Teresina, 2005.

NERY, Emília Saraiva. Juventude, libertação e história - um estudo a partir de letras de músicas de David Bowie (Starman a Blackstar) *In: XXIX Simpósio Nacional de História Contra os preconceitos: história e democracia*, 2017, Brasília. Simpósio Nacional de História Contra os preconceitos: história e democracia. Brasília: ANPUH, 2017. v. 1.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRESLEY, Elvis. Black Star. *In: Collector's Gold*. Estados Unidos, BMG International, 1991. 1. disco sonoro. Lado A, faixa 4.

PRISCILLA. Direção: Sofia Coppola Roteiro: Sofia Coppola (baseado em livro de Priscilla Presley e Sandra Harmon) Duração: 114 min. EUA/Itália 2023.

RITTER FAN. **Elvis, a prisão de Priscilla**. Disponível em: <https://www.planocritico.com/critica-priscilla-2023/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SAKAI, Marina. **David Bowie: Como astro homenageou Elvis Presley em seus últimos anos de vida?** Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/musica/david-bowie-como-astro-homenageou-elvis-presley-em-seus-ultimos-anos-de-vida/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Repressão militar e concentração fundiária: reflexões a partir do contexto brasileiro

Alexandre de Freitas Carpenedo¹

Resumo

O presente estudo propõe compreender a relação entre a ditadura militar de 1964 com o aumento no grau de concentração fundiária ocorrido no período. Tão relevante quanto polêmica, a promessa de reforma agrária de João Goulart foi, provavelmente, o grande estopim para a sua queda – e a consequente ascensão do regime militar. Como as pressões populares não cessaram no período que se seguiu, o governo teve por bem aprovar a Lei 4.504/1964, poucos meses após o golpe, sob a promessa de promoção de justiça fundiária. O que se viu, por outro lado, foi o oposto: na lógica de implementação de uma “modernização conservadora”, o governo militar concedeu grandes benesses ao latifúndio, enquanto relegava a pequena agricultura familiar à miséria. O objetivo geral deste estudo consiste em compreender a relação entre a ditadura militar de 1964 com o aumento no grau de concentração fundiária no caso brasileiro. Mais especificamente, busca-se analisar de que maneira o *modus operandi* do regime militar influenciou na concentração da estrutura fundiária, especialmente considerando as políticas agrárias implementadas após o golpe. A metodologia é embasada em revisão crítica da literatura existente sobre a ditadura militar no Brasil. A análise é realizada com base em documentos oficiais, legislação e literatura específica. Conclui-se que as políticas implementadas, que deram ênfase à concessão de crédito, benesses tributárias e cessão de terras a grandes fazendeiros, em contrapartida ao abandono dos pequenos produtores rurais – somada, ainda, à forte repressão que grupos de luta por direitos sofreram pelo regime –, contribuíram para a marginalização da agricultura familiar, agravando as desigualdades no campo.

Palavras-chave: Ditadura militar; concentração fundiária; Estatuto da Terra.

1 Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2023). Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais, também pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012), e especialização em Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional (2019). Procurador Federal (Advocacia-Geral da União - AGU).

Introdução

A estrutura fundiária desigual e concentrada no Brasil remonta aos tempos coloniais. Utilizado como colônia de intensa exploração, o território brasileiro foi colocado, pela coroa portuguesa, sob responsabilidade de poucos latifundiários. Mas a independência do país não representou nenhuma melhoria nesse sentido: ao longo do tempo que se seguiu a 7 de setembro de 1822, as políticas seguiram priorizando a concentração de terras, em detrimento de comunidades e pequenos produtores em situação de miséria. Durante séculos, portanto, houve uma concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, enquanto o acesso da maioria da população rural era extremamente limitado.

O período que antecedeu o golpe empresarial-militar de 1964 foi reconhecidamente perturbado. Agitações sociais, pressões pró e contra João Goulart e instabilidade política rodeavam o cotidiano social. Uma das maiores e mais conhecidas pressões populares era, justamente, em prol de uma reforma agrária. Marcados por uma ampla mobilização popular, os movimentos pela reforma agrária nesse período geraram ampla mobilização, com participação de trabalhadores rurais, camponeses, sindicatos e organizações de esquerda.

Esses grupos reivindicavam uma distribuição mais equitativa da terra, buscando ao menos reduzir a secular concentração fundiária e promover algum grau de inclusão social no campo. As reformas de base de Jango tinham a reforma agrária como ponto fulcral, mas recebiam forte oposição de setores conservadores. As pressões contra o presidente foram cada vez maiores, e o sonho da reforma agrária acabou sendo frustrada pelo golpe de 1º de abril de 1964.

A queda do governo de João Goulart, impulsionada em parte pela promessa de reforma agrária, marcou o início de um período obscuro não apenas na história política do país, mas também na história do campo. Após 21 anos, a concentração fundiária se agravou ainda mais, a despeito de algumas promessas em sentido contrário – ilustradas, por exemplo, pela inclusão no texto constitucional de planos de reforma agrária e pela aprovação do Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964).

Assim, o problema central do presente estudo se explica a partir da seguinte pergunta: de que maneira o *modus operandi* do regime militar influenciou na concentração da estrutura fundiária brasileira, especialmente conside-

rando as políticas agrárias implementadas após o golpe de 1964? A hipótese subjacente é de que, ignorando as normativas progressistas do Estatuto da Terra, o regime militar adotou políticas específicas de favorecimento do latifúndio e de grandes corporações em detrimento dos pequenos produtores rurais, contribuindo para o aumento da concentração fundiária no país durante esse período.

A metodologia do presente estudo baseia-se em revisão crítica da literatura existente sobre a ditadura militar no Brasil. A análise é realizada com base em documentos oficiais, legislação e literatura específica, possibilitando-se elucidar práticas implementadas pelo governo militar em relação à distribuição de terras e ao (des)favorecimento a quem nela trabalha.

O texto será dividido em três partes principais. A primeira parte discutirá o contexto histórico e político que levou à ascensão da ditadura militar no Brasil, destacando a promessa de reforma agrária de João Goulart e suas repercussões. A segunda parte examinará as políticas agrárias implementadas pelo governo militar e seu impacto na concentração fundiária, destacando a “modernização conservadora” e suas consequências para a agricultura familiar. Por fim, a terceira parte apresentará as conclusões do estudo, destacando como as políticas adotadas durante a ditadura militar contribuíram para a marginalização da agricultura familiar e agravaram as desigualdades no campo brasileiro.

Raízes da ditadura: contexto político e social pré-1964

Devido à forte oposição que enfrentava antes mesmo de sua posse – e em contrariedade à vontade da sociedade, que rejeitara essa forma de governo em 1963 –, o presidente que antecedeu o início do período ditatorial, João Goulart, só ascenderia ao cargo sob a condição de exercê-lo em um regime parlamentarista. Os militares estavam divididos quanto à posse de Jango, o que gerou um clima de tensão civil no país. Leonel Brizola, principal figura por trás da “campanha da legalidade”, cujo propósito era assegurar a posse de presidente, mobilizou a população gaúcha e até mesmo funcionários do Palácio Piratini. Houve até mesmo uma ordem para bombardear o local, que foi evitada devido ao boicote dos sargentos da base aérea de Canoas (Schwarcz; Starling, 2015).

Entre 25 de agosto de 1961, quando Jânio Quadros renunciou à presidência, e o fatídico 1º de abril de 1964, o clima político de polarização atingiu

níveis críticos. A Campanha da Legalidade assegurou a posse de João Goulart, porém seu breve mandato foi caracterizado por contínuas tensões políticas. Somente após um plebiscito em janeiro de 1963, que encerrou o período parlamentarista, é que Jango conseguiu exercer plenamente seus poderes – embora enfrentando forte oposição. O período subsequente foi marcado por discursos inflamados de um lado, e esforços para acalmar as tensões, de outro (Reis, 2014).

As medidas determinantes para a queda de Jango foram conhecidas como as “reformas de base”. Segundo Linhares e Silva, esse projeto tinha como objetivo “eliminar as antigas estruturas que impediam o desenvolvimento e o bem-estar social, promovendo uma ampla participação política e melhorias no padrão de vida” (Linhares; Silva, 2021, p. 234). Não há um documento oficial individualizado que detalhe exatamente a lista completa de reformas propostas. No entanto, a literatura geralmente aborda as seguintes áreas: I) reforma administrativa, com o objetivo de melhorar os serviços públicos; II) reforma bancária, incluindo a ampliação do crédito e a nacionalização dos bancos estrangeiros; III) reforma política ou eleitoral, com a extensão do direito de voto aos analfabetos; IV) reforma tributária, para estabelecer um sistema de impostos equitativo; V) reforma universitária, visando a democratizar o acesso ao ensino superior; VI) reforma urbana, para combater a especulação imobiliária; e, especialmente, VII) reforma agrária, que buscava reestruturar a propriedade e o uso da terra (Ribeiro, 2021, p. 148). O país iria, assim, “passar a limpo sua herança colonial” (Linhares; Silva, 2021, p. 234).

No momento em que os setores conservadores de oposição se unem contra as reformas de base, as forças progressistas encontram divergências em relação aos seus objetivos e à velocidade dessas reformas. A despeito das pressões tanto da direita quanto da esquerda, o governo tenta avançar. No entanto, o Congresso Nacional, em seu típico conservadorismo, bloqueia os projetos de desenvolvimento (Linhares; Silva, 2021, p. 239-240). Diante disso, o governo elabora as bases do Plano Trienal (1963-1965), que, no que diz respeito à agricultura, propunha o seguinte: a) isenção de pagamento de renda sobre a terra² para o trabalhador que, durante um ciclo agrícola completo, ocupasse terras virgens e permanecesse nelas sem contestação; b) garantia de acesso à

2 “Renda sobre a terra”, nesse contexto, tratava de uma designação genérica, hoje em desuso, para a tributação sobre o imóvel rural.

terra para trabalhar ou de oportunidades de trabalho para agricultores, sejam eles foreiros ou arrendatários, que estivessem por pelo menos dois anos em uma propriedade rural; c) isenção de pagamento de renda sobre a terra para o trabalhador que auferisse rendimento igual ou inferior a um salário mínimo; e d) desapropriação, com pagamento a longo prazo, de todas as terras não exploradas, subexploradas ou utilizadas para outros fins, consideradas necessárias para a produção de alimentos (Brasil, 1962).

O plano de reforma agrária também previa a desapropriação de uma faixa de 10 quilômetros de cada lado de todas as rodovias e ferrovias federais. Essa medida foi formalizada através do Decreto 53.700, publicado em 13 de março de 1964, mesmo dia do comício na Central do Brasil. Dois dias depois, uma série de medidas foram enviadas ao Congresso, visando “atender aos antigos e justos anseios da população” (Ansaldi; Giordano, 2012, II, p. 325).

Enquanto a maioria da população apoiava as reformas propostas, as elites dominantes, que incluíam empresários estrangeiros e grandes proprietários de terra, conspiravam contra Jango. Os militares, a seu turno, nunca simpatizaram com o presidente, vendo-o como um continuador das políticas de Getúlio Vargas, contra quem já haviam alimentado várias divergências. Na liderança do Estado-Maior das Forças Armadas, Castelo Branco percebia no presidente uma potencial ameaça de “esquerdização” do governo (Morissawa, 2001, p. 84).

Percebendo a situação desfavorável, Jango convocou um comício na Central do Brasil em 13 de março de 1964, na tentativa de obter apoio popular e apresentar suas reformas de base. O comício contou com uma multidão entusiasta clamando por mudanças, o que causou alarde entre as elites brasileiras. Em reação imediata, foi organizada, em 19 de março, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, manifestação contrária ao suposto comunismo associado a Jango e ao seu projeto de reforma. Esta reação das elites foi interpretada como uma “evidência clara de seu próprio atraso em relação ao capitalismo”, uma vez que o projeto janguista estaria tão somente inserido em um plano de desenvolvimento capitalista para o Brasil. Em 31 de março, tropas militares foram mobilizadas para ocupar pontos estratégicos do país, e em 1º de abril, de fato, o presidente foi deposto, marcando o início de um período de vinte e um anos de regime autoritário (Morissawa, 2001, p. 84).

O Brasil enfrentava o que Graciarena denomina “crise oligárquica”. Embora as forças urbano-industriais já tivessem assumido o controle da economia nacional, os oligarcas rurais ainda mantinham seu poder político ou efetivo, apesar de enfrentarem uma significativa decadência econômica. O latifúndio, portanto, continuava a ter influência política e social suficiente para bloquear políticas que contrariassem seus interesses. Quando surgiu a primeira ameaça durante este período, o segundo governo Vargas, as elites urbanas e rurais foram habilidosas o suficiente para isolar Getúlio politicamente. Embora as consequências desse isolamento não fossem antecipadas, a ameaça aos seus interesses foi efetivamente eliminada. Este é um aspecto digno de nota na história constitucional brasileira: a constante ativação de mecanismos de exceção (Paixão, 2023, p. 34). Como aponta Graciarena (1971, p. 50-53), esta é uma das principais estratégias utilizadas pelos grupos oligárquicos para fortalecer seu poder e garantir sua permanência em posições de destaque na estrutura de poder.

(Mais uma) promessa não cumprida: Estatuto da Terra e concentração fundiária no regime militar

No âmbito das políticas de reforma agrária, o golpe de 1964 revogou as medidas aprovadas durante o governo Jango, substituindo-as por medidas próprias: o Estatuto da Terra (Ansaldi; Giordano, 2012, II) e a Emenda Constitucional 10/1964. Tal como no processo de abolição da escravatura, mais uma vez uma agenda progressista é apropriada pelo espectro político conservador. Isso não parece ser coincidência. Além das pressões sociais e do agravamento dos conflitos no campo, é preciso questionar se a adoção dessas pautas não tem o objetivo deliberado de moldá-las conforme os interesses desses setores. Por exemplo, no gradual processo que culminou na abolição da escravatura, as leis precursoras (Lei Eusébio de Queirós, do Ventre Livre, dos Sexagenários etc.) não refletiam uma genuína preocupação das elites políticas com os escravizados; ao contrário, tinham claramente o objetivo de adiar ao máximo sua emancipação.

A aprovação da Lei 4.504/1964 pela ditadura institucional das Forças Armadas, ainda que se reconheça seu caráter progressista, permitiu que suas disposições fossem formuladas de acordo com os interesses dos militares, ignorando

possíveis confrontos com legisladores progressistas, que poderiam introduzir disposições na legislação contrárias aos interesses do regime. Vale ressaltar que, apesar da retórica de erradicação do latifúndio, a lei também introduziu a controversa categoria de “empresa rural”, conferindo-lhe isenção a qualquer processo de expropriação. Essa categoria acabaria por servir de base para a imunidade da propriedade produtiva estabelecida na Constituição de 1988.

Poucos dias antes de sancionado o Estatuto da Terra, o governo aprovou outro dispositivo igualmente relevante para a questão, embora menos discutido: a Emenda Constitucional 10/1964. Esta emenda eliminou importante obstáculo à efetivação de uma reforma agrária abrangente (e não apenas restrita a políticas específicas de assentamento): a exigência de pagamento integral e em dinheiro como indenização, considerada impraticável e mais uma recompensa para os proprietários que mantinham a terra improdutiva (Costa, 2014). Em vez disso, a emenda previa que, na desapropriação de latifúndios, o pagamento pela terra nua seria feito em títulos especiais da dívida pública, resgatáveis em até vinte anos – enquanto apenas as benfeitorias úteis e necessárias ainda seriam indenizadas em dinheiro.

A Emenda 10/64 não apenas promoveu ajustes nas formas existentes de desapropriação, mas introduziu no sistema jurídico uma nova modalidade de desapropriação com características significativamente distintas: a desapropriação para fins de reforma agrária. Esse dispositivo sofreu poucas modificações pela Constituição de 1967, pela Emenda 1/69 e pela Constituição em vigor. Além disso, a mencionada emenda conferiu à União a competência para estabelecer imposto sobre a propriedade territorial rural e reconheceu o Direito Agrário como um ramo autônomo do direito, atribuindo à União a responsabilidade pela legislação a ele pertinente. Foi essa alteração que viabilizou a criação, no mesmo ano, a criação do Estatuto da Terra (Costa, 2014).

O Estatuto detém um valor histórico significativo: é reconhecido como a primeira legislação de reforma agrária no Brasil. Sua criação foi influenciada pela Aliança para o Progresso, que, apesar de motivada pelo receio de disseminação de revoluções comunistas na América Latina, advogava por políticas de reforma agrária consideravelmente progressistas. Portanto, embora tenha sido promulgado durante uma ditadura militar, o Estatuto era considerado progressista para a época em muitos aspectos - daí sua natureza complexa e

ambígua (Stédile, 2012). Curiosamente, a estreita relação do regime com os Estados Unidos acabou sendo uma das razões para a aprovação da legislação nesses moldes, provocando consternação entre a classe oligárquica. No entanto, o contexto histórico em si também explica o caráter progressista da legislação, ao mesmo tempo em que destaca sua forte contradição em relação à abordagem do regime em relação à questão agrária.

Pela primeira vez, é delineado um conceito claro do que constitui um latifúndio no Brasil. O Estatuto define dois critérios para identificá-lo: por dimensão e por exploração. O primeiro critério diz respeito à extensão da propriedade, considerando-se um latifúndio quando a área agriculturável ultrapassa seiscentas vezes o módulo médio do imóvel rural ou seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais na respectiva região. O segundo critério refere-se à falta de exploração adequada do imóvel, seja por mantê-lo inativo para fins especulativos, seja por explorá-lo de forma deficiente ou inadequada. Apesar do enfoque excessivo nos aspectos econômicos da terra (que inclusive geraria debates sobre as restrições à desapropriação para fins de reforma agrária durante o processo constituinte de 1987-1988), a definição legal de latifúndio preenche uma lacuna importante quando se considera a reforma agrária, especialmente pelo fato de a lei estabelecer como um de seus objetivos a “gradual extinção do latifúndio” (art. 16 do Estatuto).

No entanto, essa interpretação possibilitou que a abordagem para resolver a questão agrária, tal como concebida naquela época, fosse centrada na modernização do latifúndio. Essa íntima ligação entre a posse da terra, instituições financeiras e grandes investimentos, incluindo empresas multinacionais, abriu caminho para um extenso processo de industrialização rural. Isso resultou em uma redução significativa do espaço para a reprodução da pequena produção familiar agrícola, levando as massas camponesas em direção às fronteiras agrícolas, especialmente com o crescimento da pecuária e dos grandes empreendimentos agroexportadores. A expansão da área agrícola foi impulsionada pela implementação de projetos agropecuários e por uma vigorosa política de incentivos fiscais, o que resultou na migração de capitais urbanos, especialmente de São Paulo, para as áreas rurais da região amazônica (Greco Martins, 2022).

A violência no campo também se apresenta como um padrão histórico facilmente identificável. Os conflitos pela posse da terra entre latifundiá-

rios (sejam fazendeiros ao longo da história, ou nos últimos anos, empresas agroindustriais) e comunidades rurais frequentemente resultam em conflitos agrários violentos. Ativistas e líderes que lutam pelos direitos dos trabalhadores rurais e pela reforma agrária enfrentam ameaças, intimidação e, em casos extremos, assassinatos. A impunidade em relação aos crimes cometidos no campo perpetua um ciclo de violência e temor, dificultando ainda mais qualquer tentativa de resolver a questão agrária.

Durante o período militar, a história econômica do Brasil testemunhou a articulação concreta entre o grande capital agroindustrial, o sistema de crédito público voltado para a agricultura e a agroindústria, assim como a propriedade fundiária. Essa conexão visava principalmente à implementação de uma estratégia econômica e política de modernização conservadora do setor agrícola. Do ponto de vista da acumulação de capital, essa estratégia pode ser vista como um pacto da economia política, seguindo uma abordagem clássica, e fundamentada na articulação dos interesses das classes sociais dominantes dentro da estrutura do Estado (Delgado, 2012).

Consequências das políticas militares para o campo na concentração fundiária: “modernização conservadora” e derrota da reforma agrária

Sobre a relação entre os grupos oligárquicos e os governos militares, Martins argumenta que estes últimos foram obrigados a cooperar com os primeiros, “até mesmo ampliando-lhes o poder”. Em última análise, o poder oligárquico e a prática do clientelismo teriam desempenhado um papel significativo na legitimação política da ditadura institucional das Forças Armadas (Martins, 2017, p. 76). Na realidade, embora a ditadura não necessitasse manter boa parte de seus aliados no espectro político para fins de governabilidade, o desenvolvimento econômico do país esteve, em grande medida, e por escolha do próprio governo, centrado no latifúndio. Diante de sucessivas crises na balança de pagamentos, o governo militar implementou medidas para estimular o setor agrícola e as cadeias agroindustriais a aumentarem suas exportações, com o objetivo de gerar superávits na balança comercial.

Uma breve ameaça de ruptura entre oligarcas e governo até pôde ser observada logo após a implementação do regime, especialmente com a apro-

vação, alguns meses depois, da Lei 4.504/1964. O Estatuto, ao menos em termos formais, tinha como objetivo promover a reforma agrária e combater o latifúndio, como explicitamente declarado em seu artigo 16. Os grandes proprietários de terra perceberam na legislação uma ameaça direta aos seus interesses e começaram a se opor vigorosamente a ela. Contudo, o abandono completo do ideal de reforma agrária revelou as inclinações do regime em favor do sistema latifundiário, dissipando qualquer tensão que poderia enfraquecer a relação entre os grupos.

Segundo Guilherme Delgado, o regime militar promoveu uma clara supremacia da aliança entre o capital agrário e a grande propriedade, beneficiados pelos incentivos fiscais e financeiros do governo federal. O modelo de política econômica e mediação social exigiu a criação de uma extensa estrutura fiscal e financeira para regular a distribuição de renda e riqueza entre as elites agrárias e os empresários industriais emergentes. Essa abordagem se baseou na fragilidade social e política da base da pirâmide social, que não tinha capacidade de se fazer representar na esfera pública com demandas próprias, competindo com aquelas estabelecidas no pacto da “modernização conservadora” (Delgado, 2012).

Portanto, a relação entre a oligarquia e a ditadura foi de nítido mutualismo. A sustentação do “milagre” econômico, além de ser altamente dependente do capital estrangeiro, estava fundamentada na agricultura voltada para exportação, concentradora de terras e renda.

Em resumo, em vez de promover a redistribuição de terras, o regime militar optou por impulsionar a modernização do latifúndio, transferindo a questão agrária para a região Amazônica e abrindo espaço para a exploração das riquezas amazônicas pelo grande capital, tanto nacional quanto estrangeiro. Como consequência, a reforma agrária foi abandonada e as desapropriações se limitaram à tentativa de resolver problemas pontuais (Costa, 2014).

Em 1972, as propriedades rurais com até 100 hectares representavam 17,5% da área total, diminuindo para 14,8% em 1978. Por outro lado, as propriedades com mais de 10 mil hectares aumentaram sua parcela da área total de 19% em 1972 para 25% em 1978. O Índice de Gini, que avalia a desigualdade na distribuição da propriedade da terra, era de 0,844 no Censo Agropecuário de 1970. Esse índice aumentou para 0,855 em 1975 e chegou

a 0,859 no Censo Agropecuário de 1980. Apesar da concentração da propriedade, não houve aumento na área explorada; pelo contrário, houve uma redução. Em 1972, essa relação era de 58,5%, enquanto em 1978 caiu para 42,4% (Greco Martins, 2022).

Em outras palavras, a política agrária adotada pelo regime militar resultou na concentração de terras e no aumento da área improdutivo, mesmo diante da persistência da pobreza no campo, do deslocamento forçado de famílias de suas terras e do aumento da violência rural. Como salientado por Delgado (2012, p. 13), “é importante ter em conta que a chamada ‘modernização conservadora’ da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária”.

Considerações Finais

Apesar das pressões populares persistentes, o governo militar promulgou a Lei 4.504/1964, sob a promessa de justiça fundiária. No entanto, em vez disso, o que se observou foi um aumento na concentração de terras, especialmente devido à implementação de uma estratégia de “modernização conservadora”, que privilegiava os interesses do latifúndio em detrimento da agricultura familiar.

A análise histórica das políticas agrárias implementadas durante o regime militar no Brasil revela um cenário marcado pela marginalização e exclusão da agricultura familiar. Ao enfatizar a concessão de créditos, benefícios tributários e a cessão de terras aos grandes fazendeiros, em detrimento dos pequenos produtores rurais, o regime contribuiu para a manutenção – e aumento – de um modelo agrário concentrador de terras e renda. Esta abordagem exacerbou as desigualdades no campo, exacerbando as disparidades socioeconômicas existentes.

A preferência dada às elites agrárias em detrimento dos pequenos agricultores, além de perpetuar a concentração fundiária, também minou as bases da agricultura familiar, cujo papel na segurança alimentar e na dinamização das economias locais são cada vez mais evidentes. A falta de apoio e assistência adequados aos pequenos produtores contribuiu para sua marginalização, implicando, cada vez mais, na pobreza e vulnerabilidade de famílias.

Ademais, a forte repressão enfrentada pelos grupos que lutavam por direitos agrários durante o regime militar exacerbou ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores. A perseguição política e a violência contra os defensores da reforma agrária e dos direitos dos trabalhadores rurais impediram qualquer possibilidade real de mobilização efetiva e de pressão por mudanças.

Conclui-se, portanto, ser evidente que as políticas agrárias adotadas durante o período da ditadura militar no Brasil não apenas falharam em abordar as questões estruturais que afligiam o campo, mas também contribuíram ativamente para a marginalização da agricultura familiar e o agravamento das desigualdades sociais no meio rural. Cabe destacar, por fim, a importância da compreensão desses eventos para a adequada compreensão da questão agrária brasileira, possibilitando-se que os debates contemporâneos acerca do tema sejam feitos, também, a partir dos dados históricos que o circundam.

Referências

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. **América Latina: la construcción del orden**. Tomo II. Buenos Aires: Ariel, 2012.

BRASIL. **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)**, 1962. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/495>. Acesso em: 1º mar. 2024.

COSTA, Rosalina Moitta Pinto da. **O direito fundamental à reforma agrária e seus instrumentos de concretização**. Porto Alegre: Núria Fabris, 2014.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

GRACIARENA, Jorge. **O poder e as classes sociais no desenvolvimento da América Latina**. São Paulo: Mestre Jou, 1971.

GRECO MARTINS, Adalberto Floriano. **A Questão Agrária no Brasil: da Colônia ao Governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2017.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PAIXÃO, Cristiano. Percursos da história constitucional: parâmetros, possibilidades e fontes. In PAIXÃO, Cristiano; CARVALHO, Cláudia Paiva (Coords.). **História Constitucional Brasileira: da Primeira República à Constituição de 1988**. São Paulo: Almedina, p. 23-53, 2023.

REIS, Marco Antonio. Golpe de 1964: o papel desempenhado pelos parlamentares. **Agência Senado**, 2014. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/27/golpe-de-1964-o-papel-desempenhado-pelos-parlamentares>. Acesso em: 3 mar. 2024.

RIBEIRO, Guilherme Leite. **Frente Parlamentar Nacionalista: trajetória e ação política (1956-1964)**. 2021. 226f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2021. – Rio de Janeiro, 2021.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. Editora Companhia das Letras, 2015.

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 2011.

Saúde mental e ensino de história: o protagonismo estudantil na EEFM Prof^a Diva Cabral

*Nilo Públio Rodrigues Neto³
Dra. Cláudia Freitas de Oliveira⁴*

Resumo

Busca-se com esse artigo analisar a maneira pela qual os protagonistas estudantis da instituição educacional EEFM Prof^a Diva Cabral, promoveram a pesquisa científica para elaboração de exposição em comemoração aos 40 anos de fundação da escola. Apesar do desafio encarado diariamente pelos profissionais da escola em tentar minimizar os efeitos de sequelas deixadas pelo período pandêmico em relação à saúde mental dos estudantes, cada vez mais se fazem necessárias ações educacionais que acolham os alunos, promovendo um espaço seguro que eles possam se expressar, sendo necessário para isso o conhecimento de sua História Local. Por meio de produção estudantil de podcasts, de exposições utilizando fontes imagéticas, entrevistas e análise de fontes escritas os estudantes do ensino médio da EEFM Prof^a Diva Cabral estabeleceram a problematização sobre a História de sujeitos importantes para a escola e que se integram à própria história de vida do aluno, de sua família e em sua relação com o próprio cotidiano. O trabalho desenvolvido em equipe, entre gestão escolar, professores e estudantes da escola mencionada, em parceria com a comunidade, pode assim corroborar para que a escola seja um ambiente de aprendizagem saudável, acolhedor e que ações preventivas sejam conduzidas em equidade.

Palavras-chave: Saúde mental; ensino de história; história local; protagonismo estudantil.

3 Mestrando em ensino de História, ProfHistória, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Especialista em Gestão da Educação, Uninassau, Fortaleza, Ceará, Graduado em Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará. E-mail: nilopublico33@gmail.com; <https://lattes.cnpq.br/4155222113192664>.

4 Doutora em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco; Mestre em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco; Graduada em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, email: claudia.oliveira@ufc.br; <http://lattes.cnpq.br/7320344244420638>.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma discussão entre dois temas bem pertinentes na educação: saúde mental e ensino de história, a partir do estudo de caso da EEFM Professora Diva Cabral. Esse texto surgiu, a partir das provocações da disciplina optativa de Seminário Especial Linguagens e Narrativas Históricas e a Construção do Fato Histórico, ambas do Mestrado Profissional em Ensino de História da UFC, pertencente ao ProfHistória, e da realidade escolar.

Além das provocações surgidas durante as disciplinas, na leitura e discussão dos textos, especialmente as referências de Peter Burke (1992), Roy Porter (1992), Jerônimo Galvão (2020), Eduarda Cabral e Aryana Costa (2022), as colocações advindas dos colegas que partilharam suas experiências e porque não dizer incômodos, as motivações que também inspiram esse artigo partem da realidade escolar.

A primeira delas é a história do local onde um dos autores atua desde 2014 e outro desde 2021, que é a EEFM Professora Diva Cabral, situada no bairro da Maraponga, localizada na periferia de Fortaleza, Ceará, uma escola de ensino médio da rede pública estadual que completa em dezembro desse ano, 40 anos de existência. Uma segunda inquietação sempre presente na atuação como docente e que se tornou ainda mais visível, após o período da pandemia, é a saúde mental dos alunos (as) e seu impacto na relação de ensino-aprendizagem em História.

Algumas perguntas que podem se fazer presentes nesse momento: Qual a relação existente entre essas duas motivações? O conhecimento da história do local onde vivem tem implicações na saúde mental daqueles que fazem a comunidade escolar? A partir de quais perspectivas esse trabalho pode ser construído? Quais as fontes a serem utilizadas? Quais os sujeitos precisam ser escutados e colocados como protagonistas?

A partir dos questionamentos acima levantados, temos percebido na prática, que à medida que os alunos conhecem a história de sua escola, da comunidade a qual habitam, sentem-se pertencentes a ela e de certa forma, essa pertença os faz refletir sobre sua própria existência, sonhos, medos, esperanças e dificuldades.

Os temas sugeridos e as reflexões advindas do chão da sala de aula no ensino de História nos trazem luz e esperança as questões acima propostas, é notável perceber o encantamento, o brilho nos olhos e a evolução de tantos alunos (as) no tocante ao seu envolvimento nos projetos de maior abrangência como a ONHB, a OCHE, os projetos escolares de encerramento do semestre e/ou ano letivo, bem como em menor escala, mas não menos importante, a tudo aquilo que é levantado como relevante reflexão e como isso impacta diretamente a vida e o cotidiano de muitos alunos (as), que estão em minha realidade escolar, como aqueles que concluíram essa etapa da vida e hoje são gratos pelo significado relevante que a escola trouxe e traz cotidianamente em suas escolhas e mudanças marcadamente positivas.

Muitos desses jovens em depoimentos informais nas conversas pelos corredores da escola, como nas reflexões formais em sala de aula, tratam de demonstrar o quanto o pertencimento à comunidade escolar Diva Cabral foi e é importante para o conhecimento de si mesmo, à medida que conhecem a identidade da escola, refletem sobre a sua própria identidade, sendo essa não algo pronto e determinado, mas construído socialmente.

Identidade é uma construção social e simbólica dinâmica em função de sua permeabilidade em face do contexto. Portanto, as identidades mostram-se móveis porque são contingentes. Constata-se que a identidade de um grupo não está dada de uma vez por todas por uma determinada posição que seus membros ocupam num grupo social, profissional ou organização de qualquer outra natureza. Ela é construída em função de acontecimentos que a nutrem, de circunstâncias que lhe conferem forma (Azevedo, 2009, p. 43).

Portanto, é perceptível que o ensino de História é uma excelente ferramenta e laboratório para o conhecimento da história da escola, dos alunos que ali estão, bem como de construção da própria autonomia e liberdade desses alunos, enquanto sujeitos históricos responsáveis pela preservação e construção da memória e identidade escolar, sendo essa marcada por elementos de permanências e mudanças.

Finalmente, é necessário frisar a contribuição da história para as novas gerações, considerando-se que a sociedade atual vive um presente contínuo, que tende a esquecer e anular a importância das relações que o presente mantém com o passado. Nos dias atuais, a cultura capitalista impregnada de dogmas consumistas fornece uma valorização das mudanças no moderno cotidiano tecnológico e uma ampla difusão de informações sempre apresentadas como novas e com explicações simplificadas que as reduzem aos acontecimentos imediatos. Um compromisso fundamental da História encontra-se na sua relação com a Memória, livrando as novas gerações da “amnésia social” que compromete a constituição de suas identidades individuais e coletivas (Brasil, 2002, p. 26).

Essa produção de história local e saúde mental será realizada pelos próprios alunos (as), apresentada por eles ao final do ano letivo de 2024, consistirá na produção de podcasts sobre os 40 anos da EEFM Professora Diva Cabral, por meio dessa ferramenta, mostrarão todo seu esforço, participação e dedicação sobre suas pesquisas, bem como um trabalho de busca, análise e seleção de fontes e os impactos da presença e participação ativa da escola na vida de muitos alunos (as), que irão compartilhar suas experiências, nesse momento de culminância. Os QRCODES de acesso aos podcasts produzidos ficarão disponíveis nos ambientes da escola, bem como no Instagram @emprofadivacabral.

TÓPICO 1- Saúde mental e ensino de história

A pandemia de Covid e o retorno presencial ao ambiente escolar, após esse período de isolamento imposto pelas consequências drásticas do vírus, trouxeram à tona uma constatação já presente, de forma mais tímida, em outros tempos, que os problemas mais comuns que afetam nossos alunos (as) são os de natureza psicológica e a consequência quase que imediata desse problema na relação ensino-aprendizagem.

Em uma entrevista realizada a coordenadora do NEPRE/SC (Núcleo de Atendimento e Prevenção às Violências), ela apresenta o contexto de pandemia como amplificador de casos de atendimento à saúde mental, não que antes desse período, não houvesse situações dessa natureza, no entanto, o número de atendimentos ocasionados por problemas dessa natureza, de alunos com depressão, crise de ansiedade, autolesão e ideação suicida aumentou consideravelmente.

Sim, houve. Houve maior. A autolesão, ela já estava vindo crescente, em 2018, 2019, já vinha aumentando. A pandemia acho que ela foi um gatilho, para muitas situações que estavam ali mal resolvidas. Para você ter ideia, acho que foi ano passado que a gente atendeu em torno de 500 situações. Não somente de autolesão, mas como um todo como NEPRE. Mas nós tivemos que acionar a rede externa com situações de ansiedade, depressão ou autolesão e ideação (Cabral, 2022, p. 168).

Ao analisar os documentos educacionais, como a LDB e os PCNs, a saúde mental dos nossos alunos (as) emerge como um tema da mais profunda relevância, por ser de caráter transversal, presente nos mais diversos aspectos da vida humana e portanto tratado em todos os âmbitos do currículo escolar, no entanto, ainda pouco discutido tanto formal como informalmente no ambiente escolar.

No Brasil (1996), a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (no 9.394), e da construção dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a abordagem do tema Saúde foi ganhando mais consistência nas escolas, passando a ser integrado como um tema transversal, permeando todo o currículo escolar e, assim, possibilitando uma abordagem mais ampla dos diversos aspectos vinculados ao processo de saúde individual e coletiva. Os Parâmetros Curriculares Nacionais estão em congruência com os princípios de promoção de saúde em escolas indicados pela

OMS, ou seja, buscam a sustentação da saúde e do aprendizado, além de integrar profissionais de saúde, educação, pais, alunos e membros da comunidade, ajudando a transformar a escola em um lugar saudável e propício ao bem-estar, ao crescimento e ao desenvolvimento (Vieira *et al.*, 2014, p. 17).

Muitos alunos com diversos problemas como depressão, crise de ansiedade, autolesão, ideação suicida, entre outros, não conseguem permanecer durante todo o tempo das aulas no ambiente de sala, quando não faltam com frequência ou chegam até mesmo a abandonar seus estudos. Os problemas acima relatados são citados pelos próprios alunos (as) e causados por situações como: abandono familiar por parte de todos os responsáveis ou ao menos um deles (muitos são criados por tios(as)/ avôs/ avós), falta de um acompanhamento mais próximo e efetivo da família (cabe destacar o dilema vivido por muitos responsáveis trabalhar ou cuidar dos filhos), situações de abuso sexual e/ou moral e não menos importante as condições socioeconômicas vulneráveis vividas por eles (infelizmente não são raros os casos de alunos que têm na escola a única refeição diária).

Os prejuízos causados pelos problemas mentais no sistema escolar também têm sido destacados. Jovens afetados por transtornos mentais apresentam com mais frequência rendimento acadêmico inferior, evasão escolar e envolvimento com problemas legais, e a demanda de alunos com algum tipo de problema emocional/comportamental vem preocupando educadores, que, nos últimos anos, passaram a demonstrar altos índices de afastamento do trabalho (Vieira *et al.*, 2014, p. 13).

É importante destacar o esforço diário realizado pela gestão escolar e pelo colegiado de professores, que procuram conversar com os alunos e os pais sugerindo, para alguns casos, que procurem ajuda profissional, pois a escola conta com suporte insuficiente, para não dizer quase inexistente, a escola está situada na Sefor 3 (Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza) que

conta com 56 escolas e 3 profissionais para atender tamanha demanda e as famílias quando tomam conhecimento da situação e se colocam a disposição para buscar ajuda (em sua minoria infelizmente) encontram muitas barreiras, pois não há atendimento e acompanhamento na rede pública, a demanda é muito grande para a quantidade de profissionais disponíveis e o atendimento na rede particular é inviável, pois o tratamento é muito oneroso para grande parte das famílias dos nossos alunos, que não tem condições de subsidiar esse suporte.

Podemos perceber que mesmo diante dos problemas acima expostos na EEFM Prof^a Diva Cabral, encontram-se espaços para transformação dessa realidade e o ensino de História apresenta-se como uma ferramenta indispensável nesse processo, pois um dos principais objetivos de nosso conhecimento é que deve fazer sentido e ser percebido na vida prática das pessoas, integrado às demais dimensões da vida cotidiana.

Conforme apresentado na introdução desse texto, o envolvimento dos alunos (as) em olimpíadas externas como OCHE, ONHB, nos projetos escolares, bem como nas discussões e atividades construídas em salas de aula, na qual eles são os protagonistas, notamos que os alunos desejam conhecer mais e melhor sua história, o ensino de História é um campo fértil para reflexão desse conhecimento, do local onde vivem e de si mesmos, para construção de futuros diferentes e para transformação e superação dos desafios enfrentados cotidianamente.

Em dezembro desse ano, a escola completa 40 anos de existência, é uma oportunidade importante, para refletir tanto sobre a história do local onde os alunos (as) vivem, bem como sobre os impactos positivos desse processo de conhecimento de sua realidade e de si mesmos na saúde mental, a História Local aparece nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 09) como “[...] recurso pedagógico privilegiado [que] possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte”, pois favorece a percepção de sujeitos e objetos múltiplos no processo histórico como também uma sistematização do conhecimento, possibilita a compreensão das realidades históricas, sendo essas construídas por experiências tanto individuais como coletivas.

TÓPICO 2-Conhecendo a escola

Esse trabalho parte do chão da escola, ela é palco de sociabilidades, na qual os (as) alunos (as) se apresentam como sujeitos sociais, onde externalizam e internalizam suas relações sociais. Os jovens passam na escola, grande parte de seus dias, durante muitos anos, portanto, a escola torna-se um lugar favorável e privilegiado para a expressão e adesão de estilos de vida, bem como de sua compreensão de mundo (Lima Filho, 2014).

Por essa razão, em primeiro lugar, é indispensável que compreendamos nosso público, os alunos (as) da EEFM Professora Diva Cabral são, em sua grande maioria, advindos de realidades periféricas, na qual são filhos de trabalhadores, além de muitos deles trabalharem e estudarem ao mesmo tempo, mesmo sendo menores de idade, exercem sua atividade laboral como entregadores de água, empacotadores e/ou repositores de mercantil, garçons e garçonetes dos diversos estabelecimentos de buffet nos arredores da escola ou em serviços ligados ao ramo da beleza (manicures, cabelereiros ou atendentes de salão).

Em suma, de modo geral, percebe-se que os discentes trabalham muito e ganham pouco, sendo essas atividades vistas, como possibilidade para ajudar no sustento de casa ou em alguns casos como afirmação de sua liberdade e autonomia, e alternativa de uma futura profissão. Em muitos casos, há uma naturalização da situação de vulnerabilidade social, bem como das violências sofridas por eles no meio em que vivem e em suas atividades de trabalho.

No entanto, apesar de observar essa realidade tão dura de nossos jovens, podemos destacar muito fortemente, a influência que o ambiente escolar trouxe e traz em termos de outras perspectivas além daquelas previamente estabelecidas pelo contexto onde vivem. Desde 2014, tenho escutado e experienciado muitos relatos como e quanto a escola foi e é importante, no sentido de possibilitar enxergar outros horizontes, tanto na vida acadêmica como profissional, podem escolher e não terem seus “destinos” impostos e assim serem realizados.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da EEFM Prof^a Diva Cabral, datado de 2015, documento construído de forma coletiva pelos membros da comunidade escolar (gestão escolar, docentes, discentes e pais de alunos), demonstra-se a necessidade de construir uma educação pública e de qualidade, na qual os alu-

nos (as) tenham seu conhecimento de mundo valorizado, bem como suas realidades, mas ao mesmo tempo, os estudantes possam se perceber como sujeitos históricos de direitos e deveres e encontrem no ambiente escolar um horizonte, no qual por meio do estudo, possam modificar suas realidades e amplificar a busca pela igualdade social. Nota-se na construção do documento acima mencionado, a influência da pedagogia de Paulo Freire priorizando uma educação libertadora, que orienta para a consciência de sua posição social, como também de suas potencialidades críticas e de intervenção sobre a realidade, bem como possibilitem a relação entre teoria e práxis (FREIRE, 2013).

TÓPICO 3- A produção de podcasts no ensino de História a partir do protagonismo estudantil

Este estudo pretende realizar a análise e reflexão da história dos 40 anos de fundação da EEFM Professora Diva Cabral, como fontes para a problematização dos conteúdos e da relação ensino-aprendizagem na disciplina de História, bem como uma ferramenta no processo de autonomia e saúde mental dos alunos (as) da escola.

O primeiro passo para a realização do trabalho será uma sondagem dos conhecimentos prévios dos alunos e para tanto aplicaremos um questionário com perguntas a respeito do conhecimento destes, acerca da história do local onde vivem, especificamente da escola onde estudam, refletiremos na mesma pesquisa sobre as experiências e os sentimentos provocados pelas experiências na escola e na comunidade onde habitam, buscando focar nos principais elementos que os fazem permanecer ou desistir da vida escolar.

Sintetizando esses diferentes direcionamentos, percebemos que a História Oral aparece hoje como um campo de grandes possibilidades para o professor de História. Primeiro, do ponto de vista metodológico, ao trabalhar com diferentes tipos de fontes e ao levantar novas questões sobre a memória e a produção de fontes tradicionais. E, segundo, pelo seu conteúdo, tão voltado para o social e para os grupos marginalizados que, por não terem escrita, tendem a ser considerados sem história (Silva, 2009, p. 188).

Depois de uma minuciosa análise das respostas, os alunos serão convidados a refletir sobre o contexto no qual eles estão inseridos, sua comunidade onde vivem, a escola na qual estudam, irão em pequenos grupos, apresentar os frutos de suas indagações, as razões que os motivam a permanecer na escola ou que os afastam desse ambiente.

Logo após, serão motivados a partir desses grupos, formados por afinidade, a procurar investigar sobre a história de formação da EEFM Prof^a Diva Cabral e convidados a perceber as similaridades e mudanças do período de 40 anos de história da escola com a realidade vivida por eles, a ter contato com as fontes históricas (documentos escritos, relatos orais, fotografias, entre outras) para dar embasamento a sua investigação.

Por fim, os alunos apresentarão em uma culminância ao final do ano letivo de 2024, os produtos de suas pesquisas, por meio de podcasts com funcionários, alunos e/ou professores que já passaram pela escola, os QRCODES de acesso aos podcasts produzidos ficarão disponíveis nos ambientes da escola, bem como no Instagram @eemprofadivacabral.

O podcast é um conteúdo em áudio, com a possibilidade de também ser oferecido em vídeo, que é gravado e fica disponível em diferentes plataformas na internet. São consumidos por demanda, ou seja, são acessados a qualquer momento desejado. Atualmente, vive sua fase mais popular, apesar de ser um recurso existente desde o início dos anos 2000. Nos últimos anos, sua divulgação e utilização aumentou exponencialmente, sendo ampliada durante e após a pandemia de Covid-19. Um dos motivos para sua popularização recente é explicado pela difusão da internet e de aparelhos celulares, dispositivos estes que foram amplamente utilizados no período da pandemia para trabalhar, estudar, socializar, como fonte de lazer etc.

A utilização de podcasts aliada às outras ferramentas de ensino, promove uma variedade no processo de ensino aprendizagem, onde os alunos serão capazes de realizar a transposição didática de conteúdos previamente estudados de forma coletiva. É uma ferramenta na qual sua elaboração oferece um baixo custo econômico para ser produzido e mobiliza uma série de competências e habilidades, por exemplo, oratória, trabalho em grupo, organização, expressão criativa e habilidade em pesquisa científica.

Considerando a existência de alunos com deficiências visuais na escola, o podcast demonstra seu caráter inclusivo, uma vez que é um mecanismo capaz

de envolvê-los no projeto, logrando o objetivo da intervenção didática: gerar coesão social, pertencimento, fortalecer identidades coletivas e particulares, impactando na promoção de sua saúde mental.

Outro ponto relevante, é a possibilidade de utilização de textos e imagens no podcasts que viabilizam mais um atrativo para os alunos. Considerando que apreendemos conhecimento de diversas maneiras, os recursos imagéticos criados pelos próprios alunos podem alcançar aqueles que sentem mais dificuldades no modelo tradicional de ensino aprendizagem.

Considerações finais

A pretensão desse artigo não é esgotar todas as possibilidades de pesquisa sobre a história do local no qual os alunos vivem e passam boa parte de seus dias, mas apresentar a História como espaço de conhecimento do outro e de si mesmo, enfrentamento das situações de desafio, orientação para o cotidiano da vida e explicação do mundo (Rusen, 2010).

Nesse momento, cabem algumas provocações importantes: O local de onde o aluno (a) é proveniente têm influência em sua saúde mental!? Quais os impactos que a saúde mental dos alunos (as) têm na relação ensino-aprendizagem!? Como o ensino de história e o conhecimento da história local podem favorecer melhores condições de aprendizagem!? Em que medida o sentido de pertença à comunidade escolar traz benefícios à saúde mental dos alunos!?

Essa pesquisa não tem interesse em meramente, apresentar números de forma irreflexiva sobre as condições socioeconômicas dos alunos (as) e/ou gráficos quantitativos sobre o número de discentes com questões a serem melhor trabalhadas de saúde mental, como crise de ansiedade, depressão, autolesão e ideação suicida, só para citar alguns exemplos.

Nosso interesse é investigar sobre as razões que impulsionam essas situações de crise na saúde mental dos nossos estudantes, refletir sobre os impactos cotidianos no ambiente escolar dos problemas relacionados à saúde mental e as consequências para o ensino e a aprendizagem, bem como investigar e propor como o conhecimento da história local, impacta na saúde mental dos alunos e na relação ensino-aprendizagem.

Podemos apontar de forma geral, alguns aspectos que nos ajudam a refletir sobre os problemas relacionados à saúde mental acima citados: ausência de acompanhamento e orientação de familiares e/ou responsáveis, falta de perspectivas de vida e futuro, vulnerabilidade social (desemprego, pobreza), ambiente social e familiar marcado pela violência. Por um outro lado, a escola se apresenta como um ambiente potencialmente importante de proteção para os alunos (as), onde vislumbram outras possibilidades, desenvolvem seu senso crítico, de pertença a uma comunidade com valores comuns e podem sentir-se motivados a realizar-se como pessoas, e o ensino de história, especificamente de história local, pode ser um caminho interessante para o conhecimento dessas outras possibilidades.

um trabalho de história local é uma ótima oportunidade para a atuação dos próprios professores e alunos como sujeitos produtores do conhecimento eleito como objeto de estudo, atendendo também às discussões psicopedagógicas que prezam por uma educação centrada na promoção da autonomia, da responsabilidade e da proatividade dos alunos (Ferreira, 2019, p. 134).

Referências

- AZEVEDO, Cecília. Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2009.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, lei nº 9394/96**. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: SEF, 1997.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental 3º e 4º Ciclos – História**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino médio. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília ministério da educação, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>.

BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**. Novas perspectivas. SP: Edunesp, 1992.

CABRAL, Eduarda. O debate acerca da saúde mental e ideação suicida no contexto escolar: uma abordagem acerca da aprendizagem significativa. *In*: SILVA, Sílvio (Org.). **A Sala de aula e a prática do professor: experiências e desafios contemporâneos**. Campo Grande: Editora Inovar, 2022.

COSTA, Aryana. Pandemia de lives: ensino remoto, mídias digitais e História Pública. *In*: MENESES, Sônia (Org.). **Ensinar com História pública: desafios, temas e experiências**. Sobral CE: Sertão Cult, 2022.

FERREIRA, Marieta *et al.* **Dicionário do ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

LIMA FILHO, Irapuan Peixoto. Culturas Juvenis e agrupamentos na escola: entre adesões e conflitos. **Revista de Ciências Sociais (UFC)**, v. 45, p. 103-118, 2014.

PORTER, Roy. História do Corpo *In*: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**. Novas perspectivas. São Paulo: Edunesp, 1992.

RÜSEN, Jorn. **Jorn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

SILVA, Kalina *et al.* **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

VIEIRA, Marlene A. *et al.* **Saúde mental na escola**. Estanislau GM, Bressan RA, organizadores. Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Diálogos possíveis entre E. P. Thompson e William Blake

*Raul Victor Vieira Ávila de Agrela*¹

Resumo

Esse trabalho propõe dá continuidade às análises dos poemas de Edward Palmer Thompson, *Infant and Emperor* (poems for Christmas). Escrito durante décadas, os poemas narram a trajetória da Natividade – anunciação à Maria, o nascimento do menino Jesus, o massacre dos inocentes por Herodes, a fuga de Maria, José e Jesus para Egito, etc. Os poemas são um ciclo de intervenções narrativas de Thompson no sentido de trabalhar com a dimensões simbólicas para abordar questões de rebeldia e opressão dentro do contexto da Guerra Fria. A proposta narrativa de pensar uma possibilidade de perspectiva da História contemporânea na qual Thompson manipula elementos cristãos para descrever ações como Campanha pelo Desarme Nuclear, as guerras no “Terceiro Mundo”, a invasão de Suez, a insurreição na Hungria, é possível a partir da consideração e compreensão dos próprios interesses estéticos e éticos (portanto, políticos) de Thompson, pois tanto as gravuras quanto o universo religioso semântico de William Blake presente em *Infant and Emperor* (poems for Christmas) são chaves de leitura, interpretação e entendimento dos poemas.

Palavras-chaves: E. P. Thompson; William Blake; História; Literatura.

I Alfa

Este ensaio tem como interesse colocar Edward Palmer Thompson e William Blake na mesma linha e propor um diálogo entre ambos com a intenção de escrever uma história na qual o leitor compreenda qual a relação entre ambos os escritores ingleses e o porquê é interessante aproximá-los. Nascido na Grã-Bretanha do entreguerra, em 1923, E. P. Thompson tornou-se um

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceara. Bolsista CAPES. E-mail: raul.agrela@hotmail.com.

Escritor, no estilo que ele mesmo escreveria em *Reflexões sobre Jacoby e outros assuntos* (1983)². Nascido no este de Londres, em Soho, 1757, William Blake tornou-se poeta, pintor e tipógrafo inglês que viveu e pensou o fim do século XVIII e o início do XIX de um modo profundamente excêntrico.

O diálogo entre ambos é possível porque E. P. Thompson tinha William Blake como sua influência maior – ao lado de Giambattista Vico, Karl Marx e William Morris³. Essa influência é notada durante várias décadas de produção de Thompson, tais como: 1. na sala de aula quando era professor de Literatura e Arte na Universidade de Leeds durante a década de 1950; 2. nos seus trabalhos historiográficos, como *The making of english working class* (1963); 3. nos onze poemas reunidos em *The Infant and Emperor* (1983); 4. e na sua biografia histórica de William Blake publicada pouco antes de falecer, em 1993, *Witness against the Beast: William Blake and Moral Law*. A aproximação de Thompson ao universo de Blake, portanto, acontece de vários modos.

Thompson leu o poema *London* de Blake na televisão britânica em 1972⁴:

I wander thro' each charter'd street,
Near where the charter'd Thames does flow.
And mark in every face I meet
Marks of weakness, marks of woe.

In every cry of every Man,
In every Infants cry of fear,
In every voice: in every ban,
The mind-forg'd manacles I hear

How the Chimney-sweepers cry
Every blackning Church appalls,
And the hapless Soldiers sigh
Runs in blood down Palace walls

But most thro' midnight streets I hear

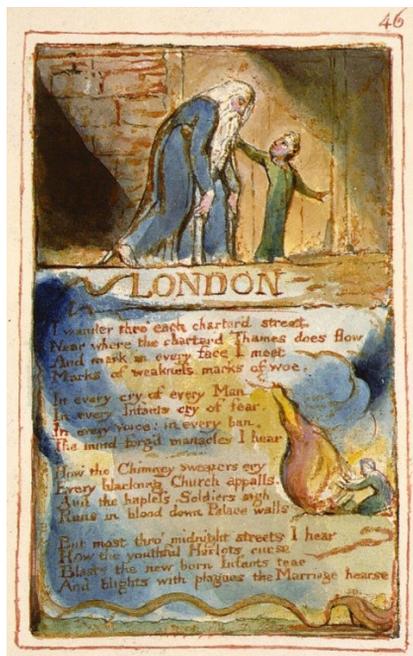
2 THOMPSON, E. P. Reflexões Sobre Jacoby E Tudo Mais. *Revista História & Perspectivas*, [S. L.], v. 29, n. 55, 2016.

3 Cf. FURTADO.

4 THOMPSON, E. P. *Blake's London*. Lecture by E P Thompson on William Blake's poem 'London'. Directed by Trevor Griffiths broadcast on BBC1 25 June 1970. YouTube, 2017, <https://www.youtube.com/watch?v=yOD3zv6Rrhk>. Acesso em: 02 fev. 2024.

How the youthful Harlots curse
 Blasts the new-born Infants tear
 And blights with plagues the Marriage hearse

Figura 25 - “London”, Wiliiam Blake, 1826⁵



Publicado em 1794 no livro *Songs of Experience*, o poema é o único que não possui correspondente no livro *Songs of Innocence* (1789). Isso porque ambos os livros formam um volume, de duas partes contínuas. Em 1974, Blake publica do *Songs of Experience* com o subtítulo de “Shewing the Two Contrary States of Human Soul”. Na gravura acima é possível ver a ideal central de Blake em ambos os livros. A criança representa a inocência e o homem velho representa a experiência. Os contrastes, no entanto, não são opositivos e nem complementares. Os contemporâneos que tiveram acesso às obras de Blake, leriam os poemas juntos com suas respectivas gravuras, de modo que a compreensão dos poemas sugere como inevitável considerar seus aspectos pictóricos.

5 Cf. RAINE, Kathleen. *William Blake: (156 plates 28 in colour)*. London, Thames and Hudson, 1974/1970.

Blake é considerado por Thompson como um polímata sincrético⁶. Considerando excêntrico na sua época, colocava elementos frequentemente considerados como deslocados em relação ao contexto em que vivia, de ascensão e consolidação da ciência e racionalismo burgueses, da Idade da Razão, marcado pelas Revoluções Americana, Inglesa e Francesa, como fundamentais para construção de sua visão de mundo. É por isso que a poesia de Blake é marcada por uma semântica religiosa. Em *Songs of Innocence and of Experience* os poemas dialogam entre si na construção narrativa atravessada por virtudes religiosas, tais como Misericórdia, Piedade, Paz e Amor. Essas virtudes fazem parte de um idealizada de Blake daquela correspondência do coração do ser humano à imagem divina. Baseado no livro de Geneses, capítulo 1 e verso 26: “E disse Deus: façamos o homem à nossa imagem”.

Neste artigo, não cabe abordar de modo amplo o pensamento de Blake. A colocação inicial sobre Blake e sua obra *Songs of Innocence and of Experience – Shewing the Two Contrary States of Human Soul* aparece porque nele se encontra o poema *London*. A figuras da criança inocente, ademais, também aparecem no livro da Experiência, da mesmo forma que figuras adultas estão presentes no livro da Inocência. Ambas estão incorporadas na gravura do poema *London*.

Do primeiro ao segundo livro há uma mudança na postura de Blake. Ele torna-se mais místico e obscuro. Esse movimento esteve relacionado às transformações sociais que se iniciaram na década de 1790. Colocar o pensamento de Blake deslocado do racionalismo e empirismo que ia se consolidando naquele momento não significa que seu pensamento era de oposição no sentido estrito do termo. Sua formação autodidata contribuiu para seu pensamento ser distinto do lugar comum da época, mesmo que seja difícil ou até improdutivo tentar procurar o que era pensamento comum na Inglaterra de 1790. Ao defender a capacidade imaginativa e criativa do ser humano, Blake não se posiciona como contrário ao modelo racional iluminista. Em seu livro *Witness Against the Beast – William Blake and the Moral Law* (1993), Edward Palmer Thompson sustenta que os elementos e a semântica religiosa em Blake foi abordada e ampliada de modo específico pelo poeta de Soho pois estão ligadas mais às seitas religiosas inglesas seiscentistas e do início do sécu-

6 THOMPSON, *Witness against the Beast – William Blake and Moral Law*. New York: The New Press, 1993, p. xii.

lo XVIII, que ainda tinham suas vozes e pensamento ecoadas no tempo de William Blake, seja através de escritos seja em leituras coletivas e a oralidade.

Blake tinha familiares com relações e proximidades com algumas dessas seitas, como a Igreja Muggletonian, os Swedenborguianos, a Igreja Nova Jerusalém. Excêntrico na sua estrutura, o modo de pensar de Blake não era tão distinto ou excessivamente à parte dos contemporâneos. Thompson considera que Blake estava dentro de uma “longa tradição popular”⁷, por vezes ligada às classes de comerciantes e de artesãos, portanto, de populares, pois essas classes estavam mais suscetíveis a serem oposições às instituições oficiais, rejeitando elementos de autoridade e opressão que eram, nesse período, representados pelo Estado e a Igreja da Grã-Bretanha. É esse Blake que insere o poema *London* em 1794. O poema se distancia do tom profético que marca o restante da obra, característica que muitas vezes se utiliza para qualificar Blake como um poeta místico libertário:

Blake é um dos exemplos mais significativos desses poetas cuja influência dessas tradições ocultas o levou a questionar os dogmas, exaltar a imaginação e restituir o lugar do poeta. Em sua leitura bíblica, ele fez uma inversão – questionou a moral cristã e mostrou o corpo e o espírito unidos numa mesma rebelião⁸.

Em sua exposição à televisão britânica do poema *London*, Thompson realiza um crítica genética do poema, os telespectadores podem acompanhar o pensamento de Thompson analisando o poema vendo os manuscritos de *London*. As observações às rasuras, às omissões e aos descartes de versos e palavras realizados por Blake, possibilita Thompson destacar focar sua crítica genética⁹ nas palavras “charter’s”, “marks”, “mind-forg’d manacles”, “appalled”.

A alteração da palavra “dirty” por “charter’d” no primeiro verso foi lida por um debatedor presente na transmissão como uma mudança na própria percepção de Blake das mudanças não somente físicas de Londres mas sim

7 THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 53, v. 1.

8 LIMA, Manoela Ferreira. *Portas da percepção: uma leitura filosófica da poesia romântica de William Blake*. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, UFRN, 2022, p. 52.

9 Cf. PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Inútil poesia e outros ensaios breves*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

de uma mudança das condições sociais. Outro debatedor considera o mesmo termo “restrictive and legalistic”. As associações, portanto, às mudanças visíveis na cidade de Londres são relacionadas à lógica econômica. Além do mais, vem com ela também alterações nas sociabilidades, como sugere a repetição do termo “marks” nos versos seguintes. Além das marcas que Blake observava nos rostos dos homens, ele detectava “marcas de fraqueza” e “marcas de infortúnio”. Thompson correlaciona a repetição do termo “marks” à Marca de Caim, justificando-a pelo pensamento de Blake ser “very unusual affirmative type of christianity”.

O deslocamento que Thompson propõe na análise de *London* é o do olhar de Blake sobre Londres. As ambiguidades dos termos nos versos dos poemas são construções estéticas e narrativas sobre uma visão da sociedade, das pessoas que ali viviam e da própria condição humana, segundo Blake, longe das virtudes que atravessa o *Songs of Innocence and of Experience*, Misericórdia, Piedade, Paz e Amor.

II Beta

Em 1950, Thompson enviaria para um concurso o longo poema chamado *The Place Called Choice*¹⁰. A relação desse poema com o *London* de Blake é próxima. Com mais de 150 anos de distância, há correspondências metafóricas entre ambos. A construção narrativa de Thompson no poema é semelhante a um percurso. Os versos vão atravessando paisagens e as paisagens são descritas nos versos:

Crime and compassion, then, statistics, ecstasy,
Struck like a match from chaos. It's all an accident:
This town beneath me meaning no more than
stonecrop,
Lichen of banks and offices: fungus on a stone
wall,
Spawning into the night pretty stritchwork of
lights
Like swarming midget spiders, bringing some-
one money.¹¹

10 INGLINS, Fred (Ed). *E. P. Thompson: collected poems*. Newcastle: Bloondaxe Books, 1999, p.

11 *Ibidem*.

E mais a frente:

The weak get cracked like grapeseed, chewed
into digits.
On the corner by the Palace
Without malice or logic
Death Waits in a slumped indiferent posture,
Sticking his knuckles in the eyes os all comers¹².

Em sua dissertação de mestrado, Agrela¹³ interrelaciona o longo poema de Thompson com seus interesses intelectuais à época. A forma como Thompson leu William Morris naquela década foi chave de entendimento para o poema *The place called choice*, isso porque o termo *escolha* não foi utilizado por Thompson de modo corriqueiro. Identificava-se também uma mudança visível, da paisagem, da cidade de Londres. Da mesma forma que em Blake, os versos de Thompson apontam para um alteração de sociedade e sociabilidade.

O vocabulário sugere uma rejeição à lógica econômica do pós-guerra, dos trilhos tortuosos da Guerra Fria recém iniciada e, não obstante, da intervenção exterior dentro da sociedade inglesa através de novos elementos técnicos de comunicação e influência, como a rádio e a televisão, e a interferência desses instrumentos no cotidiano da cultura popular e das classes operárias:

Os elementos estão em movimentos. Outros modos de pensar e ser estão em evidência. Ameaças. Dúvidas. Futuro. A transformação do mundo cada vez mais rápida, a tela da TV, a ideia de homem, o uso dos corpos e dos tempos dos corpos como alimento a um deus faminto, o sacrifício diário, as sensibilidades transformadas em dígitos, as relações humanas (em sua conferência ele pondera: “os cânones do sentimento de companheirismo humano elemtar pela qual as pessoas comuns de todas as

12 *Ibidem*.

13 AGRELA, Raul de. *Eu conspirei com poetas e fingi ser um deles: a experiência poética de E. P. Thompson*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, UFC. Fortaleza, 2019.

terras aprenderam a viver”¹⁴) substituídas por relações financeiras, o pecado original todo dia renovado num rápido comercial entre uma e outra *breaking news* de uma “*época ansiosa*”¹⁵.

Uma pergunta que orbitava nos intelectuais de esquerda britânico naquele período era o lugar das lutas populares e da classe operária a partir da década de 1950 e todas as mudanças e alterações sociais, econômicas e políticas. O sentido de emergência de Thompson em *The Place called choice* sugere essa preocupação. Ele não tem correspondência, no entanto, com a postura de Blake em *London* nesse sentido, porque o tom de emergência da Inglaterra em 1790 estava mais ligado à compreensão das mudanças da Revolução Industrial.

Não só compreensão ou descrição através do gênero da poesia, mas a marcação de crítica e negação das mudanças sociais ali vivenciadas. Isso, ademais, é possível observar nos dois poetas. Agrela desenvolveu sua análise do poema cruzando outros documentos de Thompson, tais como artigos sobre William Morris, artigos sobre o Socialismo Humanista, etc., porém naquele momento o autor não observou a correspondência entre *London* e *The Place Called Choice*, visto seu objetivo entender as opções intelectuais de Thompson naquela mudança no pensamento da esquerda britânica.

III Gama

Em alguns momentos do poema *The Place Called Choice*, Thompson utiliza elementos religiosos para construir sua metáfora e pontua também seu critério estético e ético em relação a Londres dos anos 1950. Foi nessa década de Thompson escreveu o poema “Mother and Child”, logo após a invasão de Suez e a insurreição na Hungria em 1956. Dorothy Thompson estava grávida da primeira filha do casal, Kate: “She looks down, scarcely smiling, as she has always done”¹⁶. E continua:

14 “the canons of elementary human fellow feeling by which the common people of every land have learnt to live”. In: THOMPSON, E. P. *William Morris and The Moral Issues Today*. Marxism International Archive. Artigo disponível em: Agência and Choice. Marxism International Archive. 1951. Disponível em www.marxists.org/archive/thompson-ep/1958/agency1.htm#n1. Publicado em: *Are-na* 2 (8), 1951.

15 AGRELA, *op. cit.*, p. 89.

16 INGLIS, *op. cit.*, p.

In order to impound those birds, the generals set
 Some murderous pomp and circumstance
 afoot:
 The eagle-headed the reach of imperial Rome:
 If she looked up the child might fret¹⁷.

Quase trinta anos depois, Thompson reuniu esse e mais dez poemas no opúsculo chamado *Infant and Emperor – poems for Christmas (for Dorothy)* e distribuiu alguns exemplares para colegas durante o Natal de 1983. Em “A Note on the Poemas” ele anota que a esposa ficou grávida no ano de 1956, ano de grande turbulência na estrutura dos partidos e no pensamento de esquerda do mundo Ocidental, mas não só isso, mas também de guerras e conflitos no chamado “Terceiro Mundo”, de modo que o fenômeno da Guerra Fria fabricava eventos que acionava em Thompson uma preocupação acerca das investidas imperialistas na África e das ações soviéticas no Leste Europeu: “and all the tumult of the world was trooping past the windows”¹⁸. O olhar sobre a esposa grávida de Kate era desviado para o olhar o mundo. A preocupação do mundo em guerra era desviado à preocupação pela nascimento da primogênita. Nesse turbilhão de acontecimento e mudanças, Thompson escreveria vários artigos, ao mesmo tempo escreveu “Mother and Child” porque só pela poesia conseguiria acessar esse olhar de desvio e camadas acerca de si, da família e da política do mundo.

Esse mecanismo de encontrar na narrativa poética uma forma para contar uma história que era preciso para Thompson contar se repete nos poemas seguintes que irão compor o *Infant and Emperor*. Thompson publica no jornal “Tribune” em 1959, o poema “Visitors at the Inn”, uma histórica apócrifa onde os pastores e os reis magos, após a entrega dos presentes, procuram uma estalagem para descansar. Em “A Note on the Poemas”, Thompson acrescenta que os pastores e os reis magos foram punidos pelos oficiais superiores e cobradores de impostos de Herodes. Por isso, foram colocados na prisão de Belém. E continua: “The poem was writtern in 1959, and was occasioned

17 *Ibidem*.

18 THOMPSON, E. P. *Infant and Emperor: poems for Christmas (For Dorothy)*. Opúsculo, 1983.

by the Christmas imprisonment of six members of the Committee of 100 (among them Pat Arrowsmith)”¹⁹.

O grupo citado nasceu tendo como objetivo central a luta contrária à guerra. Thompson nesse período foi parte do Campaign for Nuclear Disarmament (CDN). A luta pela paz pressupunha uma oposição à guerra. A forma como essa luta ia ser empreendida diferenciava o CDN do Committee 100, principalmente nos pontos sobre a desobediência civil, ação direta e não-violência. Thompson considerava interconectado a CND e a Nova Esquerda britânica, que nos anos 1960 mobilizou tanto a prática social quanto o pensamento das ciências sociais e humanas no país; ambas eram consideradas por ele como instrumento que deu voz à revolta moral em prol da luta pela democracia, justiça social, à campanha pela paz e desarmamento. Pat Arrowsmith foi uma ativista pela campanha da paz e co-fundadora do CND, em 1957. Quando Thompson escreve “Lamentation in Rama” ele tem como ponto motivo central a atuação do CND em mente, mas o gatilho poético para a escrita dos versos foi a prisão do grupo e de Pat Arrowsmith.

Thompson finalizaria o restante do opúsculo *Infant and Emperor* somente próximo à sua publicação integral quando a campanha pela paz e desarme nuclear foi novamente acionada nos anos 1980²⁰. Porém, ainda no início dos anos 1950, o autor publicaria na revista *Arena* o poema “On Liberation of Seoul”, que anos depois se tornaria o poema “The Massacre of the Innocents”, após modificações.

So many souls were liberated on that day
 Out of their cage of skin and freed into the airs
 It is curious that a buzzard ate the speeches
 And odd that flies should have blown on the prayers.
 It was remarked upon. But the turnout was splendid.
 ‘Quite like old times’, the vizor and goggles said.
 Now, children, hallowed be this memorable

19 *Ibidem*.

20 TAYLOR, Richard. Thompson and the Peace movement: from CND in the 1960s and 1960 to END in the 1980s. In: *E. P. Thompson and English radicalism* (Ed.). FIELDHOUSE, Roger and TAYLOR, Richard. Manchester: Manchester University Press, p. 181-201.

servisse,
Which you may metate upon until you are
dead.²¹

Levemente hermético com associações e conexões, nesse poema e nos outros poemas do opúsculo, Thompson expressa a influência que William Blake teve sobre ele. A utilização da narrativa da Natividade, da religiosidade predominante no mundo Ocidental, como metodologia para produção de poesia mas também de um posicionamento estético, em defesa de um moral em prol da liberdade do indivíduo, que pode ficar preso às amarras da moral da religiosidade de um modo passivo diante das questões do mundo material, do capitalismo. A forma como essa influência acontece em Thompson certamente precisa de maiores análises, onde os outros poemas sejam incorporados à análise.

William Blake é uma parte do interesse de Thompson sobre o Romantismo. No conjunto de ensaios escrito em sua maioria no final do anos 1960 mas publicada somente após sua morte, chamada de *Os Românticos: A Inglaterra na Era Revolucionária*²². Thompson trabalha com quatro sujeitos, dois pensadores William Godwin (e, conseqüentemente, o godwinismo) e John Thelwall, e dois poetas Samuel Taylor Coleridge e William Wordsworth. O interesse constante de Thompson em biografias para escrever história acontece por toda sua vida. Na década de 1950 foi William Morris. Depois os ensaios de *Os Românticos*. E, por fim, William Blake. Das suas quatro influências maiores, somente Vico não recebeu tamanha atenção, já que a influência de Marx em Thompson não precise de tanta divulgação, já que determinou profundamente seus ideias e ideais de vida e de mundo. Seus estudos históricos através de biografias predominam entre escritores românticos.

Como William Blake, a quem tanto admirava, Thompson articulou uma maneira “de sair da sabedoria e do moralismo recebidos e entrar em novas possibilidades”. Isso foi feito através do “ataque”. De fato, como Thompson visionou uma nova política de dissidência após sua saída

21 INGLIS, *op. cit.*

22 THOMPSON, E. P. *Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Trad. Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1997] 2002.

do Partido Comunista, em 1956, ele escreveu para seu colaborador, John Saville, delineando uma plataforma sobre a qual seu jornal coeditado, o *New Reasoner*, poderia ser criado²³.

Thompson não se preocupou em analisar o movimento romântico de um modo unicamente teórico, “não apenas nutriu interesse pela história dos poetas românticos, mas que na sua própria escrita e visão de mundo são marcados pelo modo romântico de apreensão da realidade”²⁴. Percebeu, ao mesmo tempo, que estudando alguns sujeitos, conseguiria entender muitas preocupações históricas suas acerca do século XVIII inglês, sobretudo a partir da ascensão do mundo industrial e as suas mudanças por conta do modo de produção capitalista. Encontrou, portanto, no romantismo um lugar com elementos de protesto e rebelião²⁵. Como Blake, entendeu que muitas vezes não se pode entender as mudanças contemporânea deste mundo de modo unicamente racional. É possível instrumentalizar gêneros de discursos²⁶, como ele mesmo fez escrevendo e pensando a história através de versos como em *Infant and Epempror*, que se inicia com os versos: “Nothing will alter because a child is born”²⁷.

Referências

AGRELA, Raul de. **Eu conspirei com poetas e fingi ser um deles**: a experiência poética de E. P. Thompson. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, UFC. Fortaleza, 2019.

BAKHTIN, M. M. **Speech genres and other late essays**. Translated by Vern W. McGee. Edited by Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin: University of Texas Press Slavic Series, 1976.

23 PALMER, Bryan. Paradoxo e Polêmica, Argumento e Constrangimento: Reflexões sobre E. P. Thompson. *História e Perspectivas*, Uberlândia (1), p. 55-89, jan./jun. 2014, p. 58.

24 FABRIZIO, Edison Lucas. Entre a história e a literatura: E. P. Thompson e a crítica romântica da modernidade (1955-1993). *Revista Crítica História*, v. 8, p. 399.

25 Cf. LÖWY, Michael. *Revolta e Melancolia*: o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.

26 Cf. BAKHTIN, M. M. *Speech genres and other late essays*. Translated by Vern W. McGee. Edited by Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin: University of Texas Press Slavic Series, 1976.

27 INGLIS, *op. cit.*

FABRIZIO, Edison Lucas. Entre a história e a literatura: E. P. Thompson e a crítica romântica da modernidade (1955-1993). **Revista Crítica História**, v. 8, p. 394-420, p. 2017.

FURTADO FILHO, J. E. **No Calor da Guerra Fria**: E. P. Thompson e a luta antinuclear, Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017

GOODE, John. E. P. Thompson and 'the Significance of Literature'. *In: E. P. Thompson Critical Perspectives*. (ed) KAYE, Harvey J. and MCCLELLAND, Keith. Cambridge: Polity Press, p. 183-203, 1990.

HAMILTON, Scott. **The crisis of theory**. Manchester University Press, 2011.

INGLINS, Fred (Ed). **E. P. Thompson**: collected poems. Newcastle: Bloondaxe Books, 1999.

KEYNES, Geoffrey (ed). **Blake Complete Writings with variant readings**. Oxford University Press, 1976.

LÖWY, Michael. **Revolta e Melancolia**: o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995;

PALMER, Bryan D. Paradoxo e Polêmica, Argumento e Constrangimento: Reflexões sobre E. P. Thompson. **História e Perspectivas**, Uberlândia (1): 55-89, jan./jun. 2014.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Inútil poesia e outros ensaios breves**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

RAINE, Kathleen. **William Blake: (156 plates 28 in colour)**. London, Thames and Hudson, 1974/1970.

SPENCER, Luke. The uses of literature: Thompson as writer, reader and critic. *In: E. P Thompson and English radicalism* (ed). FIELDHOUSE, Roger and TAYLOR, Richard. Manchester: Manchester University Press, p. 96-117, 2013.

THOMPSON. E. P. **William Morris**: de romântico a revolucionário. Valencia: Institució Valenciana d'Estudis i Investigació, [1956] 1988.

THOMPSON. E. P. **Witness against the beast**: William Blake and the moral law. New York: The New Press, 1993.

THOMPSON. E. P. **Os Românticos**: a Inglaterra na era revolucionária. Trad. Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1997] 2002.

TAYLOR, Richard. Thompon and the Peace movement: from CND in the 1960s and 1960 to END in the 1980s. *In: E. P. Thompson and English radicalism* (Ed.). FIELDHOUSE, Roger and TAYLOR, Richard. Manchester: Manchester University Press, p. 181-201.

Joaquim da Cunha Freire, o Barão de Ibiapaba: relações entre biografia e contexto histórico

*Alisson Freitas da Silva¹**

Resumo

Um dos homens mais ricos do Ceará e do Norte do Brasil; responsável por melhoramentos urbanos na cidade de Fortaleza; político de prestígio. São essas palavras que “resumem” o cearense Joaquim da Cunha Freire (1827-1907) em estudos biográficos publicados na imprensa e em obras literárias. Temos como ponto inicial de partida os aspectos teórico-metodológicos da escrita biográfica renovada, a qual posiciona-se longe de apreender a totalidade da vida do indivíduo, e busca ligá-lo ao contexto no qual viveu, espaços e suas relações. O conceito de “trajetória” do francês Pierre Bourdieu nos auxilia para a construção da narrativa calcada nesse sujeito (Cunha Freire) e suas atuações várias nos diferentes contextos de sua vida. Desta feita, o presente estudo biográfico sobre Joaquim da Cunha Freire, afora recuperar os principais episódios de sua trajetória no Brasil Império como comerciante, militar, conservador gráudo, filantropo e Barão de Ibiapaba, busca complexificar sua “imagem biográfica” apresentada em biografias. O debate se dá a partir do entrelaçamento dessas narrativas (que ora o tornam “herói” e “grande homem”, e ora o entendem como sujeito comum e realizador de ações cotidianas contraditórias e negativas) com tipologias diversas de fontes e estudos recentes sobre este personagem. Dessa forma, como conclusão, tem-se uma figura mais complexa, multifacetada e mais realista desse sujeito histórico a partir do estudo das ligações entre indivíduo e contexto histórico da cidade de Fortaleza e da província do Ceará na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Barão de Ibiapaba; Biografia; Contexto histórico; Província do Ceará.

1 Graduado em História (UECE) e Mestrando em História (PPGHCE - UECE). Contato: alisson.freitas@aluno.uece.br

Introdução

Lidar com a trajetória de vida do cearense Joaquim da Cunha Freire, significa antes de tudo, conhecer um indivíduo que foi líder conservador, militar da Guarda Nacional, comerciante, traficante de escravos, filantropo, titular do império, dentre outros cargos, títulos e funções. Como componente da elite econômica e política local, ocupou posições de prestígio em diferentes instituições provinciais como a Santa Casa de Misericórdia e a Câmara Municipal de Fortaleza, por exemplo. Entre as muitas reverberações geradas por suas atuações no imaginário cearense, tem-se a existência de biografias que o colocam como “grande homem”, assim como também escritos que o colocam como “vilão”. Logo, além do debate com narrativas mais antigas, realizamos entrelaçamento e confronto destas com estudos recentes e fontes documentais, complexificando assim o personagem e as formas de narrar sua vida ao longo do tempo.

De caixeiro a proprietário no comércio de Fortaleza

Em 18 de novembro de 1827, na vila de Soure², Ceará, nascia Joaquim da Cunha Freire, o primeiro filho de Felisberto Correia da Cunha e da portuguesa Custódia Maria Ribeiro (Custódia Maria da Cunha)³. Anos depois, em 1831, Joaquim se tornava o filho mais velho com o nascimento do irmão, Severiano Ribeiro da Cunha.

Alguns anos após a morte do pai em 1832, os irmãos e a mãe se mudam para a capital da província, Fortaleza, uma cidade ainda pouco aparelhada de elementos urbanos, mas que já ocupava alta posição de poder político a partir do privilegiamento e centralização em volta das capitais imperiais (Lemenhe, 1995). Mesmo que houvesse a existência de vilas mais estruturadas (considerando a estética de casas, sobrados, aspecto de ruas, dentre outros elementos) e mais destacadas no setor econômico da província, como no caso de Icó e

2 Atual município de Caucaia.

3 Alguns de seus biógrafos não especificam a nacionalidade do pai, somente descrevem que este morreu em 1832 na província do Piauí.

Aracati, Fortaleza já indicava seu futuro como centro político-administrativo da província⁴.

Era também na capital que a família materna de Joaquim da Cunha Freire residia. Antonio Vicente Ribeiro e Luiz Ribeiro da Cunha eram conhecidas figuras do meio comercial da capital. O primeiro, fora protetor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fortaleza, e morador na praça da mesma; já o segundo era o proprietário da firma comercial *Luiz Ribeiro da Cunha & Sobrinhos*, dono de diversos prédios urbanos e sujeito inserido no vil tráfico de escravos no Ceará. Joaquim, por exemplo, trabalhou como caixeiro comercial para Antonio Ribeiro e para José Correia de Melo (este possível parente paterno). O escritor cearense Antônio Sales escreve sobre esse período de sua vida:

Conheci a tradição de que ele se empregara primeiramente como pisador de sal e salgador de couro num armazém de exportação. Deve haver exagero nisso; ele foi provavelmente caixeiro desse armazém de exportação, depois se tornou patrão, ao mesmo tempo que fundava no centro da cidade uma casa de fazenda e estivas para vender a prazo para o interior (Sales, 1995, p. 32).

Desse início precoce no setor mercantil da capital, em 1853, há poucos meses de completar seus 26 anos, junto de seu irmão, Severiano, abre a firma *Joaquim da Cunha Freire & Irmão*⁵. Loja de fazendas nacionais e internacionais, que em pouco tempo se tornou um dos principais da praça de comércio Fortaleza, haja vista pela natureza diversificada de seus negócios e investimentos. Localizada em um sobrado na antiga Rua da Palma (hoje Rua Major Facundo), a firma praticava o grosso comércio de importação e exportação, negociando desde víveres como, café, farinha, pimenta, azeite, assim como também, gêneros como algodão, vinhos, espanadores, velas, dentre outros. Além disso, Cunha Freire e sua firma são frequentemente encontrados em anúncios de compra e venda de escravos.

4 A partir do decreto imperial de 17 de março de 1823 a vila de Fortaleza foi elevada à categoria de cidade. Na década seguinte, mais especificamente em 1832, pode-se perceber o ganho de importância política da cidade por meio da criação da Assembleia Legislativa do Ceará.

5 A partir daqui iremos utilizar a sigla JCFI para referir-se a esse estabelecimento.

A década de 1860 se constituiu no período o qual Cunha Freire consolidou seus negócios e sua fortuna, principalmente pela alta do algodão cearense em decorrência dos conflitos da guerra de Secessão Americana entre 1861 e 1865, que por sua vez fizeram com que o até então principal produtor e exportador da planta branca no mundo, os EUA, sofresse com a desestabilização da sua produção. Diante disso, o mercado voltou-se para outros centros produtores, um deles a região norte do Brasil. Nas palavras do literato cearense Rodolpho Théophile, nesse período, “O Ceará inteiro estava coberto por um imenso algodão” e “os armazéns estavam cheios e a praia coalhada de fardos (Theophile, 2006, p. 36 - 38). O alta nos preços neste contexto é grande indicador da posição do algodão cearense para a economia de Fortaleza, em 1864-65 foram exportados via porto da cidade 1.403.261 quilos, enquanto que poucos anos depois, em 1869-70 o número foi de 5.219.147 quilos, arrecadando respectivamente os valores de 1.415:096\$280 réis e 4.911:190\$000 réis (Girão, 2000, p. 227).

Se Fortaleza já ocupava a posição centro político administrativo da província, foi somente a partir da segunda metade do século que, gradativamente, conquistou sua hegemonia econômica, sobretudo a partir do surto algodoeiro (Galvão, 2019). Foi nesse período que Cunha Freire buscou expandir seus negócios: com seu primo José Barroso, abriu a loja *Joaquim da Cunha Freire & Primo* (essa casa comercial foi aberta em 1861 e durou apenas 4 anos); na mesma década, tem-se a abertura de uma de suas firmas mais importantes em 1868. Novamente junto de Severiano, Cunha Freire instalou na província do Rio Grande do Norte, na cidade de Mossoró, a firma *Mossoró & Cia*. Este estabelecimento, segundo seu primeiro gerente e primo dos irmãos, o conhecido abolicionista João Cordeiro, fazia negócios com compra de algodão, couros e carnaúba que eram revendidos nas províncias do sul e do exterior (1945, p. 270 e 271). Assim como sua congênera fortalezense, a *Mossoró & Cia* negociava escravos e os revendia com altos lucros para praças de comércio vizinhas e para a região sul do império. Seu funcionamento vai até o ano de 1881 quando foi liquidada (Cascardo, 2010, p. 235). Já a JCFI negociou até o ano de 1884 e transformou-se na S. R Cunha & Cia sendo repassada a novos proprietários.

De certo modo, pode-se dizer que a fortuna de Cunha Freire teve nas trocas entre Fortaleza e Mossoró importantes pilares de sua fortuna. a partir

de suas firmas comerciais localizadas nessas duas cidades, acumulou grande fortuna. A partir de seus estudos sobre o espaço urbano de Fortaleza, Andrade nos revela que este foi um dos principais proprietários de imóveis urbanos da capital: em 1872 apresentava-se número de 28 imóveis em sua posse, os quais quase duas décadas depois havia aumentado para o total de 78 no ano de 1890 (2012, p. 240). A partir do comércio foi de caixeiro a proprietário, mas ainda há nessa sua faceta, ângulos e temáticas não assinalados pelos seus principais biógrafos.

Um modernizador e negreiro da capital

Para Guilherme Studart (2012)⁶, Cunha Freire foi um dos homens mais ricos da região norte do Brasil e a partir de sua fortuna contribuiu para grandes melhoramentos urbanos na capital do Ceará. Visão essa que foi compartilhada por seu bisneto, Newton J. Studart (1985). Gustavo Barroso, por sua vez, afirma que o mesmo teria “vindo do nada” e aos poucos havia ascendido como o maior comerciante da capital (2000). De fato, como já exposto, Cunha Freire obteve grande riqueza a partir de sua profissão no comércio cearense, e a partir desta inseriu-se no processo de aparelhamento urbano da Fortaleza, como em 1859 e 1864, quando firmou contratos com o governo provincial para instalação da iluminação pública a gás carbônico. Não conseguindo arcar com as obrigações de contratante do serviço, repassou este para a empresa inglesa *Ceará Gas Company Limited*.

Até meados da década de 1860, como um dos resquícios da antiga posição político-administrativa do Ceará⁷, não havia instituição reguladora do setor mercantil cearense. Com isso, os comerciantes precisavam cadastrar-se do Tribunal de Comércio da Província de Pernambuco. Foi a partir dessa importante ausência e visando melhorias gerais ao comércio local, e principalmente com o objetivo de findar a burocracia comercial com Recife, que um grupo de influentes comerciantes cearense concorreu para a criação da Associação Comercial do Ceará em 1866. Sua primeira diretoria efetiva foi composta por: Henrique Kalkman (presidente), Joaquim da Cunha Freire (vice-presi-

6 Edição fac similar, originalmente a obra foi lançada em 1913.

7 Antes de se constituir como província independente, durante o período colonial, o Ceará esteve sob jurisdição.

dente), José Luís de Sousa (secretário), Francisco Coelho da Fonseca (diretor), Ricardo Hughes (diretor) Antonio Gonçalves da Justa (diretor) (Nobre, 1991, p. 327). Foi a partir dessa associação que se tem o primeiro contrato com o governo para a construção de uma ferrovia no Ceará em 1870, plano que se concretizou em 1873 com a inauguração do primeiro trecho dos trilhos - ligando a capital à localidade de Arronches. Nesse empreendimento, Cunha Freire foi um dos principais acionistas, chegando a possuir 200 ações.

Que Cunha Freire foi influente proprietário e comerciante já discurremos sobre tais fatos, inclusive com o auxílio de narrativas biográficas de alguns autores. O que não é citado por seus biógrafos, é que ambas as firmas comerciais eram ativas engrenagens do vil mercado negreiro do Norte. Por meio dos anúncios, podemos perceber esse ângulo ainda pouco explorado: “Joaquim da Cunha Freire e Irmão compram e vendem escravos de ambos os sexos, e sem exceção de cores, e de idade de 14 a 60 annos, mas que sejam robustos, e estejam em completo estado de saude, devendo acompanhá-los documentos competente legalizados” (O Cearense, Fortaleza, 1866, p. 04); “Mossoró e Ca. compram escravos d’ambos os sexos de 14 a 24 annos de idade na Rua Conde d’Eu” (O Mossoroense, 1873).

Há na verdade em alguns escritos biográficos e jornais, destaque a episódios onde foi filantropo e concorreu em prol da causa da liberdade escrava.

Philantropia christã - O Sr. Coronel Joaquim da Cunha Freire, também membro da commissão [...] declarou que alforriava duas escravinhas , filhas de duas escravas, uma de 14 mezes, e outra de 6 de idade. O que foi igualmente recebido com applauso, e consignado com louvor. Honra a sentimentos tão generosos, como philantropicos (O Cearense, 1869, nº 270, p. 01).

Por meio do livro de notas de compra e venda de escravos referente aos anos de 1865 a 1872, encontramos Cunha Freire em 22 negociações entre compra, venda e intermediação por procuração. A maioria dessas tinha a representação da JCFI. A partir do montante movimentado nas transações, chegamos ao valor estimado de 16:465\$000 réis.

Nesse ínterim no qual se localiza o livro de notas, mais especificamente entre os anos entre 1865 e 1870, Cunha Freire compôs junto de outros ricos homens a comissão patriótica cearense encarregada do alistamento de novos soldados brasileiro para a guerra do Paraguai⁸. Analisando unicamente sua participação, foi responsável por firmar contrato com o governo imperial para que libertar escravos para o serviço da guerra, pagando “não mais que 1:200\$000” réis (Jornal do Ceará, 1868, nº 03). Segundo dados recolhidos junto às edições do *Jornal do Ceará* de 1868, este apresentou pouco mais de 100 escravos aos órgãos militares da província. Se por um lado existem biografias que sequer mencionam seu envolvimento nesse tipo de negócio, a análise das fontes o liga e desvela recortes de participação em diferentes contextos no mercado negreiro local. *O Libertador* de 17 de fevereiro de 1881, principal jornal abolicionista do Ceará, semanas após a greve dos jangadeiros cearense e anos antes do episódio abolicionista cearense de 1884, temos vislumbre do tipo de envolvimento deste indivíduo nesse tipo de negócio. O jornal afirma que havia comercializado 3 mil escravos e questiona o quanto de sua fortuna foi acumulada às custas de “lágrimas” e “sangue” desses indivíduos (p. 16).

De acordo com Sobrinho (2005), Cunha Freire foi um dos principais traficantes de escravos do Ceará, e se utilizou de diferentes artimanhas para lucrar a partir do tráfico. Para o autor foi a partir desse tipo de negócio que acumulou grande fortuna.

A partir das fontes mencionadas temos ciência de alguns parceiros nos negócios de tráfico. Além do irmão, Severiano Ribeiro da Cunha, aparecem João Antônio Capote e Antonio Albano como seus procuradores. João Leopoldo Modesto Leal (Conde Modesto Leal), segundo um jornal do Rio de Janeiro, foi um “ex-tropeiro, capitão do matto” responsável por trazer do Ceará escravos de Joaquim da Cunha Freire (Gazeta de Notícias, 09 de fevereiro de 1918, p. 01).

Diante do exposto, o que pode ser dito é que há grande diferença ao confrontar biografias e fontes sobre Cunha Freire quando tratamos especificamente de sua atuação como negociante. Enquanto que nas biografias se percebe um claro apagamento e tentativa de consolidação da imagem de um

8 Muito possivelmente pela sua atuação no recrutamento para a guerra, foi promovido a Tenente-coronel da Guarda Nacional em 1868.

“homem de negócios”, “que não tinha nada e venceu tudo” e até discursos o entendendo como “chefe abolicionista cearense”, como o do jornal *Diário de Notícias (RJ)* de 06 de maio de 1893; em jornais, anúncios, contratos, temos em detalhes as formas, as relações e temporalidades de suas ações.

Da mesma forma que libertava seus escravos em saraus e sessões de manumissões, os vendiam para praças de comércio vizinhas ou os enviavam para o Rio de Janeiro ou províncias do sul. Foi por meio do comércio e também do tráfico negreiro que Cunha Freire ascendeu de caixeiro a rico proprietário. Foi a partir da venda de negros escravizados que tenha se torado, em algum momento da segunda metade do século XIX, um dos homens mais ricos do Norte⁹.

Um homem “graúdo” e seus títulos

De modo simultâneo ao acúmulo de riqueza, a influência política de Cunha Freire também ganhava contornos mais claros na medida que se envolvia em diferentes setores da sociedade cearense.

Uma das primeiras instituições públicas onde constava seu nome foi a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Inaugurado em 1861, o principal logradouro de saúde do Ceará foi gerido por indivíduos pertencentes às elites políticas e econômicas da província ao ocuparem o cargo de Vice-Provedor, assim como também, outros cargos de suas mesas administrativas. Cunha Freire se liga a essa instituição ao compor a sua primeira mesa administrativa no ano de 1861, ao ocupar o cargo de mordomo. Também chegou a ocupar em anos posteriores o cargo de tesoureiro, em 1865, e a vice provedoria de 1870-1873 e novamente em 1876. Foi um dos poucos provedores que estiveram à frente da instituição por mais de uma vez.

No tocante a política, tornou-se figura que defendia os ideais do Partido Conservador cearense, à época comandado por Miguel Fernandes Vieira. Com a morte deste último em 1862, formaram-se dissidências dentro do partido, gerando assim, o aparecimento de duas alas contrárias que ficaram co-

9 Importante destacar que essa “tensão entre biografia e fontes” está presente também em biografias de tantos outros ricos homens do Ceará e de sua capital que participaram do movimento abolicionista na província. Cunha Freire e esses sujeitos eram na verdade conhecidos traficantes de escravos que por diferentes questões aproximaram-se do discurso abolicionista durante as décadas de 1870 e 1880. Há debate se o que esses indivíduos praticavam era abolicionismo ou emancipacionismo.

nhecidas como “Miúdos e “Graúdos”. Essa disputa entre as alas pode ser vista principalmente por meio da imprensa local. Em 1863, junto de Domingos Jaguaribe, Cunha Freire fundou o jornal *A Constituição* como forma de contrapor-se às ideias de Pedro II (folha conservadora miúda criada em 1840). Vale ressaltar que, a criação do jornal graúdo se localizava em um contexto de clara efervescência comercial e financeira de Fortaleza. O que corrobora ainda mais com a afirmação anterior de que a década de 1860 se constituiu como o período de consolidação da fortuna de Cunha Freire.

Em sua primeira edição o jornal posicionava-se a sociedade e principalmente, devido ao racha político local, aos partidos concorrentes:

Nosso titulo indica nosso fim: esforçamo-nos pelo fiel cumprimento de todos os preceitos constitucionaes, procurando implantar no animo da população, que o acatamento à Constituição do Imperio he o único meio de manter a integridade da Nação, e eleva-lo ao gráo de prosperidade, e importância, á que a fertilidade de nosso sollo, e extenção de nosso território nos permittem aspirar, eis a árdua tarefa, que vamos tomar sobre nossos debios hombros [...] (A Constituição, Fortaleza, 24 de setembro de 1863, p. 01).

Em diferentes momentos a figura central da Constituição imperial e do Imperador são pontos de exaltação do periódico durante sua existência. Distribuído inicialmente em formato pequenos, foi modificado para *standart* e sua circulação diária passou a ser semanal. Foi “palco” de inúmeras contendas com outros jornais que circulavam no mesmo período, como o Pedro II e O Cearense, jornais de adversários políticos de seu principal proprietário. Fosse no Ceará ou na Corte, Cunha Freire era alvo de críticas de seus adversários e figura frequente no noticiário político. No âmbito local, podemos destacar a grande rivalidade com o Gonçalo Baptista Vieira (Barão de Aquiraz), o chefe do partido miúdo e proprietário do Pedro II.

Em artigo de 28 de março de 1872, o *A Constituição* rebate o Pedro II ao referir-se a algumas condecorações obtidas por Cunha Freire. Segundo jornal

o graúdo, tratando sobre o título de barão obtido por Vieira em 1871, enfatiza que as condecorações de Cunha Freire em 1868 e 1871 (respectivamente o hábito e comenda da Ordem da Rosa) foram-lhe concedidas por seus serviços prestados na campanha do Paraguai e não por doar donativos, como havia publicado o Pedro II, taxando a afirmação como inverdade.

Sua atividade como político conservador cresceria ainda mais a partir da criação do jornal, fazendo com que seu nome fosse publicado cotidianamente na imprensa, não somente como proprietário de jornal, mas também como uma das principais figuras políticas do Ceará durante a segunda metade do século XIX. Durante muitos anos foi vice-presidente da Província do Ceará, tendo assumido como presidente interino em várias ocasiões.

Tabela 1 - Joaquim da Cunha Freire como Presidente da Província do Ceará

Quantidade de posses	Duração do Mandato
	Data Inicial
Posse 1	24 de abril de 1869
Posse 2	13 de dezembro de 1870
Posse 3	27 de abril de 1871
Posse 4	09 de janeiro de 1872
Posse 5	30 de outubro de 1872
Posse 6	11 de setembro de 1873
Posse 7	12 de março de 1874

Fontes: Almanak da Província do Ceará (1873) e Revista do Instituto do Ceará (3°- 4° trimestres, 1900).

Os relatórios de província de seus governos nos dão algumas passagens interessantes de suas atuações. Ao analisar o relatório de 1872, por exemplo, com poucos dias de assumido o governo, Cunha Freire suspendeu do exercício de suas funções, Cel. Joaquim Ribeiro da Silva, então Presidente da Câmara Municipal de Sobral, em razão deste ter criado imposto de forma indevida sobre bolandeiras (moinhos) existentes no município. Segundo o presidente interino, o dito imposto não existia. (Relatório do Presidente da Província, Joaquim da Cunha Freire, 1872).

Durante o sexto período de posse em 1873 (ou seu sexto governo), um dos melhoramentos urbanos a serem efetivados pelo governo provincial era

o serviço de esgotamento da área urbana de Fortaleza. Severiano Ribeiro da Cunha e seu sócio, foram os escolhidos para firmarem o contrato para a instalação do sistema. Essa atitude do governo para com o contrato fez com que os liberais do jornal pernambucano *A Província* acusassem o então presidente interino do Ceará de transformar o governo provincial em “armazem de negocios e transações”, haja vista que ao mesmo tempo que acumulava diferentes posições no comércio acabava interferindo politicamente no setor (A Província, PE, 1873, n° 137).

Após seus sequenciais governos interinos, em 1874, aos 46 anos, Cunha Freire foi agraciado com o título de Barão de Ibiapaba pela Coroa brasileira por em decreto assinado em 17 de janeiro de 1874, o qual foi referendado por João Alfredo Correia de Oliveira, então Ministro dos Negócios do Império. A referência a Serra de Ibiapaba, localizada na atual região noroeste do Ceará, se deu pelo fato de ter possuído terras na região.

No tocante a referendação do título por João Alfredo, curiosamente, por meio de um conjunto de cartas, temos ciência de que Cunha Freire nutriu relação política de proximidade com um dos principais ministros conservadores do império. O teor das cartas vai desde felicitações pela criação do gabinete do império chefiado por João Alfredo em 1888 até assuntos como o ambiente político na província, o comportamento da oposição, os próprios governos de Cunha Freire e até indicações políticas como o parente José Sombra de viagem ao Rio de Janeiro. A questão que fica pendente é que, antes da titulação, não há indícios de uma relação entres os dois conservadores, nem por meio de cartas e nem, por meio da imprensa imperial¹⁰

Antonio Sales nos conta que após ter recebido o título de barão, Cunha Freire teria perdido sua personalidade comercial, havia se casado e se mudado para o Rio de Janeiro, e que na corte passou a especular na bolsa de valores e perdido considerável parte de sua riqueza (1995, p. 35 e 36). Entramos em acordo com o literato cearense quando este nos diz que Cunha Freire se casou e mudou para a corte. Não temos como elencar o ano de sua mudança para o Rio de Janeiro, mas consta-nos que voltou ao Ceará e casou-se com Maria

10 O conjunto documental foi digitalizado pela Universidade Federal de Pernambuco e está disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/browse?type=author&value=Ibiapaba%2C+Joaquim+da+Cunha+Freire%2C+Bar%C3%A3o+de>.

Eugenia dos Santos¹¹ de acordo com telegrama enviado do Ceará ao jornal A Notícia (RJ) publicado em 16 de setembro daquele ano. Quanto a ter perdido sua personalidade comercial, há certo exagero nisso por parte do escritor.

Após 1874, o então Barão de Ibiapaba, continuaria comerciando como antes. Possivelmente até mais do que antes. Tanto é que a relação entre ocupar o cargo de presidente ou vice-presidente da Província e continuar comercializando foi alvo de grandes críticas na imprensa imperial: “continua a menos a comprar escravos e remeter para o Rio de Janeiro, a despachar na alfandega e recebedoria, a assistir às reuniões de credores, nas fallencias de seus devedores, a fazer contractos de seguros [...]”. Ainda segundo o jornal, fazia nove anos que o “político negociante” acumulava as diferentes ocupações (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 05 de abril de 1877, p.- 04).

Como se pode perceber, Cunha Freire esteve à frente da província por sequenciais anos, acumulando atuações ora positivas e nobilitantes, assim como também, contraditórias e omissas. Em 1886 publica ao Partido Conservador e aos seus correligionários texto se retirando do jogo político imperial e descrevendo balanço de suas ações:

Ha quasi dous annos deixei a vida comercial, porque assim exigia a minha saudade; agora pelo mesmo motivo, e por outros que não vem ao caso expôr, entro em uma licença politica por tempo indeterminado [...]

Ha quasi 36 annos tenho prestado meus serviços ao partido, com desinteresse e ate com sacrificio, respeitando sempre os principios de moralidade e as conveniencias da causa publica. Tenho consciencia de haver feito quanto podia. Na ausencia envio aos meus amigos um abraço fraternal, e aos meus dignos correligionarios um aperto de mãos agradecido.

Ceará, 18 de janeiro de 1886

Barão de Ibiapaba (A Constituição, Pará, domingo, 7 de fevereiro de 1886).

11 Pode-se encontrar menções a Maria Eugenia dos Santos como Baronesa de Ibiapaba, principalmente na imprensa imperial do último quartel do império, como nas primeiras décadas do Período Republicano.

Havia saído do comércio, e aos 59 anos publicava que por tempo indeterminado sairia também dos holofotes políticos. Contudo, apesar da situação de saúde, seu nome consta como um dos nomes que encabeçava umas das listas senatoriais do Ceará enviadas ao Imperador em 1889, junto de Tristão Alencar Araripe, Cel. Antônio Pinto Nogueira Acioli, Barão de Aquiraz, Dr. Leandro Bezerra Monteiro e Conselheiro Rodrigues Junior. Acioli foi o nomeado, e a República tratou de anular essa última eleição senatorial no Ceará. Findava ali a participação política do conservador graúdo Cunha Freire no império.

Conclusão

Joaquim da Cunha Freire faleceu poucos dias antes de completar 80 anos de idade, no dia 12 de outubro de 1907, no Rio de Janeiro. O destaque político de outrora já não era mais o mesmo. O estudo de sua vida a partir noção de trajetória de Bourdieu (2006), que por sua vez busca extrapolar a análise centrada unicamente no indivíduo e ligá-lo aos diferentes contextos e redes de relações, nos possibilitou o confronto entre biografias factuais já existentes sobre o indivíduo e o ampliamiento de sua imagem biográfica a partir de novos estudos e de fontes documentais diversas. A partir disso, acredita-se ter complexificado a imagem biográfica desse multifacetado indivíduo (negociante, modernizador, traficante negro, político conservador, militar e titular do império).

Referências

- BARROSO, Gustavo. **Coração de Menino**: memórias. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 3º ed., 2000.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8º ed., p. 183-191, 2006.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a história de Mossoró**. 5. ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2010.
- CEARÁ. **Jornal do Ceará**, 1868.
- CEARÁ. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Provincia do Ceará Para o anno de 1873, Segundo Anno**, Editado por João Baptista Pereira, Fortaleza, 1873.

CEARÁ. Relatórios de Presidentes de Província. **Relatório Apresentado ao Ex. Sr. Comendador João Wilkens de Matos pelo Ex. Sr. Joaquim da Cunha Freire no dia 12 de janeiro de 1872**. Fortaleza, Typographia Constitucional. Acervo da Biblioteca Estadual do Estado do Ceará.

CEARÁ, **A Constituição**, Fortaleza, 1863, n° p. 01.

CEARÁ. **O Cearense**, Fortaleza, 1869, n° 270, p. 01.

CEARÁ. **O Cearense**, Fortaleza, 1866, n° 2105, p. 04.

CEARÁ. **O Libertador**, Fortaleza, 1881, n° 04, p. 16.

CORDEIRO, João. Apontamentos biográficos de João Cordeiro, escritos por ele próprio. **Revista do Instituto do Ceará**. Ano 1945. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1945. p. 270 - 292.

GALVÃO, Rubismar Marques. **Ferrovias no Ceará: suas tramas políticas e seus impactos econômicos e culturais (1870-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História/UFCG. Campina Grande, 2019.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 2° ed., 2000.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Expansão e Hegemonia Urbana: o caso de Fortaleza**, Tese de Mestrado em sociologia, UFC, 1983.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Historicidade da Associação Comercial do Ceará (1866 - 1991)**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

PARÁ, **A Constituição**, Belém, 1886, n° 29, p. 02.

PERNAMBUCO, **A Provincia**, Recife, 1873, n° 137, p. 02.

Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, 3°- 4° trimestres, 1900

RIO DE JANEIRO. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 1893, n° 2850, p. 01.

RIO DE JANEIRO. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 1918, n° 40, p. 01.

RIO DE JANEIRO. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n° 94, 1877, p. 04.

RIO GRANDE DO NORTE. **O Mossoroense**, Mossoró, 1873.

SALES, Antonio. **Novos Retratos e Lembranças**. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1995.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **“Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambir”**: O Ceará no tráfico interprovincial (1850-1881). Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História/UFC. Fortaleza, 2005.

STUDART, Guilherme. **Diccionario BioBibliographico Cearense**. Edição fac-símile - vol. II. Fortaleza: Íris; Secult, 2012, p. 16.

STUDART. Newton Jacques. **Barões do Ceará**. Fortaleza: IOC, 1985, p. 97.

THEÓPHILO. Rodolpho. **O Caixeiro**: reminiscências (Edição fac-similar). 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

Entre canoas e caixões: Remar para enterrar no antigo Cemitério da Lagoa de Barra Velha

Angelita Borba de Souza¹

Epidemias presentes

A pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2, a qual somos testemunhas oculares, apesar de surpreender e paralisar o mundo não se trata de algo inédito na história da global. Falando sobre o Brasil não nos falta exemplos de momentos em que o país foi chacoalhado por notícias de epidemias e mortes sem controle, em que o saber médico foi questionado, o poder público foi inepto e remédios ineficazes foram vendidos e receitados por todo o território. A gripe espanhola, uma das doenças que por aqui grassou no começo do século XX é uma prova de que os sofrimentos trazidos pela pandemia do Covid-19 não foram novidade para a população brasileira:

Nenhuma estratégia de combate à moléstia foi montada para socorrer a população. E eram muitas as deficiências vigentes nas estruturas sanitárias e de saúde nacionais, que ficaram ainda mais evidentes no período pandêmico, a começar pela administração sanitária, a qual, logo que a doença chegou, se revelou inepta. Depois dela, entraram em colapso as instituições de saúde [...] faltava pessoal preparado, leitos e material hospitalar (Schwarcz; Starling, 2020, p. 64).

Chegando pelos portos e se espalhando ligeiramente pelas regiões de norte a sul do Brasil a gripe espanhola assustou populações que não tinham apoio nem sanitário nem de saúde pública e estavam abandonados a sua própria sorte e acreditavam em receitas milagrosas que na maioria das vezes os levava com mais rapidez ao cemitério.

¹ Graduada em História, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Bolsista da Capes e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade pela mesma instituição. angelitasouza@univille.br.

Observando tempos mais remotos e percebendo que em muitos casos, o isolamento é uma das maneiras de se proteger de doenças infecto contagiosas, destacamos o contato entre europeu e populações americanas como mais um momento de epidemias no Brasil. A história do Brasil com as epidemias se inicia a partir da invasão dos portugueses que trouxeram a contaminação da varíola ainda no século XVI para tribos inteiras que nada conheciam da doença, além da tuberculose que também se fez presente (Marcilio, 2020, p. 123) por estas terras.

Santa Catarina também foi visitada por diversas doenças que encontravam um cenário propício para o contágio e deixavam também um rastro de dor e desaparecimentos. O distrito de Barra Velha, que pertenceu ao município de Parati até o ano de 1961, foi durante os primeiros anos de sua organização social um pequeno vilarejo de pescadores e agricultores que produziam em pequena escala apenas para o consumo. O distrito localizado no litoral norte de Santa Catarina oferecia águas calmas e atraiu embarcações e tripulantes que necessitando de auxílio, reparo nos barcos, ou qualquer outra ajuda eram acolhidas no local e pernoitavam nas casas dos moradores até estarem preparados para o retorno ao mar.

A localização geográfica (entre os principais portos da região) e o contato com marinheiros de “paquetes” e “vapores” que faziam baldeação na orla da freguesia, facilitou a proliferação de doenças infecto contagiosas entre os habitantes de Barra Velha. Ao longo de sua história, foram vários focos de epidemias. Varíola, febre amarela, sarampo, gripe espanhola, peste bubônica entre outras que ceifaram a vida de muitos barra-velhenses (Fagundes, 2014, p. 192).

As doenças que assustam a todos e que nos últimos anos do século XXI têm assustado os habitantes do planeta, estão entre nós há séculos desafiando homens e mulheres que precisaram encarar a morte, se esquivar da doença e pensar estratégias para conviver com as enfermidades ou curá-las. Elas não são privilégios nem de grandes cidades nem de tempos modernos nos acompanham e sempre estão à espreita, aguardando o melhor momento para aparecer.

Atitudes diante da morte

Nossos antepassados entendiam e celebravam a morte e os rituais de luto de maneira muito diferente da maneira como entendemos hoje, fazendo-a partícipe da vida nas conversas cotidianas. Pensar sobre a morte era entendido com algo natural e necessário à vida, era vista como qualquer outra fase da vida pela qual todos os seres humanos passam, tal como nascimento dos filhos ou o casamento (Pagoto, 2004, p. 18-19). Testamentos, procissões, rituais fúnebres longos com preocupações relativas ao destino da alma, missas de corpo presente acompanharam as populações durante séculos.

Além de esperada e preparada ela não deveria ser solitária, muito pelo contrário, a morte ideal era aquela que se integrava ao cotidiano da vida, sob o comendo do próprio moribundo que deveria aguardá-la no seu quarto em sua cama cercado de crianças, familiares e amigos (Reis, 1997, p. 105). Após a morte a aglomeração permanecia por meio da lavagem do corpo e preparo para o funeral que em geral durava 24 horas e contava com a presença de muitas pessoas e manifestações de respeito, saudade e desespero como choro, cantoria, rezas e velas. Quanto maior a festa na despedida do morto, mais segura e garantida seria a sua chegada no além. A morte solitária aguardada em um leito gelado de UTI hospitalar sem a participação da comunidade, familiares e crianças é a realidade atual e não teria sentido algum para as sociedades até meados do século XIX.

Afastar-se da morte e de todas as celebrações que se seguiam está ligada aos discursos modernos e higiênicos que estavam em alta no decorrer do século XVIII ganhando força no XIX. A partir dos pensamentos modernos como o da sociologia, o homem moderno deve viver sua vida mirando o progresso e utilizar dos conhecimentos científicos para prolongar sua trajetória no planeta. “Morrer é uma anomalia, inesperada e indesejável (Martins, 2005, p. 77).

A ciência alinhada com conhecimentos técnicos e racionalismo trouxeram questionamentos aos antigos métodos ligados a morte e aos enterramentos que cresciam em número de adeptos conforme aumentavam as mortes por epidemias no Brasil. O desconhecimento e o medo diante da morte e do contato com o morto foram peças chave para o despertar de novos rituais.

A secularização, concepção mais abrangente das transformações das atitudes diante da morte,

que inclui tanto a face laicizante da busca de autonomia do poder civil frente ao eclesiástico, como a alteração de longo alcance das práticas e representações diante da morte, do morrer e do além-túmulo, que demonstrou a maior autonomia dos indivíduos frente à tutela da Igreja (Rodrigues, 2005, p. 347).

Pouco a pouco, a partir destes novos conhecimentos o ritual da morte foi se alterando e apesar de protestos e resistências, o que se entende hoje como o ritual da despedida e o processo de luto pouco se parece com o verificado até meados do século XIX.

É preciso remar para enterrar em Barra Velha

A cidade de Barra Velha teve origem em uma pequena vila de pescadores que se utilizava do mar para a subsistência e reforçada as refeições das famílias com os alimentos retirados de pequenas roças localizadas no quintal de casa. Emancipada em 1961, a cidade precisou de algumas décadas para perder o aspecto de pequena vila de pescadores e se render a especulação imobiliária e turística. Primeira praia avistada por visitantes que chegam do Paraná e visitam Santa Catarina, Barra Velha sentiu no final dos anos 1980 e década de 1990 o impulso do turismo e passou a se preparar para receber turistas brasileiros e estrangeiros (principalmente argentinos) e foi perdendo paulatinamente o aspecto de pequeno vilarejo.

Entretanto, até que o turismo impactasse economicamente Barra Velha, a localidade era um vilarejo com pescadores e poucos moradores que se desenvolvia em um ritmo lento. A vida se desenrolava calmamente e a morte era vivida em conjunto. Apesar de pequena, a localidade não era isolada e recebia influências dos acontecimentos externos, era impactada por decisões políticas e também atingida por doenças que chegavam por mar ou por terra. Ainda no ano de 1791 pessoas oriundas de Barra Velha foram proibidas de entrar em São Francisco do Sul por conta de surtos que causavam pânico na população como câmaras de sangue, febre amarela e varíola. Não havia na região serviço de assistências hospitalar ou cirurgias para atender a população (Pereira, 2004).

Por meio de notas no jornal *A Regeneração*, é possível perceber que quase 100 anos depois da proibição da circulação de barra-velhenses por São Francisco do Sul, o surto de câmara de sangue ainda se fazia presente entre os moradores do distrito de Barra Velha. No mês de março de 1878 o jornal destacava a seguinte informação: “Comunico que segue hoje, no vapor S. Lourença, o Dr. Pedro Gomes de Arrollo Ferrão, afim de prestar aos indigentes atacados pela epidemia de camaras de sangue, que se manifestou na Freguesia de Barra Velha²“. O mesmo jornal já havia destacado o envio de recursos financeiros para o pagamento do tratamento dos atingidos pela moléstia que seria algo como uma diarreia hemorrágica.

O vice presidente da província, resolve abrir sob sua responsabilidade, um credito da quantia de 4:000\$ réis á verba – Socorros públicos – no exercício vigente, afim de socorrer às despesas que se fizer com socorros prestados aos indigentes atacados da epidemia de camaras de sangue que se manifestou na freguesia da Barra Velha conforme participou o delegado de policia do termo de São Francisco em telegrama datado de hontem (*A Regeneração*, Cidade de Desterro, p. 1, 3 de mar. de 1878).

É durante o surto da doença hemorrágica, no desenrolar das estratégias para contê-la e diante das soluções encontradas por moradores e autoridades que surge o antigo cemitério da lagoa. Localizado as margens da lagoa de Barra Velha, este campo santo é quem recebe os corpos dos mortos durante este dramático até a década de 60 do século XX.

Participar de um cortejo fúnebre em Barra Velha durante os anos em que o antigo cemitério da lagoa estava em uso era algo inesquecível, único ou talvez pitoresco por conta de alguns detalhes. Confirmada a morte os familiares confeccionavam o caixão (uma madeira no fundo como base para o corpo e pequenas ripas ao redor faziam a base para que a mortalha fosse posicionada) e o velório de 24 horas era iniciado. Depois de rezas e despedidas era o mo-

2 Foi mantida a grafia original de ambas edições do jornal *A Regeneração* que são utilizadas nesta página.

mento de encaminhar o corpo para o seu destino final. Em carroças, o cortejo seguia até a beira da lagoa no centro da vila de pescadores.

Era preciso combinar com os pescadores a hora do cortejo e do enterro e também decidir quem seria responsável pela abertura da cova. A presença do pescador no momento do cortejo era, assim, condição primeira para que o morto chegasse a sua última morada. Além da importância no momento do enterro, esses trabalhadores do mar também possibilitavam a visita ao túmulo posteriormente ao enterro e, também, durante as celebrações do dia dos Finados. Ele era o condutor de todo o ritual, e, na sua falta, dificilmente haveria enterro.

Não havia estradas para se chegar ao cemitério, os barcos eram a única forma de conduzir todos os presentes até o local que estava localizado há aproximadamente quatro quilômetros de distância do ponto de partida do cortejo. A impossibilidade de o cortejo atingir o cemitério por estradas fez com que surgisse, a partir da presença dos pescadores, um “monopólio” do transporte dos defuntos em Barra Velha.

Figura 26 - Vista da lagoa no final de 1950



Figura 27 - Vista da lagoa década de 70**Figura 28** - Vista da lagoa na década de 40

Fonte: Facebook – Página Barra Velha das antigas. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1380195908935481>. Acesso em: 01 mar. 2024.

Todas as imagens mostram a lagoa de Barra Velha – o seu início no centro – e é possível observar a sua extensão que percorre aproximadamente seis quilômetros até se encontrar com o oceano Atlântico e o Rio Itapocu. O antigo cemitério da lagoa localiza-se há quatro quilômetros do início da lagoa, ou seja, quase no encontro entre lagoa, rio Itapocu e oceano Atlântico. Por essa razão o cemitério também era utilizado pela população ribeirinha

do Rio Itapocu que acessavam o cemitério também por barcos e realizavam suas cerimônias religiosas. Independente de origem do defunto (Barra Velha ou localidades vizinhas era preciso remar e movimentar canoas para que o enterro acontecesse. Em um jornal local, Hélio Ramos Alvim relatou suas memórias de menino quando passava férias em Barra Velha e teve a chance de participar de um cortejo e enterro.

Não tardou o cortejo foi formado. O caixão quadrangular de madeira fina e coberto com pano negro foi amarrado transversalmente sobre duas canoas cuidadosamente arrastadas para a água embarcaram os remadores. A seguir outras canoas carregadas de gente chorando, uns rezando e outros com velas na mão rumaram em demanda do cemitério. Atrás deles fomos nós. Entoando cânticos que penetravam na alma da gente e irradiavam a tristeza dos acompanhantes. Assim, seguimos até o campo santo localizado adiante do estreito da lagoa[...]Água pelos joelhos, calças arregaçadas, os remadores retiraram o caixão das canoas e o levaram para uma cova um tanto rasa o que nos impressionou, mas logo ouvimos a explicação: “Quando a maré sobe, a água aqui também sobe e se a cova for muito funda pode afogar o defunto...” (Alvim, 1997, p. 10).

Na descrição de Alvim é possível perceber as dificuldades que envolviam o ritual fúnebre que poderiam se apresentar na forma de um defunto muito grande que exigia a amarração de duas canoas para o transporte até um período de muitas chuvas que dificultava a abertura de uma cova mais funda.

A aproximação da lagoa com o Oceano Atlântico era uma questão também importante no momento do cortejo e enterro. Os ventos que sopram do mar são sempre imprevisíveis e podem auxiliar a navegação pela lagoa mas também podem torná-la muito mais difícil e demorada. A sabedoria dos pescadores era imprescindível nestes momentos porque o vento fazia balançar canoa, defunto, caixão e todos que se aventuravam no cortejo fúnebre. A defunteira (canoa maior que as tradicionais com capacidade para transportar

caixões maiores) facilitou o traslado e evitou o processo da amarração do caixão entre duas canoas, porém o ritual do enterramento ainda exigia muito dos familiares e amigos.

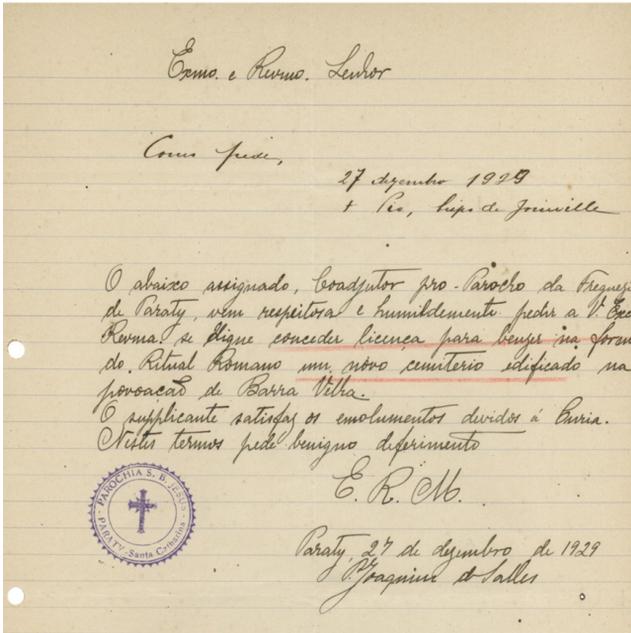
O abandono das canoas

Teorias que atribuíam aos corpos em decomposição no interior de igrejas a responsabilidade pela proliferação de doenças foram responsáveis por mudanças na sociabilidade e na relação das populações com os mortos. No Brasil os novos ideais da República ganharam espaço e trouxeram discussões científicas e higiênicas como embasamento para enaltecer os perigos que os corpos mortos representavam. Desta maneira, cemitérios fora dos terrenos paroquiais são o novo ideal que se buscava pelo país no decorrer do século XIX, período que se mostrou de muitas discussões, resistências e alterações no trato da morte e dos rituais fúnebres no Brasil. O espetáculo operacionalizado pelo ritual fúnebre em diversas regiões foi atingido e apresentou suas resistências (Reis, 1991, p. 138).

A modernidade entendia como a urbanidade, a higiene, a civilidade, exigiam novos comportamentos dos vivos e novas relações com os mortos, exigia a criação de uma cidade para os vivos e uma cidade para os mortos. O tamanho dessa relação pode ser observado nas decisões de diferentes cidades que pensavam o espaço ocupado pelos mortos para depois organizar desenhos urbanísticos e pensar a estrutura urbana (Cymbalista, 2005, p. 125).

Quando o cemitério já estava instalado e a urbanidade necessitava expandir seus domínios uma outra estratégia precisava entrar em prática. Pouco popular mas bastante presente na sociedade brasileira foi a transferência de cemitérios para a abertura de ruas, passagem de linhas de comunicação, construção de novos edifícios dentre outros motivos que atendiam aos ideais de urbanização, saúde pública e modernidade. Destacamos a transferência do cemitério que se localizava na cabeceira da Ponte Hercílio Luz em Florianópolis de 1923 a 1926, que não estava de acordo com os desejos de renovação urbana e com o desejo de afirmação da cidade como capital do Estado de Santa Catarina (Castro, 2004, p. 10-14).

Em Barra Velha a transferência do antigo cemitério da lagoa para um outro espaço se tornou realidade em 1929 conforme se pode conferir no documento abaixo:

Figura 29 - Registro da transferência do antigo cemitério da lagoa

Fonte: Diocese da cidade de Joinville.

A mudança se efetiva com a participação da igreja católica que pede o benfício na forma do Rituál Romano, e o novo local estava bastante próximo do centro da vila de pescadores, local onde se localiza hoje o centro administrativo da cidade e a menos de 100 metros da capela da Igreja Católica.

Dispensando o trabalho do pescador, a utilização dos barcos e das águas da lagoa, o novo cemitério atenderia um anseio dos moradores que se mostravam cansados com as dificuldades encontradas para o enterro no cemitério da lagoa.

Considerações finais

A partir de 1929 o novo cemitério localizado no centro da cidade se encarregou de receber não apenas os corpos dos mortos, mas também os anseios dos vivos que se materializavam em forma de lápides maiores e jazigos de diferentes tamanhos e materiais. Ao seu redor se organizou a cidade de Barra Velha emancipada em 1961 e que pelo ritmo de crescimento das últimas dé-

cadáveres já exigiu ampliações do espaço cemiterial e a construção de gavetas para receber os novos habitantes.

O antigo cemitério da lagoa, apesar da difícil dinâmica de enterramento e contrariando os discursos que defendiam o novo campo santo, continuou recebendo corpos até a década de 1950. Segundo o Livro de Registros de Óbito do Distrito de Araquari, o último enterro aconteceu no dia 08 de junho de 1954, um bebê de 1 ano e 10 meses. Ou seja, houve resistências ao novo cemitério e o antigo oferecia memórias ligadas aos antepassados que a dificuldade de enterramento não abalava. Muitos moradores de Barra Velha, mesmo após a inauguração do novo cemitério no centro da vila, permaneceram dependendo do pescador e das águas da lagoa para enterrar seus entes queridos.

No final do século XX e primeiras décadas do século XXI os problemas do antigo cemitério da lagoa são outros, além do abandono que o espaço sofreu – as gerações atuais não possuem memória sobre o espaço – a especulação imobiliária se aproxima rapidamente. As ruas que foram abertas no bairro Quinta dos Açorianos com o objetivo de atrair compradores de terrenos na praia e alavancar o turismo em Barra Velha atingiram as proximidades do cemitério e colocaram em risco o seu espaço que fica às margens da lagoa, ou seja, na área dos terrenos mais caros do loteamento.

Muitos desafios ainda cercam o antigo cemitério da lagoa que atualmente pode ser acessado por canoas através das águas ou por ruas asfaltadas do bairro que mais cresceu nos últimos anos no município. Entendê-lo como patrimônio cultural é uma das possibilidades para que as gerações atuais e futuras o conheçam e aprendam a forma como se desenrolava a vida e a morte em Barra Velha dos séculos passados.

Referências

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz um cemitério**: transferência do cemitério público de Florianópolis (1923-1926). Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

CYMBALISTA, Renato. Territórios de cidade, territórios de morte: urbanização e atitudes fúnebres na América Portuguesa. *In*: OLIVEIRA, Marcos Fleury; CALLIA, Marcos H. (Orgs). **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

FAGUNDES, José Carlos. **Compêndios “Fragmentos para a História de Barra Velha”**. São Paulo: Scortecci, 2014.

PAGOTO, Amanda Aparecida. **Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. *In*: ALENCASTRO, Luis Felipe (Org.). **História da vida privada no Brasil – volume 2: Império – a corte e a modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 95-142, 1997.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MARTINS, José de Souza. Anotações do meu caderno de campo sobre a cultura funerária no Brasil. *In*: OLIVEIRA, Marcos Fleury; CALLIA, Marcos H. (Orgs). **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005.

RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

Sites

FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1380195908935481>. Acesso em: 01 mar. 2024.

Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Jornal

ALVIM, Hélio Ramos. O cortejo fúnebre. **Jornal Tribuna da Cidade**, Barra Velha, 2 maio, 1997, p. 10.

Aspectos da Saúde Mental em Fortaleza: Memórias do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS IV

Cláudia Freitas de Oliveira¹

Resumo

O trabalho *Aspectos da Saúde Mental em Fortaleza: Memórias do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS IV* é um desdobramento do projeto de extensão do curso de História (UFC), *Histórias e Memórias do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS IV*, vinculado ao programa de extensão da Psicologia (UFC), *Pasárgada - Promoção de Arte, Saúde e Garantia de Direitos*. Por meio da parceria estabelecida entre os cursos de História e Psicologia, realizou-se uma ação de pesquisa e extensão cujo objetivo central foi analisar os cotidianos, histórias, experiências e memórias dos usuários, familiares e profissionais de saúde que compõem o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS IV de Fortaleza. A partir das entrevistas realizadas por uma equipe de bolsistas, tornou-se possível compreender aspectos da saúde mental em Fortaleza através dos relatos produzidos por profissionais deste equipamento de saúde mental no que tange ao seu funcionamento e as suas principais demandas. O artigo objetiva relatar o percurso das ações de extensão articuladas e desenvolvidas por professoras da Psicologia e História e discutir caminhos para a realização de uma pesquisa, em fase inicial, acerca de aspectos da história da saúde mental em Fortaleza tendo como objeto de investigação o CAPS IV.

Palavras-chave: CAPS; Saúde Mental; Reforma Psiquiátrica; Memórias; Fortaleza.

Desde 2019, por meio do convite da profa. do curso de Psicologia, Mariana Tavares Cavalcanti Liberato à profa. do curso de História, Cláudia Freitas de Oliveira, vem se desenvolvendo uma série de ações extensionistas entre os dois cursos da Universidade Federal do Ceará na promoção do diálogo acerca da saúde mental e dos direitos humanos em Fortaleza, ações estas integradas

1 Prof.ª. Dra. Departamento de História (UFC), Profhistória-UFC, PPGH-UFC e PPGH-UFPE

ao Programa de Extensão PASÁRGADA – Promoção de Arte, Saúde e Garantia de Direitos, coordenado por Mariana Liberato.

O PASÁRGADA trabalha no âmbito da articulação de espaços de interlocução entre Psicologia, Saúde Mental Coletiva e Direitos Humanos a partir dos campos da saúde mental, justiça e políticas públicas. Ao longo do tempo, estabeleceu diversas parcerias com entidades, coletivos e instituições que atuam na interface entre garantia de direitos e saúde, entre elas poderíamos mencionar a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS/CE), na Comissão de Saúde Mental do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, no Grupo de Trabalho Intersetorial de Cultura no Sistema Penal e no Comitê Estadual de Monitoramento da Política Nacional de Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional tendo como público alvo: *peças vinculadas ao sistema penal assistidas por políticas públicas na efetivação dos direitos básicos dos cidadãos* (Cavalcante, 2018).

Outra linha de atuação do PASÁRGADA refere-se à construção de estratégias de intervenção mediadas pelo uso da arte como um potente dispositivo de produção subjetiva e social. Inserida nesta perspectiva, o Programa de Extensão também desenvolveu atividades junto aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Fortaleza.

Os Centros de Atenção Psicossocial integram a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e fundamentam-se nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto à garantia do acesso universal público e gratuito aos serviços de saúde. Enquanto política pública sob responsabilidade da gestão municipal, os CAPS são o resultado das mudanças ocorridas na política nacional de saúde mental baseada nas diretrizes da Reforma Psiquiátrica, iniciada durante a década de 1970 (Amarante, 1994; Basaglia, 1985; Costa, 1987; Lobosque, 2009; Lougon, 2006 E 2007; Yasui, 2006).

Os Centros de Atenção Psicossocial são um dispositivo estratégico na articulação, assistência e regulação da rede de saúde de base comunitária. Eles exercem diversificada atuação, como: acolhimento, projeto terapêutico singular e matriciamento e tem, historicamente, o papel de criar novas possibilidades de ação, visando à superação do modelo manicomial e fortalecendo os princípios da Reforma Psiquiátrica, como contribuir para a diminuição do estigma e preconceito em relação aos sujeitos em sofrimento psíquico.

O PASÁRGADA desenvolve atualmente ações em alguns Centros de Atenção Psicossocial de Fortaleza, entre os quais, no CAPS GERAL da SER IV, a partir da inserção de um grupo de terapia e do delineamento com linhas de atividades desenvolvidas com a equipe de profissionais, usuários e familiares.

Como desdobramento dessas atividades, o PASÁRGADA propôs-se a trabalhar com a produção das memórias do CAPS por meio do relato dos atores sociais envolvidos e dos projetos artísticos desenvolvidos desde a criação desse equipamento. Foi neste contexto que surgiu o convite para o curso de História tornar-se parceiro e foi planejado o projeto de extensão, *Histórias e Memórias do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS IV*, sob minha coordenação. As duas ações, programa e projeto de extensão, visavam a fomentação de interdisciplinaridades entre Psicologia e História quanto à promoção da saúde mental coletiva e dos direitos humanos na construção de ações de memória e cidadania com os sujeitos constitutivos do CAPS. O projeto de extensão visa, em última e ampla instância, estabelecer articulações para o fortalecimento da política de atenção psicossocial de município de Fortaleza, bastante fragilizada nos últimos anos.

No ano de 2020, o projeto *Histórias e Memórias do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS IV* teria seu início no primeiro semestre quando, em março, o Brasil foi impactado pelo advento da pandemia da Covid-19. Em um cenário de excepcionalidade sanitária global e de precarização da política sanitária brasileira, as ações do projeto, que ocorreriam de forma presencial, foram alteradas, bem como seus objetivos e metodologias. Naquele ano, foi redesenhado o projeto e construído outro, intitulado *(Re)produzindo Liberdades*, a partir do qual foram realizadas entrevistas em canal de comunicação digital no formato de podcasts com usuários, familiares e profissionais de saúde dos CAPS sobre temáticas específicas, como: saúde mental, direitos humanos, reforma psiquiátrica, luta antimanicomial e controle social. As entrevistas realizaram-se em 2021 e podem ser acessadas publicamente na rede social *Instagram* do Pasárgada e do GEP História Loucura e Saúde Mental - HLSM (UFC).

No ano de 2023, em um quadro de controle epidemiológico da Covid-19, iniciaram-se as entrevistas presenciais com os profissionais do CAPS Geral IV, um dos mais antigos de Fortaleza, localizado na Av. Borges de Melo no bairro do Jardim América e que realiza, ao longo do tempo, constantes ações de

cunho social, cultural e artístico. O CAPS Geral atende à Secretaria Executiva Regional IV (SER IV) que abrange dezenove bairros de Fortaleza: Aeroporto, Benfica, Bom Futuro, Couto Fernandes, Damas, Dendê, Demócrito Rocha, Fátima, Itaoca, Itaperi, Jardim América, José Bonifácio, Montese, Pan Americano, Parangaba, Parreão, Serrinha, Vila Peri e Vila União.

O objetivo central do projeto de extensão do curso de História foi analisar as histórias e memórias do CAPS Geral IV no sentido de observar as permanências e discontinuidades quanto aos serviços originais prestados à comunidade, no passado e no presente. A intenção foi realizar entrevistas, inicialmente, com os profissionais do equipamento para depois coletar os relatos com aos usuários e familiares. Como proposta metodológica, o projeto buscou promover o diálogo interdisciplinar entre História e Psicologia nos planejamento, execução e cronograma de atividades que envolveram não apenas a extensão, mas a pesquisa. No que concerne ao campo do historiador(a), foram realizadas entrevistas temáticas com distintos profissionais que compõem o cotidiano do CAPS, desde o porteiro à coordenadora geral, com o propósito de observar os desafios, dificuldades, anseios, limitações e realizações dos indivíduos em sua relação com a instituição.

Por meio das análises conceituais e teóricas acerca da memória como construção seletiva, instável, imersa em campos de disputa e construída historicamente, o projeto de extensão utilizou-se de instrumentais e técnica qualitativa da História Oral Temática em que foram observados os cuidados metodológicos próprios no trato das fontes orais, como a escolha dos: método, entrevistados, equipe, equipamento, construção do roteiro de entrevista, transcrição e carta de cessão (Aróstegui, 2006; Alberti, 2005, Ferreira, 2000; Freitas, 2006; Gonçalves, 2017; Matos, 2011; Pollak, 1992).

Enquanto metodologia aplicada na História Oral Temática, foi elaborado um roteiro de perguntas objetivas e subjetivas em formato de questionário padrão. Para os profissionais, foram destinadas dezoito perguntas, tais como: idade, tempo de serviço, atividades realizadas, situação atual da Rede de Atenção Psicossocial e do CAPS IV, entre outras. Para os usuários, as perguntas versaram sobre: idade, tempo de acompanhamento no CAPS, frequência nos serviços, sua importância, relação com os profissionais, infraestrutura, melhorias, entre outras.

Por envolver narrativas de sujeitos do tempo presente, foi necessária, a partir do projeto de extensão, a elaboração de um projeto de pesquisa, com o mesmo título, com o propósito de resguardar os interesses, a integridade e a dignidade dos sujeitos da pesquisa. Ancorado nos protocolos de transparência, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética da Plataforma Brasil, obtendo parecer favorável 6.028.375 nº do protocolo CAAE 68408723.7.0000.5034. É importante destacar que desde 2016, as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais que utilizam dados diretamente obtidos com os participantes devem ser cadastradas no sistema CEP/Conep, de acordo com a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 (Brasil, 2016).

Sobre a coleta dos dados e os resultados primários da pesquisa, em andamento, durante o primeiro semestre de 2023, foram realizadas pelos bolsistas voluntários e remunerado vinte e duas entrevistas com os profissionais do CAPS IV, número este correspondente a setenta por cento dos funcionários da instituição, de acordo com os dados oficiais da prefeitura de Fortaleza e enviados pela coordenadora geral do CAPS IV à equipe de pesquisadores. Dos trinta por cento restantes dos profissionais, dez por cento encontravam-se de licença ou estavam aposentados e vinte por cento correspondem aos funcionários da linha de frente de atendimento.

As categorias dos profissionais entrevistados não se restringiram aos da área da saúde e assistência. Ao contrário, como a proposta do projeto era envolver uma gama diversificada de trabalhadores que compunham o CAPS IV, foram contemplados não apenas os médicos psiquiatras, psicólogos, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais, mas os porteiro e profissionais da copa e limpeza que lidam, de forma diferenciada, com os desafios cotidianos enfrentados no espaço. As entrevistas encontram-se neste momento da pesquisa em processo de transcrição para que, em seguida, os dados possam ser codificados e analisados (Minayo, 1996; Gil, 2008).

No segundo semestre do mesmo ano, o processo da coleta de dados teve de ser adaptado às mudanças operacionais do CAPS na medida em que se iniciou, sob a responsabilidade da prefeitura de Fortaleza, uma reforma de infraestrutura no prédio, o que dificultou a totalização das entrevistas planejadas no início da execução do projeto.

A reforma do CAPS foi uma resposta da prefeitura frente às constantes denúncias feitas por usuários sobre os problemas existentes no espaço não apenas no que diz respeito às instalações de infraestrutura, mas em relação aos recursos humanos, a exemplo, o número insuficiente ou mesmo inexistente de profissionais como os psiquiatras que têm grande rotatividade no equipamento.

As denúncias sobre os problemas enfrentados nos CAPS ocorrem com frequência, pois também são constantes as medidas governamentais de subfinanciamento e/ou desfinanciamento da Rede de Atenção Psicossocial no SUS. Nos últimos anos, sobretudo durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, essa situação agudizou e atingiu diretamente o cotidiano dos Centros de Atenção Psicossocial, na falta de profissionais, remédios, materiais terapêuticos, alimentação, entre outros serviços. Entretanto, paralelo ao desmonte da RAPS, os mesmos governos, apoiados pelo *lobby* do setor privado da saúde mental, historicamente atuante no Brasil, investiram em outras instituições, de formato fechado, manicomial e, portanto, violadoras de direitos (Caputo, 2020; Costa, 2020; Cruz, 2020; Guimarães, 2019; Oliveira, 2020).

Em Fortaleza, existem quinze Centros de Atenção Psicossocial, distribuídos em seis CAPS Gerais, sete CAPS Álcool e Drogas (CAPS AD) e três infantil (CAPSi). Todos enfrentam semelhantes problemas e são, constantemente, denunciados pela população, como constam nas reportagens publicadas pela grande imprensa local.

Em agosto de 2019, a população denunciou a precarização dos serviços ofertados no CAPS da regional II, localizado no bairro Bom Jardim, mediante aos problemas de superlotação, carência de profissionais e falta de medicamentos de alto custo (Diário do Nordeste, 2019).

Em fevereiro de 2021, por meio de nova denúncia em relação ao CAPS II, a imprensa publicou que a unidade *não consegue atender nem um por cento da sua demanda por atendimento, que está em torno de 10 mil acompanhamentos* em virtude da *falta de profissionais suficientes*, o que leva a população a ter que dormir em filas de madrugada para tentar ser atendida (Diário do Nordeste, 2021). Em setembro, nova reportagem foi publicada. As principais reivindicações feitas por profissionais e usuários referiam-se à *carência de profissionais para a alta demanda existente e a falta de infraestrutura para realizar os atendi-*

mentos. Foi denunciado ainda que: *Somente um dos três Caps 24 horas da Capital, localizado no bairro Cidade 2000, está em funcionamento* (O Povo, 2021a).

Em outubro de 2021, ao invés de propor tentativas de solução para os problemas acima apontados, a prefeitura de Fortaleza anunciou a previsão de redução em 80% do valor destinado a implantação de CAPS, em relação ao ano anterior, para o quadriênio de 2022 a 2025, além de não explicitar as metas físicas quanto à implantação (O Povo, 2021b).

Em março de 2022, nova matéria foi publicada na imprensa local com a denúncia sobre o teto da cozinha do CAPS AD da Sapiranga, em Fortaleza, ter caído após problemas de infiltrações em decorrência de chuvas (G1, 2022). Embora, a prefeitura tivesse anunciado providências para a resolução do problema, em abril de 2023, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (CREMEC), interditou o CAPS, devido ao estado avançado de deterioração da estrutura física, *sem manutenção há um bom tempo* (O Povo, 2023).

Diante do histórico cenário de precarização dos Centros e, de forma mais ampla, da Rede de Atenção Psicossocial, no segundo semestre de 2023, o CAPS IV entrou em reforma, o que resultou na reorganização dos atendimentos em distintos espaços e ocasionou a realização de poucas entrevistas do projeto. Os atendimentos precisaram ser divididos e redistribuídos em espaços externos à instituição, como na igreja localizada no mesmo bairro. A despeito da disponibilidade e atenção dos profissionais, os processos de coletas das entrevistas enfrentaram novos desafios, como o som alto promovido pelo maquinário das obras e pelo excesso de pessoas em espaços compartimentados. Contudo, feitos os ajustes, a equipe de bolsista realizou duas entrevistas com os usuários dos serviços.

A finalização da reforma do CAPS IV ocorreu apenas em janeiro de 2024, após evento inaugural com a presença do prefeito de Fortaleza e com a participação ativa de usuários dos serviços que, dirigindo-se ao gestor municipal, denunciaram ser aquele resultado mais obra de manutenção do que propriamente uma reforma da instituição.

Para o ano de 2024, o projeto de extensão, *Histórias e Memórias do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS IV*, objetiva concluir as entrevistas com os profissionais do CAPS IV e retomar as entrevistas com o segmento dos usuários, tanto os que se inseriram recentemente nos serviços como os mais antigos.

Pretende-se ainda iniciar a etapa de transcrição das entrevistas, bem como realizar a coleta, análise e tabulação dos dados quantitativos e qualitativos.

Considerações Finais

O artigo propôs discutir a trajetória de um projeto em diálogo com distintas perspectivas e abordagens. Em termos de produção acadêmica e científica, *Histórias e Memórias do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS IV* proporciona encontros promissores tanto para a pesquisa como para a extensão. Os dados quantitativos e qualitativos resultantes das entrevistas irão se constituir em materiais documentais importantes para a efetivação de novas pesquisas históricas sobre aspectos da saúde mental de Fortaleza e as memórias daqueles que a vivenciam em seus cotidianos institucionais. Ademais, no que se refere à produção intelectual, o projeto propiciou a interlocução com áreas distintas do conhecimento humano no exercício da interdisciplinaridade entre História e Psicologia, em suas trocas conceituais, teóricas e metodológicas.

No que tange à perspectiva da extensão, o projeto ratifica o encontro entre a universidade e sociedade na promoção de intervenção direta, horizontal e democrática da comunidade acadêmica com as demandas reais da população, reatualizando seu compromisso ético e social e materializando os princípios da curricularização da extensão estabelecidos a partir do Plano Nacional de Educação de 2014 e reafirmados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. A curricularização da extensão impacta na formação dos estudantes ao atingir a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão por meio de atitude mais propositiva e ativa de professores e estudantes nos processos de territorialização e diálogos com a comunidade.

O projeto provoca também uma discussão política a respeito da saúde mental em consonância com a Reforma Psiquiátrica iniciada na década de 1970 e que, ainda se encontra não somente em curso, mas se coloca cada vez mais necessária diante dos desafios incontestáveis frente às políticas de desmontes públicos, como apoio da iniciativa privada, visando o enfraquecimento dos dispositivos da Rede de atenção psicossocial. Esta, por sua vez, tem como premissa basilar a defesa de políticas nacionais em saúde mental construídas no território e em liberdade, sem discursos e práticas manicômiais, o que reatualiza a luta antimanicomial no Brasil.

Ao propor trabalhar as memórias do CAPS, projeto buscou ainda evidenciar a autonomia e a criticidade dos atores integrantes do equipamento sobre suas próprias realidades e demandas, sobretudo das pessoas em sofrimento psíquico, silenciadas e marginalizadas social e historicamente.

Referências

AMARANTE, Paulo. (Org.). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

BASAGLIA, Franco. **A Instituição Negada**. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1985, 3ª ed.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016.

CAVALCANTE, S. *et al.* Interloquções possíveis entre saúde mental, justiça e direitos humanos no campo de extensão da secretaria de justiça e cidadania do estado do Ceará (SEJUS/CE) (promoção de arte, saúde e garantia de direitos? *In: Encontros Universitários da UFC 2018*, 2018, Fortaleza. Revista Encontros Universitários da UFC. Fortaleza: Editora da UFC, 2018. v. 3.

CAPUTO, Lara. **A Saúde mental em tempos de desafios e retrocessos**: uma revisão. *Argum, Vitória*, v. 12, n. 2, p. 91-106, maio/ago. 2020.

COSTA, Nilson e TUNDIS, Silvério (Org.). **Cidadania e loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis. Vozes/ABRASCO, 1987.

COSTA, Pedro. **Contribuição à Crítica da Economia Política da Contrarreforma Psiquiátrica Brasileira**. *Argum. Vitória*, v. 12, n. 2, p. 44-59, maio/ago. 2020.

CRUZ, Nelson; GONÇALVES, Renata; DELGADO, Pedro. Retrocesso da Reforma Psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020.

FERREIRA, Marieta; FERNANDES, Tania; ALBERTI, Verena (Org.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa, 2000.

FREITAS, Sônia. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação. Editorial Humanitas, 2006.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Rita; LISBOA Teresa. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp., p. 83-92, 2007.

GUIMARÃES, Thaís. A Remanicomialização do cuidado em saúde mental no Brasil no período de 2010-2019: análise de uma conjuntura antirreformista. **O Social em Questão** - Ano XXII - nº 44 - Maio a Ago./2019.

LOBOSQUE, Ana M. (Org.). **Seminário Universidade e Reforma Psiquiátrica: interrogando a distância**: Belo Horizonte, ESO-MG, v. 2, 2009.

LOBOSQUE, Ana M. Caderno Saúde Mental. **A Reforma Psiquiátrica que Queremos**. Por uma Clínica Antimanicomial. Escola de Saúde Pública do Estado de MG, Belo Horizonte, 2007.

LOUGON, Maurício, **Psiquiatria Institucional: do Hospício à Reforma Psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. (Coleção Loucura & Civilização).

MATOS, Julia. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento**. SP-RJ. Hucitec-Abrasco, 1996.

MOURA, Ricardo (Org.). Cartilha da Regional IV. **Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza Perfil da SER IV**, Fortaleza, 2011.

OLIVEIRA, Cláudia. A Reforma Psiquiátrica e a Atuação dos Parlamentares Cearenses: uma introdução ao tema. *In*: GONÇALVES, Adelaide (Orgs.). **Antropologia, história e literatura: práticas, discursos e performances em Iberoamérica**.— Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992.

YASUI, Silvio. **Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira**. Tese de Doutorado na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2006.

Fontes

DIARIO DO NORDESTE. Atendimento e falta de remédios geram reclamações no Caps do Bom Jardim, 19 de Agosto de 2019.

DIARIO DO NORDESTE. Com filas de espera, demora no atendimento gera reclamações nos Caps em Fortaleza, 08 de Fevereiro de 2021.

G1. Caps da Sapiranga, em Fortaleza, funciona com teto caído, porta danificada e infiltrações; veja imagens, 31 de março de 2022.

O POVO. Caps de Fortaleza não suprem demanda, denunciam profissionais e pacientes, 17 de setembro de 2021^a.

O POVO. Prefeitura de Fortaleza prevê reduzir 80% do valor destinado a implantação de CAPs, 01 de outubro de 2021^b.

O POVO. Cremec interditou um CAPS e dois Postos de Fortaleza em três meses, 25 de abril de 2023.

Sobre os significados da doença e os sentidos atribuídos à hanseníase

*Luíza Porto de Faria*¹*

No livro “A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais” (1996), Alessandro Portelli explora a construção da subjetividade e a interpretação das fontes orais. Para o autor, a subjetividade, ou o “estado de ânimo”, é o processo pelo qual as pessoas constroem e atribuem significado à sua própria experiência e identidade (Portelli, 1996). Neste contexto, a apresentação de três colaboradores de história oral temáticas realizadas com antigos pacientes internados compulsoriamente em um² dos mais de 30 asilos-colônias construídos de acordo com a política sanitarista brasileira de meados do século XX³ vai de encontro com a proposta do Simpósio Temático (ST) intitulado “Trajetórias, biografias e histórias de vidas infames”.

O texto presente discute um dos desdobramentos da dissertação de mestrado elaborada pela autora e apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC) em 2023. O problema de pesquisa deste estudo parte do pressuposto de que atualmente existem diversos sentidos e significados associados ao fenômeno biológico conhecido como “hanseníase”. Sugere-se que essa situação está inserida em duas “molduras” (Rosenberg; Golden, 1992) que moldam as concepções sobre a doença: a “moldura da hanseníase” e a “moldura da lepra” (Carvalho, 2016).

O conceito de “moldura” é explorado conforme descrito por Rosenberg e Golden (1992). De acordo com os autores, essa ideia está relacionada ao pro-

-
- 1 Mestre em história pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bacharel em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: luizapfaria@gmail.com.
 - 2 A Colônia Santa Isabel (Betim, em Minas Gerais) foi construída a 40 km de Belo Horizonte. Sua inauguração ocorreu em 23 de dezembro de 1931. A Colônia representou um notável exemplo da política sanitária nacional voltada à erradicação de doenças contagiosas. O desenho urbano apresentou características típicas de assentamentos desse tipo, incorporando medidas profiláticas de cunho sanitário. Até meados da década de 1980, o acesso era restrito a pacientes, alguns familiares, profissionais de saúde e líderes religiosos. Atualmente, o local passou por reorganização e integra a área do bairro Citrolândia (Carvalho, 2016).
 - 3 O isolamento compulsório das pessoas atingidas pela hanseníase foi institucionalizado pelo Decreto nº 19.402 de 1930. A internação obrigatória foi oficialmente revogada pela Portaria nº 165 de 1976. No entanto, segundo falas de ex-moradores de asilos-colônias, a segregação persistiu até o final dos anos 1980 (Bezerra, 2019).

cesso de estabelecimento de estruturas explicativas e classificatórias para uma doença específica. Eles sustentam que cada enfermidade desempenha um papel ativo na formatação das situações na vida social, ao mesmo tempo em que é influenciada por esses contextos (p. 15). Portanto, as doenças são concebidas como ‘acontecimentos biológicos’ e só ganham existência após serem nomeadas. Vale ressaltar que o conceito de “moldura” é aplicado na linha de argumentação proposta por Keila Carvalho (2016) no contexto da hanseníase.

Dessa forma, partindo do problema central do trabalho de pesquisa, a apresentação oral no ST em questão privilegiou a descrição e a análise das entrevistas com sujeitos que tiveram suas vidas desviadas pela experiência institucional, de tal maneira que suas trajetórias podem ser entendidas como “infames”.

É importante observar que os termos lepra e hanseníase são utilizados de forma historicizada para se referir à doença causada pelo *Mycobacterium leprae*. O termo “hanseníase” refere-se à atual denominação da doença, estabelecida pela Lei nº 9.010 de 29 de março de 1995. É uma condição crônica causada pelo *Mycobacterium leprae*, também chamado de Bacilo de Hansen. A doença é transmissível e transmitida pelas vias aéreas durante sua fase contagiosa. O tratamento, realizado em regime ambulatorial, é feito através da poliquimioterapia (PQT). A cura pode ser alcançada com a primeira dose ou em até 18 meses após o início do tratamento (Serres, 2009).

Por sua vez, o termo lepra – e a variação leproso – é entendido à luz da argumentação de Susan Sontag (2007) quando a autora afirma que a lepra se tornou uma metáfora. Segundo Sontag, entende-se que a “lepra” é uma noção imbricada de sentidos e significados sociais, sendo que estes foram responsáveis, em grande parte, pelo preconceito e pelas internações compulsórias no Brasil ao longo do século XX.

Apesar de Armauer Hansen ter identificado o agente causador da hanseníase no final do século XIX, desmistificando a crença em sua hereditariedade, punição ou castigo divino, o estigma associado à antiga lepra persistiu. Isso é evidente uma vez que o preconceito em relação à doença continua a afetar a vida das pessoas até os dias atuais – não apenas devido a possíveis deformidades, mas também devido ao sofrimento e ao abandono, o que pode resultar em problemas psicossociais (Oliveira, 2012).

Sobre as entrevistas de história oral, é preciso fazer algumas considerações. O primeiro motivo para tal descrição é que os sentidos que busco analisar

partem das narrativas dos entrevistados. Portanto, é relevante pontuar o processo de decisões metodológicas percorrido. A metodologia adotada foi qualitativa, de caráter exploratório, utilizando meios documentais e bibliográficos. O método escolhido foi a história oral, aplicada por meio de entrevistas temáticas e de história de vida, com roteiros semiestruturados.

Os entrevistados foram selecionados através do Presidente da Associação de Moradores da Colônia Santa Isabel, membro ativo do Movimento dos Filhos Separados e representante da Associação Comunitária de Moradores da Colônia Santa Isabel, excluindo menores de idade e pacientes ou ex-pacientes tutelados pelo Estado. O projeto foi viabilizado pela coleta, construção e análise de documentos escritos e orais, privilegiando fontes relacionadas à Colônia Santa Isabel para aproximar o estudo às narrativas dos entrevistados.

Como mencionado, o objetivo desta comunicação foi apresentar entrevistas de história oral realizadas com sujeitos cujas vidas foram marcadas pela política autoritária segregacionista imposta pelo governo brasileiro ao longo do século XX. Assim, esses indivíduos tiveram suas trajetórias desviadas, silenciadas e marginalizadas diante da escrita de uma história pretensamente oficial. À luz do pensamento foucaultiano, é possível dizer que se trata de “vidas-poemas” ou “existências-relâmpagos” que, se não fosse o contato com o poder, estariam destinadas a passar sem deixar rastro (Foucault, 1977).

Trata-se de vidas breves “encontradas por acaso em livros e documentos” (Foucault, 2010 *apud* Borges, 2021, p. 40). Além disso, conforme enfatiza Rodrigo Patto Sá Motta (2018), para evitar cair na armadilha de acreditar que nada pode mudar, é fundamental reconhecer a necessidade da mudança. A adoção de uma abordagem participativa por parte do historiador contemporâneo – ao invés de se acomodar – destaca questões sociopolíticas relevantes para os dias atuais.

Neste caso, esse trabalho busca lançar luz a tais existências e trazer à superfície “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989). Conforme colocado por Pollak, trata-se das diferentes formas pelas quais as memórias coletivas são preservadas e se manifestam na sociedade, inclusive através dessas “memórias subterrâneas” - memórias não expressas ou subconscientes que influenciam a consciência coletiva de um grupo ou comunidade.

As entrevistas aqui analisadas foram realizadas com antigos moradores da Colônia Santa Isabel: Fidelcino Bonifácio Silva, Eva Maria Dias Nascimento, Luís Coutinho Silva, Sebastião José da Silva, Elio de Abreu e Maria da Conceição Emerenciana. Todos os colaboradores da entrevista entraram em contato com o projeto de pesquisa antes de assinarem os devidos termos de consentimentos do Comitê de Ética e Pesquisa da Udesc (CEP/UDESC). Além disso, os colaboradores foram denominados com seus nomes próprios uma vez que consentiram com isso.

No entanto, o processo de “contar a história” não havia sido iniciado devido à presença de uma barreira, como sugere Portelli (2010) ao afirmar que “sempre há uma barreira”. Embora os entrevistados pudessem confiar em mim como pesquisadora, eu não compartilhava da mesma experiência que eles. Era necessário que eles indicassem quando eu poderia me aproximar, ou seja, cruzar essa fronteira. Além do lugar-comum que diz que o pesquisador deve trabalhar para ganhar a confiança do entrevistado, esse sempre foi um momento crucial durante as entrevistas. Isso porque delimitava um ponto crítico na negociação entre os diversos sujeitos envolvidos na construção da fonte oral.

Assim, os encontros coletivos para as entrevistas foram adotados como uma estratégia para facilitar a aproximação entre o pesquisador e os colaboradores. Para justificar essa abordagem, volto à análise de Veridiana Cordeiro (2015) sobre Halbwachs. A autora observa que o indivíduo contribui tanto para a memória individual quanto para a coletiva em uma relação recíproca. A vivência na Colônia Santa Isabel revelou a intrincada conexão entre a memória individual e a memória coletiva nesse ambiente. Lá, as memórias pessoais são reconstruídas de maneira profundamente vinculada às percepções dos grupos. Por estes motivos, considere que entrevistas coletivas seriam mais ricas, uma vez que os testemunhos individuais poderiam ser analisados dentro de um cenário mais amplo de memórias compartilhadas.

Uma outra decisão que requer esclarecimento é a escolha do local para conduzir todas as entrevistas. O Centro de Memória e Ação Luís Veganin⁴

4 O Centro de Memória e Ação Luís Veganin está localizado na antiga Colônia Santa Isabel, em Betim, Minas Gerais. A edificação que hoje abriga o museu dedicado à hanseníase foi a enfermaria masculina da Colônia, porém ficou abandonada por muitos anos e se encontrava em péssimo estado de preservação. Em 2010, o espaço foi reformado através de um projeto de restauração do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em parceria com a Fundação Artístico-Cultural de Betim (FUNARBE) e com apoio da Fundação DAHW Brasil.

é uma antiga enfermaria da Colônia Santa Isabel, atualmente restaurada para abrigar um espaço dedicado à preservação da memória da hanseníase. Este local foi selecionado porque funcionou como um catalisador das discussões durante as duas entrevistas. Isso significa que o espaço foi utilizado como uma ferramenta na elaboração do roteiro de perguntas dirigidas aos entrevistados.

Durante as entrevistas, foram promovidas discussões que envolviam o Centro de Memória e Ação Luís Véganin. Foram questionados aspectos como o ambiente onde a entrevista ocorria, a exposição ao redor e os significados das peças e imagens expostas em relação aos conceitos atribuídos à hanseníase e à lepra.

Alguns trechos das entrevistas – apresentados ao longo da comunicação oral – serão observados abaixo. Primeiramente, segue uma frase de Eva, na qual a entrevistada comenta sobre a discriminação e sobre como existe um processo de superação que acompanha a doença desde seu diagnóstico.

E quando a gente aceita a gente fica mais fácil, mas foi difícil para mim trabalhar com isso, porque o preconceito estava lá onde eu estava estudando. Eles falavam que lá não era o meu lugar. Eu chegava lá e era mais difícil para mim (Eva Maria Dias Nascimento, 2022).

Quando Eva menciona que precisou “lidar” com o preconceito que enfrentou, sua narrativa sugere que a formação das identidades associadas aos significados atribuídos à hanseníase foi mais um processo do que uma mudança instantânea. Compreender a doença por meio de uma nova perspectiva não ocorreu de imediato, mas sim como uma transformação gradual ao longo da vida. Em outras palavras, foi necessário gradualmente atribuir novos significados à doença à medida que uma comunidade de inclusão surgia em resposta à segregação experimentada.

Nesse sentido, Eva realiza um movimento dual ao refletir sobre o período em que esteve internada como paciente: reconhece as dificuldades enfrentadas durante essa experiência e, ao mesmo tempo, destaca como construiu uma nova percepção de si mesma, da doença e da Colônia Santa Isabel. Eva recorda que, inicialmente, sentia vergonha de mencionar que residia na Co-

lônia Santa Isabel. Como resultado, frequentemente inventava desculpas, o que dificultava sua aceitação pessoal.

Hoje eu agradeço a Deus porque não fiquei com sequelas. Fiquei com problemas emocionais? Fiquei. Queria sair, queria estudar, queria passear igual qualquer outra moça – mas eu era presa. A colônia era presa, ninguém saía nem entrava (Eva Maria Dias Nascimento, 2022).

No entanto, nos dias de hoje, Eva reconhece a importância da sua interação para sua recuperação física e não sente mais vergonha de abordar esse assunto. Pelo contrário, ela emprega sua própria trajetória como uma ferramenta para aumentar a conscientização sobre a hanseníase no presente. Para Eva, reconhecer seu passado e utilizá-lo como meio de divulgar a doença no presente é um elemento fundamental de sua identidade pessoal.

Então, hoje, graças a Deus, eu não tenho sequelas - igual os meninos aqui - porque a gente ia tomando um remédio e, se não servia, já ia tomando um outro. E, graças ao bom Deus, nós conseguimos não ficar com sequelas e não ficar com deficiências (Eva Maria Dias Nascimento, 2022).

Outro indivíduo entrevistado durante a apresentação oral foi Fidelcino Silva. Ele ingressou na Colônia Santa Isabel aos 13 anos de idade e passou a maior parte de sua vida residindo lá. Casou-se e teve um filho durante esse período. Embora agora esteja aposentado pelo Estado de Minas Gerais, ele permanece ativo, envolvendo-se no meio do futebol, inclusive em níveis profissionais. O relato da história de vida de Fidel é uma inspiração, redefinida para oferecer auxílio aos outros.

Outras pessoas vão participar do seu “documentário” e serão sequeladas. As pessoas irão contar a história delas, mas que as pessoas escutem a história do Luís, da Eva e do Fidel também. Porque, senão, amanhã ou depois, um cara, por um descuido pega o bacilo da hanseníase vai no

médico - vamos supor que ele vai no médico. Ele tem coragem e vai no médico. Ele chega lá, mas ele viu uma entrevista de um cara sequelado; com sequelas no rosto, nos pés e nas mãos. Ele fala: eu vou suicidar. Olha como eu vou ficar. Por isso é importante que divulgue isso que o Luís, que a Eva e eu vivemos (Fidelcino Bonifácio Silva, 2022).

Conforme relatado por Fidelcino, sua vivência na Colônia Santa Isabel foi predominantemente positiva. Assim como Eva e Luís, ele também foi curado por meio do tratamento recebido durante sua internação e não apresenta nenhuma sequela física decorrente da doença. Em outras palavras, a recuperação foi viabilizada pelo fato de terem sido isolados e terem recebido os medicamentos apropriados durante o período em que estiveram lá.

Em certo ponto, a Colônia foi boa. Porque se a gente ficasse no interior, eles não iam ter o recurso, eles não iam fazer as experiências... Lá não iria ter por que eles teriam muito medo. Aqui, a gente veio e a gente teve o tratamento... (Fidelcino Bonifácio Silva, 2022).

Ao afirmar que o passado da lepra já não existe mais, Fidelcino explicita uma perspectiva que emerge de sua interpretação reconsiderada no presente. Ele reconhece a persistência de um grupo de pessoas que insistem em relembrar os sofrimentos da doença, enquanto enfatizam as sequelas dos tratamentos experimentais. Segundo Fidelcino, essa é a maneira como ele percebe a situação atualmente, após ter desenvolvido uma nova compreensão da experiência vivida.

É importante ressaltar que esse processo não seguiu um curso linear, mas sim foi marcado por avanços e retrocessos, destacando a necessidade contínua de ação e de iniciativas em prol da conscientização e da divulgação da doença no país. A narrativa de Fidelcino se assemelha muito à de Luís.

Como o melhor que tem é poder chegar e falar: “Eu sou daqui, da Colônia”. É bobagem viver escondendo. Ficar trocando nossas ideias e tra-

zendo pessoas diferentes é bom demais. Pessoas com cabeças evoluídas. A gente acaba expondo coisas que normalmente não expomos (Luís Coutinho Silva, 2022).

A narrativa de Luís compartilha aspectos semelhantes às falas dos outros dois entrevistados. Assim como os demais, ele chegou à Colônia Santa Isabel ainda muito jovem, aos 9 anos de idade, e tinha pouca compreensão sobre o que esperar. Residindo no mesmo pavilhão que Fidelcino, Luís recebeu tratamento similar: foi medicado com os remédios comuns da época, atendido pelos mesmos médicos e submetido aos mesmos testes experimentais. Nascido na Bahia em 1963, Luís não menciona nada sobre os primeiros 9 anos de sua vida. Assim como Eva e Fidelcino, Luís advoga pela conscientização sobre a hanseníase e pelos diversos significados associados à doença na atualidade. Consequentemente, ele faz questão de narrar sua história a partir do presente momento.

Luís deixa claro que ele não deseja falar sobre sua vida anterior à Colônia Santa Isabel, mas sim sobre o período que viveu dentro da instituição e como esse período foi crucial para sua recuperação e para a formação da pessoa que ele é hoje.

Eu, para falar a verdade, se eu tivesse na Bahia até hoje, eu não sei se eu teria o que eu tenho ou se eu teria a vida que eu tenho hoje. Não sei. Talvez eu não teria a vida boa que eu tenho hoje. Você entendeu? (Luís Coutinho Silva, 2022).

Luís também compartilha sua jornada de aceitação. Ele recorda que durante muitos anos enfrentou o preconceito, tanto interno quanto externo. Em seguida, ele explica como superar essa fase foi crucial para que pudesse reconsiderar seu passado de uma maneira diferente e abandonar o papel de vítima. É evidente que Luís deixou de ver a doença através da perspectiva da lepra e, assim, embarcou em um processo de reconstrução de sua própria identidade por meio dos significados atribuídos à hanseníase. Hoje, ele se esforça para compartilhar esse entendimento e para conscientizar outras pessoas sobre a realidade atual da doença. No entanto, ele percebe que a “metáfora da lepra”

ainda exerce uma forte influência na vida de alguns indivíduos que residem no antigo espaço da Colônia Santa Isabel. Nesse momento, Luís ressalta que, apesar de essa concepção ainda prevalecer na fala de algumas pessoas “dentro da Colônia”, ele opta por não entrar em confronto com elas.

A apresentação em questão buscou investigar os “homens infames”, cujas vidas foram consideradas insignificantes e reduzidas a cinzas pelas poucas palavras que as extinguíram (Foucault, 1997). Estes sujeitos, descritos por Foucault como “existências-relâmpagos”, assemelham-se a “poemas-vidas”, expressando queixas ou denúncias. São fragmentos de discurso que refletem uma realidade na qual estão imersos, sendo armadilhas e gestos cujas palavras servem como instrumentos. Destinados a passar despercebidos, esses homens parecem não ter existido, sobrevivendo apenas por meio de encontros fortuitos.

No entanto, esses indivíduos encontraram-se diante do poder como um feixe de luz que os iluminou, trazendo-os à tona, mesmo que por um breve momento. Seu encontro com o poder representa o ponto máximo de suas vidas, onde sua energia se concentra ao enfrentá-lo ou tentar evitá-lo. Sua trajetória até o presente é marcada por rupturas, apagamentos, esquecimentos e cancelamentos, sendo conduzidos até nós pelo acaso, sem uma tradição para segui-los.

Assim, o objetivo do trabalho apresentado foi ampliar a visibilidade de histórias de vidas marcadas pela exclusão. Além disso, buscou-se contribuir, por meio da história oral, para a inclusão de narrativas dos indivíduos afetados pela política segregacionista e para a transmissão de memórias externadas que têm como propósito preservar e expor passados difíceis, marcados pela violação de direitos humanos.

Fontes orais

NASCIMENTO, Eva Maria Dias. Entrevista Temática Coletiva 1: depoimento [mar. 2022]. Entrevistador: Luiza Porto de Faria. Betim, 2022. 1 arquivo .m4a (48min).

SILVA, Luís Coutinho. Entrevista Temática Coletiva 1: depoimento [mar. 2022]. Entrevistador: Luiza Porto de Faria. Betim, 2022. 1 arquivo .m4a (48min).

SILVA, Fidelcino Bonifácio. Entrevista Temática Coletiva 1: depoimento [mar. 2022]. Entrevistador: Luiza Porto de Faria. Betim, 2022. 1 arquivo .m4a (48min).

Referências

BORGES, Viviane Trindade. Para além da beleza e do terror: notas sobre os desafios de tornar públicas trajetórias infames. *In: História pública e história do tempo presente*. São Paulo: Letra e Voz, p. 39-56, 2021 (v. 1).

CARVALHO, Keila Auxiliadora. **Colônia Santa Isabel: a lepra e o isolamento em Minas Gerais (1920-1960)**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. **Por uma sociologia da memória: análise e interpretação da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs**. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: 10.11606/D.8.2015.tde-11112015-132539. Acesso em: 19 abr. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.

OLIVEIRA, Carolina Pinheiro Mendes Cahu de. **De lepra à hanseníase: mais que um nome, novos discursos sobre a doença e o doente 1950-1970**. Recife, 2012. 246 f. Tese (doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

ROSENBERG, Charles; GOLDEN, Janet (Org.) **Framing Disease: studies in cultural history**. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1992.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico**. Tempo e Argumento, 2018.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Os tipos da “grande necrópole”: cientificismo e tipificação nas fotografias de retirantes da seca no Ceará (1877-1879)

Jeferson de Castro Silva¹

Resumo

Conhecido pelo período da “grande seca”, o triênio de 1877 a 1879 foi marcado por notícias que circulavam na capital do império sobre as cenas, em tom alarmante e com descrições das misérias que a província do Ceará e suas gentes estavam submetidas, onde as paisagens e corpos retirantes se confundiam com o uso do adjetivo “ressequidos”. Para reforço e comprovação dessa forma de noticiar a seca e suas consequências para os sobreviventes do Ceará, uma série de fotografias de aspecto dantesco (em formato cartes-de-visites) foram produzidas em Fortaleza pelo fotógrafo retratista Joaquim Antonio Corrêa a pedido do jornalista José do Patrocínio e enviadas para o jornal Gazeta de Notícias, onde serviu de base para uma ilustração da folha ilustrada O Besouro. Diante disso, discutiremos a tipificação dos retirantes com as descrições e as imagens, especificamente as fotografias de Joaquim Antonio Corrêa, e a forma como os sujeitos são representados. Iremos ler e problematizar as imagens e seus usos sob a ótica dos conceitos: figurabilidade de Georges Didi-Huberman (2013) e dispositivo de Michel Foucault (2017); e das metodologias do atlas de Aby Warburg (2015) e da montagem de Georges Didi-Huberman (2015) para fazer conexões com as imagens de “tipos humanos” produzidas por fotógrafos como: Alberto Henschel, Felipe Augusto Fidanza e as imagens da coleção Louis Agassiz. Dado isso, buscaremos considerar como as imagens mobilizaram representações - de corpos calamitosos e considerados não cívicos - para impactar as sensibilidades por meio da repetição de um modo de ver, que transita às imagens na catalisação do imaginário e estereotipação do norte seco, e a serventia como dispositivo subalternizador pela tipificação dos retirantes nos moldes raciais cientificistas e naturalistas oitocentistas.

Palavras-chave: Ceará; Seca; Retirantes; Imagens; Tipificação.

1 Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (2018-2022) e mestrando em História Social no PPGH-UFC com pesquisa financiada pela CAPES. Contato: jefersoncastro50@gmail.com.

Introdução

Ao chamar a atenção da opinião pública, a seca ocorrida no triênio 1877 a 1879 teria se tornado um problema nacional e de preocupação do governo imperial. Segundo os professores Frederico de Castro Neves (2000) e Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1989): não são as características do fenômeno climático que dão importância e base para ruptura da forma como era vista essa seca, mas a conjuntura de mudanças ideológicas provocadas por crises econômicas, políticas e sociais fizeram surgir um “discurso da seca” nos periódicos e romances da época.

Não somente a imprensa dita “regional” (ou do norte) noticiaram as cenas do cotidiano da seca. Na capital imperial as ditas “notícias da seca” davam não só visibilidade, mas visualidade a seca e a fome que ofendiam e corroíam uma suposta marcha civilizatória que a capital cearense rumava. Dado isso, é preciso colocar em questão não somente os motivos da visibilidade dessa seca, mas a forma como a visibilidade e a visualidade foram sendo delineadas pela imprensa e suas representações. É preciso falar de imagens.

Representar a seca

Falar da seca também foi falar da fome e de suas consequências num tom trágico que ocupava as linhas e traços dos jornais e revistas ilustradas como: a *Gazeta de Notícias*², a *Revista Illustrada*³ e *O Besouro*⁴.

No ano de 1878 o jornalista José do Patrocínio foi enviado à província do Ceará para enviar suas impressões e experiências para o jornal *Gazeta de Notícias*, onde publicaria durante alguns meses o folhetim “Viagem ao Norte”. Em seus relatos, as descrições minuciosas de costumes, cotidianos, arquiteturas

-
- 2 Fundado em 2 agosto de 1875, pelos editores Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro e Elísio Mendes, a *Gazeta de Notícias* apareceu com o objetivo de noticiar literatura e ser de viés liberal. Além de um romance, a *Gazeta de Notícias* todos os dias veicularia um folhetim de atualidade.
 - 3 Editado e publicado por Angelo Agostini (1843-1910), no Rio de Janeiro, entre os anos 1876 e 1898. Veiculava, regularmente, textos e imagens intercalados nas oito páginas de cada número da revista. As imagens, charges, caricaturas e retratos ilustram e evidenciam os acontecimentos políticos, sociais, econômicos, culturais, assim como os relatos da vida cotidiana na segunda metade do século XIX.
 - 4 Criado em março de 1878 pelo artista plástico, ilustrador e chargista Rafael Bordallo Pinheiro (1846-1905) tinha periodicidade semanal e contou com quarenta e nove números, entre 6 de abril de 1878 e 8 de março de 1879.

e o estado dos corpos dos retirantes alimentavam os textos publicados de 1º de junho a 12 de setembro de 1878. Vejamos um de seus relatos durante o trajeto que fez via mar pela costa das províncias nortistas.

No azoinado imaginar do meu cerebro de entontecido, redemoinhava a bella cidade, ora parecendo fundir a vistosa casaria em colosso descommunal, ora acentuando mais sinuosidade do seu rio, ora aproximando-lhe as margens de modo a estalar pelo meoas lindas pontes, ora alinhando-se e esbatendo-se na ostentação das suas chacaras artisticamente cultivadas, dos seus palacetes luxuosamente decorados.

Quando esta visão se desfazia, uma outra succedia-lhe, semelhante a um assombro biblico, a um enlevo de poeta. Era um estendal de nuvens negras, ladeado de espectros. No meio do plano amarellecia alguma coisa semelhante a um pedaço de pão e por toda a estensão, negramente numblada, crianças magras, mulheres desgrenhadas, homens disformemente inchados, velhas que mal podiam arrastar-se, luctavam, corriam, pranteavam, assassinavam-se em demanda do misero enguiço á fome devoradora de todos elles.

Uma voz veiu-me arrancar do dominio da imaginação.

– Depois do bello o horrivel – disse-me: – agora a treva e o enjôo, por fim os horrores da secca (*Gazeta de Noticias*. Viagem ao norte. 20 de Jul. 1878, p. 1).

A visão, ou a ideia/imagem que o jornalista tinha, da “bella cidade” com suas lindas pontes e chácaras que “redemoinhava” em sua mente foi substituída pela visão tempestuosa dos retirantes que lutavam pela sobrevivência em batalhas travadas por um naco de pão. Um imaginário é alterado por outro imaginário. Típico da relação tensionada que é o imaginário, como afirma Baczko (1985), além do fato de, enquanto representação, o imaginário evoca, simula, significa e dá sentido pela mescla entre o “verdadeiro” e o aparente segundo Sandra Jatahy Pesavento (1995).

Além do caráter jornalístico de sua escrita, nota-se uma narrativa que evoca imagens ou desenha pelas palavras em quase todas as frases do pequeno fragmento citado acima. Narrativa esta que não inaugura um modo de ver as províncias do norte, porém catalisa não somente a informação, mas a imaginação por essas imagens que somam-se a outras no que Durval Muniz de Albuquerque Júnior chama de *discurso da seca*, que diante da conjuntura de mudanças ideológicas provocadas por crises econômicas, políticas e sociais da estiagem de 1877, passa a ser um marco na memória da região, onde, segundo o autor, é fruto de uma construção de imaginário para esconder o fato do rompimento da lógica de dominação e exploração tradicional, deixando de ser um problema das camadas dominadas e passa a atingir a dominantes. Assim, o *discurso da seca* é instrumentalizado para a sobrevivência de um sistema de dominação e transformação do fenômeno em problema nacional com a ajuda da imprensa regional e nacional que passaram a dar visibilidade ao problema da seca nas províncias do norte com a descrição de cenas do cenário experienciado. Ainda sobre as notícias da seca, Marta Barbosa (2004) afirma que na imprensa o “espetáculo da miséria” foi sendo traçado por relatos que apresentavam quadros, temas e sujeitos no palco fome e miséria ao qual falar o Ceará representou.

No que toca a texto e imagéticas, cabe ressaltar a questão do corpo retirante cujo a intensidade de menções de “rostos escaveirados” e “corpos enegrecidos”, que aparentemente tem função sensibilizante, adentram e fomentam o imaginário das gentes do norte. Como relata Patrocínio ao caminhar pelas ruas e praças de Fortaleza:

Os rostos escaveirados pela fome reveste-se-lhes de um colorido icterico. Os olhos esbugalhados os cabellos emmaranhados; os andrajos que lhes cobrem os corpos emmagrecidos dão lhe aquelle ar sorneiro dos idiotas. Retarda-lhes o andar a inchação das pernas e dos pés; curva-lhes a cabeça o vexame da desgraça (*Gazeta de Noticias*. Viagem ao norte. 23 de Jul. 1878, p. 1).

É preciso ressaltar o caráter generalizante, cujo a representação da multidão flagelada com suas características corporais e comportamentais assinala para a formação de um “tipo” que veremos transitar da representação escrita para a ilustrada e fotográfica, visto que narrar somente com palavras não

era suficiente para tremenda situação. Foi preciso recorrer às imagens como instrumentos para fazer ver e imaginar a catástrofe dantesca da “infeliz província” do Ceará.

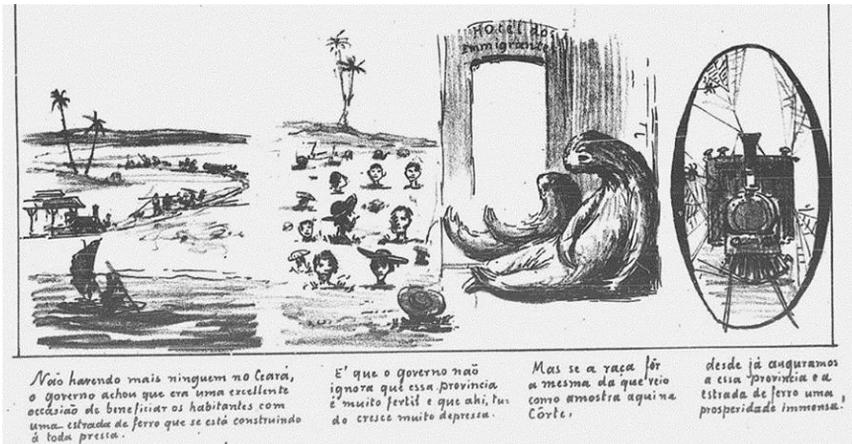
Diante da recorrência às imagens e do trânsito de representações, para Paulo Knauss (2011) o uso de imagens em revistas ilustradas, além da difusão e de fazer circular imagens, teve agência criadora de elos da narrativa escrita a visual no Brasil da segunda metade do século

XIX. Utilizada muitas vezes em um tom satírico e caricatural, a imagem era um instrumento poderoso de difusão de ideias, opiniões, relatos do cotidiano e expressão do imaginário social na crônica visual dentro das páginas das revistas ilustradas, onde a leitura e o olhar têm complementaridade na produção de sentidos da narrativa jornalística. Vejamos abaixo.

Figura 30 - Revista Illustrada. Nº 108, Rio de Janeiro. 1878, p. 4



Figura 31 - Revista Illustrada. Nº 118, Rio de Janeiro, 1878, p. 4



Ilustrar a calamidade das províncias do norte, como fez acima a *Revista Ilustrada*, surge *a priori* como maneira de denunciar as situações e condições em que os retirantes chegavam à capital fluminense. Observemos o que diz os escritos da ilustração:

A força deveria ser permanente nessas províncias para punir aquelles que roubam especulam com a miséria, causando a morte à milhares d'infelizes. Os que nos taxaram de severos, que vão desembarcar os cearenses e outros à chegada nesta côrte dos vapores do norte e acreditarão como nós, que a caridade foi roubada e barbaramente assassinada pela maior parte dos que deveriam sustenta-la! (*Revista Ilustrada*. Nº 108, 1878, p. 4).

Contudo, para além da denúncia e da indignação com a caridade “[...] roubada e barbaramente assassinada pela maior parte dos que deveriam sustenta-la”, é preciso atentarmos a outras representações que caracterizam e tipificam os retirantes, como na edição de número 118, que diferentemente da 108 - onde os sujeitos são representados como esfomeados e vítimas da ganância daqueles que deveriam cuidar dos recursos - acrescenta o fator da preguiça como atributo dos nortistas retirados da seca. Vejamos novamente os escritos:

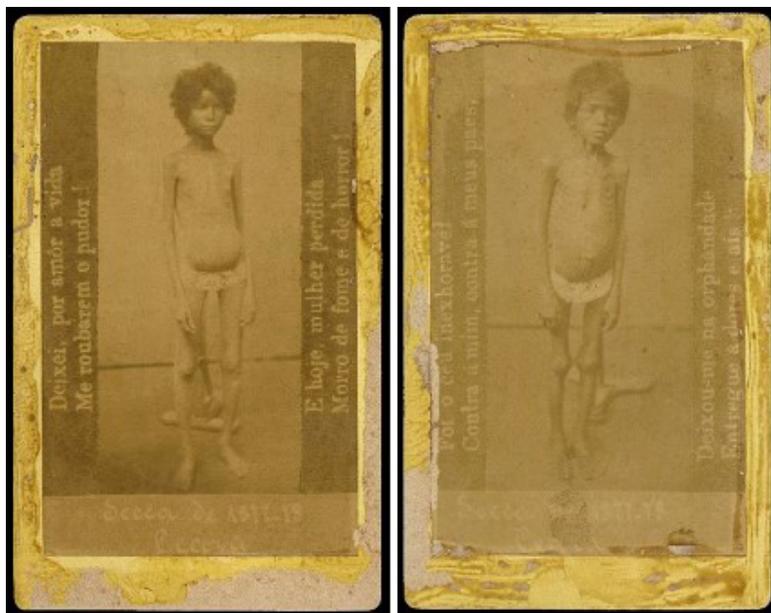
Não havendo mais ninguém no Ceará, o governo achou que era uma excellente ocasião de beneficiar os habitantes com uma estrada de ferro que se está construindo à toda pressa. É que o governo não ignora que essa província é muito fértil e que ali tudo cresce muito depressa. Mas se a raça fôr a mesma da que veio como amostra aquina côrte, desde já anguramos a essa província e a estrada de ferro uma prosperidade immensa! (*Revista Ilustrada*. Nº 118, 1878, p. 4, grifo nosso).

Não somente a *Revista Ilustrada* noticiou através das imagens a seca do norte. Ao discutir o tema, Rafael Bordallo tomou como referência fotografias de duas crianças em estado aparente de grave desnutrição e miséria para ilus-

trar a capa da edição do dia 20 de julho de 1878 da folha ilustrada *O Besouro*. A dupla Bordallo e Patrocínio recorrem às imagens de Joaquim Antonio Corrêa para dar visibilidade e visualidade às cenas da seca, no que Joaquim Marçal Ferreira de Andrade (2004), considera um ato pioneiro na utilização de fotojornalismo na imprensa carioca. Observemos não somente as semelhanças da “cópia fiel da desgraça da população cearense” nos dizeres de Bordallo Pinheiro, mas a forma como as imagens são feitas.

Figura 32 - O Besouro, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1878



Figura 33 - CORRÊA, J. A. Secca de 1877-78. Ceará, 1877-1878⁵

É importante ressaltar que essas fotografias foram confeccionadas no formato *carte-de-visite* de tamanho 9 x 6. que segundo Annateresa Fabris: com surgimento das *cartes-de-visite* (a partir dos anos 1850) a difusão desse tipo de fotografia incidiu de vários modos no imaginário social e na “[...] criação de arquétipos-estereótipos que confirmariam uma visão já existente e conformariam a visão das gerações futuras” (Fabris, 2008, p. 29). Diante deste aspecto, cabe ressaltar que as fotografias de Joaquim Antonio Corrêa, seguem um padrão de representação que vai de encontro as fotografias antropológicas e de cunho naturalista, usadas para tipificar e assinalar estereótipos as pessoas de uma determinada região considerada exótica ou carente de civilização no entendimento positivista e etnocentrista da palavra na temporalidade discutida.

5 Essas imagens fazem parte de um conjunto de 14 fotografias produzidas no ano 1878 pelo fotógrafo retratista Joaquim Antonio Corrêa. Nessas fotografias é possível observar que os sujeitos retratados são crianças, adultos e idosos retirantes em situação deplorável ocasionada pela seca que acometeu as províncias do norte brasileiro durante o triênio 1877-1879. É possível identificar o indicativo do local e do ano em que foram feitas nos escritos: “Secca 1877-78 Ceará”, além de versos nas laterais com estrofes de cunho mórbido e melancólico descrevendo a situação dos sujeitos retratados. Ver relação completa das imagens em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliانا/browse?value=Corr%3CAa%2C+J.+A.&type=author>.

Tipificar com imagens

Para Durval Muniz, estes textos e imagens da seca “[...] irão compor o arquivo imagético que gravita em torno deste termo” elas encarnam “[...] figurabilidade, uma dizibilidade e uma visibilidade, que serão decisivas para a construção do agregado sensível e significativo chamado seca” (Albuquerque Júnior, 2017, p. 233-4). Em termos de Georges Didi-Huberman (2017), a *figurabilidade* é tanto as formas como apresentamos e visibilizamos racionalmente a presença de algo ou de alguém numa dada forma de representação, como também as estruturas narrativas que inconscientemente utilizamos na articulação de imagens que produzem e reproduzem uma maneira de ver e representar.

No caso específico das fotografias de Joaquim Antonio Corrêa, é preciso frisar que a fotografia dita “documental” e que se convencionou caracterizar como “espelho do real” deve ser considerada também como representação, logo, não devemos enxergá-las como detentoras da verdade e totalidade sobre uma determinada cena ou que a sua alcunha de documental seja rígida no que ela foi primeiramente definida. Como afirma Boris Kossoy, “[...] uma única imagem reúne, em seu conteúdo, uma série de elementos icônicos que fornecem informações para diferentes áreas do conhecimento” (Kossoy, 2016, p. 49), onde a fotografia permite modos de analisar e interpretar de maneira multidisciplinar.

Ainda sobre figurabilidade, acredito que seja importante situar essas imagens em um dimensão abrangente de visualidades da época. Frente a esta abrangência, Aby Warburg e Georges Didi-Huberman nos ajudam a operar a percepção da forma dessas representações pelo uso do que o primeiro chama de *Atlas Mnemosyne* e o segundo de *montagem*. O *Atlas* de Aby Warburg (2015) tem seu material originalmente de imagens, é um meio de percepção dos valores expressivos e gestuais nas pré-formações das representações imagéticas de uma época. A metodologia tem características de inventário das expressões e gestos repetidos nas imagens (pós-vida). Já para Georges Didi-Huberman (2013), baseado em Aby Warburg, o conhecimento pela montagem nos permite pela disposição e a leitura das imagens verificar expansões, semelhanças, contradições, construções e descontinuidades das expressões e gestos nas imagens. No caso deste texto, buscaremos perceber semelhanças na forma

da representação dos corpos retirantes em relação às formas de tipificação e estereotipação de escravizados, indígenas e mestiços.

Em palavras de Annateresa Fabris, a funcionalidade de imagens como as *cartes-de-visite* de Alberto Henschel, Felipe Augusto Fidanza e as fotografias antropológicas da coleção de Louis Agassiz “[...] é aquela que emana das relações de dominação às quais são submetidas classes e raças ‘inferiores’” (Fabris, 2002, p. 35). Prestemos atenção em como as imagens de Joaquim Antonio Corrêa seguem o padrão das demais, não somente na forma, mas pela figurabilidade que salta dos textos, que claramente buscam nos estereótipos uma forma de tipificar os retirantes.

Os modos de ver e o imaginário, presentes nas fotografias e ilustrações, funcionam juntos na tipificação se olharmos pela unidade do *posteriori*, conceituada por Jorge Coli (2012). Para o autor, as obras podem ter uma autonomia em relação ao artista ou ao autor. As obras, concebidas como pensamento, tornam-se independentes ao estar fora de quem a concebeu, criando assim seu próprio conjunto e processos de raciocínios. Coli, afirma que as obras podem ser analisadas pelas unidades genéticas (pelo ato de criação e de quem a criou) e pela *posteriori* (o que vai sendo extraído da obra pelas contaminações que ela vai obtendo). Dessa forma, as obras não se reduzem a uma materialidade original, podendo absorver outras representações. O que existe é uma contaminação sucessiva.

No que toca a esse aspecto, a escrita de José do Patrocínio sobre a seca foi bastante influenciada pelas literaturas da seca, como afirma Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Sobre essas literaturas o autor afirma que o conjunto de imagens criadas e reforçadas são permeadas por teorias raciais, enunciados relativos ao social-darwinismo e o evolucionismo, assim como o naturalismo. Essas teorias e enunciados “[...] se farão presentes, estabelecendo hierarquias entre o que seriam as raças, entre brancos, negros e mestiços, hierarquias que também vinham ser destruídas pelas secas” (Albuquerque Júnior, 2017, p. 241).

Diante disso, temos que levar em consideração todo o ambiente que a difusão dessas obras se inseriu. É preciso atentar ao fato que os modos de ver e representar, no que toca a fotografia, estavam imbuídos em uma epistemologia cientificista e naturalista. Na fotografia documental, a influência do naturalismo está no apelo ao realismo e na ênfase em aspectos que atraem

e comovem, isolando-as de suas conjunturas complexas, como salienta Fayga Ostrower(2004). No caso: o estado de fome e miséria dos retirantes para afirmar os aspectos que perturbam, estancam e destroem o progresso civilizatório. Sobre esse progresso, no que se refere à sociedade e à cultura oitocentistas, a promessa de desenvolvimento e progresso só era trazida pela complexidade em que se encontrava uma civilização, segundo Newton Cunha (2017). O estado da população retirante, se pensarmos nessa ótica, era um quadro de recuo civilizatório que foi notícias, ilustrado e fotografado dentro dessa *figurabilidade*. É preciso considerar também que, na segunda metade do século XIX, artistas, cientistas e intelectuais tiveram o papel de desenhar e delinear a nação por meio de suas obras artísticas ou acadêmicas frequentemente sob uma visão naturalista, cientificista e racista cujo visão negativa da mistura de raças permeava alguns autores e influenciava diretamente no resultado de sua produção como aponta Lilia Schwarcz (2017).

Considerações finais

As notícias e imagens discutidas podem, *a priori*, produzir uma sensibilização ou até uma espécie de camaradagem com os “compatriotas do norte”, contudo, pensando com Benedict Anderson (2008), a formação do imaginário de uma nação/comunidade também é permeada pelo racismo e estereótipos.

No que toca às representações imagéticas, em específico a fotografia, é notório o seu uso como um instrumento, que por mais que não seja convenionada como arte naquele momento, foi um artifício de “desnudamento” de realidades por essa figurabilidade naturalista e cientificista que contamina e transita entre as imagens.

É preciso ressaltar que a chegada dos retirantes nos centros ditos “civilizados” (no entendimento da época) era algo que avançou sobre os poderes constituídos das elites rurais e o imaginário urbano da capital da província cearense. Os ideais civilizatórios e as estratégias de organização e disciplinação da elite fortalezense foram agredidas pela presença dessa população. Presença essa que também chegava à corte por meio das representações, apesar dos filtros e ruídos nessa comunicação.

Para afirmar-se civilizado é preciso apontar os não civilizados, como afirma Manoel Luiz Salgado Guimarães (1998). A imagem aliada se torna um

dispositivo, no entendimento de Foucault (2017), de subalternização. Por isso a tipificação e estereotipação como idiotas, ressequidos e preguiçosos. Afirmar-se civilizado, por isso positivo, pela negatificação do outro na sua incivilização.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As imagens retirantes: a constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e início do século XX. **VáriaHistória**. Belo Horizonte, vol. 33, n. 61, p. 225-251, jan.-abr. de 2017.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Falas de astúcia e de angústia**: A seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922). Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP, Campinas, 1988.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira. **História da fotorreportagem no Brasil** – a fotografiana imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

BACZKO, B. Imagem social. *In*: Enciclopédia Einaudi. **Antropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, p. 296-332, 1985.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Famintos do Ceará**: imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX. 2004. 309 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CUNHA, Newton. Os fundamentos filosóficos e científicos do naturalismo. *In*: GUINSBURG, J.; FARIA, João R. (Org.). **O Naturalismo**. 1.ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

COLI, Jorge. A obra ausente. *In*: SAMAIN, Etienne. **Como pensam as imagens**. p. 41-50. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante da Imagem**. São Paulo: Editora 34, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**: História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto / Museu de Arte do Rio de Janeiro, 2013.

FABRIS, Annateresa. Atestados de presença: a fotografia como instrumento científico. **Revista Locus**, p. 29-40, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017. v. 1.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1998.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 4. ed. São Paulo: AteliêEditorial, 2016.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Rastro e raças de Louis Agassiz**: fotografia, corpo ciência, ontem e hoje. São Paulo: Capacete, 2010.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2000.

OSTROWER, Fayga. **Universos da arte**. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, n. 29, 1995.

SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 - 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WARBURG, Aby. **Histórias de Fantasmas para Gente Grande**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

1958: a seca multidisciplinar

José Tanísio Vieira Bezerra¹

Introdução

Desde o “Discurso do Método” (1637), fazer ciência passou a ser a “análise” de uma parte – de um corpo ou de um fenômeno natural – em detrimento do todo. A partir de então, “científico” passou a ser apenas o que poderia ser reproduzidos artificialmente em laboratório e matematicamente representado.

De modo geral, é possível afirmar que essa abordagem “científica” do conhecimento só começou a ser questionada, a partir da década de 1960, tendo como principais expoentes representantes das ciências humanas ou vertentes de campos teóricos das ciências naturais² que, em linhas gerais, chegaram à conclusão de que a ciência moderna foi um “saber-poder” muito utilizado pelas potências ocidentais para converter os seus conhecimentos particulares em “paradigmas”³ que deveriam ser replicados ou mimetizados de forma inquestionável em todo o mundo. Somente após a institucionalização de tais estudos⁴, os

-
- 1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), vinculado à Universidade Estadual do Ceará (UECE); Bolsista no Programa Demanda Social (DS), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação (MEC); Membro do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Natureza (HCN), vinculado ao Departamento de História da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).
 - 2 Destacamos os trabalhos dos filósofos Michel Foucault, Jüger Habermas e Thomaz Kuhn; do sociólogo David Bloor e do antropólogo Bruno Latour.
 - 3 O paradigma, segundo Thomas Kuhn, caracteriza a *Ciência Normal*. Esta, por sua vez, se caracteriza por ser “internacional, universalista e igualitária”. Contra isso, Thomas Kuhn propôs que o conhecimento científico passasse a ser visto como algo que não crescia de modo cumulativo e contínuo, mas descontínuo e operando por saltos qualitativos, que, por sua vez, não se podia justificar unicamente em função de critérios internos de validação do próprio conhecimento científico (Kuhn, 2013).
 - 4 As pesquisas do grupo de Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT) criado, na década de 1960, na Universidade de Edimburgo, Escócia, dentro do Programa Forte de Sociologia do Conhecimento, são bons exemplos do processo de institucionalização de pesquisas multidisciplinares. Na ocasião, cientistas sociais de diferentes campos de atuação passaram a auscultar, fotografar e documentar as mais profundas estranhas de nossas técnicas com o mesmo entusiasmo e legitimidade que seus antecessores fizeram junto a “tribos inimagináveis, penetravam florestas profundas e repertoriaram os costumes mais exóticos” (Latour, 1997). A partir da década de 1970, parte da agenda dos

impactos dos fenômenos naturais na vida das comunidades humanas passaram a ser estudados de forma mais transdisciplinar: -abordagem de forma mais específica, a qual é contemplada no presente artigo que há como objeto de análise as consequências da seca de 1958 na região Nordeste, sobretudo, no Ceará.

Pretendo apresentar, no presente artigo, uma narrativa que inter-cruza ações e discursos proferidos a partir do campo da meteorologia, um “saber-poder” que, no final da década de 1950, ainda estava no processo de institucionalização.⁵

Para tanto, partirei de dados produzidos pelo cearense Thomaz Pompeu de Souza Brasil que - ainda na segunda metade do século XIX - já indicava que as ciências meteorológicas deveriam ser levadas em consideração como ferramentas de combate às secas no Ceará.

Logo, passarei pelas primeiras experiências de nucleação artificial de nuvens no Ceará; e encerrarei com a análise das “*Diretrizes de Execução*” contidas no “*Projeto para Organização de um Dispositivo Operacional de Nucleação Artificial da Atmosfera no Ceará*” – coordenado pelo professor João Ramos Pereira da Costa, à época diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará.⁶

ESCT se deslocou para interpretar a construção do argumento verdadeiro a partir da compreensão de que as controvérsias científicas tinham muito mais a ver com o resultado de negociações, acordos, interpretações e concessões sobre procedimentos e objetivos da pesquisa, do que com a representação de um fato natural. As controvérsias passaram a ser vistas como um tipo de ação intrínseca à ciência, principalmente quando o centro da disputa argumentativa envolvia conhecimentos ainda não assegurados (Bloor, 2010; Latour, 2011).

- 5 Segundo o geógrafo e climatologista americano Roger G. Barry, os primeiros registros de pluviosidade só começaram a ser feito no final do século XVII na Inglaterra. Um esquema de classificação das nuvens foi criado por Luke Howard em 1803, mas só foi posto efetivamente em prática na década de 1920. Já o estabelecimento de redes de estações de observação, por meio do telégrafo, só foi efetivado na Europa e na América do Norte, entre as décadas de 1850-1860 (Barry, 2013).

No caso o Brasil, Christina Helena Barbosa (2012) informa que o engenheiro industrial, geógrafo e engenheiro civil francês Henri Charles Morize (1860-1930) é considerado “um dos patronos da meteorologia brasileira”. Foi o primeiro presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC) de 1916 a 1926 e primeiro diretor do Observatório Nacional (ON) entre 1908 e 1929.

- 6 Universidade do Ceará foi criada pela Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, a partir da fusão das Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia e Medicina, com a Escola de Agronomia do Ceará. A nomenclatura atual, Universidade Federal do Ceará (UFC), só foi estabelecida em 20 de agosto de 1965, por meio da promulgação da Lei 4. 759.

As primeiras experiências usadas na meteorologia como ferramenta de combate às secas no Ceará

Apesar do uso de dados meteorológicos contidos nas dezenas de tabelas apresentadas por Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1997) no livro “Ensaio estatísticos da província do Ceará” indicasse que os estudos meteorológicos já estavam em bastante avanço; no Ceará, tais estudos não venceram as batalhas político-técnicas contra a solução hidráulica⁷, executada em todo o Nordeste, por meio de uma série de instituições criadas e financiadas pelos governos Federal⁸.

Nos anos 1940, mesmo no campo de ciências mais tradicionais como a Economia, já havia especialistas que chamavam a atenção para o fato de que os dados pluviométricos deveriam ser levados em consideração durante a elaboração de políticas públicas para o combate às mazelas das secas. Neste caso, quando Celso Furtado apresentou, no Auditório do ISEB, em 13 de junho de 1959, suas abordagens inovadoras da realidade social nordestina.⁹

Destacam-se nesse estágio duas perspectivas: a escassez relativa de terras aráveis, da extrema concentração da renda na economia açucareira e de outros problemas circunstanciais decorrentes da política de industrialização posta em prática ao longo da primeira metade do século XX e as análises econômicas, segundo Furtado, que deveriam levar em consideração as condições inadequadas de precipitação pluviométrica registradas desde as primeiras décadas do século XIX.¹⁰

7 A “solução hidráulica” era o conjunto de propostas que atrelavam a solução da seca à construção de açudes, poços, canais e/ou projetos de irrigação.

8 As principais instituições federais criadas para combater as consequências das secas, por meio de obras públicas, foram o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado em 1909 como Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS); A Companhia do Vale do São Francisco (CODEVASF), criada em 1951 e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959.

9 Em 13 de junho de 1959, por ocasião do curso “Introdução aos problemas do Brasil”, Celso Furtado apresentou para os oficiais das Forças Armadas Brasileiras a exposição “Operação Nordeste” (Furtado, 2009, p. 29-71).

10 Tais reflexões estavam na base do relatório intitulado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, elaborado por uma equipe de economistas ligados ao Banco de Desenvolvimento Econômico, coordenada pelo próprio Furtado, que viria a ser a base para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. “Uma política para o desenvolvimento econômico para o Nordeste”. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

No caso do Ceará, mesmo com os estudos de Pompeu, as ações dos poderes públicos continuaram flagrantemente paliativas e estruturadas de parâmetros contidos na “solução hidráulica”, até o início da década de 1950. Somente em 1951, os “fazedores de chuva”¹¹ retomaram as discussões de como poderiam converter em prática as teorias de nucleação artificial de nuvens.

Diante disso, mesmo que não fosse parte de um grupo organizado com um programa de atuação pré-concebido, nem sendo ligados a nenhum órgão público oficial os “fazedores de chuva” promoveram a primeira experiência de nucleação artificial de nuvens, que começou a ser estruturada no início do governo de Raul Barbosa¹². Por isso, o cônsul do Panamá, Dr. Francisco de Castro, trouxe a Fortaleza o engenheiro Janot Pacheco, professor da Universidade do Rio de Janeiro, para apresentar soluções convencionais sobre o problema da seca.

Para participar do encontro, Plácido Aderaldo Castelo - secretário da Agricultura e Obras Públicas do estado do Ceará - convocou uma equipe dos melhores técnicos cearenses: Mauro Botelho e Halley Barroso, diretor e vice-diretor do Laboratório de Biologia do Estado; João Ramos Pereira da Costa, médico e biólogo; o agrônomo Abnor Gondim; os engenheiros Egberto Mendes Ferreira e Thomas Pompeu Sobrinho.

Segundo a matéria publicada por José Anthelmo F. de Castello no jornal Diário do Nordeste, em 13 de abril de 2013, logo após o engenheiro Janot Pacheco proferir palestra sobre a construção de poços e barragens

o Dr. Abnor Gondim, recém-chegado dos Estados Unidos pediu a palavra e resolveu discor-

11 Desde a segunda metade do século XIX, especialistas de diversas áreas da ciência empenham-se para legitimar os estudos meteorológicos como um campo do saber útil às pretensões modernizadoras locais e nacionais. No final do século XIX encabeçaram essa lista nomes como o geógrafo cearense Thomaz Pompeu de Souza Brasil, o geólogo Guilherme de Capanema e o matemático Giacomo Raja Gabaglia. No século XX, esses trabalhos ficaram a cargo dos “fazedores de chuva”, um grupo de cientistas que se dedicou em pôr em prática, no Ceará, as técnicas da nucleação de nuvens que produziam chuvas artificiais. Destacaram-se nessas empreitadas os biólogos Mauro Botelho e Halley Barroso; o médico João Ramos Pereira da Costa; o agrônomo Abnor Gondim; os engenheiros Egberto Mendes Ferreira e Janot Pacheco, além de Nelson Pinheiro e Waldir Padilha, ambos 1º Tenentes Aviadores da FAB. *EVANGELISTA, J. Fazedores de chuva*. Colunas: Aqui tem ciência, 17/08/2014. Disponível em <https://www20.opovo.com.br>. Acesso em: 05 jan. 2018.

12 Raul Barbosa foi governador do Ceará de 31 de janeiro de 1951 a 1º de junho de 1954.

rer sobre o tema “chuva artificial”. O assunto ecoou como uma bomba e após o término da reunião, o Dr. Mauro empolgado com a notícia providenciou a aquisição de CO e fez a primeira chuva artificial, para isso contou com o apoio do então prefeito de Fortaleza, Dr. Paulo Cabral de Araújo, que forneceu as garrafas de CO, matéria prima do gelo seco.¹³

Depois disso, a experiência sugerida pelo Dr. Abnor Gondim foi realizada em Fortaleza pouco tempo depois da reunião, no dia 07 de maio de 1951.

A institucionalização da meteorologia no Ceará

Em 1958, o Nordeste enfrentou mais uma seca de graves proporções. Várias instituições públicas foram instaladas para elaborar planos e executar ações que minimizassem as situações dramáticas que rapidamente passaram a compor a paisagem da maioria das cidades nordestinas.

Dados publicados pelos técnicos do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)¹⁴, em dezembro de 1958, dão uma forte impressão da dimensão demográfica da tragédia.¹⁵ Pode-se destacar que tal fator climático foi também, a princípio, a justificava teórica para legitimar a Universidade do Ceará (UC) como uma das instituições produtoras de ideias e de ações inovadoras no combate às consequências mais dramáticas.

O melhor exemplo desta legitimação, foi a participação do reitor Antônio Martins Filho na reunião entre os governadores e parlamentares do Nordeste com o presidente Juscelino Kubitschek, na ocasião da instalação da Operação

13 Castello, J., A., F. de. *Chuva artificial*. Disponível em: diariodonordeste.verdesmares.com.br/edito-rias/opiniaio/chuva-artificial, 13 de abril de 2013. Acesso em: 20 out. 2018.

14 O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) foi instituído por determinação da mesma lei que criou o BNB, a saber: Lei no 1.649, de 19 de julho de 1952. Já a missão de elaborar estudos macroeconômicos e setoriais sobre a economia nordestina, foi regulamentada pelo Decreto Federal no 33.644, de 24 de agosto de 1953 (BNB, 2002, p. 109).

15 De acordo com os dados disponibilizados pela equipe do ETENE (baseados no Censo Demográfico do IBGE), em 1958, população que vivia no Polígono das secas girava em torno de 10,5 milhões de habitantes, de um total de 16,4 milhões para todo o Nordeste. Cerca de 15% desta população foi afetada pela seca (BNB/ETENE, 1958, p. 4).

Nordestes. ¹⁶Contudo, somente no início do ano de 1959, que a UC entrou pra valer fez parte do circuito das instituições que apoiavam a meteorologia experimental como alternativa definitiva para solucionar os problemas decorrentes das secas.

Na sessão do Conselho Universitário do dia 17 de fevereiro de 1959, o professor João Ramos Pereira da Costa, apresentou ao reitor e aos conselheiros as ações realizadas pelo Bureau de Estudos das Secas - criadas em 02 de janeiro de 1959 no campo universitário. O Bureau era formado “*por um grupo de pessoas de bôa vontade*” ¹⁷ e tinha como proposta central estudar as causas da diminuição das chuvas que caracterizavam as secas. Para tanto, constava no escopo mais geral seus objetivos, cujas observações se pautavam sobre a atmosfera e a climatologia da região.

Dentro do plano traçado, já haviam sido realizadas, segundo relato do professor Ramos,

36 operações de nucleação de nuvens para precipitação de chuvas, das quais apenas cinco não lograram resultados imediatos, enquanto as outras obtiveram efeitos verdadeiramente extraordinários.¹⁸

Tomado Com base nesses dados, o diretor assegurou que era lícito afirmar que os membros do Bureau e os conselheiros do Consuni estavam diante de um conjunto de informações técnicas capazes de “*modificar de modo profundo a climatologia da região*”. ¹⁹ Mas Para justificar o financiamento vindo da universidade, afirma que o combate às mazelas da seca, via modificação das próprias características climáticas da região Nordeste, era uma “*tarefa universitária*”.²⁰

16 A “Operação Nordeste” foi o título dado à conferência ministrada por Celso Furtado, em 13 de junho de 1959, no Auditório do Iseb, no Rio de Janeiro, por ocasião do Curso “Introdução aos problemas brasileiros”. Na ocasião Furtado expôs as bases do relatório “Uma política para o Desenvolvimento do Nordeste” que fundamentou a Lei 3.362, de 15 de dezembro de 1959, que criou a Sudene.

17 Boletim da Universidade do Ceará. 16. V. 4, nº 1, p. 1/132, jan.-fev. 1959, p. 21. Disponível no Memorial da Universidade Federal do Ceará (UFC)

18 *Idem, ibidem.*

19 *Ibidem.*

20 *Ibidem, ibidem.*

Apesar da criação do Bureau de Estudos das Secas, a formalização das experiências de nucleação das nuvens no interior da Universidade do Ceará, realizada em agosto de 1959, foi apresentada na 41ª Sessão do Conselho Universitário. O processo nº 4.767 tinha como objeto criar o Serviço de Meteorologia Experimental da Universidade do Ceará.

Logo na “*Exposição de motivos*”, o reitor Martins Filho cita três exemplos bem sucedidos de provocação de chuvas artificiais realizadas além das fronteiras do Ceará²¹, para Filho reforçava a necessidade de a Universidade “*institucionalizar esse trabalho e evitar, assim, que se desloque para outros centros a experiencia e o know-how formados entre nós em meio a tantos sacrifícios*”.²²

Em seguida, em 30 dezembro de 1959, foi aprovada a Resolução nº 64, que criou o Serviço de Meteorologia Experimental da Universidade do Ceará (SEMEX), o qual recebeu a denominação de Instituto de Meteorologia da Universidade do Ceará.

Entre os principais artigos da Resolução, destacamos:

Art. 1º — É criado o Serviço de Meteorologia Experimental da Universidade do Ceará (SEMEX), diretamente subordinado à Reitoria.

Art. 2º — O Serviço de Meteorologia Experimental terá como objetivos: a) desenvolver o estudo da Física das nuvens, com especial aplicação às condições regionais; b) estudar as técnicas de modificação e controle dos hidrometeoros; c) analisar os resultados da aplicação dessas técnicas, considerando sobretudo as suas indicações econômicas; d) promover intercâmbio com as organizações congêneres, nacionais e estrangeiras, visando a enriquecer constantemente o seu programa de trabalhos; e) movimentar as potencialidades técnicas da Universidade para mais rapidamente atingir os seus objetivos.

21 Martins Filho se refere às “incursões experimentais” ocorridas nos estados do Rio Grande do Norte e em Minas Gerais. Neste caso, “a convite da Companhia de Eletricidade de Minas Gerais (Cemig) que, através da Presidência da República, recorreu ao Bureau para minorar a situação aflitiva ali criada”. Processo nº 4.767, de 21 de agosto de 1959. *Exposição de Motivos*, nº 4. Disponível na Divisão de Arquivos. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Universidade Federal do Ceará.

22 *Idem*.

Art. 3º — O SEMEX será administrado por um Diretor, designado pelo Reitor dentre os técnicos e Professores da Universidade, e por Conselho Consultivo cuja constituição será prevista no seu Regimento.

Art. 4º — Dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação da presente Resolução, o Diretor do SEMEX apresentará à Reitoria o projeto de Regimento do Serviço, o qual será submetido à consideração do Conselho Universitário.

Art. 5º — Os recursos do SEMEX serão constituídos pelas dotações próprias consignadas no orçamento da Universidade e pelos auxílios e doações concedidos por organizações públicas ou privadas que tenham interesse no desenvolvimento do seu programa de ação.

Em 22 de fevereiro de 1960, durante a 47ª Sessão Ordinária do Conselho Universitário²³, Newton Gonçalves - médico, professor e diretor-representante da Faculdade de Medicina - cobrou do professor João Ramos Pereira da Costa melhores resultados em relação às técnicas de nucleação da atmosfera. Em resposta, Ramos informou que os técnicos do Instituto de Meteorologia em colaboração com técnicos do Instituto de Pesquisas Econômicas - ambos da Universidade do Ceará; Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura; Conselho Nacional de Pesquisas; D.N.O.C.S; S.U.D.E.N.E e Ministério da Aeronáutica elaboraram o “*Projeto para Organização de um Dispositivo Operacional de Nucleação Artificial da Atmosfera no Ceará*”²⁴ para ser executado ao longo do ano de 1960.

Em 25 de setembro de 1961, o diretor encaminha para o gabinete do reitor da Universidade do Ceará, o ofício nº 47/61, o qual continha o anexo do “*Projeto para Organização de um Dispositivo Operacional de Nucleação Artificial da Atmosfera no Ceará*”. No primeiro parágrafo da seção “*Justificativa*”,

23 Ata da 47ª Sessão Ordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 22 de fevereiro de 1960. Disponível na Secretaria do Conselho Universitário da Universidade Federal do Ceará.

24 *Projeto para Organização de um Dispositivo Operacional de Nucleação Artificial da Atmosfera no Ceará*. Mimeo. Disponível na Divisão de Arquivos. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Universidade Federal do Ceará.

o texto enfatiza que seu objetivo principal era prover os poderes públicos da região Nordeste e do Ceará, em particular, com ações que pudessem auxiliá-los no enfrentamento e superação dos dois principais fatores do subdesenvolvimento da região: “*a falta de regularidade e a eventual escassez das precipitações pluviiais*”.²⁵

Destaca-se ainda na mesma seção, os proponentes que reforçam duas linhas de pensamentos e ações muito debatidas à época, a saber: a primeira sobre o impulsionamento de uma economia sustentável o Nordeste deveria priorizar uma agricultura de base, voltada primordialmente para a produção de gêneros alimentícios; a segunda sobre a promoção de grandes projetos de industrialização- o Estado deveria ser o principal motor propulsor.²⁶

Consequentemente, às suas argumentações citam, na página 7, a iniciativa de usar “*a criação artificial de chuvas*” como ferramenta de combate às secas, que já havia sido “*sugerida*” “*pelo antigo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste*” - antecessor da SUDENE. Em seu relatório publicado em 1959, o Departamento de Imprensa Nacional, sob o título *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, cita na seção 5- que o “*Aproveitamento de conquistas tecnológicas recentes*” - do Capítulo IV o “*Plano de ação: Reformulação da política de aproveitamento de solos e águas na região semi-árida*”.²⁷

Porém, as grandes novidades apresentadas pelos proponentes do “*Projeto para Organização de um Dispositivo Operacional de Nucleação Artificial da Atmosfera no Ceará*”, estavam presentes “*Diretrizes de Execução*” - seção 6: as normas para a execução das operações de nucleação de nuvens no Ceará e o mapa [Imagem 1] descrevem as futuras rotas destas operações:

A) Durante o primeiro semestre de cada ano serão realizadas missões de nucleação atmosférica sobre toda a área do Ceará, empregando-se solução saturada de cloreto de sódio lançada à atmosfera por meio de aeronave adequada, pre-

25 “*Projeto para Organização de um Dispositivo Operacional de Nucleação Artificial da Atmosfera no Ceará*”. Mimeo, p. 05.

26 “*Projeto para Organização de um Dispositivo Operacional de Nucleação Artificial da Atmosfera no Ceará*”. Mimeo, p. 06.

27 **Uma política para de Desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, mimeo, 1959, p. 91.

ferencialmente C-47.

B) O número e o ritmo das missões serão ditados pela necessidade e oportunidade da obtenção de chuva.

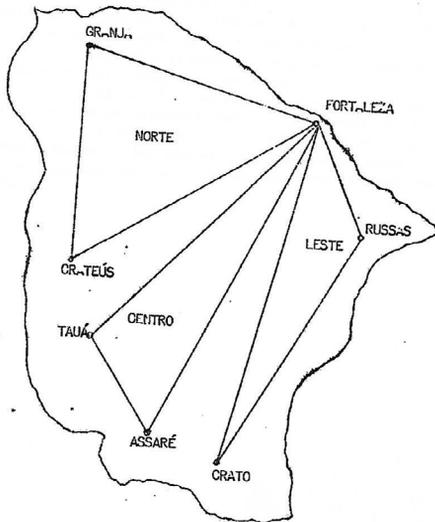
C) Ficam estabelecidos três circuitos fundamentais, assim definidos:

LESTE: Fortaleza – Russas – Crato – Fortaleza

CENTRO: Fortaleza – Assaré – Tauá – Fortaleza

NORTE: Fortaleza – Granja-Crateús-Fortaleza

Figura 34 - Mapa com o circuito operacional das missões de nucleação da atmosfera no estado do Ceará



Fonte: “Projeto para Organização de um Dispositivo Operacional de Nucleação Artificial da Atmosfera no Ceará”, p. 13. Disponível na Divisão de Arquivos. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Universidade Federal do Ceará.

Como observado nos mapas, somente no final de 1961, o Instituto de Meteorologia saiu de sua informalidade orçamentária – já que tinha suas ações custeados como se fossem ações da Reitoria da Universidade – e passou a constar pela primeira vez nos planos orçamentários da Universidade do Ceará, por meio da rubrica “*Pesquisas climato-meteorológicas sobre o Ceará, incluindo procedimento dos trabalhos de nucleação da atmosfera para a precipitação*”

*de chuvas artificiais, juntamente com a Escola de Agronomia (ECA) e o Instituto de Tecnologia Rural (ITR)”*²⁸

Portanto, em 1962, o professor João Ramos encaminhou o mesmo “*Projeto para Organização de um Dispositivo Operacional de Nucleação Artificial da Atmosfera no Ceará*” para o gabinete do Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP) - à época sob o comando do cearense Virgílio Távora -²⁹ o que faz crer que a previsão orçamentária de Cr\$ 25.900,00, presente no Plano Para Seis Anos da Universidade do Ceará,³⁰ ainda não estava em plena execução.

Referências

BARBOZA, C. H. **As viagens do tempo: uma história da meteorologia em meados do século XIX.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2012.

BARBOZA, C. H. **História da meteorologia no Brasil.** Disponível em: www.researchgate.net. Acesso em: 10 jan. 2018.

BARRY, R. G. **Atmosfera, tempo e clima.** 9º Ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

BLOOR, D. **Conhecimento e imaginário social.** São Paulo: Unesp, 2010.

BNB/ETENE. **A seca de 1958: consequências da seca e sugestões para minimizar seus efeitos.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), dezembro de 1958.

BOURDIEU, P. **Usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paul: UNESP, 2004.

BRASIL, T. P. de S. **Ensaio estatísticos da Província do Ceará – Tomo I.** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. Biblioteca Básica Cearense. Ed. Fac. Similar. 1997.

28 *Planejamento Para Seis Anos.* Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, p. 97.

29 Este e outros documentos referentes ao tema podem ser consultados no Arquivo Público do Estado do Ceará. Série: Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP); Sub-Série: Documentos Diversos: Data: 1961 e 1962; Local: CE, PI e MA. Caixa: 05.

30 De acordo com o item 6.14.2 – *Custeio das novas iniciativas*, contido no *Planejamento Para Seis Anos*, o orçamento a ser executado pelo IME, entre os anos de 1961 e 1966, seria: 1961 “zero”; 1962: Cr\$ 2.000.000,00; 1963: Cr\$ 3.900,00; 1964: Cr\$ 5.000.000,00; 1965: Cr\$ 7.000.000,00; 1966: Cr\$ 8.000.000,00; TOTAL para o período Cr\$ 25.900,00. *Planejamento Para Seis Anos.* Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, p. 101.

CAPANEMA, G. S de. **A seca no Ceará**: escritos de Guilherme Capanema e Raja Garbaglia. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006.

CAPRA, F. **A Teia da vida**: uma compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CAPRA, F.; LUISI, P. L. **A Visão sistêmica da vida**: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. São Paulo: Cultrix, 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FILHO, A. M. **UFC & BNB**: educação para o desenvolvimento. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1990.

FURTADO, C. **O Nordeste e a saga da Sudene**: 1958-1964. Rio de Janeiro: Contratempo, 2009.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

KUHN, T. S. **A Estrutura das revoluções científicas**. 12ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LATOUR, B. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. 2ª Edição, São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 2013.

NEVES, F. de C. **Curral dos bárbaros**: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 15. Nº 29, p. 93-112, 1995.

NEVES, F. de C. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. **A Era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PARENTE, J. O Ceará dos coronéis. In: SOUSA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

RIOS, K. A Ciência e a água: uma leitura a partir do registro de cientistas e viajantes sobre a água no Ceará. Florianópolis: **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Junho de 2015. Disponível em <http://www.snh2015.anpuh.org>. Acesso em: 14 maio 2018.

VALENTE JÚNIOR, A. S.; ALVES, M. O.; SANTOS, C. R. C. dos; **Banco do Nordeste do Brasil**: 70 anos de contribuição pra o desenvolvimento regional. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

A influência dos trabalhadores rurais na formação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Sergipe

Ronaldo de Jesus Nunes¹

Introdução

A presente pesquisa está inserida no contexto da ditadura civil-militar², regime este que perdurou durante 21 anos (1964-1985). Foi na noite do dia 31 de março para a madrugada de 1º de abril que ocorreu a instauração da ditadura. Segundo Carlos Fico (2014), o golpe militar contou com o apoio de parcela da Igreja Católica, Imprensa e amplos setores da classe média urbana. O tema em discussão é a influência dos trabalhadores rurais na formação do Partido dos Trabalhadores (PT), em Sergipe. Desse modo, o principal objetivo é compreender a influência e participação dos trabalhadores na formação do PT no estado.

O PT nacional foi fundado oficialmente em 10 de fevereiro de 1980, com objetivo de atender as demandas dos trabalhadores. Em Sergipe, sua fundação ocorreu em 27 de julho de 1980, diferentemente do nacional apresentou características distintas em relação a sua matriz. Desta forma, para compreender a evolução do partido é preciso fazer uma análise da participação e papel dos trabalhadores rurais, que se caracterizou de forma crucial em sua constituição (Bezerra, 2019; Reis, 2007).

Durante o processo de formação do PT/SE, alguns movimentos desempenharam forte contribuição, como o sindicalismo e parcela da Igreja Católica, particularmente a igreja de Propriá. A diocese de Propriá, liderada pelo bispo Dom José Brandão de Castro, participou ativamente da criação dos primeiros

1 Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História (PROHIS/UFS). Integrante do grupo de pesquisa Poder, Cultura e Relações Sociais na História (CNPq - UFS). Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9986811207096079>. E-mail: ronaldonunes000@gmail.com.

2 O estudo utiliza o termo ditadura civil-militar, por entender que houve a participação da sociedade no golpe de 1964. Nessa perspectiva, dialogando com estudiosos que usam esse conceito como René Armand Dreifuss, Denise Rollemberg e Daniel Aarão Reis.

sindicatos rurais e, posteriormente, abriu caminhos para diálogos entre os trabalhadores rurais e o partido.

Nesse sentido, a origem do PT está intrinsecamente entrelaçada com as lutas dos trabalhadores rurais. Sob esse olhar, analisou-se a participação, a aderência e o papel desenvolvido por esses trabalhadores rurais na formação inicial do PT. Sendo assim, emerge uma melhor compreensão da importância dos atores sergipanos na configuração e formação do partido.

Breve história do Partido dos Trabalhadores

Na década de 1970 o sindicalismo passou por um processo intenso de transformação no país. Esse período ficou caracterizado pela crise do sindicalismo e ascensão do mesmo, enquanto um movimento social e político importante no Brasil (Alves, 2000, p. 111). Essa luta reivindicava melhores condições de trabalho, direitos trabalhistas e especialmente, a participação do trabalhador nas decisões políticas e econômicas. No caso específico do Brasil, a década de 70 foi marcada pelo engajamento e organização do movimento sindical em todo país. O contexto aqui discutido foi aquele denominado de “milagre econômico”, período que o país passava pelo crescimento econômico, porém junto a ele existia as condições precárias de trabalho, a ausência de direitos trabalhistas e a precariedade dos salários aos trabalhadores. Desse modo, na década de 1970 evidenciava-se o crescimento do novo sindicalismo.

O crescimento do “novo sindicalismo” significava aos que propunham a criação de partidos representativos das massas populares que os trabalhadores não mais podiam ser referidos por eles no abstrato, como componentes das bases desse tipo de partido, mas, ao contrário, tinham de entrar em negociações diretas com eles (Keck, 2010, p. 93).

O objetivo principal do movimento sindical era defender os interesses dos trabalhadores. Nesse cenário, os anos finais da década de 1970 foram palco de transformações que desempenharam ações cruciais no desenvolvimento de partidos políticos com raízes populares. As greves de 1978 e 1979 envolvendo

os metalúrgicos do ABC paulista de São Bernardo e Diadema, representaram um traço de referência política àqueles movimentos, sobretudo o da classe trabalhadora existente no país (Reis, 2007, p. 1).

Em 1978, evidencia-se a participação ativa da classe operária (essa classe atingia operários de indústrias e funcionários públicos) (Alves, 2000, p. 112). De acordo com Antunes (1995), ambas classes pertenciam ao mundo do trabalho, ou tinham em comum a questão de viver do trabalho. O cenário político e social de 1978 foi centrado na experiência e luta contra o governo e os detentores do poder, os patrões. Esse processo social de luta a favor dos direitos trabalhistas deflagrado em maio de 1978 nas ruas do ABC paulista, resultou na criação de uma nova esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT) (Alves, 2000, p. 112).

A proposta de criação do PT surgiu em 1978, em declaração feita à imprensa por Luís Inácio Lula da Silva, “chegara a hora de a classe trabalhadora criar o seu próprio partido político”. Ressaltando a ideia de que a questão sindical era também uma questão política e não tinha como dissociá-las (Maldos, 2020, p. 33). Como expressado em sua Carta de Princípios, de 1 de maio de 1979:

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes, etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo.

Carta de Princípios (1º de maio de 1979)³.

3 Carta de Princípios. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-manifestodelancamento_0.pdf. Acesso em: 03 jan. 2024.

Para o PT, a construção do partido ocorre ao mesmo tempo das lutas dos trabalhadores. Apesar disso, seu programa passaria por grandes transformações em função da heterogeneidade que o partido foi formado. Sendo um grupo formado por sindicalistas, movimentos sociais urbanos e rurais, indivíduos ligados aos movimentos da Igreja Católica, intelectuais, agrupamentos marxistas e parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (Bezerra, 2019, p. 6). Um dos aspectos enfatizados em seus primeiros documentos sobre a história do PT foi a questão do pioneirismo enquanto um partido construído de baixo para cima com ênfase nas diferenças da esquerda existente. No entanto, pode-se observar que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) apresentava características e requisitos para enquadramento em um partido de massas (Secco, 2011, p. 31).

O movimento pró-PT teve início em 13 de outubro de 1979, no Restaurante São Judas Tadeu⁴, posteriormente iniciou o processo de legalização do partido⁵. Sua fundação ocorreu em 1980 no Colégio de Sion⁶, escola localizada em um bairro de classe média alta em São Paulo. O local de sua fundação chama atenção pelo fato de o partido defender a luta da classe operária, mas ser organizado em um bairro de classe média alta. Na ocasião contou com a participação de estudantes, líderes de movimentos sindicais populares, intelectuais, revolucionários marxistas-leninistas e cristãs radicais, vale ressaltar que segundo estudiosos não contou a participação de trabalhadores (Secco, 2011, p. 35). Nessa ocasião o partido contou com representantes de 18 estados incluindo o Distrito Federal, o que totalizou um público de 700-1200 pessoas na fundação do PT⁷. Esse encontro marcou a fundação do

4 Nesse encontro foi definido as normas transitórias, a carta de princípios e uma declaração política, assim como formado a comissão provisória do partido, que contava com os seguintes integrantes: Luiz Inácio Lula da Silva, Carlos Borges, Arnóbio Silva, Francisco Auto, Édson Khair, Jacó Bittar, Firmo Andrade, Ignácio Herandez, Henos Amorina, Godofredo Pinto, Wagner Benevides, Olívio Dutra, José Ibrahim, Manoel da Conceição e Sidney Lianza (Secco, 2011, p. 42-43).

5 Documentos Dossiê, domingo, 10 de fevereiro de 1980. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-P1_Dossie-Doctos.pdf. Acesso: 23 jan. 2024.

6 O Colégio Sion está localizado em um bairro de classe média alta em SP, local em que foi fundado o partido.

7 Dentre os estados estão: Amazonas, Ceará, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal. Documentos Dossiê, domingo, 10 de fevereiro de 1980. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-P1_Dossie-Doctos.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

PT formalmente, assim como a criação do Manifesto do PT, que se tornou o primeiro registro documental do partido.

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá (Manifesto PT, 1980)⁸.

Como expressado em seu manifesto, o partido nasce das lutas sociais, se caracterizando por um partido de massas e pela participação política de trabalhadores. Desse modo, “o PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados”⁹.

O PT nascia fora da esfera do comunismo, tentava se distanciar do “populismo”, assim como, viam o socialismo enquanto um horizonte distante e procurava negar o legado social-democrático. Desse modo, procuravam defender um programa para a democracia, o que indica que os documentos iniciais haviam uma mescla entre ideias trotskistas amparadas por subsídios sindicalistas. Ademais, a premissa da forte presença de intelectuais dentro do partido, especialmente aqueles que possuía ligação ao comunismo, trotskismo ou uma visão liberal clássica radical em conjunto com os sindicalistas apresentavam-se como uma provocação a ditadura e o capital transnacional das greves ocorridas nesse contexto, era o PT mostrando a importância do partido e para que veio (Secco, 2010, p. 36-37).

8 Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-manifestodelancamento_0.pdf. Acesso em: 02 jan. 2024.

9 Documentos Dossiê, domingo, 10 de fevereiro de 1980. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-P1_Dossie-Doctos.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

Gênese do PT em Sergipe

O primeiro encontro do PT/SE ocorreu em 28 de julho de 1980 no Clube Cotinguiba, localizado na avenida Augusto Maynard (Dantas, 1997; Menezes, 2000; Sobral, 2006). A história e organização do Partido dos Trabalhadores em Sergipe surge a base de dificuldades durante o período de “abertura política”, ainda no final de 1979. Através de reuniões do grupo Centro de Estudos e Investigações Sociais (CEIS), nele reunia sindicalistas, estudantes da UFS, intelectuais e ex-militantes do PCB, para pensar a formação no núcleo do PT.

O CEIS, foi o lugar ideal para que nós fizéssemos as primeiras reuniões e começar a discutir com muita dúvida na cabeça de todos nós a fundação do núcleo estadual. Rodei boa parte deste país, conversando com quem nesse período aparece e todas aquelas tendências, a maioria havia participado da luta armada. Você tinha a igreja que tem as comunidades de base, e principalmente ligado à teologia da libertação, você tinha essa tendência nova de movimento sindical, então foi se formando essa discussão. Era o um movimento pró PT¹⁰.

As primeiras discussões sobre a formação do PT ocorreram nas reuniões dos CEIS. Na época, um dos convidados para discutir a fundação do partido foi Armando Rollemberg, que promovia a discussão de fundação do partido em Brasília. Da mesma forma, o grupo também tentava estabelecer um diálogo com o DCE, é importante ressaltar que havia divergências dentro do movimento estudantil em aderir ao partido (Menezes, 2000). No primeiro encontro estadual o PT reuniu 5 grupos de militantes, 2 do interior e 3 da capital, convidaram sindicatos rurais do estado de Sergipe e também alguns do Nordeste. Esse encontro teve como objetivo a discussão da atuação do partido no Estado e a eleição para eleger a comissão provisória do PT¹¹.

10 Entrevista com Antônio José Góis, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

11 Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 20 de julho de 1980, p. 1.

A Comissão Executiva provisória foi montada por estudantes, professores, bancários, trabalhadores rurais e ex-militantes do PCB: Marcelio Bomfim, Antônio José Gois, Milson Leite Barreto Filho, Mary Pascoalim, Clímaco Cesar Siqueira Dias, José Barbosa da Silva, José Costa de Almeida, José Moraes Filho, Luciano Correa dos Santos e José dos Santos, formaram a Comissão Executiva Provisória do PT em Sergipe (Dantas, 2014, 352).

O PT surgiu com o desejo emancipatório, ou seja, de se libertar de antigos clientelismos políticos, e com características diferentes dos partidos políticos já existentes. A principal característica era a defesa de um estado com representatividade entre os trabalhadores, ou seja, uma alternativa popular (Araújo, 2017). Desse modo, tinha como objetivo apoiar os movimentos populares, mas reiterando sempre sua independência enquanto partido. Procurava ainda, defender as lutas autênticas de associações profissionais e sindicais, engajar-se nas lutas dos trabalhadores e na defesa de uma reforma agrária com participação dos trabalhadores. Segundo depoimento de Antônio José Gois, membro fundador do PT:

O PT em Sergipe tem algumas referências no movimento sindical, que ainda era pouco, mas estava se levantando. A gente tinha referência de bancários, Petroleiros, do movimento dos professores, que ainda era Associação naquela época. E tinha no campo, que a gente já participava mesmo antes do PT, através dos CEIS, das lutas ligadas aos trabalhadores rurais vinculados à igreja¹².

Evidencia-se que o partido possuía influências deste movimento sindical, mas havia poucas referências dentro do núcleo que forma e funda o PT. Sendo um partido político heterogêneo, formado por sindicalistas, professores, estudantes, intelectuais e ex-militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹³.

12 Entrevista com Antônio José Góis, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10 mar. 2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

13 Entrevista realizada com Marcelio Bomfim, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes. 10 out. 2022, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

Há de se destacar que o partido dos trabalhadores em Sergipe possui uma organização centrada em ações desenvolvidas por discentes ligados ao Diretório Central dos Estudantes (DCE), que posteriormente foi aperfeiçoada pela experiência da vivência e militância nos movimentos estudantis¹⁴. Em relação à área sindical nota-se que o sindicalismo estava dividido entre PT e PMDB. Entretanto, na região do Baixo São Francisco o PT tinha preferência da grande maioria de simpatizantes.

Podemos observar que houve grande influência sindical para formação do partido. A forte presença sindical na formação do PT se deu principalmente em virtude da corrente que o partido nacional surgiu, o que influenciou a participação desses sindicalistas a aderirem, formarem comissões e participarem da fundação dos núcleos. Grande parte desses sindicalistas eram atuantes ativos em sindicatos, lideranças sindicais ou participavam como membros de comissões.

É importante destacar a relação que o partido fez com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), uma das maiores organizações do país (Rodrigues, 1993). Durante o processo de formação do PT, a CUT atuou fortemente na mobilização e organização dos trabalhadores em apoio ao partido, principalmente em momentos eleitorais. Vale ressaltar que, apesar disso, havia certas divergências entre a parte sindicalista e demais alas de formação do PT.

Nesse sentido, o PT iniciou seu trabalho de filiação partidária que tinha como objetivo o fortalecimento de suas bases para a sustentação. Inicialmente foram desenvolvidas entre amigos e pessoas simpatizantes do programa e posteriormente foi ampliado por todo estado, o intuito era atingir diversos setores da classe trabalhadora. Vale ressaltar que no interior os resultados foram mais positivos, visto que essa população de trabalhadores estava cansada da política tradicional, de lembrar apenas do eleitor em época de eleições¹⁵.

Participação dos trabalhadores rurais

Na década de 1970 houve uma intensa mobilização dos trabalhadores rurais em Sergipe. Esse movimento contou com a participação da Igreja católica e Partidos dos Trabalhadores (Sá, 2006, p. 3). De acordo com o historiador

14 Entrevista realizada com Clímaco César Siqueira Dias, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, via Google Meet, 13 fev. 2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

15 Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 05 de janeiro de 1981, p. 2.

Fernando Sá (2006) a luta pela terra se intensifica com o início da luta dos pequenos proprietários do Betume, em Propriá, em luta com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e pelos índios Xocós da Ilha de São Pedro, localizados em Porto da Folha, que travaram um conflito contra a família dos Brito (Nobre, 2008). Os dois conflitos tiveram apoio da diocese de Propriá, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Diante destes conflitos o Baixo São Francisco passou a ser foco das principais questões em torno da terra e das lutas dos trabalhadores rurais. Esses conflitos se deram ocasionados pelas condições de extrema pobreza e exploração dos povos dessa região. A diocese de Propriá atuou através do Movimento de Base (MEB), em parceria com a CPT e cooperação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR's). Essas organizações atuavam nos municípios de Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Poço Redondo, que passaram a lutar contra as desigualdades sociais e as condições de exploração nessa região de Sergipe (Sá, 2006, p. 3).

Com a chegada do Bispo D. José Brandão de Castro na região iniciou-se uma intensiva campanha de sindicalização rural através da utilização da Rádio Cultura e o Jornal A Cruzada, esses dois meios de comunicação foram fundamentais nesse processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. Além de inibir o avanço das ideias comunista nessa região, essa campanha resultou em um programa de alfabetização através de escolas radiofônicas¹⁶.

Como fruto das primeiras iniciativas da diocese surgiram os primeiros sindicatos rurais, registrados pela Delegacia Estadual do Ministério do Trabalho. Após o registro oficial desses sindicatos eles foram instalados em diversas localidades como: Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Itaporanga, Simão Dias, Aquidabã e Japarutuba. Esse trabalho de base foi crucial para constituir os primeiros sindicatos dos trabalhadores rurais na defesa de seus direitos¹⁷ (Sá, 2006, p. 5). Segundo Gois:

16 O objetivo dessa escola radiofônica era trazer palestras e cursos para os trabalhadores rurais visando capacitá-los a respeito da questão agrária e sobre a questão do sindicalismo.

17 Ver também: CRUZ, Marta Vieira. Igreja Católica e Sindicato no Campo: conservadorismo ou transformação? São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992 (Tese de Doutorado em Educação); BARROS, Francisca A. G. - Alfabetização de Jovens e Adultos: A Experiência das Escolas Radiofônicas em Sergipe (1959-1964). In: Educar-Se. Aracaju, ano 1, n. 1, setembro de 1996.

Lá nós conseguimos a adesão de líderes rurais com o perfil de trabalhadores que o partido prescrevia, representados, principalmente, por figuras como: Sr. Jovino, ex-metalúrgico; Manoel de Gararu, ex-metalúrgico e outros. Os quais só vieram engajar nas discussões de formação do partido a partir do momento em que começamos levar essas novas ideias para lá¹⁸.

Em Sergipe, foram colocados diversos desafios para tentar organizar os trabalhadores rurais em torno do Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, o apoio e suporte dos trabalhadores rurais serviu para fortalecer o partido nos diretórios de Poço Redondo e Propriá, que passou a ter uma maior influência nessas regiões (Sá, 2006, p. 11).

Durante o período de organização desses trabalhadores, ainda quando as reuniões eram realizadas embaixo de um pé de umbuzeiro, já existia a participação nessas reuniões de integrantes que representavam o partido no estado. No entanto, é preciso ainda enfatizar que houve uma forte resistência de organizar os trabalhadores rurais em torno de um partido político. Havia uma resistência à proposta imposta pelos membros do PT, sobretudo pelo fato de se constituírem em sua grande maioria de classe média (Dantas, 1997, p. 351).

É importante ressaltar que quando ocorreu a fundação do partido no estado não contou com uma forte participação de trabalhadores rurais. Segundo José Valdomiro Menezes (2000), “neste primeiro momento, o partido surge, realmente, no seio da classe média. Tinham apenas alguns trabalhadores rurais que estavam começando a discutir, mas só posteriormente é que eles participaram de fato do movimento”. Pelo contrário, havia várias divergências dentro do próprio grupo dos trabalhadores rurais em se organizar em torno de um partido. O apoio desses trabalhadores só ocorre posteriormente ao primeiro ano de sua fundação. Inicialmente o partido passou a desenvolver e apoiar uma série de manifestações, tanto na própria capital, como no interior (Menezes, 2000, p. 49).

Um dos principais apoios foi ao ato do Primeiro de Maio, segundo Gois, “nós fizemos o grande primeiro de maio, de encher aquele Instituto Históri-

18 Entrevista com Antônio José Góis, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10 mar. 2023, Aracaju/SE.

co, de lotar com trabalhadores do campo e da cidade”¹⁹. O tradicional evento praticamente não recebia participação da sociedade. A partir da iniciativa do partido, a manifestação atraiu massiva participação, chegando a lotar o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (Menezes, 2000, p. 50).

Desse modo, os sindicatos estavam em sintonia com os ideais do “novo sindicalismo”, ou seja, estavam alinhados com as tendências do movimento de forma mais ampla. Nessa perspectiva, os integrantes do sindicalismo acompanhavam o contexto do sindicalismo nacional, que viam através dos sindicatos uma forma de instrumento capaz de transformar a luta dos trabalhadores rurais (Sá, 2006, p. 7). Apesar disso, a luta dos sindicatos só conseguiu uma maior ascensão com a criação da CUT²⁰. Os sindicatos no estado em sua grande maioria tinham pouca atuação, seja o sindicato dos professores, bancários e petroleiros, todos ganharam um fortalecimento maior após a criação da CUT (Jesus, 2021, p. 185).

Considerações finais

A influência dos trabalhadores rurais foi essencial no processo de formação do PT em Sergipe. Era necessário um partido de esquerda que atendesse os interesses dessa classe, mesmo que inicialmente houvesse resistência, a criação do partido possibilitou no cenário político sergipano um partido inclusivo e representativo que defendesse os interesses e direitos dos trabalhadores. A partir do ativo engajamento da Igreja Católica, do movimento sindicalista e de organizações como a CUT, os trabalhadores passaram a ter voz no contexto político ainda dominado pelos interesses da oligarquia sergipana. Assim, a organização e mobilização desses movimentos contribuiu para uma visão progressista e pluralista da política estadual, como também contribuiu de forma significativa na construção e fortalecimento do PT no estado. Esse estudo foi apenas uma pequena contribuição para a história do partido em Sergipe, que outras abordagens ou perspectivas possam ser analisadas. Cabe

19 Entrevista realizada com Antônio José Góis, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10 mar. 2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

20 Em Sergipe a CUT foi criada em 1983 e teve como primeiro presidente Manuel Dionísio da Cruz. Veja mais em: JESUS, Givaldo Santos de. Terra e trabalho: uma abordagem da memória do espaço e da história rural do sertão sergipano (1960-2018). 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/15516>.

estudos dos impactos das políticas públicas para as comunidades rurais, a participação feminina no movimento dos trabalhadores rurais, sindical e político no estado ou até mesmo comparação regional da influência dos trabalhadores rurais na formação do partido em Sergipe com outras regiões do país. Deste modo, talvez possamos compreender melhor as complexidades que formou o PT em Sergipe.

Referências

Fontes

Fontes orais

Entrevista com Antônio José Góis, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10 mar. 2023, Aracaju/SE.

Entrevista realizada com Clímaco César Siqueira Dias, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, via Google Meet, 13 fev. 2023, Aracaju/SE.

Entrevista realizada com Marcelio Bomfim, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes. 10out. 2022, Aracaju/SE.

Documentos

Documentos Dossiê, domingo, 10 de fevereiro de 1980. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-P1_Dossie-Doctos.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

Carta de Princípios. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-manifestodelancamento_0.pdf. Acesso em: 03 jan. 2024.

Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-manifestodelancamento_0.pdf. Acesso em: 02 jan. 2024.

Fontes jornalísticas

Gazeta de Sergipe, Aracaju//SE, 20 de julho de 1980, p. 1.

Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 29 de julho de 1980, p. 1.

Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 05 de janeiro de 1981, p. 2.

Referências

- AARÃO REIS, Daniel. **O Partido dos Trabalhadores** – trajetória, metamorfoses, perspectivas. 2007. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/daniel4.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2024.
- ARAÚJO, Ciro Alcântara de. **A origem do Partido dos Trabalhadores no Ceará: uma alternativa popular (1979 - 1989)**. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.
- BEZERRA, Carla de Paiva. Os sentidos da participação para o Partido dos Trabalhadores (1980-2016). **Revista brasileira de ciências sociais**, v. e3410016, 2019.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. Sociedade e estado em transformação**. São Paulo: UNESP/ENAP, p. 67-116, 1999.
- CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de sociologia e política**, p. 83-106, 2005.
- DANTAS, José Ibarê Costa. **A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário**. Tempo Brasileiro, 1997.
- FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Editora FGV, 2014.
- JESUS, Givaldo Santos de. **Terra e trabalho: uma abordagem da memória do espaço e da história rural do sertão sergipano (1960-2018)**. 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/15516>. Acesso em: 02 jan. 2024.
- KECK, Margaret E. **PT-A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. 2010.
- MALDOS, Celso Renato. **Presidente Lula, operário em construção: discursos dos anos 1980**. 1º ed. São Paulo: Terra Redonda, 2020.
- NOBRE, Gismário Ferreira. **Dilemas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na relação com o Estado e a sociedade: entre a autonomia e a institucionalização do caso de Sergipe**. 2008.
- RODRIGUES, Iram Jácome. **Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT**. 1993. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1993.

SÁ, Antônio Fernando Araújo. **História Oral da luta dos trabalhadores rurais sem-terra em Sergipe (1985-1996)**. Combates entre história e memórias. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

SECCO, Lincoln. **História do PT, 1978-2010**. Ateliê Editorial, 2011.

História, narrativa e “*campo artístico*”: a escrita de Airton Maranhão sobre a cidade de Russas

Ruan Carlos Mendes¹

Resumo

O presente artigo tem como um de seus objetivos analisar e compreender as múltiplas relações entre literatura, memória, folclore e história na obra do advogado e escritor Airton Maranhão. Também intentamos compreender a construção de sua “legitimidade” como autor; investigar como era seu trânsito no “campo” da “literatura cearense” e sua participação na constituição/fabricação de um “campo artístico” (Bourdieu, 1996). Para tanto, examinaremos a coletânea de textos “Palavras Russas” (2011), a antologia poética “O talento cearense em poesia” (1996) e os “paratextos editoriais” (Genette, 2009) produzidos para as obras literárias de Maranhão e de outros autores com os quais se relacionava.

Palavras-chave: História; Narrativa; Tempo; Literatura.

Introdução

Não tenho sequer repouso
o sossego dos lagos
não me satisfaz
o silêncio dos jardins
não me sacia
a solidão do desprezo
(Maranhão, 1996, p. 185).

¹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Mestre Interdisciplinar em História e Letras, pelo Mestrado Interdisciplinar em História e Letras – MIHL, sediado na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC/ Universidade Estadual do Ceará – UECE, campus Quixadá. Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/ Universidade Estadual do Ceará – UECE, campus Limoeiro do Norte. Na qual também foi bolsista do Programa de Educação Tutorial de História – PET/MEC. Atualmente bolsista CAPES. E-mail: ruancalosomes@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0627947482271690>

“José Airton Ribeiro da Silva conhecido no meio literário por Airton Maranhão” (Cavalcante, 1996, p. 183), é com essa frase que o escritor e advogado que aqui iremos analisar foi apresentado na antologia poética “*O talento cearense em poesia*” organizada por Joyce Cavalcante e publicada em 1996 com o apoio do governo do estado do Ceará, SECULT, pelo selo “capital da cultura”. Antologia da qual foi retirado o poema intitulado de “*Auto-afirmação*” que foi utilizado como epigrafe para essa introdução e no qual o autor já indicava que não estava satisfeito com o sossego, silêncio e “a solidão do desprezo”. Assim, iremos analisar nesse artigo como esse autor buscava se “autoafirmar” e “construir” um espaço para si.

Interessante notamos que nessa apresentação para a antologia “*O talento cearense em poesia*” (1996) é colocada a diferença, de maneira objetiva, entre o sujeito José Airton Ribeiro da Silva e o Airton Maranhão (escrito em caixa alta na apresentação) que já é considerado um autor, esse nome não é mais apenas um nome próprio, pois já carrega uma “função autor” (Foucault, 2011).

Outro ponto importante para ser destacado é o empenho da obra “*O talento cearense em poesia*” (1996) de reforçar uma dada e natural “literatura cearense”, como se essa não fosse fruto de construções discursivas que faz parte de uma “longa trajetória de embates e enlacs entre no nacional e o regional” (Ramos, 2013, p. 186). Sendo também que a própria antologia é uma “ferramenta” utilizada nesse processo de fabricação de uma “identidade” para a literatura e talvez por isso foi apoiada pela própria secretária de cultura, pois nesses processos “a antologia mostrou-se um recurso de grande valia para as cercas ‘identitárias’, tanto é que não pararam de sair” (Ramos, 2013, p. 192-193).

Nesse sentido, a antologia “*O talento cearense em poesia*” (1996) conta ainda com o prefácio do secretário de cultura, Paulos Linhares, do governo da época (Tasso Jereissati). No texto, Linhares afirma ter mais entusiasmo como leitor do que como secretário ao apresentar um “registro antológico do talento cearense”. Vejamos:

Sendo o Ceará um Estado que por definição sempre ocupou um largo espaço no quadro da literatura nacional e mundial, afirmativa confirmada pelos nomes de José de Alencar, Rachel de

Queiroz, Moreira Campos, Jáder de Carvalho,, Hermam Lima, Gustavo Barroso, entre outros de mesmo peso, e atualmente pleno de valores emergentes, nada mais oportuno do que divulgar tão grande patrimônio em prosa e verso pelos quatro cantos do nosso Brasil e do mundo. E é isso que me cabe fazer. É isso que estou fazendo com essa obra literária de qualidade superior que ora está sendo entregue às livrarias, às bibliotecas e à Internet, para que desse modo divulgada alcance seu verdadeiro objetivo, sua outra metade complementar – o leitor (Linhares *apud* Cavalcante, 1996, p. 7).

Desse modo, essas “cerças identitárias”, citadas anteriormente e reforçadas na citação anterior, podem ser entendidas como fronteiras que são criadas dentro do “campo literário” e é possível percebermos que o próprio estado tem interesse de delimitar essas “fronteiras”, pois “noções de lugar, como o nacional, o regional e o local, inscrevem-se como elementos constitutivos das esferas de poder em disputa” (Fontineles Filho, 2016, p. 94-95). Por isso o interesse de ressaltar o “talento cearense” como algo natural desse espaço e não como uma construção passível de ser historicizada e localizada no tempo e no espaço de sua produção.

A apresentação sobre Maranhão, em “*O talento cearense em poesia*” (1996), continua: “originário de família de músicos, nasceu na Vila Gonçalves, Russas – Ceará, aos 9 de setembro de 1950, sendo filho de Francisco de Assis e Osira Santiago”. Entendemos que esses “resumos biográficos” podem ser analisados também como “peças” nessa montagem da construção do autor, pois é um espaço de exibição, atribuição de sentidos e de mediação com o leitor.

Não temos a pretensão de fazer uma biografia de Maranhão e nem seria possível nesse artigo, porém, alguns dados biográficos são importantes para a construção de nossa análise e para melhor situar sua produção. Logo, Airton Maranhão (1950 – 2015) foi um advogado criminalista e escritor, natura da cidade de Russas², no Ceará, que declarou, em certa conversa em 2014, ter

2 A cidade de Russas está localizada na região do Vale do Jaguaribe, aproximadamente a 166,7 km da capital do Estado do Ceará, Fortaleza. O bioma da região é o da Caatinga. Sua população, no último censo em 2010, era de 69.883 habitantes, com densidade demográfica de 43,91 hab./km² e a esti-

a “missão de escrever” em cima de si, dizia que um dia morreria, mas antes deixaria “tudo escrito”.

Portanto, é possível identificar um olhar “antiquário” (Nietzsche, 2003) em Maranhão ao tentar delimitar um passado para Russas, não no sentido de colecionar objetos antigos, mas sim em “guardar” personagens em sua escrita. Personagens que através dessa escrita são “paralisados” – ou “estatuídos” como colocado na escrita de seu segundo romance *Os Mortos Não Querem Volta* (1999).

Entendemos a escrita de Maranhão como uma escrita que é também construtora de memórias (e suas diversas relações com as temporalidades), constituindo-se assim numa escrita formuladora de sentidos para o passado escrito e para as diversas espacialidades que foram narradas; uma arte ficcional deseja de ser capaz “de dar tempo ao espaço” (Ramos, 2012), pois toda a obra literária de Maranhão (cordéis, poesias, romances e crônicas), publicada entre 1977 e 2015, foi dedicada à cidade de Russas - CE e sua gente (vivos e mortos).

Também nos interessa aqui compreender a construção de autoria de Maranhão e entendê-lo como um sujeito que se construiu nas normas do dizer, que fez um investimento de produção dentro de uma literatura (sendo sócio fundador das algumas instituições de memória como a Academia Russana de Arte e Cultura – ARCA e a Casa dos Amigos Russanos – CARUS).

É notável, reafirmamos, um esforço de construção de autoria por parte de Maranhão e dos agentes que atuavam nesse campo com ele – uma busca por legitimidade – sobretudo quando se analisa os “paratextos editoriais” (Genette, 2009) das obras, como na continuação da apresentação feita para Maranhão na antologia organizada por Cavalcante em 1996:

Há mais de trinta anos escreve romances, poemas, novelas, folhetos de cordel, vencedor de mais de uma dezena de festivais de poesias e concursos literários de âmbito nacional, participante de várias Antologias cearenses e da Antologia Mil poetas brasileiros, editada em 1995, autor do livro poemas *Deusurubu* e do romance *A dança da caipora*, editado em 1994 (Cavalcante, 1996, p. 183).

mativa em 2021 é de 79.550. Gentílico: russano. Dados disponibilizados no site do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/russas/panorama>. Acesso em: 22 abr. 2020.

É salientado no texto o tempo de carreira, as obras e os prêmios de Maranhão – estratégia que se repete em praticamente todos os livros publicados do autor. Também é evidenciado o “trânsito” entre o nacional e o regional de Maranhão, pois são mencionadas outras antologias com abrangência nível Brasil e antologias nível Ceará. Esse jogo de escalas ou recortes tem a intenção de trazer legitimidade para Maranhão e para os três poemas que virão logo após a apresentação: “*Auto-afirmação*”, “*Tratado de injustiça*” e “*Caracteres habituais*”.

Logo, entendemos que há diversas maneiras de se apresentar um autor ou uma obra literária e que existe sempre alguma intencionalidade nessas “diferentes formas de exposições do escritor”. Pois seja via resumo biográfico no “interior do livro, contracapas, orelhas e resumos em forma de cronologia”, essas são sempre estratégias que tentam “dar sentido, linearidade e unidade à vida do escritor” ou sua obra (Fontineles Filho, 2016, p. 94-95).

Entendemos Maranhão como um sujeito que buscou se construir nas normas do dizer, que fez um investimento de produção dentro de uma literatura, que se inventou no texto e publicitou a si mesmo (Foucault, 2011). Mas que também foi inventado por outros agentes do “campo artístico” do qual fazia parte, principalmente nos *paratextos* que cercavam, apresentavam e prolongavam suas obras.

Airton Maranhão, o “campo” e a cidade de Russas-CE

Para compreendermos como se produz um discurso literário em uma determinada historicidade, destacaremos aqui alguns dos “paratextos editoriais” (Genette, 2009) da obra de Maranhão e seus autores. Logo, um autor que entendemos como já “bem situado” nesse “campo literário”, que dialogou com a obra de Maranhão é Dimas Macedo (1956), pois ele “autorizava” Maranhão e chegou a definir Maranhão como um escritor subterrâneo/marginal, localizando-o nesse “campo literário” dito “local”, no prefácio assinado em 1987, que escreveu para o romance *A Dança da Caipora* (1994) e republicado em seu livro *A Metáfora do Sol: Ensaios e Reflexões – 1984/1989* (2003).

O “marginal” ativa o funcionamento de colocar fora, mas colocando dentro. Um autor que não teria repercussão no “campo” maior e por isso a neces-

sidade de fabrica-se esse recorte, construindo um espaço dentro do “campo” para haver a desejada ou esperada repercussão. Assim, há um “jogo de poder” sendo acionado quando Macedo afirmava que não havia uma valorização da literatura de “seu lugar”, há uma intenção de construir recortes e novos espaços de atuação para Maranhão. Dimas também escreveu o prefácio para o livro de poemas em sua própria homenagem *O Hóspede das Eras: nonas ao poeta Dimas Macedo* (2005).

Além de Macedo, outro autor que dialogou com a obra de Maranhão foi José Alcides Pinto (1923 – 2008), pois escreveu as orelhas de *Dança da Caipora* (1994) – primeiro romance de Maranhão –, e também a contracapa de *Os Mortos Não Querem Volta* (1999) – segundo romance de Maranhão. Outros nomes também são constantes nos paratextos editoriais das obras de Maranhão, como por exemplo Paulo de Tarso (Pardal) e Sheyla Castelo Branco; já outros pareceram apenas uma vez, como Ruy Câmara, Ricardo Torres, Francisco Carvalho e Hider Albuquerque Jr.

O interessante em destacar esses nomes de escritores que aparecem nos paratextos editoriais das obras de Maranhão é percebermos que há uma certa circulação dele entre seus pares e uso da escrita desses pares para sua “legitimação” como escritor – ou nas palavras do próprio Maranhão, uma “*Auto-afirmação*”. Esses escritores mais bem posicionados nesse “campo artístico” – assim como o uso de seus nomes – serviam como consagradores dos escritores iniciantes que buscavam por um espaço no “campo” (Bourdieu, 1996).

Para Pierre Bourdieu há uma circulação de “autos de crédito” entre os agentes que compõe esse “campo artístico”, no qual artistas ou “autores consagrados consagram os mais jovens que os consagram em troca como mestres ou chefes de escola”. Esse também é um movimento no qual os artistas “empenham e põem à prova seu poder de consagração, e assim por diante (Bourdieu, 1996, p. 260). Desse modo, temos que atentar para essas relações de poder presentes no “campo artístico” e como elas operam.

Dentro desse “campo artístico” indicado por Bourdieu, podemos perceber como a escrita de Maranhão era localizada, ou concorria, com outras escritas – como Dimas Macedo e José Alcides Pinto –; e também com outras escritas de/sobre a cidade de Russas (por exemplo os livros do memorialista Limério Moreira da Rocha, Con. Pedro de Alcântara Araújo, Humberto Rodrigues

Lima e muitos outros). Pensar como essas interações e trânsitos buscam a construção de um recorte, um “campo artístico” menor para ser adjetivado como “russano”.

O livro “*Palavra Russas*” (2011) pode ser um bom exemplo desse exercício de reunir artistas e delimitar um “campo artístico”. A obra é uma coletânea organizada por Alan Mendonça e Hider Albuquerque Lima e tem em sua folha de rosto a dedicação: “À palavra. À terra.” Com essa dedicatória, já é possível inferir algo também já indicado no título da coletânea; que é a intenção dos organizadores em agrupar escritas partindo de delimitações espaciais, pois “o espaço é um elemento de poder simbólico na composição de forças do campo literário” (Fontineles Filho, 2016, p. 80).

Na coletânea “*Palavra Russas*” (2011) são reunidos textos de vinte artistas diversos, homens ou mulheres, que escreveram partindo de Russas ou sobre Russas. Os textos são de tipologias diferentes e assim como seus autores, são variados: poemas, crônicas, roteiro de cinema, cordel, artigos científicos, memórias e peça de teatro.

A apresentação da coletânea “*Palavra Russas*” (2011) é assinada por um de seus organizadores, o Hider Albuquerque Lima:

Escritores e Artistas Russanos

Esta coletânea de escritores e artistas russanos é um registro e uma afirmação da nossa literatura local, e, ao mesmo tempo universal. Com a tradição secular na formação de inteligências da nossa realidade por nossos antepassados, procuramos neste trabalho fazer jus aos inúmeros escritores que enriquecem a nossa literatura, ou, o uso da literatura nas diversas formas de arte. Nesta primeira edição da coletânea “Palavras Russas”, reunimos alguns nomes que contribuem, nos dias de hoje, com a sua arte de escrever ou escrever sobre a arte e mostram, através das palavras, suas compreensões da realidade jaguaribana e suas experiências pessoais. Este é o início de um projeto que visa a valorização dos nossos escritores e artistas. Nesta primeira leva, contamos com alguns escritores que toparam

o desafio de dar sua contribuição, no entanto, ainda são muitos os escritores russionos ou que vivem em Russas há muito tempo e a todos é que este trabalho é dedicado.

Nas próximas edições, serão contemplados outros escritores. Esta primeira edição de “Palavras Russas” é só o começo de uma série de edições a partir de nossos escritores que será publicada. Esse projeto visa estabelecer um marco de reconhecimento aos nossos artistas de todas as vias da palavra.

“Francamente, os frades em suas granjas, quintas e fazendas, continuavam, não mais com a metodologia dos Jesuítas, apenas, porém, com a simplicidade franciscana e carmelita, a abrir escolas para instrução dos rurícolas que não conheciam escolas públicas, absolutamente proibidas pelos senhores do Reino. Como se poderia explicar, pelos livros da Irmandade do Santíssimo, tantos matutos assinando o nome até bem, e ainda escrevendo acordãos com boa caligrafia e fazendo contabilidade sem alguma escolarização?...” (Alcântara, p. 139).

O trecho acima, do livro “Capital e Santuário” do Pe. Pedro de Alcântara, fala sobre a eleição de dois representantes de Russas em 1761 para representar a capital da Freguesia na formulação e aprovação dos “Estatutos da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário das Russas”, que tratavam dos modos e costumes que deveriam ser adotados na época. O autor fica surpreso com a qualificação de ler e escrever dos indivíduos que compunham a cidade de Russas em pleno século XVIII.

De lá pra cá são muitas e muitas pedras e palavras russionas...

Este livro é uma homenagem a todos os escritores russionos ou que se naturalizaram russionos (Albuquerque Jr., 2011).

Em sua apresentação Hider Albuquerque utilizou as expressões “literatura local”, “escritores russionos” e “artistas russionos” sem pautar que esses adjetivos com forte carga espacial têm uma função dentro das disputas sociais e nas cons-

tituições das fronteiras e das identidades. É importante sempre lembrar que essas escritas não fazem reflexo das disputas sociais e é preciso “entender que a escrita se compõe nas redes políticas e econômicas, não como expressão, mas na qualidade de parte constitutiva das disputas sociais” (Ramos, 2012, p. 182). Assim, essas fronteiras regionais e suas identidades são históricas e guardam interesses.

Logo, é interessante pensarmos na dimensão da pergunta proposta por Francisco Régis Lopes Ramos em *O Fato e a Fábula* (2012): “Por que, afinal, uma região que passa a se ver como peculiar começa a ter necessidade de história igualmente recortada?” (RAMOS, 2012, p. 182). Acrescentamos à pergunta a dimensão da necessidade de uma literatura também recortado de acordo com a região e inferimos que a resposta para essa pergunta tem a ver com a delimitação de poder e a atuação dos sujeitos. Entendemos também que essa pergunta de Ramos como válida para as escritas que se utilizam da delimitação do espaço para se legitimarem e construir “campos artísticos” para suas atuações e relações de poder, como ocorreu na coletânea “*Palavra Russas*” (2011).

Na coletânea “*Palavra Russas*” (2011), Airton Maranhão foi apresentado pela jornalista Sheyla Castelo Branco:

Airton Maranhão, advogado e escritor, é membro e fundador da ARCA (Academia Russana de Cultura e Arte). Já publicou cinco livros, dentre eles estão: *Deusurubu*, *Admirável Povo de São Bernardo das Éguas Ruças*, *O Hóspede das Eras*, *A Dança da Caipora* (romance); e *Os Mortos Não Querem Volta* (romance). Ele confessa ter uma queda por literatura de cordel, com várias publicações nessa área, sendo a mais recente intitulada “*Greve no Fórum*”. Airton transita com muita facilidade entre as várias formas de literatura. Com o dom da palavra consegue criar um universo dentro de outro. Nas palavras do jornalista, ficcionista e poeta José Alcides Pinto: “Airton Maranhão escreveu uma obra-prima da ficção brasileira, completa, altamente significativa e dramática em todos os sentidos.” O curso de Letras, da Universidade Estadual do Ceará, em 2001, escolheu o ro-

mance *Os Mortos Não Querem Volta*, de autoria de Airton Maranhão, para estudo na disciplina de Literatura Cearense. Tendo sido objeto de estudo dos alunos de letras na disciplina de Literatura Cearense, da UECE (Universidade Estadual do Estado do Ceará), em destaque Renia Maria Bezerra Reis, Maria do Socorro Fonteles G. Pinheiro e do Mestrando em Letras Vernáculas (Literatura Portuguesa) na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Otávio Rios. Rachel de Queiroz, a primeira mulher a integrar a Academia Brasileira de Letras, declarou: “Airton Maranhão é o único escritor que se conhece no mundo que escreveu um romance folclórico, se referindo ao romance “A Dança da Caipora”, objeto de estudo dos alunos de letras na disciplina de Literatura Cearense, Universidade Estadual do Estado do Ceará.

No texto de apresentação, mais uma vez vemos um “resumo biográfico” que tem um papel na construção de Maranhão como autor, “pois tem o papel de delimitação, classificação e, em certa medida, de controle de sua exibição” (Fontineles Filho, 2016, p. 43). Assim, é evidenciada no “resumo biográfico” atuação de Maranhão como intelectual (suas publicações e participações em movimentos sociais) e seu trânsito no “campo artístico” (as críticas positivas que já tinha recebido de outros autores) e ainda colocou a obra de Maranhão como objeto de estudo da universidade. Mas, é nesse processo de evidenciar um determinado ponto que os “silêncios possíveis apontam para o esquema da (re)elaboração da figura do autor” (Fontineles Filho, 2016, p. 43).

Nessa direção, entendemos que o processo em torno da (re)elaboração de uma imagem de autor é dinâmico e precisa de reafirmações em espaços de construção de legitimidade como são os “resumos biográfico”. No “resumo biográfico” escrito por Sheyla Castelo Branco são elencadas as qualidades de Maranhão com o objetivo de delimitar/recortar um espaço para esse autor entre os demais que também estão fazendo parte da coletânea “*Palavra Russas*” (2011); é uma estratégia que buscou diferenciar para validar essa escrita.

Ao se “recortar” o espaço, como feito na coletânea “*Palavra Russas*” (2011), também se “recorta” a atuação do autor, pois, parafraseando Ramos, entende-

mos que um autor se faz também como o autor de um lugar. E com o espaço “recortado”, “território não apenas dava as fronteiras do tempo, mas também dava o alcance do autor, definido-o e dotando de predicados e legitimidades. Nada na paz, porque a disputa permeava todas as dimensões da obra” (Ramos, 2012, p. 185-186). Então, fazer parte de um projeto como a coletânea “*Palavra Russas*” (2011), é também uma estratégia de se inventar autor utilizada por Maranhão.

Diferente do que aconteceu na antologia “*O talento cearense em poesia*” (1996), Maranhão participou da coletânea “*Palavra Russas*” (2011) com crônicas, seis do total: “*As éguas ruças*”, “*A falsa padroeira de Russas*”, “*O antigo matadouro*”, “*O caminhão mal-assombrado*”, “*A Caixa D’água de Russas*” e “*A Cruz das Almas*”. Vejamos o início dessa última crônica:

No local onde foi erguida a Cruz das Almas - falam os antigos moradores - há um fabuloso tesouro de moedas de ouro escondido debaixo do cruzeiro. Contam que, devido a uma promessa de um senhor feudal, ingênuo e muito católico, quando moradores da Vila ergueram a cruz para comemorar a passagem do primeiro século de aniversário da cidade de Russas, na calada da noite, aquele misterioso endinheirado, enquanto os seus olhos reluziam de cobiça, cavou um buraco sobre a cruz e depositou a sua riqueza, orando pela salvação de sua alma. Cheguei a ouvir dos mais crédulos que a Cruz das Almas era um local mal-assombrado, de uma reputação terrível, onde almas penadas cobertas de lençóis brancos caminhavam ao redor da cruz, mostrando lugubremente os olhos escaveirados, rezando terço pela aparição de um estranho vaqueiro que morrera naquele local. (Maranhão *apud* Mendonça, 2011, p. 29).

Analisando essa crônica de Maranhão, assim como o restante de sua obra, um outro ponto que merece atenção é o fato que essa escrita “obedeceu/foi prisioneira” a uma dada forma de ver e dizer o regional e sua cultura. Logo, partindo do historiador Durval Muniz (2013) podemos perceber que a escrita

de Maranhão permaneceu “prisioneira” do conceito de “cultura nordestina” que emergiu nas primeiras décadas do séc. XX, pois continuou apegada e “alimentando” um imaginário específico acerca do que é o “Nordeste” e o “sertão”.

Nessa perspectiva, Maranhão acabou alimentando sua escrita com o folclore, como indicado por Sheyla Castelo Branco na apresentação feita para a coletânea “*Palavra Russas*” (2011), citando Raquel de Queiroz: “Airton Maranhão é o único escritor que se conhece no mundo que escreveu um romance folclórico”. Compreendemos que o trabalho do folclorista é reunir lendas, mitos e crenças. Logo, Airton Maranhão foi um oficiante dessa “oficina”. Os folcloristas são antiquários de personagens e são dados às construções de narrativas, contos e fábulas. Maranhão falou da sua cidade via o folclore. Mas qual a intencionalidade disso? Quando o passado é valorizado por personagens nomeadas de folclóricas? Também é possível dizer que Maranhão se utilizou do folclore, em alguma medida, para se inventar e se legitimar como autor.

Entendemos que Maranhão ao lidar com essas práticas e procedimentos ligados ao folclore e sua “fabricação”, também estava ele próprio se “inventando” como autor. Sujeitos como Maranhão se empenham em buscar “origens disso e daquilo”, mas sem a preocupação de “procurar compreender *o que é*, afinal, e *o que vale* o folclore na cultura e na vida social” (Brandão, 1982, p. 76). Já o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em *O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclores e de cultura popular*, analisa as condições históricas que possibilitaram a emergência do folclore, enfatizando que essas práticas ou procedimentos “inventam” – conceito central na produção historiográfica desse autor – um morto. Para esse historiador esse morto, fabricado pelos folcloristas, é o folclore ou a dita cultura popular.

Conclusão

Podemos concluir que as “identidades literárias” são construções/fabricações dentro do “campo literário” ou “campo artístico” e que podem ser historicizadas, localizadas no tempo, no espaço e nas forças de poder presentes do “campo” de sua produção. Também entendemos que as antologias e coletâneas contribuem nessas “fabricações”, como as que Airton Maranhão participou (*O Talento cearense em poesia e Palavra Russas*).

Esses recortes espaciais feitos dentro do “campo literário” são importantes para a fabricação ou manutenção de relações de poder e por isso são interessantes para o próprio estado, que busca viabilizar produções como antologias ou coletânea. É uma forma de criar ou reforçar múltiplas demarcações de fronteiras. Logo, essas antologias e coletâneas de textos também são espaços de construção de “autorias”, é uma forma desses sujeitos se inventarem como “autores”.

Fontes

CAVALCATE, Joyce. **O talento cearense em poesia**. São Paulo: Maltese, 1996.

MARANHÃO, Airton. **Deusurubu**. Fortaleza: Editora Verdes Mares, 1977.

MARANHÃO, Airton. **A dança da caipora**. Fortaleza: Editora Print & Paper, 1994.

MARANHÃO, Airton. **Admirável povo de São Bernardo das Éguas Ruças**. Fortaleza: Premius, 2005.

MARANHÃO, Airton. **As pétalas da Pacarrete**. Fortaleza: Premius, 2014.

MARANHÃO, Airton. **O hóspede das eras**. Fortaleza: Editora Aceite, 2005.

MARANHÃO, Airton. **Os mortos não querem volta**. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1999.

MENDONÇA, Alan; LIMA, Hider Albuquerque (Org.). **Palavra Russas**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção primeiros passos; 60).

FONTINELES FILHO, Pedro Pio. **A letra e o tempo:** a escrita de O. G. Rego de Carvalho entre a ficção e a história da literatura. Tese (doutorado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Belo Horizonte FALE/UFMG: 2011.

GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais.** Trad. Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva:** da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O Fato e a Fábula:** o Ceará na escrita da História. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. O limite da letra: a escrita epistolar e a invenção da literatura cearense. *In:* LUCAS, Meize Regina de Lucena; RAMOS, Francisco Régis Lopes (Org.). **Correio Literário:** cartas de intelectuais no Brasil durante o século XX. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2013.

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Este livro foi composto em fonte Adobe Garamond Prod, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 572 páginas e em e-book formato pdf.
Outubro de 2024.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

ANAIS ELETRÔNICOS



ISBN 978-655421176-5



9 786554 211765
Editora **SERTÃO-CULT**